

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA



AS LÍNGUAS DE CABO VERDE
UMA RADIOGRAFIA SOCIOLINGUÍSTICA

Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes

DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA
(Sociolinguística)

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA

AS LÍNGUAS DE CABO VERDE: UMA RADIOGRAFIA SOCIOLINGUÍSTICA

Tese orientada pela Prof. Doutora Maria Antónia Coelho da Mota

Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes

DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA

Especialidade: Sociolinguística

2011

À memória do meu querido e saudoso pai,

Nataniel Benrós de Melo

Agradecimentos

Agradecimentos especiais aos também participantes desta investigação:

Os professores de português do ensino secundário pela dedicação e empenho na
aplicação do questionário.

Os entrevistados, pela sua adesão e disponibilidade para responder às minhas perguntas.

O Jorge Lopes e a Irina Melo Lopes, pela ajuda crucial nas lides com o SPSS e a
informática.

Muito obrigada!

Agradecimentos

Durante o tempo de construção deste trabalho, muitos foram aqueles que colaboraram, alguns desde as primeiras horas. A todos eles fica o registo da minha imensa gratidão:

- Dr. Arnaldo França, Doutor Alberto Carvalho e Doutora Helena Ançã, com quem discuti as primeiras ideias deste projecto;
- A minha orientadora, Professora Doutora Maria Antónia Coelho da Mota, pela confiança, desde o início, e pelo apoio ao longo desse processo;
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), pela bolsa de estudos de quatro anos;
- Deolinda Reis, Francisco Rodrigues e Leonilde Lima do Instituto Nacional Estatística: ajuda na preparação do questionário e montagem da amostra;
- Professora Leonor Santos do então ISE (coord.) e professores do ensino secundário Alberto Delgado, Lígia Herbert, Rute Santos, Ana Ramos e Nelo Canuto: aplicação do questionário-teste;
- As seguintes instituições e seus dirigentes: DGAEA (Dr. Florenço Varela), ISE (Eng.º António Lobo de Pina), Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro (Dr. Joaquim Morais), DGESC (Dra. Arminda Brito), FAEF (Dra. Iolanda Monteiro), Colégio Semear – Centro de Intervenção Educativa (Dra. Nélida Melo Araújo), Centro de Língua Portuguesa/ Instituto Camões no ISE (Dra. Leonor Santos), IP (Dra. Teresa Borges): oferta da quase totalidade das fotocópias do questionário;
- Professores de português abaixo indicados que fizeram a aplicação do questionário nas escolas da amostra:
 - Joaquim Santos Morais (coord.) e António Teixeira, Pedro Rodrigues e Madalena Sousa - Escola Secundária do Porto Novo;
 - José Manuel Ramos Pinto (coord.) e Flávio Raimundo Brito, Manuel Lourdes Santos, Abdulai Indekui, Liliana Barroso e Arlinda Falcão - Escola Suzete Delgado, Ribeira Grande;
 - Julião Assunção, Marília de Jesus da Graça e Maria do Carmo Monteiro - Escola Cuculi, Ribeira Grande;

- Pedro dos Santos Silva (coord.) e Cátia Rocha Silva e Aldevina Miranda Andrade - Escola Januário Leite, Paul;
- Isabel Lobo (coord.) e Alicia Oliveira e Ana Viúla - Escola Industrial e Comercial do Mindelo, S. Vicente;
- Sandra José Fernandes (coord.) e M.^a Rosa Monteiro, Aldevino Pinto e Paulina Santos - Escola José Augusto Pint , S. Vicente;
- Fernando Assis (coord.) e Mateus Monteiro, Martinho Rocha, Nuno Pinto, Arsénio Ramos e José Moreno - Escolas Baltazar Lopes da Silva e Tarrafal de S. Nicolau;
- Luísa Gomes e Lucialina Alfama (coords.) e Márcia Graça, Anne Marie Nunez, Eduarda Gonçalves, Lara Soares e Vanda Fonseca - Escola Secundária Olavo Moniz , Sal;
- Helena Aurora da Silva Rocha (coord.) e Ricardina Alice Neves Silva e Dália Andrade Benoliel - Escola da Boavista;
- Margarida Agues (coord.) e Emílio Rocha e Agnelo Fortes - Escola Secundária do Maio;
- Rosa Morais e Bernardo Coelho (coord.) e Daniel Semedo, Dulce Levy, Camilo Medina e Alberto Francisco Tavares - Liceu Domingos Ramos, Praia;
- Cipriana Barros e Ana Paula Sena (coord.) e Elisia Almeida da Veiga, José Bento Lopes - Escola Secundária Constantino Semedo, Praia;
- M.^a Salomé Miranda e Marta dos Santos Rocha (coord.) e Maria Rosa Tavares Afonso, Rita Araújo, António Correia Lopes, Silvino Cardoso, Ângela Varela, João Baptista Silva, Eunice Moreno - Escola Secundária Palmarejo, Praia;
- Emílio Evaristo M. Gonçalves (coord.) e Ana Grilo e Clarice Gomes - Escola Secundária S. Domingos, Santiago;
- Afrânio Augusto M. Borges (coord.) e Jaime Tancredo, Hugo Vicente e Carlos Varela - Liceu A. Cabral , Sta. Catarina de Santiago;
- Hulda Emília dos Reis L. da Costa (coord.) e José Manuel Pereira, Gil Vaz, Maria Edil Fortes e Carlos Mendes - Escola Gão Duque Henry, Sta. Catarina de Santiago;
- António Gomes Borges (coord.) e Ula Tolentino, Clarindo dos Santos, José Orlando Garcia e M.^a. Cândida Pinto - Escola Secundária Tarrafal, Santiago;

Agradecimentos

- Domingos Moreira Evangelista Barros (coord.) Serafim de Pina Furtado T. Silva, Paulo Jorge Mendes e Keila Tatiana Pereira Semedo - Escola Secundária S. Miguel, Santiago;
- Celestino Tavares (coord.) e Dulceneia Costa de Pina, Benvindo Gomes Semedo e José Quintino Cardoso Semedo - Escola Secundária Sta. Cruz, Santiago;
- António Pedro Cardoso e Luís Pires (coords.) e Manuel de Jesus de Pina, Fausto Amarílio do Rosário e Pedro Fernandes Pires - Escola Secundária Pedro Cardoso, S. Filipe;
- Egídio Andrade Barbosa (coord.) e Eduardo Camilo Pereira, Roberto Carlos Pina Gomes, Palmira Teixeira e Jaime Samba - Escola Secundária Mosteiros;
- Emanuel Ferreira da Costa (coord.) e Virgílio Lopes Pires e Sebastião Martinho Gomes - Escola Secundária Eugénio Tavares, Brava;
- Ministério da Cultura e Caixa Económica de Cabo Verde: apoio financeiro que tornou possível a aplicação e o tratamento estatístico do questionário;
- Adelaide Lima: transcrição para o ALUPEC;
- As colegas Helena Lobo, Arminda Brito, Fátima Fernandes, Judite Nascimento e Alice Matos, Goreti Freire e Mariana Faria pelas ajudas diversas e fundamentais;
- Aos familiares e amigos Tony, Kilu, Irina, Nélida, Ginga, Carina, Dju, Jenny, Paula, Anízia, Arlete e Betty, Tusca e Ana Paula, por tudo;
- Aos meus irmãos Tony e Natalina e sobrinhos Daniela e Ricardo, pelo acolhimento em Lisboa.

"A nation that incorporates cultural and linguistic diversity is also richer than one which denies their existence. ", Romaine (2000: 17)

"[...] não há dúvida de que o português tem um estatuto que já perdeu e outro que não pode perder..." INF13, L 50 – 51 (Falante adulto inquirido por entrevista)

"Porque se é um professor que me sinto livre para falar eu falo crioulo. " ET040 (Aluno inquirido por questionário)

Resumo

Esta dissertação constitui um estudo de caso, exploratório e de carácter descritivo. Tem como objectivo fazer uma *radiografia sociolinguística* de Cabo Verde, particularmente centrada no actual uso das duas línguas faladas no arquipélago, o português (PCV) e o crioulo cabo-verdiano (LCV).

A linha de pesquisa adoptada inspira-se fortemente nos estudos de macro-sociolinguística, tomando a situação de contacto de línguas, caracterizadora da sociedade cabo-verdiana, como ponto de partida para o enquadramento de um conjunto de questões seleccionadas para investigação mais aprofundada. São, assim, explorados os processos implicados nesta situação de contacto concreta e os resultados linguísticos decorrentes da mesma, como o bilinguismo ou a diglossia (cf. Cap. 3). Recorrendo a contributos teóricos de áreas associadas e complementares (cf. Cap. 1), foca-se a importância da análise dos domínios em que cada uma das línguas é usada, das redes sociais dos falantes ou das suas atitudes linguísticas.

A investigação partiu de uma recolha de dados realizada para o efeito, nas nove ilhas habitadas. As unidades de análise retidas correspondem a uma amostragem de dois grupos sociais distintos: falantes jovens, alunos do ensino secundário (inquiridos por questionário), e falantes adultos cuja profissão implica uma intensa actividade linguística (professores e ‘líderes’, inquiridos por entrevistas semi-dirigidas). Foi usada uma metodologia de recolha o mais rigorosa possível e adoptado o tratamento estatístico de dados (cf. Cap. 2).

O confronto dos comportamentos linguísticos e das atitudes das duas gerações inquiridas, com diferentes características (cf. Introdução), forneceu importantes informações sobre a dinâmica linguística da sociedade cabo-verdiana, conclusões essas que serão importantes para a definição de orientações no âmbito da política linguística (cf. Cap. 5).

É apresentada, como complemento, uma análise exploratória de alguns aspectos sintácticos atestados nas produções dos indivíduos inquiridos com instrução superior (cf. Cap. 4), um contributo, embora modesto, para a definição da variedade padrão do PCV.

Palavras-chave: abordagem macro-sociolinguística, contacto de línguas, bilinguismo, diglossia, atitudes linguísticas, manutenção/mudança de língua.

Abstract

The goal of this dissertation is to describe and explain a case study. It aims to present a *radiography of the sociolinguistic situation* in Cape Verde centered on the contemporary use of languages spoken on the archipelago, i.e. Portuguese (PCV) and Cape Verdean Creole (LCV).

Supported by the macro-sociolinguistic theoretical framework and focusing on language contact, pervasive within the Cape Verdean society, it raises a series of questions. Issues such as linguistic processes and outcomes (e.g. bilingualism and diglossia) involved in this specific language contact situation are presented and analyzed in Chapter 3. Based on theoretical contributions of complementary and related fields, Chapter 1 centers on the importance of the analysis of the domains in which each of the languages is used, the configuration of social networks, and the role of linguistic attitudes.

This research is based on fieldwork conducted on nine inhabited Cape Verdean islands. The sample is composed of two distinct social groups: young speakers - secondary school students - who have answered to a questionnaire, and adult speakers whose professional life implies intensive linguistic activity (teachers and ‘leaders’) and who have been questioned by semi-structured interviews. Chapter 2 presents the methodology of data collection and the statistical handling of the data.

The comparison and contrast of linguistic behavior and attitudes of these two distinct generations (cf. Introduction) has cast light on the linguistic dynamic of the Cape Verdean society, offering important insights as to the future orientations of the linguistic policies in Cape Verde (cf. Chapter 5).

Finally, as a complement, this dissertation presents and analyses some of the syntactic features attested in the speech of the informants with superior education (cf. Chapter 4) aiming to contribute, though in still limited way, to the definition of the standard variety of Portuguese spoken in Cape Verde.

Key-words: macro-linguistics, language contact, bilingualism, diglossia, linguistic attitudes, language change and maintenance

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	iii
Epígrafe	vii
Resumo.	ix
Abstract	xi
Índice	xiii
Lista de siglas	xxi
Lista de Anexos	xxiii
Introdução	1
Capítulo 1. Enquadramento teórico-metodológico	13
1.1. Contacto entre línguas: consequências e produtos linguísticos do contacto	14
1.1.1. O bilinguismo, consequência linguística do contacto	21
1.1.2. Fenómenos associados ao bilinguismo	25
1.1.2.1. Atitudes linguísticas	25
1.1.2.2 Língua, identidade e atitudes linguísticas	31
1.1.2.3 Redes sociais	34
1.1.3.1. Manifestações do bilinguismo	36
1.1.3.1 A diglossia	36
1.1.3.2. A alternância de línguas	44
1.2 Política e planificação linguísticas	50
Capítulo 2. Metodologia de pesquisa	62
2.1. Unidades de análise	63
2.2. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados	68
2.2.1. Inquérito por questionário	69
2.2.1.1. Dimensão da amostra e sua composição	71
2.2.1.2. Elaboração e aplicação do questionário	76
2.2.2. Inquérito por entrevista	79

Índice

2.2.2.1.	Dimensão da amostra e sua composição	80
2.3.	Procedimentos de análise e de interpretação dos dados: questionário e entrevistas	84
2.3.1.	Dados sujeitos a tratamento estatístico: as perguntas fechadas do questionário	85
2.3.2.	Dados sujeitos a análise qualitativa: perguntas abertas do questionário e entrevistas	93
2.3.2.1.	Perguntas abertas do questionário	93
2.3.2.2.	Entrevistas	98
Capítulo 3	Análise dos dados	101
3.1	Análise do questionário	102
3.1.1.	Perfil social dos inquiridos	103
3.1.2.	Perfil linguístico dos inquiridos: fase pré-escolar	107
3.1.2.1.	Ordem e idade de aprendizagem das línguas	107
3.1.2.2.	Modo de aprendizagem da (s) duas língua (s)	109
3.1.2.2.1.	Contextos favorecedores da aquisição das línguas	111
3.1.2.3.	Proficiência nas línguas cabo-verdiana e portuguesa	113
3.1.2.3.1.	Auto-avaliação da proficiência global nas duas línguas	113
3.1.2.3.2.	Auto-avaliação da proficiência oral e escrita, nas duas línguas	115
3.1.2.4.	Súmula das conclusões	118
3.1.3.	Perfil linguístico dos inquiridos: fase de alargamento do universo de socialização	118
3.1.3.1.	As redes sociais e as escolhas linguísticas (oralidade)	119
3.1.3.1.1	Factores em jogo: abordagem geral	120
3.1.3.1.2.	Factores em jogo: frequência e duração	121
3.1.3.1.3.	Factores em jogo: idade	122
3.1.3.1.4.	Factores em jogo: instrução	123
3.1.3.1.5.	Factores em jogo: sexo	124
3.1.3.1.6.	Factores em jogo: língua e variedade de língua dominada	125
3.1.3.1.7.	Factores em jogo: região (barlavento e sotavento)	128
3.1.3.1.8.	Súmula das conclusões	130
3.1.3.2.	O uso das línguas por domínios	131
3.1.3.2.1.	Domínios íntimos	131
3.1.3.2.2.	Domínios informais	134
3.1.3.2.3.	Domínios formais	136

3.1.3.2.4.	Súmula das conclusões	140
3.1.3.3.	Extensão do uso das duas línguas	141
3.1.3.3.1.	Cruzamento de factores: lugares/circunstâncias	141
3.1.3.3.1.1	Extensão da LP para lugares e circunstâncias íntimos e informais	141
3.1.3.3.1.2.	Extensão da LCV para lugares e circunstâncias formais	148
3.1.3.3.2.	Cruzamento de factores: tipo de assuntos	158
3.1.3.3.2.1.	Extensão da LP em função de assuntos menos formais	158
3.1.3.3.2.2.	Extensão da LCV em função de assuntos formais	163
3.1.3.3.3.	Cruzamento de factores: sexo	165
3.1.3.3.3.1.	Extensão da LP em função do sexo	166
3.1.3.3.3.2.	Extensão da LCV em função do sexo	167
3.1.3.3.4.	Cruzamento de factores: região e meio	167
3.1.3.3.4.1.	Extensão LP em função da região e do meio	167
3.1.3.3.4.2.	Extensão da LCV em função da região e do meio	168
3.1.3.3.5.	Cruzamento de factores: língua e variedade de LCV dominada	170
3.1.3.3.5.1.	Língua nacional e veicular e língua de comunicação e integração internacional	170
3.1.3.3.5.2.	Inteligibilidade na LCV	170
3.1.3.3.6.	Súmula das conclusões	173
3.1.3.4.	Alternância de línguas: factores determinantes da redefinição da escolha	175
3.1.3.4.1.	Factores em jogo: pessoa que chega	176
3.1.3.4.1.1.	Estatuto sócio-cultural da pessoa que chega	176
3.1.3.4.1.2	Idade da pessoa que chega	178
3.1.3.4.1.3.	Sexo da pessoa que chega	179
3.1.3.4.1.4.	Instrução da pessoa que chega	180
3.1.3.4.1.5.	Língua e dialecto de LCV da pessoa que chega	180
3.1.3.4.2.	Factores em jogo: mudança de assunto	182
3.1.3.4.3.	Súmula das conclusões	185
3.1.3.5.	Factor modo escrito (leitura e produção)	187
3.1.3.5.1.	Leitura	188
3.1.3.5.1.1.	Abordagem geral	188
3.1.3.5.1.2.	Cruzamento de factores: assuntos com material de leitura	192
3.1.3.5.1.3.	Confronto com dados da análise qualitativa: perguntas abertas	195

Índice

3.1.3.5.2.	Produção escrita	198
3.1.3.5.2.1.	Abordagem geral	199
3.1.3.5.2.2.	Cruzamento de factores: assuntos com tipos de textos produzidos	203
3.1.3.5.2.3.	Confronto com dados da análise qualitativa: perguntas abertas	205
3.1.3.5.3.	A escrita na LCV	210
3.1.3.5.4.	Súmula das conclusões	212
3.1.4.	Síntese das conclusões	213
3.1.5.	As atitudes	222
3.1.5.1.	Atitudes descritivas	223
3.1.5.1.1.	Atitudes face à estrutura das línguas	223
3.1.5.1.2.	Atitudes face à historicidade e autonomia das línguas	225
3.1.5.1.3.	Atitudes face ao contexto sociolinguístico	226
3.1.5.2.	Atitudes valorativas	230
3.1.5.2.1.	Atitudes de valoração estética	230
3.1.5.2.2.	Atitudes de valoração afectiva e emocional	232
3.1.5.2.3.	Atitudes de valoração antropológica	235
3.1.5.2.3.1.	Atitudes de valoração identitária	236
3.1.5.2.3.2.	Atitudes de valoração cultural	241
3.1.5.3.	Atitudes sociais	243
3.1.5.3.1.	Percepção do estatuto de língua para as duas línguas	243
3.1.5.3.2.	Percepção da actualidade/modernidade das duas línguas	246
3.1.5.3.3.	Percepção dos usuários de cada uma das línguas	247
3.1.5.3.4.	Percepção da adequação das duas línguas vs. percepção do uso das línguas	250
3.1.5.3.4.1.	Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso das línguas em função das pessoas	251
3.1.5.3.4.1.1.	Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso das línguas em função do estatuto social das pessoas	251
3.1.5.3.4.1.2.	Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso das línguas em função da variedade de LCV dominada	258
3.1.5.3.4.1.3.	Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso das línguas em função do sexo do interlocutor	260
3.1.5.3.4.2.	Percepção da adequação das línguas aos assuntos vs. percepção da adequação do uso das línguas em função dos assuntos	261

3.1.5.3.4.3.	Percepção da adequação das línguas aos lugares/circunstâncias vs. percepção da adequação do uso das línguas em função dos lugares/circunstâncias	269
3.1.5.4.	Atitudes normativas	278
3.1.5.4.1.	Atitudes normativas face à LP	278
3.1.5.4.2.	Atitudes normativas face à LCV	281
3.1.5.5.	Atitudes funcionais	285
3.1.5.5.1.	Capacidade e potencialidade comunicativa	286
3.1.5.5.2.	Importância objectiva reconhecida às línguas	288
3.1.5.5.3.	Funções sociais da LCV	290
3.1.5.5.3.1.	Funções sociais da LCV: falar, ler e escrever	290
3.1.5.5.3.2.	Funções sociais da LCV: ensino formal	294
3.1.5.5.3.3.	Funções sociais da LCV: alfabetização de adultos	296
3.1.5.5.3.4.	Funções sociais da LCV: uso oficial	300
3.1.5.5.3.4.1.	Uso oficial: abordagem geral	301
3.1.5.5.3.4.2.	Uso oficial: cruzamento de dados	305
3.1.5.6.	Atitudes de manutenção/mudança da situação	308
3.1.5.6.1.	(Re) organização da situação linguística e manutenção LP	308
3.1.5.6.2.	(Re) distribuição das funções sociais das duas línguas	310
3.1.5.6.2.1.	(Re) distribuição das funções sociais das duas línguas: uso da LP como única língua oficial	311
3.1.5.6.2.2.	(Re) distribuição das funções sociais das duas línguas: ler e escrever	316
3.1.5.6.3.	Atitudes dos inquiridos face status quo em alguns sectores	321
3.1.5.7.	Síntese das conclusões	323
3.1.5.7.1.	Atitudes face às línguas enquanto tal	323
3.1.5.7.2.	Atitudes afectivo-emocionais e antropológicas	325
3.1.5.7.3.	Atitudes face ao uso das línguas	326
3.1.5.7.4.	Atitudes normativas	327
3.1.5.7.5.	Atitudes sociolinguísticas	329
3.2.	Análise das entrevistas	331
3.2.1.	Perfil linguístico dos falantes adultos	331
3.2.1.1.	Fase de aquisição e/ou aprendizagem das duas línguas	332
3.2.1.2.	Auto-avaliação da proficiência nas duas línguas	333
3.2.2.	O uso das duas línguas	335

Índice

3.2.2.1.	Abordagem geral: as redes sociais e as escolhas linguísticas	335
3.2.2.2.	O uso das línguas por domínios	338
3.2.2.2.1.	Domínios íntimos	338
3.2.2.2.2.	Domínios informais	338
3.2.2.2.3.	Domínios formais	338
3.2.2.3.	Extensão do uso das duas línguas	339
3.2.2.3.1.	Extensão da LP para os domínios íntimos e informais	339
3.2.2.3.2.	Extensão da LCV para os domínios formais	340
3.2.2.4.	As escolhas linguísticas: factores em jogo	346
3.2.2.4.1.	Factores em jogo: assuntos e circunstâncias e alocutário	346
3.2.2.4.1.1.	Intercompreensão entre os dialectos	348
3.2.2.4.2.	Factores em jogo: redefinição da escolha inicial	349
3.2.2.4.3.	Factores em jogo: modo escrito	351
3.2.2.4.3.1.	A escrita na LCV	353
3.2.3.	Síntese das conclusões	354
3.2.4.	As atitudes linguísticas	361
3.2.4.1.	Atitudes face às línguas enquanto tal	362
3.2.4.1.1.	Algumas atitudes descritivas, valorativas, sociais e funcionais	362
3.2.4.1.2.	Atitudes funcionais	364
3.2.4.2.	Atitudes afectivo-emocionais e antropológicas	369
3.2.4.3.	Atitudes face ao uso (sociais)	373
3.2.4.4.	Atitudes normativas	375
3.2.4.4.1.	Atitudes normativas face à LCV	376
3.2.4.4.2.	Atitudes normativas face à LP	379
3.2.4.5.	Atitudes sociolinguísticas	381
3.2.4.6.	Atitudes de manutenção/mudança	382
3.2.4.6.1.	Atitudes face à (re)organização da situação linguística e (re)definição das funções sociais	382
3.2.4.6.2.	Atitudes face à situação prevalente em algumas áreas	385
3.2.5.	Súmula das conclusões	387
3.2.6.	Síntese das conclusões	396
Capítulo 4.	Estudo complementar: análise linguística do material recolhido	409
4.1.	Objecto de análise	411

4.2.	Aspectos teóricos e descritivos	412
4.2.1.	A variação	412
4.2.2.	O preenchimento do sujeito	417
4.2.3.	A concordância verbal	426
4.3.	Aspectos metodológicos	443
4.4.	Dados linguísticos: descrição e propostas de análise	446
4.4.1	Sujeito pronominal referencial explícito vs. nulo	446
4.4.1.1.	Súmula das conclusões	465
4.4.2.	Concordância sujeito-verbo	468
4.4.2.1.	Não concordância com sujeitos realizados	472
4.4.2.2.	Concordância variável	473
4.4.2.2.1.	Concordância variável com sujeitos nulos	474
4.4.2.2.2.	Concordância variável com sujeitos realizados	481
4.4.2.2.2.1.	Concordância variável com sujeitos realizados simples	482
4.4.2.2.2.2	Concordância variável com sujeitos realizados complexos	484
4.4.2.2.2.3.	Concordância variável com sujeitos realizados compostos	487
4.4.2.4.	Súmula das conclusões	469
4.5.	Considerações finais	490
Capítulo 5	Reflexões Finais	493
5.1.	Principais resultados da investigação	493
5. 2.	Política linguística em Cabo Verde	495
5.2.1.	Dados sobre a política linguística	496
5.2.1.1.	Posição oficial	496
5.2.1.2.	Posições de reuniões académicas e grupos de trabalho	500
5.2.1.3.	Posições individuais	504
5.2.2.	Os resultados da investigação e a construção de uma política linguística	519
5.3.	Principais contributos do estudo, limitações e sugestões para investigações futuras	535
	Bibliografia	539

Lista de siglas e símbolos

ALUPEC	Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano
C	Crioulo de Cabo Verde
CEP	Corpus escrito dos professores
COL	Corpus oral dos líderes
COP	Corpus oral dos professores
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CV	Cabo Verde
cv	Cabo-verdiano
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
IIPC	Instituto de Investigação e Promoção Cultural
IP	Instituto Pedagógico
ISE	Instituto Superior de Educação
L2	Língua segunda
LCV	Língua cabo-verdiana
LCV/LP	Língua cabo-verdiana e língua portuguesa
LM	Língua materna
LP	Língua Portuguesa
OP	Oração pequena
P	Português
SN	Sintagma Nominal
SU	Sujeito
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
V	Verbo

Anexos

(em formato digital)

1. Questionário
2. Carta de instruções
3. Informações do ano lectivo de 2005/2006, GEP do Ministério de Educação
4. Tabelas de Frequência
5. Tabelas de Cruzamento
6. Guião de entrevista
7. Transcrições das Entrevistas
8. Adendas dos líderes
9. Depoimentos dos professores
10. Categorização das perguntas abertas
11. Quantificação das respostas às perguntas abertas
12. Sistematização leitura resultados tabelas de cruzamento
13. Temas para análise das entrevistas
14. Tabelas Análise linguística
15. Relação da documentação analisada

Introdução

Durante o meu percurso profissional, todo ele dedicado ao ensino da língua portuguesa em Cabo Verde, como professora e como formadora de futuros professores de português, busquei orientar o meu trabalho por escolhas teoricamente fundamentadas e adequadas ao contexto em que se inscreve esse ensino. A reflexão sobre as múltiplas questões que o envolvem rapidamente me levou a concluir que o conhecimento objectivo e rigoroso da situação sociolinguística de Cabo-Verde constitui condição fundamental para a definição das metas a atingir no ensino do português e das metodologias de adequadas. Por essa razão me empenhei na actual pesquisa.

A sociedade cabo-verdiana é marcada pela presença de duas línguas em contacto: a língua portuguesa (doravante, LP), língua oficial e, como tal, língua do ensino, da comunicação escrita em geral, da administração e dos contactos com o exterior do país e um crioulo de base lexical portuguesa, a língua cabo-verdiana (doravante, LCV), não escrita¹ e não oficial. Apesar de este contexto ser favorecedor da criação de uma variedade do português com características próprias, desconhecemos estudos exaustivos, sistemáticos e metodologicamente fiáveis sobre o português falado em Cabo Verde (PCV, doravante); o mesmo se aplica aos contornos da própria situação de contacto, ou seja, ao grau de bilinguismo na comunidade, aos papéis desempenhados por cada uma das línguas nos seus diferentes usos ou ao valor simbólico das mesmas.

A ausência de um conhecimento consistente das variedades do PCV impede a identificação de uma variedade padrão, reconhecida como tal pela comunidade, o que dificulta, nomeadamente, a elaboração de uma política linguística adequada e a

¹ Pelo Decreto-Lei n.º 8/2009 de 16 de Março, o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano) foi instituído como alfabeto cabo-verdiano. Tal facto não altera as considerações feitas, porquanto, para além de outros factores que serão discutidos, a escrita da LCV não é ensinada nem está generalizada.

definição da norma culta. Assim, e de modo paradoxal, a variedade tomada como norma continua a ser a variedade padrão do português europeu, mau grado o facto de a insignificante presença de portugueses no arquipélago e a distância geográfica de Portugal impedirem que esse modelo esteja disponível como *input* robusto para os cabo-verdianos.

A investigação levada a cabo e apresentada nesta dissertação tem como finalidade contribuir para o conhecimento da realidade sociolinguística de Cabo Verde, descrevendo a situação actual do modo mais exaustivo possível e tentando captar tendências de manutenção ou, pelo contrário, de mudança dessa situação. Para atingir estes objectivos, adoptaram-se procedimentos metodológicos que permitiram obter uma grande quantidade de dados, nomeadamente sobre a repartição das duas línguas na prática quotidiana e sobre as atitudes dos falantes relativamente a cada uma e à relação entre elas – hierárquica ou não, em termos de prestígio. Obtiveram-se respostas importantes para um conjunto de questões que o contacto de línguas levanta no país, respostas essas que se tentou analisar de forma adequada e que conduziram a uma reflexão sobre as linhas de actuação adequadas ao ensino da LP, em Cabo Verde.

Tendo em conta que o material linguístico recolhido (cf. Cap. 2) constitui também um *corpus* de PCV (que conto explorar, em trabalhos futuros), entendi ser útil fazer um pequeno estudo que possa contribuir para a discussão sobre a definição da norma culta do português cabo-verdiano, tendo em conta os julgamentos dos falantes sobre a sua produção em português (cf. Cap. 4). Esse estudo descreve alguns aspectos da concordância entre sujeito e verbo e, complementariamente, da selecção de sujeitos pronominais nulos vs. sujeitos pronominais realizados. Relativamente ao objectivo central desta dissertação, que se enquadra numa abordagem de tipo macro-sociolinguístico, a inclusão da descrição em causa pretende mostrar, através dos resultados obtidos, como o conhecimento objectivo do PCV pode contribuir para alterar as atitudes da sociedade face às línguas faladas no arquipélago e suas variedades. Nesse domínio, é, por exemplo, voz comum entre os professores que os alunos não gostam de falar português, não reconhecem interesse em o aprender; esse facto é considerado uma causa directa do insucesso escolar, visto que, sendo o português a língua de ensino, essa (real ou imaginada) resistência dos alunos poria em causa a aprendizagem dos conteúdos de todas as outras disciplinas curriculares. Por outro lado, esta descrição de uma amostragem do português falado pelas camadas instruídas da população pode ser

considerada um exemplo da norma culta; apesar de não se visar analisar nem aprofundadamente nem extensivamente a relação entre nível de instrução/estratificação social e variantes linguísticas, poderá ser um ponto de partida para um debate sobre a questão da premente necessidade de se definir uma norma e de se tomarem decisões relativas à política linguística.

É muito forte, na sociedade cabo-verdiana, a convicção de que se fala e se escreve cada vez menos um português “correcto”, isto é, conforme à variedade padrão europeia, o que é certamente sintomático da ausência de informação sobre a existência de diferentes variedades nacionais do português e de muitos preconceitos sociais e linguísticos; será, também, sintomático de uma fase em que se discute o futuro da política linguística do país, pautada por juízos de duvidosa fundamentação linguística. Com efeito, está na agenda política a oficialização da LCV e a sua introdução no ensino formal, questão que não é pacífica nem no país nem na diáspora, como decorre de reacções individuais (veiculadas pela comunicação social e expressas em conversas privadas), caracterizadas pelas muitas reservas quanto à possibilidade e às vantagens dessa opção. Ilustram o que acaba de se dizer não só a divergência entre os dois maiores partidos políticos com assento parlamentar quanto à consagração da oficialidade dessa língua, no âmbito do acordo para a revisão constitucional, firmado em Novembro de 2009, como os resultados do inquérito realizado por Costa (2005) que interpelam a sociedade no sentido de se entender o que está por detrás das contradições aparentes que caracterizam as opiniões dos inquiridos. Na verdade, dos 150 professores do Ensino Básico Integrado (EBI) inquiridos, com diferentes níveis de formação, «apenas 51% (cinquenta e um por cento) acha que o ensino [da LCV] nas escolas do país é uma boa medida.» (op. cit: 102), quando «são os que têm a formação do Instituto Pedagógico² que usam a sua língua materna com mais assiduidade – 66% (sessenta e seis)». (op. cit.: 73). Quanto aos pais e encarregados da educação, o autor conclui que uma parte significativa considera não ser bom instituir o ensino e o uso da LCV nas escolas cabo-verdianas, embora o número daqueles que entende que o ensino da sua LM prejudica os filhos noutras aprendizagens diminua com o aumento do nível de escolaridade dos inquiridos.

² Instituto Pedagógico é a instituição pública que forma professores para o EBI (primeiro ao sexto ano de escolaridade).

Introdução

Neste enquadramento, a presente investigação visa compensar a escassez de trabalhos que, numa óptica sociolinguística, descrevam de modo objectivo e rigoroso a situação das duas línguas em contacto e o comportamento verbal dos falantes nesse contexto. Pretende igualmente, como já referido, contribuir para que esse conhecimento seja parte da discussão e ponto de referência para a definição da política linguística. No caso de Cabo Verde, uma intervenção neste âmbito deverá ter em consideração o uso e a função de cada língua no contexto social e incluir, prioritariamente, decisões sobre (i) a oficialização da língua cabo-verdiana; (ii) a adopção de uma das suas variedades como norma padrão; (iii) a definição da norma padrão do PCV e (iv) o ensino das línguas: introdução da LCV no sistema de ensino, concepção de planos de estudo e adopção de metodologias adequadas para ambas as línguas, pesos relativos de cada uma das línguas na formação de professores, tendo em vista que a construção de um bilinguismo individual e social efectivo da comunidade cabo-verdiana será uma mais-valia.

Considerando a finalidade deste trabalho, foram definidos os seguintes objectivos específicos, a que correspondem os passos centrais do percurso de pesquisa:

1) obter informação a mais exhaustiva possível sobre a situação sociolinguística de Cabo Verde, com base em metodologias de pesquisa que se afiguraram adequadas;

2) pôr hipóteses explicativas da situação actual e hipóteses sobre o futuro, fundamentalmente com base nas atitudes observadas face às duas línguas e na tipologia dos contextos em que os cabo-verdianos usam uma ou outra língua;

3) tendo em vista o facto de se defender a necessidade de delimitar uma norma culta do português falado de Cabo Verde, analisar algumas características sintácticas associadas a falantes com nível de instrução superior – os professores do ensino secundário e os adultos que aqui serão denominados ‘líderes’, que constituem os modelos linguísticos de prestígio dos alunos –, e fazer uma comparação com o PE falado por camadas equivalentes.

Para cada objectivo foram formuladas perguntas de pesquisa:

Objectivo 1: (i) Existem falantes monolingues em LP e ou LCV? (ii) Nos bilingues, há uma língua predominante? Foi essa a língua adquirida primeiro, no seio familiar? (iii) Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença? (iv) Qual a língua predominante, nos bilingues, a partir do momento em que o seu universo de socialização se alarga? (v) Existe alternância de línguas (*language choice; code alternatio*) extensiva ?

Objectivo 2: (i) Quais as atitudes dos falantes face às duas línguas e relativamente a uma eventual relação hierárquica entre elas? (ii) Quais os contextos (íntimo/privado, informal e formal /público) em que entendem ser adequado usar cada uma das duas línguas? (iii) A qual das línguas associam particularmente determinados conteúdos conversacionais e determinadas actividades? (iv) Existe diglossia generalizada? (v) O que revelam as atitudes sobre os processos de manutenção ou deslocamento dessas línguas na comunidade?

Objectivo 3: Existem características sintácticas proeminentes, no português falado em Cabo Verde por indivíduos de nível de instrução superior, claramente diferenciadoras desta variedade do português?

Estas perguntas de investigação encontram na Sociolinguística o enquadramento teórico adequado à obtenção de respostas, especificamente no âmbito da macro-sociolinguística que “Trata das relações entre a sociedade e as línguas como um todo” (Hudson (1980:5)) podendo, segundo Monteiro (2000:26, seguindo Hudson), abordar, de entre outras, questões como os efeitos das situações bilingues e diglósicas, os problemas que atingem as línguas minoritárias, as prováveis políticas linguísticas que um governo pode adoptar, e ainda questões relacionadas com a planificação, como a padronização e a codificação linguísticas. Como fica evidente, este é um enquadramento adequado à elaboração de uma pesquisa com os objectivos da realizada; como já se fez notar, esta pesquisa não incide, senão de forma muito periférica, sobre questões do foro da micro-sociolinguística, isto é, sobre fenómenos linguísticos na sua relação com factores sociais. Contudo, e como refere Calvet (2002a), a distinção entre as duas abordagens não pode ser vista de forma redutora, já que é possível, a partir de uma análise micro, atingir o nível macro, assim como, partindo de uma análise macro se pode concluir acerca de aspectos micro. Ou seja, para o autor, as redes de comunicação em que os falantes podem estar inseridos e as inter-influências dessas redes esbatem a distinção entre a microanálise e a macroanálise, no sentido em que os dados podem permitir ao investigador uma dupla perspetivação, seja qual for o ponto de partida.

Assim, no quadro de uma abordagem macro-sociolinguística, seguir-se-á uma linha de exploração teórica que toma a situação de contacto de línguas, com grande expressão no mundo de hoje, como um enquadramento no interior do qual cabem as questões que se pretende tratar. Para tal, tomam-se como fonte principal de referência

trabalhos sobre os processos e resultados linguísticos do contacto (por exemplo, Weinreich 1979; Labov 1976, 1994, 2001; Thomason e Kaufman 1991; Mota 1996; Thomason 2001) e outros mais especificamente centrados no bilinguismo e na diglossia (Fergusson 1971a; Fishman 1965, 1972, 1977, 1980; Poplack 1983, 1993; Hamel 1988, Martins 1994a, 1997a, entre outros). Nas situações de contacto, ganha relevância a escolha de línguas (*language choice*). Neste trabalho, o foco é a alternância, ou seja, o facto de um mesmo falante escolher usar uma das suas línguas, de acordo com parâmetros situacionais extra-linguísticos, e, quando esses parâmetros se alteram (por exemplo, mudança do interlocutor, do tópico da conversa ou do local em que ela ocorre), corresponder a às alterações verificadas (Thomason, 2001; Martins, 1994a).

No quadro da Sociolinguística, surgem assim diferentes vias de investigação:

1) a questão dos domínios, importante para compreender os usos e as funções das línguas em contacto (Fishman (1965:75; 1972:442));

2) as redes sociais dos falantes, relevantes para entender as normas de comportamento linguístico dos diferentes subgrupos, com implicações na restrição ou extensão das funções sociais das línguas (Milroy, 1987, 1992; Gumperz, 1982; Bortoni-Ricardo, 1985, 1989; Martins, 1994a; Labov, 2001; Moreno-Fernández, 1990);

3) as atitudes linguísticas que regulam o comportamento dos falantes (Fasold, 2004; Calvet, 2002a; Thomason, 2001; Martins, 1994a; Díez et al., 2003), área de pesquisa para a qual a Psicologia Social também contribui (Krech, D. et al., 1973, Maisonneuve, s/data, Vala, 1986; Marques, J. e Paéz, D., 2000; Lima, 2000);

4) a teoria da acomodação (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977) e a abordagem antropológica de Gumperz (1982), para explicar o valor simbólico da escolha de línguas (língua como símbolo de pertença a um grupo e de identidade).

Para relacionar a aplicação dos conhecimentos sociolinguísticos com a política linguística (sociolinguística aplicada), recorreu-se a Garmadi, 1983; Appel e Munysken, 1987; Amusategi, 1988; Calvet, 1996, 1999a e b, 2002a e b; Cooper, 1997; Boyer, 2001; Fasold, 2004, entre outros.

Recorrendo aos contributos deste conjunto de perspetivações sobre questões sociolinguísticas implicadas por uma situação de contacto de línguas, a sua aplicação a ao contexto específico cabo-verdiano constitui *um estudo de caso exploratório, de carácter descritivo*; esta opção metodológica e interdisciplinar – uma vez que interessa recorrer a contributos da Psicologia Social – responde, segundo creio, aos objectivos

desta investigação. Com efeito, e seguindo autores como Yin 2003 e Bogdan e Bilklen 1994, trata-se de analisar detalhadamente um contexto, uma situação específica, colocando-se questões do tipo “como” e “porquê” sobre um fenómeno actual, no seu contexto real, sobre o qual não se tem controlo e de que se tem conhecimento científico limitado e pouco significativo; esta linha de abordagem permite a inclusão de técnicas diversificadas de recolha de dados, no caso, optou-se por questionário, entrevistas e documentação.

As unidades de análise retidas (Yin 2003) correspondem a uma amostragem de dois grupos sociais distintos quanto à idade, níveis de instrução e posições na hierarquia social:

1) 1780 alunos do ensino secundário (9.º ao 12.º anos de escolaridade, com idades compreendidas entre os 13/14 e os 18/19 anos) e provenientes das escolas públicas de todas as ilhas do país, situadas nas regiões geográficas de barlavento e de sotavento e no meio urbano e rural;

2) 29 falantes adultos cujas actividades profissionais exigem uma intensa actividade linguística, grupo este que se subdivide em 14 professores de português do ensino secundário, de ambos os sexos e de faixas etárias diferenciadas, e 15 adultos que aqui serão denominados 'líderes' (intelectuais, artistas, políticos e profissionais liberais que interagem com o público, tais como jornalistas, advogados e médicos), quase todos do sexo masculino e com idade superior a cinquenta anos.

As conclusões do estudo de caso apresentado nesta dissertação baseiam-se num inquérito por questionário aplicado aos jovens alunos e em entrevistas semi-dirigidas feitas aos líderes e aos professores, utilizando-se meios quantitativos e qualitativos (Baernert-Fuerst 1989). Tanto o questionário como as entrevistas visam (i) definir o perfil social e linguístico dos inquiridos; (ii) esboçar a estrutura da sua rede social fora da família (e da escola, no caso dos jovens); (iii) conhecer os seus usos linguísticos; (iv) identificar as atitudes face às duas línguas em contacto, ao seu uso, ao bilinguismo e diglossia; no caso das entrevistas, obter também uma amostra de fala o mais natural possível.

As respostas às perguntas fechadas do questionário foram tratadas estatisticamente através do programa informático Statiscal Package for the Social Sciences (SPSS), como sugerido por López Morales (1994) e Moreno-Fernández

Introdução

(1990); as respostas às perguntas abertas do questionário bem como as entrevistas e a documentação foram submetidas a análise de conteúdo (Lincoln e Guba, 1985; Bardin (1977) e Guerra (2006). Os dados obtidos permitiram responder às perguntas de pesquisa acima enunciadas, compreendendo-se quem (identidade social e perfil linguístico dos inquiridos) usa (ouve, fala, lê e escreve) que língua (LCV e/ou LP) com quem (tipo de pessoa), sobre o quê (tipo de assunto), em que contextos (lugares/situação/circunstâncias), para quê (objectivos comunicativos), com que frequência e duração, porquê (atitudes), e, ainda, os factores situacionais que intervêm na escolha das línguas. Como base para a interpretação dos resultados tomou-se o conceito de domínio de Fishman (1965,1972), tendo sido usada uma distinção entre domínios altos e baixos, formando um contínuo *íntimo/privado – informal – formal/público*. Para o efeito, foram construídos os seguintes instrumentos: (i) uma configuração dos domínios; (ii) uma escala de domínios; (iii) uma escala de tendência de extensão das línguas; e (iv) uma tipologia dos textos lidos e produzidos; e (v) uma tipologia de seis níveis de atitudes, a partir de propostas de vários autores (Fiorin, 2002; Galli de' Paratesi, 1984 (apud, Pinto (2001:55)), Fishman, 1995; Calvet, 1999a), que reflecte a argumentação dos inquiridos, tomando como base as asserções correspondentes às perguntas relevantes do questionário.

O universo geográfico para a recolha de dados é a totalidade do arquipélago, nas suas 9 ilhas habitadas (com excepção de Sta. Luzia), distribuídas em dois grupos geográficos, como mostra o mapa abaixo (Fonte: Internet ©ghiapereira (acedido em 2011):



Dadas as características estatísticas e sociolinguísticas da amostra, os resultados da análise do questionário podem ser generalizados para a população jovem cabo-verdiana residente no território; os resultados da análise das entrevistas foram usados analiticamente para confirmar ou infirmar os resultados da análise do questionário, detectando-se pontos de consenso e de conflito; os seus resultados não podem ser generalizados, já que as entrevistas não têm a representatividade estatística do questionário. Esse confronto entre os comportamentos linguísticos e as atitudes das duas gerações forneceu importantes informações sobre a dinâmica linguística da sociedade cabo-verdiana.

A confiabilidade que se crê ser característica deste estudo reside na rigorosa constituição do *corpus*, na diversidade das fontes de informação e na adequação dos métodos de análise de dados; a sua singularidade está no facto de ele ser o primeiro a ser realizado com enquadramento sociolinguístico e de ser bastante abrangente quer geograficamente quer em termos do número de informantes jovens quer ainda em termos de objectivos.

A presente dissertação compõe-se de quatro capítulos, organizados em secções e subsecções:

Capítulo 1 Enquadramento teórico-metodológico, que compreende os domínios:

1. Contacto entre línguas: consequências e produtos linguísticos do contacto (mudança linguística (*language change*) decorrente do contacto; criação de novos produtos linguísticos³; bilinguismo), 2. Diglossia; 3. Atitudes linguísticas; 4. Redes sociais; 5. Manifestações verbais bilingues: a alternância; 6. Política linguística.

Capítulo 2 Metodologia de pesquisa, apresentando-se as unidades de análise, os instrumentos e procedimentos de recolha de dados e os procedimentos de análise e de interpretação dos dados: questionário e entrevistas.

Capítulo 3 Análise dos dados: 1. Análise do questionário; 2. Análise das entrevistas. Em momentos relevantes destas secções, são apresentados sumários e

³ Não é objectivo desta dissertação tratar do crioulo cabo-verdiano. Contudo, sendo o português e a LCV as línguas em contacto, em Cabo Verde, e sendo a LCV já por si produto de contacto linguístico, importa situar minimamente esta língua no contexto das línguas que emergem de contacto. Assim, consultaram-se, por um lado, obras de teor mais alargado, como Tarallo e Alkimin, 1987; Thomason e Kaufman, 1991; Couto, 1996; Holm, 2004; e Thomason, 2001; por outro, trabalhos descritivos ou de natureza sociolinguística sobre a LCV como, por exemplo, Almada, 1961; Macedo 1979; Lopes da Silva 1984; Carreira 1984; Veiga 1982, 1995, 2000a e b; 2002; Cardoso 1989; Pratas 2004; Pereira 1996, 2006.

sínteses dos resultados obtidos, os quais são discutidos à luz da teoria que fundamenta esta investigação.

Capítulo 4: Estudo complementar: análise linguística do material recolhido (concordância sujeito verbo e tipo de sujeito, nas entrevistas e depoimentos dos professores).

Capítulo 5 Reflexões finais: confronto dos resultados obtidos com as orientações políticas vigentes no campo linguístico e discussão das suas implicações para a política linguística, tendo em conta a finalidade deste trabalho; principais contribuições para a área científica e sugestões para pesquisas futuras; limitações desta investigação.

Em *Referências bibliográficas*, indicam-se as obras referidas ao longo do texto e em *Bibliografia consultada*, aquelas que, embora não referidas explicitamente, foram importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Por último, os *Anexos*, numerados, reúnem os dados utilizados na análise das várias questões; dada a extensão de alguns deles, os mesmos são apresentados apenas em formato digital.

Para terminar esta Introdução, interessa traçar uma breve descrição socioeconómica de Cabo Verde, importante para o enquadramento geral do estudo realizado. Como é sabido, os factores envolventes são relevantes para a compreensão da situação linguística das comunidades.

A população residente de Cabo Verde estima-se⁴ em 499.796 de pessoas, sendo 51,6% mulheres, 60% com idade inferior a 25 anos; metade da população do país reside na Ilha de Santiago, ¼ da qual na cidade da Praia, capital do país. A população activa era, em 2006, de 183.254 indivíduos, sendo que destes 33.574 estavam desempregados, o correspondia a uma taxa de desemprego de 18,3%. No fim de 2008, a taxa de desemprego era de 17,8%, afectando mais as mulheres do que os homens, e sobretudo os jovens.

Em 2008, Cabo Verde deixou de fazer parte do grupo de países com a caracterização de “País Menos Avançado” (PMA), já que foi reclassificado pelas Nações Unidas como “País de Rendimento Médio” (PRM), com base em dois dos critérios exigidos, rendimento *per capita* e índice de desenvolvimento humano (o critério da vulnerabilidade económica não foi pontuado de forma favorável). Essa alteração de estatuto, ao mesmo tempo que pode oferecer oportunidades, levando em

⁴ Para esta caracterização, as fontes são: “Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – II.” Direcção Geral do Planeamento do Ministério das Finanças e Administração Pública. Maio 2008; INE. QUIBB 2006; e Perspectivas Económicas na África. OCDE. 2009.

consideração o facto de corresponder a uma “economia mista”, pode também acarretar uma diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento. Também em 2008, Cabo Verde tornou-se membro efectivo da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que servirá para aumentar a credibilidade do país, para o que concorre o facto de, em Novembro de 2007, ter sido aprovado um Acordo de Parceria Especial com a União Europeia. O Acordo de Parceria Económica (APE) com África, Caraíbas e Pacífico (ACP) não foi assinado por Cabo Verde, em 2008, devido a dúvidas sobre o impacto negativo do Acordo no défice orçamental. Em Janeiro de 2009, entrou em vigor uma parceria com a União Europeia para a mobilidade, facilitando a migração circular.

O Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento médio de 5.7% no período 2000-2005 e de 10.8%, em 2006, devido sobretudo aos sectores do turismo, das telecomunicações, dos serviços financeiros, da construção civil e das pescas, um dos seus recursos naturais com forte potencial. O ritmo de desenvolvimento sofreu um posterior abrandamento.

Cabo Verde já atingiu quatro dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, sendo que a melhoria sempre crescente dos indicadores sociais dão conta dos progressos realizados nas áreas da saúde e da educação (23% das despesas do orçamento geral do Estado para 2007 foram destinadas às despesas públicas com a educação e a formação). Assim, de entre outros, destacam-se a esperança de vida de 68,5 anos para os homens e 76,3 anos para as mulheres; a mortalidade infantil de 25,3/1000 e infanto-juvenil de 32,8/1000, em 2007; a taxa de alfabetização de 78,7 %, sendo 71,9% para as mulheres e 86,5% para os homens e, por região, 84% no meio urbano e 74% no meio rural, sendo a taxa de alfabetização juvenil superior a 93% em todos os concelhos, em 2005/2006; taxa líquida de escolarização no ensino básico (ensino obrigatório) de 95,1% em 2005/2006 e aumento da taxa de escolarização no ensino secundário para 58,1% em 2005/2006, sendo cerca de 61,8% do sexo feminino; o acesso a água potável por cerca de 85% da população em 2006, sendo 77% no meio rural e 93% no meio urbano. Do ponto de vista político, relevam como factores determinantes da dinâmica de desenvolvimento a estabilidade política, a boa governação, com destaque para uma gestão do erário público tida como transparente e conforme às leis da república, tendo-se assumido as novas tecnologias como opção de

Introdução

política pública, a defesa dos direitos humanos, a liberdade de imprensa, a participação e a dimensão género.

Contudo, o país apresenta muitas vulnerabilidades, de entre as quais as seguintes: a pequena dimensão, a descontinuidade territorial decorrente da insularidade do país, o que carrega custos elevados, os riscos ambientais, a pressão demográfica, a diminuta produção agrícola (apenas 10% dos solos são aráveis), a forte dependência das importações (o país importou 80% dos produtos alimentares indispensáveis, em 2008), a alta dependência das transferências externas e os riscos relacionados com a segurança global e o crime transnacional. Como consequência, o país apresenta fraquezas como a pouca diversificação da base produtiva nacional, com pouco investimento na agricultura cuja produtividade é muito baixa; os custos elevados de bens e serviços essenciais como, por exemplo, a água, energia e telecomunicações; uma qualidade do ensino não satisfatória, a todos os níveis; défice de formação profissional, apontada como um dos factores determinantes da pobreza que, em 2007, atingia 26.6% da população, apesar de ter havido um decréscimo de 36.7% em relação a 2001; a dependência das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento, sendo que estas representam, em conjunto, cerca de 34% do PIB; as comunicações aéreas, marítimas e rodoviárias pouco desenvolvidas, havendo ilhas com as quais não há ligação regular; o défice de saneamento básico: apenas 54% da população possui instalações sanitárias completas (maioritariamente nas zonas urbanas (68,2%)), e apenas cerca de 30,5% dos agregados familiares tem acesso a rede de esgoto e a fossa séptica (destes, apenas 9% são do meio rural).

Capítulo 1. Enquadramento teórico-metodológico

Na Introdução, foram apresentadas as motivações que conduziram à investigação sobre a actual situação sociolinguística de Cabo Verde. O título desta dissertação corresponde ao objectivo que nos propusemos atingir: fazer uma “radiografia sociolinguística” que pusesse em evidência os aspectos centrais de uma situação complexa, caracterizada pela coexistência de duas línguas com diferente estatuto, uma das quais o português. O português, língua oficial, desencadeia sentimentos de adesão e de alguma resistência, conforme os grupos sociais cabo-verdianos. Mas a utilidade de se manter e desenvolver o bilinguismo social é sem dúvida maioritariamente reconhecida, como se comprova através das afirmações dos adultos que inquirimos, todos conscientes da mais-valia que tal representa.

Visando captar a realidade linguística do arquipélago, a investigação levada a cabo toma como enquadramento primordial os princípios teóricos desenvolvidos, ao longo dos anos, pela Sociolinguística, nas suas diferentes vertentes ou subdisciplinas. De todos os contributos vindos dessa área do conhecimento e também de áreas afins, seleccionaram-se apenas os mais directamente relacionados com o objectivo da investigação.

Este capítulo tem, assim, como finalidade apresentar os aspectos mais relevantes da base teórico-metodológica em que este trabalho se baseia, utilizados para conceber o tipo de recolha de dados mais adequado e para interpretar os dados obtidos. Após uma apresentação geral sobre o contacto entre línguas, que inclui uma breve referência ao surgimento do crioulo de Cabo Verde, ele próprio produto do contacto com o português, em épocas passadas (cf. 1.1.), passa-se à questão do bilinguismo, enquanto uma das consequências do contacto (cf. 1.1.1), e aos fenómenos associados ao bilinguismo (cf. 1.1.2), focando-se questões que subjazem às escolhas linguísticas dos falantes (as atitudes face às línguas, a relação entre língua, identidade e atitudes, e também as redes sociais). Em 1.1.3, comentam-se a diglossia e a alternância de línguas como manifestações bilingues, importantes para compreender a repartição mais ou menos

clara dos usos das línguas em presença e os comportamentos linguísticos dos falantes. Por fim (cf. 1.2), inclui-se uma secção sobre política e planificação linguísticas; numa situação caracterizada por duas línguas em presença, em permanente contacto, é necessário reflectir sobre a gestão dessa realidade, nomeadamente tendo em conta o ensino e a formação de professores.

A selecção das questões focadas neste Capítulo é motivada pela sua adequação à análise da situação específica de Cabo Verde, tendo-se deixado de lado alguns aspectos que geralmente são referidos no âmbito do contacto linguístico mas que não são relevantes para o caso em estudo.

1.1. Contacto entre línguas: consequências e produtos linguísticos

O contacto entre línguas é um fenómeno muito antigo que prevalece no mundo actual, sendo vários os estudiosos que buscam definir este fenómeno, suas origens, processos e resultados¹.

Uma situação de contacto é definida por Thomason (2001:1)² como “aquela em que pelo menos algumas pessoas usam mais do que uma língua”, numa mesma comunidade, *lato sensu*, o que institui o falante bilingue como o *locus* de contacto (Weinreich, 1979).

De acordo com os estudos consultados, a dinâmica do contacto pode ser assim esquematizada: monolinguismo → bilinguismo → monolinguismo. Com efeito, uma comunidade monolíngue pode tornar-se bilingue pela conservação da sua língua autóctone (manutenção da língua) e da língua forasteira, e manter-se como estável, pelo menos por um curto período, o que pode provocar, a qualquer momento, novos tipos de contacto; com o tempo, a comunidade pode retornar ao monolinguismo. Os processos e resultados linguísticos envolvidos nesta dinâmica, descritos na bibliografia consultada, são os seguintes:

- manutenção da língua de origem ou autóctone como única língua da comunidade;

¹ Destacam-se Thomason, 2001; Trudgil, 2000; López, 1997; Selinker, 1992; Wardhaugh, 1993; Hudson, 1989; López Morales, 1989; Fasold, 2004; Mota, 1986; Aitchison, 1986; Amusatagi, 1988; Appel e Muysken, 1987; Gamardi, 1983; Corder, 1981; Labov, 1976; Richards, 1974; Weinreich, 1953, entre outros.

² Todas as traduções inseridas neste trabalho são da nossa responsabilidade.

- mudança de língua (*language shift*) que se processa pela substituição linguística que ocorre quando uma comunidade deixa de falar a sua língua e passa a usar a língua de outro grupo, ou por a considerar mais funcional ou mais prestigiada socialmente ou por circunstâncias que impõem o abandono da língua de origem. A mudança de língua pode corresponder a um abandono abrupto da língua de origem ou a um processo lento de progressiva e pacífica aproximação da língua de origem à outra língua;

- mudanças linguísticas originadas pela influência de uma língua sobre a outra, podendo ter como resultado uma variedade nativa da língua forasteira e, no caso de ser um crioulo a língua que sofre influência de outra, a sua descrioulização;

- mistura de línguas (*language mixing*) que pode dar origem a outros produtos linguísticos (línguas mistas bilíngues, pidgins e crioulos).

Segundo os investigadores nesta área, são as condições sociohistóricas e políticas, assim como as atitudes dos falantes e as relações de força que se estabelecem entre as comunidades em presença que determinam a probabilidade de ocorrência de uma ou outra das consequências referidas.

Dos fenómenos referidos, dois são importantes no contexto deste trabalho: a mudança linguística decorrente de contacto e a descrioulização.

• **Mudança linguística decorrente de contacto**

As mudanças induzidas por (ou decorrentes de) contacto podem ocorrer em apenas uma das línguas ou em ambas; neste caso, há influências mútuas, que vão desde o empréstimo lexical a interferências estruturais (Thomason, 2001). Das mudanças decorrentes de contacto pode resultar uma alteração na língua para a qual os falantes mudam (língua alvo, LA), criando-se uma nova variedade da mesma (Thomason, 2001).

Em Cabo Verde, a comunidade, como um todo, não mudou de língua, já que a língua crioula (a LCV) não foi abandonada, mantém grande vitalidade, sendo a língua materna ou a primeira aprendida de grande parte da população³; mas a sua influência no português, quando adquirido como língua segunda⁴, é fortemente previsível, contribuindo para a formação do português cabo-verdiano (LP) que não é, em sentido

³ Língua materna (ou Língua um (L₁)) é a língua falada no país de origem, aprendida naturalmente, na infância, em fase pré-escolar, como primeiro instrumento de comunicação.

⁴ Língua segunda (L₂) é uma língua não materna, mas que beneficia de um estatuto social, cultural e jurídico privilegiado.

estrito, uma variedade formada em situação de mudança de língua. Paralelamente, a LCV não pode deixar de ser influenciada pelo português, dada a situação de bilinguismo estável que caracteriza Cabo Verde. No contexto em análise, há factores de diferente tipologia a considerar. Seguindo de perto Thomason (2001), que analisa em pormenor a problemática da interferência estrutural na língua alvo (no caso em apreço, o português), destacamos, dos *factores condicionantes sociais* apontados, a intensidade do contacto, as atitudes dos falantes e o tipo e grau de aprendizagem dessa língua. Estes factores são considerados na nossa análise da situação linguística em Cabo Verde. Como *factores linguísticos*, retêm-se a importância da distância tipológica entre a língua materna e a língua alvo e os decorrentes *efeitos linguísticos da interferência* na língua alvo, dando origem ao surgimento de uma variedade nativa dessa língua: no processo de aquisição de uma L2, os falantes podem permanecer numa fase de interlíngua e fossilizar traços de interferência, traços esses que podem ser transmitidos às gerações seguintes. Como destaca Thomason (2001), na aquisição da L2, pode haver transposição de alguns traços da língua materna para a língua alvo, construindo-se, assim, uma nova versão da língua alvo, ou haver integração nessa língua de “erros” que decorrem de falha ou mesmo de recusa da aprendizagem de determinados traços da LA, especialmente os marcados. Este tipo de fenómenos é da maior importância para uma análise da LP, mas sai do escopo da presente dissertação; faz-se contudo notar que, das respostas ao questionário e das entrevistas que realizámos (Capítulo 3), se extraem indícios de ‘resistência’ à adopção, na LP, de traços associados ao português europeu e, consequentemente, de desejo de manutenção de traços reconhecidos como típicos do português de Cabo Verde. Retêm-se ainda da obra citada alguns dos *mecanismos linguísticos* subjacentes às mudanças decorrentes do contacto: a prática da alternância de línguas, o conhecimento e/ou familiaridade passiva ou activa com a L2, a negociação e as decisões pessoais ou de grupo sobre o seu uso. Todas estas questões são, em maior ou menor grau, referidas pelos inquiridos do nosso *corpus* e fazem parte das perguntas constantes do questionário aplicado (cf. Capítulo 2).

- **Criação de novos produtos linguísticos: novas variedades linguísticas; descrioulização**

As situações de contacto podem proporcionar o nascimento de novos produtos linguísticos, entre eles – os que aqui nos interessam – novas variedades da língua

adquirida como L2 e línguas crioulas, eventualmente precedidas de uma fase de pidginização (Tarallo, 1987; Thomason e Kaufman, 1991; Couto, 1996; Thomason, 2001; Holm, 2004).

O objecto desta dissertação não é nem a LP nem a LCV, enquanto sistemas linguísticos produtos de um contacto estável desde há centenas de anos. Contudo, interessa referir o facto de que, historicamente, é fortemente previsível que, em vários domínios da gramática, tenha havido mútuas influências, dando origem a uma variedade do português formada em Cabo Verde e, obviamente, a um crioulo de base portuguesa. Na actualidade, o facto de o português ser a língua segunda de muitos cabo-verdianos e de existir um bilinguismo activo concorre para que se mantenham condições favoráveis à mútua influência⁵. Sobre a LP, remetemos para o Capítulo 4. Sobre a LCV, notamos a descrioulização como um dos resultados possíveis da influência de traços do português na gramática da LCV.

Como se referiu, a LCV⁶ está fortemente implantada na sociedade cabo-verdiana. Pereira (2006:74-75) aponta como sinais de vitalidade de um crioulo os seguintes: “número de falantes nativos, quantidade de contextos de uso, frequência de uso, consciência do seu valor social e autonomia (unidade e independência) em relação às línguas circundantes e, ao mesmo tempo, as condições que os sustentam ou podem sustentar (prestígio, atitudes positivas dos falantes, ensino mais ou menos generalizado, estatuto oficial, uso em contextos oficiais, etc.)”. Contudo (op.cit.: 73,74), ressalta que as condições sociolinguísticas em que geralmente sobrevivem (concorrência com outras línguas de maior prestígio, restrição a certos contextos de uso, não serem objecto de ensino formal) tornam-nos objectivamente e subjectivamente mais frágeis; por outro lado, que as atitudes negativas dos falantes dos crioulos intervêm fortemente no processo de diminuição da sua vitalidade e originam mesmo um processo de

⁵ A caracterização das línguas crioulas é ainda uma questão controversa. Para Pereira (2006), por exemplo, essa controvérsia parece dirigir-se em duas direcções distintas: para muitos linguistas essas línguas têm características estruturais específicas, independentemente das línguas que estão na sua origem, e que resultam do modo como elas se desenvolvem gramaticalmente; e para outros as suas semelhanças são apenas conjunturais e decorrentes de factores como a presença das mesmas línguas de substrato.

⁶ Por um crioulo ser uma língua, escolhemos designar “língua cabo-verdiana” ou “cabo-verdiano” (LCV) a língua que em Cabo Verde está em contacto com a língua portuguesa (LP). No questionário e nas entrevistas foi usado o termo crioulo para facilitar a comunicação uma vez que é assim que ela é comumente designada pelos seus falantes nativos.

descrioulização⁷. A descrioulização tem como consequência imediata o desenvolvimento de um contínuo crioulo, integrado por variedades linguísticas que se estendem desde as mais afastadas da língua lexificadora (variedades basilectais) às mais próximas dessa língua (variedades acrolectais), no interior do qual estão variedades intermédias (op. cit.: e 74-75). Trata-se de um fenómeno essencialmente individual, sobretudo associado àqueles com maior instrução na língua de contacto (no caso, o português). O seu lado social resulta de nesse processo intervirem de modo relevante, por um lado, a difusão das variedades acrolectais que tendem a ser adoptadas pela comunidade, quando são consideradas como mais prestigiantes e, por outro lado, a transmissão dessas variedades às gerações seguintes. A probabilidade de ocorrência da descrioulização aumenta com a intensidade e a duração do contacto com a língua de superstrato e o menor prestígio e funcionalidade do crioulo, sendo ainda acelerada pela diglossia. Por isso, depende da vontade política agir deliberadamente sobre os factores que levam à descrioulização e, por via dessa intervenção, acelerar, travar ou inverter o processo de descrioulização (fomentando a recrioulização) ou o sentido da mudança (Pereira (2006:42-43)).

Contextualizando brevemente a LCV no âmbito da situação de línguas de contacto em que se insere, referem-se a seguir alguns aspectos sociolinguísticos, seguindo alguns investigadores que se têm dedicado ao seu estudo⁸.

Quanto à sua génese e expansão, os investigadores da área assumem tratar-se de um caso de criouliização rápida, em contexto de escravatura, sendo um dos crioulos mais antigos que se conhece, formado algumas décadas após o achamento de Cabo Verde em 1460 (segundo Carreira (1984), a referência mais antiga a este crioulo é de 1558).

Apesar da grande variação dialectal da LCV, os linguistas que se têm dedicado à sua descrição concordam tratar-se de uma única língua, cujas características permitem que ela seja considerada um sistema autónomo, embora partilhe aspectos comuns com os crioulos, de um modo geral, e com os de base lexical portuguesa, em particular. Não referem nenhuma característica que não possa ser encontrada em outras línguas, considerando que a LCV se caracteriza pela variação inerente, espelhada pela

⁷ Thomason (2001) define descrioulização como um processo de mudança gradual de língua dos falantes de um crioulo para a língua de superstrato. Quanto às motivações deste processo, Tarallo (1987) considera que é a possibilidade de mobilidade social o que motiva os falantes nativos de um crioulo a mudar em direcção à língua padrão oficial, língua fonte do crioulo.

⁸ Carreira, 1984; Delgado, 2008; Veiga 1982, 1994, 1995, 2000, 2002 e 2004; Pratas, 2004; Duarte, 1998; Pereira, 1997; Cardoso, 1989; vários, MEC, 1978; Macedo, 1975; Almada, 1961; Lopes da Silva 1984

organização geográfica das ilhas e que se explica, historicamente, pelas distâncias temporais na ocupação e povoamento do território; geograficamente, pela condição arquipelágica do país; linguisticamente, pela incidência das diferentes línguas de substrato e pelas diferenças dialectais do português falado pelos colonos; socialmente, pelo défice de comunicação e mobilidade que, durante anos, vigorou entre as ilhas.

Na verdade, os cabo-verdianos, tal como refere Pereira (2006:60), admitem praticamente sem restrições a existência de duas grandes variedades geográficas, a de barlavento, que inclui os dialectos⁹ das ilhas mais a norte (S Vicente, Sto. Antão, Sal, S. Nicolau e Boavista), e a de sotavento, que inclui os dialectos das ilhas do sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava), com variantes ao nível lexical e fonético e mesmo morfossintáctico, atestadas pelos estudiosos da LCV. Admitem também, e tal como aponta Pereira (2006:43), a existência de um crioulo fundo (variedade basilectal) e de um crioulo leve (variedade acrolectal) e, portanto, de um contínuo crioulo, o que pode ser associado à descrioulização. Esta possibilidade é referida com insistência não só na sociedade como por estudiosos do crioulo de Cabo Verde, desde os anos sessenta (Lopes da Silva, 1984, 1965; Duarte, 1961, 2000; Pereira, 2006; Delgado, 2008), ainda que não existam trabalhos profundos e sistemáticos centrados nesta temática.

O facto é que a variação da LCV tem sido propiciada ao extremo. Pereira (2006:95-96) explica-o pelo contacto permanente com a LP e pela ausência de factores que poderiam conduzir à diminuição da variação e “travar” a mudança, ou seja: a inexistência de uma norma padrão e instrumentos de normalização, uma escrita normalizada, e o ensino do padrão. Assinale-se que a LCV resistiu a um processo de descrioulização rápida no período antes da independência, por razões identitárias (cf. Fanha, 1987, por exemplo). Na verdade, os pesquisadores destacam que a literatura sobre Cabo Verde, do séc. XVIII até à independência (1975), refere-se a uma convivência pacífica entre as duas línguas até àquela data. Posteriormente, no contexto da política colonial de promoção da LP e de marginalização ou mesmo de substituição da LCV, surgiram conflitos relacionados com vários factores: a imposição oficial de uso da LP e a generalização do uso da LCV; o uso da LCV pelas diferentes classes sociais e

⁹ Em Cabo Verde, popularizou-se designar de 'variante' o modo falar de cada uma das ilhas e os de Barlavento e de Sotavento. Contudo neste trabalho, para distinguir a maneira de falar de cada ilha e o das regiões geográficas (barlavento e sotavento), usa-se, o termo dialecto para as ilhas e variedade para barlavento e sotavento, o que está mais de acordo com a literatura sociolinguística.

mesmo a sua penetração em domínios considerados próprios da LP; posições contraditórias quanto à inteligibilidade entre os dialectos, e mesmo atitudes negativas e preconceituosas para com a LCV. Nesse contexto, Fanha (1987) observa que, no período colonial, e apesar da posição oficial a favor da assimilação, predominava uma tendência para a acomodação, no sentido da convergência, em função da relação entre o prestígio da língua escolhida e o status social do interlocutor (falar LCV marcava a inferioridade). Acrescenta que esta tendência se manteve após a independência, muitas vezes vinculada às atitudes face às línguas em contacto, resultando daí variações dentro do contínuo e *code-switching*¹⁰. Importa ainda nesse contexto ter em conta a afirmação de Romaine (2000:21): “O não ensino de uma língua torna difícil a sua manutenção”, sustentando que estudos sobre mudança de língua têm evidenciado que as escolas são o maior agente de assimilação linguística e cultural.

Também é nossa percepção que, tal como discutido por Amusategi (1980) e Lopez Morales (1980), a restrição do uso da LCV não tem permitido que se desenvolvam variedades para cumprir as funções mais altas, do mesmo passo que o uso da LP, em Cabo Verde, em situações mais formais restringe o desenvolvimento de variedades mais coloquiais dessa língua. Certamente que esse aspecto estará relacionado com o processo de descrioulização e com eventuais mudanças decorrentes do contacto na LP, conducentes a uma variedade nativa dessa língua, em Cabo Verde. Trata-se de um aspecto muito importante, pois a não compreensão dos seus fundamentos pode suscitar nos falantes atitudes desfavoráveis à extensão do uso da LCV e à sua oficialização e só favoráveis à manutenção da LP como única língua oficial. Parece haver consenso entre os autores consultados de que a contestação da LCV terá começado no séc. XVIII (anónimo, 1784), com a propagação de várias ideias desprestigiantes sobre o crioulo; essa postura terá sido incrementada no séc. XIX, data da implantação do ensino oficial em Cabo Verde, tendo sido mesmo proibido o uso daquela língua nos estabelecimentos de ensino (Brito-Semedo¹¹, 2006). Como reacção, desencadeou-se um movimento de defesa do crioulo por Pedro Cardoso (1933), poeta

¹⁰ *Code-switching* é uma manifestação do bilinguismo que consiste em trocar de língua no decurso de uma mesma produção linguística, mesmo que não haja mudança de interlocutor ou de situação. Ver, por exemplo, Poplack, Shana (1980) Sometimes I'll start a sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL: toward a typology of code-switching. *Linguistics* 18 (7/8): 581-618.

¹¹ O único que cita um documento oficial em que ocorre essa proibição de forma explícita (Regulamento interno do Liceu Central D. Henrique, B.O. Nº 11, Praia, 12 de Março de 1932).

da ilha do Fogo. Contudo, as atitudes negativas ficaram arraigadas e não são fáceis de erradicar, mantendo-se muitas ainda hoje.

Embora ainda não esteja padronizada e devidamente codificada e instrumentalizada, desde o séc. XIX que existem trabalhos de cariz científico ou ensaístico sobre o crioulo/a LCV, visando a sua descrição e uma proposta de ortografia. De destacar que, com excepção da *Propostas de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano*¹², da autoria de um grupo de trabalho criado para o efeito pelo INAC (Instituto Nacional da Cultura) e com quem essa instituição assinou um Termo de Compromisso, todos os trabalhos sobre o crioulo/a LCV são da iniciativa estrita dos seus autores, sem apoio oficial¹³. A LCV é uma língua oral ainda que pelo Decreto-Lei n.º 8/2009 de 16 de Março tenha sido instituído o ALUPEC como alfabeto cabo-verdiano (aprovado em 1998 para vigorar por um período experimental de 5 anos). Na verdade, trata-se apenas de uma grafia (vinte e quatro letras e quatro dígrafos) que permite que cada falante de LCV escreva como fala e não de um sistema de escrita normalizada que tenha por base um padrão (ortografia), o que em nosso entender pode reforçar ainda mais a variação e a consolidação da mesma na escrita.

1.1.1 O bilinguismo, consequência linguística do contacto

O bilinguismo, situação muito comum no mundo de hoje, corresponde ao conhecimento e uso de duas ou mais línguas por um indivíduo ou por uma comunidade. Essa concepção implica a distinção comum entre bilinguismo individual e bilinguismo social, sendo este último um fenómeno de dimensão colectiva, caracterizado pela existência de um número significativo de falantes bilingues na comunidade.

A compreensão global do fenómeno, no quadro de uma abordagem sociolinguística, implica o entendimento dos factores que nele intervêm. Adoptamos como referencial teórico um conjunto de trabalhos que, embora usando diferentes abordagens, estudam este fenómeno e as suas implicações (Fasold, 2004; Heye, 2003;

¹² Publicado por Spleen Edições para o IIPC. 1989.

¹³ Os primeiros trabalhos sobre o crioulo de Cabo Verde foram publicados entre 1880 e 1886 e são da autoria do Professor F. Adolfo Coelho, existindo hoje uma produção que abarca trabalhos de natureza lexical como glossários e dicionários, e de natureza descritiva ou gramatical, a maior parte dos quais são trabalhos finais de licenciatura, dissertações e teses, a quase totalidade de carácter descritivo. Na verdade, apenas se conhece um trabalho deste tipo centrado na política linguística (Monteiro Lima, 2007) e outro de carácter pedagógico (Veiga, 2002). Ver última secção deste Capítulo.

Calvet, 1996, 1999b, 2002; Thomasom, 2001; Hamel, 1998, Fishman, 1980, 1972, 1995; Dabène, 1994; Silva-Corvalan, 1989; Amusategi, 1988; Appel e Muysken, 1987; Lüdi e Py, 1986; Ferguson, 1971). Alguns desses estudos foram publicados há uma década ou mais, mas consideramos que o seu contributo continua actual.

Retemos sobretudo, da vasta bibliografia consultada, as informações que dizem respeito ao bilinguismo social, que consideramos ser o que tipifica Cabo Verde. Contudo, o bilinguismo individual deve ser considerado, já que, numa análise como aquela que apresentamos nesta dissertação, se verifica que a história linguística individual tem consequências claras no perfil sociolinguístico de cada informante.

Existem várias concepções de bilinguismo, de que se destacam uma mais vinculada à questão da competência linguística e outra, mais à função do bilinguismo (Heye (2003: 31-32)). Segundo esta autora, as definições que se integram na primeira tendência são de natureza linguística e estendem-se num contínuo que vai desde a definição absoluta e restritiva de Bloomfield (1933), “controlo nativo de duas línguas” (equilinguismo, bilinguismo equilibrado), contestado por muitos, à definição relativa de Diebold (1964) e de Pohl (1965), “mera compreensão das línguas” (bilinguismo incipiente, passivo ou receptivo); quanto à segunda tendência, ela releva de uma perspectiva psicolinguística, sendo que Mackey (1968) considera que o bilinguismo é um fenómeno individual a ser analisado em função de um conjunto de características inter-relacionadas (grau, função, alternância e interferência) e Oksaar (1971), que o fenómeno consiste na “capacidade de uso de duas línguas em diferentes situações e/ou troca automática de código (*automatic code switching*)”. Heye (2003:32) refere ainda a perspectiva biculturalista, que define bilinguismo como “a capacidade do indivíduo de se identificar com ambos os grupos linguísticos em contato”. Não há consenso, assim, entre os autores quanto à definição e tipos de bilinguismo (Heye, 2003).

Thomason (2001), que aborda o bilinguismo do ponto de vista do contacto de línguas, considera as razões que motivam ou requerem a aprendizagem de uma outra língua como um dos factores relevantes para a compreensão do bilinguismo individual, destacando que as atitudes e as motivações políticas se sobrepõem às económicas, às religiosas e às sociais. Amusategi (1988) ressalta que, do ponto de vista individual, ser bilingue é, nos dias de hoje, um bem cultural socialmente reconhecido por alargar as possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal, necessidade essa que tem origem no meio social e não na relação intrínseca entre um indivíduo e a sua língua.

Heye (2003) afirma que desde os estudos de Peal e Lambert (1962), que apontaram para uma maior flexibilidade cognitiva dos bilingues, as pesquisas têm evidenciado mais efeitos positivos do que negativos, sobretudo as mais recentes, em que foram usadas metodologias mais confiáveis, com mais controlo das variáveis.

Neste trabalho, retêm-se¹⁴ as tipologias que adoptam como critérios fundamentais aspectos linguísticos relacionados com as condições em que se desenvolve o bilinguismo: a idade dos falantes, e a ordem e o contexto de aquisição das línguas, vinculados a uma situação de contacto de línguas; o grau de conhecimento das línguas e de proficiência nas línguas e também o domínio comparado dos sistemas; e ainda “as práticas linguísticas e as necessidades pessoais e sociais dos falantes” (Lüdi e Py (1986:18)). Assim, adopta-se um conceito relativo de bilinguismo individual, entendendo-o como um fenómeno que depende do contexto e das condições em que se desenvolve e que deve ser analisado do ponto de vista dos indivíduos que se tornam bilingues. Por isso, considera-se como bilingues falantes com diferentes graus de proficiência e apresentando variedade de uso das duas línguas, e que, portanto, manifestam, na sua fala, fenómenos como a interferência e a alternância de línguas (*language choice; code-choice; code alternation; choice-switching; situational switching; conversational code-switching*).

No quadro do contacto de línguas, o bilinguismo social é considerado como a convivência de duas ou mais línguas numa mesma comunidade, por nela existirem um número significativo de falantes bilingues, ocorrendo um bilinguismo extensivo (Thomason, 2001). Por isso, do ponto de vista dessa autora, um país pode ser bilingue ou multilingue/plurilingue¹⁵ e a sua população ser monolingue, do mesmo passo que dizer que um país é monolingue não quer dizer que todos os cidadãos desse país falem uma única língua e que todos os que vivem nesse país tenham essa língua como materna. Assim, podem configurar-se situações estáveis de bilinguismo, de bilinguismo mútuo ou assimétrico e outras situações que se situam entre esses dois extremos.

Considera-se estável (Thomason, 2001; Silva-Corvalan, 1989) uma situação de bilinguismo (ou de contacto) em que as normas de uso das línguas estão bem definidas,

¹⁴ Por uma questão de economia do presente capítulo, os diferentes tipos de bilinguismo incluídos nas diferentes tipologias são retomados e desenvolvidos no contexto da análise de dados, quando pertinentes.

¹⁵ Na linha de vários autores (por exemplo, Amusategi, 1988; Garmadi, 1983) usa-se esses termos indistintamente, por se considerar o bilinguismo apenas um caso limite de plurilinguismo/multilinguismo (uso de mais de duas línguas).

em que não tenham ocorrido alterações profundas por mais de três ou quatro gerações e em que não haja qualquer sinal incipiente de mudança. As situações pacíficas e mais estáveis de bilinguismo derivam de relações também pacíficas e longas entre vizinhos ou povos que se relacionam de forma próxima¹⁶. Contudo, e ainda segundo Thomason (2001), mesmo essas situações estáveis estão sujeitas a alterações que podem ocorrer em qualquer momento, em função da mudança no status das línguas.

Como se comenta no Capítulo 3, muitos destes aspectos podem ser invocados relativamente à situação cabo-verdiana. Não se aplica a Cabo Verde o denominado bilinguismo assimétrico, que ocorre quando apenas o grupo dominado é bilingue, de que resulta, mais cedo ou mais tarde, mudança de língua e que implica a existência de uma relação social conflituosa, uma cultura dominante e uma dominada ou desprestigiada (Thomason (2001).

De destacar ainda que os casos de contacto em que os países têm uma língua oficial e mais do que uma língua minoritária¹⁷, a língua oficial nem sempre é a mais falada, podendo prefigurarem-se vários quadros. Para esses contextos, Amusategi (1988) apresenta a seguinte tipologia de bilinguismo social, da autoria de Baetens (1986); *bilinguismo horizontal* – coexistem duas línguas oficiais com o mesmo estatuto cultural e na vida familiar (caso do espanhol e catalão na Catalunha); *bilinguismo vertical* – coexistem uma língua oficial e uma variedade com ela relacionada (caso da Suíça alemã); e *bilinguismo diagonal* – coexistem a variedade de uma língua ou uma língua não oficial a par de uma língua oficial geneticamente relacionada.

Amusategi (op. cit) critica, contudo, esta tipologia por não levar em conta, de entre outros aspectos, a distribuição funcional das línguas, a extensão da comunidade bilingue, a estabilidade ou não do bilinguismo horizontal, aspectos esses relacionados com a noção de diglossia, que será abordada a seguir. Da nossa avaliação da situação cabo-verdiana, partilhamos da opinião de que estes aspectos são fundamentais para a tipificação do bilinguismo social e, por isso, os consideramos na nossa investigação.

¹⁶ Pelo contrário, nos quadros de instabilidade ou de transitoriedade do bilinguismo, existem factores sociais que podem ser previsivelmente responsáveis pela situação; no entanto, na maior parte dos casos, só se dá conta da instabilidade quando ela já está em curso.

¹⁷ Línguas minoritárias são “as línguas faladas tradicionalmente no território de determinado Estado por grupos numericamente inferiores ao resto da população do Estado ou que, independentemente da sua grandeza numérica, ocupam uma posição subalterna, as quais são diferentes da língua oficial desse Estado.” Maia, Clarinda de Azevedo *Minorias linguísticas e sociolinguísticas*. Separata da Revista Portuguesa de Filologia, Vol. XX. Coimbra, 1992:14-15, citado em Martins (1994b:101).

Importante assinalar ainda que o bilinguismo acarreta, segundo alguns pesquisadores (Thomason, 2001; Fasold, 2004, por exemplo), consequências sociais e políticas diversas para os países, questão esta que remete para a política linguística, componente a que damos também bastante importância e que comentamos no capítulo 6. Assim, de acordo com esses pesquisadores, o bilinguismo é um dado adquirido quando dificilmente se pode ter uma vida social normal, numa dada sociedade, se não se dominar mais do que uma língua. Como tal, é um dado que as organizações políticas e sociais têm de considerar. O bilinguismo pode ser um factor de união, um factor de identificação ou de criação de novos grupos, o que lhe atribui uma forte dimensão social. Contudo, consideram também que pode também ser fonte de problemas, dado que a diferença linguística pode agudizar a tensão social e política existente, mesmo nos casos em que há mútua inteligibilidade ou se trata de dialectos da mesma língua.

1.1.2 Fenómenos associados ao bilinguismo

Uma situação de bilinguismo estável e antigo, como é a cabo-verdiana, favorece a ocorrência de alguns dos fenómenos apresentados na literatura de especialidade como geralmente decorrentes do perfil bilingue dos falantes e das comunidades. Nas subsecções seguintes, referem-se aqueles que tomamos como relevantes para a nossa investigação, relacionando fenómenos linguísticos com fenómenos individuais e sociais não linguísticos mas interferem nos anteriores. Começamos justamente por estes últimos, por constituírem o pano de fundo que explica o comportamento linguístico diglótico ou de alternância de línguas.

1.1.2.1 Atitudes linguísticas

As atitudes dos falantes que dizem respeito ao modo como eles julgam, por um lado, as línguas e as variedades, suas e dos outros, e, por outro lado, os usuários dessas línguas/variedades e o seu comportamento linguístico são importantes para a compreensão do fenómeno do bilinguismo individual na sua relação com o bilinguismo social.

As atitudes constituem um dos factores que mais influenciam, positiva ou negativamente, o comportamento linguístico dos locutores bilingues (e dos locutores, de um modo geral). Ter acesso a essas atitudes permite, portanto, perceber a dinâmica

social das relações das línguas em contacto susceptíveis de modificar essas atitudes, assim como as relações de força vigentes numa comunidade e as práticas linguísticas dos falantes, e ainda as características identitárias destes (Thomason, 2001; Calvet, 2002a; Fasold, 2004, por exemplo).

Na mesma linha, Garmadi (1983) considera as atitudes linguísticas como parte integrante do objecto de estudo da Sociolinguística e como relevantes no quadro da concretização de uma planificação linguística; esta deve ter em conta, para além das mudanças na língua, as mudanças nas atitudes dos falantes e nas funções que elas assumem, servindo, portanto, de referencial para as políticas linguísticas e para a elaboração de programas de ensino.

Estas questões foram consideradas no nosso estudo, como se verifica ao longo do Capítulo 3.

A relevância das atitudes linguísticas pode ser analisada quer de um ponto de vista mais amplo, através do recurso a estudos da Psicologia Social (Maisonneuve, s/data; Krech et al., 1973; Vala, 1986; Marques e Paéz, 1993 e Lima, 2000), quer do ponto de vista linguístico¹⁸. A definição de atitude que se adopta neste trabalho é fornecida pela Psicologia Social (Maisonneuve, s/data:107): “uma posição (mais ou menos cristalizada) de um agente (individual ou colectivo) para com um objecto (pessoa, grupo, situação, valor¹⁹); exprime-se mais ou menos abertamente através de diversos sintomas ou indicadores (palavras, tons, gestos, actos, escolhas – ou sua ausência); exerce uma função ao mesmo tempo cognitiva, afectiva e reguladora sobre os comportamentos a que subjaz.”. Se o objecto das atitudes é a língua, denominam-se atitudes linguísticas, nas palavras de Moreno-Fernandéz (1998:179, *apud* Díez et al., 2003: 13), “uma manifestação da atitude social dos indivíduos, que se distingue por se centrar e se referir especificamente tanto à língua como ao seu emprego na sociedade, sendo que 'língua' inclui aqui qualquer tipo de variedade linguística.”.

A posição dominante em várias obras (Labov, 1976; Garmadi, 1983; López-Morales, 1989; Fishman, 1995; Díez et al., 2003; Tarallo, 2003; Fasold, 2004) é que o

¹⁸ Ferguson, 1974; Labov, 1976; Weinreich, 1979; Garmadi, 1983; Appel e Muysken, 1987; Amusatagi, 1988; Silva – Corvalán, 1989; Dabéne, 1994; Martins, 1994a; Fishman, 1995; Maingueneau, 1997; Trudgill, 2000; Monteiro, 2000; Calvet, 1999a; Thomason, 2001; Boyer, 2001; Calvet, 2002a; Díez et al., 2003; Trudgill, 2004; Fasold, 2004; Pereira, 2006.

¹⁹ Sobre o conceito de valor, veja-se a citação: “Crenças sobre o que é desejável ou ‘bom’ [...] e o que é indesejável ou ‘mau’. Os valores reflectem a cultura de uma sociedade, e são geralmente aceites pelos membros da cultura.”. (Krech et al., 1973: 119).

conceito de atitude linguística se aplica às línguas (primeiras, segundas, em contacto, crioulos), mas também às suas variedades e às variantes linguísticas que admitem, à mudança linguística, à manutenção/mudança de língua, a manifestações verbais como a interferência, a alternância e a troca de língua, aos falantes individuais e à comunidade, e mesmo aos esforços de planificação linguística.

A relevância das atitudes para a análise linguística é evidenciada pela importância que Labov (1976:338) lhes atribui, ao redefinir o conceito de comunidade linguística como “um grupo de locutores que têm em comum um conjunto de atitudes sociais para com a língua.”. Thomason (2001) considera as atitudes como um dos factores sociais mais fortes no condicionamento dos tipos e graus das mudanças decorrentes de contacto.

O carácter social das atitudes linguísticas é também focado em Labov: “Quando uma variante²⁰ é usada por um dado grupo social, então o valor social atribuído a esse grupo é transferido para essa variante” (Labov (1974:199-200)). Labov afirma que os seus trabalhos (Labov 1968, 1976), para além de terem comprovado que o comportamento linguístico objectivo acompanha a posição social do indivíduo (profissão, nível da educação e rendimento, combinadamente), mostraram que a avaliação social de uma dada variedade acompanha a diferenciação social, existindo uma relação lógica entre a uniformidade da avaliação subjectiva de uma variedade e a estratificação social do seu emprego. Appel e Munysken (1987: 16) resumem a questão das atitudes linguísticas através do seguinte esquema: atitudes face a um grupo social/étnico → atitudes face à língua do grupo → atitudes para com os falantes da língua. Assim, julgamento linguístico e julgamento social vão frequentemente a par.

Relativamente à situação de línguas em contacto²¹, destacam-se, como atitudes positivas, a solidariedade e a lealdade linguísticas, as quais estão na base de estratégias mais ou menos conscientes de construção identitária, mediante as quais se assinala a pertença a um grupo (*língua de pertença*) mas também a diferença face a outros grupos (Dabène, 1994); trata-se de movimentos de convergência mas também de divergência (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977), salientando-se as

²⁰ Uma variante é cada uma das formas linguísticas que representa uma das possibilidades concretas de realização, com o mesmo valor, uma variável dependente gramatical; as variantes estão, por definição, em concorrência, na língua.

²¹ Por exemplo, em Ferguson, 1974; Weinreich, 1979; Garmadi, 1983; Appel e Muysken, 1987; Dabène, 1994; Martins, 1994a; Fishman, 1995; Trudgill, 2000.

denominações usadas por Gumperz (1982:66), “*we code*” (nosso código) e “*they code*” (código dos outros).

Como fontes da intolerância linguística, no contexto de bilinguismo (Alkimim, 2004), destacam-se as atitudes de insegurança, timidez ou mesmo complexo de inferioridade (Labov, 1976; Appel e Muysken, 1987; Calvet, 1999a) geradas pela tensão entre a competência real e a ideal, suscitada pela crença de que não se fala nenhuma das línguas correctamente, como resultado da diferença tipológica ou estatutária e, portanto, da função atribuída a essas línguas. Calvet (1999a) distingue três tipos de (in)segurança linguística: (i) *estatutária*, vinculada ao prestígio que os locutores atribuem à língua que falam e às outras do contexto (patois, dialecto, língua); (ii) *identitária*, relacionada com o que os locutores pensam do vínculo entre a língua ou variedade que eles falam e a do seu grupo (característica ou não da sua comunidade); (iii) *formal*, respeitante ao que os locutores pensam da sua maneira de falar, suscitada pela crença de que não se fala como se deveria (correspondendo à insegurança definida por Labov, 1976). Cruzando-os, Calvet (1999a) propõe oito situações diferentes, que exemplifica e caracteriza como (i) insegurança estatutária, formal e identitária; (ii) segurança formal, insegurança estatutária e identitária; (iii) segurança estatutária, insegurança formal e identitária; (iv) segurança estatutária e formal, insegurança identitária; (v) segurança identitária, insegurança formal e estatutária; (vi) segurança identitária e formal, insegurança estatutária; (vii) segurança identitária e estatutária, insegurança formal; (viii) segurança formal, estatutária e identitária.

Sintomas de uma avaliação social estigmatizada são os estereótipos de natureza linguística, que correspondem a lugares comuns (ou clichés) que se instalam na comunidade linguística, revelando posições sociais profundamente ancoradas e as contradições existentes na sociedade (Labov, 1976). São esses estereótipos que sustentam os preconceitos linguísticos, os quais podem levar à depreciação da própria língua (auto preconceito, auto ódio ou deslealdade linguística).

De registar as seguintes vertentes das atitudes linguística positivas e negativas: (i) o investimento afectivo para com a língua das relações íntimas, língua do coração, vinculada à função sentimental da língua como resultado da sua ligação com o universo relacional do falante, a sua história pessoal, os seres ou lugares que lhe são queridos (Dabène, 1994); (ii) a atitude positiva para com a língua maioritária, com base na importância objectiva (ou presumida) que lhe é reconhecida, como meio de promoção

peçoal e social, gerando um bilinguismo de promoção ou de oportunidade que, por sua vez, pode acarretar atitudes de resistência a acções de valorização da língua minoritária (Dabène, 1994); (iii) o uso diferenciado das línguas, seja em função das avaliações que lhes são atribuídas ou do uso comparativo das mesmas (Ferguson, 1974) seja para assinalar a deferência para com o interlocutor (Fishman, 1995); (iv) a desvalorização estrutural de uma das línguas e a sua apreciação funcional, por influência das ideologias (Dabène, 1994); e (v) resistência à interferência estrutural e vocabular e à mudança de língua (*language shift*) (Weinreich, 1979). A atitude contraditória de conferir maior prestígio à língua maioritária (ver (ii), acima), ainda que a minoritária (que pode ser um crioulo) seja tida positivamente como depositária da identidade cultural e objecto de lealdade linguística, é referida por vários pesquisadores (Gamardi, 1983; Martins 1994a; Boyer, 2001; Thomason, 2001; Fishman, 1995) e pode ser compreendida segundo (Martins (1994a) à luz do prestígio encoberto derivado do duplo papel das atitudes: indicar a função social das línguas em contacto e o seu valor simbólico. Para essa autora, esse conflito será resolvido se e quando os falantes da língua minoritária lhe atribuírem um estatuto social mais elevado, o que pode passar pelo apoio institucional, governamental e político que lhe for conferido, mormente a sua introdução no ensino formal como disciplina autónoma ou como língua de ensino.

As atitudes linguísticas, tal como as atitudes de um modo geral (cf. Krech et al., 1973; Fishman, 1995), integram um componente cognitivo contido nas crenças e revelado por julgamentos epilinguísticos, assim como um componente emocional revelado por reacções afectivas e/ou emotivas; integra ainda um componente comportamental ou de tendência para a acção, revelado pelo modo como os usuários adequam o seu comportamento ao contexto sociolinguístico e às expectativas dos interlocutores e ainda como avaliam as suas práticas²². Como elemento da componente cognitiva, relativamente às atitudes para com a manutenção/abandono de línguas,

²² Segundo La Fontaine (1997, *apud* Calvet, 1999a:157), o termo “atitude” surgiu na literatura com o mesmo sentido de “representação, norma subjectiva, avaliação subjectiva, julgamento, opinião, para designar qualquer fenómeno de carácter epilinguístico referente à língua”. Contudo, Calvet (1999a:157), citando Gueunier (1977), sublinha que atitudes e representações linguísticas partilham o traço epilinguístico, que os distingue das práticas, e “o carácter menos activo (menos orientado para um comportamento) mais discursivo e mais figurativo das representações” as distingue das atitudes.

Fishman (1995) aponta a consciência linguística²³ (capacidade de discriminar os sistemas). Considerando esse conceito do ponto de vista do bilingue, correspondendo à consciência que ele tem das suas capacidades, do seu grau de domínio das suas línguas e do grau de controlo deliberação da estratégia de uso que faz delas, há que destacar a posição de Dabène (1994). Neste texto, são distinguidos cinco tipos de posicionamento, revelados por diferentes capacidades: (i) *langagièrre (da linguagem)*: capacidade para identificar os sistemas linguísticos como distintos do contexto extra-linguístico; (ii) *linguística*: capacidade para distinguir os sistemas linguísticos, bem como de relacionar os elementos linguísticos e os repertórios como pertencendo a sistemas diferentes, base para o sujeito se auto-definir como bilingue, pois a não distinção pode gerar insegurança; (iii) *normativa*: capacidade para fazer julgamentos sobre o que são formas correctas e aceitáveis na sua fala e na de outros, a partir do conhecimento das regras da língua; (iv) *etnolinguística*: capacidade para estabelecer relação entre o seu reportório verbal e identidade, reconhecendo uma dada língua como parte da sua identidade e do sentimento de pertença (língua de pertença), sendo que o seu grau não depende do domínio da língua; e (v) *sociolinguística*: capacidade para se posicionar quanto ao uso das línguas em sociedade (ou seja, entre outros, estatutos, funções, áreas de uso e difusão).

Outros linguistas (Fasold, 2004; Fishman, 1974; Calvet, 2002a) relacionam o papel de bloqueio ou de promoção que as atitudes linguísticas exercem sobre o comportamento linguístico dos falantes, tendo influência nas acções de padronização ou codificação (favorecendo-as ou não).

Quanto às atitudes linguísticas no quadro do ensino/aprendizagem, existe um largo consenso (Rocha e Pereira, 2002; Fiorin, 2002; Díez et al., 2003, por exemplo) sobre o facto de que a escola é um lugar privilegiado de reprodução das atitudes linguísticas, seja através das atitudes dos professores, de discriminação das variantes, variedades ou línguas, que são veiculadas nos seus discursos e nas suas práticas (abrir (ou não) espaço para o uso das línguas minoritárias, por exemplo), seja ainda através das obras de referência (gramáticas, dicionários e obras de estilo).

²³ Do ponto de vista da aquisição de línguas e da didáctica das línguas pode ser entendido como a capacidade de recorrer ao conhecimento linguístico sobre a língua materna ou não e de reflectir sobre a língua, verbalizando essa reflexão, o que o aproxima da consciência metalinguística, com implicações em outros desenvolvimentos (acerca) deste conceito.

1.1.2.2 Língua, identidade e atitudes linguísticas

Na literatura sociolinguística, a identidade de um grupo (comunidade, nação) também é chamada de identidade étnica ou cultural ou etnicidade e é entendida como tudo o que contribui para que um grupo se reconheça como tal e como distinto de outro grupo étnico, não havendo critérios fixos para essa distinção, ou seja, para identificar um grupo com uma identidade étnica específica.

Segundo Fasold (2004:2), para a Sociolinguística, grupo étnico e nacionalidade são os dois extremos de um contínuo, em tudo iguais, excepto quanto ao nível de organização sociocultural. Na verdade, segundo Argenter (2000) os antropólogos distinguem níveis de etnicidade: individual ou pessoal e de grupo ou nacional. De acordo ainda com este investigador, a relação estreita entre língua e identidade estabelecida pelos filósofos alemães dos sécs. XVIII-XIX (Herder, Fichte e von Humboldt) é rejeitada pela Antropologia, a favor de uma concepção dinâmica da identidade em que ela é vista como um processo sempre em construção que, dependendo das circunstâncias, leva a enfatizar um ou outro traço. Argenter (2000) e Romaine (2000) sustentam que, nesse entendimento, o grau de proeminência que um grupo atribui à língua, nesse processo de construção, depende da função que lhe for atribuída pelos grupos, na dinâmica da inter-relação com os outros elementos, num dado contexto social e político; a língua pode tornar-se no símbolo mais forte da identidade a qualquer momento. Romaine (2000:15) destaca que “Alguns grupos enfatizaram as suas línguas como a marca principal da sua cultura e basearam-se nela como o principal factor de resistência contra a assimilação”. O estudo das situações de contacto tem contribuído para elucidar esta relação, já que há “uma comparação implícita ou explícita de duas ou mais línguas, duas ou mais culturas e dois ou mais grupos humanos (Argenter (2000:29)). A construção da identidade etnocultural resulta das diferenças entre “nós e eles”, e nesse âmbito as línguas servem para assinalar o grupo social como *we code* ou como *they code*, independentemente do valor comunicativo das línguas, como aponta Gumperz (1982). Ou seja, as atitudes para com as línguas e seus usuários configuram-se como a expressão da relação língua/identidade, favorecendo a

manutenção dos usos linguísticos (Labov, 1976)²⁴. Nas palavras Díez et al. (2003:14): «[o falante] não deseja abandonar a língua do grupo, uma vez que isso implicaria a perda de identidade e, em muitas ocasiões, a identidade de origem está acima de uma identidade adquirida, apesar do prestígio social que esta possa ter.». Por isso, e apesar de não se poder afirmar que a identidade etnocultural está sempre relacionada com a língua, muitos linguistas (Díez et al., 2003; Appel e Munysken, 1987; Amusatagi, 1988; Argenter, 2000) assumem, seguindo Garvin e Mathiot (1960), que essa identidade é o traço cultural que mais caracteriza a identidade de um indivíduo, grupo, comunidade ou povo. Assim sendo, e tal como afirma Argenter (2000:29), “o estabelecimento de uma língua nacional tem uma dupla função: dotar o corpo nacional, *nós*, com uma coesão simbólica via um meio linguístico e, por outro, separá-lo simbólica e eficientemente do outro” (funções unificadora e separadora da língua).

Dos investigadores que se têm dedicado às relações entre língua e identidade, destaca-se Fishman que, considerando embora que tudo pode ser símbolo da etnicidade, destaca o papel da língua como o símbolo por excelência, não só por ela ser o meio de expressão de todos os aspectos culturais e de outras entidades como também porque “A língua é o registo da paternidade [passado], o veículo do património [o legado] e o suporte da fenomenologia [significado da paternidade e do património].” (Fishman (1977:25)). Em Fishman (1980) é reiterado esse ponto de vista, mormente nas sociedades modernas e complexas em que se verifica uma neutralização dos elementos culturais devido à sua internacionalização. Ou seja, cultura é um conceito mais amplo do que etnicidade, sendo que o primeiro tem que ver com as normas que regem o comportamento humano, crenças e valores, ao passo que o segundo, mais estreito, vincula-se àqueles comportamentos, crenças e valores que definem a autenticidade, isto é, a pertença a um povo em particular.

Tendo em conta os contextos em que predominam múltiplas normas de comportamento, crenças e valores, Fishman (1980) estende a discussão, relacionando biculturalismo (fenómeno individual) com di-etnia (fenómeno social). Assim, considera o biculturalismo como um traço do indivíduo mas que pode não existir na sociedade, sendo a sua correspondente social a di-etnia (multiculturalismo social estável: “Assim como a presença ou ausência de compartimentalização social no uso da língua acarreta

²⁴ Labov (1976) explica que a consciência negativa dos nova-iorquinos sobre a própria variedade linguística não leva a uma mudança nos usos linguísticos por uma questão de afecto e de identidade e não por razões sociais ou educativas.

diferentes arranjos sociais do bilinguismo, assim a presença ou ausência de compartimentalização no comportamento etno-cultural em ambientes bi-culturais leva a diferentes arranjos sociais do biculturalismo, que é também, acima de tudo, um comportamento individual.” (Fishman (1980:5)). Fishman (op.cit.) explica que, tal como acontece com a manutenção de língua, a manutenção da autenticidade requer um forte suporte institucional; sustenta que, sem protecção institucional à manutenção da compartimentalização sociolinguística ou etno-cultural (di-etnia), nenhuma comunidade linguística ou etnocultural consegue manter duas línguas ou duas culturas numa base estável, se ambas são usadas para as mesmas funções sociais. Por isso, acrescenta, enquanto o biculturalismo pode ser encontrado no cenário *bilinguismo com diglossia* (diglossia corresponde à repartição das línguas em função de situações ou objectivos específicos; cf. secção 1.1.2.4), a di-etnia é um fenómeno mais raro, mormente porque o mundo moderno, tanto do ponto de vista ideológico como pragmático, é favorável à reciprocidade/solidariedade e não à compartimentalização de crenças, valores e comportamentos.

Nesta mesma linha, argumentam Argenter (2000:34) que aponta um caso cuja “situação favorece uma concepção que dissocia a identidade linguística da territorial e administrativa” e ainda Fasold (2004:4) que afirma que “um indivíduo pode ser bilingue e ter bom domínio de uma segunda língua e, ainda sentir-se “unido” aos falantes da sua primeira língua e “separado” dos falantes da sua segunda língua”. Remete-se para Brito-Semedo (2006) que, na obra resultante da sua tese de doutoramento sobre a construção da identidade nacional cabo-verdiana, explica e detalha o processo dessa construção, para concluir que se trata de: “um todo, que surgiu como resultado de um processo histórico-político-social que fez a elaboração dessas duas componentes, a africana e a europeia, e que levou à integração destas duas posições, que hoje constituem a vivência cabo-verdiana.” (op. cit: 383).

Em suma, a língua é um factor central na construção da identidade individual e colectiva, sem dúvida inscrita na dinâmica da sociedade, sendo que os diferentes tipos de relações que estabelecem atribuem perfis diferenciados à mesma. Língua, identidade e atitudes linguísticas estão intimamente relacionadas, já que a identificação com uma língua e um grupo culturalmente definido passam por atitudes positivas, de solidariedade, para com ambos, língua e grupo cultural. Este complexo de interacções

está reflectido nos dados que obtivemos quer nas respostas aos questionários quer nas entrevistas, sendo um dos pontos discutidos no Capítulo 3.

1.1.2.3 Redes sociais

Uma rede social pode ser entendida como um conjunto de relações sociais e linguísticas que um indivíduo estabelece, implicando interacção mais ou menos regular; em função dos tipos de laços estabelecidos, os membros da rede impõem uns aos outros atitudes e comportamentos (Milroy, 1987, 1992). Trata-se de um paradigma de análise antropológica aplicado em Sociolinguística para a interpretação de fenómenos de variação e mudança linguística, em função de variáveis decorrentes do próprio conceito de rede (Milroy, 1987, 1992; Gumperz, 1982; Bortoni-Ricardo, 1985, 1989; Martins, 1994a, 1997a; Labov, 2001; Moreno-Fernández, 1999). Para esses autores, as características de uma rede dependem das seguintes propriedades: a densidade (número de indivíduos na rede) e a multiplicidade (força dos vínculos entre os indivíduos que a constituem), relacionada com a diversidade de condições em que as pessoas interagem: parentes, vizinhos, parceiros de trabalho, amigos, colegas de lazer, etc.

A rede social pode ser considerada, no quadro da Sociolinguística, como uma variável independente social, sendo aquilatados a multiplicidade dos seus membros e os indicadores da integração dos indivíduos na rede. Para calcular o peso da variável *rede*, Milroy (1987) propõe considerar, entre outros, o número de elementos integrantes da rede, os laços entre o núcleo familiar, os laços de parentesco na vizinhança, os laços de trabalho, a livre associação a colegas de trabalho (fora das horas de trabalho). Segundo essa autora, os resultados da correlação permitem distinguir entre *redes sociais densas e múltiplas* e *redes frouxas e com pouca multiplicidade*. Nas primeiras, os indivíduos partilham mais de um tipo de relação (laços múltiplos), ao passo que nas segundas os laços tendem a ser mais frágeis, porque mais restritas as relações. Assim, as comunidades pequenas e tradicionais, em que toda a gente se conhece, são comunidades de alta densidade e multiplicidade, ao passo que as comunidades urbanas e desenvolvidas (grandes cidades) são comunidades de baixa densidade e de laços *uniplex*, termo usado nos textos anglo-saxónicos para denotar as situações em que as pessoas se relacionam num círculo restrito, por exemplo o emprego.

De acordo com a literatura consultada, estudos mostram que as comunidades de alta densidade e relações *multiplex* (as pessoas interagem motivadas por serem membros

da mesma família, do mesmo bairro, etc.) funcionam como uma força conservadora ou pouco inovadora, por desenvolverem um grande consenso quanto às normas de comportamento, incluindo as linguísticas e, em consequência, apresentam resistência à influência de valores externos, isto é, com origem fora da rede. Essa coesão garante a coesão das variedades linguísticas e a preservação de línguas minoritárias. Por isso, a difusão da mudança de uma rede densa para outra dá-se através dos indivíduos das redes de baixa densidade e laços *uniplex* que interagem com as anteriores; exactamente porque desenvolvem um maior número de laços frágeis (que exigem menos esforço) e mais contactos fora da sua vizinhança, operam como veículos de transmissão das inovações.

Em trabalhos de Sociolinguística: Gumperz (1982) associa a preservação de línguas minoritárias, em comunidades bilingues, às redes densas dos seus falantes, em função de regras comportamentais e comunicativas definidas a partir das actividades sociais inerentes a essas redes; Milroy (1987) aponta o facto de os membros das comunidades operárias terem redes mais densas do que os membros das classes médias ou superiores, o que “é consistente com o princípio enunciado por Labov e Kroch de que os grupos inovadores estão localizados no centro da hierarquia social (classe média-baixa a alta).” (Milroy (1992:181)); Bortoni (1985) considera que estudos sobre a variação e a mudança efectuados com base em redes trouxeram contributos importantes para a compreensão de questões linguísticas complexas, como sejam a adopção da diglossia estável ou da substituição de uma variedade por outra.

Como se pode concluir desta apresentação sobre as redes sociais, este é um factor importante para a análise sociolinguística. Eckert (s/d: 1) refere que essa importância advém do seu poder explicativo de casos em que falantes com perfis sociais idênticos apresentam comportamentos linguísticos diversos: um deles dispõe de diferentes variantes, enquanto o outro não; o primeiro é, certamente, um indivíduo inserido em redes múltiplas e complexas.

Como relativamente às questões tratadas nas secções anteriores, as redes sociais foram objecto de inquirição junto dos nossos informantes, sendo as mesmas comentadas no Capítulo 3.

1.1.3.1 Manifestações do bilinguismo

1.1.3.1 A diglossia

Geralmente, nas situações de bilinguismo, as línguas em contacto estão numa relação assimétrica de poder. Essa relação entre uma língua dominante ou majoritária e outra dominada ou minoritária, a que correspondem usos complementares, é denominada diglossia, pela Sociolinguística.

Este conceito ganhou relevância teórica com Fergusson ([1959] 1971a²⁵), tendo depois sido objecto de expansões (Fishman, 1967/1995) e mesmo de reformulações (Fasold, 2004). Segundo a diglossia clássica ou em sentido restrito de Ferguson, uma comunidade é diglósica quando nela coexistem duas variedades da mesma língua, não demasiado diferenciadas, mas também não tão próximas como são os registos, uma delas com um estatuto sociopolítico inferior, a variedade baixa (B) por oposição à alta, mais prestigiada (A), e que são usadas com funções distintas; a variedade alta não é língua materna de ninguém e não é falada por qualquer segmento da comunidade nas conversas informais. Ferguson admite mudanças numa situação diglósica, como resultado de determinados condicionamentos sócio-históricos. Tarallo (1987:70) concorda quando afirma que “a situação diglósica, assim como o bilinguismo, pode ser invertida, ou seja, é possível inverter a própria história.”. Ferguson (1971a) identifica os critérios de definição e de reconhecimento de uma situação diglósica: para além dos traços gramaticais, é crucial a distribuição das funções sociais e do prestígio associado a cada uma das línguas, da sua literatura, assim como o tipo de aquisição, o grau de padronização ou normalização e a estabilidade de cada língua em jogo.

A concepção inicial de Ferguson e os desenvolvimentos que fez da mesma são retomados por Fishman (1995²⁶ e 1980), que amplia o conceito (diglossia extendida ou em sentido amplo), expandindo a noção em dois sentidos: número de variedades implicadas e relação linguística entre elas, e a expectativa de uso de uma dada língua

²⁵ O artigo *Diglossia* de Ferguson foi publicado pela primeira vez em *Word* 15, 1959.

²⁶ Bilingüismo social estable y transitório. Fishman, Joshua *Sociología del lenguaje*, Edit. Cátedra, Madrid, 1995, Revisão do artigo «Bilinguismo con y sin diglosia y diglosia con y sin bilinguismo» (1967) conforme *op. cit.*: 24.

num dado contexto (distribuição funcional das línguas). Na verdade, para Fishman (1980) diglossia difere de bilinguismo na medida em que a diglossia consiste num tipo de organização (*arrangement*) social estável, mantido por pelo menos três gerações e em que cada uma das duas línguas tem funções sociais distintas. Nesse contexto, relacionando bilinguismo (do domínio individual) e diglossia (facto social), sugere quatro tipos de comunidades, quanto aos tipos de organização relativa aos usos das línguas; estes tipos são definidos em função da presença ou ausência de bilinguismo e de diglossia, os quais podem ocorrer um sem o outro. Trata-se de pontos focais da organização sociolinguística, tendo em conta o carácter contínuo dos dois fenómenos: (i) diglossia com bilinguismo, (ii) bilinguismo sem diglossia, (iii) diglossia sem bilinguismo e (iv) nem diglossia, nem bilinguismo.

Destas possibilidades, destaca-se, pela sua relevância no contexto deste trabalho, o cenário *diglossia com bilinguismo* que se caracteriza por na comunidade (que pode ser uma nação) ocorrer um bilinguismo social extensivo e uma diglossia relativamente estável, em que as duas línguas são adquiridas de modo distinto e têm uma distribuição funcional e apoio institucional diferenciados. Na diglossia com bilinguismo, mantêm-se inalteradas quer a percepção etnocultural das duas línguas como 'nossas' (ou seja, nenhuma delas é percebida como estrangeira, ainda que uma delas ou ambas tenham sido assim percebidas em algum ponto da história) quer a percepção de que as duas línguas estão em complementaridade funcional, em congruência com os comportamentos e valores de cada uma (Fishman, 1980).

Fishman (1980) sugere uma taxionomia de quatro relações linguísticas típicas entre a língua alta (A) e a baixa (B), no sentido que lhes atribuiu Ferguson (1959), conforme estejam em presença línguas geneticamente relacionadas ou não e sejam ambas escritas ou apenas a alta. Dessa taxinomia destaca-se uma das relações relevantes no contexto deste trabalho: a variedade alta é uma língua escrita e usada na fala formal e a baixa, um vernáculo, geneticamente relacionado com a precedente. Em Cabo Verde, no primeiro caso está o português e, no segundo, a LCV. No quadro desta relação, a escolarização ganha relevância já que a oposição escrita/fala informal depende dela.

Fishman (op. cit.) acentua que a estabilidade da diglossia reside na compartimentalização estrita das funções sociais associadas às variedades alta e baixa, distinguindo, por exemplo, as línguas associadas a tradicional vs. moderno. Como

factores que agem contra a estabilização aponta, entre outros, o incremento de redes abertas de comunicação, das relações fluidas entre pessoas de estatuto diferenciado, de interações não marcadas pelo status (ainda que o status permaneça), aliados à urbanização e à mobilidade.

O conceito de diglossia de Ferguson e Fishman foi revisto (Borstel, 2003), primeiramente, por Kloss (1986), que sugeriu que o conceito de Ferguson fosse designado diglossia interna (*in-diglossia*), quando estão em causa duas variedades próximas, e diglossia externa (*out-diglossia*) para uma relação idêntica entre línguas sem parentesco próximo. Depois, foi revisto por Fasold (2004: 53), para quem: “diglossia em sentido lato: o repertório verbal de segmentos da comunidade, positivamente avaliados (não aprendidos em primeiro lugar, mas sim mais tarde e de modo mais consciente e geralmente no ensino formal), é reservado para situações percebidas como mais formais e tensas; o repertório verbal de segmentos da comunidade, menos valorizados (aprendidos em primeiro lugar, com pouco ou nenhum esforço consciente), é reservado para situações percebidas como íntimas e menos formais.”. Ou seja, Fasold redefine o conceito, considerando os extremos do contínuo formalidade – informalidade e não duas variedades linguísticas. A noção reformulada de Fasold parece não ter obtido consenso entre os linguistas: Trudgill (1974), Wardhaugh (1993) e López Morales (1989) parecem preferir a noção de diglossia como inicialmente formulada por Ferguson, por considerarem que, de acordo com a definição de Fasold, quase todas as comunidades seriam diglóssicas, o que empobreceria e banalizaria o conceito; por outro lado, obrigaria a admitir que em todas as situações existe apenas um padrão. Contudo, a nosso ver, Fasold chama a atenção para uma questão importante: a existência de deslocamento de funções das variedades alta ou baixa em direcção à variedade oposta é um indicador de um incipiente esgotamento da situação diglóssica, apontando para mudanças.

Contudo, a integração da relação entre as línguas na noção de diglossia também não é uma questão pacífica entre os linguistas. López Morales (1989), por exemplo, não o considera razoável, argumentando que essa relação deve ser considerada no contexto do bilinguismo. Na verdade, para esse autor, a diferente distribuição funcional de duas línguas não implica por si uma relação diglóssica. O crucial nessas situações é que a variedade alta carece de variação interna diafásica, por só ser usada em situações formais de comunicação, e também de variação diastrática, por só ser falada por

indivíduos dos estratos mais altos. Esta questão, muito importante para a compreensão das atitudes dos falantes da variedade baixa face à alta, também é abordada por Amusategi (1988) que sustenta que, nas situações de diglossia, a língua baixa apresenta sempre um déficit face à língua alta. Com efeito, como a variedade alta ocupa domínios e funções mais altos (relevantes) na sociedade, ela desenvolve-se e disponibiliza uma gama de variedades de que os usuários dispõem como repertório para cumprir as funções altas e baixas; ao contrário, tal já não acontece com a variedade baixa, uma vez que os seus usuários usam a variedade alta para os domínios e funções mais altos.

Silva-Corvalán (1989), tendo em conta que a variação é inerente a todas as línguas, considera a especialização da variedade alta e da baixa como o traço mais marcante de uma situação diglósica. Por isso, e embora aceite a extensão do conceito a situações de bilinguismo em que cada língua tenha funções específicas, não considera recomendável expandir o conceito a ponto de ele incluir toda e qualquer comunidade em que sejam empregues duas ou mais variedades em contextos diferentes, por se correr o risco de ele perder valor classificatório, em Sociolinguística.

Por tudo isso, Amusategi (1988) pensa ser difícil ter-se hoje uma única interpretação de diglossia, embora prevaleça a ideia de que a noção se aplica a situações em que existe uma distribuição funcional suficientemente distinta das línguas, a ponto de não se poder falar de bilinguismo, antes remetendo a situações políticas criadoras de desigualdades. Amusategi argumenta contudo (op. cit:76) que “Os dois planos não devem ser confundidos uma vez que não se resolve um problema político com medidas estritamente linguísticas assim como medidas estritamente políticas, como a promoção do estatuto da língua dominada através de medidas legislativas, não resolvem a prática minoritária dessa língua. As medidas legislativas embora determinantes, são uma condição necessária, mas não suficiente.”

O conceito de diglossia expandido de tradição americana (Ferguson e Fishman) tem as vantagens de sustentar a distinção entre bilinguismo (individual) e diglossia (social), de destacar a questão do prestígio associado às línguas/variedades e de explicar as causas da diglossia através das suas combinações (bilinguismo com ou sem diglossia) e tornou-se uma fonte inspiradora de mudanças. Nesse contexto, e opondo-se a essa visão harmoniosa e estável de diglossia, inicia-se nos anos 60-70 uma abordagem da diglossia como conflito (Amusategi, 1998; Boyer, 2001; Calvet, 2002a) que considera

os termos bilinguismo social, colectivo, etc. como dissimuladores da situação real. De acordo com esses autores, no quadro dessa abordagem, considera-se o contacto de línguas no mesmo espaço social como conflito resultante da dominação de uma língua sobre outra, a língua dominada; a tendência é para a língua dominante fazer desaparecer a dominada. Acentuam que o conflito é analisado como resultado do confronto entre grupos sociais que visam o reconhecimento e/ou a defesa da sua identidade e a manutenção do poder (político, económico, etc.); tratam as produções interlinguais como interlecto²⁷, formas híbridas produtos de uma situação conflituosa de assimilação (*francitan*, *franglais*²⁸), caracterizadas por particularidades fonéticas, lexicais e morfo-sintáticas e submetidas a forte pressão normativa. Uma dessas visões da diglossia como conflito é a de Hamel (1988), para quem não se trata de uma luta entre línguas, mas de um conflito de poder entre grupos diferenciados por factores étnicos e/ou socioculturais em que a institucionalização ou legitimação de uma língua (e de um discurso) se dá devido ao poder de que o grupo em questão dispõe. O papel das práticas discursivas – elemento central da cultura – é primordial nestas relações de poder, uma vez que a sociedade dominante impõe os seus padrões de apropriação e de interpretação da experiência através das múltiplas formas de comunicação. Desse modo, as línguas convertem-se no *locus* de cristalização do conflito. Este autor considera que, nalguns casos, verifica-se contenção da língua dominante e conservação da dominada, um equilíbrio transitório de forças, que pode despoletar um conflito aberto mediante determinadas mudanças sociais que alteram a correlação de forças (por exemplo, a imposição da educação básica generalizada na língua dominante, o fortalecimento do Estado ou a industrialização). Assim, considera que apesar da relação diglósica entre as práticas discursivas hegemónicas (na língua dominante) e as subalternas (na língua dominada), essas línguas sobrepõem-se, e entram numa disputa das funções que dá origem à troca e à mistura de línguas (formas discursivas específicas da zona de sobreposição, de manifestação do conflito e, portanto, indissociáveis das práticas sociais e culturais). Para esse autor, essa relação faz parte integrante de um processo histórico de mudança que tende a acabar com a diglossia pelo deslocamento e, finalmente,

²⁷ Boyer (1991) argumenta que, ainda que disponham de alguma autonomia, esses sistemas não são autónomos, estáveis e coerentes pois estão permanentemente sob a pressão da diglossia, para além de o termo *acrolecto* ser oriundo da crioulistica (contínuo crioulo).

²⁸ Segundo Wardhaugh (1993: 108), este tipo de termos (e ainda *portinhol*, *frangnol*, etc.) evidenciam a atitude crítica dos bilingues para com a mistura de línguas.

substituição da língua dominada pela dominante, com desaparecimento da dominada; ou pela normalização: resistência, consolidação e extensão do uso da língua dominada que passa a ser usada para todas as funções e em todas as circunstâncias, sobretudo quando há forte determinação institucional concretizada em legislação e criação de instâncias de gestão da normalização.

Calvet (1999b) faz uma reflexão importante: a adopção da concepção harmoniosa de diglossia nos países africanos recém-independentes teve como implicação achar-se normal que, numa situação de bilinguismo ou pluringuismo, haja predominância oficial da língua da antiga potência colonial, o que justifica que nada se tenha feito para alterar tal circunstância.

A abordagem conversacional ou interaccional, proposta por Lüdi e Py e seus colaboradores, sociolinguistas da Suíça (onde consideram não existir diferença de estatuto entre as variedades), critica a abordagem da diglossia como conflito pelo seu ponto de partida (a diferença de estatuto entre as variedades), que consideram muito restritivo. Esses linguistas analisam a diglossia de um ponto de vista mais próximo da tradição norte-americana, como diglossia consensual (e não conflitual), sendo necessário, para tanto, criar as condições para gerar os repertórios individuais e sociais de que todos os interessados necessitam. Consideram que a escolha das línguas/variedades implicadas numa situação diglósica não está determinada *a priori*, que não é previsível, antes resulta de um trabalho interactivo de interpretação e definição dos interlocutores, em situações onde imperam a variação, a hesitação, a redefinição da escolha. Portanto, não pode ser analisada a partir de modelos mecanicistas de distribuição complementar das variedades. Reconhecem contudo que a liberdade dos falantes é limitada em algumas situações, sendo que o conflito que daí pode resultar diz respeito aos agentes sociais e não às línguas em si, vinculando assim a diglossia à “elaboração e às modificações da identidade social” (Lüdi, 1997:90, *apud* Boyer 2001:51). Nessa perspectiva, consideram as produções mistas em termos de falar bilingue e analisam, essencialmente, fenómenos da micro-sociolinguística relacionados (decalques, empréstimos, interferências e alternância de código ou colaboração nas comunicações entre pessoas com línguas maternas diferentes).

Com base no que fica dito, neste trabalho, toma-se a noção de diglossia no seu sentido mais amplo, ou seja, incluindo nela a relação entre línguas diferentes (out-

diglossia ou diglossia externa de Kloss), uma relação dinâmica e que, portanto, pode transformar-se. Na verdade, considera-se que esta noção é de grande valor classificatório para as situações de contacto em que o traço distintivo é uma distribuição bastante hierarquizada (e não equilibrada ou harmoniosa) do prestígio e do uso (domínios e funções) das línguas em presença, a ponto de não se poder falar apenas de bilinguismo. Nesse contexto, em que a liberdade do falante é limitada, continuam válidos os critérios de Ferguson, embora devam ser ponderadas as predições de Fasold bem como todas as subcategorias apontadas por Kloss, Fasold, Calvet, que se baseiam em critérios distintos e todos eles importantes.

Da necessidade de descobrir padrões gerais que pudessem facilitar a comparação entre os países multilingues, dada a evidência de diferentes padrões recorrentes por todo o mundo, surgiram fórmulas e tipologias que estabelecem categorias baseadas num pequeno número de variáveis. Nesse contexto, são referidas por Ferguson (1966) e Fasold (2004) várias fórmulas²⁹. Contudo, e como sublinham Fasold (2004) e López Morales (1989), essas fórmulas, apesar de úteis para categorizar as línguas nos seus respectivos países e a comparação dos países entre si, receberam muitas críticas por parte de sociolinguistas e nenhuma delas foi amplamente aceite como método para representar comunidades multilingues, tendo sido mesmo abandonadas. Apesar disso, o papel crucial das funções sociais desempenhadas pelas línguas e os atributos requeridos para o efeito é retomada, tendo em conta a relevância que ela tem no contexto deste trabalho, como elemento a ter em conta na interpretação dos resultados da análise dos dados.

(Fasold, 2004) retoma fórmulas anteriores e propõe uma nova que, segundo o autor, segue os princípios de naturalismo e da predição e adicionalmente o de continuidade; baseia-se nas quase-universais funções de linguagem (oficial, nacionalista, gregária, educacional, de comunicação ampla, internacional, de matéria escolar e religiosa) e nos atributos sociolinguísticos que uma língua precisa reunir para as poder desempenhar, mormente os atributos da padronização e da codificação. Por isso, para predizer o sucesso numa língua no desempenho numa dada função, haverá que comparar os atributos requeridos por uma função com os que possui uma língua

²⁹ A fórmula de Stewart (1962) – modificada por Ferguson (1966) e modificada de novo por Stewart (1968) e por Kloss (1966, 1968) –, as tipologias de Greenberg (1956) e de Rustow (1968) e a grelha de Chaudenson (1991), a qual é discutida por Calvet (1996).

usada para a desempenhar. Alguns dos atributos necessários para o desempenho de algumas dessas funções (Fasold, op.cit.) são

(i) para a *função oficial*: é necessário um nível suficiente de padronização, o que implica um estatuto próximo da variedade alta de Ferguson, e ainda que ela seja usada adequadamente por uma parte razoável da população. Embora seja de prever que não terá sucesso uma língua que não possua esses atributos, nomeadamente a padronização e que, no entanto, seja designada como língua oficial, ela pode adquirir esse requisito com razoável rapidez e assim, prever-se o seu sucesso;

(ii) para a *função nacionalista*: relacionada com a função unificadora e separadora³⁰, é principalmente requerido que a língua seja tida como o símbolo da identidade nacional por uma parte ampla e relevante da população nacional, que seja falada fluentemente e sem esforço e usada por uma parte significativa da população, no seu dia a dia; e ainda que seja aceitável como símbolo da identidade e como elemento de ligação com o passado. Por isso, podem surgir conflitos quando uma língua usada para funções sociais menos valorizadas (língua baixa) é considerada o símbolo da identidade;

(iii) para a *função de grupo*: vinculada apenas com a função unificadora e separadora da língua, deve ser usada por todos no dia-a-dia;

(iv) para a *função educacional* (meio de ensino): a língua deve ser compreendida pelos aprendentes, dispor de recursos de ensino (materiais e professores habilitados) e ser suficientemente normalizada de modo a ocupar uma posição relativamente alta na relação diglósica, sendo que à medida que aumenta o nível de ensino, diminui a importância do primeiro requisito e aumenta a dos outros dois; o segundo e o terceiro atributos são mais difíceis de encontrar, à medida que aumenta o nível de ensino;

(v) para a *função de comunicação ampla*: apenas se exige que essa língua seja aprendida como segunda língua por, pelo menos, uma minoria linguística;

(vi) para a *função de língua internacional*: os falantes devem ter controlo internacional sobre actividades como o comércio e a diplomacia;

(vii) para a *função de matéria escolar* (objecto de ensino): o requisito fundamental parece ser que o nível de padronização seja igual ou mesmo superior ao das línguas dos estudantes. Uma língua recém-padronizada pode ser ensinada a falantes de língua não

³⁰ Sentimento de pertença a um grupo/comunidade e de diferença face a outros

padronizada, mas dotada de um alfabeto, mas não o contrário; do mesmo modo, pode-se esperar que os falantes de uma língua recém-padronizada possam estudar uma língua altamente padronizada ou uma língua com o mesmo nível de padronização, sendo o contrário menos provável.

Apesar das críticas de Calvet (1996) quanto às limitações da argumentação referente aos atributos requeridos para o exercício das funções religiosa e internacional, ele destaca a possibilidade de previsão, considerando que, se afinada, essa abordagem poderá ser útil na planificação linguística para dar conta de todas as línguas de um país e suas potenciais funções.

Na nossa opinião, a fórmula de (Fasold, 2004) apresenta bastante interesse, sendo considerada na análise dos dados com que trabalhamos nesta dissertação.

1.1.3.2 A alternância de línguas

Das manifestações verbais que se evidenciam no comportamento verbal dos bilingues (a alternância de línguas, a troca de línguas e a interferência), apenas a primeira ganha relevância no contexto deste trabalho, sendo um dos focos da análise dos dados. A alternância de línguas (*language choice; code-choice; code alternation; choice-switching; situational switching*), comportamento muito comum entre falantes bilingues, é aqui entendida no sentido que lhe é atribuído por Thomason (2001), ou seja, quando o bilingue escolhe usar uma das suas línguas, em determinados contextos e a outra em outros contextos, de acordo com parâmetros situacionais extra-linguísticos. A alternância entende-se ainda, seguindo Martins (1997a), como mecanismo para redefinir uma escolha inicial, adequando-a a qualquer alteração ocorrida nesses parâmetros, como sejam mudança de interlocutor, do tópico da conversa ou mesmo do local de interação.

A relevância desse conceito, como já referido acima, resulta de uma das atitudes face às línguas em situações de contacto ser a afirmação da identidade, vinculada à função identitária da língua, atitude que está na base de estratégias mais ou menos conscientes de construção identitária mediante as quais o indivíduo assinala a pertença a um grupo, língua de pertença, e a diferença face a outros grupos. Trata-se do valor simbólico da escolha de línguas que é feita pelos falantes, relacionado com os valores sociais e simbólicos vinculados a cada língua: nas comunidades diglóssicas, tipicamente, as línguas exercem funções sociais e simbólicas distintas.

Fasold (2004) destaca que vários estudiosos apontam o facto de os bilingues não terem um controlo absoluto sobre os padrões de escolha, os quais podem ir no sentido contrário ao das suas atitudes linguísticas. Por isso, adverte que a compreensão da escolha de línguas só será conseguida integrando os conhecimentos provenientes das várias abordagens (Sociologia, Psicologia Social e Antropologia).

Assim, no quadro deste trabalho, e seguindo esse pesquisador, a análise de domínios, uma abordagem sociológica que usa a descrição (*survey*) de uma amostra da população alvo e faz a análise estatística de dados obtidos via questionário, serve para compreender as escolhas referentes ao uso das línguas na comunidade e as funções sociais atribuídas a cada uma, permitindo a análise em termos de diglossia.

Para explicar a escolha de língua como símbolo de pertença a um grupo e de identidade são usadas duas hipóteses explicativas: a *teoria da acomodação* (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977), uma abordagem psicossocial, em que se inserem perspectivas que colocam o indivíduo como o ponto de partida; e o recurso alternativo ao *we code*, 'nosso código', e ao *they code*, 'código deles' (Gumperz, 1982), uma perspectiva de natureza antropológica que privilegia a observação participante como técnica de recolha de dados, embora possa utilizar também a entrevista e o questionário.

A ideia central da análise de domínios (Fishman, 1965, 1972. 1974, fundamentalmente) vinculada à análise das situações diglósicas é a maior ou menor adequação do uso de uma dada variedade de língua a certos domínios. Este conceito designa situações prototípicas de interacção, em que ocorre a escolha de uma determinada língua, sendo definido por Fishman (1965:75; 1972:442) como: “uma noção sociocultural abstracta, construída a partir dos tópicos, das relações entre os participantes e dos lugares em que a comunicação ocorre, em conformidade com as instituições de uma sociedade e as esferas de actividade de uma cultura, de tal modo que o comportamento individual e os padrões sociais podem ser simultaneamente distinguidos e relacionados entre si”. Fishman (1972) sustenta que a forma como os membros de uma comunidade diglósica vêem as duas línguas pode resultar do facto de elas estarem associadas, em termos de comportamento e atitudes, a certos domínios, sendo que a variedade (ou língua) alta é associada a certos valores e relações e a baixa, a outros. A perspectiva para a identificação e para a definição de domínios bem como o

seu número variam com a dinâmica social e cultural do contexto, num dado momento histórico, e da intuição integrativa do investigador (Fishman, 1965, 1972). Tal é evidenciado pelos domínios sucessivamente identificados por vários estudos realizados em diferentes perspectivas como sejam a perspectiva sócio-institucional (família, escola, pátio escolar, etc.) e a sociopsicológica (íntimo, informal, formal). Tendo em vista o desenho das funções das línguas numa comunidade bilingue, Fishman (1965,1972) sugere uma configuração de dominância (*dominance configuration*), que permite dar conta da manutenção/mudança de língua em comunidades emigradas, em que interagem, para além dos domínios, as seguintes fontes que determinam a escolha de línguas: i) *o meio*: a escrita, a leitura e a fala, sendo que o uso da L1 na leitura e na escrita, quando a alfabetização foi subsequente (primeiro aprende-se a L2 e depois é-se alfabetizado), representa um factor de resistência à mudança; ii) *o papel*: língua do discurso interior (formular o pensamento, falar consigo próprio, sonhar), da compreensão e da produção, sendo que a língua do discurso interior é mais resistente à mudança; iii) *a situação*: formal, menos formal e íntima, sendo que a manutenção do uso da língua materna e a ausência de interferência e de troca da LM nas situações íntimas indicia resistência à mudança. Ou seja, essa descrição, em termos de efeito simultâneo e cumulativo desses diferentes factores, fornece uma configuração dos domínios que sintetiza os padrões de escolha de uma população e pode, portanto, ser usada para dar conta da mudança ou manutenção de língua num dado contexto, assim como configurações de dominância contrastivas podem ser úteis no estudo do impacto relativo de processos socioculturais, como a urbanização e outros.

Para Martins (1994a:43), no quadro desta perspectiva, “defende-se que cada comunidade bilingue evidenciará um padrão de escolha de idiomas que se correlacionará com domínios sociais específicos, padrão esse que indicará a maior probabilidade de o idioma X vir a ser utilizado na situação de interacção Y. [...] buscando a identificação de macro-categorias interaccionais como são os domínios, a que se ligam comportamentos verbais socialmente padronizáveis.”

A teoria de acomodação de Giles e seus colaboradores (Giles e Powesland, 1975; Giles, 1977) serve para “compreender a motivação e as consequências sociais subjacentes às mudanças de registo no uso da língua” (Giles, Bourhis e Taylor, 1977: 321), sendo, portanto, explicativa e não apenas descritiva. Fasold (2004) subscreve este ponto de vista ao considerar esta teoria útil para a compreensão da atitude face à língua

como símbolo de pertença a um grupo e como símbolo de identidade. Essa é também a posição de Bortoni (1989:170) que argumenta tratar-se de uma teoria voltada para a “investigação das atitudes e motivações que estão subjacentes ao uso da língua e das estratégias linguísticas usadas pelos falantes com o objectivo de atingir e garantir a integração social e preservar a identidade do grupo”.

No quadro da relação língua/identidade, os seus proponentes argumentam que, sendo a língua uma das dimensões mais salientes da identidade social, não só os membros de um grupo étnico se identificam mais com aqueles que partilham a sua língua do que com aqueles que partilham o mesmo *background* cultural, como aos olhos dos outros o comportamento verbal de um indivíduo exprime melhor a sua etnicidade do que as características atribuídas pela origem. Argumentam ainda que a avaliação negativa da identidade social tem como reflexo a avaliação social da fala. Por isso, a noção de acomodação é o núcleo central da teoria, significando que “as pessoas estão motivadas para ajustar (acomodar) os seus registos como forma de exprimir valores, atitudes e intenções” (Giles, Bourhis e Taylor (1977: 322)). Assim, defendem que o comportamento linguístico de uma pessoa pode convergir, não convergir ou divergir da fala do outro participante da interacção. Nesse quadro, Fasold (2004) sustenta que Garvin e Mathiot (1956) relacionam a convergência com a função unificadora da língua e a divergência com a função separadora (sentimento de diferença face a outros). Como consequência, o estudo da convergência é uma das formas de se conhecer o significado da identidade de grupo de uma pessoa, através da língua. Com efeito, se um indivíduo adapta a sua fala para a adequar aos padrões linguísticos de um novo grupo, esse modelo converte-se no seu meio normal de expressão linguística, o que indica uma forte tendência para se integrar nesse grupo.

Os proponentes desta teoria (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977) sustentam que a acomodação pode incidir em diferentes domínios linguísticos (línguas, variedades; palavras, sotaque, ritmo, pausas, extensão dos enunciados), representando estratégias de diferenciação étnica com mais ou menos força; defendem ainda que, num contexto bilingue, os falantes socorrem-se de vários graus de acomodação, num contínuo de possibilidades entre a acomodação e a não acomodação que correspondem a diferentes possibilidades de combinação dentro da linguagem.

Nessa linha de ideias, Giles e Powesland (1975) argumentam que quanto mais deseja a aprovação do outro, mais o indivíduo tenderá a convergir a sua fala, embora a acomodação total dependa da proficiência dos bilingues nas duas línguas. Por conseguinte, nas situações em que interagem bilingues com níveis diferentes de proficiência, podem ambos usar uma mistura das duas línguas ou podem interagir na segunda língua daquele que tem igual proficiência nas duas línguas. Esses autores destacam ainda que as pessoas com maior necessidade de aprovação social tendem a acomodar mais a sua fala; a pessoa que acomoda será percebida mais favoravelmente do que uma que não acomoda; e que um indivíduo só dá início à acomodação quando espera reciprocidade. Além disso, distinguem categorias de acomodação, vinculadas ao modo como a acomodação é percebida pelo ouvinte: acomodação explícita e encoberta; convergência e divergência ascendentes (*upward*) e descendentes (*downward*); convergência e divergência simétricas ou mútuas; convergência e divergência assimétricas, e convergência *pursuit* (um dos interlocutores diverge no sentido ascendente e o outro converge nessa direcção).

Para identificar se um falante está a usar estratégias de convergência, de não convergência ou de divergência, Giles, Bourhis e Taylor (1977) integram na teoria da acomodação contribuições de outras teorias, combinando dois critérios: a pertença do falante ao grupo sociocultural dominante ou subordinado e a forma como ele percebe (ou não) a possibilidade de mudança social do grupo subordinado, quer em termos de estabilidade/instabilidade e de legitimidade/ilegitimidade como em termos da configuração da vitalidade do grupo etnolinguístico (alto a baixo). A esse propósito, Fasold (2004) considera que o comportamento linguístico de não convergência não resulta de arrogância do grupo dominante, mas antes de a convergência descendente (*downwards*) ser pouco possível numa sociedade estável (*static*) pelo risco real que comporta (ofender os membros do grupo subordinado ou parecer estar a troçar deles por maior que seja a simpatia do membro do grupo dominante). Para esse autor, trata-se de um fenómeno relacionado com a diglossia.

Giles e Powesland (1975) propõem a integração no modelo da consideração da habilidade linguística, do esforço e das pressões externas como factores que o destinatário bem como o próprio falante têm em conta para avaliar os motivos do falante para acomodar. E, nesse contexto, apontam, entre outros, que resultados de investigações dão conta de que o esforço induz a uma percepção favorável da

acomodação, com possibilidade de retribuição, ao contrário da pressão externa; por outro lado, que a não acomodação é percebida negativamente se atribuída a falta de habilidades linguísticas ou a pressões externas.

A possibilidade de a acomodação, contra todas as expectativas, ser percebida como condescendência ou mesmo insulto é um dos constrangimentos da aplicação do modelo a situações reais e, portanto, uma das suas limitações (Giles e Powesland, 1975). Os autores acrescentam ainda que, embora o modelo preveja convergência ascendente na presença de uma pessoa com um alto estatuto e em contextos formais, o falante pode experienciar conflitos, e preferir manter a sua fala normal do que passar por dificuldades na *performance*. Outra limitação ainda tem a ver com a extensão da audiência, sendo que nos contextos com mais do que um destinatário pode gerar-se conflito devido ao facto de a convergência face a uns poder significar divergência para com outros.

Por sua vez, a abordagem antropológica centra a explicação da escolha de línguas pelos falantes na percepção que têm de si próprios, enquanto membros de uma única comunidade ou como membros de duas ou mais comunidades em simultâneo, sendo que a escolha do falante num dado momento está vinculada ao seu desejo de ser associado aos valores de uma ou de outra comunidade (Fasold, 2004). Na verdade, Gumperz (1982) postula que, nas situações de contacto, a par de funções sociais distintas, as línguas em presença assumem estatutos diferenciados: i) a língua B, minoritária quantitativa ou qualitativamente, e associada aos valores e especificidades do grupo de pertença (*in-group*), tem o estatuto de *we-code*, sendo o seu uso restrito à comunicação interna do grupo e a situações de informalidade; e ii) a língua alta, maioritária, com prestígio social, vinculada aos valores culturais do *out-group* que usa essa língua na comunicação, tem o estatuto de *they-code*. Ou seja, a opção de usar uma dada língua não é neutra, sendo que os participantes de uma interacção escolhem, de entre o seu repertório linguístico, a língua, variedade, registo ou estilo relevante para o contexto, sobretudo em função da identidade que, simbolicamente, pretendem assumir face ao outro.

Comentando essa abordagem, Fasold (2004) afirma que o estudo interpretativo de Gumperz (1977³¹) sobre a troca de línguas (*conversational code switching*) revela algumas semelhanças comuns a várias situações do mundo, derivadas da aplicação específica do princípio geral desse fenómeno: o falante opta pela variedade alta para invocar os valores e estatutos da comunidade como um todo e os da baixa para invocar os da comunidade mais pequena. Também Martins (1994a:45), a partir de estudos desenvolvidos em comunidades bilingues, com esta aparelhagem teórica (Susan Gal, 1978 e 1979; Jan Petter Blom e John Gumperz, 1986), aponta como crucial nesta o estudo do “papel primordial desempenhado por cada uma das línguas em contacto como receptáculos de sistemas de valores característicos e identificadores de certos grupos socioculturais”, pois se cada língua é vista como associada a valores sociais e simbólicos determinados, o uso de cada uma veiculará informação específica.

Assim, tendo em conta o papel da pertença a uma comunidade para a escolha de línguas, as principais contribuições dessa abordagem são, segundo Fasold (2004), a elucidação das estruturas da comunidade e o tipo de identidade cuja construção favorecem.

1.2 Política e planificação linguísticas

Ao longo deste capítulo, várias referências foram feitas a diversos fenómenos linguísticos cujo conhecimento é relevante para a compreensão da manutenção/mudança de língua nos casos de bilinguismo/multilinguismo como noutras situações de contacto, e que devem ser objecto de uma política linguística; estão nesse caso as atitudes linguísticas dos falantes, as funções que as línguas assumem e o apoio institucional que lhes é concedido.

Assim, e tendo em vista o enquadramento de todas essas questões, esta secção é dedicada à política linguística, ou sociolinguística aplicada (Fishman, 1970; Amusategi, 1988; Boyer, 2001; Calvet, 2002a).

De acordo com Calvet (1996), predomina a subordinação da planificação linguística à política linguística, sendo esta entendida como um conjunto das grandes opções conscientes (escolhas, orientações e objectivos) respeitantes à relação entre as

³¹ *The Sociolinguistics Significance of Conversational Code-Switching*. RELC Journal, 8(2):1-34. Uma primeira versão deste artigo foi publicada em 1976 em *Papers in Language and Context*, Working Papers, n.º 46, Language Behaviour Research Laboratory. University of Califórnia, sendo que constitui ainda o cap. 4. de Gumperz, J.J. *Discourse Strategies*. Cambridge University Press. 1982 (1999), esta a versão usado neste trabalho.

línguas e a sociedade; a planificação linguística é definida como a concretização dessas escolhas; assim, se as medidas de carácter político não forem aplicadas, o seu valor será meramente simbólico (Calvet, 1999b).

Para esse investigador, são dois os tipos de gestão das situações linguísticas: *in vivo*, se mudanças resultam da prática consensual dos locutores, e *in vitro*, quando se trata de uma intervenção consciente e deliberada sobre as práticas sociais. No âmbito desta última, a planificação linguística propriamente dita, “Os linguistas, em laboratórios, analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, colocam hipóteses sobre o futuro dessas situações e fazem propostas para resolução dos problemas, hipóteses e problemas esses que são estudados pelos Acrescenta ainda que estas duas abordagens podem entrar em conflito se as escolhas *in vitro* entrarem em choque com as da gestão *in vivo* ou com os sentimentos dos locutores, sendo “difícil impor *in vitro* uma reforma recusada *in vivo*”(Calvet (op.cit.:66)).

Outros ainda (Garmadi, 1983; Amusategi, 1988; Appel e Munysken, 1987) distinguem entre uma planificação linguística de intervenção e uma política de não-intervenção ou do tipo *laissez faire, laissez passer*, sendo que as de intervenção podem ser abertas ou explícitas (*de jure*) ou encobertas (*de facto*).

Calvet (2002b), por sua vez, distingue entre uma gestão mais imperativa, autoritária, quando as soluções são impostas, e outra incitativa ou democrática; aponta ainda que outros se referem a políticas de carácter mais promocional ou tolerantes (o que também pode ser feito de modo aberto ou encoberto) e ainda mistas, quando, por exemplo, coabitam a promoção de uma dada língua e a tolerância de outra.

O aparelho administrativo ao serviço das políticas linguísticas (Fasold, 2004; Boyer, 2001) pode situar-se ao nível do Estado e a outros níveis, simultaneamente, podendo haver diferentes instâncias de gestão; podem também intervir as sociedades profissionais (autores, revisores, etc.), autores de gramáticas, de obras literárias e outros, organizações nacionais de preservação da língua nacional, etc.

As primeiras abordagens da política e planificação linguísticas colocavam a ênfase na intervenção sobre *a língua*, desconsiderando as situações plurilingues. E se o primeiro modelo de Haugen (1964) configura uma planificação indicativa (Calvet, 1996), assente na concertação entre as diferentes forças sociais, o segundo, de 1983, inscreve-se numa abordagem sociolinguística de planificação linguística (Appel e

Munysken, 1987). Segundo estes últimos autores, esse modelo assenta em dois princípios que relevam do carácter descritivo da linguística moderna e do entendimento da natureza social da linguagem: “(a) todas as línguas conhecidas são sistemas simbólicos com o mesmo valor; (b) a planificação linguística lida com aspectos técnicos e sociais da língua.” (*op. cit.*, 1987: 49-50). Para Fasold (2004), esse modelo encara a língua como um recurso social, começa com o reconhecimento de um problema social relacionado com a linguagem e determina qual das alternativas linguísticas disponíveis é mais adequada à resolução do problema (selecção), segue fases ordenadas de aplicação e implica a codificação e modernização das línguas.

Apesar das críticas de Calvet (1996:19-20) considerando sobretudo que “ [...] em nenhum momento do esquema há espaço para a crítica do processo de decisão, surge a mínima possibilidade de uma consulta democrática às populações ou a possibilidade para um controlo dos estádios 1. (escolha) e 2. (codificação)”, a verdade é que esse modelo ainda não foi suplantado. E vários autores (Cooper, 1997; Born, 2003, por exemplo) destacam que ele incorpora de Kloss (1967) tanto a planificação formal (do corpo) e a funcional (do status), definida por Cooper (1997:122), como “as actividades deliberadas no sentido de influenciar a distribuição das funções entre as línguas de uma comunidade.”. Também consideram que integra a distinção tipológica entre línguas *Abstand* (que derivam da escrita, da história) e *Ausbau* (desenvolvidas ou construídas) que ela implica e, segundo Fasold (2004), as fases e os procedimentos que estruturam um processo de planificação linguística propostos por Rubin (1971), ou seja: 1) descoberta dos factos (*fact-finding*): recolha de informação para sustentar as decisões a tomar; 2) planificação: tomada de decisões sobre os objectivos, escolha dos meios (estratégias) e previsão dos resultados; 3) aplicação: concretização das decisões; e 4) avaliação do sucesso do plano.

Apresenta-se a seguir, cruzando as informações constantes da literatura (Das Gupta, 1976; Maingueneau, 1977; Amusat 1988:155; Calvet, 1996:18; Dabène, 1994:44; Thomason, 2001) e independentemente das diferenças terminológicas, um esquema do modelo sociolinguístico de planificação linguística de Haugen (1964), considerando quatro fases ou níveis e os subníveis ou objectos de intervenção em cada uma:

	<i>Forma</i> (Planificação linguística ou formal)	<i>Função</i> (Planificação funcional)
<i>Sociedade</i> (planificação de <i>status</i>)	1. <i>Seleção</i> (processo de decisão) a) Identificação do(s) problema(s) b) Escolha da norma, da língua nacional, da língua oficial (padronização)	3. <i>Aplicação</i> (processo educativo) a) Correção b) Avaliação
<i>Língua</i> (planificação do <i>corpus</i>)	2. <i>Codificação</i> (normalização) a) Representação gráfica b) Construção dos modelos de: Fonologia Morfologia Sintaxe Léxico	4. <i>Modernização</i> (desenvolvimento funcional) a) Modernização da terminologia b) Desenvolvimento estilístico

O tópico 1, *selecção* (processo de decisão) envolve, antes de mais e crucialmente, a identificação dos problemas/factos a estudar (*fact-finding*). A ele seguem-se as decisões propriamente ditas, como sejam a escolha de uma língua ou variedade como norma ou padrão supradialectal (padronização/normalização) e/ou para língua nacional ou oficial, a língua a usar para fins específicos (educação, administração e na vida pública). Essa escolha (padronização) impõe-se quando se decide promover uma língua com variedades dialectais para fins administrativos ou educacionais em que é preciso uma norma, incidindo sobretudo a nível da escrita, do léxico e da sintaxe. Também várias são as razões por que se pode optar por uma língua como oficial, sendo que Thomason (2001), por exemplo, refere as seguintes: ser um sinal de emergência de uma situação colonial; favorecer a integração económica ou mundial, através de uma língua mundial; favorecer o estabelecimento da identidade nacional.

A escolha de uma variedade como um acto de força (já que, normalmente, é adoptado o dialecto da capital ou do grupo étnico no poder) pode ter sucesso se ela for reconhecida por todos os falantes como modelo ou ideal de correção, evitando-se colocar os falantes da variedade escolhida em posição de vantagem social e política (Maingueneau, 1997). Nesse caso, e segundo Calvet (1996), outra opção, sobretudo quando a variação é muito forte, é promover a unificação dialectal, forjando outra

variedade, a partir das diferentes variedades. Neste caso, há que fazer uma descrição rigorosa e precisa da variação dialectal para criar uma forma média, a qual será depois codificada e difundida através dos meios de comunicação social, da escola, etc. Nesse contexto, recorde-se que, identicamente, Ferguson ([1959] 1971) admite uma forma modificada de uma das variedades como uma das linhas de resolução da diglossia. Exemplos de padronização são o caso da Indonésia (escolha de uma língua minoritária como nacional) e o da China, escolha de uma língua oficial, numa situação de grande variação dialectal (Calvet 1996, 2002a). Na China, e por causa da não unificação linguística, desenvolveu-se, a par de uma movimentação a favor da renovação da escrita, um movimento de defesa de uma língua de unidade nacional. Assim, foi empreendida uma planificação linguística de codificação e modernização do *guo yu*, designada como idioma oficial na China continental e em Taiwan (também é uma das quatro línguas oficiais de Singapura). Ela foi designada de *pu tong hua* (língua comum), sendo que em 1956 foi definida a sua fonologia (a partir do dialecto do mandarim falado em Pequim), o seu léxico (oriundo dos dialectos do norte) e a sua sintaxe (com base no corpus literário escrito em *baihua*, vernáculo chinês escrito). A partir dela, e apesar das dificuldades, gerou-se um verdadeiro bilinguismo em que a maioria dos chineses aprende primeiro a língua dos seus pais e, depois, o *pu tong hua* na escola, sendo que ela é também difundida pela televisão, cinema, etc.

A *codificação* consiste na instauração de um sistema de escrita (grafia, ortografia e outras convenções ortográficas); na fixação explícita de um código através da construção dos seus modelos fonológicos, gramaticais e lexicais; e na produção dos seus instrumentos, um pré-requisito para a padronização e que pode ser especialmente necessário quando uma língua minoritária adquire o estatuto de língua de ensino ou da administração.

Apesar de, a nível dos princípios, todas as línguas serem iguais, a ausência de uma escrita padronizada é tida como um dos *handicaps* para que uma língua possa, na prática, desempenhar as mesmas funções (Calvet, 1996). Nessa mesma linha de ideias, Thomason (2001) sustenta que uma língua oficial precisa de ser escrita para poder dar conta das necessidades da administração e da educação, razão por que quando os países escolhem como língua oficial uma língua não escrita ou com um precário sistema de escrita têm de fazer esforços para o seu desenvolvimento.

A *aplicação* é a fase em que “as autoridades governamentais se dotam dos meios materiais para impor a sua decisão e as mudanças introduzidas na língua pela codificação e pela elaboração” (Garmadi (1983:199)). Para efeito, o sistema educativo é visto (Fasold, 2004) como o instrumento mais poderoso dos governos que podem, entre outros, ordenar o ensino da variedade/língua escolhida como disciplina ou o seu uso como língua de ensino (bem como de todas as opções tomadas a nível da escrita ou do léxico); exigir o domínio de uma língua como requisito para exercer funções públicas; promover uma língua via o seu uso nos debates legislativos e a redacção de documentos oficiais; e mesmo definir que língua (ou que línguas e em que proporção) pode ser usada nos meios de comunicação social, na imprensa escrita e na publicação de livros. Por isso, a aplicação inclui: a edição de materiais pedagógicos; a formação de servidores do Estado e de professores; a publicação das decisões governamentais nessa língua bem como de textos legislativos de natureza linguística, etc. (Appel e Munysken, 1987; Thomason, 2001).

A *avaliação* consiste em testar os procedimentos utilizados, apurar em que medida os resultados esperados foram atingidos e em conhecer a relação custos/resultados, sendo que a interpretação dos resultados pode dar origem ao reinício do processo de planificação linguística que, por isso, se configura como um processo circular.

A codificação e a modernização/elaboração configuram juntas o *desenvolvimento funcional* de uma língua, o trabalho mais académico do processo, que consiste em tornar uma língua mais competitiva e mais autónoma, adequada a novas funções e situações comunicativas e às necessidades culturais, científicas e técnicas do mundo moderno.

A *modernização* pode incidir nas línguas nacionais ou nas minoritárias, na língua falada ou na escrita (revisão do sistema ortográfico, e.g.) e pode ocorrer em todos os países e comunidades linguísticas, embora em níveis diferentes consoante o grau de desenvolvimento. Também designada *elaboração* (*elaboration, cultivation*; Neustupny, 1970, referido por Fasold 2004), ou *intelectualização* (Garvin, 1973), ela consiste em tornar uma língua um meio de comunicação igual às línguas desenvolvidas (Ferguson, 1968, *apud* Amusatagi, 1987; Fasold, 2004), seja pela intervenção no seu léxico (fixação e publicação de terminologia via a neologia) seja pelo seu desenvolvimento estilístico e de outros aspectos.

Nesse contexto, Cooper (1997:185) considera que uma planificação linguística pode não ter como objecto a codificação ou modernização, mas sim a renovação desses aspectos, a qual “permite cumprir antigas funções sob uma nova forma.”. Deste modelo decorre, tal como argumenta Calvet (1999b), que o âmbito da intervenção da planificação linguística está vinculado a duas propriedades da língua, a variação interna e a externa (as relações entre línguas), e também à possibilidade de se poder intervir nelas, mudando a língua e mudando as relações entre as línguas. Por isso, considera que a planificação pode incidir no sistema da língua (o equipamento das línguas, o ambiente linguístico e as leis linguísticas) ou nas relações entre as línguas, cada um desses domínios abarcando subníveis. O equipamento das línguas (escolha de uma norma ou padrão, e a intervenção na escrita e no léxico) pode ser integrado nas duas áreas de intervenção que incluem a distinção de Kloss (1969), a planificação do corpo e a do estatuto (Calvet, 1996; Gamardi, 1983; Amusatagi, 1988 e Wardhaugh, 1993). Configuram-se, assim, cinco grandes áreas de intervenção, e que podem ser integradas na abordagem sociolinguística de planificação linguística: 1) *intervenção interna*, sobre a forma da língua, sua identidade estrutural: padronização e codificação - planificação do corpo (*corpus planning*); 2) *intervenção externa*, no funcionamento sociocultural das línguas (domínio, concorrência, complementaridade), mormente num contexto plurilingue, e respeitante ao estatuto, território, papel, uso e funções sociais de cada língua: modernização da língua - planificação do estatuto (*status planning*), quadro em que se pode pretender promover/ampliar uma língua dominada ou diminuir/limitar o estatuto de uma outra língua ou mesmo fazer respeitar um equilíbrio entre as línguas em presença; 3) *o ensino* (Hamel, 1980; Cooper, 1997; Maingueneau, 1997; Boyer, 2001), sendo que as decisões respeitantes aos aspectos anteriores sustentam as decisões relativas aos planos de estudo e às metodologias; 4) *o ambiente linguístico*; e 5) *as leis linguísticas* (Calvet, 1966). Quanto ao *ambiente linguístico*, Calvet (1996: 52) define-o como “a ausência ou presença de línguas na vida quotidiana, sob a forma oral ou escrita”, situação que, normalmente, releva do *in vivo*, mas sobre a qual se pode agir. Trata-se de uma demarcação de território, que alguns ostentam (as placas com os nomes das ruas e as das matrículas das viaturas, a publicidade e as emissões de rádio e de televisão) e que outros percebem com dificuldade e que tem que ver com o peso sociolinguístico dessas línguas e com o seu futuro. Essa a razão por que, para interferir no peso das línguas, na sua presença simbólica, a política linguística intervém no

ambiente linguístico, sendo que a sua presença simboliza uma escolha política, ainda que ela não seja compreendida, num primeiro momento, pela maioria das pessoas.

Relativamente à *componente jurídica*, para Calvet (1996) não existe planificação linguística sem legislação linguística, incitativa ou imperativa, pela qual as opções e escolhas da gestão *in vitro* são impostas aos locutores, apesar de as noções de lei linguística e direito linguístico (intervenção da lei linguística no domínio da forma, uso e defesa das línguas) serem discutíveis. Partindo da tipologia da legislação linguística de Joseph Turi (1994), que considera complexa, Calvet (1996) propõe uma distinção do tipo de legislação, considerando diferentes níveis de intervenção e o seu conteúdo: 1) *intervenção geográfica*: legislação internacional, nacional e regional; 2) *intervenção jurídica*: constitucional, leis (nacionais ou regionais) e decretos, resoluções, recomendações, etc., estes com menos força jurídica; 3) *conteúdo*: incidência na forma da língua, no uso ou na defesa das línguas. Para esse autor, a política linguística pode ter início com o dar um nome a uma língua e um dos efeitos das leis linguísticas consiste precisamente no nome que o texto legislativo confere à língua, o que pode acontecer com as designadas genericamente de crioulos, com o objectivo de as valorizar. Outro resultado das leis linguísticas é a designação das suas funções: língua nacional (do país), própria, regional, oficial (do Estado), etc., sendo que língua nacional e oficial podem não coincidir. Wardhaugh (1993) vai no mesmo sentido, ao sustentar que, como resultado de uma planificação linguística, uma língua pode atingir diferentes estatutos (língua oficial, língua tolerada, língua proscrita ou desencorajada).

Calvet (1996) argumenta que, se aplicadas, as leis linguísticas que respeitam à forma e ao uso da língua constroem o cidadão a falar uma dada língua numa determinada situação e de uma certa forma e as leis de defesa da língua podem, às vezes, constroer as instituições. Segundo esse autor, tal remete para a questão do direito à língua, expressão que, num primeiro momento, reenviava para a protecção de minorias linguísticas ameaçadas. Contudo, Calvet admite que a expressão 'direito à língua' também pode ser entendida tanto como direito à língua do indivíduo como direito à língua do Estado e, por corolário, à alfabetização, à educação por em muitos países os cidadãos não falarem a língua do Estado (como é o caso dos países africanos que mantiveram a língua da potência colonial como a língua oficial, português, francês,

etc.), direitos esses que uma política linguística deve atender, o que é tão mais difícil quanto maior for o número de línguas em presença.

Quanto aos instrumentos de planificação linguística, Calvet (1996) considera as categorias e fórmulas que permitem equacionar as situações plurilingues, as quais permitem também compreender, nomeadamente, o grau de reconhecimento ou o grau de uso da língua e, assim, determinar, a montante, as opções de política linguística. Acrescenta que, a jusante dessas escolhas, outras questões se colocam, como sejam: os meios de que o Estado dispõe, o modo de intervir na forma das línguas, as formas de modificar a relação entre as línguas e os processos que permitem passar de uma política de língua para a planificação linguística. Os instrumentos de planificação linguística são uma tentativa de adaptação *in vitro* de fenómenos que sempre se manifestaram *in vivo*, sendo que “A política linguística defronta-se, simultaneamente, com fenómenos de coerência entre os objectivos do poder e as soluções intuitivas do povo e com o problema de um certo controlo democrático de modo a evitar que os decisores possam tudo.” (op. cit.:51-52).

Alguns autores (Amusatagi, 1988; Fasold, 2004; Garmadi, 1983) fazem algumas advertências quanto ao processo de planificação linguística:

- a escolha de uma língua nacional não poder ser pensada apenas em termos de resolução de problemas de comunicação, tendo em conta o seu valor simbólico face à identidade dos cidadãos e da nação;
- a decisão de escolher ou de codificar/desenvolver uma língua/variedade está, na maior parte das vezes, fora da linguística, sendo grande a sua importância política e social, vertente que deve ser levada em conta, para que os custos não sejam excessivos para os afectados;
- as decisões devem fundamentar-se numa rigorosa descrição dos subsistemas de uma língua (fonológico, lexical e sintáctico) bem como no conhecimento preciso dos sentimentos linguísticos e das relações que os locutores mantêm com as línguas em presença. Nas palavras de Calvet (1996:63): “a arte da política e da planificação linguísticas residem na complementaridade necessária entre os cientistas e os decisores, no equilíbrio difícil entre as técnicas de intervenção e as escolhas da sociedade.”;

- “Uma apropriada planificação formal de uma língua é um equilíbrio delicado entre o antigo e o novo, o tradicional e o racional.” (Fishman, 1983, *apud* Cooper (1997:185));
- as medidas de correcção e de avaliação não deverem levar à estigmatização de qualquer variedade, a menos que se queira pôr a lealdade linguística em risco;
- a avaliação não deve esperar pelo fim da aplicação e deve ser “uma possibilidade permanente de autocorreção e de reajustamento contínuo dos métodos, sobre a própria base da experiência em curso.” (Garmadi (1983:199)).

Considerando que a planificação linguística é uma questão de gestão da inovação, de marketing, de manutenção do poder político e de tomada de decisões, Cooper (1997) busca adequar os marcos descritivos dessas disciplinas à planificação linguística. Como consequência, esse investigador sugere um quadro de referência que inclui diversas variáveis que devem ser consideradas para descrever, prever e explicar as planificações linguísticas, e que pode ser assim resumido: quem (agentes) tenta influenciar que comportamentos (estruturais, funcionais) de que pessoas (indivíduos, grupos, organizações), com que fins, em que condições (situacionais, sociais, políticas, económicas, etc. favoráveis ou não), por que meios (autoridade, promoção, persuasão), mediante que procedimento de tomada de decisões e com que efeito?

As motivações ideológicas que, segundo Cobarrubias (1983, *apud* Wardhaugh (1993), podem motivar as escolhas no contexto de uma dada planificação linguística são a assimilação e o pluralismo linguísticos, a vernaculização e a internacionalização. No contexto do pluralismo linguístico, Calvet (1996) destaca dois princípios fundamentais, os quais podem ser aplicados combinadamente ou parcialmente: o princípio de territorialidade (o território determina a escolha da língua) e o de personalidade (direito da pessoa à sua língua). Sustenta que a opção entre esses dois princípios tem implicação no futuro das línguas, mas também no futuro do país. Nessa mesma linha de ideias, Hamel (1988) advoga que por via desses princípios se proporciona o direito do indivíduo ou do grupo ao monolinguismo, ainda que o contexto possa não permitir a aplicação plena de qualquer desses princípios num determinado momento.

A planificação linguística é influenciada por factores que se inter-relacionam fortemente (Appel e Muysken, 1987): 1) sociais e demográficos (número de línguas, dos seus falantes, e a sua distribuição geográfica); 2) linguísticos (relacionados com o

estatuto e a natureza da língua e as (dis)semelhanças entre as línguas); 3) psicossociais (atitudes); 4) políticos (relação entre a política geral e a linguística); e 5) religiosos (relação entre língua e religião). A este propósito, Garmadi (1983) sustenta que os problemas de política e planificação linguística, como problemas sociolinguísticos que são, só poderão ser solucionados se tanto os factores de estrutura como os não linguísticos forem tidos em conta; isto apesar de, tal como a generalidade dos falantes de uma língua, os decisores raramente terem consciência dos factores sociais relacionados com a língua que usam. Assim sendo, o sucesso tanto depende do conhecimento linguístico que se tem do sistema como dos factores sociais (prestígio da língua, atitudes que suscita).

Outros factores de sucesso de uma política linguística elencados (Calvet, 1996; Fasold, 2004) são os seguintes: critérios históricos, simbólicos, técnicos, de gestão (modelos de decisão adoptados), custos, eficiência e adequação das escolhas, sua incidência e sua aceitação pela população. Fasold (2004) lembra que poucos dos custos/benefícios de uma planificação linguística podem ser avaliados em termos exclusivamente monetários, que alguns não podem mesmo ser quantificados. Quanto à aceitação, argumenta que, por exemplo, as pessoas podem não aceitar uma nova prática linguística quando já existe uma língua adequada a uma dada situação, sendo que mesmo a modernização para o incremento da adequação pode não dizer muito aos falantes. Ademais, e seguindo Ray (1963), sustenta que o incremento das possibilidades de aceitação depende do modo como o plano considera a correlação das forças existentes na sociedade, sendo que, tipicamente, as comunidades tendem a imitar os dirigentes (*lead*) de uma sociedade. Fasold (op.cit.) destaca ainda que as pesquisas evidenciam que as práticas de planificação são mais bem sucedidas quando são dirigidas a um dado domínio (terminologia de uma dada área, escrita,...) e dizem respeito ao uso monitorizado da língua, razão por que a língua escrita é o objecto privilegiado da planificação linguística. Essa é também a posição de Appel e Muysken (1987) para quem o maior sucesso na escrita se deve ao facto de a oralidade seguir o seu próprio caminho.

Dos contributos aqui apresentados pode retirar-se a importância fundamental da planificação linguística suportada por decisões políticas bem informadas, que tenham em consideração a situação real do espaço e da comunidade sobre os quais intervêm: “O conhecimento da língua pelos seus utilizadores, a atitude que adoptam em relação a ela,

os usos reais que dela fazem são outros tantos critérios de sucesso ou insucesso de uma planificação.” (Gamardi, 1983:199). Pode também concluir-se da susceptibilidade da tarefa, do impacto que ela pode ter na sociedade, da necessidade de a conceber não só como uma questão política e económica, tudo apontando para a recomendável colaboração de especialistas em diferentes áreas para garantir o seu sucesso.

Capítulo 2. Metodologia de pesquisa

Neste capítulo, apresentam-se as opções metodológicas tomadas para a realização da investigação que nos propusemos realizar e os instrumentos utilizados. Assim, nas secções seguintes, descrevem-se as unidades de análise retidas, a partir do território constituído pelas nove ilhas habitadas do arquipélago de Cabo Verde (cf. 2.1), os instrumentos e procedimentos de recolha e de tratamento de dados por que optámos (cf. 2.2) e aqueles usados para a organização e a interpretação dos dados obtidos (cf. 2.3).

2.1 Unidades de análise

As unidades de análise (Yin, 2003) retidas como objecto de análise correspondem a uma amostra¹ de dois grupos sociais distintos, que adiante se descreve.

Como referido na Introdução, considerou-se, para a delimitação dessas unidades, a totalidade do arquipélago, nas suas nove ilhas habitadas, distribuídas em dois grupos geográficos, barlavento e sotavento (veja-se o Mapa, na Introdução).

Com vista a cumprir o objectivo central deste estudo, fez-se um recorte estatisticamente representativo da população² jovem e qualitativamente representativo dos líderes, dando origem às unidades que analisámos, a saber:

- (i) alunos do ensino secundário (9.º ao 12.º anos de escolaridade, com idades compreendidas entre os 13/14 e os 18/19 anos);
- (ii) falantes adultos, com idade superior a 28 anos, inseridos no mundo do trabalho e cujas actividades profissionais implicam um intenso uso da língua; este

¹ Por amostra entende-se parte ou subconjunto do universo ou população considerado (um conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição) e que representam a população a partir do qual foram seleccionados.

² Neste estudo o universo ou população é constituído por todos os alunos do ensino secundário do 9.º ao 12.º ano de escolaridade das escolas públicas de todos os concelhos do país.

grupo subdivide-se em professores de português do ensino secundário e em intelectuais, artistas, políticos e profissionais liberais (tais como jornalistas, advogados e médicos). A este subgrupo de personalidades públicas, por vezes com forte impacto social, convencionámos chamar “líderes”.

Creemos que este recorte é adequado à presente investigação pelo facto de permitir estabelecer a comparação de perspectivas de dois grupos de distinta faixa etária, nível de instrução e posição na hierarquia social. Dada a representatividade estatística da amostra da população jovem, os resultados obtidos para este grupo permitem igualmente, segundo cremos, propor generalizações relativamente a mudanças nas práticas linguísticas (em curso ou prováveis), a julgamentos sobre as línguas usadas em Cabo Verde ou a preconceitos linguísticos presentes nos diferentes grupos, entre outras.

A opção de inquirir a população jovem justifica-se, antes de mais, por a média etária da população de Cabo Verde ser de dezassete anos, o que institui esse grupo como representativo dos falantes cabo-verdianos. Deles, espera-se obter dados que nos permitam prever mudanças não só nos usos associados a cada uma das línguas em presença, como mudanças de atitude face às mesmas. As características específicas dos integrantes desse grupo são, assim, relevantes:

(i) estão numa fase da vida de contestação dos valores sociais dominantes, o que os leva a nem sempre seguir os modelos dos pais, dos familiares mais velhos, dos professores (ou de outros indivíduos, passíveis de fornecerem modelos linguísticos e sociais) ou mesmo dos grupos dominantes. A tendência geral é a de formarem redes sociais de jovens com forte coesão interna, com valores e normas de comportamento específicos, buscando a afirmação pessoal (também) através da língua;

(ii) são, por outro lado, na perspectiva das redes sociais (Milroy 1992), um grupo relevante em termos de contactos humanos entre pares e com outros indivíduos extra-grupo. Com efeito, admite-se que desenvolvem bastantes relações interpessoais, numa multiplicidade de condições (com familiares, vizinhos, colegas de escola e de lazer, no âmbito de associações, ...), mas com uma baixa complexidade de papéis, dadas as limitações dos seus domínios de actuação social (ou seja, aglomerados de relações densas, com grande número de laços abertos). Assim, é de pressupor que sejam indivíduos móveis a partir dos quais inovações tanto estritamente linguísticas como de opinião (informação e influência) são transportadas para o interior das respectivas famílias e destas difundidas para outros grupos. Na verdade, a maior parte dos seus

integrantes teve mais acesso à escolaridade do que os pais e restantes familiares e, conseqüentemente, tem muita influência sobre a própria família;

(iii) são, também, e embora tal seja aparentemente contraditório com o referido em (i), sensíveis a modelos associados a indivíduos/classes de indivíduos a que reconhecem prestígio intelectual, social e/ou linguístico, como é o caso dos líderes já referidos e, naturalmente, dos professores;

(iv) estão, finalmente, numa fase em que a escola faz parte da sua vida e em que, forçosamente, vivenciam novas experiências linguísticas e culturais. A faixa dos mais velhos, ao aproximar-se da entrada na vida activa, é particularmente interessante dado que, estando prestes a ter um papel interveniente na sociedade adulta, constitui um elemento importante na renovação de mentalidades e de práticas (Labov, 1976)

A decisão de não inquirir alunos do 7.º e 8.º anos (11-13 anos) deve-se fundamentalmente ao facto de, como decorre de Labov (1976:207), estes falantes não estarem ainda na idade de assimilar os juízos de valor sobre as línguas (que, segundo o autor, se situa entre os 14 e os 18 anos) nem de serem sensíveis ao valor social do seu próprio modo de falar e ao dos outros. A completa familiaridade com as normas da comunidade é atingida entre os 17 e os 18 anos, sendo nessa faixa etária que o interesse pela norma de prestígio é adquirido e ocorre a opção por adoptá-la. Adicionalmente, foram ponderadas as dificuldades que levantariam a idade e a habilidade linguística desses alunos face à natureza e extensão do questionário, assim como a excessiva dimensão de uma amostra que os incluísse. Com efeito, o número de alunos dessa faixa de escolaridade, a nível nacional, era de 25.876, no ano lectivo 2005/06 (14.228 do 7.º ano e 11.648 do 8.º ano).

A selecção dos informantes adultos como segunda unidade de análise justifica-se por esses indivíduos também manterem grande e variado tipo de relações sociais, numa multiplicidade de condições, e serem, como referido, potenciais modelos dos jovens, para além de as suas atitudes serem determinantes enquanto responsáveis pelo fomento e divulgação de ideias, influenciando assim o ritmo da mudança linguística. Segundo López Morales (1994:71, trad.) “os sujeitos dos estratos altos actuam fora dos seus territórios e cada um deles mantém contactos diferentes e particulares com muito mais indivíduos que, na maioria dos casos, não se conhecem.” Nesse sentido, interessará observar se

(i) nas suas actividades, que implicam o exercício de uma diversidade de papéis e uma multiplicidade de contactos, usam as duas línguas ou apenas o português;

(ii) sendo reconhecidos como formadores de opinião, as suas escolhas linguísticas e a sua visão sobre a situação linguística actual e a desejável, no futuro, trazem indicações importantes sobre as tendências que se anunciam, em termos de papel social das línguas e de política linguística;

(iii) por serem a elite da sociedade, constituem um modelo linguístico para os mais jovens e se, pelo seu perfil social, o português passa a ser considerado de maior prestígio, e a forma como o falam, como a mais correcta e adequada.

Entrevistar um grupo dos professores de português, especificamente, teve como objectivo fazer uma avaliação da sua própria proficiência nesta língua e, consequentemente, do(s) modelo(s) linguístico(s) fornecidos aos alunos, como *input*; consequentemente, retirar ilações sobre os resultados da aprendizagem do português pelos seus alunos e sobre a validade da hipótese de o nível de conhecimentos linguísticos ter consequências directas no sucesso ou no fracasso escolar, em geral.

Feita a apresentação do conjunto das amostras a partir das quais tentámos retirar conclusões que nos permitam fazer uma “radiografia sociolinguística” do Cabo Verde contemporâneo, convém assumir o seguinte: a população retida para este estudo não corresponde inteiramente às práticas mais correntes, nos estudos de sociolinguística quantitativa, que consistem em fazer um recorte com total equilíbrio entre as diferentes variáveis (número idêntico de falantes por faixas etárias, níveis de escolaridade, sexo, etc.), e se limitam, em geral, a um número relativamente pequeno de informantes. Este trabalho diferencia-se da grande maioria desses estudos, desde logo pelo seu próprio objectivo primeiro – delinear os grandes traços caracterizadores da situação sociolinguística de todo o arquipélago, numa perspectiva de macro-observação, de larga escala, e não analisar uma questão delimitada ou um pequeno conjunto de questões. Dado esse objectivo, impôs-se a necessidade de fazer recolhas a grande escala, com uma preocupação de representatividade estatística, mas também qualitativa, pelo que o recorte realizado não teve como preocupação essencial um estudo quantitativo, no sentido laboviano.

Por isso, na aplicação do questionário foi utilizada uma amostra estratificada (cf. Carmo e Ferreira 1998; Barros e Lehfeld 1994; López Morales 1994). Desse modo foi possível seleccionar uma amostra em que os estratos ou subgrupos de estratos,

previamente identificados na população jovem em estudo (anos de escolaridade, sexo e origem geográfica, ou seja, barlavento/sotavento e meio de residência, isto é, rural/urbano)³, estão representados em valor proporcional idêntico ao existente na população em estudo, assegurando-se, assim, a sua representatividade estatística. Para a selecção aleatória dos elementos pertencentes a cada um dos estratos, como recomendado, utilizou-se um programa informático, gerando-se as tabelas 1, 2 e 3 da secção 2.2.1.1., abaixo.

Na verdade, e diferentemente do que é usado nos estudos quantitativos da sociolinguística laboviana, uma amostra estratificada não pressupõe operar com número idêntico de falantes dos dois sexos, das duas zonas (rural e urbana) e das duas grandes regiões geográficas (Sotavento e Barlavento), mas sim com números calculados pelo próprio sistema estatístico, em função da população total e em proporção a ela.

Por isso, dada a realidade das escolas e a natureza estratificada da amostra, ficaram plasmadas nesta os desequilíbrios existentes na população, à data da recolha, quanto aos níveis de escolaridade oferecidos nas zonas de Sotavento e Barlavento. Mas esse não pode ser considerado um problema de concepção da amostra, mas apenas um elemento da realidade objectiva; idealmente, deveria existir equilíbrio na escolaridade das duas zonas geográficas, mas tal não era o caso.

Assim, a distribuição dos informantes jovens em função da variável *sexo* não é totalmente equilibrada. Identicamente, o aparente desequilíbrio quanto à variável *meio de residência* explica-se por, à data da recolha, as escolas em zonas rurais do Sotavento ainda só terem alunos do 7º e 8º anos, o que explica que na tabela 3 (cf. secção 2.2.1.1, abaixo), gerada automaticamente pelo programa utilizado no processo de amostragem,⁴ os valores correspondentes sejam igual a zero; no Barlavento rural, por seu lado, apenas duas escolas estavam inseridas em zonas ainda consideradas rurais. Nesta medida, o Barlavento rural é aqui considerado como uma amostra complementar, que permite estabelecer confrontos parciais entre as zonas urbanas e rurais dessa área geográfica.

Por outro lado, relativamente aos adultos “líderes”, visto a intenção ser obter dados de figuras com relevo público, a selecção orientou-se apenas por esse critério,

³ Para este factor, e tendo em conta que as escolas estão próximas das localidades de residência, tomou-se como referência a localidade em que a escola está situada; e, na classificação dessas localidades como urbano ou rural foi seguida a classificação dos concelhos e das suas localidades pelo Instituto Nacional de Estatística.

⁴ Processo de selecção de uma amostra

adoptando-se, portanto, uma amostragem de casos típicos (Carmo e Ferreira, 1998); consideramos, assim, que o recorte adoptado é qualitativamente representativo, pelo conhecimento directo que temos da sociedade cabo-verdiana.

Em suma, procurou-se que as amostras, inevitavelmente condicionadas pela realidade social, como já referido, permitissem, contudo, confrontar as perspectivas de duas gerações distanciadas do ponto de vista etário e dos respectivos papéis na sociedade, no que diz respeito à dinâmica sociolinguística da sociedade cabo-verdiana.

A geração dos jovens constitui uma amostra de indivíduos nascidos após a independência; a dos adultos, daqueles nascidos durante o período colonial, alguns deles já no seu final.

Assim, as unidades de análise retidas e retomadas adiante são as seguintes:

Zona	Região	Nível de escolaridade	Sexo		Total
			F	M	
Urbana	Barlavento	9ª ao 12º ano	383	340	723
	Sotavento	9ª ao 12º ano	401	402	803
Rural	Barlavento	9ª ao 10º ano	134	120	254
	Sotavento	—	—	—	—
Total			918	862	1780

Tabela1 – Amostra dos jovens

	Naturalidade			Sexo		Idade		Escolaridade			Total
	B	S	Outra	F	M	1ª FE 28-49 A	2ª FE + 50 A	E.Sec	E.Médio/ E. Profis.	E.Sup	
Líderes	7	8	--	3	12	4	11	1	2	12	15
Profs.	4	9	1	8	6	8	6	--	--	14(7Bac./7Lic)	14
Total	11	17	1	11	18	12	17	1	2	26	29

Tabela 2 – Amostra dos adultos

2.2 Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Seguindo Baernert-Fuerst (1989), que defende que os instrumentos de recolha de dados deverão permitir obter informações de tipo quantitativo e qualitativo, adoptaram-se dois meios diferenciados de obtenção de dados e conceberam-se instrumentos que permitem obter resultados daqueles dois tipos. Assim, as conclusões que resultam desta pesquisa baseiam-se, fundamentalmente, num inquérito por questionário aplicado aos jovens (cf. 2.2.1) e em entrevistas semi-dirigidas feitas aos líderes e aos professores (cf. 2.2.2).

Com esses dois instrumentos, visou-se, em termos gerais, (i) definir o perfil social e linguístico dos inquiridos; (ii) esboçar a estrutura da sua rede social fora da família (e

da escola, no caso dos jovens); (iii) conhecer o seu comportamento linguístico; (iv) identificar as atitudes face às duas línguas em contacto, quer quanto ao seu valor simbólico, quer quanto ao seu uso, assim como relativamente ao bilinguismo e às práticas diglósicas.

As entrevistas permitiram ainda obter uma amostra de fala espontânea útil para se fazer uma avaliação dos modelos linguísticos a que os jovens estão expostos, quer com origem em falantes com grande prestígio público, quer em falantes que, sendo professores, constituem um modelo intenso e prolongado no tempo. Rentabilizou-se, assim, um recorte feito a partir das entrevistas a que foram adicionados textos escritos pelos professores entrevistados, tendo em vista conhecer algumas das características sintáticas que podem ser associadas ao português de Cabo Verde, muito insuficientemente descrito, tanto quanto sabemos, e assim dar um pequeno contributo para o estudo da norma urbana culta do português (cf. Capítulo 4)

Complementarmente, foi recolhida documentação oficial, como legislação de diferentes níveis de força jurídica, recomendações de seminários e grupos de trabalho sobre a LCV, fundamentações dos programas de ensino da língua portuguesa, a partir de livros de autoria e de outras fontes credenciadas (cf. Anexo 15). Esta documentação será objecto de comentário (Capítulo 5), na busca da explicitação das orientações políticas vigentes no campo linguístico, as quais serão confrontadas com os resultados da análise do questionário e das entrevistas.

Os instrumentos e os procedimentos usados na recolha de dados (inquéritos por questionário e por entrevista) são detalhadamente descritos nas duas subsecções seguintes.

2.2.1 Inquérito por questionário

O questionário aplicado junto da população jovem, do Ensino Secundário, integra 99 perguntas fechadas e 19 perguntas abertas. Foi elaborado de acordo com as recomendações de vários autores (cf. Quivy, R. et al. 1998; López Morales 1994; Barros & Lehfeld 1988; Bell 1993), tendo em conta os objectivos definidos para esse instrumento. Assim, foi especialmente concebido para obter dados sobre a ordem e

modo de aquisição⁵ das duas línguas pelos jovens, a sua proficiência em cada uma delas, a estrutura das suas redes sociais, os comportamentos linguísticos mais típicos, nomeadamente em relação com os diversos domínios ou contextos de uso de cada uma das línguas em contacto e por modalidades de uso, os fundamentos culturais/atitudinais/simbólicos das escolhas feitas em cada contexto, bem como as suas atitudes em relação ao papel social e ao estatuto das duas línguas em contacto e ainda à vantagem, ou não, de manter ou desenvolver o bilinguismo individual e social.

Este conjunto de vectores de abordagem do perfil sociolinguístico da população dos 13-14 aos 18-19 anos beneficiou ainda do conceito de *comunidade de prática* (Eckert, 2000: 171-72), que remete para a partilha de objectivos comuns e, consequentemente, de práticas sociais e linguísticas, de crenças e de valores comuns. Veja-se o que escreve a autora, a esse propósito:

“Uma comunidade de prática não é uma unidade, diferentemente do que acontece com uma categoria social, a qual existe num dado nível e à qual os falantes podem ser associados. Essa diferença deve-se especificamente ao facto de os falantes pertencerem a múltiplas comunidades de prática, em múltiplos níveis. A significância do conceito de comunidade de prática reside na forma como ela aponta ao investigador características e funções dos agregados sociais, as quais permitem a focagem em tipos de significado em construção, num dado agregado social. (...) [Com isto] Não estou propriamente a propor uma nova variável social a ser incluída na análise da variação, mas sim a propor uma maneira diferente de encarar a relação entre o significado social e os agregados humanos.” (op. cit.: 171-72, trad.).

Paralelamente, deu-se relevância à análise das redes sociais (cf. secção 1.1.2.3 do capítulo 1), tendo em conta que os jovens, sobretudo os mais próximos da idade adulta, vão diversificando as suas relações e, por arrastamento, as suas experiências linguísticas e o seu posicionamento face às línguas em presença na sociedade.

⁵ Neste trabalho, os termos *aquisição* e *aprendizagem* são usados indistintamente. Embora refiram processos distintos, para este trabalho consideramos que a delimitação rigorosa dos processos não é particularmente relevante. Por outro lado, dadas as respostas dos jovens inquiridos, verifica-se que, sobretudo no caso daqueles que têm a LCV como L1 e estão em idade de desenvolver relações sociais fora do seu grupo restrito, se poderia concluir que “adquirem” o português em imersão social de grau fraco, ao mesmo tempo que o “aprendem” em situação formal, na escola.

2.2.1.1 Dimensão da amostra e sua composição

Como decorre do contexto em que esta pesquisa foi realizada, lembre-se que uma das opções metodológicas foi tomar como universo do inquérito aos jovens, os alunos matriculados do 9.º ao 12.º ano nas Escolas Secundárias públicas de todos os concelhos do país, no ano lectivo de 2005/2006 (com base em informações disponibilizadas pelo GEP do Ministério de Educação, cf. Anexo 3)⁶. A dimensão da população escolar, nesse ano lectivo e para os anos de escolaridade seleccionados, era de 26.830 alunos, 14.184 do sexo feminino e 12.646 do sexo masculino. Grande parte dessa população (i.e., os alunos entre os 15 e os 19 anos), equivale, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a 54,7% da população jovem do país da faixa etária equivalente. A nível nacional, desses 54,7%, 57,6% são do sexo feminino e 51,8 %, do sexo masculino.

A partir da unidade territorial concelho, as escolas de nível secundário, incluindo o ensino secundário técnico, dos concelhos de cada ilha foram classificadas de acordo com a sua localização geográfica (Sotavento/Barlavento), e, seguindo a classificação conferida ao local onde a escola está situada pelo Instituto Nacional de Estatística, em rural e urbano, sendo o seu número total, em todos os concelhos, de 31 escolas.

Como referido em 2.1, no ano lectivo 2005/06 as escolas de Sotavento rural ainda não tinham alunos a partir do 9.º ano. Essa limitação levou a que, como resultado do processo de estratificação da amostra, não constem elementos relativos ao meio de residência urbano para Sotavento, variável essa que teria sido importante considerar de forma exaustiva, dado saber-se que, sociológica e linguisticamente, comunidades urbanas e rurais apresentam características bastante distintas.

Para a obtenção da amostragem, foi adoptado um processo estatístico que determina uma amostra aleatória, estimando uma proporção das variáveis consideradas em relação ao universo. Cada estrato (ou seja, cada variável retida) foi considerado como uma amostra independente. A repartição da amostra pelos estratos (zona, meio de residência, ano de escolaridade e sexo) foi efectuada considerando a repartição aleatória proporcional, um intervalo de confiança de 68% e um erro relativo⁷ de 5%. A contar

⁶ Escolher o ano de 2005/06 foi a opção possível, uma vez que, ainda em Abril de 2007, não estavam disponíveis os dados sequer provisórios relativos a 2006/07.

⁷ Intervalo de confiança é a percentagem em que os valores obtidos podem estar dentro da margem de erro, isto é, a possibilidade de desvio do valor observado em relação ao valor real da quantidade medida.

com algumas recusas, e com questionários incompletos, foi considerada ainda uma taxa de não resposta⁸ de 5%, calculada da seguinte forma: Taxa de Não Resposta – Amostra * 0,05.

Assim, a amostra total corresponde a Amostra efectiva + Taxa de Não Resposta calculada para cada estrato. Em suma: o cálculo do número de alunos a inquirir respeitando: i) as variáveis consideradas e em proporção ao valor dessas variáveis no universo; ii) o intervalo de confiança de 68%; iii) o erro relativo de 5%; e iv) e a taxa de não resposta de 5% levou a uma amostra de 1.819 inquiridos (os que receberam o questionário). Desses, responderam 1.780, o que coube na taxa de não resposta que já havia sido considerada no cálculo, como se explicará adiante (cf. secção 2.2.1.2).

A fórmula utilizada para a constituição da amostra aleatória foi a seguinte:

Amostra aleatória – Estimando uma proporção

$$n_{hijk} = \frac{N_{hikk} * p * q}{(N_{hijk} - 1) * (b^2 / z^2) + (pq)}$$

onde:

n_{hijk} – Dimensão da amostra do estrato hijk (zona, meio de residência, ano de escolaridade e sexo)

N_{hijk} – Dimensão do universo do estrato hijk (zona, meio de residência, ano de escolaridade e sexo)

b^2 – Erro relativo ao quadrado, fixado *a priori* (5%)

z^2 – Valor da precisão do intervalo de confiança ao quadrado, fixado *a priori* (68%).

p – Probabilidade do fenómeno estudado (50%)

$q = 1 - p$ (50%)

A tiragem da amostra foi feita em duas etapas. Numa primeira, foram seleccionadas todas as escolas, excepto nos concelhos da Praia e São Vicente, onde foram seleccionados, aleatoriamente, 43% das escolas no Concelho da Praia (3 escolas) e 50% no concelho de S. Vicente (2 escolas). Neste último reteve-se a Escola Industrial

⁸ Percentagem estimada de questionários que poderiam não ser devolvidos sem prejudicar os resultados.

e Comercial do Mindelo⁹, pela sua natureza técnica e aleatoriamente foi escolhida a Escola Secundária Augusto Pinto. Na segunda etapa, procedeu-se à distribuição do número de alunos a inquirir por estrato, sendo este proporcional ao tamanho de cada estrato no universo. De seguida foi feita a selecção aleatória dos alunos, em cada estrato.

De acordo com os critérios pré-estabelecidos acima (intervalo de confiança de 68% e um erro de 5%) e utilizando a fórmula apresentada, chegou-se aos seguintes resultados definitivos da amostra: inquirição de 1.818 alunos, o que representa cerca de 7% do universo dos alunos do Ensino Secundário público do 9.º ao 12.º ano, distribuídos por 24 escolas (que representam cerca de 78% de todas as escolas com esse perfil).

As tabelas a seguir dão conta dessa distribuição:

⁹ Mindelo é a cidade sede do concelho/ilha de S. Vicente, onde se localizam todas as escolas secundárias.

Capítulo 2. Metodologia de pesquisa

ESTRATO	UNIVERSO		AMOSTRA	
	N.º	%	N.º	%
Barlavento Urbano 9º Fem	1,233	16.5	98	12.9
Barlavento Urbano 9º Masc	1,214	16.2	98	12.9
Barlavento Urbano 10º Fem	922	12.3	95	12.5
Barlavento Urbano 10º Masc	821	11.0	94	12.4
Barlavento Urbano 11º Fem	934	12.5	95	12.5
Barlavento Urbano 11º Masc	736	9.8	93	12.2
Barlavento Urbano 12º Fem	895	11.9	95	12.5
Barlavento Urbano 12º Masc	736	9.8	93	12.2
Barlavento Urbano TOTAL	7,491	100.0	761	100.0
Barlavento Rural 9º Fem	191	31.8	70	27.6
Barlavento Rural 9º Masc	134	22.3	61	24.0
Barlavento Rural 10º Fem	152	25.3	64	25.2
Barlavento Rural 10º Masc	124	20.6	59	23.2
Barlavento Rural 11º Fem	0	0.0	0	0.0
Barlavento Rural 11º Masc	0	0.0	0	0.0
Barlavento Rural 12º Fem	0	0.0	0	0.0
Barlavento Rural 12º Masc	0	0.0	0	0.0
Barlavento Rural - TOTAL	601	100.0	254	100.0
Sotavento Urbano 9º Fem	3,505	19.4	102	12.7
Sotavento Urbano 9º Masc	3,022	16.7	102	12.7
Sotavento Urbano 10º Fem	2,448	13.6	101	12.6
Sotavento Urbano 10º Masc	2,107	11.7	102	12.7
Sotavento Urbano 11º Fem	1,826	10.1	99	12.3
Sotavento Urbano 11º Masc	1,754	9.7	99	12.3
Sotavento Urbano 12º Fem	1,711	9.5	99	12.3
Sotavento Urbano 12º Masc	1,691	9.4	99	12.3
Sotavento Urbano - TOTAL	18,064	100.0	803	100.0
Sotavento Rural 9º Fem	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 9º Masc	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 10º Fem	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 10º Masc	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 11º Fem	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 11º Masc	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 12º Fem	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural 12º Masc	0	0.0	0	0.0
Sotavento Rural - TOTAL	0	0.0	0	0.0
TOTAL	26,156		1,818	7.0

Tabela 3 - Universo escolar e amostra dos alunos por estrato

Concelho	Escola	9º ano			10º ano			11º ano			12º ano			Totais		
		F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Brava	Escola Secundária da Brava	2	2	4	2	2	4	3	3	6	3	3	6	10	10	20
S. Filipe	Liceu de S. Filipe	9	9	18	9	11	20	9	10	19	10	14	24	37	44	81
Mosteiros	Escola Secundária dos Mosteiros	3	3	6	3	2	5	2	2	4	0	0	0	8	7	15
Maio	Escola Secundária do Maio	2	3	5	3	4	7	1	2	3	0	0	0	6	9	15
Praia	Liceu Domingos Ramos	12	10	22	11	8	19	12	16	28	13	14	27	48	48	96
	Escola Secundária Constantino Semedo	7	6	13	5	6	11	6	5	11	6	4	10	24	21	45
	Escola Secundária de Palmarejo	9	11	20	6	8	14	7	6	13	10	10	20	32	35	67
	TOTAL	28	27	55	22	22	44	25	27	52	29	28	57	104	104	208
S. Domingos	Escola Secundária de S. Domingos	6	6	12	7	7	14	9	6	15	10	7	17	32	26	58
Sta Catarina	Liceu Amílcar Cabral	16	16	32	18	14	32	12	12	24	15	14	29	61	56	117
	Escola Técnica Grão Duque Henri	7	8	15	4	7	11	8	13	21	10	12	22	29	40	69
	TOTAL	23	24	47	22	21	43	20	25	45	25	26	51	90	96	186
Sta Cruz	Escola Secundária de Santa Cruz	13	11	24	14	14	28	13	13	26	10	9	19	50	47	97
S. Miguel	Escola Secundária de S. Miguel	7	8	15	7	8	15	7	4	11	4	3	7	25	23	48
Tarrafal	Escola Secundária do Tarrafal	9	9	18	12	11	23	10	7	17	8	9	17	39	36	75
TOTAL		102	102	204	101	102	203	99	99	198	99	99	198	401	402	803

Tabela 4 – Distribuição da amostra sotavento urbano por escolas segundo o ano de escolaridade e sexo

Concelho	Escola	9º ano			10º ano			11º ano			12º ano			Totais		
		F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Boa Vista	Escola Secundária da Boavista	4	5	9	4	3	7	4	3	7	4	3	7	16	14	30
Sal	Liceu Olavo Moniz	17	13	30	17	11	28	13	13	26	14	10	24	61	47	108
Ribeira Grande	Escola Secundária Suzete Delgado	15	11	26	19	11	30	31	20	51	29	27	56	94	69	163
Porto Novo	Escola Secundária de Porto Novo	12	5	17	21	15	36	13	14	27	19	15	34	65	49	114
	Escola Secundária do Alto do Peixinho	10	11	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	11	21
S. Nicolau	Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva	5	7	12	7	9	16	8	10	18	7	7	14	27	33	60
	Escola Secundária Tarrafal de S. Nicolau	3	4	7	3	5	8	0	0	0	0	0	0	6	9	15
S. VICENTE	Escola Industrial e Comercial do Mindelo	17	20	37	16	22	38	14	16	30	6	14	20	53	72	125
	Escola Secundária José Augusto Pinto	16	21	37	8	19	27	11	17	28	16	18	34	51	75	126
TOTAL		98	98	196	95	94	189	95	93	188	95	93	188	383	378	761

Tabela 5 – Distribuição da amostra barlavento urbano por escolas segundo o ano de escolaridade e sexo

Concelho	Escola	9º ano			10º ano			11º ano			12º ano			Totais		
		F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T
Paul	Escola Secundária Januário Leite	30	29	59	31	29	60	0	0	0	0	0	0	61	58	119
R. Grande	Escola Secundária Coculi	40	32	72	33	30	63	0	0	0	0	0	0	73	62	135
TOTAL		70	61	131	64	59	123	0	0	0	0	0	0	134	120	254

Tabela 6 – Distribuição da amostra barlavento rural por escolas segundo o ano de escolaridade e sexo

2.2.1.2 Elaboração e aplicação do questionário

Como já referido, as perguntas constantes do questionário, num total de 118, são de dois tipos:

- 1) 99 perguntas fechadas, cujas respostas apresentavam i) apenas uma possibilidade de escolha e ii) várias possibilidades de escolha;
- 2) 19 perguntas abertas, de natureza diversificada: i) perguntas em que se pedem indicações sucintas (material de leitura habitual, por exemplo); ii) perguntas a que o inquirido deve dar livremente, embora de modo sucinto, a resposta que considerar adequada.

O elenco destas perguntas visou obter resposta às perguntas de pesquisa anunciadas na Introdução. Elas foram organizadas em cinco blocos ou partes, consoante os diferentes objectivos pretendidos:

Parte A – Identificação, 7 perguntas que visam definir o perfil do inquirido em termos pessoais, familiares e escolares;

Parte B – Perfil Linguístico, 11 perguntas com as quais se pretende desenhar o perfil linguístico do inquirido: i) a forma como aprendeu as duas línguas faladas em Cabo Verde; ii) se é monolíngue ou bilingue; iii) a avaliação que ele próprio faz da sua proficiência nas duas línguas;

Parte C – Rede de Comunicação, 9 perguntas destinadas, especificamente, a esboçar a estrutura da rede social dos inquiridos, a língua usada, os assuntos tratados e os lugares de interacção;

Parte D – Uso do Crioulo e do Português, 38 perguntas com as quais se busca saber qual a língua efectivamente usada em cada um dos seus modos de uso (falar, ouvir, ler e escrever), com quem, sobre que assunto, em que contextos (lugares e circunstâncias), com que frequência e durante quanto tempo e, ainda, indagar dos motivos da alternância de língua (cf. *code alternation*; *language choice*);

*Parte E – Atitudes*¹⁰, 53 perguntas com as quais se busca identificar o maior número possível de componentes das atitudes (crenças, valores simbólicos, sentimentos, e tendências de acção) em relação às duas línguas em contacto, ao seu uso, ao bilinguismo e à diglossia.

Visando o tratamento estatístico das 99 perguntas fechadas do questionário foi utilizado o *Statiscal Package for the Social Sciences* para Windows (SPSS, doravante), um poderoso sistema de análises estatísticas e de manuseamento de dados, num ambiente gráfico que permite a realização de análises complexas e elaboradas, com recurso às opções constantes dos menus e caixas de diálogo.

A estrutura da base de dados foi construída directamente no editor de dados do SPSS, e consistiu basicamente nos seguintes procedimentos:

- atribuição de um nome às variáveis, de forma a permitir uma fácil identificação (correlação) com as perguntas do inquérito, seguindo as regras recomendadas;
- fixação das variáveis como sendo do tipo numérico inteiro;
- atribuição de valores e etiquetas às variáveis, sendo que nas situações em que se admitia a resposta “Não sabe / Não responde”, a este item foi reservado o valor “9” quando, na pergunta, lhe cabia número inferior ou igual a dez e o número “99”, quando esse número era superior a 10.

Nesse processo, as 99 perguntas fechadas do questionário foram desdobradas num total de 708 variáveis. Assim, por exemplo, a pergunta 26 (P. 026) foi dividida em três grupos de variáveis (P. 026. P1; P. 026. P2; e P. 026. P3), comportando cada um desses grupos 10 variáveis, i.e., P. 026. P1.1. a P. 026. P1.10.

As 19 perguntas abertas foram objecto de análise qualitativa, de conteúdo. Embora, numericamente, essas perguntas sejam apenas 19, elas desdobram-se em 24, tendo em conta a sua diversidade de formulação: 1) há 10 perguntas em que se pede

¹⁰ No que respeita às atitudes, o objectivo foi unicamente avaliar directamente a sua direcção (favorável ou desfavorável relativamente aos aspectos focados) e não obter informação sobre os factores intervenientes na sua formação (necessidades dos indivíduos ou a sua própria personalidade, p.e.) ou mesmo ordenar os indivíduos num contínuo sociológico. Por tal, não se procedeu à utilização de qualquer técnica de medição das atitudes. Também para a formulação das perguntas fechadas relativas a atitudes se buscou que as asserções nelas contidas apenas dessem conta das diferentes componentes das atitudes (cognitiva, emocional e comportamental), usando para o efeito uma recolha das opiniões (cf. Maisonneuve, s/d: 126) de carácter linguístico, comuns na sociedade cabo-verdiana e que fomos realizando ao longo de anos, a partir de conversas privadas, de interacções com os alunos ou de intervenções públicas (comunicação social e imprensa escrita) de diferentes actores sociais.

para indicar 3 elementos de resposta, sendo que 5 delas se convertem em 2 perguntas cada, já que se pede que esta indicação seja feita relativamente à LCV e ao português: ou seja, estas 5 perguntas correspondem a 10; 2) há 9 perguntas em que os inquiridos têm de elaborar uma resposta, sendo que em 3 delas se pede uma explicação, em outras 3 e um comentário e, nas 3 restantes, duas explicitações e uma justificação (a serem fornecidas apenas pelos inquiridos que tivessem respondido positivamente a determinadas perguntas anteriores).

Pelo teor das respostas solicitadas, o seu valor não é estatístico, antes resulta do sentido que contêm, por terem sido produzidas de modo livre e espontâneo, sem os constrangimentos duma escolha condicionada, como acontece nas perguntas fechadas, que podem de algum modo influenciar os inquiridos. As respostas às perguntas abertas são, assim, susceptíveis de fornecer dados cujos resultados podem alargar o quadro de interpretação dos fenómenos sociolinguísticos em análise.

Tendo em vista um bom resultado na aplicação do questionário, antes da sua aplicação definitiva foi feito um teste à sua qualidade, numa subamostra de 32 alunos (8 alunos, 4 rapazes e 4 raparigas, de cada um dos 4 anos de escolaridade compreendidos entre o 9.º e o 12.º anos de escolaridade), de uma das escolas de Ensino Secundário da capital. Essa testagem teve como objectivos verificar se a compreensão das perguntas por parte dos inquiridos era satisfatória, se a sua adequação à informação pretendida era boa, se as alternativas de resposta às perguntas fechadas atendiam a todas as possibilidades, se não havia perguntas ambíguas, tendenciosas ou susceptíveis de desencadear atitudes de auto-defesa nos inquiridos, e ainda se o questionário não seria longo demais e desmotivador. A testagem permitiu, ainda, avaliar as condições óptimas de aplicação do questionário, a sua qualidade gráfica e a adequação das instruções. As informações e os comentários fornecidos pelos professores que aplicaram o questionário-teste e os resultados da análise preliminar das respostas introduzidos na base de dados, levou à reformulação da estrutura preliminar da estrutura da base de dados concebida para a análise estatística no programa SPSS, à redacção definitiva do questionário (cf. Anexo 1) e à versão final duma carta de instruções que acompanhou o questionário, destinada aos professores que o aplicaram (cf. Anexo 2).

Quanto à organização prática da aplicação do questionário definitivo, no ano lectivo 2005/06, foi organizada uma rede de colaboradores integrada por professores de português das Escolas Secundárias do país, cuja colaboração foi crucial, tendo havido

um constante acompanhamento do processo, embora, em muitos casos, à distância, por via telefónica ou electrónica. Com efeito, dada a impossibilidade de nos deslocarmos a todas as ilhas, por períodos longos, essa foi a solução encontrada. Podendo apontar-se como desvantagem deste procedimento o facto de não ser a investigadora a recolher directamente os dados, tenha-se em consideração que se tratava de responder a um questionário escrito, o que não pressupõe interacção oral relevante para a qualidade das respostas. Admita-se, como vantagem, que o facto de os alunos responderem ao questionário no seu meio escolar e na presença do seu professor criou um ambiente o mais natural possível para a realização dessa tarefa. A administração do questionário foi directa, ou seja, foi o próprio inquirido a preencher o questionário entregue em mão pelos inquiridores, os quais se incumbiram de dar todas as explicações úteis, seguindo a carta de instruções.

A aplicação definitiva do questionário redundou em 1.780 questionários completados, sobre 1.819 distribuídos, o que corresponde a uma taxa de não devolução de apenas 2,14%.

Dada a vasta extensão territorial e o número elevado de informantes, a tarefa envolveu a mobilização de recursos logísticos e financeiros importantes, com vista a preparar as 1.819 fotocópias do questionário (a maior parte foi oferecida por várias instituições), a realizar a distribuição do questionário pelas escolas das ilhas por avião ou barco, a fazer o acompanhamento da aplicação (via correio electrónico e telefone), e a verificar a recepção dos questionários das escolas. O tratamento estatístico da amostra implicou a mobilização de recursos financeiros avultados para aluguer de uma sala com 10 computadores e para a digitação dos questionários.

2.2.2 Inquérito por entrevista

Como referido, utilizou-se a entrevista semi-dirigida ou semi-directiva na recolha de informações sobre as atitudes e os comportamentos face às línguas de Cabo Verde de pessoas que as usam muito intensamente nas suas actividades profissionais, ou seja, os líderes (intelectuais, artistas, políticos e profissionais liberais que interagem com o público tais como jornalistas, advogados e médicos) e os professores de língua portuguesa no Ensino Secundário.

A metodologia empregue neste trabalho compreendeu:

1º - elaboração do roteiro da entrevista;

2º - selecção dos informantes que se adequassem ao perfil definido;

3º - realização das entrevistas;

4º - transcrição das entrevistas em suporte informático.

O guião ou roteiro para essa entrevista (cf. Anexo 6), elaborado seguindo as orientações apontadas por vários autores (Spradley 1979; López Morales 1994; Quivy, R. et al. 1998; Barros e Lehfeld 1988; Bell 1993; Carmo & Ferreira 1998; Bogdan & Bilken 1994; Lessard-Herbert 1990), contém no total 53 perguntas, distribuídas pelos seguintes tópicos: 1) Perfil linguístico; 2) Estrutura da rede social; 3) Uso das línguas; 4) Atitudes (sendo algumas delas específicas para os professores).

2.2.2.1 Dimensão da amostra e sua composição

Para a selecção dos entrevistados, foi adoptada a *amostragem de casos típicos* (Carmo e Ferreira, 1998). Assim, foram seleccionados 29 informantes, sendo 15 líderes e 14 professores, todos exercendo a sua actividade na capital do país, e formando dois subgrupos dentro da amostra.

- **Subgrupo dos líderes**

Dado o impacto público da opinião dos integrantes deste grupo sobre a política linguística ser grande, buscou-se entrevistar casos contrastantes, numa tentativa de evidenciar as diferentes linhas de força coexistentes.

Trata-se de 12 informantes do sexo masculino e de 3 do sexo feminino. Embora todos residam na capital do país, onde desenvolvem as suas actividades:

- 7 são originários de Barlavento e 8 de Sotavento;
- 4 estão na faixa etária dos 40-50 anos, 8, na faixa dos 51-60 anos, 2 estão na faixa dos 61-70 anos e 1 tem 81 anos;
- a grande maioria (12) tem formação superior, obtida em Portugal (com 3 excepções: um com formação secundária e superior obtida em diferentes países da CPLP, e 2 outros, noutros países europeus); dos 3 informantes sem formação superior, um completou o ensino secundário, outro tem formação média e o último, formação profissional;
- todos eles visitam Portugal com alguma regularidade, por razões de trabalho ou em férias, pelo que as suas redes sociais se estendem a Portugal e o contacto com a variedade europeia do português é frequente.

Quanto às actividades que desempenham, a distribuição é a seguinte, embora em bastantes casos, haja sobreposição de actividades:

- 2 destacados políticos, um de cada um dos maiores partidos com representação parlamentar e que já foram governo (um do sexo masculino e outro do feminino, um de Barlavento e outro de Sotavento);
- 8 intelectuais - escritores, poetas, ensaístas, músicos e/ou musicólogos, investigadores e interventores na área de política linguística, sendo que para cada grupo de dois predomina sempre uma ou outra dessas actividades (7 do sexo masculino e 1 do sexo feminino, 5 de Barlavento e 3 de Sotavento);
- 2 jornalistas/comentadores e analistas na rádio e televisão (ambos do sexo masculino, um de Barlavento e outro de Sotavento);
- 2 advogados (ambos do sexo masculino, um de Barlavento, outro de sotavento);
- 1 médica (de Sotavento).

Embora não se tenha considerado os factores sexo e idade como determinantes na selecção dos líderes, no caso dos professores procurou-se entrevistar um de cada sexo, por escola, e de faixa etária diferenciada, já que os de maior idade são sem dúvida aqueles que mais contribuíram como modelos de língua para os jovens.

- **Subgrupo dos professores de português**

Este subgrupo de 14 indivíduos, representando 2 informantes por cada uma das 7 escolas da capital do país é constituído por:

- 8 informantes do sexo feminino e 6, do masculino;
- 5 informantes da faixa dos 20-30 anos (2, na dos 20 anos, 3 na dos 30) e 9 na dos 40-50 anos (3, na dos 40 e 6, na dos 50);
- 9 informantes de Sotavento e 4 de Barlavento (um tem outra naturalidade, embora tenha crescido na região de Sotavento);
- 7 têm formação a nível de bacharelato e 7 a nível de licenciatura, todos em ensino do português; esses graus foram todos obtidos no extinto ISE, com excepção de uma das licenciaturas, obtida em Lisboa, como complemento ao bacharelato obtido na mesma instituição.

Relativamente aos contactos com Portugal: 2 professores viveram por um ano em Portugal, um deles quando criança e, depois, por um mês, no Curso de Verão de LP do Instituto Camões; 2 outros frequentaram esse mesmo curso; 1 esteve cerca de seis meses

em tratamento médico em Lisboa; 5 estiveram algumas vezes em Portugal, de férias, por períodos entre 15 e 30 dias; 4 nunca estiveram em Portugal.

Na realização da entrevista, partiu-se sempre das perguntas constantes do guião, sem prejuízo de, no decurso da mesma, serem feitas perguntas mais específicas e precisas, para melhor compreensão das questões pelos informantes, ou para conseguir dados suficientemente claros quanto ao posicionamento efectivo dos entrevistados acerca das questões em indagação, ou mesmo para ampliar as informações, no caso de respostas muito lacónicas.

Procurou-se sempre manter uma relação cordial com os informantes, com o objectivo de os deixar à vontade e, sem deixar de incentivar a fala fluente, a entrevistadora evitou tomar a palavra por muito tempo e interromper os entrevistados, buscando que a entrevista decorresse de forma o mais “descontraída e natural” possível (Oliveira e Silva, 2004:132). Por isso, bastas vezes, os entrevistados puderam discorrer livremente, obtendo-se, desse modo, amostras de fala espontânea bastante longas, que poderão configurar “o seu estilo natural de discurso” (cf. Labov, 1976:151). Com efeito, tendo em conta que a maior parte dos entrevistados fala português sobretudo em situações formais, a entrevista foi apenas uma dessas situações, constituindo, portanto, um contexto não marcado relativamente ao uso daquela língua; o estilo utilizado, pelas mesmas razões, será também não marcado (Labov, *idem*:158).

Todas as 29 entrevistas, com a duração média de uma hora, foram realizadas pela própria pesquisadora, sendo que 13 das feitas a líderes tiveram lugar em 2005/2006, as restantes 2, em 2006-7, assim como as 14 feitas aos professores de português.

Foram registadas directamente em meio digital (MP3), utilizando-se os meios informáticos de tratamento de áudio, em ambiente Windows, buscando-se assim garantir a máxima fidelidade, tendo em vista a constituição de um corpus fiável. Esse processo, que representou um número elevadíssimo de horas de trabalho e exigiu grande concentração, decorreu em duas fases. Na primeira, procedeu-se à transcrição, directamente no computador, a partir da gravação, deixando espaços em branco sempre que havia dúvidas quanto à correcta audição ou total incompreensão do registo sonoro. Numa segunda fase, mediante uma rigorosa revisão, os espaços em branco foram preenchidos e as dúvidas foram suprimidas na sua quase totalidade, tendo-se aplicado as normas de transcrição adoptadas. Na base de dados elaborada, cada transcrição é precedida dos dados biográficos do informante, numa ficha de identificação. Contudo,

essa ficha não é incluída nos Anexos, dado o compromisso de total anonimato estabelecido com os informantes. Garantidamente, estima-se em mais de 10 horas o trabalho realizado por entrevista.

Nas transcrições definitivas (cf. Anexos 7), que perfazem quase quinhentas páginas, segue-se, no fundamental, as regras e convenções da escrita do português anteriores ao Acordo Ortográfico recentemente aprovado. Nas falas dos entrevistados, são usadas formas convencionais de notação do oral e ainda uma adaptação da proposta de Marcuschi (1986):

"::", para alongamento de vogal e consoante, com justaposição de dois pontos ou vários ao segmento alongado; aspas, para citação do discurso de outrem; maiúsculas, para entoação enfática; "(?)" para indicar fragmento incompreensível; "(())", para assinalar inserção de comentário do pesquisador; "...", para silêncio; para as pausas, consoante a sua duração, "-" (pausa breve) e "--" (pausa longa); para pausa de fim de fala, usa-se "//"; utiliza-se, ainda, a separação de sílabas com hífen, para traduzir a "silabação" deliberada de algumas palavras, por certos informantes (p.e. "mo-vi-men-ta-ção").

Para além disso, as linhas estão numeradas de 5 em 5, tendo em vista facilitar a remissão aos dados; os segmentos discursivos produzidos na LCV estão em itálico, transcritos segundo o sistema ortográfico ALUPEC e traduzidos para português; tendo em vista garantir que as entrevistas não seriam associadas aos indivíduos entrevistados, suprimiu-se qualquer referência que pudesse identificá-los (ou mesmo outras pessoas por eles nomeadas) Nos casos em que tal implicou supressão de texto, utilizou-se o símbolo [—], embora os textos das entrevistas sejam usados integralmente na análise. Nos casos em que os entrevistados se referem a um outro informante, os nomes foram substituídos pelo código da entrevista e, quando se trata de outras pessoas, pela designação "F" com um índice numérico, sendo que os índices só são válidos no interior da mesma entrevista.

A um ou outro membro do subgrupo dos líderes, após a primeira audição e/ou o tratamento da entrevista, foi solicitado um depoimento escrito, com vista ao aprofundamento da compreensão de aspectos específicos que não tiveram resposta suficiente (cf. Anexos 8).

Do ponto de vista da realização das entrevistas, não ocorreu em nenhum momento qualquer recusa de responder às questões formuladas, ainda que, num caso ou outro, o

informante não se tivesse sentido à vontade face a determinada questão e tivesse fugido a responder. Por vezes, foi opção nossa não colocar dada questão de forma directa, por tal não parecer adequado, em função do que já havia sido dito antes, pelo informante.

As datas e locais das entrevistas foram marcadas com antecedência, num encontro solicitado para o efeito ou numa conversa telefónica, situações em que se justificava o convite pelo papel do entrevistado no fornecimento de informações relevantes. Tendo em vista os objectivos da investigação, informava-se da duração média da entrevista, da garantia de confidencialidade da identidade do entrevistado e negociava-se a permissão para gravar. Declarou-se quais eram os objectivos gerais da entrevista, sem que contudo se especificasse que ela seria também objecto de análise linguística; este procedimento pretendeu evitar a auto-censura.

Os locais e horários foram definidos pelos próprios informantes (o seu local de trabalho ou a sua residência), embora algumas tenham sido realizadas na residência da pesquisadora. Convém registar a muito boa -vontade com que se deparou quer por parte dos líderes quer por parte dos professores, não se tendo detectado nenhum caso de hostilidade ou mesmo de desconfiança.

2.3 Procedimentos de análise e de interpretação dos dados: questionário e entrevistas

Os dados quantitativos obtidos através da análise estatística do questionário por meio do SPSS e os dados qualitativos obtidos através da análise de conteúdo das perguntas abertas do questionário e das entrevistas seguindo, fundamentalmente, Lincoln e Guba (1985), Bardin (1977) e Guerra (2006) permitem responder às perguntas de pesquisa (cf. Introdução) e compreender *quem* (identidade social e perfil linguístico dos inquiridos) *usa* (ouve, fala, lê e escreve) *que língua* (LCV e/ou LP) *com quem* (tipo de interlocutor, chamado “pessoa”, nas perguntas), *sobre o quê* (tipo de assunto), *em que contextos* (lugares, situações, circunstâncias), *para quê* (objectivos comunicativos), *com que frequência e duração*, *porquê* (tipo de atitudes), *como* (grau de proficiência em cada uma das línguas em presença), e, ainda, os factores situacionais que intervêm na redefinição da *escolha das línguas*.

2.3.1 Dados sujeitos a tratamento estatístico: as perguntas fechadas do questionário

Como já foi mencionado e seguindo López Morales (1994) e Moreno-Fernández (1990), as perguntas fechadas do questionário foram objecto de análise estatística através do programa informático SPSS. Para esse efeito, foi feita a digitação das informações, utilizando directamente o Editor de Dados do SPSS, o que implicou:

i) a atribuição de um identificador alfa numérico a cada um dos questionários devolvidos;

ii) a introdução na base de dados das respostas às perguntas fechadas dos 1.780 questionários recebidos das escolas (para esta tarefa específica, foram dados formação e treino a 20 digitadores (10 equipas de 2 pessoas).

Seguiu-se a depuração da base de dados, que consistiu

i) na conferência dos valores não preenchidos ou mal preenchidos, para verificar os valores não válidos, sendo que aqueles com uma representação de menos de 5% foram considerados negligenciáveis; dado que a média dos valores não preenchidos não excedeu 1%, a base de dados foi considerada consistente;

ii) na depuração dos valores não aplicáveis (caso das perguntas não respondidas por serem remissivas; ou seja, perguntas cuja resposta dependia de o informante ter (ou não) respondido à pergunta anterior).

Isto feito, deu-se início ao tratamento estatístico, o qual envolveu:

i) a descrição estatística (análise univariada), com produção de todas as tabelas de frequência (TF) das variáveis (cf. Anexo 4) e respectivos gráficos;

ii) a inferência estatística: análise de correlações entre os valores de duas ou mais variáveis como, por exemplo, o cruzamento entre os valores de “Aprendeu LP como língua materna” com os de “Idade com que falou LP” e ainda os de “Onde começou a falar LP”, obtendo-se tabelas de referência cruzada ou tabelas de cruzamento (TC) que mostram a distribuição repartida dessas variáveis, no caso o número de inquiridos que aprendeu o português como língua materna consoante as idades consideradas no questionário (até 6 anos, 7 a 14 anos, 15 e ainda não sabe/não responde) e os locais de aprendizagem do português considerados no questionário (Cabo Verde, Portugal, outro país e ainda não sabe/não responde). Inicialmente foram produzidas aquelas que, numa

análise preliminar, foram consideradas relevantes, sendo que outras foram sendo produzidas no decorrer do processo de interpretação (cf. Anexo 5).

No total, foram produzidas 708 tabelas de frequência constantes das 134 páginas do Anexo 4 e quase mil tabelas de cruzamento, insertas nas 1.081 páginas do Anexo 5. Para facilitar a remissão para os dados, no decurso da análise, as tabelas de frequência foram numeradas sequencialmente, no interior de cada uma das partes do questionário (A, B, etc., cf. seção 2.2.1.2, acima), apresentando-se, por exemplo, como “A1. Naturalidade”. São essas TF que se encontram inseridas no texto, ao longo do capítulo 3, aí identificadas como gráficos, numerados. As tabelas de cruzamento (que apenas constam do Anexo 5) foram identificadas exclusivamente com números, sendo que o primeiro algarismo se refere sempre à sua categoria mais ampla (a saber: 1. Identificação, 2. Ordem e modo de aprendizagem, 3. Proficiência, 4. Bilinguismo e diglossia; 5. Comportamento linguístico, 6. Manutenção/mudança linguística, 7. Escolas e variedades da LCV e 8. Escolas e opções relativas à LCV); o segundo algarismo diz respeito às variáveis que são cruzadas e o terceiro e quarto, às tabelas produzidas em função do número de itens das perguntas cruzadas. Assim, por exemplo, na Tabela de cruzamento 5.17.1.2. *Língua em que tem lido jornais X Língua usada para ler sobre assuntos religiosos* (cf. Anexo 5), o algarismo 5 remete para “Comportamento linguístico”; 17 refere as variáveis que foram cruzadas, isto é, “língua de leitura” com “material e tipo de assunto lido”; o algarismo 1 especifica o material lido (jornal, no exemplo; e o 2 especifica o tipo de assunto que é lido, no caso assuntos religiosos. Assim, é que, por exemplo, em T. C. 5.17.2.1. *Língua em que tem lido revistas X Língua usada para ler sobre problemas da vida*, mantêm-se os números (5) e (17), mas muda o material (2. revista) e o assunto (1. problemas de vida).

De assinalar que uma primeira observação das tabelas produzidas mostrou que apesar de, nalguns casos, as taxas dos informantes que escolheram “não sabe/não responde” serem importantes, elas não punham em causa os dados globais. Durante a análise, só foram tidos em conta os dados relevantes, ou seja, aqueles que representam 10% ou mais dos inquiridos. Assim, por exemplo, tendo em conta, por um lado, que é irrelevante a percentagem daqueles que diz ouvir habitualmente a LP de familiares (0.7%, 12 inquiridos), como se pode conferir na TF D 71 e, por outro, que é desprezível a percentagem daqueles que diz ouvir, em casa, a LP (0,6%) e as duas línguas (LCV

+LP), 9,6%, - cf. TF D.91, no cruzamento “Familiares/Casa” só serão considerados para análise os dados respeitantes à LCV.

Na interpretação dos dados obtidos através do tratamento estatístico não se seguiu a ordem linear em que as perguntas fechadas foram apresentadas no questionário, já que aí se buscou, sobretudo, uma ordem em que elas surgissem de modo o mais natural possível, do ponto de vista dos inquiridos. Fez-se, então, uma reordenação das mesmas, mais adequada ao seu tratamento, de acordo com a aparelhagem teórico-metodológica utilizada, mormente a *análise de domínios* e o conceito de *atitudes linguísticas*.

Para esse fim, foram construídos os seguintes instrumentos, que serão comentados a seguir e que correspondem à seguinte ordenação:

1) uma configuração dos domínios; 2) uma escala de domínios; 3) uma escala de tendência de extensão das línguas; 4) uma tipologia de atitudes; e 5) uma tipologia dos textos lidos e produzidos.

De forma a tornar mais clara a descrição dos referidos instrumentos, separaremos, retomando a numeração de 1) a 5), cada um deles, descrevendo como foram utilizados na interpretação dos dados. Assim,

1) Configuração dos domínios

Foi tomado como base o conceito de *domínio* de Fishman (1965, 1972), que diz respeito à relação entre escolha de uma das línguas disponíveis e contexto, bem como a sua noção de *configuração de dominância*, que remete para manutenção vs mudança de língua (cf. secção 1.1.3.2 do capítulo 1). Para a definição desta configuração, foi utilizada também a contribuição de vários outros autores que se dedicaram à questão, como referido na secção acima indicada.

Adoptou-se uma distinção entre domínios baixos e altos, num contínuo crescente íntimo/privado → informal → formal/público; os domínios foram identificados conjugando-se uma perspectiva social-institucional e sócio-psicológica, e em função das relações entre os participantes de uma interação, descritas através das variáveis “poder”, “contacto” e “envolvimento afectivo”.

Assim, foram consideradas as seguintes variáveis, congruentes com as perguntas pertinentes do questionário:

i) tipos de pessoa: relação de intimidade/distanciamento afectivo, grau de contacto alto/baixo e igualdade/desigualdade de estatuto e de poder;

- ii) tipos de contexto/situação: privado/público, informal/formal;
- iii) tipos de assunto: objecto de fala íntima/privada, formal/pública;
- iv) intenção comunicativa: exprimir sentimentos e emoções (íntimo); criar e manter contactos (informal); referir dados da realidade e garantir a cooperação (formal).

De acordo com estas variáveis, a configuração de domínios, integrando o referido contínuo, ficou assim definida:

Domínios íntimos/privados: interacção com familiares e amigos/colegas, sobre assuntos íntimos, de interesse familiar ou da vida em geral, com a intenção de exprimir sentimentos e emoções (namoro, assuntos que emocionam ou irritam, etc.), ocorrendo em espaços privados, como a própria casa.

Domínios informais: interacção com pessoas conhecidas, vizinhas/mais novas ou da mesma idade/sem instrução, sobre assuntos de teor social geral, com a intenção comunicativa de criar/manter contactos, tendo lugar em espaços públicos não formais (intervalos das aulas, mercado, lojas, recintos desportivos, locais de lazer, etc).

Domínios formais e/ou públicos: interacção com superiores hierárquicos/ autoridades/pessoas instruídas/pessoas mais velhas, sobre assuntos relacionados com a realidade escolar/política/institucional/religiosa, visando exprimir opiniões sobre a realidade e garantir a cooperação (convencer, discutir, orar), e tendo lugar em lugares/situações de maior formalidade (sala de aula, repartições públicas, hospitais, bancos, locais de culto religioso, cerimónias oficiais, reuniões de associações).

Faz-se notar que, relativamente à vertente da interacção verbal “ouvir”, foi excluída, nos domínios definidos e por razões óbvias, a intenção comunicativa (não foi considerada no questionário), e foram acrescentadas algumas especificações quanto a lugares/situações. Ademais, e por que, como decorre de Fishman (1965, 1972) as variáveis sexo e língua e variante de LCV dominada não configurarem um domínio, o uso das duas línguas com os tipos de pessoas a seguir indicados foi analisado separadamente: homens e mulheres, falantes de barlavento e de sotavento, falante da língua cabo-verdiana, de português, das duas línguas e de outras línguas.

Outrossim, tendo-se optado pela análise de domínios, a consideração de variáveis mais comuns em trabalhos de sociolinguística como sexo e nível de instrução foram tratados, na análise, depois das identificadas como configuradoras dos domínios, diferentemente, portanto, do que é habitual nesse tipo de trabalhos.

2) Escala de domínios

Para tanto, foram cruzados os dados sobre alguns tipos de pessoas considerados no questionário como associados aos tipos de domínios (do íntimo ao formal) e que os inquiridos têm bastante probabilidade de ouvir falar, com os dados respeitantes aos diferentes lugares/circunstâncias, também de diferentes tipos de domínios, onde igualmente é bastante possível que os inquiridos se movam.

Como complementação da configuração dos domínios, e para uma análise mais fina no interior de cada um deles, usou-se uma escala, cruzando os dados sobre a língua habitualmente ouvida pelos inquiridos de alguns tipos de pessoas associados aos diferentes tipos de domínio (íntimo, informal e formal) e que os inquiridos têm bastante probabilidade de ouvir falar a: 1) por um lado, os dados de alguns lugares/circunstâncias, também de diferentes tipos de domínios, onde igualmente é bastante possível que os inquiridos se movam; e 2) por outro, os dados sobre a língua em que habitualmente ouvem determinados assuntos, tendo sido seleccionados aqueles assuntos que se afiguraram mais próximos da vivência dos inquiridos. Apenas foram considerados os cruzamentos com relevância, ou seja, aqueles em que os dados de partida tivessem o valor de 10% ou mais.

O objectivo é conjugar diferentes perfis sócio-culturais das pessoas com quem o informante interage com diferentes graus de valorização social dos lugares/situações e dos assuntos. Desse modo obteve-se uma escala que vai do domínio íntimo absoluto ao formal absoluto, passando pelo informal absoluto e admitindo situações intermédias entre eles, tanto num caso como noutro (cf. secção 3.1. do capítulo 3).

3) Escala de tendência de extensão do uso das línguas

O objectivo desta escala é, como se verifica na descrição abaixo, escalonar os usos relativos das duas línguas em presença na sociedade cabo-verdiana, partindo-se de uma presumível compartimentalização de uso das duas línguas por domínios, em que a LP seria a língua esperada no domínio formal e a LCV a esperada no domínio informal. Esta escala foi elaborada a partir de uma análise preliminar dos dados numéricos obtidos através do questionário quanto ao uso das duas línguas por domínios e considerando os diferentes factores que os configuram como explicado acima (pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias). Assim, obteve-se uma ordenação em dois grandes domínios – domínios íntimos/informais e domínios formais –, cada

um deles incluindo subespecificações escalares decrescentes. Dado que o uso nos domínios formais corresponde ao oposto dos íntimos/informais, apenas indicamos, aqui, estes últimos, bastando inverter a ordem escalar para se obter a ordem respeitante aos domínios formais, com extensão da LCV:

1º LCV – LCV/LP – LP: ordem esperada, nos *domínios íntimos/informais* a qual configura uma evidente ausência de tendência de extensão da LP;

2º LCV/LP – LCV – LP: fraca tendência de extensão da LP;

3º LCV – LP – LCV/LP: tendência média de extensão da LP;

4º LP – LCV – LCV/LP: forte tendência de extensão da LP;

5º LCV/LP – LP – LCV: muito forte tendência de extensão da LP;

6º LP – LCV/LP – LCV: evidente tendência de extensão da LP, ordem esperada nos domínios formais e correspondendo, assim, ao primeiro nível previsível da repartição das línguas em usos formais.

4) *Tipologia de atitudes face às línguas de Cabo Verde*

Para a análise desta variável, foi construída uma tipologia de seis níveis de atitudes, inspirada nas encontradas na literatura de especialidade, ou seja, as De Galli de'Paratesi, 1984 (*apud* Pinto, 2001), Fiorin (2002), Fishman (1995) e Calvet (1999a,2002a). Esses níveis reflectem a argumentação dos inquiridos, a partir das asserções constantes das perguntas relevantes do questionário. Para compreender os seus julgamentos avaliativos, resultantes da sua actividade epilinguística, em que investem os seus sistemas de valores ideológicos, estéticos e afectivos, buscou-se perceber os argumentos (e as crenças, os preconceitos) favoráveis e desfavoráveis em que as fundamentam. Do mesmo modo, importou-nos ter acesso ao seu posicionamento quanto à visão do futuro das línguas em contacto (manutenção/mudança do *status quo*) e quanto às suas intenções comportamentais, nesse domínio.

Assim, delimitaram-se os seguintes seis grandes tipos de atitudes, que se subdividem de acordo com a prevalência do tipo de posicionamento veiculado: descritivo e normativo face à gramática das línguas, face à funcionalidade das mesmas e à justificação ou não de uma hierarquização entre elas; posicionamento de defesa ou não da manutenção de ambas; posicionamento estético, afectivo, identitário.

Todas as respostas obtidas foram motivadas por perguntas do questionário que focavam estes diferentes aspectos, e que tinham como objectivo específico desencadear a expressão de

(i) *atitudes basicamente descritivas*: comentários ou tentativas de descrição de características das duas línguas, sobre (i) a sua estrutura, (ii) o seu percurso histórico e a sua autonomia, (iii) os seus aspectos sociolinguísticos - bilinguismo e o que é ser bilingue, a situação de contacto linguístico (cf. perguntas 72-74, 82-84, 86 do questionário, Anexo 1);

(ii) *atitudes basicamente valorativas*: julgamentos baseados na experiência e no sistema de valores dos inquiridos, distinguindo-se as atitudes de natureza estética, afectiva/emocional, e antropológica, baseadas em argumentos de natureza identitária e cultural (cf. perguntas 12-14, 66, 78-81, 104, 105 do questionário, Anexo 1);

(iii) *atitudes basicamente sociais*: julgamentos sobre o estatuto de língua atribuído à LCV e ao português, sobre uma suposta hierarquização do seu estatuto e do seu grau de prestígio na sociedade, sobre o seu uso social efectivo - os usuários de cada uma delas e os domínios de uso, em função das pessoas, dos assuntos e das circunstâncias (cf. perguntas 72 e 73 (itens 16-19 e 20-22), 75, 76, 98-103 do questionário, Anexo 1);

(iv) *atitudes basicamente normativas*: julgamentos sobre o que é linguisticamente certo e errado, sobre a questão das interferências linguísticas, sobre a hierarquização das variedades da LCV e a questão do reconhecimento de uma delas como norma padrão (cf. perguntas 113-118, 87-88 do questionário, Anexo 1);

(v) *atitudes basicamente funcionais*: julgamentos sobre a capacidade das duas línguas para desempenharem funções sociais (argumentos do tipo: capacidade e potencialidade comunicativa, importância objectiva que lhes é reconhecida num contexto de modernidade e desenvolvimento, eficácia e rentabilidade para as funções que devem assumir nesse mesmo contexto e tendo em conta as expectativas de promoção pessoal e social, concretamente falar, ler e escrever nas duas línguas, usar-se ambas no ensino (incluindo a alfabetização de adultos), reconhecer estatuto oficial a ambas (cf. perguntas 72 e 73 (itens 7-9, 23-26), 89-95, 106-109 do questionário, Anexo 1);

(vi) *atitudes de manutenção/mudança*: julgamentos de aceitação ou não do *status quo* e a disposição/intenção de mudar ou não a situação prevalecente nos seguintes aspectos: oficialidade da LP, (re)organização da situação linguística em Cabo Verde,

manutenção da LP e redistribuição das funções das línguas (qual falar, ler e escrever), situação vigente na comunicação social, na imprensa escrita, na literatura e na área política (cf. perguntas 77, 85, 96, 97, 110-112 do questionário, Anexo 1);

As asserções para justificação das perguntas do questionário que a exigiam (cf. perguntas 36, 86, 87, 89, 91, 93, 96, 97, 106 e 110 do questionário, Anexo 1) também foram categorizadas, considerando a sua relação com a tipologia de atitudes:

- (i) *valores afectivos* (gostar, aquele de que as pessoas gostam);
- (ii) *valores identitários* (ser sua língua/uma das suas línguas; sentir-se mais cabo-verdiano/um cidadão completo);
- (iii) *valores estéticos* (ser bonito, ser o mais bonito);
- (iv) *valores sociais* (ser uma língua/ uma língua importante, parecer instruído e educado, ser engraçado/ser agradável; para (não) se sentir ignorante/importante; parecer educado/instruído; ser obrigado a usar uma dada língua...);
- (v) *valores estruturais* (ser fácil, perfeito, simples, necessário para a LCV avançar);
- (vi) valores de autonomia face ao português (ser o mais puro/ mais fundo; ser menos deturpado/ parecido com o português);
- (vii) *valores utilitários* (ser útil; ser a língua que domina melhor, ser a língua mais compreendida/compreendida por mais gente/ maior número de pessoas/ pelas pessoas que conheço/ mais facilmente por todos os cabo-verdianos; adquirir conhecimentos, (conseguir) aumentar a possibilidade de emprego, viajar para outros países, fazer curso superior, avançar socialmente;
- (viii) *valores de ordem prática* (ser simples usar as duas línguas, saber sempre quando usar uma ou outra língua em função das pessoas, assuntos e lugares e circunstâncias)

5) *Tipologia de textos lidos e escritos*

Os produtos textuais que os informantes declaram ler e escrever em português e na LCV, objectos de inquirição no questionário, foram conjuntamente organizados em tipologias como abaixo indicado:

LEITURA	PRODUÇÃO ESCRITA
Jornalísticos (jornais e revistas)	Expressivos e expressivo-referenciais: bilhetes, cartas, diário, e-mails, mensagens de telemóvel e conversas no MSN
Didáctico-científicos (livros escolares)	Académicos (trabalhos escolares)
Literários	Poesia
Persuasivo-argumentativos: avisos, anúncios, textos publicitários	Persuasivo-argumentativos: convites, avisos, anúncios

Quadro 1 – Tipologia de leitura e de produção escrita (respostas às perguntas fechadas)

Ademais, para observar que assuntos são lidos em cada uma das línguas, teve-se em conta a organização dos assuntos por domínios (cf. alínea 1) Configuração de domínios, acima).

2.3.2 Dados sujeitos a análise qualitativa: perguntas abertas do questionário e entrevistas

A presente secção será dividida em duas partes, relativas à metodologia aplicada no tratamento das perguntas abertas do questionário e no tratamento das entrevistas, por esta ordem. Como já referido, trata-se de contributos importantes para este estudo, mas não passíveis de tratamento estatístico.

2.3.2.1 Perguntas abertas do questionário

As respostas às perguntas abertas do questionário¹¹ são objecto de análise de conteúdo, exclusivamente, como já referido. O seu valor, em termos de material a partir do qual se possam retirar conclusões e propor generalizações, não resulta assim da sua representatividade estatística, mas da sua qualidade e natureza. Essas respostas veiculam informações complementares por parte dos inquiridos, permitindo a triangulação dos resultados, ou seja, o confronto entre resultados obtidos a partir de métodos quantitativos e qualitativos.

Para levar a cabo a sua análise, adoptou-se um procedimento que permitisse a maior rentabilização possível dos conteúdos, o qual consistiu no seguinte:

1º categorização dos conteúdos;

¹¹ Trata-se das seguintes perguntas do questionário (Anexo 1): n.ºs 38, 39, 41, 48, 53 -55, 60-62, 80, 81, 87, 99, 101, 103, 109, 112 e 114.

2º inserção das respostas dos inquiridos nas categorias retidas;

3º tratamento quantitativo das respostas;

4º interpretação dos dados.

Explicam-se em mais pormenor essas etapas, em 1 a 4, a seguir.

1. O processo de categorização

A tarefa decorreu em duas etapas. Numa primeira, de testagem, fez-se o levantamento das respostas dos inquiridos em três escolas (Suzete Delgado, Sal e Boavista), e uma formulação experimental das categorias, acompanhada de uma breve paráfrase sintetizando os conteúdos do mesmo tipo expressos nas respostas dos inquiridos. Seguidamente, definiu-se a categorização final (Anexo 10), construída a partir do confronto das categorias que iam sendo reformuladas, subdivididas ou adicionadas durante o processo de levantamento das respostas nos questionários de todas as escolas. Uma pré-análise da introdução dos valores de cada escola por categoria em tabelas no formato Excel, de que se falará abaixo, levou à supressão e/ou junção de algumas subcategorias e à reformulação da própria tabela Excel.

Sempre que possível, tentou utilizar-se as categorias retidas para as perguntas fechadas do questionário, como no caso da Configuração de domínios, a fim de facilitar a comparação e a complementação entre as respostas a perguntas fechadas e abertas. Noutros casos, porém, houve necessidade de desdobrar tipologias, como no caso das tipologias textuais, para a leitura e para a produção, para que integrassem os diferentes tipos de escrito referidos pelos inquiridos (ver abaixo).

A ordenação das categorias, para facilitar a sua análise, não corresponde forçosamente à ordem das perguntas que motivaram a sua criação; por outro lado, algumas categorias são mais abrangentes e outras, mais detalhadas.

2. A inserção das respostas nas categorias

A inserção definitiva das respostas dos inquiridos nas categorias definidas (acompanhada do código identificador do questionário/inquirido), a partir dos 1.780 questionários devolvidos, implicou fazer a avaliação da relevância e/ou pertinência da resposta, relativamente à pergunta, e, logo, decidir sobre a sua validação ou não. Por vezes, foi grande a dificuldade de compreensão do sentido da resposta, quando a mesma incluía texto produzido pelo inquirido. Compreender a caligrafia dos inquiridos foi um

trabalho acrescido, não poucas vezes, sendo que a resposta foi desconsiderada quando essa compreensão não foi possível.

No caso das respostas que envolviam a produção de um pequeno texto, fez-se, ainda, uma selecção de duas ou três das respostas de cada escola, de modo a constituir uma pequena amostra dos textos produzidos. Esse registo foi feito de modo fiel, embora, para aumentar a legibilidade do texto, em alguns casos tenham sido introduzidas correcções ortográficas, que em nada alteraram o conteúdo, e feita a supressão de partes não pertinentes ou redundantes. De qualquer modo, note-se que os originais estão salvaguardados, como material original susceptível de ser objecto de futura análise linguística.

3. A quantificação das respostas

Apesar das limitações de quantificação deste tipo de dados, como explicado acima, buscou-se obter indicações percentuais, o que foi possível por via do tratamento quantitativo das respostas. Assim, após a contagem do número de respostas de cada escola por categoria, feita manualmente, procedeu-se à sua introdução em *tabelas de quantificação*, em formato Excel, construídas para o efeito (cf. Anexo 11), uma por pergunta.

A base para os cálculos são os dados relativos à amostra constantes das tabelas que, no anexo 11, antecedem as tabelas referentes a cada uma das perguntas abertas, ou sejam, “1. Dados para cálculo percentagens” e “2. Total da amostra para cálculo das percentagens das respostas às perguntas remissivas”.

As tabelas 1.1. e 1.2. contêm os dados da amostra por escola e por regiões, e foram usadas como base para calcular as percentagens referidas na alínea (ii) abaixo. Quanto às tabelas 2., “Total da Amostra para Cálculo das Percentagens das Respostas às Perguntas Remissivas”, elas foram construídas com base em quatro tabelas de cruzamento (TC 8.1, 2, 3 e 4., cf. Anexo 5). Com efeito, tratando-se de respostas condicionadas a respostas anteriores, o seu número não é igual ao número total de respondentes por escola, mas sim igual ao número de respondentes que, em cada escola, responderam a essas perguntas abertas.

As tabelas foram formatadas para disponibilizar informação sobre:

(i) o total do valor de cada subcategoria por escola e meio e região (valores constantes em T/B-R (Total de Barlavento Rural), T/B-U (Total de Barlavento Urbano),

E T/ST- U (Total de Sotavento Urbano) e total geral (valor constante em TG). De um modo geral esses valores correspondem ao número de pessoas que responderam na subcategoria, sendo portanto o número de respostas igual ao número de respondentes. Contudo, tal não acontece nos casos em que se admitia mais do que uma resposta como é o caso da P. 38, por exemplo. Em casos semelhantes: i) o número de respostas indicado em “respostas” na coluna “Resultados domínio” (ou categoria) corresponde ao total de respostas dadas; ii) o número de respondentes indicado em “respondentes” na mesma coluna é calculado usando-se a fórmula $\text{Respondentes} = ((\text{Respostas})/3)$, sendo respostas a soma das respostas do agrupamento;

(ii) o total de respostas e de respondentes por escola, região e meio bem como o valor total das respostas e dos respondentes e as respectivas percentagens relativamente à amostra (cf. coluna Totais). No caso das perguntas que admitiam mais do que uma resposta, como exemplificado na alínea anterior, os valores constantes da coluna 'Totais', correspondem à soma total das respostas e ao total de respondentes, o que é calculado usando a fórmula $\text{Respondentes} = ((\text{Respostas} - N - T)/3) + N + T$, em que N = nenhum e T = todos;

(iii) a percentagem de cada subcategoria relativa ao total de respostas de cada pergunta (cf. linha “ % por subcategoria”);

(iv) nos casos de agrupamentos de respostas por categorias e/ou subcategorias, e para além das informações acima indicadas, as tabelas mostram: i) o número de respostas e de respondentes por escola e meio e região e também a percentagem relativamente ao total de respondentes (cf., por exemplo, coluna “Resultados do domínio” da Tabela da P. 38.1.); e ii) a percentagem das respostas do agrupamento relativamente ao total de respostas da pergunta (cf., por exemplo, confluência entre linha “% por subcategoria” com coluna “Rtas.” (respostas) da coluna “Resultados do domínio” na Tabela da P. 38.1.). São os casos das Tabelas referentes às seguintes perguntas: P. 38 e 39 (agrupamento por domínios), P. 61, 80 e 81 (agrupamento de categorias) e P. 99, 101 e 103 (agrupamentos por categorias e domínios);

(v) no caso da P. 87, e para além do indicado em i), ii) e iii) acima, a tabela mostra: i) o “Total da Ilha”, ou seja, o número de respondentes da ilha/escola(s) que indicou a variante dessa mesma ilha; ii) a “% ilha”, i.e., a percentagem de respondentes por ilha/escola(s) que indicou a variante dessa mesma ilha; e iii) “ % Barlavento” e “%

Sotavento”, ou seja, a percentagem dos respondentes de cada uma dessas regiões geográficas que indicou uma dada variante/ilha.

4. A interpretação dos resultados

A interpretação final das respostas abertas (cf. Anexo 10) foi feita a partir dos resultados quantitativos por categoria, contidos na tabela de formato Excel (cf. Anexo 11) e ainda das tipologias textuais elaboradas para categorizar os tipos de texto referidos pelos inquiridos, uma para a leitura e outra para a produção, conforme indicado abaixo. O diferentes tipos de escrito referidos pelos inquiridos obrigou ao alargamento da tipologia, muito mais ampla do que a usada para as perguntas fechadas, e com algumas diferenças entre os produtos textuais apontados para a LCV e os apontados para a LP. A tabela 2, a seguir, dá conta desse alargamento:

LEITURA	PRODUÇÃO ESCRITA
1.Textos informativo-referenciais (didático - científicos e académicos/escolares)	1. Informativo-referenciais (académicos / escolares)
2.Textos expressivos e expressivo -referenciais (de escrita íntima, dirigidos a outrem, associados às novas tecnologias, administrativos)	2.Textos expressivos e expressivo -referenciais (de escrita íntima, dirigidos a outrem, associados às novas tecnologias, administrativos)
3. Textos informativos (jornalísticos e da internet)	3. Textos informativos (notícias, textos para jornais e revistas)
4. Textos persuasivo – argumentativos (avisos, anúncios, convites e textos publicitários)	4. Textos persuasivo – argumentativos (avisos, anúncios, convites, discursos, cartazes, publicidade, inscrições nas paredes)
5. Textos literários (poesias, letras música, romances, contos, histórias, peças de teatro; banda desenhada e anedotas)	5. Textos literários (poesias, versos, histórias, contos, letras para músicas, textos para teatro; banda desenhada e anedotas)
6. Textos do património oral (adivinhas e provérbios)	6. Textos do património oral (adivinhas e provérbios)
7. Textos injuntivos (instruções de uso, funcionamento e utilização; formulários, receitas, menus, legendas)	7. Textos injuntivos (instruções para jogos, receitas)

Quadro 2 – Tipologia de leitura e de produção escrita (respostas às perguntas abertas)

Ademais, no processo de interpretação, a leitura dos resultados das perguntas abertas foi sempre confrontada com a dos resultados dos dados estatísticos, referentes às respostas às perguntas fechadas, permitindo assim corroborar ou infirmar esses resultados, ou mesmo expandi-los.

Em suma, o tratamento dado às respostas às perguntas abertas redundou na obtenção de resultados importantes, segundo cremos, apesar de a natureza dessas

respostas implicar um trabalho muito demorado e que encontrou algumas dificuldades. Essas dificuldades obrigaram a tomar decisões, com vista a não enviesar resultados, de que damos os seguintes exemplos: (a) a ausência de resposta a determinadas perguntas para as quais se admitia “nenhum” como opção, tanto podia significar que o inquirido optara por “nenhum”, como que o mesmo não tinha simplesmente respondido; por isso mesmo, esses casos não foram contabilizados, por uma questão de rigor; (b) muitas vezes, foi complicado perceber a diferença fina entre os diferentes contextos indicados como resposta (cf. perguntas 80 e 81); a opção, nesses casos, foi registar apenas as que estivessem claras; (c) muitos inquiridos responderam a perguntas com comentários interessantes, mas não pertinentes para as questões em causa (cf. perguntas 99, 101-103); nesses casos, as respostas foram desconsideradas; (d) optou-se por não hierarquizar as respostas, nos casos em que eram pedidos 3 textos ou 3 circunstâncias (cf. questão “tipo de texto escrito/material de leitura”); foi apenas contabilizado o número de indicações; (e) quando o mesmo inquirido referiu vários escritos do mesmo tipo (p.e., histórias e contos ou ditados e cópias), contabilizou-se a resposta apenas uma vez (cf. questão “textos literários e textos académicos”); (f) relativamente a algumas perguntas, o número de respostas, de respondentes e de itens assinalados não são os mesmos; esse facto impede que sejam comparados os resultados (cf., p.e., perguntas 38.1. e 38.2. - o total de respostas para a primeira é de 4.005 (1.367 respondentes, correspondendo a 76.8%) e para a segunda, é de 3.487 (1.212 respondentes, equivalendo a 67,51%).

2.3.2.2 Entrevistas

As entrevistas, como anunciado, foram igualmente objecto de análise de conteúdo. Cremos que a sua interpretação permitiu estabelecer um frutuoso confronto de perspectivas das duas gerações, quanto a comportamentos linguísticos e a atitudes face às línguas faladas em Cabo Verde e quanto ao seu futuro. Deste confronto, esperamos ter retirado conclusões que contribuam para o esclarecimento da dinâmica linguística da sociedade cabo-verdiana.

Assim, e dado que as entrevistas não têm a representatividade estatística do questionário, não é possível generalizar resultados; contudo, estes permitem confirmar ou infirmar os resultados da análise do questionário, detectando-se pontos de consenso e de conflito. Com efeito, o facto de o guião das entrevistas gerar respostas e o

desenvolvimento de questões também presentes nas perguntas fechadas e abertas do questionário permitiu comparar as perspectivas dos dois grandes grupos, geracional e sociologicamente diferenciados. Para possibilitar uma comparação, tiveram-se sempre, como referência, os instrumentos usados para a interpretação dos dados do questionário (relembre-se que são os seguintes: configuração dos domínios, escala de domínios, escala de tendência de extensão das línguas, tipologia de atitudes e tipologia dos textos lidos e produzidos).

O procedimento usado para efectuar a análise de conteúdo, cujas categorias e exemplos ilustrativos constam do Anexo 13) foi, resumidamente, o seguinte:

1º construção, a partir da pré-análise dos conteúdos das entrevistas e dos resultados da análise do questionário (perguntas fechadas e abertas), de categorias de análise, mantendo-se a possibilidade de acrescentar outras que se revelassem pertinentes no decorrer da análise;

2º avaliação das aparentes contradições presentes em cada entrevista, tentando resolver as ambiguidades (sobretudo no campo das atitudes), tendo em vista identificar as asserções mais relevantes e mais claras, que reflectissem o posicionamento de cada entrevistado face a cada tema;

3º registo daquelas asserções numa grelha elaborada para o efeito e, dentro das limitações quantitativas impostas por esse tipo de *corpus*, registo do número de opiniões idênticas, de modo a conferir maior legitimidade à análise, sendo que as asserções mais ilustrativas de cada posição foram retidas no anexo 13;

4º confronto das posições das duas gerações face a cada tema, identificando consensos e discordâncias;

5º interpretação dos resultados desse confronto, a partir dos pressupostos utilizados no trabalho, visando perceber se existe mudança de mentalidades e de práticas em curso e, se sim, o sentido dessa mudança.

Como se verifica, a análise das entrevistas nunca perdeu de vista o cruzamento com a análise do questionário. Por outro lado, revelou que os tópicos foram abordados por quase todos os entrevistados, havendo apenas um ou outro caso em que tal não aconteceu. Na maior parte das vezes, mesmo não explicitando claramente o seu posicionamento, o falante forneceu dados, ao longo da entrevista, que permitiriam

deduzir da sua posição; contudo, optou-se, por uma questão de fiabilidade dos dados, por considerar o tópico como não respondido.

Em resumo: buscamos, durante o processo da investigação, melhorar a validade dos resultados através dos procedimentos usados para a recolha e tratamento dos dados. E, durante a análise dos resultados, nunca se perdeu de vista a triangulação de perspectivas, mediante o confronto dos resultados obtidos de fontes diversas (jovens e adultos – líderes e professores e documentação oficial), por diferentes formas de recolha de dados (quantitativo e qualitativo) e analisados de forma diversificada: análise quantitativa do questionário e qualitativa (análise de conteúdo) das entrevistas.

Apresentada a metodologia usada neste trabalho, passa-se à análise e discussão dos dados recolhidos através do questionário e das entrevistas.

Capítulo 3. Análise dos dados

O objectivo deste capítulo é apresentar e discutir os resultados da análise dos dados, visando responder às perguntas de pesquisa, expostas na Introdução. As respostas permitirão fazer a “radiografia sociolinguística” que se pretende, compreendendo-se, assim, quem usa que língua, com quem, para falar sobre o quê, em que contextos, com que objectivos comunicativos, com que frequência e duração, e ainda quais as atitudes mentais relativamente ao prestígio e funcionalidade da LCV e da LP¹ e os factores situacionais que intervêm na redefinição da escolha de cada uma das línguas pelos falantes inquiridos.

A primeira parte é dedicada ao questionário e a segunda, às entrevistas. A análise destes dois contributos, em articulação, fornece os resultados que, tratados estatisticamente ou qualitativamente, são a base das conclusões a que chegámos e que correspondem, se o trabalho cumpriu o seu objectivo, às grandes linhas caracterizadoras da situação sociolinguística do arquipélago; deles é, ainda, possível retirar ilações que nos permitem aventar hipóteses de mudança da actual situação, a curto ou médio prazo.

Sínteses parciais e súmulas de conjuntos dos resultados obtidos são apresentadas em momentos relevantes das diferentes secções.

Dado este trabalho de pesquisa se basear, no que respeita ao questionário, sobretudo em análises quantitativas, o presente capítulo requer a apresentação de muita informação bastante pormenorizada, o que pode tornar a leitura do mesmo um pouco pesada. Tentámos, contudo e na medida do possível, não ser rebarbativos.

Assim, fornecem-se gráficos de barras que correspondem a tabelas de frequência (TF) respeitantes às percentagens obtidas relativamente a cada factor em estudo, não só por ser essa uma forma rigorosa de mostrar os resultados como porque permite acesso rápido à informação e economia de espaço. Parte dessas tabelas não figura no corpo do texto, encontrando-se disponíveis no Anexo 4, para consulta. Os comentários que se tecem a essas tabelas visam completar a leitura das mesmas e/ou chamar a atenção para

¹ LP = língua portuguesa e LCV = língua cabo-verdiana, sendo que no questionário foi utilizada a designação crioulo por ser este o termo utilizado pelos falantes e assim usar uma linguagem mais próxima dos inquiridos

aspectos considerados mais importantes ou que podem constituir uma base para generalizações.

Apresentam-se, também, os resultados das tabelas de cruzamento (TC), cuja informação é fundamental para se compreenderem as intersecções de factores e para se chegar a conclusões de maior fôlego; contudo, esse tipo de tabelas encontra-se apenas em anexo (cf. Anexo 5).

Por último, note-se que, numa tentativa de aligeirar a quantidade de informação estatística, se optou por apresentar dados pormenorizados sobre algumas questões em letra menor e com maior margem esquerda ou no Anexo 12, quando eles são mais extensos; esses dados são importantes como fundamentos da interpretação, mas não indispensáveis à compreensão global das referidas questões.

3.1 Análise do questionário

Como já foi explicitado (cf. Capítulo 2), as perguntas fechadas do questionário foram tratadas estatisticamente através do programa informático *Statiscal Package for the Social Sciences* (SPSS), como sugerido por López Morales (1994) e Moreno-Fernández (1990); as perguntas abertas por análise de conteúdo, de acordo com Lincoln e Guba (1986), Bardin (1977) e Guerra (2006).

Os dados relativos às perguntas fechadas constam das tabelas de frequência (cf. Anexo 4) e das tabelas de cruzamento (cf. Anexo 5)². Os dados referentes às perguntas abertas encontram-se organizados no Anexo 10 (“Categorização das Perguntas Abertas”) e no Anexo 11 (“Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”).

Para a análise e interpretação dos resultados com que se lida neste capítulo, são usados os instrumentos “Configuração dos domínios”³, “Escala de domínios”⁴ e “Escala de tendência de extensão de uso”⁵ e “Tipologias textuais” como explicado nas secções 2.3.1 e 2.3.2.1. Os resultados de análise das perguntas abertas serão interpretados em articulação com os das perguntas fechadas.

² As tabelas de cruzamento elaboradas apenas estão disponíveis no Anexo 5, a fim de não sobrecarregar o texto.

³ Domínios íntimo/privado, informal e formal/público, considerando os factores (tipos de pessoas, tipos de contexto/situação, tipos de assunto e intenção comunicativa).

⁴ Escala que vai do domínio íntimo absoluto ao formal absoluto, passando pelo informal absoluto, com situações intermédias entre eles.

⁵ Ordenação do uso das línguas nos domínios íntimos/informais e domínios formais, cada um deles incluindo subespecificações escalares decrescentes.

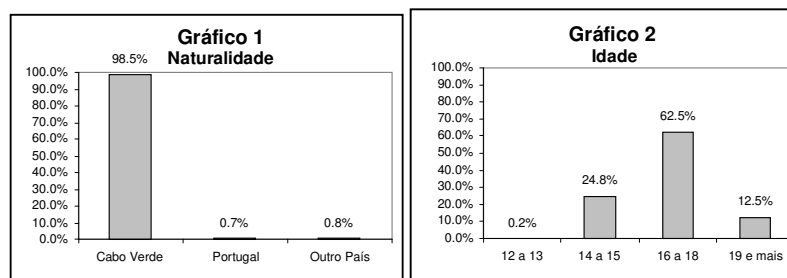
Esta metodologia permite radiografar a situação sociolinguística, dando conta de: 1) o tipo de bilinguismo individual existente; 2) a distribuição do uso das línguas por domínios; 3) a existência de compartimentalização de uso das duas línguas ou de ocorrência de extensão de uso da LCV, da LP ou de ambas, por domínios; 4) os factores que intervêm nessa extensão; e 5) os factores que favorecem a redefinição da escolha da língua inicial do falante.

3.1.1. Perfil social dos inquiridos

Nesta secção pretende-se, com base nas tabelas de frequência, desenhar o perfil social dos inquiridos em termos da sua naturalidade, idade, sexo, ano de escolaridade e estrato social (este calculado em função da actividade profissional e das habilitações literárias dos pais), do meio em que vivem, rural ou urbano, e da região (Barlavento e Sotavento). A ligação ou o contacto com Portugal são tidos igualmente em consideração. Os dados que se descrevem resultam de uma montagem rigorosa da amostra, em função do universo (cf. secção 2.2.1.1. do capítulo 2).

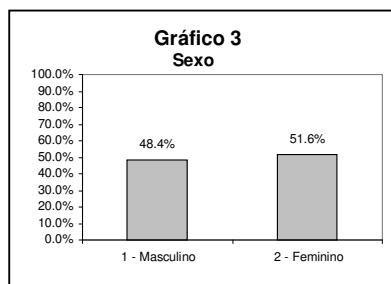
Passa-se a sintetizar os dados obtidos⁶:

1. A quase totalidade dos inquiridos (98.5%) é natural de Cabo Verde.
2. Os informantes do sexo feminino (51.6%) são ligeiramente mais numerosos do que os do sexo masculino (48.4%), podendo contudo considerar-se haver um equilíbrio aceitável da amostra.
3. A maior parte dos inquiridos está na faixa etária dos 16 aos 18 anos, seguindo-se a faixa etária dos 14-15 anos e a dos 19 anos e mais:



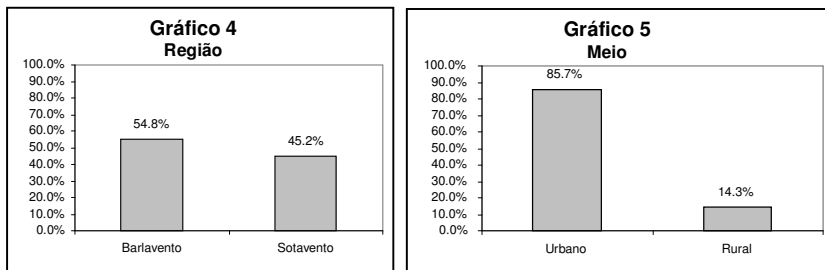
⁶ Cf. TF A1 a A11, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 1 a 3 – Distribuição dos inquiridos por naturalidade, idade e sexo

4. A distribuição regional dos inquiridos mostra uma ligeira superioridade para Barlavento (54.8%); quanto ao meio, apenas 14.3% vive em zona rural, sendo que a discrepância, como explicado no capítulo 2, se deve ao facto de a amostra ter sido definida a partir dos dados do ano lectivo 2005/06, em que as escolas de Sotavento rural ainda só tinham alunos do 7.º e/ou 8.º anos:

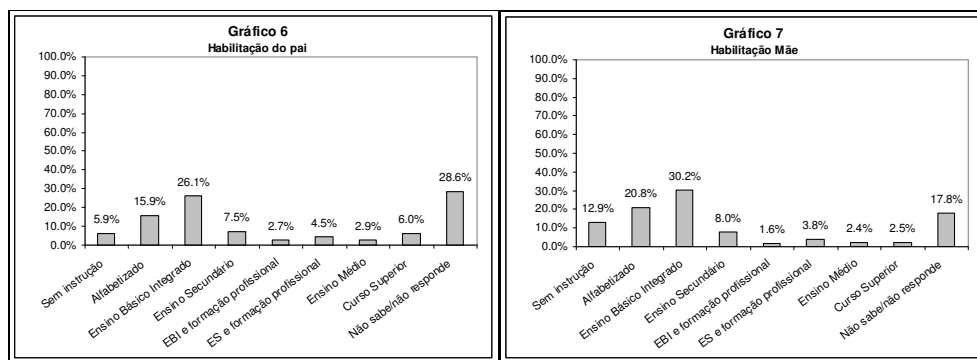


Gráficos 4 e 5 – Distribuição dos inquiridos por região e meio

Assim⁷, dos inquiridos de Sotavento a totalidade é do meio urbano, ao passo que dos de Barlavento, 74.0 % é do meio urbano e 26.0% do rural (estes alunos são de duas escolas da ilha de Sto. Antão: Januário Leite do Concelho de Paul e Coculi do Concelho de Ribeira Grande). Esta discrepância entre Barlavento e Sotavento espelha a realidade social da população inquirida, em função da natureza estratificada da amostra utilizada para recolher dados de larga escala (cf. secção 2.1. do capítulo 2), configurando os 26% de inquiridos de Barlavento rural um caso à parte, dentro da amostra.

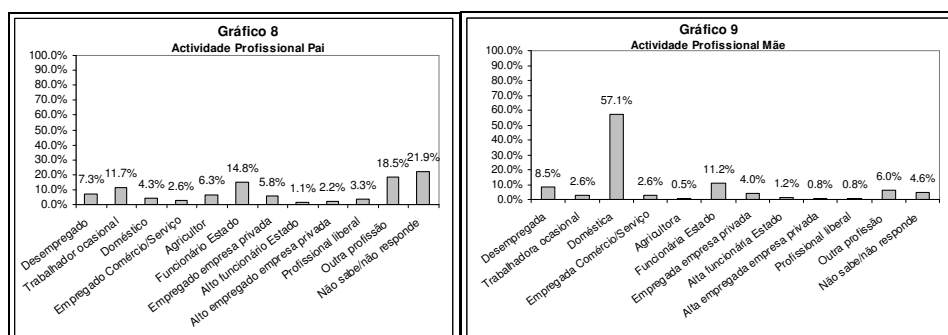
5. Os inquiridos podem ser situados na classe média baixa, considerando as habilitações e profissão/ocupação habitual do pai e da mãe. Com efeito, tanto de entre os 71.4 % dos que indicaram a habilitação do pai como de entre os 82.2 % que indicaram a da mãe, predomina a escolaridade primária, seguida da simples alfabetização, sendo que os níveis de ensino mais elevados (médio e superior) detêm valores muito baixos:

⁷ Cf. TC 1.1., Anexo 5



Gráficos 6 e 7 – Distribuição dos inquiridos por habilitação do pai e da mãe

6. Os dados respeitantes à profissão/ocupação habitual dos pais e das mães dos inquiridos⁸ estão de acordo os da sua habilitação, sendo que a profissão do pai (indicada por 78.1% dos inquiridos) é maioritariamente compatível com uma baixa escolarização (19%) e a da mãe (referida por 95.4% dos inquiridos) também: na maioria é a de doméstica (57.1%):



Gráficos 8 e 9 – Distribuição dos inquiridos por actividade profissional dos pais

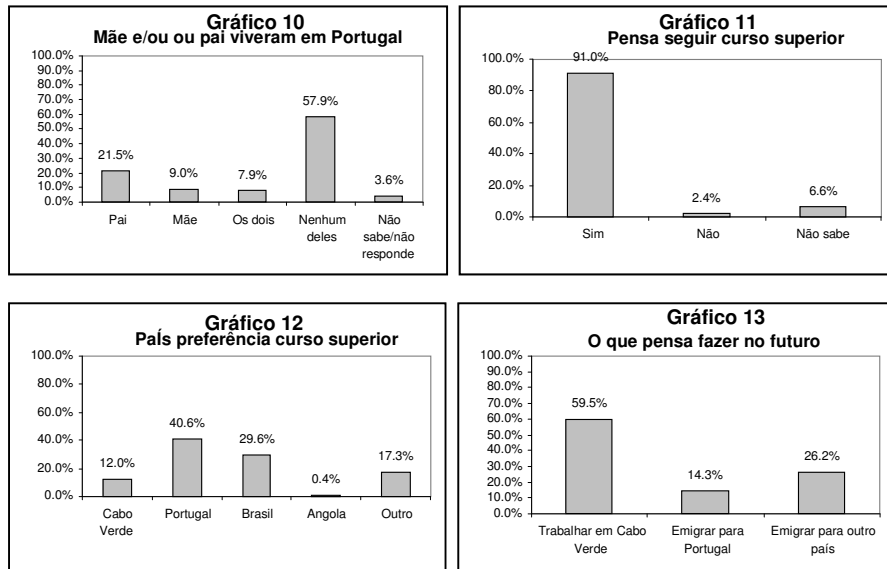
7. Os dados evidenciam não ser muito forte a ligação/o contacto com Portugal, já que⁹ a maioria dos inquiridos afirma que nenhum dos progenitores alguma vez ali esteve. Por outro lado¹⁰, uma maioria esmagadora dos inquiridos pensa seguir um curso superior; deles a maioria pretende fazê-lo em Portugal e, dos que não pensam seguir curso superior, a maioria pretende trabalhar em Cabo Verde:

⁸ Cf. TF A8 e A9, Anexo 4

⁹ Cf. TF B26, Anexo 4

¹⁰ Cf. TF B 27 a 29, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 10 a 13 – Distribuição dos inquiridos por contacto com Portugal e perspectivas para o futuro

Em suma: o perfil social médio dos inquiridos dos dois sexos corresponde a indivíduos originários de zonas urbanas do arquipélago, de classe social média baixa, na faixa etária dos 17 anos, fortemente motivados para seguir estudos universitários, sobretudo em Portugal ou no Brasil.

A faixa etária revelou-se duplamente relevante para este trabalho, não só por situar a amostra na idade mediana da população de Cabo Verde (17 anos), mas porque os inquiridos estão na faixa etária em que, segundo Labov (1976), os jovens assimilam os juízos de valor, tornando-se sensíveis ao valor social do seu modo de falar e ao dos outros (entre os 14 e os 18 anos). A completa familiaridade com as normas da comunidade é atingida entre os 17 e os 18 anos, idade por volta da qual a atitude de usar a norma de prestígio é adquirida.

Também a faixa etária é relevante, no contexto deste trabalho: os estudos de Labov (1968, 1976) demonstraram que esta é a classe social determinante na promoção da mudança linguística e que são as crianças da classe média (baixa e alta) que reagem mais e com mais permanência às normas de comportamento. Para além disso, segundo Krech et al. (1973), a classe social é um dos grupos primários, grupos esses que tendem a ter atitudes homogêneas e influência duradoura nos indivíduos.

3.1.2. Perfil linguístico dos inquiridos: fase pré-escolar

Na presente secção, visa-se descrever o perfil linguístico da população em estudo, pondo a tónica na fase que precede a sua entrada no sistema escolar, isto é, na fase em que o seu enquadramento social e linguístico é restrito ao meio familiar, apenas alargado a vizinhos e amigos. Note-se que, para apurar resultados quanto à língua materna dos inquiridos (ou línguas, no caso dos bilingues), foi necessário fazer perguntas sobre com quem aprenderam cada uma das línguas em presença. Consequentemente, obteve-se a resposta “com o professor” em muitos casos, relativamente ao português; a consideração dessa informação, que projecta o inquirido para a idade da escolarização, não põe em causa o facto de esta secção se centrar na idade pré-escolar. A secção 3.1.3. tratará do perfil linguístico da população em estudo na fase seguinte.

Para determinar o perfil linguístico inicial dos inquiridos foram seguidos os critérios caracterizadores do bilinguismo numa situação de contacto (cf. Capítulo 1): i) a ordem e idade de aprendizagem das línguas; ii) o modo de aprendizagem (formal/informal), vinculado ao contexto de aprendizagem (onde e com quem) e à intensidade e local de contacto com a LP antes de entrar para a escola; e iii) a proficiência nas línguas cabo-verdiana e portuguesa, de acordo com a auto-avaliação que os inquiridos fazem e sempre na perspectiva de tentar definir qual a sua língua materna. As informações quanto ao terceiro aspecto foram determinantes para definir o tipo de bilinguismo existente entre os jovens.

Os resultados fornecem informações para responder às primeiras três perguntas do objectivo 1 deste trabalho: (i) Existem falantes monolíngues em LP e ou LCV? (ii) Nos bilingues, há uma língua predominante? Foi essa a língua adquirida primeiro, no seio familiar? (iii) Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença?

3.1.2.1. Ordem e idade de aprendizagem das línguas

Do ponto de vista da ordem de aprendizagem¹¹, os dados revelam a indiscutível predominância da LCV como língua materna (LM) ou língua um (L1)¹², sendo

¹¹ Cf. TF B5, Anexo 4

¹² Língua materna (LM) ou língua um (L1) refere-se à língua falada no país de origem, aprendida de forma natural, isto é, sem intermediação da escola. Usamos língua segunda (L2) para nos referirmos a

Capítulo 3. 1. Análise do questionário

praticamente irrelevante o número daqueles que, quando aprendeu a falar, aprendeu apenas a LP ou que não aprendeu nenhuma das duas línguas nessa condição:

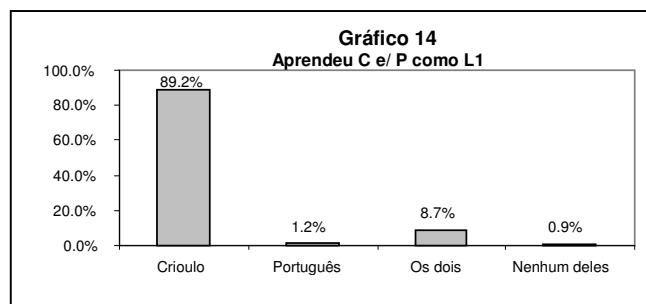
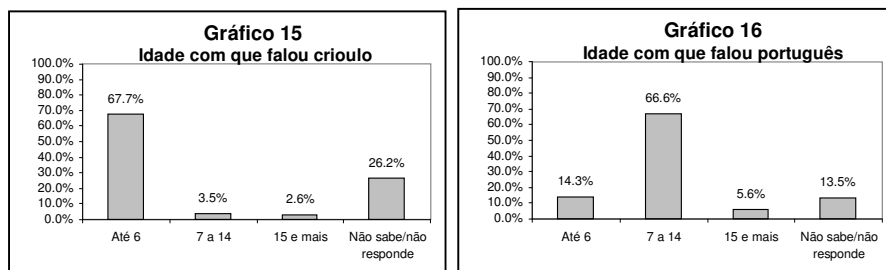


Gráfico 14 – Distribuição dos inquiridos por ordem de aprendizagem das línguas

Apesar de serem irrelevantes os dados respeitantes àqueles que aprenderam como LM simultaneamente a LP e a LCV (151 inquiridos correspondendo a 8.7% deles) ou apenas a LP (20 inquiridos, equivalendo a 1.2% deles), esses dados serão retomados quando forem úteis para a análise.

Note-se que a percentagem dos que indicaram a idade de aprendizagem da LCV é de 73.8%, resultado compreensível, tendo em conta a baixa idade em que essa aprendizagem ocorreu e a consequente falta de consciência desse facto, ao passo que 86.5% respondeu à pergunta sobre a idade de aprendizagem da LP, o que mostra ser um facto mais presente (porque mais recente). Os dados dos gráficos 15 e 16¹³ confirmam existir predomínio de aquisição da LCV na primeira infância, em idade pré-escolar e a da LP em idade escolar:



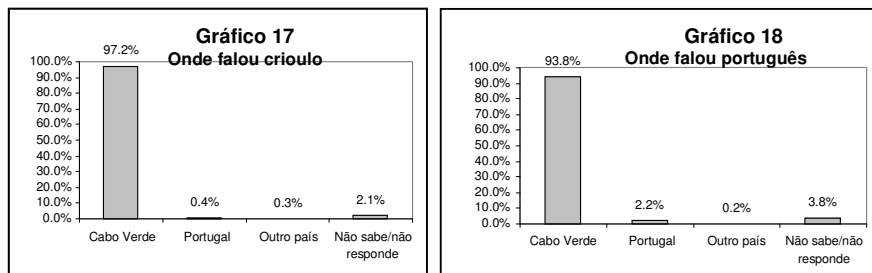
Gráficos 15 e 16 – Distribuição dos inquiridos por idade de aprendizagem das línguas

uma língua não materna, no sentido atrás referido, mas que beneficia, na comunidade, de um estatuto social, cultural e jurídico privilegiado. Decorrente desse estatuto, é uma língua a que as crianças estão expostas mas que é aprendida em segundo lugar, numa situação formal como é a escola.

¹³ Cf. TF B1 e B2, Anexo 4

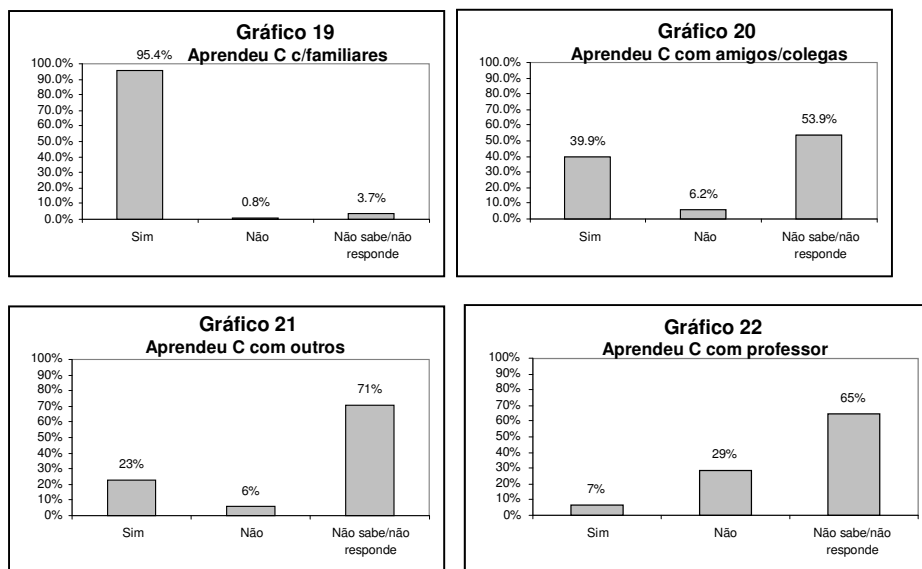
3.1.2.2. Modo de aprendizagem da (s) duas língua (s)

Os dados respeitantes a 'onde'¹⁴ e 'com quem' ocorreu a aprendizagem e a intensidade e o local do contacto com a LP antes de entrar para a escola conformam o contexto e, portanto, o modo de aprendizagem. Eles definem Cabo Verde como o país preferencial da aprendizagem (cf. também TC 2.1.) e confirmam a aquisição da LCV como LM, em contexto familiar e a da LP como segunda língua ou L2, em contexto escolar:



Gráficos 17 e 18 – Distribuição dos inquiridos por país onde começaram a falar as duas línguas

Os dados sobre 'com quem' essa aprendizagem ocorreu¹⁵ corroboram a aprendizagem natural da LCV, sobretudo no núcleo familiar¹⁶ (mãe, pai e irmãos), seguindo-se-lhes, com grande distanciamento, os amigos e colegas:



Gráficos 19 a 22 – Distribuição dos inquiridos por pessoas com quem aprenderam a LCV

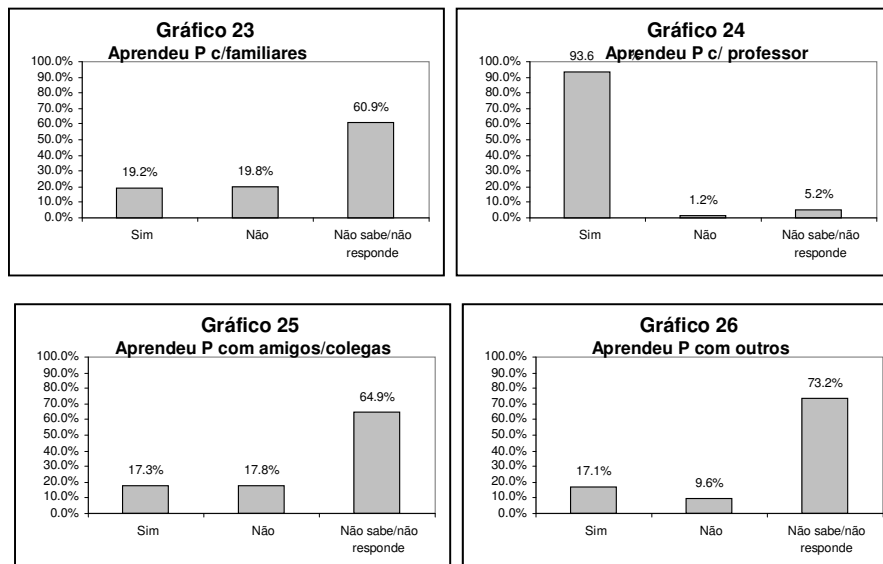
¹⁴ Cf. TF B3 e B4, Anexo 4

¹⁵ Cf. TFs B5 a B15, Anexo 4

¹⁶ A pergunta 10 que sustenta estes resultados permitia mais do que uma opção, dado haver sobreposição nas pessoas com que uma e outra língua são aprendidas.

Capítulo 3. 1. Análise do questionário

O facto de a percentagem daqueles que não respondeu ser muito elevada, excepto quando a resposta é aquela constante do gráfico 19 acima¹⁷, é mais um contributo para a conclusão de que a língua cabo-verdiana é a LM dos inquiridos e aquela que corresponde a uma representação fortemente associada ao núcleo familiar. Os resultados dos gráficos seguintes¹⁸ são o correlato dos anteriores: apenas uma minoria declara ter aprendido a LP com a mãe, o pai e os irmãos e a maioria não sabe/não responde, com excepção da resposta constante no gráfico 24:



Gráficos 23 a 26 – Distribuição dos inquiridos por pessoas com quem aprenderam a LP

As tabelas de cruzamento de dados¹⁹ destacam claramente o papel do professor na aprendizagem da LP, quer por aqueles que têm a LCV como L1 (89.2% dos inquiridos) quer por aqueles que dizem ter aprendido as duas línguas como L1 (8.7% dos inquiridos). Contudo, não deixa de ser curioso a atribuição ao professor, na aprendizagem da LCV, do valor de 12.6% por parte aos inquiridos que dizem ter a LP e a LCV como L1 e de 5.8% por parte dos que dizem ter a LCV como L1²⁰. Atribui-se este resultado ao facto de os alunos se lembrarem dos professores a falar a LCV nas aulas (cf. secção 3.1.3.2.3.) ainda no Ensino Básico Integrado (primeiro ao sexto ano de escolaridade), fase de escolaridade em que começa a aprendizagem formal da LP.

¹⁷ Cf. TF B4, Anexo 4

¹⁸ Cf. TF B11., Anexo 4

¹⁹ Ver TC 2.3.; TC 2.3.3. a 2.3.5.; TC 2.4.1. a 2.4.5., no Anexo 5.

²⁰ Cf. TC 2.4.4.9., Anexo 5

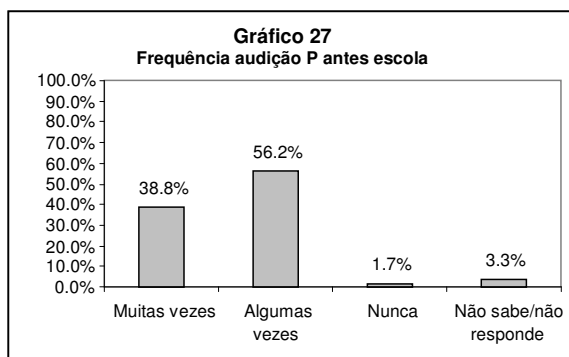


Gráfico 27 – Distribuição dos inquiridos por frequência com que tinham ouvido a LP antes da entrada para a escola

E, como mostra o gráfico 27 acima, a intensidade do contacto com a LP, antes de entrarem para a escola²¹, por parte de 93.8% dos inquiridos que diz ter aprendido a LP em Cabo Verde (cf. gráfico 17, acima²²) não foi, em geral, muito intenso: o valor percentual dos que afirmam ter ouvido a LP algumas vezes é muito mais alto do que o correspondente aos que afirmam ter ouvido essa língua muitas vezes; e os que afirmam nunca ter ouvido a LP é residual:

O facto de o pai, a mãe ou os dois progenitores terem vivido em Portugal não altera a predominância da LCV como L1, pois²³ os resultados são muito aproximados no caso de ter vivido em Portugal o pai (89.2%), a mãe (88.2%), os dois (78.7%), ou nenhum deles (91.0%). Conclui-se, assim, que a LCV é a língua usada no círculo familiar, em Cabo Verde²⁴. Dados posteriores mostrarão que as atitudes dos inquiridos face às duas línguas em contacto na sociedade privilegiam a LCV como um “*we code*”, i.e., uma língua do grupo natural primeiro (cf. secção 1.1.3.2 do capítulo 1).

3.1.2.2.1. Contextos favorecedores da aquisição das línguas

Continuando a tentar apurar quais os principais factores intervenientes na aquisição das duas línguas pelos inquiridos, fica também evidente que os contextos formais são favorecedores do contacto com a LP antes da idade escolar. Quando os inquiridos são questionados sobre onde ouviam a LP antes de entrarem para a escola²⁵ – e apesar de o número daqueles que não responde ser significativo, certamente por não se

²¹ Cf. TF B16, Anexo 4

²² Cf. TF B4, Anexo 4

²³ Cf. TC 3.5., Anexo 5.

²⁴ Ver-se-á adiante (cf. secções 3.1.3.2.1. e 3.1.3.3.1.1.) que, quando membros das famílias são imigrantes em Portugal, o português pode ter um lugar mais importante, no seio familiar.

²⁵ Cf. TF B17 a B21, Anexo 4

lembrarem –, os locais que configuram espaços institucionais recebem os valores mais altos: em primeiro lugar, a comunicação social, seguindo-se-lhe a igreja; em último lugar estão os contextos mais naturais: a casa e a rua, onde brincavam (embora ouvir LP em casa possa ser ouvi-la na comunicação social, já que as respostas não eram exclusivas e os respondentes podem não ter feito esta distinção fina):

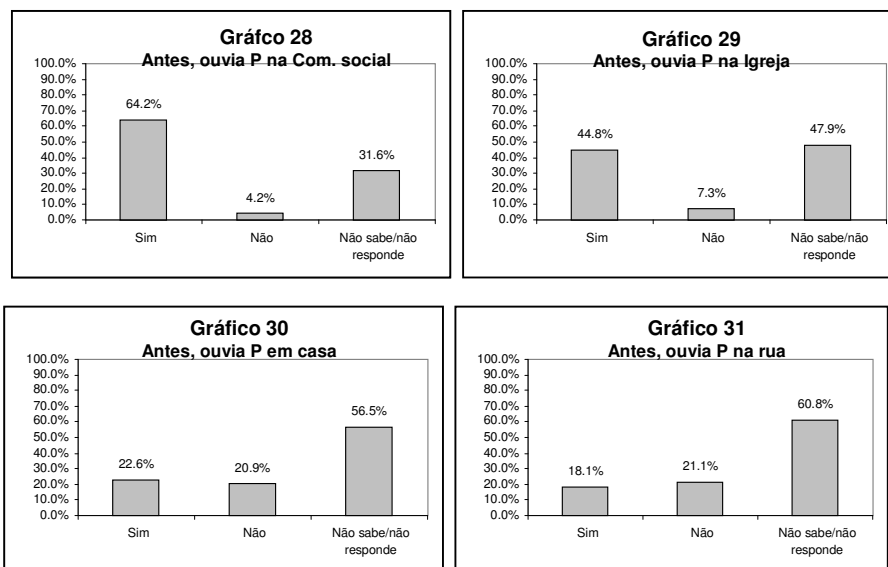


Gráfico 28 a 31 – Distribuição dos inquiridos por contexto onde ouviram a LP antes de entrarem para a escola

Buscou-se ainda perceber a relevância da frequência com que os inquiridos ouviam a LP antes da escolarização, cruzada com o local onde era ouvida. Os resultados²⁶ revelam que, no que respeita à frequência, a situação daqueles que aprenderam a LCV como L1 (89.2% dos inquiridos), é idêntica à da generalidade dos inquiridos: 57.9% deles ouviu a LP algumas vezes, 37.0% muitas vezes e apenas 1.8% nunca a ouviu.

Quanto ao local onde a LP era ouvida²⁷, ele não influencia a predominância da aprendizagem da LCV como L1. Com efeito:

1. a LCV continua a ser a LM dos que ouviam a LP na Igreja (91.6%), na comunicação social (90.0%), em casa (83.2%), na rua (83.2%) e noutro lugar (82.5%); o valor diminui quando se trata de lugares não formais, como fica patente;

²⁶ Cf. TC 2.5., Anexo 5

²⁷ Cf. TCs 2.6., Anexo 5

2. a aquisição das duas línguas como LM, ou seja a formação de bilingues perfeitos, é identicamente favorecida pelo ouvir a LP nesses lugares: em casa (13.7%); na rua (11.3%); na comunicação social (8.5%); na Igreja (6.8%); e noutro lugar (2.1%).

3.1.2.3. Proficiência nas línguas cabo-verdiana e portuguesa

Os resultados da secção anterior são corroborados pelos do questionamento sobre a avaliação que os inquiridos fazem da sua proficiência nas línguas em jogo (cf. pergunta (iii) do objectivo 1: *Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença?*). Na presente secção visa-se, assim, concluir sobre a língua que os inquiridos bilingues julgam dominar melhor nas diferentes capacidades (ouvir/falar e ler/escrever), aquela em que melhor exprimem as suas ideias e os factores de que tal depende.

Como se mostrará abaixo, os resultados evidenciam que a LCV é a língua que os inquiridos dizem dominar melhor na oralidade e aquela em que se sentem mais à vontade a falar; a LP, como esperado, é a língua que melhor dominam na vertente escrita, aquela em que se sentem mais à vontade para ler e escrever. Este resultado global não é surpreendente, já que a LCV não é ensinada formalmente (cf. no Cap. 5 comentários sobre política linguística).

3.1.2.3.1. Auto-avaliação da proficiência global nas duas línguas

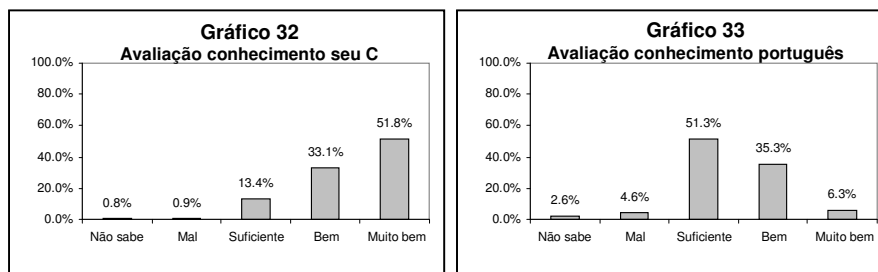
No referido contexto²⁸, os dados dos gráficos 32 e 33 abaixo²⁹ mostram que os monolíngues são residuais já que apenas menos de 1% dos jovens inquiridos diz não saber ou saber mal a variedade da sua ilha e um pouco mais, a LP.

Quanto aos que se auto-avaliam como bilingues, é interessante notar que, em relação à LP, 51.3% diz sabê-la de modo suficiente e apenas 6.3% muito bem (o que contrasta com os resultados relativos à LCV). Por outro lado, 10.1% dos inquiridos não preencheu os valores respeitantes à avaliação que faz do seu conhecimento da LP. Combinados estes resultados, conclui-se por um lado, que a LCV é a língua melhor dominada e, por outro, que, talvez por o português ser a língua de prestígio, a língua

²⁸ Cf. TF B 23 e B24, Anexo 4

²⁹ Cf. TF B17 e B18, Anexo 4

associada à escolarização e das situações públicas e formais, os inquiridos se auto-censuram quanto à proficiência nessa língua:



Gráficos 32 e 33 – Distribuição dos inquiridos por auto-avaliação da sua proficiência global nas duas línguas

A quase inexistência de monolíngues é confirmada pela análise das respostas à pergunta aberta 38³⁰ do questionário em que se pedia aos inquiridos que indicassem espontaneamente, 3 contextos onde habitualmente falavam a LCV e outros 3 em que habitualmente falavam a LP pois é maior o número daqueles que afirma não falar a LP em qualquer contexto do que o daqueles que diz o mesmo para a LCV. Também, embora não tivesse sido pedida, enquanto alguns tiveram a necessidade de responder que usavam a LCV em todos os contextos, o mesmo não acontece com a LP que não obteve nenhuma citação.

- (i) Categoria 0 (Nenhum): P.38.1, 44 das respostas, equivalendo a 1.10% delas; P.38.2: 59 inquiridos, ou seja, 1,69% das respostas;
- (ii) Categoria 0.1 (Todos): P.38.1., 4 respostas (0,10% delas); (P.38.2., zero.

A corroborar esses dados, as TC 3.1.1 e 3.1.2. mostram que a percentagem dos que dizem dominar a LP suficientemente é quase igual àquela dos que dizem dominar a LCV muito bem e que as percentagens dos que dizem dominar bem as duas línguas tem uma diferença de três pontos. Trata-se de um resultado curioso e que confirma o comentário acima sobre a desigualdade no domínio das duas línguas e sobre a censura que exercem sobre o seu conhecimento linguístico na LP, dado que os indivíduos que responderam a esta questão são, de um modo geral, bilingues.

Com efeito, relativamente aos 89.2% dos inquiridos que diz ter aprendido a LCV como L1 (ou seja, os bilingues mais tardios), verifica-se que:

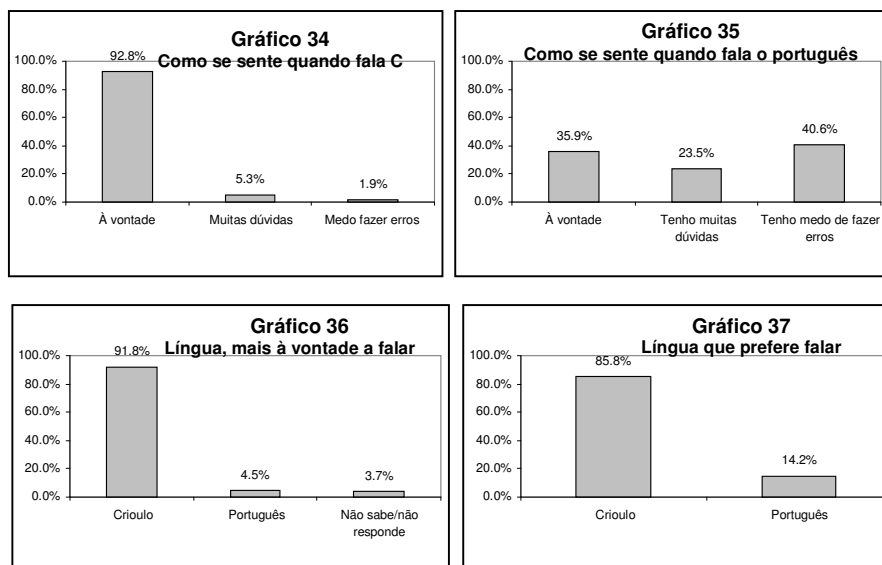
- (i) quanto à LCV: (i) 52.8% avalia como muito bom o conhecimento da variedade da sua ilha/localidade, (ii) 32.9% bem, (iii) 12.6% suficiente, e (iv) apenas 0.9% afirma sabê-la mal ou mesmo não a saber;

³⁰ Cf. para esta pergunta: Anexo 1; P.38.1 e P.38.2. em “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10; e tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11. Os dados gerais desta pergunta são: i) P.38.1., para a LCV: respostas fornecidas por 76,80% dos inquiridos (1.367), num total de 4.005 respostas; e ii) P.38.2., para a LP: respostas de 67,51% dos inquiridos (1.212) num total de 3.487 respostas.

(ii) quanto à LP: i) 51.6% diz dominar a LP de modo suficiente; ii) 35.2% bem; e iii) 5.9% muito bem, (iv) 4.8% mal e (v) apenas 2.5% diz não saber a LP.

3.1.2.3.2. Auto-avaliação da proficiência oral e escrita, nas duas línguas

Quanto às diferentes capacidades³¹, a LP é a língua mais bem dominada na escrita (recepção e produção) enquanto a LCV é a melhor na oralidade, sendo quase irrelevantes os valores dos que dizem ter medo de fazer erros e ter muitas dúvidas quando a falam. No que toca à LP, apenas 35.9% se sente à vontade quando fala essa língua, sendo que 40.6%, um valor bastante próximo do primeiro, tem medo de errar e 23.5%, percentagem bastante importante, tem muitas dúvidas. Mais uma vez se verifica que o português, mesmo em falantes bilíngues, é a língua “problemática” para os mesmos:



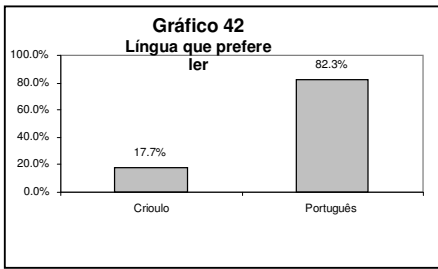
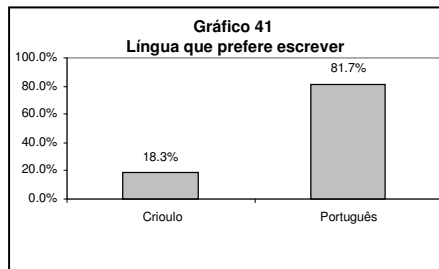
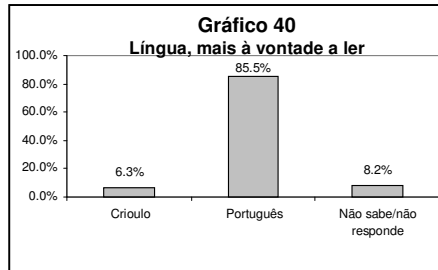
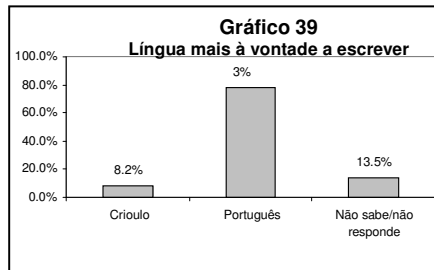
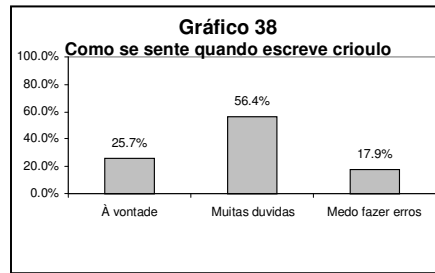
Gráficos 34 a 37 – Distribuição dos inquiridos por auto-avaliação da sua proficiência no modo oral nas duas línguas

Por sua vez³², ao escrever e ler a LCV, a grande maioria tem muitas dúvidas e sente-se pouco à vontade, enquanto tal problema não ocorre quando escrevem ou lêem português:

³¹ Cf. TF E7 e E12 a E14, Anexo 4

³² Cf. TFs D165 e E8 a E9 e E15 a E16, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



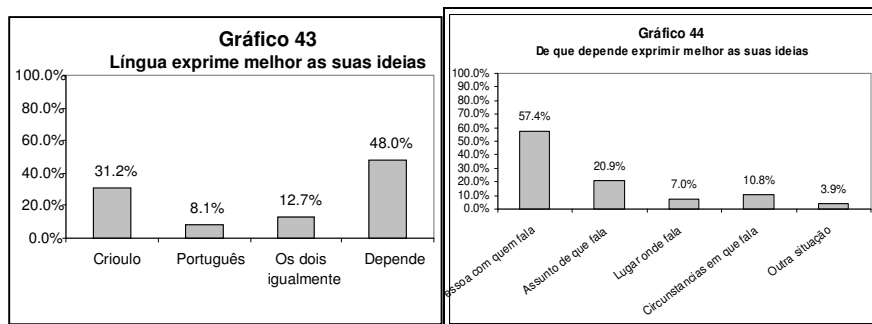
Gráficos 38 a 42 – Distribuição dos inquiridos por auto-avaliação da sua proficiência de leitura e escrita nas duas línguas

Da comparação dos gráficos constantes deste conjunto, sublinhe-se os contrastes seguintes: mais de 90% dos jovens sente-se mais à vontade a falar a LCV, contra uma percentagem de mais de 5% relativa ao português; pelo contrário, cerca de 80% sente-se mais à vontade a ler e a escrever o português, contra cerca de 7% para a LCV. Estas percentagens evidenciam uma diglossia modal (Lüdi e Py (1986:1)), fazendo um alargamento do sentido do conceito de diglossia para esta divisão clara da fala e da escrita/leitura por línguas).

A LCV, embora seja a língua preferencial da interacção oral, como se viu até agora, ocupa, de forma aparentemente contraditória, o segundo lugar como a língua em que os inquiridos afirmam melhor exprimir as suas ideias já que, a maioria deles (48%) condiciona a sua resposta. A escala decrescente das preferências linguísticas dos bilingues é constituída por LCV, as duas línguas e LP e é paralela à que se obtém a partir da TC 3.3. Nesta tabela de cruzamento, os 89.2% que dizem ter aprendido a LCV

como L1 dizem também que a escolha da língua é condicionado em 47.9% dos casos, sendo a escala decrescente: LCV 32.4%, LCV e LP 12.5%, LP 7.3%.

Mas este resultado explica-se pelo facto de, quando questionados sobre os factores que condicionam exprimir melhor as suas ideias em dada língua³³, quase metade deles afirma que a facilidade em exprimir ideias depende da pessoa com quem se fala, seguida do assunto e, finalmente das circunstâncias e do lugar. Assim, as suas justificações, mesmo as daqueles que dizem ter aprendido a LCV como L1, apontam para a relevância da acomodação, no sentido da convergência (cf. secção 1.1.3.2. do capítulo 1) ou seja, a adequação da língua ao interlocutor:



Gráficos 43 e 44 – Distribuição dos inquiridos por facilidade de expressão nas duas línguas

Os resultados são também aqui idênticos para os inquiridos que aprenderam LCV como L1³⁴ pois 58.0% diz depender da pessoa com que se fala; 20.4%, do assunto; 10.7% aponta as circunstâncias e 7.0 %, o lugar.

Este conjunto de resultados é confirmado pelas tabelas de cruzamento TC 5.8. e 5.9., que revelam o maior à vontade, em exprimir ideias na LCV.

Com efeito:

(i) de entre os que condicionam exprimir melhor as suas ideias numa ou noutra língua (48.0% dos inquiridos), i) a maioria (93.5%) sente-se à vontade na LCV; ii) apenas 34.1% está à vontade em português, 43.1% tem medo de errar e 22.8% tem muitas dúvidas nesta língua;

(ii) dos que afirmam exprimir melhor as suas ideias na LCV (31.2% dos inquiridos), i) 95.7% sente-se à vontade nessa língua; ii) apenas 26.9% se sente à vontade em português, 28.8 % tem muitas dúvidas e 44.3% tem medo de errar, em português;

(iii) de entre aqueles que dizem não fazer diferença entre as duas línguas, quanto ao factor em apreço (12.7% dos inquiridos), i) 89.0% sente-se à vontade na LCV e 54.0%, em português; ii) 28.4% tem medo de errar em português e 4.1.% sente o

³³ Cf. TFs E10 e E11, Anexo 4

³⁴ Cf. TC 3.4., Anexo 4

mesmo relativamente à LCV; iii) se apenas 6.8 % tem muitas dúvidas na LCV, para o português esse valor é de 17.7%.

3.1.2.4. Súmula das conclusões

Sintetizando a informação obtida até agora:

1. *Monolingüismo/bilingüismo*: os monolíngues da LCV e da LP são residuais pois apenas uma percentagem irrisória dos jovens inquiridos diz não saber ou saber mal a variedade da sua ilha ou não saber a LP; a maioria diz saber a LP de modo suficiente e o dialecto da sua ilha muito bem, embora o conhecimento do dialecto de outra ilha seja avaliado como mau (cf. secção 3.1.3.1.6.);
2. *Língua materna/língua segunda*: ambas as línguas são aprendidas sobretudo em Cabo Verde, sendo residuais os que aprenderam apenas a LP como língua materna. Entre os bilingues, predomina a LCV como LM ou L1, aprendida antes da idade escolar (até aos 6 anos), em contexto natural (no seio familiar); a LP é a língua segunda porque aprendida em segundo lugar, sobretudo em contexto formal (na escola, com o professor), com um baixo grau de contacto no ambiente linguístico, espaços institucionais (comunicação social e depois igreja).
3. *Proficiência*: a LCV é a língua que os inquiridos dizem dominar melhor na oralidade, e aquela em que se sentem mais à vontade e preferem para falar enquanto a LP é a língua melhor dominada na escrita (recepção e produção) e aquela em que eles se sentem mais à vontade e preferem para ler e escrever.
4. *Facilidade em exprimir ideias*: mesmo para aqueles que dizem ter aprendido a LCV como L1, a facilidade em exprimir ideias depende primeiro do interlocutor, depois do assunto e do contexto e só depois é que é na LCV.

3.1.3. Perfil linguístico dos inquiridos: fase de alargamento do universo de socialização

Desenhado o perfil geral dos falantes jovens na primeira infância, interessa agora obter resposta para as perguntas (iv) e (v) do objectivo 1 delineado para esta investigação: *Qual a língua predominante, nos bilingues, a partir do momento em que o seu universo de socialização se alarga?* e *Existe alternância de línguas (language choice; code alternation) extensiva?*

Aprofunda-se, assim, o percurso linguístico destes jovens em função da passagem do meio restrito da família, vizinhos e amigos para um meio mais variado, social e

linguisticamente, correspondendo à sua entrada e permanência por vários anos no percurso escolar. Nesta fase, é favorecido o alargamento das suas redes sociais; o avançar em idade abre-lhes novos espaços de socialização (sem os fazer perder os anteriores), nomeadamente os relacionados com a diversão em grupo, e novos centros de interesse que os irão familiarizar com uma grande diversidade de tipos de contacto social, em diferentes espaços públicos.

A grande questão tratada a partir daqui é a seguinte: a restrição de uso vs. a extensão de uso da LCV, da LP ou de ambas, LCV/LP, por domínios. Ou seja, para se cumprir o objectivo desta tese (fazer a radiografia sociolinguística de Cabo Verde) é preciso responder à questão acima enunciada; para o conseguir, é indispensável considerar múltiplos factores condicionantes da escolha da língua (interlocutores, situações, assuntos, etc.) e cruzá-los.

O papel das redes sociais dos inquiridos nas suas escolhas linguísticas e na sua experiência linguística alargada, nessa fase de socialização, é um dos aspectos fundamentais a considerar.

3.1.3.1. As redes sociais e as escolhas linguísticas (oralidade)

No pressuposto de que o alargamento das redes sociais corresponde, na generalidade dos casos, à passagem do uso linguístico dos domínios íntimos para os formais e da oralidade para a escrita, tenta-se concluir sobre o uso das línguas (por domínios e capacidades, ou seja no uso oral e escrito), interpretando os resultados com recurso aos instrumentos de análise “Configuração dos domínios”, “Escala de domínios” e “Escala de tendência de extensão de uso” (cf. secção 2.3.1. do capítulo 2).

O objectivo último desta secção consiste, pois, em aprofundar os factores que têm directa implicação na definição das escolhas linguísticas iniciais e na obtenção de generalizações sobre a actual distribuição das línguas, no seu uso concreto.

Ao abordar esta questão, pretende-se compreender o comportamento linguístico dos falantes jovens no momento em que os inquéritos foram respondidos, ou seja, em plena fase de socialização, tendo em conta: 1) o perfil das pessoas com que os inquiridos interagem fora de casa, considerando as variáveis idade, sexo, nacionalidade, meio de origem (rural ou urbano), grupo e estrato social; 2) a frequência e a duração de uso das duas línguas; 3) a relação entre os factores sexo, faixa etária, meio urbano e rural e as duas grandes regiões de Cabo Verde (barlavento e sotavento) nas escolhas

linguísticas que se oferecem face a diferentes interlocutores, assuntos, e lugares/circunstância, etc. Ou seja, permite esboçar o mapa das preferências linguísticas em função dos factores em causa e concluir sobre a relevância relativa de cada um deles.

A pesquisa incide sobretudo no uso oral da (s) língua (s), como esperável (é esse o domínio do relacionamento linguístico por excelência), em função dos sistemas de relações apontados pelos inquiridos, ou seja, em função dos tipos de laços sociais que estabelecem com diferentes pessoas com quem interagem regularmente. A sua relação com a leitura e a escrita é também considerada, na perspectiva de testar o seu contributo para o reforço da LP no sistema de forças entre as línguas em contacto.

3.1.3.1.1 Factores em jogo: abordagem geral

A análise do perfil dos locutores preferências dos inquiridos tem como base os dados constantes das tabelas de frequência C.1. a 81 (cf. Anexo 4), algumas das quais se apresentam ao longo da secção. Os resultados evidenciam que a LCV predomina na vizinhança e no lazer.

Assim, resumidamente, o perfil das pessoas com que os inquiridos interagem fora de casa (desconsiderando, para já, os colegas de escola) é o seguinte:

- idade: entre os 15-24 anos > com 25 anos e mais > 6 a 14 anos;
- sexo: pessoas de ambos os sexos (masculino, entre 48.2% e 52.3%; feminino, entre 47.7% e 51.8%);
- nacionalidade: predominantemente cabo-verdiana;
- meio de origem: sobretudo pessoas do meio urbano (entre os 56.7% e 60.1%; pessoas do rural, entre 39.9% e 43.3%);
- grupo social: companheiros de lazer e vizinhos (mas não companheiros de associação ou de culto religioso, superiores hierárquicos ou autoridades, que obtêm valores irrelevantes);
- estrato social: pessoas da mesma classe social dos inquiridos (na generalidade, média baixa).

A língua mais usada para falar com as pessoas dessas redes, é a LCV (valores à volta dos 80%), embora também possam ser usadas as duas línguas (valores à volta dos 13%), sendo irrelevante o valor atribuído à LP.

Com essas pessoas, são tratados, predominantemente, assuntos dos domínios íntimos, com valores à volta dos 50%, a que se seguem os assuntos informais (desportivos e sociais) com valores à volta dos 30%. Quanto aos assuntos formais, predominam os assuntos escolares e as matérias das disciplinas e, depois, os assuntos religiosos, oficiais e políticos.

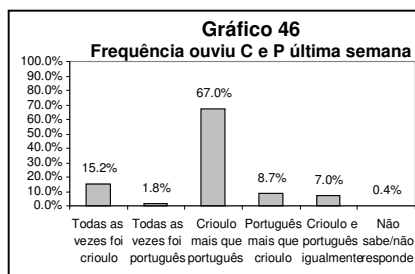
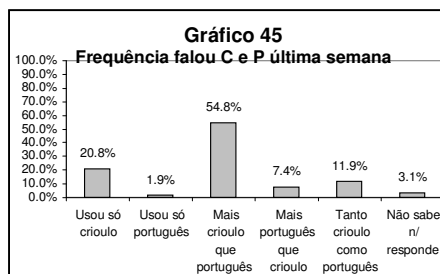
Quanto aos lugares/circunstâncias de interacção,

(i) para os vinculados aos domínios informais, a ordem de prevalência é a seguinte: vizinhança> locais de lazer> recintos desportivos> restaurantes e similares> mercado e lojas;

(ii) para os vinculados ao mais formal ou formal, a ordem é: reuniões de associação e/ou de grupos > locais de culto religioso, repartições públicas, hospitais, bancos, etc. > cerimónias oficiais.

3.1.3.1.2. Factores em jogo: frequência e duração

A frequência e a duração com que as duas línguas são usadas pelos inquiridos para *falar* e *ouvir* constituem um indicador da prevalência da LCV na oralidade, sendo que os valores para essas duas capacidades se aproximam bastante. Os resultados respeitantes à frequência com que falaram/ouviam a LCV e/ou a LP na semana anterior à da resposta ao inquérito³⁵ mostram que a LCV é a língua falada e ouvida com mais frequência pelos inquiridos; são irrelevantes ou quase os valores dos que afirmam ter falado mais a LP do que a LCV e ter falado apenas a LP bem como os valores dos que afirmam ter ouvido mais a LP que a LCV, as duas línguas igualmente ou somente a LP.

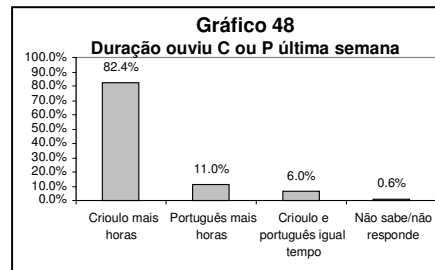
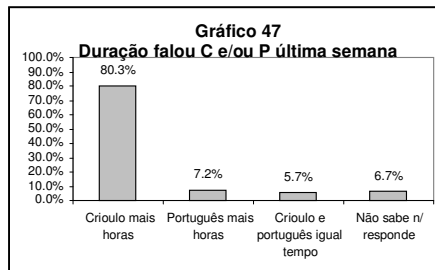


Gráficos 45 e 46 – Distribuição dos inquiridos por frequência de uso das duas línguas

³⁵ Cf. TF D57 e D120, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário

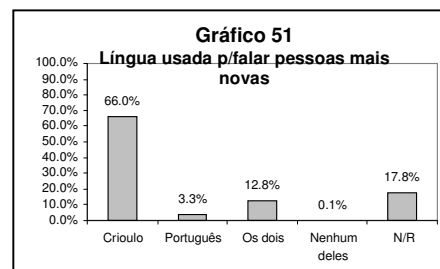
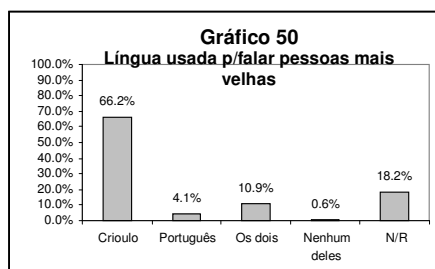
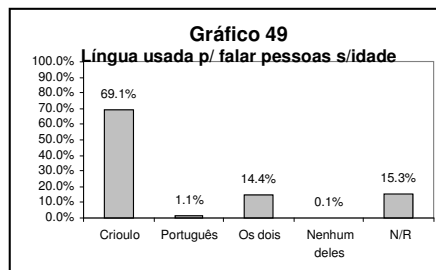
No que respeita à duração³⁶, os dados evidenciam também ser a LCV a língua falada e ouvida durante mais horas, não sendo muito expressivo o número daqueles que diz ter ouvido a LP durante mais horas.



Gráficos 47 e 48 – Distribuição dos inquiridos por duração de uso das duas línguas

3.1.3.1.3. Factores em jogo: idade

Ocorre equilíbrio na grandeza dos valores para a variável idade da pessoa com quem se fala³⁷ embora a LCV suba um pouco no uso com pessoas da idade dos inquiridos e a LP com pessoas mais velhas, ainda que menos. Na verdade, verifica-se que a LCV é a língua predominantemente usada pelos inquiridos para falar com interlocutores de idades diferenciadas: pessoas da sua idade, mais velhas e mais novas; segue-se-lhe o uso das duas línguas com valores bastante inferiores e em terceiro lugar a LP, com valor irrelevante:

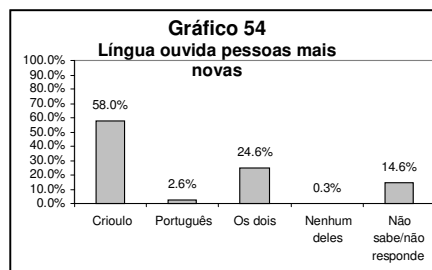
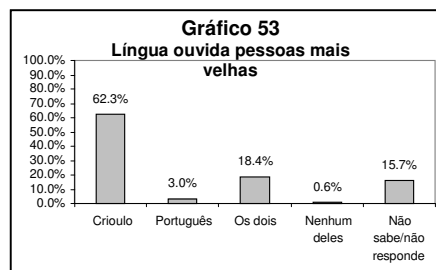
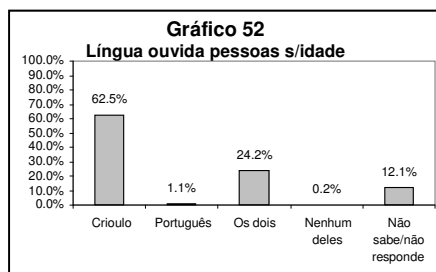


³⁶ Cf. TF D58 e D121, Anexo 4

³⁷ Cf. TF D14 a D16, Anexo 4

Gráficos 49 a 51 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para falar segundo a idade dos interlocutores

Também é a LCV a língua predominantemente ouvida de interlocutores de diferentes faixas etárias³⁸ pessoas da sua idade, mais velhas e mais novas. Segue-lhe as duas línguas com os valores praticamente iguais para pessoas mais novas e pessoas da sua idade, e um valor mais baixo para pessoas mais velhas; e na terceira posição fica a LP com valores irrelevantes:



Gráficos 52 a 54 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida segundo a idade dos interlocutores

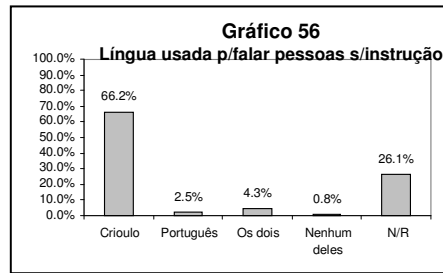
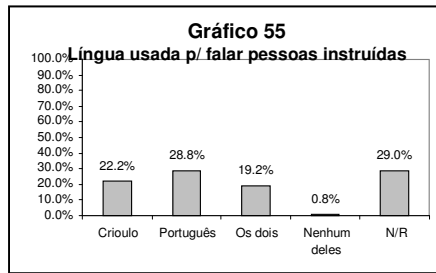
3.1.3.1.4. Factores em jogo: instrução

A variável instrução³⁹, diferentemente da idade, intervém no uso das línguas. Com efeito, na oralidade, a LCV é a língua que os inquiridos usam (com) e ouvem (de) pessoas sem instrução e a LP a que usam (com) e ouvem (de) pessoas instruídas, o que pode ser explicado pela percepção, confirmada pela análise, de que a LP é aprendida de modo formal, na escola: a maioria dos inquiridos usa a LCV, para falar com pessoas sem instrução, ao passo que, com pessoas com instrução os valores já são mais equilibrados.

³⁸ Cf. TFs D84 a D86, Anexo 4

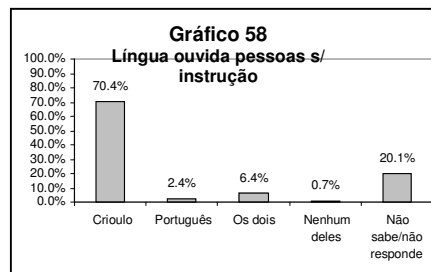
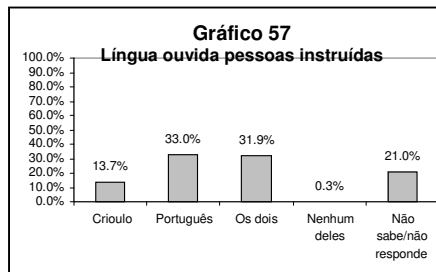
³⁹ Cf. TF D8 e 9, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 55 e 56 – Distribuição dos inquiridos por língua usada segundo a instrução dos interlocutores

Identicamente⁴⁰ a maioria dos inquiridos diz ouvir a LCV de pessoas sem instrução e também a maioria diz ouvir essa língua de pessoas instruídas. E os dados quanto às duas línguas conjuntamente corroboram a afirmação acima já que é muito importante o valor da percentagem dos que dizem falar LCV/LP com pessoas instruídas contra o valor irrelevante dos que dizem usar as duas línguas com pessoas sem instrução; e, no ouvir, enquanto o valor de LCV/LP é quase igual ao de LP para pessoas instruídas, esse valor é também irrelevante para pessoas sem instrução.



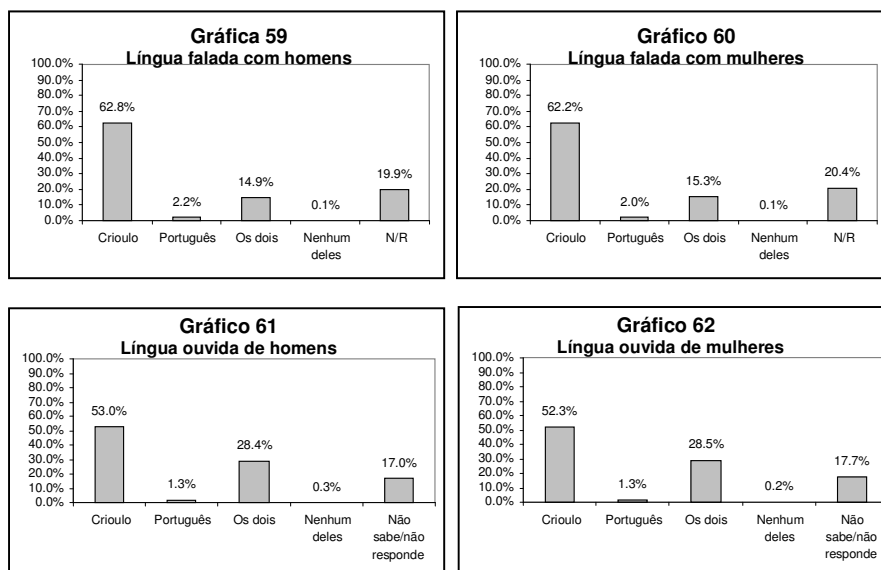
Gráficos 57 e 58 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida segundo a instrução dos interlocutores.

3.1.3.1.5. Factores em jogo: sexo

A variável sexo não intervém relevantemente no uso oral das línguas, tanto no falar como no ouvir⁴¹, mantendo-se a LCV como a língua predominantemente falada com homens e mulheres e ouvida de homens e mulheres, seguido das duas línguas e, finalmente da LP:

⁴⁰ Cf. TF D78 e D79, Anexo 4

⁴¹ Cf. TFs D17, 18, 87 e 88, Anexo 4



Gráficos 59 a 62 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada e ouvida segundo o sexo dos interlocutores

3.1.3.1.6. *Factores em jogo: língua e variedade de língua dominada*

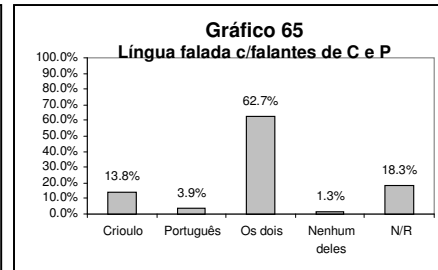
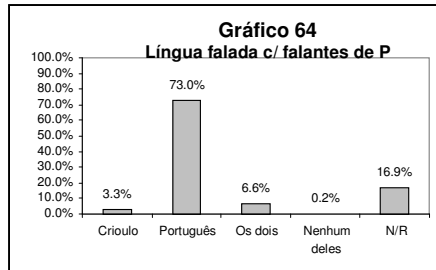
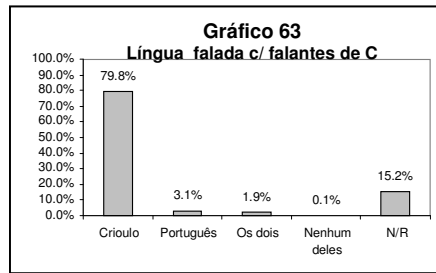
Os resultados confirmam, tal como já havia sido detectado (cf. secção 3.1.2.3.2.), que há uma tendência para a convergência (cf. secção 1.1.3.2. do capítulo 1), no sentido em que os inquiridos buscam adequar a sua língua e os seus dialectos aos seus interlocutores.

Por outro indiciam a LP como a língua de comunicação/integração internacional (a escolhida para interagir com falantes de LP e de outras línguas, independentemente da região), sendo que com falantes bilingues são usadas as duas línguas. Contudo, a LP não é a língua veicular entre os inquiridos, o que também faz da LCV a língua nacional no sentido de ela ser a língua falada e compreendida por todos, apesar de o entendimento se dar com alguma dificuldade, entre pessoas de barlavento e de sotavento.

Na verdade, os inquiridos escolhem sempre falar a língua do interlocutor, sendo sempre esta a que predomina na interacção, embora a LCV detenha valor relevante quando se trata de falantes bilingues⁴²:

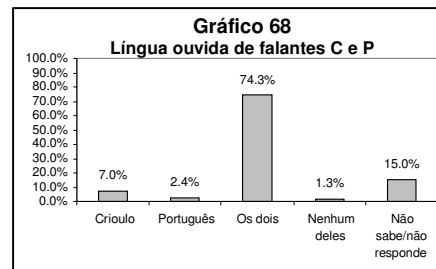
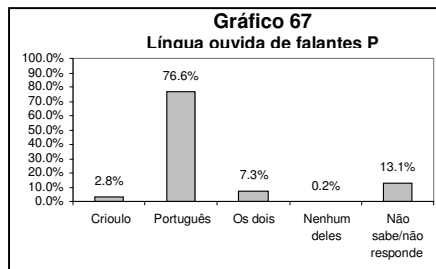
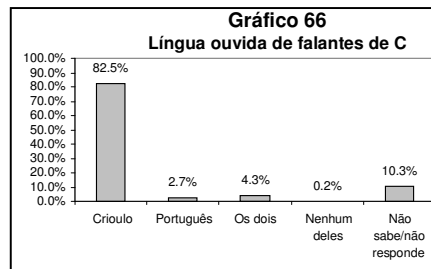
⁴² Cf. TFs D10 a D12, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 63 a 65 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada com falantes de LCV e de LP

Esses resultados são confirmados com os dados quanto ao ouvir⁴³, contexto em que também predomina sempre a língua dos interlocutores:



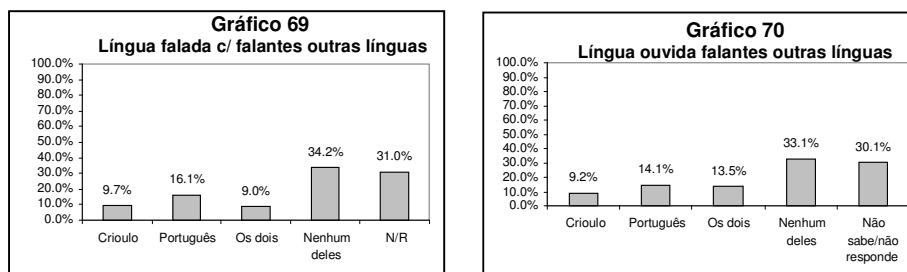
Gráficos 66 a 68 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida de falantes de LCV e de LP

De entre as duas línguas em contacto, a LP é a preferencialmente usada na interacção com os falantes de outras línguas, sendo os valores da LCV e de 'os dois' (LCV/LP) quase iguais e irrelevantes⁴⁴. Do mesmo modo, é também a LP a língua mais

⁴³ Cf. TF D80 a D82, Anexo 4

⁴⁴ Cf. TF D13 e D83, Anexo 4

ouvida de falantes de outras línguas, seguida das duas línguas simultaneamente, com um valor quase igual e depois, da LCV com valor irrelevante. Contudo, em ambos os casos o peso de 'nenhum deles' é grande tanto no falar como no ouvir:



Gráficos 69 e 70 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada (com) e ouvida (de) falantes de outras línguas

Os resultados de análise das perguntas abertas 38 (cf. nota de rodapé 30) e 39⁴⁵ concorrem para validar o resultado de a LP não ser a língua veicular entre os cabo-verdianos, mas sim de comunicação com outros falantes; apenas vai contra este resultado uma citação da LP como língua usada com falantes de outras ilhas, a qual ocorre numa escola situada no barlavento rural, concretamente na ilha de Sto. Antão (cf. P. 39.1.).

Outros resultados (cf. categoria 4.1.2. de P.39.1 e 39.2.): 9 respostas/0.40% para falantes de outras línguas como pessoas com quem falam LP, mas gostariam de falar LCV; e 6/0.25% para pessoas com quem falam LCV, mas gostariam de falar LP.

A LCV é a língua veicular e nacional apesar de o entendimento nessa língua se dar com alguma dificuldade. Com efeito, a maioria dos inquiridos⁴⁶ afirma que isso acontece quando fala 'o seu crioulo' com pessoas de outras ilhas, os valores dos que apontam para níveis maiores de dificuldade são bastante mais baixos e é irrelevante o número daqueles que refere o não entendimento:

⁴⁵ Cf. para esta pergunta: Anexo 1; P.39.1 e P.39.2. em “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10; e tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11. Os dados gerais desta pergunta são: i) para a LCV, P.39.1.: respondida por 57.83 % dos inquiridos (1.029), num total de 2.364 respostas; e ii) para a LP, P.39.2.: respondida por 51.85% dos inquiridos (923), num total de 2.269 respostas.

⁴⁶ Cf. TF D23, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário

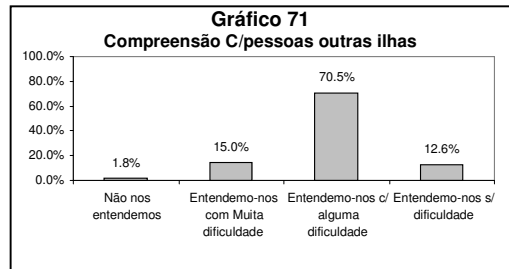
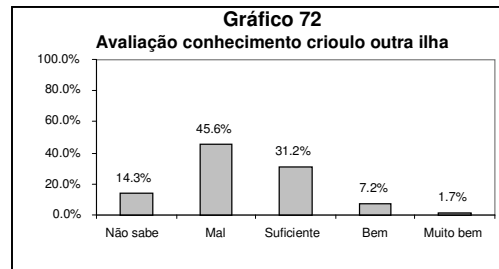


Gráfico 71 – Distribuição dos inquiridos segundo compreensão com falantes de outras ilhas

Explica essa dificuldade na intercompreensão o grau de domínio que os inquiridos dizem ter da LCV de outra ilha. Com efeito⁴⁷ é irrelevante a percentagem dos que afirmam saber bem ou muito bem o dialecto de outra ilha, ao passo que a maioria diz saber mal, seguido de 'suficiente' e é importante a percentagem dos que dizem não saber o dialecto de outra ilha:



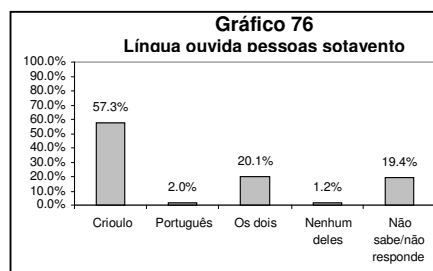
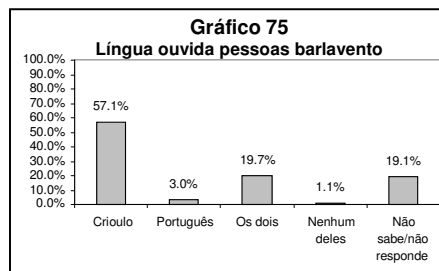
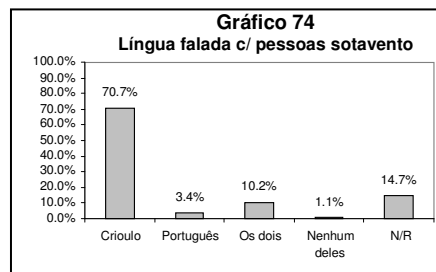
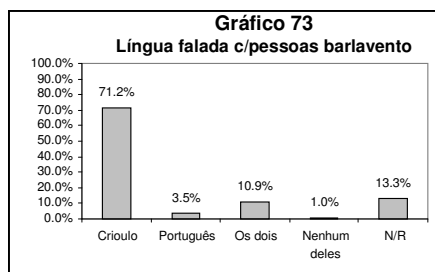
Gráficos 72 – Distribuição dos inquiridos por auto-avaliação do dialecto de LCV de outra ilha

3.1.3.1.7. Factores em jogo: região (barlavento e sotavento)

A LCV e não a LP dominam na interacção⁴⁸, independentemente da região geográfica, já que é a LCV a língua preferencial dos inquiridos para falar com as pessoas da região de barlavento e com as da de sotavento. Segue-lhe, com distanciamento o uso das duas línguas, com valores quase iguais para barlavento e sotavento e, depois, a LP com valores irrelevantes. Identicamente, a LCV é a língua mais ouvida das pessoas de barlavento e de sotavento, ainda que seja de destacar o facto de que, no ouvir, o valor de 'os dois' é relativamente alto em ambas as regiões.

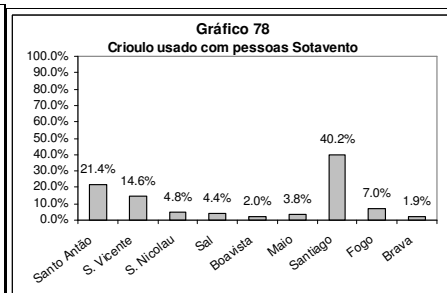
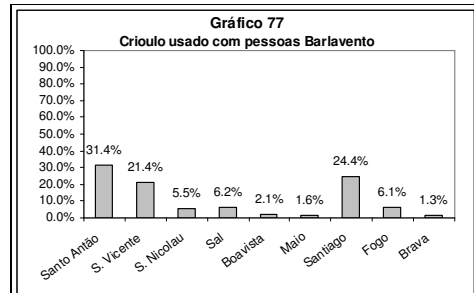
⁴⁷ Cf. TF B25, Anexo 4

⁴⁸ Cf. TF D19 e 20 e D89 e 90, Anexo 4



Gráficos 73 a 76 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada (com) e ouvida (de) interlocutores de Barlavento e Sotavento

Além disso, questionados sobre os dialectos usados com pessoas de barlavento e de sotavento⁴⁹, verifica-se que os dialectos de Santiago, Santo Antão e S. Vicente ocupam as três primeiras posições, nesta ordem, com distanciamento substancial dos restantes:



Gráficos 77 e 78 – Distribuição dos inquiridos segundo variedade LCV habitualmente falada com interlocutores de barlavento e de sotavento

Note-se que a variedade de S. Vicente vem em terceiro lugar em qualquer das regiões. Dados posteriores (cf. secção 3.1.3.3.3.5) esclarecerão melhor esta ordenação dos dialectos da LCV, que não corresponde à percepção social dos falantes desta língua.

⁴⁹ Cf. TF D21 e 22, Anexo 4

3.1.3.1.8. *Súmula das conclusões*

1. *Língua dos sistemas de comunicação prioritários*: os dados apontam para a LCV como a língua predominante dos inquiridos em dois dos seus sistemas de comunicação oral prioritários (vizinhança e lazer), e também que ela é a língua falada e ouvida com mais frequência e duração pelos inquiridos;

2. *Factores em jogo*:

2.1. As variáveis *idade e sexo* não intervêm no uso da língua na oralidade, ao contrário da variável *instrução* já que a LCV é a língua que os inquiridos usam (com) e ouvem de pessoas sem instrução e a LP a que usam (com) e ouvem de pessoas instruídas.

2.2. *Variáveis meio e região: funções de língua veicular e nacional e de comunicação internacional*:

2.2.1. A LCV é falada por todos os inquiridos, independentemente do *meio ou região*, o que a configura como a língua veicular e nacional, apesar de o entendimento se dar com alguma dificuldade, entre pessoas de barlavento e de sotavento;

2.2.2 Na interacção entre pessoas de barlavento e de sotavento ganham proeminência os dialectos das ilhas de Santiago> Sto. Antão> S. Vicente, nessa ordem, o que não corresponde à percepção social dos falantes desta língua (esta questão será retomada na secção 3.1.3.1.3.4.);

2.2.3. A LP é a língua de comunicação/integração internacional (a escolhida para interagir com falantes de LP e de outras línguas), independentemente do meio e região, mas não a língua veicular entre os cabo-verdianos, sendo que com falantes bilingues são usadas as duas línguas.

A análise a seguir (secção 3.1.3.2.), dedicada a uma descrição mais rigorosa da distribuição do uso da língua, está centrada no uso das línguas por domínios, apesar de a situação ser matizada e complexa. A apresentação está organizada em função dos três grandes domínios (intimo, informal e formal) em que ocorrem as interacções; esta descrição é aprofundada com base nos resultados do cruzamento de factores (3.1.3.3.)

A análise centrada nas atitudes (cf. secção 3.1.5.) permite defender a hipótese de que é a LCV a língua da identidade dos inquiridos, o “*we code*”, e que a LP é, pelo menos na maioria dos casos, o “*they code*” (cf. Capítulo 1, secções 1.1.2.1 e 1.1.3.2).

3.1.3.2. O uso das línguas por domínios

Nesta secção, apresentam-se os resultados por domínios de interacção, tendo em conta os factores que os definem: pessoas, lugares/circunstâncias, assuntos e intenções comunicativas (cf. secções 1.1.3.2. do capítulo 1 e 2.3.1. do capítulo 2), pondo em paralelo o falar e o ouvir.

Os resultados da análise estatística serão confrontados com os da análise de duas das perguntas abertas: a P 38, em que se pedia aos inquiridos que indicassem três contextos em que habitualmente falam a LCV e a LP, e a P. 39, em que lhes era pedido que indicassem três contextos em que normalmente falam a LCV, mas preferiam falar a LP (P.39.1.) e vice-versa (P.39.2.).

O resultado da análise de conteúdo das respostas a essas perguntas concorrem para a validação das conclusões da análise estatística sobre a distribuição das línguas por domínios e sobre as tendências de extensão do uso das mesmas. Mas também apontam para: (i) a aceitação da extensão do uso das duas línguas embora nem tanto a da LCV para o contexto escolar; para (ii) a aceitação da própria LP; e ainda (iii) para uma eventual boa aceitação da situação de contacto, o que será aprofundado com a análise das atitudes (cf. secção 3.1.5.).

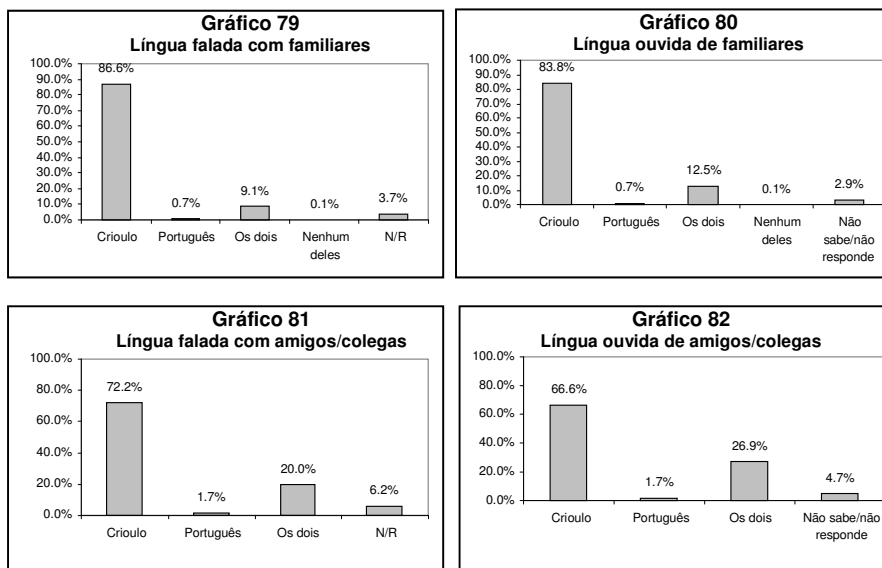
3.1.3.2.1. Domínios íntimos

Os dados demonstram que, na oralidade, a LCV é a língua predominante nos domínios íntimos⁵⁰, uma vez que, considerando todos os elementos constantes na “Configuração dos domínios”, os valores atribuídos à LCV (tanto no falar como no ouvir) se distanciam claramente daqueles que são atribuídos às duas línguas; a LP aparece sempre na terceira posição, com valores que nunca chegam aos 10% no falar e aos 5% no ouvir. O resultado é a seguinte ordem, para esses domínios: LCV – LCV/LP – LP⁵¹:

⁵⁰Para este domínio, cf. TF do Anexo 4: (i) falar - TF D. 3, 9, 15, 16, 31, 32, 36, 37, 44, 46 a 49, 51, 54, 55; (ii) ouvir: TF D. 73, 79, 85, 86, 92, 94 a 97, 99, 102, 103, 106, 117 e 118.

⁵¹Vejam-se, no Anexo 4, as TF em que os comentários seguintes se baseiam: (i) falar - TF. D. 1. e 2, para pessoas, TF D.24 a 26 assuntos, TF D. 34, 38, 40 a 42 para intenção comunicativa, TF D. 43 lugares/circunstâncias; (ii) ouvir - TF D. 71 e 72 pessoas, TF D. 110 a 112 parra assuntos, TF D. 91 lugares/circunstâncias.

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 79 a 82 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada com pessoas dos domínios íntimos

Ou seja, ocorre a presença da LP nesses domínios, revelada apenas pelos valores que o uso de LCV/LP, que inclui o português, atinge para alguns dos factores considerados.

Para além dos constantes nos gráficos, para falar e ouvir, esses dados são: (i) assuntos: problemas de vida (7.9% para o falar e 14.8% para o ouvir); e (ii) intenções comunicativas, na fala: exprimir sentimentos (17.8%), falar de assuntos que emocionam o inquirido (17.1%), praguejar/dizer asneiras (14.7%), namorar (11.3%).

A posição proeminente da LCV como língua para falar nos domínios íntimos é confirmada pelos resultados da análise das perguntas abertas 38 e 39, por domínios (cf. notas de rodapé 30 e 45). Com efeito, a maioria dos inquiridos aponta como contextos em que normalmente usa a LCV pessoas, assuntos, lugares/circunstâncias e intenções comunicativas dos domínios íntimos, ao passo que o valor correspondente para a LP é irrelevante.

(i) Para a LCV, P. 38.1.: 52.13% % das respostas incidem nos domínios íntimos (VS 42.90% para os informais e 4.49% para os formais); e (ii) para a LP, P. 38.2.: 3.9% das respostas incidem nos domínios íntimos (VS 5.19% para os informais e 82.05% para os formais); e (iii) 'falar LCV, mas gostar de falar LP' (39.1.) tem mais respondentes e repostas nos domínios íntimos (24.87% dos respondentes e 32.49% das respostas) do que nos informais (18.81% dos respondentes e 24.58% das respostas) e do que nos formais (3.25% dos respondentes e 3.97% das respostas), diferentemente do que se observa para os domínios formais em que 'falar LP, mas gostar de falar LCV' tem maior número de respostas (P. 39.2).

As respostas à pergunta 38 ampliam o uso da LCV na fala nos domínios íntimos via a variável 'intenção comunicativa', tendo em conta que, quanto à LCV, os inquiridos mantiveram as categorias que já constavam do questionário com citações elevadas, com destaque para 'expressar um sentimento', e acrescentaram várias outras com citações relevantes (pedir ajuda/conselho, brincar/gozar e mexericar); e, em contraste, no que respeita à LP, também foram mantidas as que já constavam do questionário, mas com citações relativamente mais baixas e apenas foi acrescentada uma subcategoria, e com apenas uma única citação (falar consigo próprio).

Os resultados são: i) para a LCV, P. 38.1.: (i) novas - pedir conselho, brincar/gozar e mexericar, com citações que vão de 2 (mexericar) a 6 (pedir ajuda/conselho); (ii) as que já constavam do questionário, com citações de 1 (falar de assunto que o emociona) a 22 (expressar sentimento); e (ii) para a LP, P. 38.2.: nova (falar consigo próprio), 1 citação; e (ii) subcategorias do questionário, com citações que de 1 (falar de assunto que o emociona) a 7 (namorar).

Também o confronto dos estados emocionais particulares para usar uma ou outra língua (categorias 4.2. de P. 38.1 e 38.2.) apontam, desde logo para uma aproximação afectiva maior para com a LCV já que, se para a LP as referências não configuram nenhuma alteração do estado emocional, com a LCV ocorre exactamente o contrário.

Os dados referidos acima são: LP: "quando me apetece" (2 nomeações) e por prazer (1); LCV: 'quando estou mal disposto' (1).

São também sinais da presença da LP nos domínios íntimos e da sua aceitação o número de citações com que determinadas pessoas e intenções comunicativas associadas a esses domínios são referidos como contextos em que normalmente se fala a LCV, mas se gostaria de falar LP (39.1.) ou se fala a LP, ainda que se gostasse de falar a LCV (39.2.). Destacam-se, nesse contexto, familiares/amigos que só falam LP/são portugueses, revelando-se a emigração em Portugal como um factor favorecedor do uso da LP nos domínios íntimos (cf. secção 3.1.3.3.1.1).

(i) Contextos em que normalmente se fala a LCV, mas se gostaria de falar a LP (39.1.): i) pessoas e lugares/circunstâncias: casa/familiares (379 respostas, correspondendo a 16.03% delas), amigos/colegas (262/11.08%); ii) intenções comunicativas: namorar/cortejar uma rapariga (73/3.09%) e expressar (um) sentimento (s) (36/1.52%);

(ii) Contextos em que normalmente se fala a LP, mas se gostaria de falar a LCV (39.2.): i) lugares/circunstâncias: casa/familiares (34/1.50%), amigos/colegas (27/1.19%) e familiares/amigos que só falam LP/são portugueses (14/0.62%); e ii) intenções comunicativas: namorar/cortejar uma rapariga e expressar (um) sentimento (s) ambos com (3/0.13%), para além de outras com menos valor ainda.

3.1.3.2.2. Domínios informais

Nos domínios informais⁵², verifica-se, em termos gerais, a ordem de uso das línguas encontrada para os domínios íntimos (LCV – LCV/LP – LP). Contudo, algumas exceções indiciam, globalmente, uma fraca tendência de extensão do uso da LP para esses domínios. Tal ocorre em casos em que se mantém a ordem esperada mas em que

(i) os valores das duas línguas e/ou da LP se aproximam ligeiramente do da LCV (esta situação está relacionada com *ouvir falar de assuntos desportivos*: LCV 49.7% - LCV/LP 30.6% - LP 10,1%);

(ii) os valores atribuídos às duas línguas ganham maior relevância, mas sendo sempre inferiores aos valores da LCV

Nesta situação, inscrevem-se, por um lado, a língua habitualmente ouvida de conhecidos (18.2%) e, por outro, língua habitualmente ouvida nos recintos desportivos (17.0%), nos locais de lazer (13.1%) e nos restaurantes, bares, cafés, etc. (27.9%).

Há ainda casos de alteração na ordem esperada, apontando para diferentes níveis de extensão:

(i) muito forte tendência de extensão do uso do português para os domínios informais, numa situação muito específica: *língua ouvida nos comícios (LCV/LP)*.

Os valores respeitantes às línguas ouvidas nesse contexto concreto dão o primeiro lugar às duas línguas (35.9%), mas a LP segue de muito perto, com 31.9%; e a última posição à LCV com 19.8%)

(ii) tendência de extensão do uso fraca para ouvir falar de assuntos sociais (LCV/LP, 34.1% - LCV 31.9% - a LP 19.7%), com o valor da LP distante dos outros dois;

(iii) tendência de extensão média para falar de *assuntos sociais*, LCV/LP (LCV 48.3% - LP 17.5% - LCV/LP 16.2%)., com distanciamento do valor da LCV e com os valores da LP e das duas línguas quase iguais.

Na fala, a extensão do uso da LP pode deduzir-se a partir dos seguintes dados, que mostram a não dominância absoluta da LCV nesses domínios:

⁵² Para este domínio, cf. as tabelas de frequência, no Anexo 4: falar - TF D. 3, 9, 15, 16, 31, 32, 36, 37, 44, 46 a 49, 51, 54, 55; ouvir: TF D. 73, 79, 85, 86, 92, 94 a 97, 99, 102, 103, 106, 117 e 118.

(i) os valores do uso da LCV respeitantes aos *objectivos comunicativos* são muito mais baixos do que os encontrados para os outros itens (pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias);

(ii) há mais equilíbrio na distribuição do uso das línguas e mesmo o predomínio do uso das duas línguas relativamente ao objectivo comunicativo *manter um contacto* (LCV 39.8% - LCV/LP 25.9% - LP 17.8%);

(iii) é preferencial o uso das duas línguas, quanto a *dar/pedir informação* (LCV/LP 40.0% - LCV 29.3% - LP 22.3%).

Acredita-se que, para além de corresponderem a domínios de transição entre o íntimo e o formal, esses casos excepcionais, tendo em conta a ordem de preferência linguística mais generalizada, podem ser indícios de uma fraca e incipiente tendência de extensão do uso da LP para domínios dantes reservados à LCV.

A preferência pela LCV para falar nos domínios informais é corroborada pelas respostas às perguntas abertas 38 e 39 (cf. notas de rodapé 30 e 45) já que (cf. leitura sistematizada dos resultados relevantes no Anexo 12.1.) não só essa língua permanece como a primeira escolha nesses domínios como também são apontados pessoas, assuntos, lugares/circunstâncias e intenções comunicativas associados aos domínios informais nos contextos em que normalmente falam LP, logo após os valores dos domínios íntimos; os valores da LP são irrelevantes.

Acresce ainda que as respostas a essas perguntas (P38.1 e 38.2.), por um lado, ampliam a lista dos lugares/circunstâncias do informal onde se fala a LCV (situações do quotidiano, rua, ao telefone, viagens, contar histórias, contar piadas/anedotas) e, por outro, os valores comparativos entre esses lugares/circunstancias acrescentados pelos inquiridos apontam para uma supremacia da LCV em relação à LP em quase todos os casos. A única excepção, apontando para alguma extensão da LP para os domínios informais é 'contar piadas/anedotas', a que um dos respondentes acrescentou 'ouvidas em português', o que, por sua vez, pode ser aproximado à função *Citações* de troca de línguas (Gumperz, 1982 e retomada por Martins, 1994a). Outro indício de extensão da LP surge dos valores associados a intenção comunicativa (dar/pedir uma informação, cumprimentar, cantar, formular um convite pedir desculpas). A leitura sistematizada dos resultados que sustentam esses comentários constam do Anexo 12.2.

Outra conclusão que se pode retirar é que a diferença de valores, nos domínios íntimos e informais, entre o número dos que dizem 'falar LCV, mas gostar de falar LP'

(P. 39.1) e o daqueles que dizem 'falar LP, mas gostar de falar LCV' (P.39.2) poderá indicar a aceitação não só da própria LP como da aceitação da sua extensão para os domínios íntimos e informais, apesar de esses valores não poderem ser rigorosamente comparados, tendo em conta o número desigual de respostas e respondentes de cada uma destas respostas.

Esses valores são: i) P. 39.1, para 'falar LCV, mas gostar de falar LP' nos domínios íntimos (24.87%) e informais (18.81%); e ii) P.39.2, falar LP, mas gostar de falar LCV' nos domínios íntimos (3.25%) e informais (4.62%).

3.1.3.2.3. Domínios formais

Quanto ao uso da língua para *falar* nos domínios formais⁵³, verifica-se que a LP domina, embora com uma acentuada tendência de extensão do uso da LCV, a qual parece mais evidente do que a tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais, tendo em conta que, no *falar*:

(i) o predomínio da LP é nítido em apenas quatro dos dezoito itens (4/18) que configuram esses domínios, pelo seu valor distanciado tanto do uso das duas línguas como da LCV.

O uso da LP prevalece claramente na interação com: os professores (69.4%), os superiores hierárquicos (50.3%), na sala de aula (59.2%) e para rezar/orar (58.9%), destacando-se, neste último caso, o valor quase igual da LCV (15.0%) e da LCV/LP (14.6%), havendo que ter em conta que, no caso da Igreja católica, religião predominante em Cabo Verde, muitas orações são em português.

(ii) o número de itens (8/18) em que domina o uso da LCV é elevado, evidenciando uma nítida tendência de extensão do uso dessa língua, pela presença da ordem esperada nos domínios íntimos e informais (LCV – LCV/LP – LP).

(i) Em alguns desses itens o valor atribuído a essa língua distancia-se claramente dos valores do uso das duas línguas e da LP: estranhos, 41.2% para a LCV e 17.1% para o uso das duas línguas e 11.9% para português; pessoas mais velhas, 66.2% para a LCV e 10.9% para LCV/LP e 4.1% para a LP; e quando se trata de convencer de uma ideia: 22.6% para as duas línguas e 5.4% para a LP;

(ii) Noutros itens, verifica-se um certo equilíbrio, embora com o valor mais alto para a LCV: a) assuntos religiosos (39.0% para a LCV, 22.0% para a LP e 21.7% para 'os dois') e políticos (32.1% para a LCV, 29.3% para a LP e 16.2% para 'os dois'); b) lugares/circunstâncias: repartições públicas, hospitais, bancos, etc., (LCV 39.4%, 31.1% para 'os dois' e 23.6% para a LP); locais de culto religioso (27.6% para a LCV, 29.8% para 'os dois' e 26.0% para a LP); reuniões de associações e/ou

⁵³ Para este domínio, cf. tabelas de frequência do Anexo 4: TF D. 4 a 8, 14, 27 a 30, 33, 35 e 39, 45, 50, 52, 53 e 56.

grupos (30.6% para a LCV, 29.0% para 'os dois' e 24.9% para a LP), sendo que nesses três últimos itens a LP ocupa a última posição.

(iii) uma forte tendência de extensão do uso da LCV é evidente em seis desses itens (6/18) pois, embora a LP ocupe a primeira posição, os valores atribuídos ao uso da LCV colocam-na em segundo lugar e aproximam-na daquela língua (e/ou das duas línguas) que fica em última posição (LP – LCV – LCV/LP).

(i) Os seis itens que apontam para uma forte tendência de extensão do uso da LCV para os domínios formais, na *fala* são: i) pessoas instruídas: LP, 28.8% - LCV, 22.2% - LCV/LP, 19.2%'; ii) autoridades: LP 43.5% - LCV 18.4% - LCV/LP 16.0%; iii) matérias das disciplinas: LP 38.6% - LCV 28.3% LCV/LP 21.9%; e iv) assunto escolar: LP 50.5% - LCV/LP 21.8% - LCV 19.6%; v) assunto oficial: LP 34.9% - LCV 25.8% - LCV/LP 14.4%; e vi) cerimónias oficiais: LP 34.9% - LCV 23.0% - LCV/LP 22.1%.

(ii) De ressaltar, neste contexto, a aproximação dos valores das respostas afirmativas para o uso das duas línguas e para a LCV para falar de matérias das disciplinas e no valor quase igual da LP e da LCV para falar com autoridades e de assuntos escolares.

Como se mostrará a seguir, os dados sobre *o ouvir* concorrem para a confirmação da hipótese de predominância da LP nos domínios formais, com uma muito mais evidente tendência de extensão do uso da LCV para esses domínios do que o da LP para os informais; é de destacar que, no caso da comunicação social, embora a LP prevaleça, a LCV está muito presente: na rádio a situação apresenta-se como LCV/LP 50.0% - LP 33.3% - LCV 8.05 e na televisão, LP 52.1% - LCV/LP 36.0% - LCV 3.3%.

Em suma, nos domínios formais, a distinção entre *falar* e *ouvir falar* reveste-se de particular importância.

Assim, a discrepância entre os valores percentuais relativos à língua usada pelos inquiridos para *falar* nos domínios formais, os quais evidenciam uma muito forte extensão do uso da LCV, e os valores apurados quanto à língua *ouvida* pelos inquiridos permite formular a hipótese de os jovens terem um papel preponderante na extensão do uso da LCV para esses domínios. Com efeito, a sua atitude de utilizar a língua geralmente associada aos domínios íntimos e informais nos formais faz prever um reequilíbrio de forças face ao português, tendendo-se para uma maior paridade entre a LCV e a LP.

No tocante ao *ouvir*⁵⁴, e verificando-se que a LCV não é a principal língua de *input* dos jovens inquiridos, nos domínios formais, torna-se óbvio que eles não seguem

⁵⁴CF, Anexo 4: TF D74 a 78, 84, 93, 98, 100, 101, 105, 107 a 109, 113 a 116 e 119.

o modelo linguístico dominante (ou seja, falar português em situações formais), embora, em certas circunstâncias, a LCV possa ser ouvida, a par do português ou mesmo como língua única.

Assim, o que pretendemos defender (a referida progressiva paridade LCV-LP) encontra já indícios na sociedade, através das jovens gerações. De facto (cf. sistematização dos dados que sustentam estes comentários constam do Anexo 12.3.), as percentagens no *ouvir* a LP/LCV em contexto formal evidenciam:

(i) ausência de extensão da LCV, dada a manutenção da ordem esperada nos domínios formais (LP – LCV/LP – LCV) em professores, superiores hierárquicos, autoridades e ainda pessoas instruídas; matérias das disciplinas, assuntos escolares e ainda assuntos políticos e oficiais; sala de aula, cerimónias oficiais, palestras e televisão);

(ii) fraca tendência de extensão da LCV (LCV/LP – LP – LCV), em assuntos religiosos, local de culto religioso, reuniões de associações e/ou de grupos e rádio;

(iii) média tendência de extensão da LCV (LCV/LP – LCV – LP) em repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e teatro);

(iv) evidente tendência de extensão da LCV (LCV – LCV/LP – LP em apenas estranhos e pessoas mais velhas.

A análise por domínios das respostas às perguntas abertas 38 e 39 (cf. notas de rodapé 30 e 45) concorre para a afirmação da LP como a língua dominante nos domínios formais, como mostram os resultados sistematizados no Anexo 12.4. Contudo, alguns valores apontam para uma fraca tendência de extensão da LCV, nomeadamente via intenção comunicativa.

Com efeito: i) no toca à LCV (P. 38.1.) das intenções comunicativas já constantes das perguntas fechadas, os inquiridos apenas retomam rezar/orar com 2 citações; e acrescentam criticar alguém com apenas 1 citação; ii) ao passo que na LP (P. 38.2.), rezar/orar tem 50 citações, seguido de uma outra que também já aparecia nas perguntas fechadas, convencer alguém da sua ideia, com 2 nomeações; e acrescentam discursar com 1 citação.

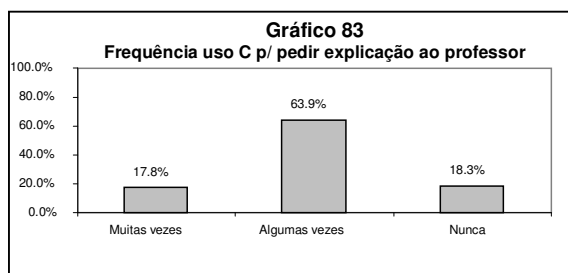
Também os resultados da P. 39 indiciam que a extensão da LCV para os domínios formais é ainda mais bem aceite do que a da LP para os informais, já que, nos domínios formais, o número dos que 'falam normalmente LP, mas que gostariam de falar LCV' (P. 39.2.) é bem maior (61.65%) do que o daqueles (20.11%) que nesse tipo

de domínios falam a LCV, mas gostariam de falar a LP (P. 39.2.) – pese embora a diferença no número de respostas para os dois desdobramentos desta pergunta.

Concorrem ainda a favor da extensão da LCV para os domínios formais certos valores que apontam, de novo, para a presença desta língua na interacção professor/aluno e na sala de aula (cf. secção 3.1.2.1.) quando, oficialmente, o meio de ensino é a LP e a LCV sequer é objecto de ensino.

São eles⁵⁵: (i) os valores obtidos para o uso das duas línguas (20.6%) na interacção com os professores, conjugados com os dados sobre a língua habitualmente ouvida de professores, LCV e LP (29.7 %); e (ii) os valores importantes atribuídos a LCV/LP e também a LCV (quase 10%) em: i) língua falada (LCV/LP, 23.9% e LCV, 9.9%) e língua ouvida na sala de aula (LCV/LP, 29.5% e LCV, 9.2%); e ii) língua habitualmente usada para falar acerca de matérias das disciplinas (LP 38.6% - LCV 28.3% LCV/LP 21.9%) e língua em que habitualmente se ouve esse assunto (LCV/LP, 28.0% e LCV, 17.3%).

Esses resultados são também confirmados pelos dados do gráfico 83 a seguir⁵⁶:



Gráficos 83 – Distribuição dos inquiridos por frequência de uso da LCV para pedir explicação ao professor

Dos 1.573 inquiridos que responderam positivamente a essa pergunta, 89.53% também respondeu à pergunta aberta P. 41⁵⁷ do questionário, em que era pedido que indicassem as razões para usar a LCV para pedir explicação ao professor. A análise evidenciou que as explicações têm a ver, primeiro, com um melhor domínio e à-vontade com a LCV na fala, como já observado antes (cf. secção 3.1.2.3.) e, depois, com uma maior aproximação afectiva com a LCV.

Na análise, as respostas a esta pergunta foram organizadas em dois grupos de categorias: um integrado pelas razões mais vinculadas à LP e extraídas das respostas dos inquiridos que responderam “algumas vezes” e “nunca” relativamente a ter pedido explicações na LCV; e outro grupo, englobando razões mais vinculadas à LCV, dos que

⁵⁵ Cf. TF D5 e 75; D45 e 93; D27 e 113

⁵⁶ Cf. TF D70, Anexo 4

⁵⁷ Cf. Anexo 1, “Categorização das respostas às perguntas abertas”, Anexo 10, e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

responderam “muitas vezes” e também “algumas vezes”. O segundo grupo obteve o maior número de respostas.

No primeiro grupo, das razões indicadas destacam-se, à cabeça, as que têm a ver com a aceitação do estatuto da LP e depois com o domínio dessa língua e com a necessidade de a aprender.

Obtiveram o maior número de respostas as categorias 'adequação às regras estabelecidas' (28.23%), 'facilidade de compreensão e/ou expressão em LP' (2.04%), 'oportunidade de aprendizagem dessa língua' (1.34%), 'adequação às regras associada à afectividade para com a LP' (0.32%), 'intensidade da comunicação na sala de aula' e 'oposição às regras' (0.13%, cada) – 506 respostas, (32,17% das respostas à P 41, perfazendo uma percentagem relativa de 35.04% dos inquiridos que responderam à P. 40).

No segundo grupo, predominam as razões mais vinculadas à LCV (o seu melhor domínio e, sobretudo, a maior proximidade afectiva).

As subcategorias com maior número de respostas são: 'maior facilidade de compreensão e/ou expressão na LCV do que em LP' (resposta de 38.89% dos inquiridos que respondem à pergunta) e 'o hábito de falar essa língua' (16.72%); as razões afectivas (3.94%), as relações com o professor (3.12%) e o contexto em que se fala com o professor (2.80%); finalmente, o hábito, a maior facilidade de compreensão e/ou expressão na LCV do que na LP (1.53%), seguidas de outras razões, muito pouco relevantes, quantitativamente – num total de 67.83% das respostas à P 41 e numa percentagem relativa de 74.30% dos inquiridos que responderam à P. 40.

3.1.3.2.4. *Súmula das conclusões*

1. *Distribuição das línguas por domínios:* na oralidade, a LCV predomina nos domínios íntimos e informais, tanto na recepção como na produção, mas nos formais predomina a LP.

3. *Extensão de uso:* contudo, existem indícios de não compartimentalização de uso das duas línguas, tendo-se revelado alguma extensão de uso da LP para os domínios íntimos e informais e uma mais evidente extensão da LCV para os formais.

4. *Extensão da LCV:* apesar de a LP dominar na interacção com os professores e na sala de aula, a presença da LCV neste lugar/circunstância, na interacção professor/aluno, é evidenciada pelo facto de apenas uma percentagem reduzida dos inquiridos afirmar nunca ter usado essa língua para pedir alguma explicação ao professor; de entre as razões apontadas pelos inquiridos predominam as vinculadas ao melhor domínio (da) e uma maior aproximação afectiva para com a LCV. Contudo a

LCV prevalece nos intervalos das aulas e na cantina escolar (espaços informais no contexto escolar).

5. *Língua da afectividade e aceitação da LP*: assim, existem sinais de uma maior aproximação afectiva para com a LCV e sinais da aceitação da presença da LP nos domínios íntimos

A extensão do uso das duas línguas é aprofundada nas secções seguinte.

3.1.3.3. Extensão do uso das duas línguas

Nesta secção, a apresentação está organizada em função do cruzamento de factores: os lugares/circunstâncias em que ocorre a interacção, em 3.1.3.3.1; e os assuntos tratados, em 3.1.3.3.2. Assim, foi possível obter dados que permitem comparar as situações dos domínios íntimos, informais e formais absolutos com as localizadas entre elas, elucidando a extensão da LP para os domínios íntimos e informais e da LCV para os formais.

A seguir, descreve-se o impacto de factores como sexo, região e meio e língua e variedade de língua dominada que não configuram os domínios (cf. secção 1.1.3.2. do capítulo 1).

As perguntas abertas não permitem entrar em detalhes sobre a intervenção desses diferentes factores, sobretudo por o número de respostas e respondentes e ainda de itens indicados por domínios em perguntas idênticas não serem os mesmos, como é o caso das P. 38 e 39. Ainda assim, os seus resultados são confrontados com os resultados anteriores, contribuindo para a validação de algumas das conclusões mais específicas obtidas pela análise estatística.

3.1.3.3.1. Cruzamento de factores: lugares/circunstâncias

3.1.3.3.1.1. Extensão da LP para lugares e circunstâncias íntimos e informais

Cruzando a língua habitualmente ouvida de familiares (domínio íntimo) com a língua ouvida no espaço privado que é a casa⁵⁸, construiu-se um domínio estritamente privado (*domínio íntimo absoluto*). Os resultados não confirmam o bastante fraco indício de extensão da LP para os domínios íntimos (cf. secção 3.1.3.2.1.); pelo

⁵⁸ Cf. TC 5.15.1.1., Anexo 5

contrário, mostram que é a LCV a língua dos domínios íntimos (LCV – LCV/LP – LP), já que da maioria dos inquiridos que dizem ouvir habitualmente a LCV de familiares (83.8% dos inquiridos), uma esmagadora maioria (93.8%) diz ouvir a LCV habitualmente, *em casa*, sendo os valores da LCV/LP e da LP irrelevantes.

Como, de acordo com os resultados anteriores (cf. secção 3.1.3.1.3), a idade mostrou não ser um factor pertinente no uso da língua, foram observados os resultados do cruzamento de pessoas de diferentes idades com casa, um lugar/situação de domínio íntimo em que predomina a LCV, como se viu acima, para aprofundar o efeito desse factor. Observando os dados obtidos nesses cruzamentos⁵⁹, eles confirmam a LCV como a língua dos domínios íntimos. Com efeito, é essa a língua que predomina em casa independentemente da idade já que os valores da LCV se mantêm sempre altos e distanciados dos valores das duas línguas e também da LP: a percentagem dos que ouvem a LCV em casa de pessoas da sua idade, pessoas mais velhas e mais novas está cima dos 90 por cento, em qualquer dos casos.

Quanto aos lugares/circunstâncias informais, foram realizados três cruzamentos. Os dados cruzados, a sua localização na escala de domínios e os resultados obtidos são discutidos a seguir:

1. *Pessoas de tipo íntimo (familiares) X lugares/situações de tipo informal (vizinhança, intervalo das aulas, cantina escolar, recintos desportivos, locais de lazer e restaurantes, bares, cafés,...), localizado na escala de domínios entre o íntimo e o informal*

Os resultados deste primeiro cruzamento⁶⁰ mostram a permanência da LCV como dominante (LCV – LCV/LP – LP), apesar de os valores de LCV/LP para familiares/restaurantes, bares, cafés... e locais de lazer serem um ténue indício da extensão do uso da LP para os domínios informais:

Com efeito, observa-se que:

- (i) Daqueles que dizem ouvir habitualmente a LCV de familiares (83.8% dos inquiridos), *nos locais de lazer*, 75.5% diz ouvir LCV, 11.9% LCV/LP e 1.3% a LP; *nos restaurantes e similares*, 54.1% diz ouvir LCV, 26.6% LCV/LP e 5.7% a LP;
- (ii) De entre os que dizem ouvir habitualmente a LCV e a LP de familiares (12.5% dos inquiridos), dizem ouvir habitualmente, *nos locais de lazer*, 67.3% a LCV,

⁵⁹ Cf. Anexo 5: TC 5.15.9.1. para pessoas mais velhas; 5.15.10.1. para pessoas mais novas; e 5.15.11.1., para pessoas da mesma idade

⁶⁰ Cf. TC 5.15.1.1 a 5.15.1.3., Anexo 5.

22.9% LCV/LP e 0.9% a LP; nos restaurantes, bares, cafés..., 47.1% a LCV, 41.7% 'os dois' e 4.9% a LP⁶¹;

*2. Pessoas de tipo informal (conhecidos, pessoas mais novas, pessoas da sua idade e pessoas sem instrução) e amigos/colegas (dos domínios íntimos) X lugares/circunstâncias de tipo informal (vizinhança, intervalos das aulas, mercado, lojas, recintos desportivos, lugares de lazer, restaurantes, bares, cafés,...) – domínio informal absoluto*⁶²

Embora amigos/colegas tenha sido associado aos domínios íntimos na configuração dos domínios usada (cf. secção 2.3.1. do capítulo 2), dada a relação de intimidade e proximidade dos amigos/colegas nessa faixa etária, optou-se por analisar os resultados do cruzamento desse tipo de pessoas juntamente com os tipos de pessoas associados aos domínios informais, tendo em consideração que amigos/colegas dos inquiridos são pessoas da sua idade.

Os resultados obtidos permitem formular três hipóteses para os domínios informais: (1) haver apenas um ténue indício de tendência de extensão do uso da LP para os domínios menos formais, tendo em conta os valores destacados atribuídos à audição de LCV/LP em determinados lugares/circunstâncias (restaurantes, bares, cafés,..., recintos desportivos e locais de lazer) de determinadas pessoas (amigos/colegas, pessoas mais novas, pessoas da sua idade e conhecidos); (2) serem essas pessoas as que expandem a LP; e esses lugares/ circunstâncias os preferidos para a extensão da LP para os domínios informais; e (3) admitir que os jovens intervêm na extensão do uso da LP para os domínios informais, considerando que conhecidos dos inquiridos também são jovens. Com efeito:

(i) no caso do subgrupo dos inquiridos que diz ouvir habitualmente a LCV de cada um dos tipos de pessoas considerados nos cruzamentos, os dados apontam para o distanciamento dos valores da LCV nos lugares/circunstâncias indicados, seguido dos valores de 'os dois' e depois dos da LP (ordem LCV – LCV/LP – LP). Neste subgrupo de inquiridos, apenas o destaque do valor das percentagens atribuídas a LCV/LP nos recintos desportivos, locais de lazer e restaurantes, bares, cafés,... concorre para a hipótese de tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais.

⁶¹ A soma não é de 100% por esses valores não serem exclusivos.

⁶² Cf. TCs. 5.15.2; 5.15.3; 5.15.8.; 5.15.10 e 5.15.11, do Anexo 5

Capítulo 3. 1. Análise do questionário

Esses valores são: (i) amigos/colegas X recintos desportivos (13.8%), locais de lazer (10.1%), restaurantes, bares, cafés,... (23.6%); (ii) conhecidos X recintos desportivos (14.1%), X locais de lazer (10.1%) e X restaurantes, bares, cafés,... (24.7%); (iii) pessoas sem instrução X recintos desportivos (16.0%), X locais de lazer (12.8%) e X restaurantes, bares, cafés,... (29.1%); (iv) pessoas mais novas X recintos desportivos (13.3%) e X restaurantes, bares, cafés,... (22.6%); (v) pessoas da sua idade X recintos desportivos (13.7%) e X restaurantes, bares, cafés,... (22.6%).

(ii) de entre o subgrupo de inquiridos que diz ouvir habitualmente as duas línguas de cada um dos tipos de pessoas considerados nos cruzamentos, alguns resultados também apontam para alguma extensão da LP para os domínios informais: i) os valores relativamente altos com que LCV/LP são simultaneamente ouvidas em determinados lugares/circunstâncias; ii) a grande aproximação dos valores atribuídos a LCV/LP e a LCV, noutros; e iii) o maior valor de LCV/LP, noutros ainda.

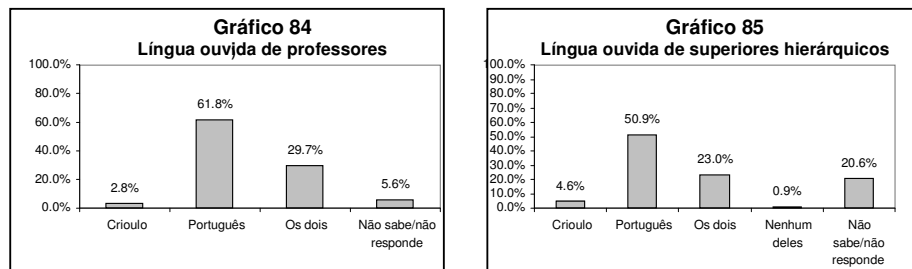
Os valores referidos acima são: (i) amigos/colegas X intervalo das aulas (29.4%); conhecidos X lojas (21.1%); pessoas mais novas X recintos desportivos (29.1%) e X locais de lazer (26.1%); (ii) amigos/colegas X restaurantes, bares, cafés,... (LCV – 45.5%/ 'os dois' – 42.6 %); e (iii) pessoas mais novas X restaurantes ('os dois' – 50.8 % / LCV – 39.4 %).

(iii) contudo, a esses dados contrapõem-se outros que concorrem para a hipótese de uma fraca tendência de extensão da LP para os domínios informais: (i) os baixos valores obtidos para 'ouvir habitualmente LP dessas pessoas, os quais nunca ultrapassam os 5%, razão por que esse contexto não foi considerado na análise; e (ii) a irrelevância da percentagem com que as duas línguas simultaneamente (LCV/LP) são ouvidas de determinadas pessoas, por parte do subgrupo de inquiridos que diz ouvir habitualmente a LCV desses tipos de pessoas.

Os valores referidos em (ii) acima são: amigos/colegas X vizinhança (3.8%), X cantina escolar (5.8%) e X intervalos das aulas (8.8%); conhecidos X vizinhança (4.5%), X mercado (5.2%) e X lojas (7.7%); pessoas sem instrução X lojas (9.8%) e X mercado (6.2%); pessoas mais novas X vizinhança (4.4%), X mercado (3.8%), X lojas (6.2%) e X locais de lazer (9.1%); e pessoas da sua idade X vizinhança (3.3%), X mercado (4.5%), X lojas (7.4%) e X locais de lazer (9.5%).

3. *Pessoas dos domínios formais (professores, superiores hierárquicos, autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas) X lugares/ circunstâncias dos domínios informais (intervalos das aulas, cantina escolar, vizinhança, recintos desportivos, mercado, lojas, locais de lazer e restaurantes, bares, cafés,..)*

Resultados anteriores já tinham evidenciado que os inquiridos⁶³, habitualmente, não ouvem a LCV de professores e dos superiores hierárquicos, pessoas associadas ao domínios formais:



Gráficos 84 e 85 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida de professores e superiores hierárquicos

Ora, os resultados deste terceiro cruzamento⁶⁴ confirmam a manutenção do uso da LCV nos lugares/circunstâncias informais, mesmo por parte de pessoas do tipo formal. Sustentam esta conclusão:

(i) uma evidente manutenção da LCV nesses lugares/circunstâncias por parte dessas pessoas, com a ordem de uso LCV – LCV/LP – LP, tal como previsto para as situações informais: a LCV ocupa sempre a primeira posição como a língua ouvida dessas pessoas nesses lugares.

Os valores atribuídos à LCV situam-se entre os 62.0% e os 93.0%, a LP ocupa um inequívoco terceiro lugar, com valores oscilando entre os 0.4% e os 9.6% e as duas línguas (LCV/LP) ocupam a posição intermédia, com valores mais oscilantes entre si: 4.1% e 38.9%.

(ii) o único sinal, de extensão média da LP, advém dos dados relativos a pessoas mais velhas X restaurantes, bares, cafés,..., de entre os inquiridos que habitualmente ouvem pessoas mais velhas a falar as duas línguas já que LCV/LP ocupa o primeiro lugar, o valor da LCV aproxima-se do de LCV/LP e a LP ocupa um evidente terceiro lugar (LCV/LP, 46.5% – LCV, 40.7% – LP, 5.5%).

⁶³ Cf. TFD75 e 76, Anexo 4

⁶⁴ Cf. no Anexo5, TCs 5.15.4.2 e 3 para professores; TCs 5.15.5.2. para superiores hierárquicos; TCs 5.15.6.2. para autoridades; TCs 5.15.7.1, 2, 4, 7 e 8 para pessoas instruídas; e TCs 5.15.13.2., 3, 4, 6, 9 e 10 para pessoas mais velhas

(iii) os valores que são atribuídos à audição de LCV/LP nos intervalos das aulas são superiores aos valores dessa audição na cantina escolar, de entre os inquiridos que ouvem as duas línguas dos professores (LCV/LP); se calhar porque na cantina os inquiridos ouvem os professores a falar entre si, prevalecendo a LCV nessa interacção.

Esses dados são: (i) de entre aqueles que ouvem os professores a falar LP, 13.6% ouve LCV/LP nos intervalos e 8.2% na cantina; e (ii) dos inquiridos que ouvem os professores a falar LCV/LP, 17.4% ouve LCV/LP nos intervalos e 9.5% na cantina; (ii) são irrelevantes os dados da audição de LP e LCV/LP na cantina escolar (LP, 1.2% e LCV/LP, 0.4%).

Os resultados da análise das perguntas abertas 38.1. e 38.2 (cf. nota de rodapé 30), validam algumas destas conclusões pois: (i) restaurantes e locais de lazer são retomados como lugares /circunstâncias de extensão do uso da LP (P.38.2) para os domínios informais por parte dos jovens, tal como a interpretação dos dados estatísticos já apontara (cf. secção 3.1.3.2.2.); e (ii) amigos e colegas surgem como o tipo de pessoas que juntamente com pessoas da idade dos inquiridos e mais novas intervêm na extensão do uso da LP para esses lugares /circunstâncias.

Com efeito, como pessoas com quem normalmente falam a LP, mas gostariam de falar a LCV (P38.2.) os inquiridos citam alguns amigos e colegas, amigos portugueses e familiares e amigos que só falam LP/são portugueses/vivem em Portugal e conhecidos. Desse modo, volta a destacar-se o papel dos familiares emigrantes em Portugal na extensão da LP para os domínios menos formais (cf. secção 3.1.3.2.1), mormente quando outras categoriais relacionadas com comunicação (via telefone ou internet) – e que não constavam da tipologia lugares/circunstâncias indicadas no questionário – são apontadas espontaneamente pelos inquiridos.

O facto de pessoas da sua idade e pessoas mais novas não terem sido mencionadas, não diminui a conclusão da análise anterior, pois pessoas com esse perfil etário (com quem lidam regularmente) continuam a ser amigos/colegas e conhecidos. Esses resultados concorrem também para a formulação da hipótese da convergência (cf. secções 3.1.2.3.2. e 3.1.3.1.6.), pela adequação da língua ao interlocutor, aspecto este que será aprofundado adiante.

Apesar de 'vizinhança' ter sido identificado como um dos lugares/circunstâncias em que predomina a LCV (cf. secção 3.1.3.1.1.), as respostas a estas perguntas abertas destacam-na como um lugar/circunstância onde se fala a LP, mas se gostaria de falar a LCV. A maior parte das citações (22/28) provém de escolas localizadas na Ilha de Santo

Antão: 1 citação da Escola Januário Leite no Conselho do Paul, uma das escolas que configuram o rural e 21 da Escola Suzete Delgado, Conselho da Ribeira Grande. Esta última, embora situada num meio classificado como urbano, recebe alunos de várias localidades tidas como rurais, para além de a ilha ainda ter bastantes características do meio rural no geral e de tradicionalmente as pessoas de Santo Antão serem tidas como os cabo-verdianos que mais gostam de falar português, correntemente. Resultados posteriores (cf. secção 3.1.3.3.4.1.) mostram que, de facto, este lugar/circunstância é um local de extensão do uso da LP no meio rural.

‘Comícios’ é citado uma vez na LP, mas não na LCV, quando os dados da análise estatística (cf. secção 3.1.3.2.1.) já o haviam identificado como um lugar de muito forte extensão da LP, ocupando as duas línguas conjuntamente (LP/LCV) o valor mais alto de entre as línguas ouvidas nos comícios. Tendo em conta a faixa etária dos inquiridos, esta citação só pode ser entendida como local/circunstância de interacção com os presentes.

Sustentam ainda estes comentários, os seguintes resultados:

(i) *Restaurantes e locais de lazer*: são os mais citados de entre os que já eram referidos no questionário (15 e 12 respectivamente), sendo seguidos de lojas/mercado (6 citações), recintos desportivos e cantina escolar (3 citações cada) e intervalos das aulas (1 citação);

(ii) *Vizinhança*: 28 citações (21 da Escola Suzete Delgado; e 1 da Escola Januário Leite).

(iii) *Outras categorias*: LP – ‘Viagens (para Portugal e Brasil)’ (17 citações) e ‘falar ao telefone’ (12 citações) e ‘falar na internet’ (10 citações); LCV – ‘ao telefone’ tem um número maior de citações (16), ‘viagens’ apenas 1 citação e ‘internet’ não é referido.

Os resultados da análise das respostas à pergunta 39 também concorrem para a confirmação dos resultados da análise estatística, relativamente aos domínios informais. Além disso, revelam alguma extensão da LP para esses domínios e a sua aceitação, nomeadamente quanto a ‘conhecidos’, ‘assuntos’, e ‘restaurantes e bares, recintos desportivos e locais de lazer’. A leitura sistematizada dos dados que sustentam estes comentários estão no Anexo 12.5.

A adequação da língua ao interlocutor (estratégia de convergência) é retomada neste ponto para se mostrar como os resultados de análise das perguntas abertas 38 e 39 (cf. notas de rodapé 30 e 45) também concorrem para a sua evidência via: i) as intenções comunicativas com que esses falantes podem usar a LP e que não são referidos para a LCV (P. 38.1); ii) as citações da LCV como língua usada com pessoas que não sabem a LP, ao passo que a LP nunca é citada nesse contexto; e iii) por sua vez,

a LP e não a LCV, que também não é citada uma única vez nesse contexto, ser a língua para falar com falantes monolíngues de LP, i.é., pessoas que não sabem a LCV. Esses resultados são reforçados pelos provenientes da análise da P. 39.

Os resultados referidos acima são:

- (i) 'Intenção comunicativa' (P. 38.2): 'responder a alguém que se lhe dirigiu em LP' (5 citações);
- (ii) 12 nomeações para a LCV como a língua usada com pessoas que não sabem a LP (P. 38.1), com zero para a LP (P. 38.2);
- (iii) 225 citações da LP (P. 38.2.) como a língua para falar com falantes monolíngues de LP, i.é., pessoas que não sabem a LCV e zero para a LCV (P. 38.1);
- (iv) 74 citações, equivalendo a 3.26% das respostas 'falam LP, mas gostariam de falar LCV' (P. 39.2) com monolíngues de LP (pessoas que não sabem LCV/portugueses); mas 18 citações/0.76% para 'falar LCV, mas gostar de falar LP' com esses mesmos falantes (P. 39.1).

3.1.3.3.1.2. Extensão da LCV para lugares e circunstâncias formais

Como se percebe dos resultados anteriores, a LCV⁶⁵ é a língua habitualmente mais ouvida dos amigos/colegas, pessoas mais novas, 'da sua (inquiridos) idade' e conhecidos (pessoas dos domínios íntimos e informais), embora LCV/LP também sejam ouvidas deles, com valores relevantes. Por isso, para verificar como esse tipo de pessoas opera na extensão do uso da LCV, observaram-se os dados do cruzamento desses tipos de pessoas com determinados lugares/circunstâncias dos domínios formais e onde predomina ouvir habitualmente a LP (repartições públicas e similares, locais de culto, cerimónias oficiais e reuniões de associações e/ou grupos)⁶⁶.

O esperado nesses lugares/circunstâncias é que, não havendo extensão do uso da LCV, os valores obtidos coloquem o uso das línguas na ordem LP – LCV/LP – LCV, conforme previsto na escala de tendência de extensão das línguas (cf. secção 2.3.1. do capítulo 2); e, em caso de uma evidente tendência de extensão dessa língua, a ordem seja LCV – LCV/LP – LP, o que também concorreria para a confirmação da hipótese de que são sobretudo os jovens que expandem a LCV para os domínios mais formais.

Para verificar a extensão do uso da LCV para os lugares/circunstâncias mais formais, foram elaborados dois cruzamentos: 1. pessoas dos domínios íntimos e informais X lugares/circunstâncias dos domínios formais – entre os domínios informais

⁶⁵ Cf. TF D. 72, 73, 79, 85 e 86, Anexo 4

⁶⁶ Cf. TF D. 98, 100, 101 e 104, Anexo 4

e os formais; e 2. pessoas do tipo formal X lugares/circunstâncias formais – domínio formal absoluto.

Ora, os resultados do primeiro cruzamento⁶⁷, como pode ser conferido nos resultados que sustentam esses comentários e que estão sistematizados no Anexo 12.6., mostram:

(i) *cerimónias oficiais*: ausência de tendência de extensão do uso da LCV por parte de amigos/colegas, pessoas mais novas, pessoas da sua idade e conhecidos dos inquiridos, tanto de entre aqueles que habitualmente ouvem pessoas da sua idade e mais novas a falar a LCV, como de entre aqueles que ouvem esse tipo de pessoa a falar LCV/LP. Com efeito, os valores colocam as línguas sempre na ordem LP – LCV/LP – LCV, sendo que o valor da LP é substancialmente distanciado do de LCV/LP e depois de LCV.

(ii) *repartições públicas, hospitais, bancos, etc.*, seguidas das *reuniões de associações e/ou grupos* e, depois, *dos locais de culto*: indícios evidentes, embora globalmente fracos, de extensão da LCV, por esse tipo de pessoas, quer de entre aqueles de quem é ouvida a LCV como daqueles de quem são ouvidas LCV/LP.

Esses resultados conjugados com o que já havia sido observado (cf. secção 3.1.3.2.3. e acima nesta secção) levam a admitir que os jovens intervêm não só na extensão do uso da LP para os domínios informais como na da LCV para os domínios formais, com excepção das cerimónias oficiais. Com efeito, apontam para os tipos de pessoas associados aos domínios menos formais que concorrem para a extensão da LCV para os lugares formais e ainda para o facto de a LP não ser a língua exclusiva dos lugares/circunstâncias considerados, com excepção das cerimónias oficiais.

Assim, e quanto aos tipos de pessoas envolvidos, tem-se: (i) 'conhecidos' – vectores, embora não relevantes, da tendência de extensão do uso da LCV para os domínios formais, especificamente para os locais de culto; (ii) 'amigos/colegas' – concorrem para a fraca tendência de extensão do uso da LCV para lugares/circunstâncias formais, especificamente para as reuniões de associações e/ou grupos; (iii) 'pessoas da idade dos inquiridos e mais novas' – factores de extensão do uso da LCV para os locais de culto, embora não de modo forte, o que se deve sobretudo

⁶⁷ Cf. Anexo 5: TC 5.15.3.5. para conhecidos; TC 5.15.2.7. para amigos/colegas; TCs 5.15.11.5, 7, 8 e 11. para pessoas da idade dos inquiridos; e TCs 5.15.10.5, 7, 8 e 11. para mais novas) e TC 5.15. 8. 3,5, 6 e 9 para pessoas sem instrução.

àqueles de quem são ouvidos habitualmente a LCV e a LP; (iv) ‘pessoas sem instrução’ – factores de uma fraca mas evidente tendência de extensão do uso da LCV para os domínios mais formais.

Quanto ao segundo cruzamento (*domínio formal absoluto*), ele envolve pessoas do tipo formal (professores, superiores hierárquicos, autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas) X lugares/circunstâncias formais (salas de aulas, cerimónias oficiais, reuniões de associações e/ou grupos, repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e locais de culto).

Os resultados desses cruzamentos apontam para o facto de haver alguma extensão da LCV sobretudo para as reuniões de associações e/ou grupos e repartições públicas, hospitais, bancos, etc. seguidas dos locais de culto; e que os tipos de pessoas considerados não são vectores importantes dessa extensão, participando nela na seguinte ordem: autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas a que se seguem os superiores hierárquicos, ficando os professores na última posição.

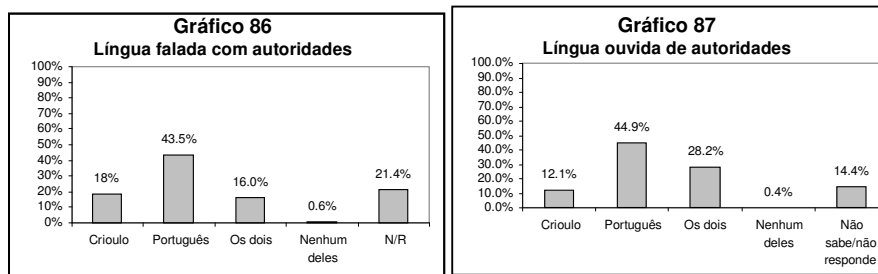
O destaque atribuído às autoridades, pessoas instruídas e mais velhas deve-se a⁶⁸:

- i) serem relevantes os dados sobre a audição da LCV deles pelos inquiridos;
- ii) haver uma evidente ou mesmo muito forte tendência de extensão da LCV para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e reuniões de associações e/ou grupos e mesmo para as cerimónias oficiais, em que a extensão está praticamente ausente, de entre aqueles que ouvem a LCV desses tipos de pessoas e nesses lugares/circunstâncias; e ainda
- iii) verificar-se sinais fracos e médios de tendência de extensão do uso mesmo entre os que ouvem LCV/LP dessas pessoas.

Com efeito, embora a LP prevaleça na interacção dos inquiridos com as autoridades⁶⁹ tanto a LCV como a LCV/LP atingem valores importantes. E esses valores também são relevantes quando os inquiridos são questionados sobre a língua que ouvem habitualmente de autoridades, dados esses também importantes nas repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e cerimónias oficiais, pelo que todos esses dados serão considerados.

⁶⁸ Cf. TF D 75, 76, 77, 78 e 84, Anexo 4

⁶⁹ Cf. TF D7 e 77, Anexo 4



Gráficos 86 e 87 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada (com) e ouvida (de) autoridades

A esses dados acrescenta-se o facto de a análise das tabelas de cruzamento⁷⁰ dos dados de autoridades com os das repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e cerimónias oficiais apontarem para alguma tendência de extensão da LCV nas repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e uma mesmo muito incipiente tendência de extensão da LCV para as cerimónias oficiais. Assim, fica evidente que as autoridades têm alguma relevância na tendência de extensão do uso da LCV para os lugares/circunstâncias mais formais.

Com efeito, os dados sugerem:

(i) uma evidente tendência de extensão da LCV para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e ausência de tendência de extensão dessa língua para as cerimónias oficiais, embora essa ausência seja atenuada pela evidente aproximação dos valores de LCV/LP e LCV, de entre os inquiridos que habitualmente ouvem a LCV de autoridades;

(ii) ausência de tendência de extensão da LCV para as repartições, apesar da relativa proximidade dos valores; e o mesmo se verifica nas cerimónias oficiais, apesar de aqui se verificar valores muito próximos entre LCV/LP e LCV, de entre os inquiridos que habitualmente ouvem a LP das autoridades; e

(iii) uma clara média tendência de extensão da LCV para as repartições, tendo em conta o valor destacado de LCV/LP na primeira posição e o evidente terceiro lugar de LP; e uma fraca tendência de extensão da LCV para as cerimónias oficiais, com um evidente terceiro lugar da LCV e valores próximos de LCV/LP e da LP, de entre os inquiridos que ouvem LCV/LP das autoridades.

Os valores que sustentam esses comentários são: (i) de entre os inquiridos que habitualmente ouvem a LCV de autoridades: i) nas repartições (cf. TC. 5.15.6.1.): 57.7% ouve a LCV, 26.0% ouve LCV/LP e 12.6% a LP; e ii) nas cerimónias

⁷⁰ Cf. TCs 5.15.6.1.e 3., Anexo5

oficiais (cf. TC. 5.15.6.3.), 45.6% ouve LP, 24.7% ouve LCV/LP e 22.3% LCV; (ii) de entre os inquiridos que habitualmente ouvem a LP das autoridades: i) 39.8% ouve essa língua nas repartições, 33.0% ouve LCV/LP e 21.2 % ouve LP; ii) nas cerimónias oficiais: LP, 56.5 % – LCV/LP, 18.7% – LCV, 13.8%; (iii) de entre os inquiridos que ouvem LCV/LP das autoridades, verifica-se: i) nas repartições: LCV/LP, 61.8% – LCV, 22.3% – LP, 12.5%, média tendência de extensão; e ii) nas cerimónias oficiais (LCV/LP, 39.0% – LP, 38.6% – LCV, 11.2%), uma fraca tendência de extensão da LCV, com um evidente terceiro lugar da LCV e valores próximos de LCV/LP e LP.

Os dados das tabelas de cruzamento de pessoas instruídas com repartições, locais de culto, cerimónias oficiais e reuniões de associações e/ou grupos⁷¹ apontam para alguma tendência de extensão do uso da LCV sobretudo para as reuniões de associações e/ou grupos e para as repartições. Com efeito são esses os lugares/circunstâncias que se destacam na análise em foram considerados os dados relativamente a todas as possibilidades (LP, LCV, LCV/LP), verificando-se:

(i) ausência de tendência de extensão da LCV em todos esses lugares/circunstâncias, de entre os inquiridos que habitualmente ouvem pessoas instruídas a falar português.

Com efeito: i) a ordem mantém-se como esperada (LP – LCV/LP – LCV) nas repartições públicas, hospitais, bancos, etc. (cf. TC. 5.15.7.3), ainda que, os valores sejam próximos entre si – LP (39.0%), LCV/LP (32.6%) e LCV num evidente terceiro lugar (23.8%); ii) nos locais de culto (cf. TC. 5.15.7.5.), essa ordem é bem demarcada com a LCV também num evidente terceiro lugar (LP, 42.8% – LCV/LP, 34.8% – LCV, 15.0%); iii) já nas cerimónias oficiais (cf. TC. 5.15.7.6), ocorre um destaque evidente para LP (59.2%), e valores próximos de LCV/LP (18.4%) e LCV (11.9%); e iv) nas reuniões de associações e/ou grupos (cf. TC. 5.15.7.9), os valores estão muito próximos entre si (LP, 38.1% – LCV/LP, 28.2% – LCV, 24.7%).

(ii) uma nítida tendência de extensão da LCV, tendo em conta as diferentes ordens que as línguas recebem em função dos valores que lhes são atribuídos, de entre os inquiridos que habitualmente ouvem a LCV e a LP de pessoas instruídas.

Os dados mostram: i) uma tendência de extensão média da LCV para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e para as reuniões de associações e/ou grupos, com destaque de LCV/LP e uma evidente terceira posição da LCV, sendo os dados para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. (LCV/LP, 59.7% – LCV, 22.9% – LP, 14.8%) e para as reuniões de associações e/ou grupos (LCV/LP, 57.4% – LCV, 22.9% – LP, 12.3%); ii) uma tendência de extensão fraca nos locais de culto (LCV/LP, 53.3 % – LP, 28.6 % – LCV, 10.6%), com um evidente destaque de LCV/LP e um terceiro lugar de LCV; e iii) uma ausência de tendência de extensão nas cerimónias oficiais (LP – LCV/LP – LCV), com um evidente terceiro lugar da LCV (10%) e LP (44.5%) e LCV/ LP (38.2%) com valores próximos.

⁷¹ Cf. TCs 5.15.7. 3, 5, 6, e 9, Anexo5

(iii) tendência de extensão do uso da LCV, quanto ao subgrupo de inquiridos que diz ouvir habitualmente as pessoas instruídas a falarem LCV.

Esses dados mostram: i) uma evidente tendência de extensão da LCV para as reuniões de associações e/ou grupos, (LCV, 42.6% – LCV/LP, 25.4% – LP, 21.3%), com valor destacado da LCV e valores próximos de LCV/LP e LCV; ii) uma muito forte tendência de extensão da LCV para as repartições (LCV, 45.1% – LP, 25.0% – LCV/LP, 24.6%), com LP e LCV/LP apresentando valores próximos; iii) uma forte tendência de extensão da LCV para as cerimónias oficiais (LP, 40.2% – LCV, 29.1% – LCV/LP, 21.7%), com a LCV numa evidente segunda posição e valores próximos de LCV/LP); e iv) uma manifestação de ausência de extensão da LCV para os locais de culto (LP, 35.7% – LCV/LP, 29.1% – LCV, 25.8%), apesar dos valores próximos das três variáveis.

No que respeita às pessoas mais velhas⁷², recorde-se que delas a maioria dos inquiridos ouve predominantemente a LCV, que a LCV/LP atinge um valor importante e que é irrelevante a percentagem daqueles que diz ouvir português delas, indiciando que esse tipo de pessoas constitui um factor de extensão da LCV.

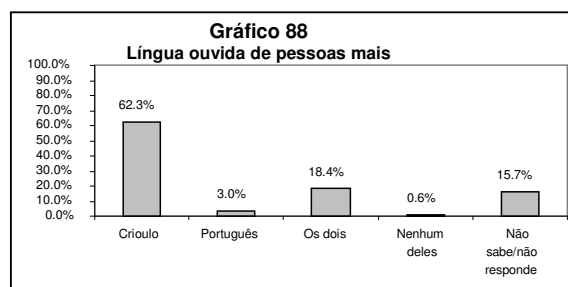


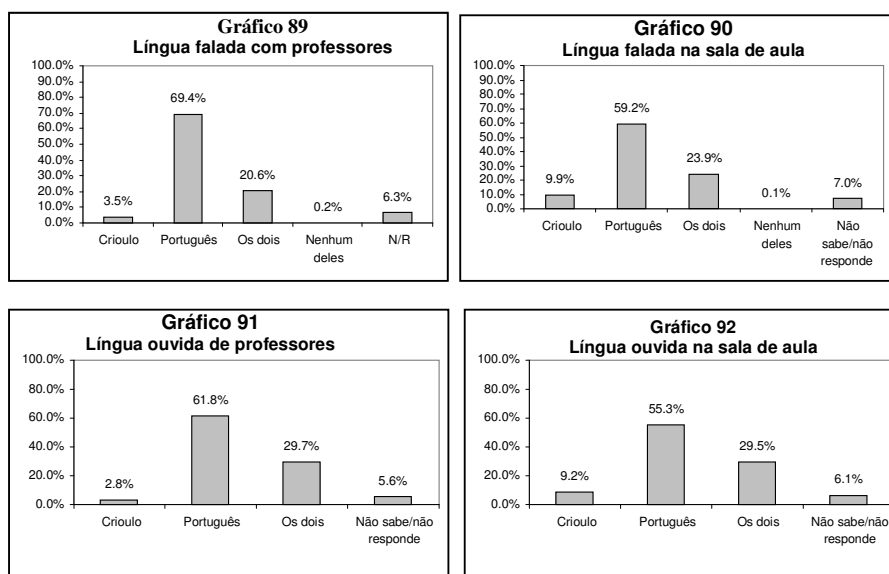
Gráfico 88 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida de pessoas mais velhas

E os resultados do cruzamento de pessoas mais velhas com repartições, locais de culto, cerimónias oficiais e reuniões de associações e/ou grupos⁷³ também apontam para uma incipiente tendência de extensão da LCV por parte dessas pessoas e também para o facto de ela ser preferencial para as repartições públicas, etc. e reuniões de associações e/ou grupos, depois para os locais de culto e de não ocorrer para as cerimónias oficiais. Essa tendência de extensão é mais expressiva por parte do subgrupo dos inquiridos que diz habitualmente ouvir a LCV dessas pessoas (62.0% dos inquiridos) do que por parte daqueles inquiridos que dizem ouvir as duas línguas (18.4%). A leitura sistematizadas desses resultados pode ser conferida no Anexo 12.7.

⁷² Cf. TF D84, Anexo 4

⁷³ Cf. TCs 5.15.9.5, 7, 8 e 11, Anexo5

No que respeita aos professores, recorde-se, antes de mais, que é com eles que a LP é aprendida (cf. secção 3.1.2.2.), mesmo por aqueles que dizem ter a LP como L1⁷⁴. Ademais: a LP é a língua que prevalece na interacção entre eles e os inquiridos e na sala de aula; é ainda a LP que os inquiridos mais ouvem dos professores e na sala de aula, sendo mesmo irrelevante a percentagem dos inquiridos que diz ouvir a LCV dos professores:



Gráficos 89 a 92 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada (com) e ouvida (de) dos professores e na sala de aula

Contudo, alguns dos valores patentes nesses gráficos, nomeadamente para o uso das duas línguas e mesmo para o ouvir a LCV na sala de aula (quase 10%) indiciam a presença da LCV na interacção professor/aluno e na sala de aula.

Indícios desse facto já haviam surgido na análise (cf. secção 3.1.2.2.) apontando para o uso da LCV na sala de aula no ensino básico (E.B.I.). E também ficou evidente (cf. secção 3.1.3.2.3.) que, de entre as razões apresentadas pelos inquiridos para o uso da LCV com o professor predominam as vinculadas ao melhor domínio e a uma maior aproximação afectiva com a LCV.

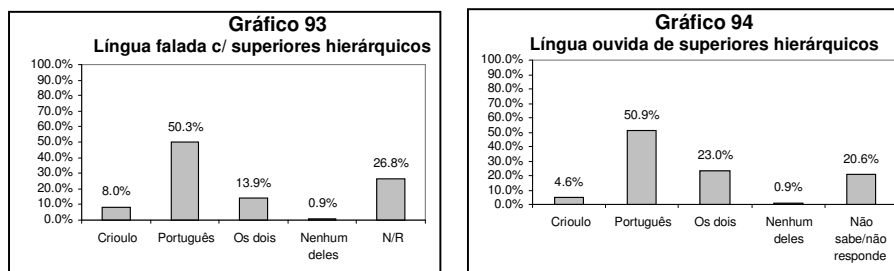
Por tudo isso, para aprofundar o conhecimento sobre o papel dos professores, procedeu-se ao cruzamento dos dados referentes à língua habitualmente ouvida de professores com os dados de sala de aula, cerimónias e reuniões de associações e/ou

⁷⁴ Cf. TF B14, D5, D45, D93 e D75, Anexo 4

grupos⁷⁵. Na análise apenas foram considerados os dados referentes àqueles que ouvem a LP e LCV/LP, dada a irrelevância dos referentes a LCV.

Ora, os resultados desses cruzamentos (cf. leitura sistematizada no Anexo 12.8.) confirmam que os professores concorrem muito pouco para a tendência de extensão do uso da LCV para lugares/circunstâncias formais. Essa extensão ocorre nas reuniões de associações e ou grupos e ela é manifestada sobretudo por parte de 29.7% dos inquiridos que diz ouvir LCV/LP dos professores.

Quanto aos superiores hierárquicos⁷⁶ recorde-se que a LP domina na interacção entre eles e os inquiridos e que ela é também a língua que os inquiridos mais ouvem desse tipo de pessoas. Contudo, o valor obtido por LCV/LP, tanto na primeira situação como na segunda, aponta para extensão de uso da LCV por parte desse tipo de pessoa.



Gráficos 93 e 94 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente falada (com) e ouvida (de) superiores hierárquicos

Esses dados são aprofundados com o cruzamento dos dados relativos às línguas ouvidas de superiores hierárquicos com repartições públicas, hospitais, bancos, etc., cerimónias oficiais e reuniões de associações e/ou grupos, sendo que os resultados relativos à LCV, por irrelevantes, serão desconsiderados na análise⁷⁷. Os resultados (cf. leitura sistematizada no Anexo 12.9.) sugerem um papel igualmente pouco relevante dos superiores hierárquicos na tendência de extensão do uso da LCV para esses lugares/circunstâncias formais, em função dos valores relativos aos inquiridos que dizem ouvir LCV/LP nas reuniões de associações e/ou grupos, seguidas das repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e finalmente, das cerimónias oficiais.

Os resultados da análise das perguntas P. 38.1. e 38.2. também apontam para uma fraca tendência de extensão do uso da LCV para os domínios formais, embora mais acentuada do que a da LP para os domínios informais. E também para o tipo de pessoas

⁷⁵ Cf. TCs 5.15.4.1.4 e 5., Anexo 5.

⁷⁶ Cf. TF D6 e D76, Anexo 4

⁷⁷ Cf. TCs 5.15.5.1., 3 e 4., Anexo 5

que nela participam (autoridades, pessoas instruídas, pessoas mais velhas e professores) e os lugares/circunstâncias em que ela ocorre (reuniões de associações e/ou grupos, repartições públicas, bancos, hospitais, etc. e locais de culto religioso).

Assim, quanto aos lugares/circunstâncias em que se efectiva a extensão da LCV:

(i) *cerimónias oficiais*: não são citadas uma única vez como um dos contextos onde usam a LCV (P. 38.1), concordando com o resultado dantes evidenciado de que eles não concorriam para a extensão da LCV para esse contexto;

(ii) *repartições e similares, reuniões e locais de culto*: resultados praticamente idênticos aos da análise estatística que os apontava como os lugares/circunstâncias de extensão da LCV para os domínios formais, na P. 38.1., que indagava sobre os contextos de uso da LCV: retirando 'escola' que tem o maior número de citações, mas que não aparecia assim indicado no questionário, o maior número de citações nestas perguntas abertas vai para esses locais, embora na ordem locais de culto> repartições> reuniões.

Outras categorias indicadas espontaneamente pelos inquiridos para o uso da LP (P.38.2.) e que não referidas para a LCV são: visitas de estudo (25 citações), responder a entrevistas (10), estudo (6), biblioteca (4).

Os resultados da análise da P. 39, além de apontarem para a aceitação da extensão do uso da LCV, corroboraram os resultados quanto às pessoas que são vectores de extensão da LCV para os domínios formais, numa ordem praticamente idêntica à evidenciada pela análise estatística (autoridades> estranhos/desconhecidos> pessoas instruídas> pessoas mais velhas), exceptuando os tipos de pessoas que não eram referidos nas perguntas fechadas do questionário (professores fora da sala de aula e estrangeiros/turistas e padre) e acrescentando apenas estranhos/desconhecidos.

E não deixa de ser interessante ainda: a) a contextualização da escolha da LCV para falar com o professor (fora da sala de aula), uma vez que a distinção sala de aula VS fora dela surge como um dos factores para a escolha de língua na interacção com o professor (cf. análise P. aberta 41, secção 3.1.3.2.3.); e b) a citação de estrangeiros e turistas (P. 39.2.), apontando a LP como a língua de comunicação internacional (cf. secção 3.1.3.1.6.); e c) ainda de 'padre, para falar e/ou confessar', quando locais de culto religioso é um dos lugares/circunstâncias identificados na análise estatística como de extensão da LCV para os domínios formais. Uma leitura sistematizada dos resultados obtidos para essas pessoas podem ser lidos no Anexo 12.10.

Os resultados da análise da P.39. também confirmam os da análise estatística quanto aos lugares/ circunstâncias em que ocorre a extensão da LCV para os domínios formais, para além de apontarem para a aceitação dessa extensão, exceptuando o contexto escolar. Com efeito, são indicados pelos dados mais relevantes cuja sistematização pode ser encontrada no Anexo 12.11:

(i) evidências de extensão da LCV para os domínios formais com a sua aceitação via os lugares/situações já destacados pela análise estatística: 'repartições públicas, hospitais, bancos, etc.> 'reuniões de associações e/ou grupos'> 'locais de culto> 'intervenções públicas'> 'cerimónias oficiais.

(ii) extensão ténue, com aceitação para as salas de aula, apesar da sua contenção pela adequação às regras estabelecidas, dado o valor obtido pela subcategoria 1.1., 'adequação às regras estabelecidas' no quadro da análise à P.41 (cf. secção 3.1.3.2.3);

(iii) relativa baixa aceitação da extensão da LCV para o âmbito escolar, evidenciado pelo facto de a 'salas de aula' se seguir imediatamente 'escola' que não era referido no questionário e ainda pela natureza e valores de outras categorias relacionadas.

Em suma: o resultado global desta subsecção de análise confirma a hipótese inicial de a LCV dominar nos domínios íntimos/informais, com uma fraca tendência de extensão do uso da LP para esses domínios, sobretudo por parte dos jovens e para os restaurantes, bares, cafés... recintos desportivos e locais de lazer, sendo que mesmo as pessoas dos domínios formais tendem a usar LCV nos lugares/circunstâncias informais.

Quanto aos domínios formais, os resultados também confirmam o predomínio da LP. Contudo, a observação conjugada dos dados relativos a pessoas informais e formais X lugares/ circunstâncias formais apontam para a extensão do uso da LCV para esses domínios, mas não tão acentuada como os resultados iniciais levaram a admitir. Tudo isso leva a avaliar a extensão da LCV para os domínios formais como quantitativamente maior do que a da LP para os domínios informais.

Ademais, essa extensão acontece primeiro para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e reuniões de associações e/ou grupos e, depois para os locais de culto e bastante tenuemente para as cerimónias oficiais e salas de aula; para ela concorrem os jovens, mas também as pessoas de tipo formal, autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas e, em último lugar superiores hierárquicos e professores, estes últimos sobretudo para as reuniões de associações e/ou grupos.

3.1.3.3.2. *Cruzamento de factores: tipo de assuntos*

Tendo em conta que os tópicos da conversação também definem os domínios (cf. Capítulo 1, 1.1.3.2), para aprofundar a questão da restrição e/ou extensão de uso das línguas por domínios, buscou-se confrontar a língua habitualmente ouvida pelos inquiridos de alguns tipos de pessoas com a língua em que habitualmente ouvem determinados assuntos. Foram seleccionados aqueles que se afiguraram mais próximos da vivência dos inquiridos e apenas os cruzamentos com relevância, ou seja, aqueles em que os dados de partida tivessem o valor de 10% ou mais. Assim, foram produzidas nove possibilidades, no contínuo de domínios (íntimo → informal → formal) segundo a “Escala de Domínios” (cf. secção 2.3.1 do capítulo 2).

Os resultados da análise, como será demonstrado a seguir, evidenciam que os assuntos não constroem as hipóteses com que se vem trabalhando, antes confirmam i) a predominância da LCV nos domínios íntimos ainda que com sinais da presença da LP, quando se tende a sair deles; ii) uma fraca tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais, incidindo sobretudo em assuntos sociais; e iii) o predomínio da LP no formal, com uma extensão fraca da LCV, em função do assunto, sem que se possa desenhar uma eventual graduação.

3.1.3.3.2.1. *Extensão da LP em função de assuntos menos formais*

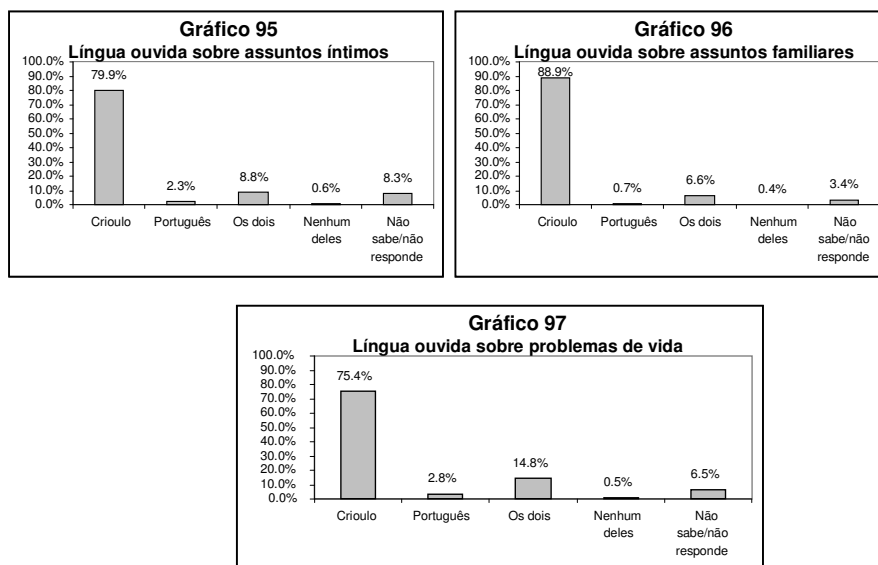
A predominância da LCV nos domínios íntimos e os sinais da presença da LP, quando se tende para domínios mais formais são revelados pelos cruzamentos que englobam os assuntos menos formais (íntimos e informais), como se mostra a seguir:

1. *Pessoas dos domínios íntimos (familiares e amigos/colegas) X assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida)⁷⁸ – domínio íntimo absoluto*

Os dados iniciais relativamente ao uso da LP para os assuntos associados aos domínios íntimos⁷⁹ indicam ausência de tendência de extensão do uso da LP para os domínios íntimos, em função dos assuntos íntimos e familiares e alguma extensão através dos valores de LCCV/LP para problemas de vida:

⁷⁸ Cf. TC. 5. 16.1.1,2 e 3 e TC 5.16.2.1, 2 e 3., Anexo 5

⁷⁹ Cf. TF D110 a 112, Anexo 4



Gráficos 95 a 97 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente ouvida a falar acerca de assuntos associados aos domínios íntimos

Por isso, dos resultados relativamente ao cruzamento indicado acima (domínio íntimo absoluto), só foram considerados, por relevantes, os dados relativos à LCV para assuntos íntimos e familiares; para problemas de vida, só não foram considerados os dados relativamente à LP, por irrelevantes⁸⁰.

Esses resultados mostraram que, em todos os casos, se mantém a ordem esperada nos domínios íntimos (LCV – LCV/LP – LP), com valor destacado da LCV e um evidente terceiro lugar da LP. A presença da LP nos domínios íntimos é indicada apenas por alguns valores importantes no contexto ainda que bastante distanciados do da LCV.

Esses valores são: (i) 13.1% atribuído à LCV, de entre aqueles que habitualmente ouvem os familiares a falar LCV sobre problemas de vida e (ii) os valores de LCV/LP para alguns assuntos, como sejam: i) 22.0% para assuntos íntimos, 26.5% para assuntos familiares e 27.8 % para problemas de vida, de entre aqueles que habitualmente ouvem os familiares a falar as duas línguas (LCV/LP); e ii) 16% para assuntos íntimos, 12.5% para assuntos familiares e 27.3%, para problemas de vida, de entre aqueles que habitualmente ouvem amigos/colegas a falar as duas línguas (LCV/LP).

A P. 38 contribui muito pouco para o esclarecimento do uso da língua nos domínios íntimos, em função dos assuntos. Com efeito, os inquiridos não acrescentaram nenhum assunto novo para estes domínios; e o único sinal de presença nele da LP é a referência a 'assuntos íntimos' e com apenas duas citações.

⁸⁰ Cf. TF D112, Anexo 4

Entre o domínio íntimo absoluto e o informal absoluto, foram realizados três cruzamentos, numerados na sequência do anterior. Os resultados desses cruzamentos, que revelaram alguma extensão do uso da LP para os domínios informais, são discutidos a seguir.

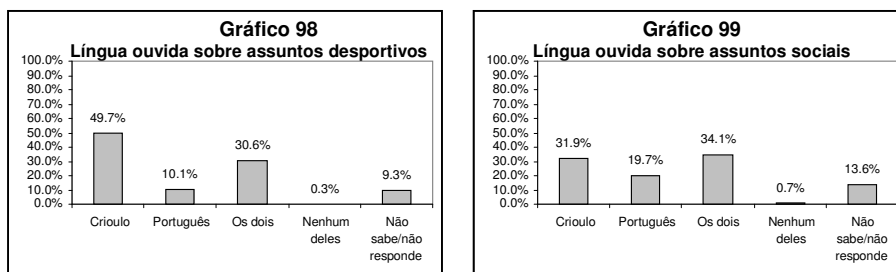
2. Pessoas dos domínios íntimos (familiares e amigos/colegas) X assuntos dos domínios informais (desportivos e sociais)

Nesses cruzamentos⁸¹ ocorre quebra na intimidade por terem sido considerados, para os assuntos dos domínios informais (desportivos e sociais), pessoas dos domínios íntimos. Os resultados obtidos revelam indícios de uma globalmente fraca extensão do uso da LP para os domínios informais, dependente do assunto. Essa extensão dá-se sobretudo na relação falantes de LP/assuntos sociais e, depois, bastante tenuemente, via os valores de LP em falantes da LCV/assuntos desportivos por parte de amigos e colegas.

Na verdade, a análise referente ao uso das línguas nos domínios informais, em função dos assuntos (cf. secção 3.1.3.2.2.), já tinha mostrado⁸² a tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais, no contexto do ouvir: 3.1.3.2.2.;3.1.3.3.2.

(i) *assuntos desportivos*: ausência de extensão da LP, pois a LCV ocupa um claro primeiro lugar e a LP uma evidente terceira posição, apesar de os valores da LCV e de LCV/LP não estarem muito distanciados;

(ii) *assuntos sociais*: fraca tendência de extensão do uso da LP, já que o valor mais alto vai para as duas línguas, seguindo-se-lhe a LCV com um valor quase igual e depois, com distanciamento, a LP, numa evidente terceira posição:



Gráficos 98 e 99 – Distribuição dos inquiridos por língua ouvida a falar acerca de assuntos associados aos domínios informais

⁸¹ Cf. TCs 5.16.1.7 e 8 e 5.16.2.8 e 9, Anexo 5

⁸² Cf. no Anexo 4: TF D117 para assuntos desportivos e TF D118 para assuntos sociais

Por essa razão, no contexto dos resultados dos cruzamentos, foram tidos em conta, por relevantes, os dados respeitantes àqueles que dizem ouvir esses assuntos tratados em LCV, nas duas línguas e na LP, o que por si, já é um indício da tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais, em função desses tipos de assuntos. Os resultados desses cruzamentos⁸³ apontam para um indício bastante fraco da tendência de extensão do uso da LP, em função dos assuntos desportivos, mas uma mais forte tendência de extensão, em função dos assuntos sociais. Os valores que fundamentam esses comentários podem ser lidos no Anexo 12.12.

3. Pessoas dos domínios informais (conhecidos, pessoas da sua idade e mais novas) VS assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida)

Os resultados desses cruzamentos⁸⁴ apontam para alguma extensão do uso da LP, por intermédio de 'problemas de vida', devido aos valores de i) conhecidos e pessoas mais novas falantes da LCV; ii) de entre os falantes de LCV/LP, também por conhecidos e pessoas mais novas, mas sobretudo 'pessoas da sua idade', evidenciando assim, de novo, a extensão da LP pelos jovens. Deles, só foram considerados, por relevantes, os dados da LCV para assuntos íntimos e familiares; e os da LP e de LCV/LP para problemas de vida. A leitura sistematizada dos resultados relevantes obtidos para os três assuntos em discussão constam do Anexo 12.13.

4. Pessoas dos domínios informais (conhecidos, pessoas da idade dos inquiridos e mais novas, pessoas sem instrução) VS assuntos de tipo informal (desportivos e sociais) – domínio informal absoluto

Os dados desse cruzamento⁸⁵ identificado como o domínio informal absoluto, confirmam uma fraca extensão do uso da LP para esses domínios em função dos assuntos, efectuada sobretudo por parte daquelas pessoas de quem são ouvidas as duas línguas. Dos resultados (cf. leitura sistematizada no Anexo 12.14.), apenas foram considerados, por relevantes, os dados que respeitam àqueles que ouvem a LCV e LCV/LP dessas pessoas. Mas, para 'pessoas sem instrução' apenas se consideram os dados da LCV já que é bastante irrelevante a percentagem com que mesmo LCV/LP são

⁸³ Cf. TCs 5.16.1.7 e 5.16.2.8. para assuntos desportivos e TCs 5.16.1.8 e 5.16.2.9., para assuntos sociais, Anexo 5

⁸⁴ Cf. no Anexo 5, TCs 5.16.3.1 a 3, para conhecidos; 5.16.11.1. a 3, para familiares; e 5.16.12.1a 3, para pessoas da sua idade

⁸⁵ Cf. do Anexo 5: TC 5.16.9.3.; TC 5.16.5.16.3.8; TC 5.16. 5.16. 11.8; e. 5.16.12.8. para assuntos desportivos; e TC. 5.16.9.4.; 5.16.3.8 9; 5.16.11.9; 5.16.2.9 para assuntos sociais.

ouvidas dessas pessoas (cf. TF D79), o que, sem dúvida concorre para a afirmação da LCV como a língua das 'pessoas sem instrução' (cf. secção 3.1.3.1.4.).

A análise das respostas às perguntas abertas 38 e 39 (cf. nota de rodapé 30 e 45) evidenciam pouca influência dos assuntos, pelo facto de apenas ter sido acrescentada pelos inquiridos uma categoria nova (assuntos informais) e os assuntos desportivos e os sociais continuarem como os mais citados em qualquer das perguntas.

5. Pessoas dos domínios formais (pessoas mais velhas) X assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida)

Desses cruzamentos⁸⁶, em que se começa a sair do domínio informal absoluto, foram retidos para a análise, para além dos dados da LCV, os respeitantes a problemas vida/ ouvintes de LCV/LP por serem esses os únicos relevantes para esses assuntos. Os resultados dão um sinal claro de ausência de extensão do uso da LP, em função desses assuntos, por pessoas mais velhas, já que: a LCV domina com valor destacado, a LCV/LP tem um evidente segundo lugar, com valores irrelevantes algumas vezes, e a LP tem sempre valores irrelevantes.

Os resultados são: (i) para assuntos íntimos, LCV, 85.6% – LCV/LP, 6.9% – LP, 2.7%; (ii) para assuntos familiares: LCV, 94.0% – LCV/LP, 4.6% – LP, 0.5%; e (iii) para problemas de vida: i) de entre aqueles que habitualmente ouvem a LCV dessas pessoas LCV, 81.9% – LCV/LP, 11.9% – LP, 3.0%; e ii) de entre aqueles que habitualmente ouvem LCV/LP dessas pessoas: LCV, 68.8% – LCV/LP, 29.1% – LP, 1.2%.

6. Pessoas dos domínios formais (estranhos, professores, superiores hierárquicos, autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas X assuntos informais (assuntos desportivos⁸⁷ e sociais⁸⁸))

Os sinais da presença da LP aumentam com a formalidade, sendo fraca e localizada sobretudo em LCV/LP e assuntos sociais, no cruzamento de pessoas formais com assuntos informais; no caso dos professores só foram considerados assuntos sociais. A sistematização dos resultados que sustentam esta conclusão pode ser conferida no Anexo 12.15.

⁸⁶ Cf. TC. 5.16. 10.1., 2 e 3, Anexo 5

⁸⁷ Cf. TCs 5.16.4.2; 5.16.6.3; 5.16.7.3; 5.16.8.3; e 5.16.10.8., Anexo 5

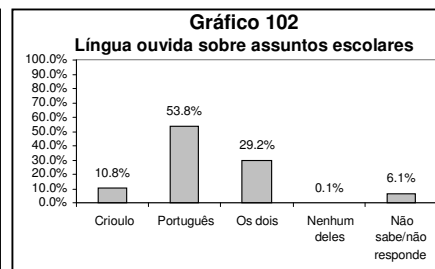
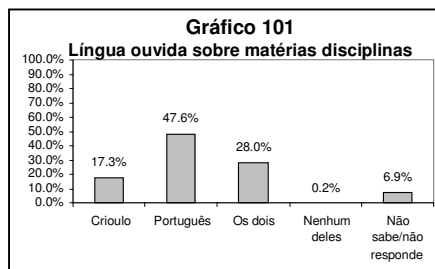
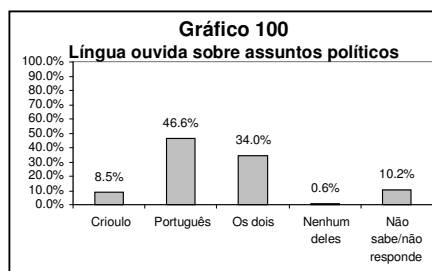
⁸⁸ Cf. TCs 5.16.4.3; 5.16.5.3; 5.16.6.4; 5.16.7.4; 5.16.8.4; 5.16.10.9., Anexo 5.

3.1.3.3.2.2. Extensão da LCV em função de assuntos formais

7. Cruzamento de pessoas íntimas (familiares e amigos/colegas) com assuntos formais (matérias das disciplinas, assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais)

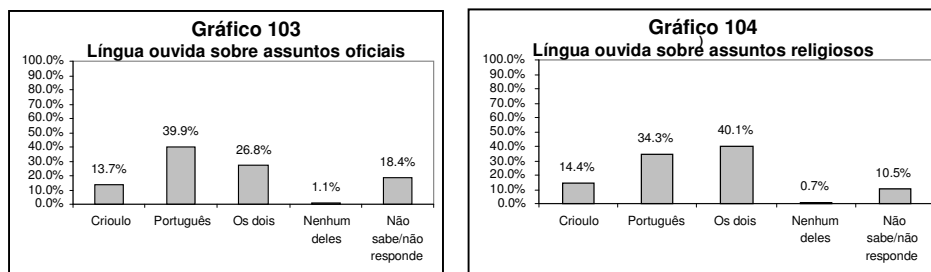
Também localizados entre o informal e o formal, os resultados destes cruzamentos⁸⁹ apontam para uma globalmente fraca extensão do uso da LCV para os domínios formais, sobretudo em função dos assuntos religiosos e oficiais e, depois, os políticos, mormente por parte daqueles de quem os inquiridos ouvem as duas línguas. Os valores relevantes em que esses comentários se baseiam estão sistematizados no Anexo 12.16.

Com efeito, lembre-se que os assuntos formais são prioritariamente ouvidos em LP, depois LCV/LP e em terceiro lugar em LCV, com destaque para o facto de o valor da LCV em assuntos políticos ser irrelevante, apontando, à partida, para uma bastante fraca extensão da LCV para os domínios formais em função desses assuntos⁹⁰:



⁸⁹ Cf. Anexo 5: TC 5.16.2.4., para matérias das disciplinas; TCs 5.16.1.4 e 5.16.2.5., para assuntos escolares; TCs 5.16.1.5 e 5.16.2.6., para assuntos religiosos; TCs 5.16.1.6 e 5.16.2.7., para assuntos políticos; e TCs 5.16.1.9 e 5.16.2.10, para assuntos oficiais.

⁹⁰ Cf. TF D113 a 116 e 119, Anexo 4



Gráficos 100 a 104 – Distribuição por inquiridos por língua falada e ouvida segundo assuntos associados aos domínios formais

8. *Cruzamento entre a língua habitualmente ouvida de pessoas dos domínios informais (conhecidos, pessoas da sua idade e mais novas e pessoas sem instrução) X assuntos formais (matérias das disciplinas, assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais)*

Nesta configuração que antecede imediatamente o formal absoluto, os dados⁹¹ apontam para uma fraca extensão do uso da LCV para os domínios formais, incidindo sobretudo em assuntos religiosos e, depois, os assuntos oficiais, como se pode observar na sua sistematização, constante no Anexo 12.17.

9. *Cruzamento pessoas dos domínios formais (estranhos, professores, superiores hierárquicos, autoridades, pessoas instruídas e pessoas mais velhas) com assuntos também dos domínios formais (matérias das disciplinas, assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais)*

Os resultados deste cruzamento⁹², entendido como o domínio formal absoluto, apontam para uma bastante fraca extensão do uso da LCV para os domínios formais, em função dos assuntos formais matérias das disciplinas e assuntos religiosos, mesmo por parte de pessoas instruídas falantes de LP. Os resultados que sustentam esses comentários estão sistematizados no Anexo 12.18.

Os resultados de análise da pergunta 39 voltam a destacar os assuntos de tipo político (cf. secção 3.1.3.2.3.). Apesar de os resultados não serem tão favoráveis à aceitação da LCV para este tipo de assunto (cf. alínea (i) abaixo) revelam, de um modo geral, a aceitação da extensão da LP para os domínios formais.

⁹¹ Cf. Anexo 5: TCs 5.16.3.4., para matérias das disciplinas; TCs 5.16.3.5; 5.16.11.5; e 5.16.12.5., para assuntos escolares; TCs 5.16.3.6; 5.16.9.1; 5.16.11.6; e 5.16.12.6., para assuntos religiosos; TCs 5.16.3.7; 5.16.9.2; 5.16.11.7; e 5.16.12.7., para assuntos políticos; e TCs 5.16.3.10; 5.16.9.5; 5.16.11.10; e 5.16.12.10., para assuntos oficiais.

⁹² Cf. no Anexo 5: TCs 5.16.5.1. e 5.16.10.4, para matérias das disciplinas; TCs 5.16.5.2. e 5.16.10.5. para matérias escolares; TCs 5.16.6.1; 5.16.7.1; 5.16.8.1. e 5.16.10.6. para assuntos religiosos; TCs 5.16.4.1; 5.16.6.2; 5.16.7.2; 5.16.8.2; e 5.16.10.7. para assuntos políticos; TCs 5.16.4.4; 5.16.5.4; 5.16.6.5; 5.16.7.5; 5.16.8.5; e 5.16.10.10 para assuntos oficiais.

Com efeito:

- (i) P. 39.1., falar LCV, mas gostar de falar LP: os assuntos políticos são os únicos tipos de assunto referidos pelos inquiridos nesse contexto;
- (ii) P. 39.2., falar LP, mas gostar de falar LCV:
 - i) todos os tipos de assuntos considerados como factores de extensão da LCV para os domínios formais na análise estatística do questionário são retomados pelos respondentes, com excepção de 'assuntos religiosos' e 'assuntos oficiais' e surge uma nova categoria, assuntos 'formais' (P. 38 e 39); e
 - ii) a ordem dos valores em que esses assuntos são citados acompanha, no essencial, a dos resultados da análise estatística como contextos em que se fala LP (P. 39.2.: a) matérias das disciplinas e assuntos políticos apontados como intervindo de modo forte e independentemente do meio e da região, são os mais citados (4 e 2 citações, respectivamente); b) assuntos 'formais' (não constantes do questionário) seguem-nos com 2 citações; e c) escolar, apenas uma citação.

Em suma:

O padrão de uso das línguas não se altera em função dos assuntos. Assim, são sobretudo os assuntos sociais o foco da fraca extensão da LP para os domínios informais, sendo que na extensão da LCV para os domínios formais, e neste momento da análise, os resultados apontam para os assuntos religiosos e oficiais. Ademais, balançando os resultados desta secção com os da anterior, torna-se evidente que são os falantes de LCV/LCV aqueles que mais intervêm na extensão do uso da LP para os domínios informais e na da LCV para os domínios formais.

3.1.3.3.3. Cruzamento de factores: sexo

Os resultados das tabelas de cruzamento⁹³ dos dados sobre a língua usada para falar e ouvida de homens e mulheres com os de região e meio, lugares/circunstâncias e assuntos confirmam que a variável sexo (cf. secção 3.1.3.1.5), independentemente do meio ou região, não intervém relevantemente no uso oral das línguas, tanto no falar como no ouvir, em qualquer dos domínios, quer em função dos lugares/circunstâncias quer em função dos assuntos.

Com efeito, tanto para os inquiridos de barlavento e de sotavento como para os do meio urbano e do rural, a língua predominantemente usada para falar com homens e mulheres é a LCV, a que se segue as duas línguas, LCV/LP, e, finalmente, a LP.

Esses valores situam-se entre: i) LCV: 55.7% a 74.0%; ii) LCV/LP: 4.9% a 17.8%); e iii) LP: 1.2% a 5.0%.

⁹³ Cf. TCs 5.3.33. a 39., Anexo 5

3.1.3.3.3.1. *Extensão da LP em função do sexo*

Quanto aos *domínios íntimos*, mais exactamente ao lugar/circunstância casa⁹⁴, de que apenas são relevantes os dados face à LCV, os resultados mostram a ordem esperada nos domínios íntimos e informais: LCV – LCV/LP – LP.

De entre aqueles que habitualmente ouvem, em casa, a LCV de homens e mulheres, 92.9% ouve a LCV de homens e 93.3% de mulheres; 6.0% ouve a LCV/LP de homens e 3.3% de mulheres; e 0.6% ouve a LP de homens e 2.3% ouve essa língua de mulheres.

A situação é idêntica no que respeita aos resultados do cruzamento dos dados da língua usada para falar e ouvida de homens e mulheres, com assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida)⁹⁵, sendo que apenas para este último foram tidos em conta, por relevantes, para além dos dados da LCV os de LCV/LP.

A ordem das línguas é sempre a esperada nos domínios íntimos (LCV – LCV/LP – LP), tanto para homens como para mulheres, com os valores iguais ou quase iguais, sendo que para além de os valores de LCV se destacarem, apenas são relevantes os valores atingidos por LCV/LP em ouvintes de LCV/LP/problemas de vida, tanto para os homens (28.5%) como para as mulheres (27.9%).

O comportamento dos homens e das mulheres em lugares/circunstâncias associados aos domínios informais também não dá conta da alteração do padrão de uso esperado nesses domínios, em função do sexo. Com efeito⁹⁶, também se observa a ordem esperada na vizinhança e mercado em que apenas foram considerados, por relevantes, os dados da LCV, e nas lojas, recintos desportivos, locais de lazer e restaurantes, bares, cafés,..., em que serão tidos em conta os dados da LCV e da LCV/LP; a leitura sistematizada dos resultados em que estes comentários se baseiam constam do Anexo 12.19.

Quanto aos assuntos integrados nos domínios informais⁹⁷, os resultados também não dão conta de uma diferenciação do comportamento em função do sexo, mas voltam a destacar os assuntos sociais como foco principal da extensão do uso da LP para os domínios informais, como se pode verificar na leitura constante do Anexo 12.20.

⁹⁴ Cf. TCs 5.15.12.1. e 5.15.13.1., Anexo 5

⁹⁵ Cf. TCs 5.16.13.1. a 3. e 5.16.14.1. a 3., Anexo 5

⁹⁶ Cf. TCs 5. 15.12.2. a 4, 9 e 10 e 5. 15.13.2. a 4, 6, 9 e 10, Anexo 5

⁹⁷ Cf. no Anexo 5: TCs 5.16.13.8. e 5.16.14.8., para assuntos desportivos e TCs 5.16.13.9. e 5.16.14.9. para assuntos sociais

3.1.3.3.3.2. Extensão da LCV em função do sexo

No que respeita aos lugares/circunstâncias associados aos domínios formais, os dados evidenciam⁹⁸ que o sexo não provoca qualquer diferenciação entre o comportamento dos homens e das mulheres; ademais, voltam a destacar os lugares/circunstâncias formais de extensão do uso da LCV já identificados (reuniões de associações e/ou grupos, repartições públicas, hospitais, bancos, etc., seguidos de locais de culto), e ausência de extensão para as cerimónias oficiais, como se pode verificar na leitura sistematizada dos resultados (Anexo 12.21.).

Quanto aos assuntos, os dados realçam⁹⁹ os religiosos e os oficiais como factores de extensão da LCV, sendo que, quanto a estes últimos, ela se dá em função das mulheres. Esta é a única diferença observada entre os homens e as mulheres quanto ao uso das línguas, não sendo, portanto, suficiente para diferenciar o seu comportamento global. Os resultados que fundamentam estes comentários estão sistematizados no Anexo 12.22; deles não foram considerados na análise, por irrelevância dos dados de partida, os referentes a falantes da LCV X assuntos.

3.1.3.3.4. Cruzamento de factores: região e meio

Nesta subsecção busca-se perceber melhor a influência das variáveis região (barlavento e sotavento) e meio (rural e urbano) na extensão das línguas por domínios, em função dos elementos que os configuram: pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias, sendo que há que ter em mente o perfil social dos inquiridos, segundo essas variáveis (cf. secções 2.1. do capítulo 2 e 3.1.1. deste capítulo).

3.1.3.3.4.1. Extensão da LP em função da região e do meio

As informações contidas nas tabelas de cruzamento relevantes¹⁰⁰ mostram que, nos domínios íntimos, não há diferenciação quanto à língua usada para falar em função da região nem do meio. Com efeito, a LCV, com valores destacados, mantém-se como a língua predominante usada para falar nesses domínios quer pelos inquiridos de barlavento como pelos de sotavento bem assim como pelos do meio urbano e do meio

⁹⁸ Cf. TCs 5.15.12.5, 7, 8 e 11. e 5.15.13.5, 7, 8 e 11, Anexo 5

⁹⁹ Cf. TCs 5.16.13.4. a 7 e 10 e 5.16.14 a 7 e 10, Anexo 5

¹⁰⁰ Cf. no Anexo 5: TCs 5.3.1. e 2, para pessoas X meio e região; TCs 5.5.1 a 6, para assuntos X meio e região; e TCs 5.7.1 e 2, para e lugares/circunstâncias X meio e região

rural, seguindo-se lhe as duas línguas e, em última posição, a LP. O único caso em que se observa uma diferença de comportamento (diferença de 10 pontos entre os valores) é quanto à língua usada para falar de assuntos íntimos em função da região, favorável a barlavento, o que não é suficiente para definir um padrão diferenciado de uso.

Com efeito, observa-se que:

- (i) Os valores atribuídos à LCV situam-se entre os 65.6% e os 95.7%, em todos os elementos considerados (pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias);
- (ii) Língua usada para falar de assuntos íntimos em função da região: barlavento (88.8%) / sotavento (78,1%);
- (iii) Os valores de LP são sempre irrelevantes (0.1% a 3.5%);
- (iv) A LCV/LP só tem valores relevantes nos seguintes casos, nos quais a diferença de valor continua a não ultrapassar os dez pontos: i) quanto ao meio: urbano/pessoas familiares (10.0% VS 3.2% para o rural); e rural e urbano/amigos e colegas, respectivamente (21.2% /12.2.%); e ii) quanto à região: sotavento/assuntos familiares (10.8%/ 7.6% para barlavento); e barlavento e sotavento/amigos e colegas, respectivamente 17.2%/23.3%.

Os resultados das tabelas de cruzamento¹⁰¹ que se encontram sistematizados no Anexo 12.23. também confirmam, por um lado, a LCV como a língua predominante usada pelos inquiridos para falar nos domínios informais e, por outro, os assuntos sociais como um foco de extensão da LP para os domínios informais, como já havia sido detectado.

Outrossim, há indícios de que essa extensão da LP para os domínios informais em função dos assuntos sociais é equiparada no meio rural e urbano, mas maior em barlavento do que em sotavento; e que, quanto às pessoas e lugares/circunstância, os valores de LCV/LP também destacam os jovens e os restaurantes, bares, cafés,..., como também já havia sido apontado.

Além disso, os dados confirmam os indícios bastantes ténues de uma diferenciação de comportamento na vizinhança em função do meio (cf. secção 3.1.3.3.1.1.), tendo em conta a diferença de 10 pontos e mais nos valores da LCV, sempre a favor de barlavento.

3.1.3.3.4.2. Extensão da LCV em função da região e do meio

Os resultados das tabelas de cruzamento dos dados das *pessoas associadas aos domínios formais* com os de região e meio¹⁰² confirmam, como pode ser observado através da leitura sistematizada dos resultados obtidos (cf. Anexo 12.24.), o papel pouco

¹⁰¹ Cf. no Anexo 5: TCs 5.3.5,6,17,18, 29, 30. a 32., para pessoas; TCs 5.5. 15 a 18 para assuntos; TCs 5.7.3 e 4, 7 a 14, 17, 18 e 23 a 26, para lugares/circunstâncias

¹⁰² Cf. TCs 5.3.7. a 16 e 27 e 28, Anexo 5

interventor dos professores e dos superiores hierárquicos e o forte papel das autoridades, pessoas instruídas e mais velhas na extensão do uso da LCV para os domínios formais, independentemente do meio. Os dados apontam ainda para o facto de os inquiridos de sotavento usarem menos a LCV na interacção com as autoridades e pessoas instruídas do que os de barlavento. Para além disso, levam a acrescentar estranhos como intervindo na extensão da LCV para os domínios formais, um caso que já havia sido detectado e que é agora confirmado, e sem distinção em função do meio ou da região.

Os resultados dos cruzamentos dos lugares/circunstâncias associados aos domínios formais com meio e região¹⁰³ voltam a destacar as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e reuniões de associações e ou grupos como os lugares/circunstâncias de mais forte extensão da LCV para os domínios formais, seguidos dos locais de culto e das cerimónias oficiais; as salas de aula surgem como um local onde essa extensão praticamente não existe.

Outrossim, fica evidente que i) os inquiridos do meio urbano e de barlavento tendem a falar menos a LCV nas repartições públicas, hospitais, bancos, etc. do que os do meio rural e de sotavento; ii) os inquiridos de sotavento tendem a não expandir a LCV para as cerimónias oficiais e a expandi-la de modo muito fraco para as reuniões de associações e/ou grupos, ao contrário dos de barlavento e dos meios rural e urbano; e iii) são os inquiridos do meio urbano e de sotavento os que tendem a expandir a LCV para os locais de culto religioso. Os dados em que esses comentários se baseiam estão sistematizados no Anexo 12.25.

Resultados anteriores apontaram para uma fraca tendência de extensão da LCV para os domínios formais, em função dos assuntos (cf. secção 3.1.3.2.3.), sem que se tenha estabelecido uma eventual graduação. Os resultados dos cruzamentos¹⁰⁴ revelam agora com mais clareza como os *assuntos associados aos domínios formais* moldam a extensão da LCV para os domínios formais, de um modo geral forte, mas complexo em função do meio e da região, como se pode observar na sistematização dos resultados constantes do Anexo 12.26. Assim i) assuntos políticos, oficiais e matérias das disciplinas: forte e extensão independente do meio e da região; ii) religiosos: urbano e sotavento, ausência de extensão; rural e barlavento: forte tendência de extensão; iii)

¹⁰³ Cf. TCs 5.7.5, 6, 15, 16 e 19 a 22 e 27 e 28, Anexo 5

¹⁰⁴ Cf. TCs 5.5.7 a 14 e 19 e 20

assuntos escolares: barlavento, forte tendência de extensão; sotavento e também no meio rural e urbano: ausência de extensão.

3.1.3.3.5. Cruzamento de factores: língua e variedade da LCV dominada

Os resultados dos cruzamentos analisados nesta secção permitem aprofundar o conhecimento sobre o padrão de comportamento dos inquiridos em função da língua e variedade de língua dominada na sua relação com o meio e da região, e verificar como esses factores intervêm nos resultados já obtidos (cf. secção 3.1.3.1.6.).

3.1.3.3.5.1. Língua nacional e veicular e língua de comunicação e integração internacional

Os resultados confirmam que, independentemente do meio ou região: i) a LCV é a língua nacional e veicular; ii) e a LP a língua de comunicação/integração internacional; e iii) o uso das duas línguas com falantes bilingues.

Esses comentários são sustentados pelos seguintes resultados:

- (i) De entre os que, tanto no meio urbano como rural ou em barlavento e sotavento, usam a LCV para falar com falantes de LCV¹⁰⁵, os valores da LCV situam-se entre os 75.6% e os 83.2% e os da LP e de LCV/LP são irrelevantes.
- (ii) De entre as pessoas de barlavento e de sotavento que usam a LCV¹⁰⁶, no meio urbano e no rural, os valores da LCV estão entre 58.3% e 74.0%, os de LCV/LP aparece em segundo lugar, com valores entre 5.3% e 13.9 % e a LP em terceiro sempre com valores irrelevantes;
- (iii) Quando os falantes dominam ambas línguas¹⁰⁷, as duas línguas são as mais utilizadas de entre os inquiridos do meio rural e do urbano e de barlavento e sotavento, seguidas da LCV, com valores entre 10.6% e 16.4% e, finalmente da LP, com valores irrelevantes;
- (iv) Na interacção com falantes de LP¹⁰⁸ predomina a LP independentemente do meio e região, sendo que os valores de LP oscilam entre os 67.3% e 74.0% e os de LCV/LP e LCV são irrelevantes;
- (v) Com falantes de outras línguas¹⁰⁹ os inquiridos, independentemente do meio ou região, preferem a LP (13.4% a 16.6%), seguidos da LCV (8.6% a 11.4%) e das duas línguas (6.3% a 9.4%), embora de entre os de sotavento a ordem seja LP, 15.9% – LCV/LP, 8.7% - LCV, 8.67%, o que não altera o que se vem dizendo.

3.1.3.3.5.2. Inteligibilidade na LCV

A problemática da intercompreensão na LCV (cf. secção 3.1.3.1.6.) também é aprofundada com o cruzamento dos dados sobre aprendeu a LCV e/ou a LP como L1 X

¹⁰⁵ Cf. TCs 5.3.19 e 20., Anexo 5.

¹⁰⁶ Cf. no Anexo 5, TCs 5.3.37 e 38, para barlavento; e TCs 5.3.39 e 40, para sotavento

¹⁰⁷ Cf. TCs 5.3.23. e 24., Anexo 5

¹⁰⁸ Cf. TCs 5.3.21. e 22., Anexo 5

¹⁰⁹ Cf. TCs 5.3.25. e 26., Anexo 5

avaliação do conhecimento do crioulo de outra ilha e o que acontece quando fala o seu crioulo com pessoas de outra ilha¹¹⁰. Os resultados confirmam um nível reduzido de ininteligibilidade entre os dialectos da LCV, o qual independe de os inquiridos terem a LCV ou as duas línguas como língua materna¹¹¹ e que é explicado pelo grau de domínio do dialecto da LCV de outra ilha. Com efeito:

- (i) De entre os que têm a LCV como L1 (89.2% dos inquiridos), 71.8% acha que o entendimento se faz com alguma dificuldade, valor esse que se distancia substancialmente dos valores atribuídos a 'muita dificuldade' (14.3%) e 'sem dificuldade' (12.2%), permanecendo residual o valor daqueles que dizem não se entender (1.7%); a situação é idêntica para os 151 inquiridos (8.7%) que têm as duas línguas como L1;
- (ii) A maioria dos inquiridos, tanto de entre aqueles que têm a LCV como L1 como de entre aqueles que têm as duas línguas como L1, situa-se entre o saber mal (45.6%/42.7%) e o suficiente (31.4%/31.5%), sendo ainda importante as percentagens dos que dizem, em ambos os casos, não saber o dialecto de outra ilha (14.5%) e de registar o valor relevante de saber bem (11.3%) para os que têm as duas línguas como L1.

Os resultados dos cruzamentos¹¹² dos dados das escolas/ilhas com os dados sobre os dialectos usados com pessoas de barlavento e com os dialectos usados com pessoas de sotavento (cf. Quadro 3 abaixo, produzido a partir dessas tabelas) confirmam a inteligibilidade entre os dialectos da LCV. Como se pode observar no Anexo 12.27, em que se sistematizam alguns dos dados que sustentam os comentários, a primeira opção é sempre escolher o próprio dialecto quer para a interacção com falantes da própria região quer com os da outra. Secundariamente, pode-se admitir que o dialecto de S. Vicente é veicular em barlavento e que o de Santiago o é em sotavento, dada a posição que ocupam nessas regiões geográficas.

Inquiridos		Dialectos usados c/pessoas Barlavento			Dialectos usados c/pessoas sotavento		
Região	Ilhas	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Barlavento	Sto. Antão	Sto. Antão	S. Vicente	—	Sto. Antão	Santiago	S. Vicente
	S. Vicente	S. Vicente	Sto. Antão	—	S. Vicente	Santiago	Sto. Antão
	Nicolau	S. Nicolau	S. Vicente	—	S. Nicolau	Santiago	Sal
	Sal	Sal	S. Vicente	Sto. Antão	Sal	Santiago	S. Vicente
	Boavista	Boavista	S. Vicente	—	Boavista	Santiago	S. Vicente
Sotavento	Maio	Maio	S. Vicente	Santiago	Maio	Santiago	—
	Santiago	Santiago	S. Vicente	Sto. Antão	Santiago	Maio	—
	Fogo	Fogo	—	—	Fogo	Santiago	—
	Brava	Brava	S. Vicente + Santiago	—	Brava	Sal	—

Quadro 3 – Resumo do uso dos dialectos da LCV

¹¹⁰ Cf. TC 3.1.3. e TC 3.2., Anexo 5

¹¹¹ Desconsidera-se, por bastante irrelevantes os que têm LP como L1 (20 inquiridos, equivalendo a 1.2%).

¹¹² Cf. no Anexo 5: TC 7.1. e 7.1.1.1. para pessoas de barlavento; e TC. 7.2. e 7.2.1. para pessoas de sotavento

Assim, os resultados desses cruzamentos realinham a proeminência nacional dos três dialectos encontrada na secção 3.1.3.1.7. (Santiago> Sto. Antão> S. Vicente) e permitem compreendê-la. Com base nos resultados das tabelas de cruzamento, para além de esses dialectos ocuparem as primeiras posições nas ilhas do mesmo nome, na comunicação com pessoas de barlavento e de sotavento, ocupam as segundas e terceiras posições nos seguintes contextos:

(i) *Santiago*: segunda posição na interacção dos inquiridos das ilhas de barlavento com pessoas de sotavento e dos inquiridos das ilhas do Maio e Fogo com pessoas de sotavento; e a terceira posição na interacção inquiridos da ilha do Maio/pessoas de barlavento (7.1%), depois dos dialectos do Maio e de S. Vicente. Por isso, o dialecto de Santiago destaca-se, qualitativamente, do de Sto. Antão, apesar da expressão numérica deste não o desconsiderar;

(ii) *S. Vicente*: segunda posição na interacção dos inquiridos de barlavento/pessoas de barlavento e dos inquiridos de sotavento/pessoas de barlavento, com excepção dos inquiridos do Fogo que continuam a usar o seu próprio dialecto; terceira posição na interacção com pessoas de sotavento por parte de inquiridos das ilhas de Sto. Antão (5.02%), depois dos dialectos de Sto. Antão e de Santiago; do Sal (11.5%), depois dos dialectos do Sal e de Santiago; e ainda da Boavista (8.0%), depois dos dialectos da Boavista e de Santiago;

(iii) *Sto. Antão*: segunda posição na interacção de inquiridos S. Vicente/pessoas de barlavento; e terceira posição em vários contextos.

Assim sendo, é a predominância do uso da cada dialecto pelos seus falantes originais na interacção com pessoas de qualquer das regiões conjugada com o número de inquiridos dessa ilha (551 inquiridos correspondendo a 31% do total da amostra por o estrato barlavento/rural incidir exclusivamente nesta ilha (cf. secção 2.1. do capítulo 2) que explica os resultados das tabelas de frequência analisadas (cf. secção 3.1.3.1.6) que davam bastante proeminência ao dialecto de Sto. Antão, colocado em segundo lugar, entre o de Santiago e o de S. Vicente.

Com efeito:

- (i) Dos inquiridos da ilha de Sto. Antão (551, equivalendo a 31% do total da amostra), 61.71% (340 inquiridos) afirma que usa o dialecto de Sto. Antão para comunicar com pessoas de barlavento e 44.8% (247 inquiridos) dizer que utiliza esse dialecto com pessoas de sotavento; e
- (ii) De entre os inquiridos que usam o dialecto de Santiago com pessoas de barlavento, 96.05% é da ilha de Santiago; e de entre as pessoas que usam o dialecto

de Santiago com pessoas de sotavento, 82.33% é de Santiago e 5.82% de Sto. Antão; e ainda

(iii) De entre os inquiridos que usam o dialecto de S. Vicente para falar com pessoas de barlavento, 59.55% é da ilha de S. Vicente e 26.97% da ilha de Santiago; e de entre os inquiridos que usam esse dialecto para falar com pessoas de sotavento, 77.90% é da ilha de S. Vicente, 8.8% da ilha de Sto. Antão e 5.5% da ilha do Sal.

Além disso, os resultados (cf. ainda sistematização no Anexo 12.27.) dão conta de alguma saliência de outros dialectos como sejam os do Sal e do Maio já que na ilha da Brava é o dialecto do Sal que atinge a segunda posição com 6.7%; posição que é ocupada em Santiago pelo dialecto do Maio (5.13%) já que a primeira é ocupada pelo de Santiago, como explicado acima.

3.1.3.3.6. Súmula das conclusões

1. *Língua dos sistemas prioritários*: a predominância da LCV em casa/família, na oralidade, faz dela a língua dos sistemas prioritários dos inquiridos (casa/família, vizinhança e lazer);

2. Extensão da LP

2.1. *Domínios íntimos*: apesar de a LCV ser a língua predominante nos domínios íntimos, independentemente do meio e da região, ela não domina absolutamente nesses domínios: o factor 'intenção comunicativa' esclarece os sinais da presença da LP nos domínios íntimos, tendo em conta a ampliação espontânea das subcategorias que integram esta variável por parte dos inquiridos (pedir conselho, gozar/brincar e mexericar) e ainda falar consigo próprio;

2.2. *Domínios informais*: apesar da LCV predominar nos domínios informais, ocorre neles uma fraca tendência de extensão do uso da LP, sendo que mesmo as pessoas dos domínios formais tendem a usar a LCV nos lugares/circunstâncias informais.

2.2.1. *Âmbito da extensão*: essa extensão do uso da LP para os domínios informais é equiparada quanto ao meio e região, ainda que tenham sido detectados indícios bastante ténues de maior uso da LP no rural, em função da vizinhança; quanto à região, os valores mais baixos da LCV em sotavento apontam para uma maior extensão da LP para os domínios informais, nessa região, do que em barlavento;

2.2.2. *Factores da extensão*: i) *pessoas*: sobretudo os jovens (pessoas da sua idade e mais novas e também amigos/colegas e conhecidos), mas também as pessoas sem

instrução e familiares/amigos que são portugueses/vivem em Portugal; ii) *lugares/circunstâncias*: restaurantes, recintos desportivos e locais de lazer; iii) *assuntos*: assuntos sociais, sobretudo; embora seja equiparada quanto ao meio, essa extensão é maior em barlavento do que em sotavento; iv) *intenção comunicativa*: estratégia humorística e para citações;

2.3. *Domínios formais*: a LP predomina na oralidade, nos domínios formais, embora com uma tendência de extensão do uso da LCV mais acentuada do que a da LP;

2.3.1. *Factores da extensão da LCV para os domínios formais*:

2.3.1.1. *Pessoas*: os jovens, mas também pessoas do tipo formal, ou seja, autoridades, pessoas instruídas e ainda pessoas mais velhas e estranhos, seguidos de superiores hierárquicos e de professores; e pessoas sem instrução (cf. nº 2.3.1.5., abaixo);

2.3.1.2. *Lugares/circunstâncias* – repartições públicas, hospitais, bancos, etc. e reuniões de associações e/ou grupos e, depois, para os locais de culto e ainda bastante tenuemente para as cerimónias oficiais e salas de aula, sendo que os jovens não contribuem para as cerimónias oficiais;

2.3.1.3. *Assuntos*: interferem, embora não seja possível delinear uma ordem, já que eles moldam a extensão da LCV para os domínios formais, de um modo geral forte mas complexo, em função do meio e da região (cf. nº 2.3.1.4., abaixo);

2.3.1.4. *Meio e região*:

i) *pessoas*: o papel dos professores, das autoridades, pessoas instruídas e mais velhas e ainda de estranhos na extensão da LCV para os domínios formais independe do meio, mas os inquiridos de barlavento usam mais a LCV na interação com as autoridades e pessoas instruídas do que as de sotavento;

ii) *lugares/circunstâncias*: a) os inquiridos do meio rural e de sotavento são os que mais tendem a expandir a LCV para as repartições públicas, hospitais, bancos, etc. b) os inquiridos de sotavento tendem a não participar da extensão da LCV para as cerimónias oficiais e a participar muito pouco na extensão dessa língua para as reuniões de associações e/ou grupos, ao contrário dos de barlavento e dos do meio rural e urbano; e c) inquiridos do meio urbano e de sotavento são os que mais intervêm na extensão da LCV para os locais de culto;

iii) *assuntos*: a) políticos, oficiais e matérias das disciplinas: forte tendência de extensão e independente do meio e da região; b) religiosos: urbano e sotavento, ausência

de extensão; rural e barlavento: forte tendência de extensão; c) escolares: barlavento, forte tendência de extensão; sotavento e também no meio rural e urbano: ausência de extensão;

2.3.1.5. *Factor instrução*: a LCV é a língua que os inquiridos usam (com) e ouvem (de) pessoas sem instrução e a LP a que usam (com) e ouvem (de) pessoas instruídas; as pessoas sem instrução também se constituem como vectores de uma fraca mas evidente tendência de extensão do uso da LCV para os domínios formais;

3. *Factor idade*: o factor idade não intervém no uso da LCV nos domínios íntimos. Contudo, são os jovens que mais intervêm na extensão do uso da LP para os domínios informais e na da LCV para os formais, embora não para as cerimónias oficiais; as pessoas mais velhas intervêm na extensão da LCV para os domínios formais;

4. *Factor sexo*: não intervém relevantemente no uso oral das línguas, tanto no falar como no ouvir, independentemente do meio ou região, em qualquer dos domínios, quer em função do lugar/situação, quer em função dos assuntos. Embora os dados destaquem a extensão da LCV em função dos assuntos religiosos por parte das mulheres, esta única diferença não basta para diferenciar o comportamento de um modo global, em função do sexo;

5. *Funções de língua nacional e de comunicação internacional*: a primeira opção dos inquiridos é sempre escolher o próprio dialecto para a interacção quer com os falantes da própria região quer com os da outra. Secundariamente, pode-se admitir que o dialecto de S. Vicente seja veicular na região de barlavento e o de Santiago na de sotavento. Assim, esses dialectos destacam-se, qualitativamente, do de Sto. Antão, que ocorre em terceiro lugar pela sua expressão numérica (cf. nº 2.2.2. da secção 3.1.3.1.8.). Também há indícios de algum ganho de proeminência por parte dos dialectos das ilhas do Sal e do Maio.

3.1.3.4. Alternância de línguas: factores determinantes da redefinição da escolha

Neste trabalho, alternância de línguas (*language choice*; *code-choice*; *code alternation*; *choice-switching*) é entendida (cf. Capítulo 1, 1.1.3.2) como a escolha do bilingue de uma das suas línguas em função de parâmetros situacionais extra-linguísticos e ainda quando redefine a escolha inicial para corresponder a alterações nos

parâmetros situacionais – mudança do interlocutor, do tópico da conversa ou mesmo do local em que ela ocorre.

Com este entendimento, aprofunda-se, nesta secção a resposta para a pergunta (v) do objectivo 1: “*Existe alternância de línguas (language choice; code alternation; choice switching) extensiva?*”, observando especificamente como a as pessoas e os assuntos condicionam a redefinição da escolha inicial, tendo em conta os resultados anteriores da análise que dão conta de uma forte tendência para a acomodação linguística (cf. secções 3.1.2.3.2., 3.1.3.1.6. e 3.1.3.3.1.1).

Assim, são analisados nesta secção¹¹³ primeiramente os dados respeitantes à chegada, na situação de comunicação, de um novo interlocutor: os tipos de pessoas associados aos diferentes domínios (íntimo, informal e formal), pessoas de diferentes idades, sexo e instrução e ainda a língua e a variedade da LCV dominada; e depois, os dados relativos à mudança de assunto na mesma situação.

3.1.3.4.1. Factores em jogo: pessoa que chega

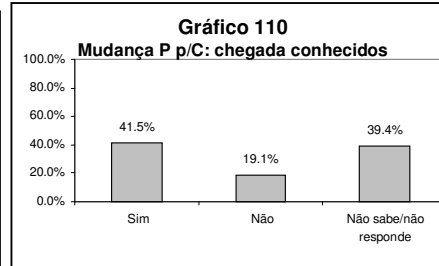
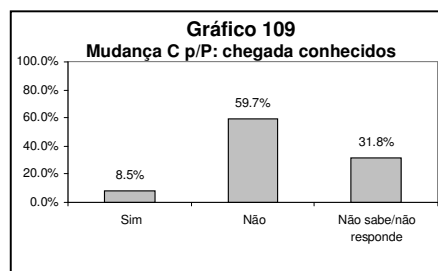
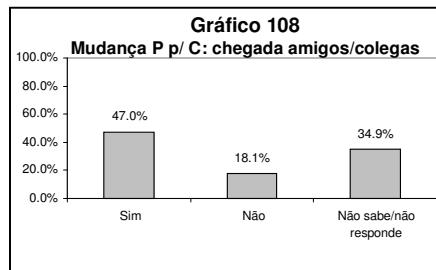
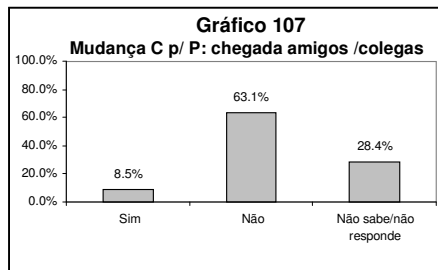
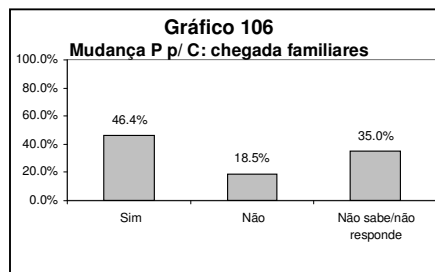
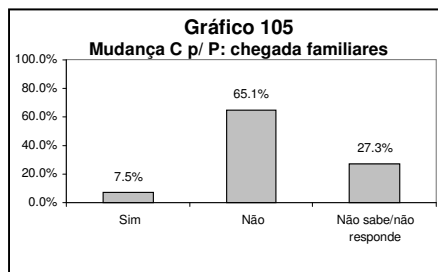
3.1.3.4.1.1. Estatuto sócio-cultural da pessoa que chega

Os dados¹¹⁴ reconfirmam a LCV como língua dominante nos domínios íntimos e informais e a LP nos formais e evidenciam o papel importante do interlocutor na escolha de língua. Com efeito, numa situação de comunicação em que se está a falar a LCV, a chegada de pessoas dos domínios íntimos (familiares e amigos e colegas) e dos domínios informais (conhecidos) não faz mudar para a LP.

Ao contrário, quando se está a falar a LP, a chegada de pessoas dos domínios íntimos e informais acarretam alternância para a LCV, como esperado, embora os valores sejam globalmente mais elevados nos domínios íntimos do que nos informais e tanto para o 'sim' como para o 'não'. Adicionalmente, os dados apontam para a redução do papel interventor de 'pessoas mais velhas' e 'estranhos' na extensão do uso da LCV para os domínios formais já que elas são as únicas pessoas associadas aos domínios formais cuja chegada faz alternar da LCV para a LP.

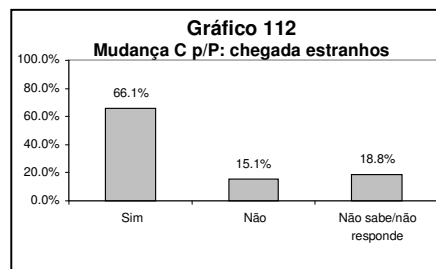
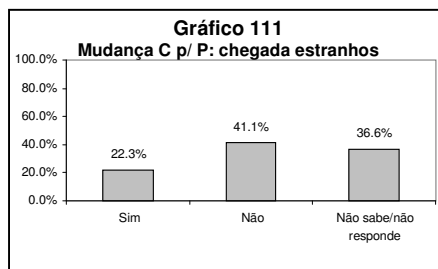
¹¹³ Cf. TFs D166 a D257, Anexo 4, ainda que se deva ser em conta a alta taxa de não resposta em alguns casos.

¹¹⁴ Cf. TF D166/186, D167/187 e D168/188, Anexo 4



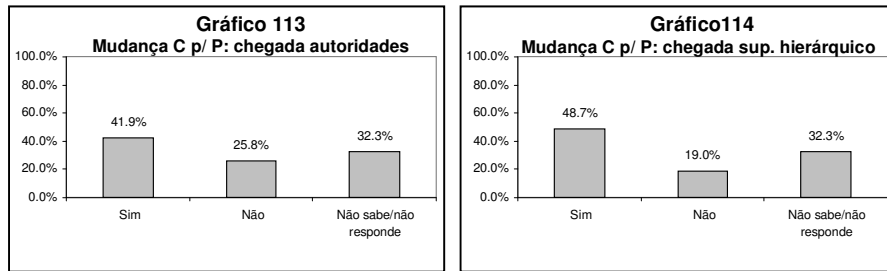
Gráficos 105 a 110 – Distribuição dos inquiridos por alternância segundo chegada de pessoas associadas aos domínios íntimos e informais

Já de entre as pessoas dos domínios formais ¹¹⁵ na interacção com quem é esperado escolher a LP, como dito acima, apenas a chegada de estranhos não implica a alternância da LCV para a LP, o que reduz o papel interventor deste tipo de pessoa na extensão do uso da LCV para os domínios formais.



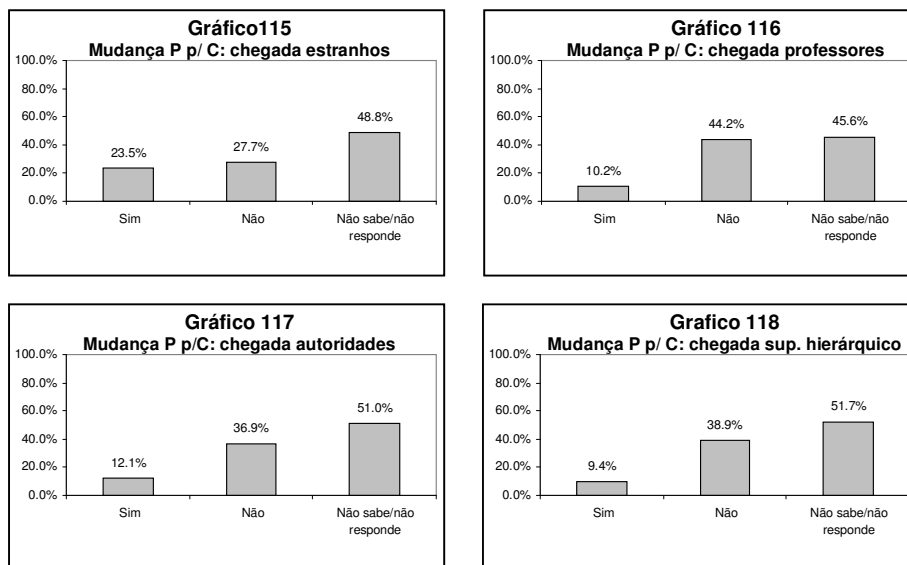
¹¹⁵ Cf. TF D169 a D179 e D189 a D199, Anexo 4

Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 111 a 114 – Distribuição dos inquiridos por alternância para a LP segundo chegada de pessoas associadas aos domínios formais

De facto, os restantes tipos de pessoas já acarretam alternância da LCV para a LP:

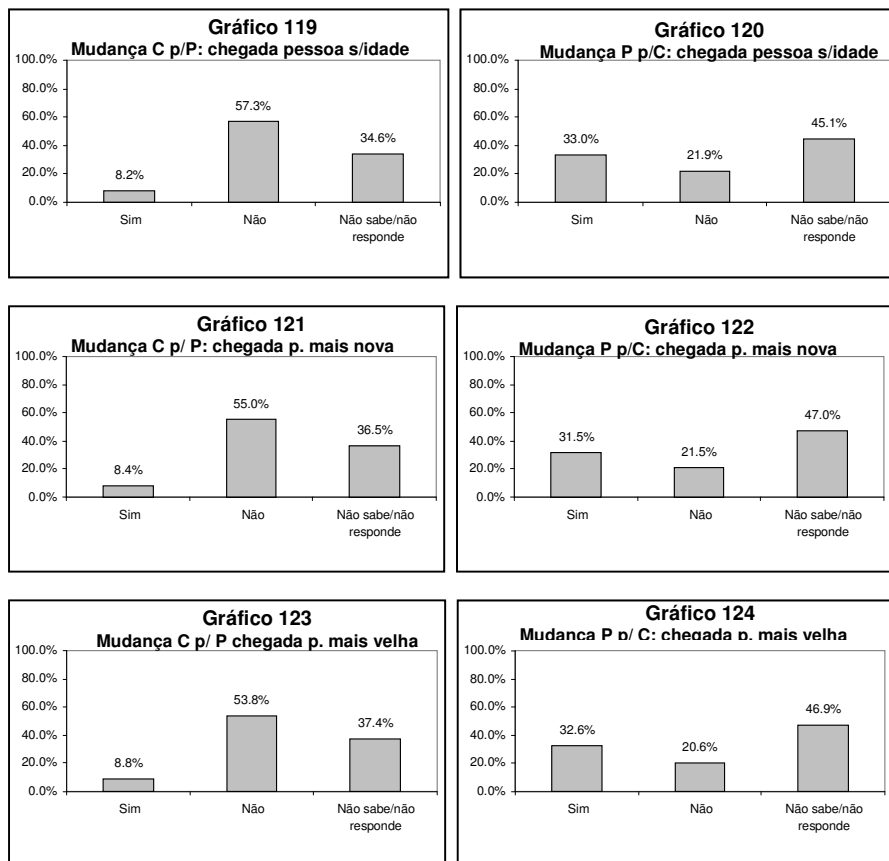


Gráficos 115 a 118 – Distribuição dos inquiridos por alternância para a LCV segundo chegada de pessoas associadas aos domínios formais

3.1.3.4.1.2. Idade da pessoa que chega

Os resultados¹¹⁶ esclarecem ainda mais o papel não interventor da variável idade no uso da LCV já que os inquiridos não alternam da LCV para a LP em função desse parâmetro. Contudo, interfere na escolha da LP já que a chegada numa situação de comunicação de pessoas da idade dos inquiridos, mais novas ou mais velhas implica a alternância da LCV para a LP. Esse resultado impele a reduzir o papel interventor de pessoas mais velhas na extensão do uso da LCV para os domínios formais.

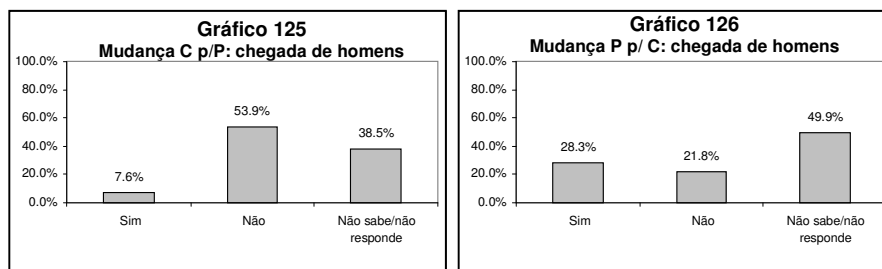
¹¹⁶ Cf. TFs D179 a 181; e D199 a 201, Anexo 4



Gráficos 119 a 124 – Distribuição dos inquiridos por alternância de línguas segundo idade da pessoa que chega

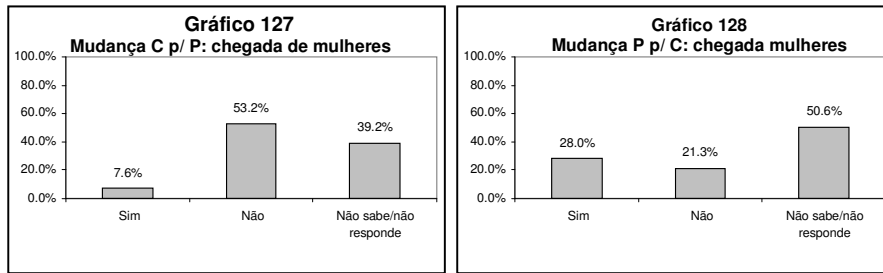
3.1.3.4.1.3. Sexo da pessoa que chega

O sexo¹¹⁷ não interfere na alternância: na alternância da LCV para a LP, prevalece o 'não' tanto para homens como para mulheres, e, na da LP para a LCV, prevalece o 'sim', mas também para os dois sexos; de destacar, neste último caso, os valores muito próximos entre si:



¹¹⁷ Cf. TF D182/202 e D183/203, Anexo 4

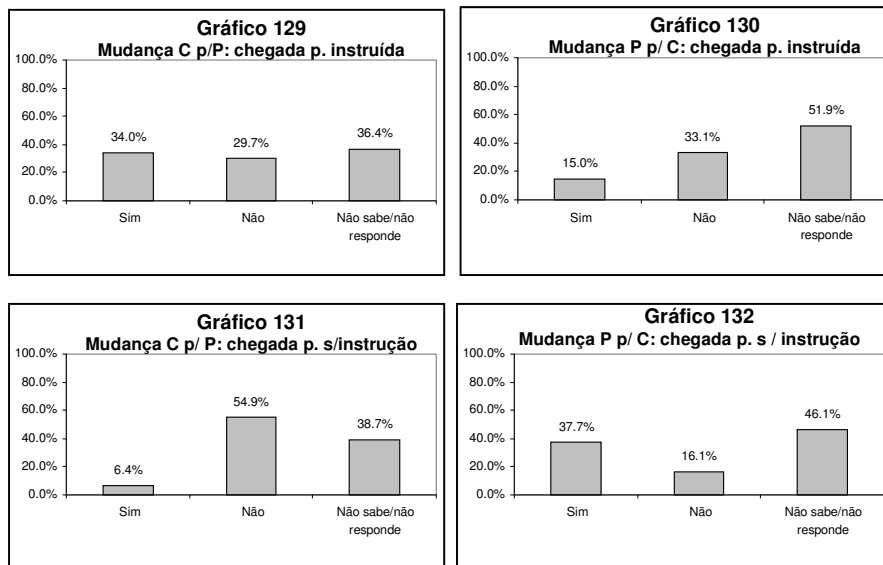
Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 125 a 128 – Distribuição dos inquiridos por alternância de línguas segundo o sexo da pessoa que chega

3.1.3.4.1.4. Instrução da pessoa que chega

Os resultados¹¹⁸ confirmam a interferência da variável instrução na escolha das línguas já que, tal como visto acima, pessoas instruídas implicam na alternância da LCV para a LP e pessoas sem instrução, da LCV para a LP:



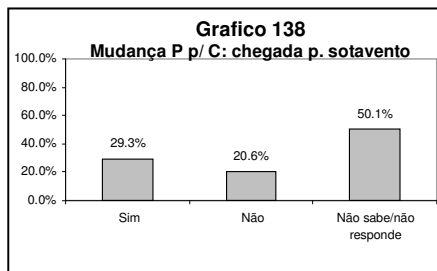
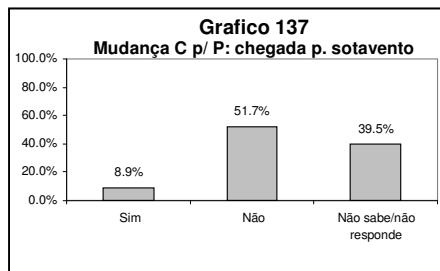
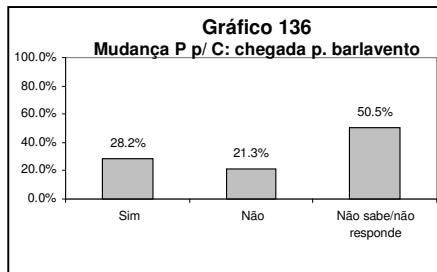
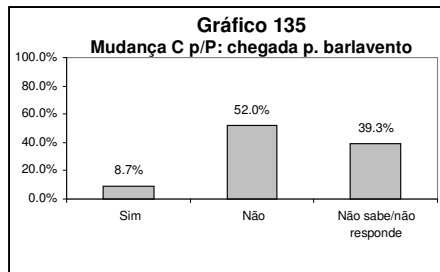
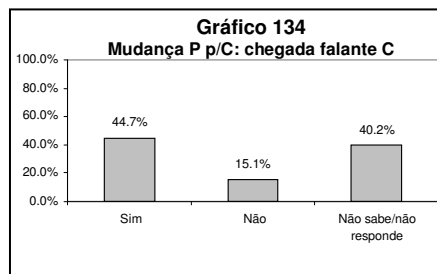
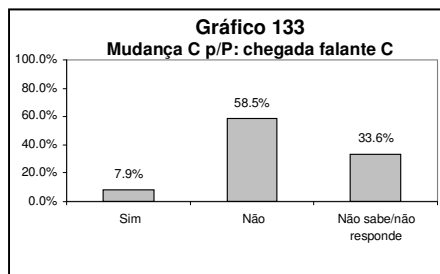
Gráficos 129 a 132 – Distribuição dos inquiridos por alternância de línguas segundo instrução da pessoa que chega

3.1.3.4.1.5. Língua e dialecto da LCV da pessoa que chega

Em função da língua e do dialecto da LCV dominado, os dados concorrem para a hipótese de a LCV¹¹⁹ ser a língua nacional e veicular dos cabo-verdianos, já que não ocorre alternância para a LP com a chegada de falantes da LCV. Contudo, estando a falar a LP, ocorre alternância para a LCV em função da chegada dessas pessoas, apesar da proximidade dos valores:

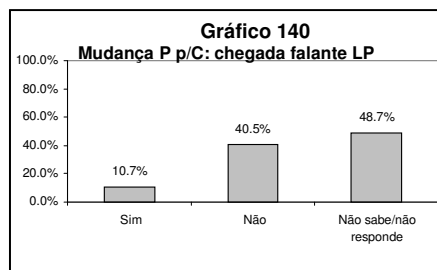
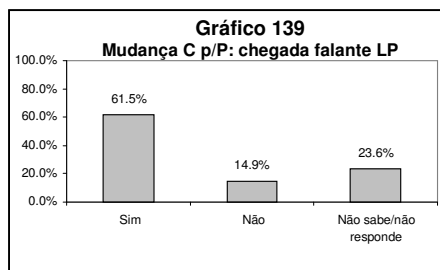
¹¹⁸ Cf. TFs D173 e 174; D193 e 194

¹¹⁹ Cf. TF D175, 177, 184 e 185/ D195, 197, 204 e 205, Anexo 4

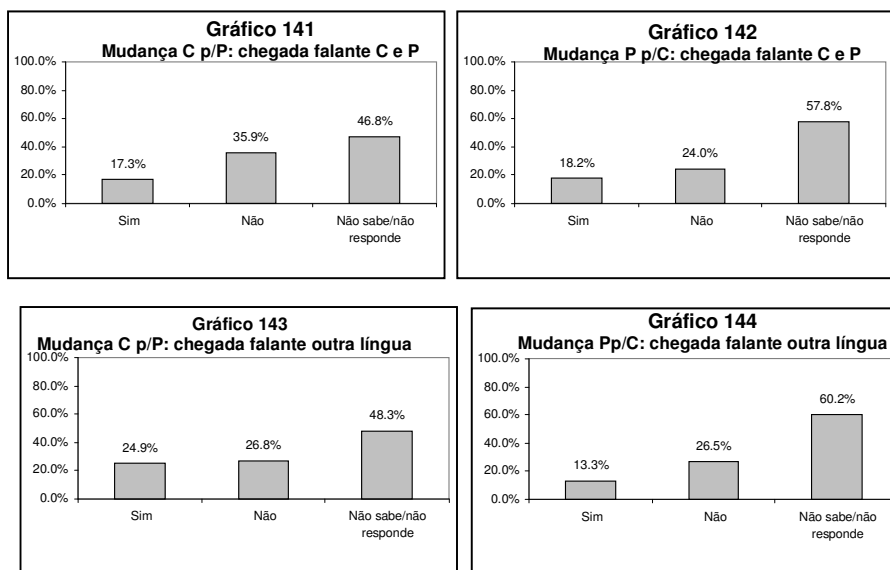


Gráficos 133 a 138 – Distribuição dos inquiridos por alternância de línguas segundo o dialeto de LCV dominado pela pessoa que chega

A LP evidencia-se como a língua de comunicação internacional¹²⁰ pois ela continua a ser a língua preferencial para falar com falantes de português e de outras línguas. Com efeito, estando a falar a LCV, a tendência é mudar para a LP em função da chegada de falantes de LP, apesar da quase igualdade dos valores; e, estando a falar português, mantém-se essa língua, com a chegada de falantes de LP, de LCV/LP e de outras línguas.



¹²⁰ Cf. TF D176, 178/D195, 196, Anexo 4



Gráficos 139 a 144 – Distribuição dos inquiridos por alternância segundo a língua da pessoa que chega

Assim, esses resultados concorrem para a afirmação do papel diferenciado dessas línguas e da tendência para a acomodação, mormente a manutenção da LCV ou da LP com a chegada de falantes bilíngues (de LCV/LP).

3.1.3.4.2. Factores em jogo: mudança de assunto

As perguntas do questionário relativas aos casos em que, estando a falar a LCV ou a LP com uma mesma pessoa, na mesma situação, mudaria para a LP ou para a LCV apenas por causa do assunto, permitem considerar a alternância de línguas em função dos seguintes padrões de mudança de assunto: i) interior domínios íntimos; ii) íntimos → informais; iii) íntimos → formais; iv) informais → formais; v) interior domínios formais; vi) formais → íntimos; vii) formais → informais. Como esperado, verifica-se, que mantendo-se a conversa em *assuntos dos domínios íntimos*¹²¹ ou passando a conversa *de assuntos íntimos para informais*¹²² não há alternância da LCV para a LP (cf. i) e v), acima).

Os valores globais relativos à alternância da LCV para a LP variam entre 39.9% (de assunto íntimo ou familiar para social) e 63.0% (de assunto íntimo para familiar ou problemas da vida) para o 'não' e entre 8.7% (de assunto familiar para íntimo ou problemas da vida) e 23.5% (de assunto íntimo ou familiar para social).

¹²¹ Cf. TF D206 a 208, Anexo 4

¹²² Cf. TF D216 a 219, Anexo 4

Contudo, há alternância da LP para a LCV entre assuntos dos domínios íntimos e na mudança de assuntos íntimos para assuntos informais¹²³, a única exceção em que não há alternância da LP para a LCV, mantendo-se a conversa na LCV, ocorre na mudança de assunto íntimo ou familiar para os sociais, destacando estes últimos como foco da extensão do uso da LP para os domínios informais, como já havia sido detectado.

- (i) Mudança de assunto íntimo ou familiar para social: 'sim' (37.4%); 'não' (24.7%)
- (ii) Nos restantes casos: 'sim' entre 33.2% (de problemas da vida para desportivo ou social) e 53.5% (de íntimo para familiar ou problemas da vida); 'não' entre 19.4% (de íntimo para familiar ou problemas da vida) e 26.3% (problemas da vida para desportivo ou social).

No que respeita à alternância em função da mudança de *assuntos íntimos para assuntos formais*¹²⁴ (i) estando a falar português, os inquiridos continuam a falar português, confirmando a LP como a língua escolhida para assuntos formais; e (ii) estando a falar a LCV, há alternância para a LP, como esperado, nos casos de mudança de assunto íntimo ou familiar para matérias das disciplinas, de problemas da vida para matérias das disciplinas ou escolar e de problemas da vida para oficial. Contudo, não há alternância para a LP, mantendo-se a conversa em LCV, nos casos de mudança de assunto íntimo ou familiar para religioso, político ou oficial e de problemas da vida para religioso ou político

- (i) Mudança de LP para LCV: os valores do 'não' variam entre 34.1% (problemas da vida para religioso ou políticos) e 40.6% (íntimo ou familiar para matérias das disciplinas e problemas da vida para matérias das disciplinas ou escolar);
- (ii) Mudança de LCV para LP: os valores do 'sim' variam entre 32.1% (de problemas da vida para oficial) e 48.8% (de problemas da vida para matérias das disciplinas ou escolar); e os do 'não' entre 26.8% (problemas da vida para matérias das disciplinas ou escolar) e 30.2% (de problemas da vida para oficial);
- (iii) os valores para o 'não' são mais elevados: entre 33.1% (íntimo ou familiar para oficial) e 36.3% (íntimo ou familiar para religioso); os do 'sim' situam-se entre 29.1% (íntimo ou familiar para oficial) e 30.8% (problemas da vida para religioso ou político).

Além disso, na *mudança de assuntos informais para assuntos formais*¹²⁵, (i) estando a falar em português, mantém-se a LP, como atestam os dados relativos à mudança de assunto desportivo para religioso ou oficial e de assunto social para religioso ou oficial; e (ii) estando a falar sobre assuntos informais em LCV, alterna-se

¹²³ Cf. TF D232 a 234; e 242 a 245, Anexo 4

¹²⁴ Cf. TF D209, 210, 214, 215, 218, 220, 221 / 235, 236, 240, 241, 244, 246, 247, Anexo 4

¹²⁵ Cf. TF D227 e 228 / D.253 e 254, Anexo 4

para a LP, na passagem para assuntos formais, pois os dados apontam para 'não', embora os valores do 'sim' sejam quase ou bastante iguais aos do 'não'.

- (i) Mudança de assunto desportivo para religioso ou oficial: 'não', 35.9%/sim, 22.0%; e de assunto social para religioso ou oficial ('não', 33.0%/sim', 24.8%);
- (ii) Mudança de assunto desportivo para religioso ou oficial ('não', 31.8%/sim', 29.1 %); e de assunto social para religioso ou oficial ('não', 33.6%/sim', 27.3%).

O esperado é que os assuntos formais¹²⁶ sejam abordados em português e é o que se verifica quando se questiona os inquiridos acerca da (i) alternância da LP para a LCV, mudando de um assunto formal para outro, pois neste caso a resposta predominante é 'não'. Contudo, no caso de alternância da LCV para a LP, a resposta 'sim' só prevalece no caso de mudança de matérias das disciplinas ou escolar para oficial pois, nos restantes, prevalece o 'não'. Ou seja, confirma-se que a LP não é a língua exclusiva dos domínios formais, e que são os assuntos oficiais e religiosos e políticos aqueles que mais têm algum papel na extensão do uso da LCV para os domínios formais.

Os dados que fundamentam essas conclusões são:

- (i) *Alternância da LP para a LCV*: matérias das disciplinas ou escolar para oficial ('não', 36.9%/sim', 22.8%; matérias das disciplinas ou escolar para religioso ('não', 33.6%/sim, 26.3); religioso para político ou oficial ('não', 35.5%/sim', 22.4%).
- (ii) *Alternância da LCV para a LP*: i) mudança de matérias das disciplinas ou escolar para oficial: 'sim', 34.9 %/'não', 29.2%; restantes casos: matérias das disciplinas ou escolar para religioso ('não', 34.2%/sim, 29.3); religioso para político ou oficial ('não', 31.4%/sim', 30.1%).

A situação é mais transparente quando se trata de mudar *de assuntos formais para assuntos dos domínios íntimos*¹²⁷ pois (i) estando a falar em português sobre assuntos dos domínios formais, a tendência é alternar para a LCV ao mudar para assuntos íntimos, mas (ii) estando a falar em LCV, a tendência é manter a LCV.

- (i) *Alternância de LP para LCV*: os valores do 'sim' variam entre 38.1% (oficial para problemas de vida) e 40.9% (matérias das disciplinas ou escolar para íntimo e matérias das disciplinas ou escolar para problemas da vida); e os do 'não' entre 21.9% (oficial para íntimo ou familiar) e 25.9% (matérias das disciplinas ou escolar para íntimo);
- (ii) *Alternância de LCV para LP*: valores do 'sim' sempre acima dos 44%; valores do 'não' entre 14.7% (de assuntos oficiais para problemas de vida) e 26.3% (de matérias das disciplinas ou escolares para assuntos íntimos).

¹²⁶ Cf. TF D222, 223 e 225 / D 248, 249 e 251, Anexo 4

¹²⁷ Cf. TF D211 a 213, 230 e 231/ D237 a 239, 256 e 257, Anexo 4

Situação idêntica ocorre na *mudança de assuntos formais para assuntos dos domínios informais*¹²⁸, pois mantém-se a conversa na LCV e alterna-se para a LP na passagem de assuntos formais para informais.

(i) *Alternância de LCV para LP*: os valores do 'não' oscilam entre 39.2% (político para desportivo ou social) e 60.5% (oficial para desportivo ou social) e os do 'sim' entre 17.7% (oficial para desportivo ou social) e 20.3% (matérias das disciplinas ou escolar para desportivo);

(ii) *Alternância de LP para LCV*: os valores do 'sim' variam entre 34.6% (matérias das disciplinas ou escolar para desportivo) e 38.8% (matérias das disciplinas ou escolar para desportivo) e os do 'não' entre 21.9% (matérias das disciplinas ou escolar para desportivo) e 28.9% (político para desportivo ou social).

3.1.3.4.3. Súmula das conclusões

Os resultados obtidos corroboram os anteriores quanto à distribuição das línguas por domínios e 'língua nacional e de comunicação internacional' e, por outro, atestam o papel predominante do interlocutor na escolha de língua. Com efeito, tem-se:

1. *Distribuição das línguas por domínios*: a LCV como língua dominante nos domínios íntimos e informais e a LP nos formais, embora não exclusivamente;

2. *Língua nacional e língua de comunicação internacional*: a LCV como a língua nacional e veicular dos cabo-verdianos e a LP como a língua dos domínios formais e de comunicação com os estrangeiros, a língua de comunicação internacional;

3. *Papel da pessoa que chega*: o interlocutor tem um papel predominante, seja pelo seu estatuto sociocultural seja pela língua ou dialecto da LCV que domina, uma vez que:

i) o estatuto superior sociocultural (estatuto e/ou papel, instrução e idade), mas não o sexo, suscita alternância da LCV para a LP e o estatuto inferior da LP para a LCV;

ii) o factor língua e dialecto da LCV dominado intervém do seguinte modo: a) a chegada de falantes da LCV ou de LCV/LP e de pessoas de barlavento ou sotavento não provocam alternância para a LP; b) a tendência é alternar da LCV para a LP com a chegada de falantes de LP ou de outras línguas e manter a LP se ela estiver a ser falada; c) a alternância da LP para a LCV apenas não ocorre com a chegada de falantes bilingues (LCV/LP);

¹²⁸ Cf. TF D224, 226, 229/D250, 252 e 255, Anexo 4

iii) *a pessoa que chega* leva a reduzir o papel interventor de pessoas mais velhas e estranhos já que apenas a chegada dessas pessoas associadas aos domínios formais faz alternar da LCV para a LP.

4. *Papel da mudança de tópico da conversação (assuntos)*: confirmam o papel pouco interventor dos assuntos na escolha de línguas, mantendo-se a LCV como a língua dos assuntos associados aos domínios íntimos e informais e a LP dos associados aos formais. Com efeito, a tendência é manter ou alternar para a LCV para os assuntos associados aos domínios íntimos e informais e manter ou alternar para a LP no caso de mudança para assuntos associados aos domínios formais. As exceções apontam para: i) os assuntos sociais como focos de extensão da LP para os domínios informais; ii) os assuntos religiosos, políticos e oficiais, como os que mais concorrem na extensão da LCV para os domínios formais; e iii) matérias das disciplinas e escolares como aqueles que menos concorrem:

4.1. *Alternância da LP para a LCV*:

i) ocorre na mudança: a) entre diferentes assuntos dos domínios íntimos; ii) de assuntos íntimos ou familiares para os desportivos; iii) de assuntos formais para assuntos íntimos e ainda: b) de assuntos formais para assuntos informais;

ii) não ocorre na mudança: a) de assuntos íntimos para assuntos sociais, destacando estes como factores de extensão da LCV para os domínios informais; b) de assuntos íntimos ou familiares para formais; e ainda: ic) de um assunto formal para outro assunto formal; e d) de assuntos informais para formais;

4.2. *Alternância da LCV para a LP*:

i) ocorre na mudança: a) de assuntos íntimos ou familiares para matérias das disciplinas; b) de problemas de vida para matérias das disciplinas ou para assuntos escolares e para oficiais; e ainda: c) de matérias das disciplinas para assuntos oficiais.

ii) não ocorre na mudança: a) entre diferentes assuntos dos domínios íntimos; b) de assuntos íntimos para informais; c) de assuntos íntimos ou familiares para assuntos religiosos, políticos e oficiais; d) de problemas de vida para religiosos ou políticos, assuntos esses que mais concorrem na extensão da LCV para os domínios formais; e ainda e) de assuntos formais para assuntos íntimos; f) de assuntos formais para assuntos informais.

3.1.3.5. Factor modo escrito (leitura e produção)

As secções anteriores foram dedicadas ao modo oral, o modo de interacção linguística por excelência. Contudo, considerou-se importante o papel do meio (escrita, leitura e fala) na configuração de dominância das línguas (*dominance configuration*) e ainda que o uso da L1 na leitura e na escrita, quando a alfabetização foi subsequente, é um factor de resistência à mudança de língua (cf. Capítulo 1, 1.1.3.2). Por isso, esta secção é dedicada ao modo escrito (leitura e produção), na perspectiva de testar o seu contributo para o reforço da LP no sistema de forças entre as línguas em contacto, mormente quando há evidências de uma diglossia modal (cf. secção 3.1.2.3.2.).

O uso das línguas no modo escrito será analisado tendo em conta a frequência e a duração da leitura e da escrita, o material de leitura e os assuntos que são lidos, bem como os tipos de texto que são escritos pelos inquiridos e sobre que assuntos. Contudo, há que não perder de vista as suas condicionantes como sejam: i) a predominância de material escrito em LP e a exiguidade e a natureza do que é escrito em LCV (obras literárias e textos de recolha do património oral); ii) as pessoas de um modo geral e os inquiridos em particular não serem alfabetizados em LCV.

Para observar o que é lido e escrito em português e cabo-verdiano, são usadas as tipologias textuais indicadas no capítulo de metodologia (cf. Capítulo 2, secção 2.3.1., para as perguntas fechadas e 2.3.2.1. para as abertas); e, para observar que assuntos são lidos em cada uma das línguas, eles foram considerados associados aos diferentes domínios (cf. Capítulo 2, secção 2.3.1.).

Os resultados das tabelas de frequência são aprofundados com resultados de tabelas de cruzamento: i) da língua em que têm sido lidos os diferentes materiais de leitura com os da língua usada para ler os diferentes tipos de assuntos¹²⁹; ii) dos textos habitualmente escritos na LCV e a língua usada para escrever assuntos seleccionados¹³⁰.

Ademais, os resultados da análise estatística são confrontados com os da análise das perguntas abertas do questionário: P. 48 para leitura e P. 53, 54 e 55, para a produção escrita; e a escrita na LCV será analisada com base nas respostas às perguntas abertas 60, 61 e 62 (cf. Anexo 1).

¹²⁹ Cf. TCs 5.17.1., 2, 3, 4, 5 e 6

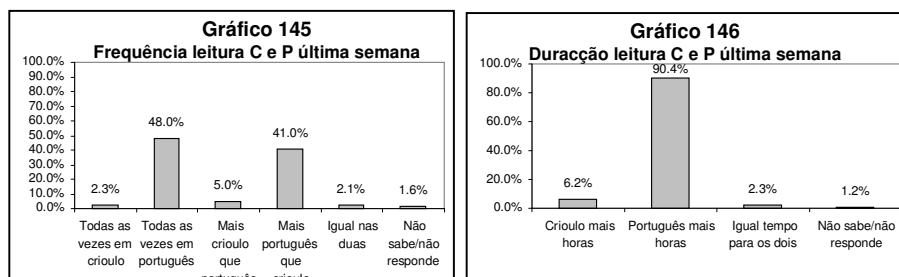
¹³⁰ Cf. TC. 5.18

3.1.3.5.1. Leitura

3.1.3.5.1.1. Abordagem geral

A competência de leitura é superior em português já que ela é a língua mais bem dominada, preferida e aquela em que os inquiridos se sentem mais à vontade a ler, embora não seja desprezível, antes pelo contrário, a percentagem dos inquiridos que prefer ler em LCV (cf. secção 3.1.2.3.2.).

Essa prevalência da LP na leitura é confirmada pelos dados sobre a frequência e duração com que as duas línguas foram usadas para ler, na última semana antes do inquérito¹³¹, os quais dão preponderância à LP, com os restantes valores irrelevantes:



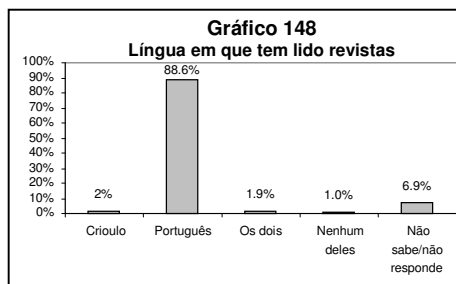
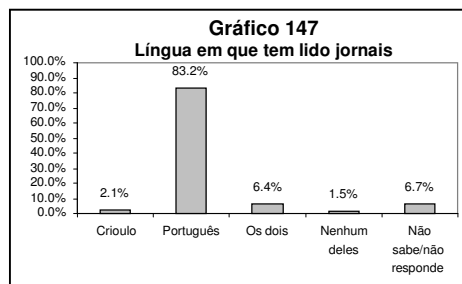
Gráficos 145 e 146 – Distribuição dos inquiridos por frequência e duração e leitura nas duas línguas

Essa prevalência da LP para a leitura também ocorre para a imprensa escrita (jornais e revistas), textos didático científicos (livros escolares), literários e persuasivo-argumentativos (avisos, anúncios e letreiros), com excepção de 'publicidade'.

Na imprensa escrita, como já havia sido evidenciado para a rádio e a televisão, predomina a LP, embora com alguma extensão da LCV. Com efeito, a LP é a língua utilizada para ler jornais e revistas¹³² quase em exclusivo, ainda mais quando são desprezíveis os valores das duas línguas e os da LCV:

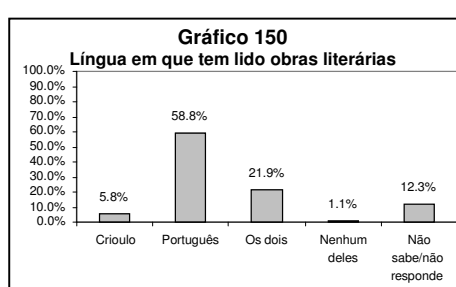
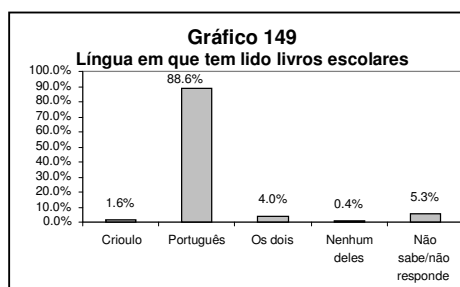
¹³¹ Cf. TF D140 e D141), Anexo 4

¹³² Cf. TF D122 e 123, Anexo 4



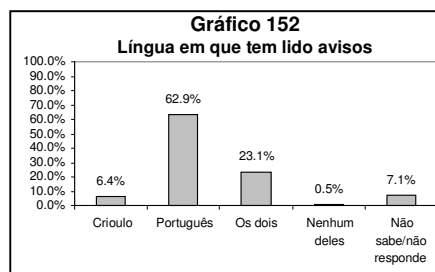
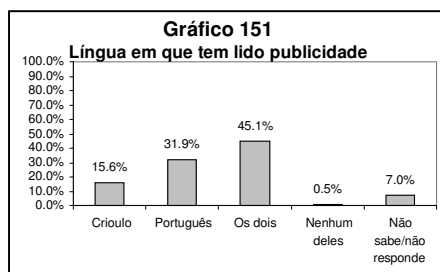
Gráficos 147 e 148 – Distribuição dos inquiridos por língua usada para ler textos jornalísticos

O mesmo se passa com os textos didático-científicos e com os literários¹³³, ainda que, neste último caso, o valor atingido pelas duas línguas, simultaneamente, seja importante:



Gráficos 149 e 150 – Distribuição dos inquiridos por língua usada na leitura de textos didático – científicos e literários

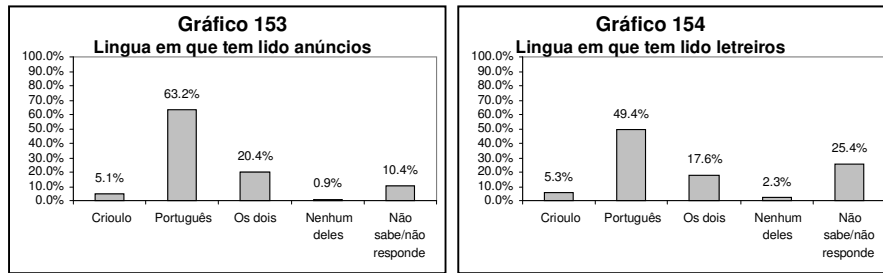
No que respeita aos textos persuasivo-argumentativos¹³⁴, a LP é também a língua usada para ler (avisos, anúncios, letreiros), ainda que os valores de LCV/LP sejam importantes. A única exceção é 'publicidade', em que o valor mais elevado vai para as duas línguas em simultâneo (LCV/LP), embora esse valor não se destaque do da LP e a LCV tenha um valor relevante:



¹³³ Cf. Anexo 4: TF D124, para textos didático científicos; e TF D125, para os literários

¹³⁴ Cf. TF D126 a 129, Anexo 4

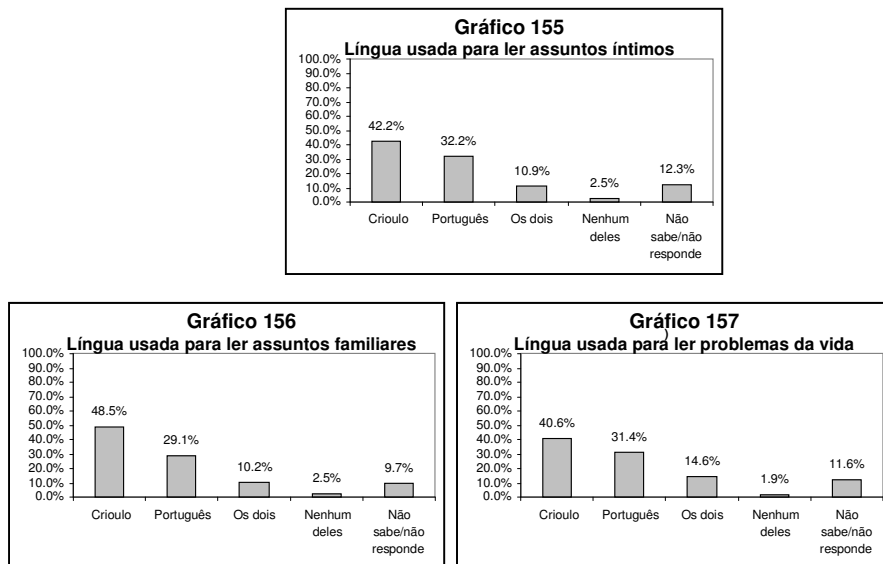
Capítulo 3. 1. Análise do questionário



Gráficos 151 a 154 – Distribuição dos inquiridos por língua usada para ler textos persuasivo-argumentativos

Quanto aos assuntos sobre os quais os inquiridos lêem numa e noutra língua, a LCV é a língua mais utilizada para ler sobre os assuntos que se integram nos domínios íntimos, ao passo que a LP é a mais usada para ler sobre assuntos informas e formais.

Com efeito, a LCV é apontada como a língua mais usada para ler textos sobre os assuntos associados aos domínios íntimos¹³⁵, seguida da LP e das duas línguas: o valor da LCV distancia-se do da LP, em assuntos íntimos, os valores da LCV e da LP são próximos em assuntos familiares e problemas de vida, e os valores de LCV/LP, numa evidente terceira posição, são próximos dos da LP, para qualquer desses assuntos:



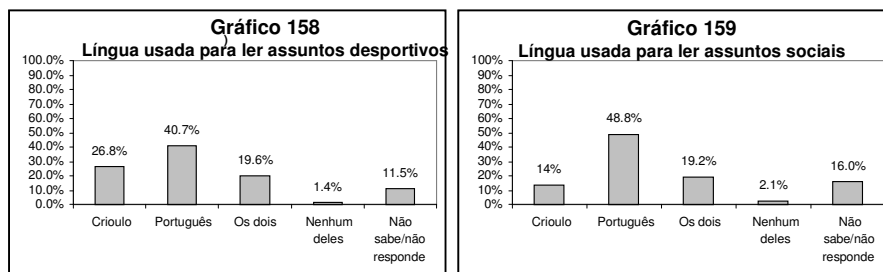
Gráficos 155 a 157 – Distribuição dos inquiridos por língua usada para ler sobre assuntos associados aos domínios íntimos

Relativamente aos assuntos informais¹³⁶, a LP é a língua usada para ler textos desse tipo, ainda que para os assuntos desportivos a ordem seja LP – LCV – LCV/LP e que para os sociais seja LP – LCV/LP – LCV; relativamente a ambos os assuntos, o

¹³⁵ Cf. TF D130 a 132, Anexo 4

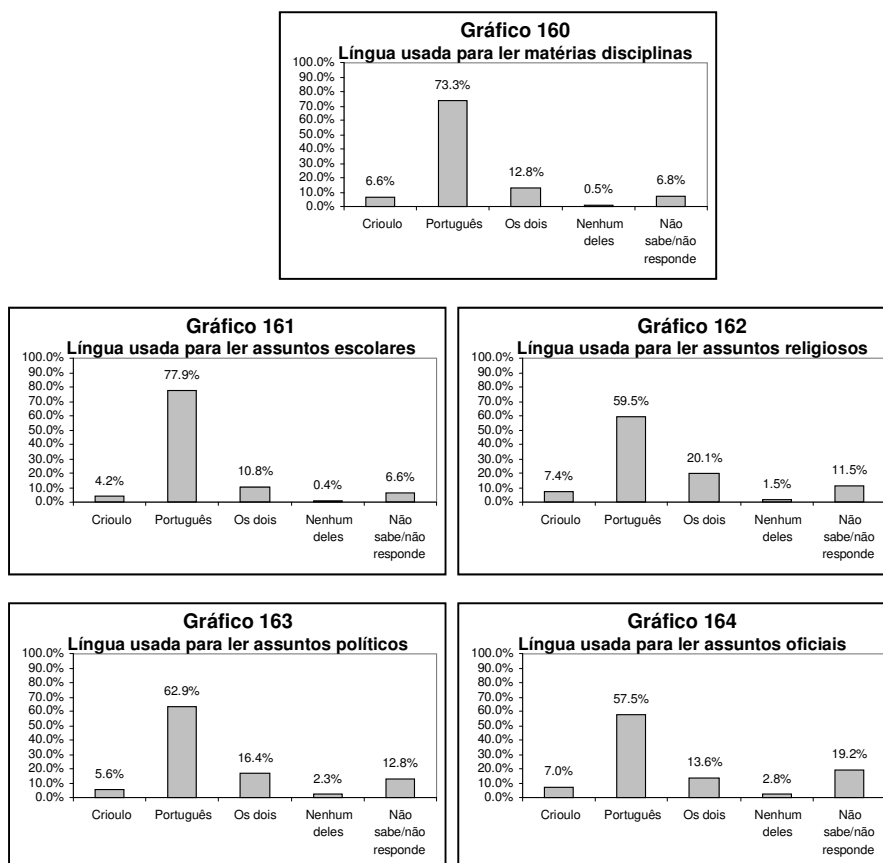
¹³⁶ Cf. TF D137 e 138, Anexo 4

valor da LP destaca-se dos restantes e os valores da LCV e LCV/LP são próximos e relevantes:



Gráficos 158 e 159 – Distribuição dos inquiridos por língua usada para ler sobre assuntos associados aos domínios informais

É também a LP a língua mais usada para ler sobre assuntos formais¹³⁷: os valores dessa língua são sempre destacados, seguidos dos das duas línguas com valores relevantes e finalmente da LCV com valores desprezíveis:



Gráficos 160 a 164 – Distribuição dos inquiridos por língua usada para ler sobre assuntos associados aos domínios formais

¹³⁷ Cf. TF D133 a 136 e D139, Anexo 4

3.1.3.5.1.2. *Cruzamento de factores: assuntos com material de leitura*

Para seleccionar os cruzamentos, teve-se conta a possibilidade da ocorrência dos assuntos com os produtos textuais considerados.

(i) Foram realizados os seguintes cruzamentos: 1. problemas de vida X jornais e revistas; 2. assuntos familiares X avisos e anúncios; 3. assuntos desportivos e sociais X textos jornalísticos e X textos persuasivo – argumentativos; 4. assuntos formais: i) assuntos religiosos, políticos e oficiais X jornais, revistas, avisos, anúncios e publicidade; ii) matérias das disciplinas X livros escolares; iii) assuntos escolares X livros escolares, avisos, anúncios e publicidade.

(ii) Não foram produzidos o cruzamento de obras literárias com qualquer assunto, tendo em conta que o importante é que a obra literária seja escrita em LP ou em LCV já que qualquer assunto pode ser tratado literariamente; e também o de letreiros X assuntos dado a natureza desses tipos de textos.

1. *Problemas de vida X jornais e revistas*

As informações constantes das tabelas de cruzamento respeitantes a problemas de vida¹³⁸ demonstram que, apesar de os inquiridos afirmarem ler sobre problemas de vida predominantemente em LCV e, também, relevantemente em LP e em LCV/LP, essa leitura não é feita nos jornais e revistas. Nesses materiais só a LP tem valores relevantes, o que aliás confirma o resultado já encontrado de esses textos serem quase que exclusivamente em português.

Com efeito, a maioria dos inquiridos lê jornais e revistas em LP, seja de entre os inquiridos que dizem ter lido sobre problemas de vida em cabo-verdiano (86.9%/91.1%), como de entre os que têm lido sobre esse assunto em LP (87.1%/94.1%) ou dos que têm lido sobre esse assunto em LCV/LP (83.4%/93.8%).

2. *Assuntos familiares X avisos e anúncios*

Resultados anteriores (cf. secção 3.1.3.5.1.) apontaram a LCV como a língua usada para ler assuntos associados aos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida). Ora, os cruzamentos mostram que¹³⁹ não é em avisos e anúncios que os assuntos familiares são lidos predominantemente em cabo-verdiano, tanto de entre os inquiridos que lêem esses assuntos em cabo-verdiano como os que os lêem em português, ou nas duas línguas. Assim, coloca-se a hipótese, a confirmar, de essa leitura ocorrer em textos mais íntimos e pessoais escritos pelos próprios inquiridos.

¹³⁸ Cf. TCs 5.17.1.1. e 5.17.2.1., Anexo 5

¹³⁹ Cf. TCs 5.17.4.1 e 5.17.5.1., Anexo 5

A maioria lê primeiramente em português os avisos e os anúncios (54.7% a 72.5%), depois nas duas línguas (18.3% a 39.2%) e finalmente na LCV que nunca atinge valores relevantes.

3. Assuntos desportivos e sociais X textos jornalísticos e textos persuasivo – argumentativos

A LP predomina incontestavelmente como língua usada para ler sobre os assuntos desportivos e sociais em jornais e revistas¹⁴⁰ tanto por parte dos inquiridos que têm lido sobre esses assuntos em português, como daqueles que têm lido sobre eles em cabo-verdiano e nas duas línguas.

Os valores de LP variam entre 81.9% e 94.2%; e LCV/LP atinge valor relevante por duas vezes, ambas de entre os inquiridos que têm lido sobre assuntos desportivos nas duas línguas: 12.0% para jornais e 11.7% para revistas.

No que respeita aos textos persuasivo – argumentativos¹⁴¹, confirma-se a extensão do uso do cabo-verdiano escrito para textos de publicidade, pois enquanto as duas línguas (LCV/LP) disputam a primeira posição nesse material de leitura, a LP predomina para esses assuntos em avisos e anúncios. De facto, tanto os inquiridos que dizem ler sobre esses assuntos em cabo-verdiano como os que dizem fazê-lo em português e nas duas línguas, consideram ler avisos e anúncios mais em português, depois nas duas línguas, e muito poucos em cabo-verdiano; essa língua só tem valores relevantes de entre os inquiridos que dizem ler avisos em LCV, sobre assuntos desportivos e sociais.

Quanto à publicidade, o primeiro lugar vai para as duas línguas, o segundo para a LP e o terceiro para a LCV, com valores nada desprezíveis – tanto para os inquiridos que dizem ler publicidade em LCV, como para aqueles que o fazem em português e nas duas línguas; quer para assuntos desportivos como para assuntos sociais.

(i) *Avisos e anúncios*, de entre os inquiridos que dizem ler sobre esses assuntos em LCV, LP e LCV/LP: i) LP, valores entre 57.3% a 71.1%; LCV/LP: 15.9% a 35.4%); LCV, valores relevantes de entre os inquiridos que dizem ler avisos: assuntos desportivos, 10.9%; assuntos sociais, 11.0%;

(ii) *Publicidade*: de entre os inquiridos que dizem ler publicidade em LCV, em LP, e em LCV/LP, quer para assuntos desportivos como para assuntos sociais: LCV/LP (41.9% e 66.1%) – LP (19.3%/39.7%) – LCV (11.2% a 24.6%).

¹⁴⁰ Cf. TCs 5.17.1.4 e 5; 5.17.2.4 e 5., Anexo 5

¹⁴¹ Cf. no Anexo 5: TCs 5.17.4.5 e 6; 5.17.5.5 e 6; 5.17.6.4. e 5.

4. Assuntos formais X diferentes materiais de leitura

A LP é confirmada como a língua dos assuntos formais nos resultados das tabelas de cruzamento entre língua usada para ler sobre assuntos formais em diferentes materiais de leitura¹⁴², embora não se possa falar de exclusividade em virtude dos valores de LCV/LP em todos os tipos de assuntos.

Os cruzamentos são: (i) assuntos religiosos, políticos e oficiais X jornais, revistas, avisos, anúncios e publicidade; (ii) matérias das disciplinas X livros escolares; e (iii) assuntos escolares X livros escolares, avisos, anúncios e publicidade).

A LP prevalece para a leitura de matérias das disciplinas, assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais, tanto de entre os inquiridos que dizem ter usado a LCV como daqueles que dizem ter usado a LP ou as duas línguas, em jornais, revistas, livros, avisos e anúncios, já que a ordem de uso das línguas é sempre LP – LCV/LP – LCV. A LCV/LP tem valor relevante em jornais/assuntos políticos e em avisos e anúncios/assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais; a LCV tem valores irrelevantes no geral, com exceção dos inquiridos que dizem ter usado a LCV para ler avisos sobre assuntos religiosos e políticos.

(i) Ordem de uso das línguas é sempre LP – LCV/LP – LCV, com os valores da LP entre os 52.5% e os 93.9%; (ii) valores relevantes de LCV/LP: jornais/assuntos políticos (11.3%); em avisos e anúncios/assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais (16.0% a 34.6%); e (iii) valores relevantes de LCV: avisos X assuntos religiosos (12.9%) e políticos (15.2%).

Os indícios de incursão da LCV nos materiais escritos acontece sobretudo na publicidade – como já acontecera para os assuntos informais –, já que de entre os que têm lido publicidade em LP e em LCV/LP predomina a ordem LCV/LP – LP – LCV, quer para os que têm lido sobre assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais em LP como para os que o têm feito em LCV/LP. De entre os inquiridos que dizem ler tanto publicidade como sobre esses outros assuntos em cabo-verdiano, a ordem LP – LCV/LP – LCV ocorre apenas para assuntos escolares, com os valores de LP e de LCV/LP muito próximos e a LCV num evidente terceiro lugar.

De resto ocorrem: a) a ordem LCV/LP – LCV – LP para assuntos políticos, com os valores de LCV/LP e LCV relativamente próximos e o da LP bastante próximo do da LCV; e para assuntos oficiais, em que os valores de LCV/LP e LCV são próximos e o

¹⁴² Cf. no Anexo 5: TCs 5.17. 1. 2., 3. e 6; 5.17. 2. 2., 3. e 6; 5.17.3.1. e 2; 5.17. 4.2., 3, 4 e 7; 5.17.5. 2., 3, 4 e 7; e 5.17.6.1., 2,3 e 6.

da LCV quase igual ao da LP, o que também não altera o resultado; e b) a ordem LCV – LCV/LP – LP para assuntos religiosos, em que os valores de LCV e de LCV/LP são quase iguais e o da LCV muito próximo de LCV/LP.

- (i) De entre os que têm lido publicidade em LP e em LCV/LP sobre assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais: LCV/LP – LP – LCV, com os valores de LCV/LP entre 37.5% e 66.9%, os de LP entre 18.2% e 38.2%, e os da LCV entre 12.5% e 16.3%;
- (ii) De entre os inquiridos que dizem ler publicidade em cabo-verdiano e esses assuntos em cabo-verdiano, os resultados são: i) assuntos escolares: LP 40.0% – LCV/LP, 36.0%, – LCV, 18.7%; ii) LCV/LP – LCV – LP para: a) assuntos políticos: LCV/LP, 41.4% – LCV, 30.3% – LP, 24.2%; e b) oficiais: LCV/LP, 39.0% – LCV, 29.3% – LP, 28.5%; iii) assuntos religiosos: LCV, 33.6% – LCV/LP, 32.8% – LP, 28.2%.

Em suma: a LP é a língua da competência da leitura, usada com mais frequência e durante mais tempo, para ler textos didáctico-científicos e literários e também textos relativos a assuntos informais e formais em textos jornalísticos (jornais e revistas), textos persuasivo-argumentativos (avisos e anúncios) e publicitários. A não exclusividade da LP no material de leitura considerado aponta para uma incursão da LCV nos textos publicitários (letrados e publicidade).

A prevalência da LCV para a leitura sobre problemas de vida, mas não em jornais e revistas, bem como para a leitura relativa a assuntos familiares, mas não em avisos e anúncios, necessita ainda de ser aprofundada. Neste momento da análise, coloca-se a hipótese de se tratar da leitura de escritos mais íntimos e pessoais, da autoria dos próprios inquiridos, focalizados nesses assuntos, o que se procurará confirmar na secção seguinte, sobre a produção escrita.

3.1.3.5.1.3. Confronto com dados da análise qualitativa: perguntas abertas

Nesta secção, os resultados da análise estatística sobre a leitura são confrontados com os obtidos na análise das respostas à pergunta aberta 48 do questionário¹⁴³, focalizada na leitura e desdobrada em duas: 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' (P. 48.1.) e 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (P.48.2.).

Para além do que foi dito no capítulo de metodologia (cf. secção 2.3.2.1. do capítulo 2) há que não perder de vista que: i) a resposta 'nenhum', por exemplo, pode

¹⁴³ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, anexo 11. Os dados gerais desta pergunta são: P. 48.1. - 2.070 respostas, equivalendo a 50.81% dos inquiridos e fornecidas por 904 respondentes; e P.48.2. - 2.357 respostas, equivalendo a 56,12% dos inquiridos e fornecidas por 999 respondentes

não significar que os inquiridos não gostem e/ou não queiram ler em LCV. Antes, pode ser resultar do pouco acesso que eles têm aos textos em LCV devido a, por um lado, essa produção se resumir a algumas obras literárias e, por outro, a LCV não ser ensinada nas escolas; e ii) esse confronto não é muito rigoroso por, nomeadamente, as tipologias de textos usadas nas perguntas fechadas e nas abertas serem diferentes (cf. secção 2.3.2.1. do capítulo 2).

Os resultados confirmam a predominância da LP para a leitura de textos literários, de textos informativo-referenciais (académicos/escolares e didáctico científicos, este último agora ampliado com os textos indicados pelos respondentes) e de textos informativos (jornais, revistas e outros, incluindo textos sobre assuntos desportivos e sociais, que a análise estatística detectou estarem presentes em jornais e revistas, mas também em avisos e anúncios). Com efeito, o número de respostas é maior para 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' do que para 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP'. Os resultados sistematizados respeitantes a cada texto constam do Anexo 12.28.

Contudo, os resultados também dão sinais da aceitação de uma eventual extensão do uso da LCV para textos literários, informativo-referenciais (textos didáctico-científicos e académicos/escolares) e textos informativos (jornalísticos e na internet) por (i) ser maior o número global das respostas para 'ler em LP, mas gostar de ler em LCV', do que para 'ler em LCV, mas gostar de ler em LP'; ii) identicamente, o número de respostas ser mais elevado para nenhum em 'ler texto em LCV, mas gostar de o ler em LP', do que para 'nenhum' em 'ler texto em LP, mas gostar de o ler em LCV'; e (iii) ser maior o número de respostas para todos em 'ler os textos em LP, mas gostar de os ler em LCV', não pedida, do que todos em 'ler os textos em LCV, mas gostar de os ler em LP', o que, se por um lado é o esperado, tendo em conta a situação quanto à quantidade e natureza do material de leitura existente, não deixa porém de indiciar uma atitude de abertura para a leitura em LCV.

Esses comentários resultam dos seguintes resultados:

- (i) 'ler em LP, mas gostar de ler em LCV', P. 48.2. (2.357 respostas); e 'ler em LCV, mas gostar de ler em LP', P. 48.1. (2.070 respostas);
- (ii) respostas para 'nenhum': i) em 'ler texto em LCV, mas gostar de o ler em LP', (684 respostas i.é, 33.04% delas); ii) em 'ler texto em LP, mas gostar de o ler em LCV' (271 respostas, 11.50% delas); e
- (iii) respostas para 'todos': i) em 'ler os textos em LP, mas gostar de os ler em LCV', não pedida, (49 respostas, 2.08% delas); ii) em 'ler os textos em LCV, mas gostar de os ler em LP' (apenas 2 respostas, 0.10%).

A presença da LCV também é confirmada em:

i) *textos publicitários* (letreiros e publicidade), como detectado pela análise estatística, e outros agora referidos pelos inquiridos (folhetos, cartazes, catálogos... e grafitis), pois diferentemente do que se vem observando, o número de respostas é maior para 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' do que para 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV';

ii) *avisos e anúncios e ainda convites*, outra subcategoria dos textos persuasivo-argumentativos: o número de respostas é maior para 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' do que para 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV'. Acredita-se que tal poderá resultar do facto de 'convites', apontado pelos inquiridos, ter sido considerado no questionário apenas como texto para redacção; o resultado da análise estatística aponta para a predominância da LP para a leitura de avisos e anúncios.

Os resultados em que se baseia são: (i) *textos publicitários* (letreiros e publicidade, folhetos, cartazes, catálogos... e grafite): 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' (211 respostas, ou seja, 10.19 % das respostas à P. 48.1.); 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (130 respostas, ou seja, 5.52 % das respostas à P. 48.2); (ii) *avisos e anúncios e convites*: 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' (404 respostas, ou seja, 19.52 % das respostas à P. 48.1.); 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (302 respostas, ou seja, 12.81% % das respostas à P. 48.2).

A hipótese do uso da LCV para a leitura de textos resultantes de uma escrita mais pessoal e espontânea ganha consistência. Com efeito, nos textos de correspondência mais tradicionais (bilhetes, cartas, cartões, postais e telegramas) os valores mais altos são para 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV'. Contudo, nos restantes escritos integrados na categoria de textos persuasivo-argumentativos (escrita pessoal e espontânea, mas íntima; produção escrita associada às novas tecnologias e textos administrativos) observa-se sempre uma superioridade no número de respostas para 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP'.

De notar, relativamente aos textos administrativos, que se estranha o facto de os resultados apontarem a sua leitura em LCV, com aceitação de extensão do uso da LCV, uma vez que a LP tem sido a língua escrita da administração pública cabo-verdiana, de forma estrita, razão aliás porque sequer foram considerados na tipologia para a produção escrita.

Esses valores são pois: (i) escrita pessoal e espontânea, mas íntima (diário; coisas íntimas, segredos; sobre assuntos familiares, íntimos e problemas de vida; frases de amor, pensamentos, orações, disparates, dedicatórias, dilemas): 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' (21/1.01%); e 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (20/0.85%); (ii) escrita associada às novas tecnologias (e-mails, mensagens telemóvel e diálogos de conversas no MSN): 'ler em LCV, mas gostar de os ler em

LP' (34/1.64%); e 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (27/1.15%); (iii) textos administrativos (documentos, actas, convocatórias, declarações, requerimentos, agenda, recibos, boletins, reclamações...): 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' (9/0.43%); e 'ler em LP, mas gostar de os ler em LCV' (5/0.21%).

A supremacia de 'ler em LCV, mas gostar de os ler em LP' também se verifica para textos de produções do património oral (adivinhas, provérbios e lengalengas) e textos injuntivos (instruções de uso, funcionamento e utilização de objectos e instrumentos, formulários, receitas, menus de restaurantes e legendas de programas televisivos e de filmes). No primeiro caso, atribui-se a diferença de 3 respostas ao facto de ser natural que os respondentes tenham sido confrontados com esse material em LCV em obras de recolha do património oral ou mesmo nas aulas de cultura cabo-verdiana, sendo que o caso dos textos injuntivos deverá ainda ser aprofundado.

Em suma:

Desse confronto, confirma-se a LP como a língua mais usada para ler os diferentes tipos de texto. Também foram detectados sinais da aceitação de uma eventual extensão do uso da LCV para textos literários, informativo-referenciais (textos didáctico-científicos e académicos/escolares) e textos informativos (jornalísticos e na internet).

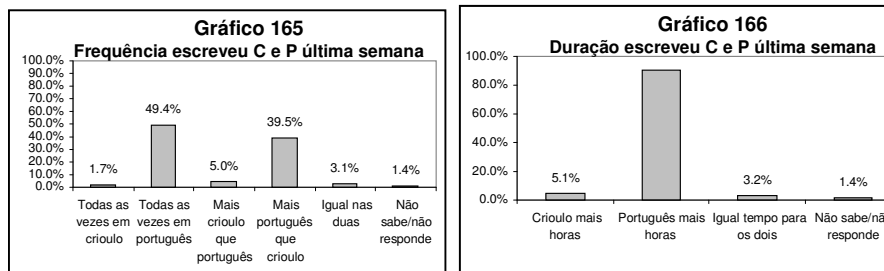
Igualmente, confirma-se a presença da LCV nos textos publicitários (letrados e publicidade) e ganha consistência a hipótese da presença mais forte da LCV para a leitura de textos resultantes de uma escrita mais pessoal (textos expressivos e expressivo-referenciais). Os resultados apontam ainda para a extensão do uso da LCV na outra subcategoria dos textos persuasivo-argumentativos (avisos, anúncios e convites), eventualmente em função dos convites, e para os textos do património oral e injuntivos.

3.1.3.5.2. Produção escrita

Antes de se observar mais detalhadamente como se passa o uso das línguas para escrever, em função da frequência e duração do uso, dos tipos de texto que são escritos pelos inquiridos e sobre que assuntos, relembre-se que de acordo com os resultados obtidos até agora, a LP é a língua mais bem dominada para escrever e também aquela que a maior parte dos inquiridos prefere (para) e se sente mais à vontade a escrever (cf. secção 3.1.2.3.2.).

3.1.3.5.2.1. Abordagem geral

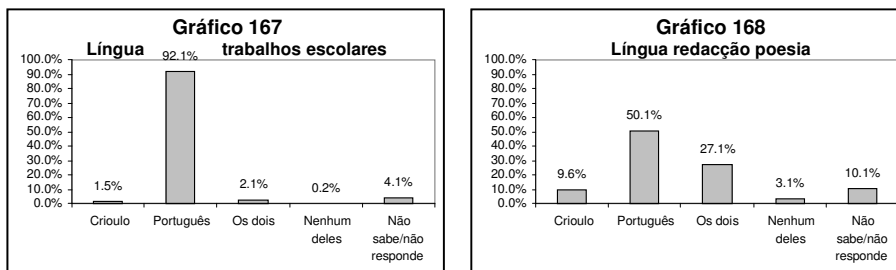
A LP é a língua usada para escrever com mais frequência e durante mais tempo¹⁴⁴ visto que a maioria dos inquiridos afirma que todas as vezes que escreveu foi em português, seguindo-se os que afirmam ter escrito mais português que cabo-verdiano e ainda porque a esmagadora maioria dos inquiridos diz ter escrito a LP durante mais horas; de resto, todos os valores são irrelevantes:



Gráficos 165 e 166 – Distribuição dos inquiridos por frequência e duração da redacção nas duas línguas

Para se perceber melhor o comportamento dos inquiridos na produção escrita, observa-se, a seguir, a língua usada para escrever diferentes tipos de texto¹⁴⁵, usando-se como auxiliar a tipologia textual construída para o efeito (cf. Capítulo 2, secção 2.3.1.)

Embora a LP domine praticamente com exclusividade para escrever trabalhos escolares, tal não acontece nos restantes escritos. Com efeito, na poesia, embora seja a mais usada, o valor de LCV/LP é importante:



Gráficos 167 e 168 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever trabalhos escolares e poesia

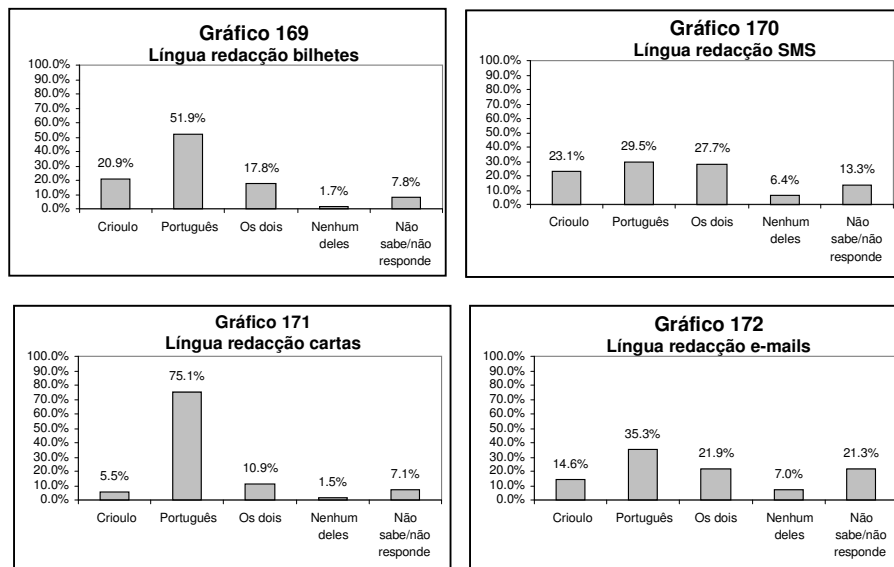
Igualmente, a LP é a língua mais usada para escrever os textos expressivos e expressivo-referenciais, embora não exclusivamente pois: i) nos bilhetes a LCV ocupa a segunda posição com valor praticamente igual ao de LCV/LP; e, nos restantes textos

¹⁴⁴ Cf. TF D163 e 164, Anexo 4

¹⁴⁵ Cf. Anexo 4, TF D. 142 a 152 para língua usada para escrever os diferentes tipos de texto; e TF D153 a 162 para língua usada para escrever sobre os diferentes tipos de assuntos.

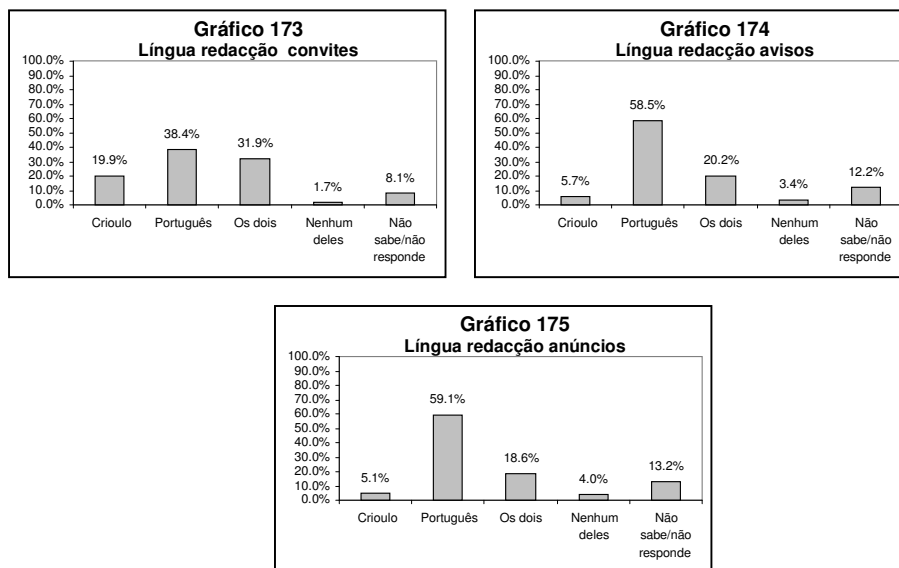
Capítulo 3. 1. Análise do questionário

deste tipo, embora a ordem de valores seja sempre LP – LCV/LP – LCV, com os valores da LP sempre mais altos, os de LCV/LP e de LCV atingem valores importantes:



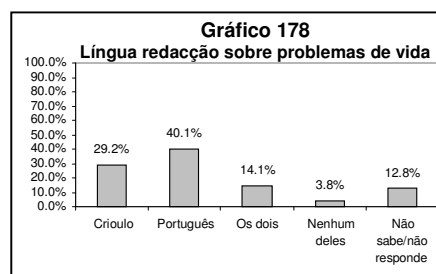
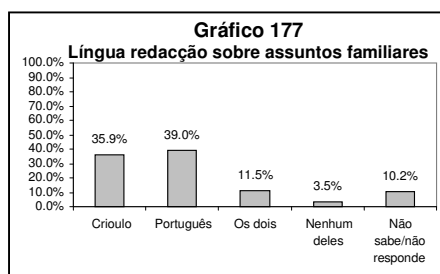
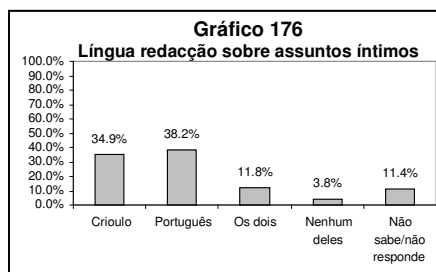
Gráficos 169 a 172 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever textos expressivos e expressivo-referenciais

Identicamente, a LP não é a única língua usada para escrever os textos persuasivo-argumentativos, pois embora ocupe a primeira posição, nos convites, o valor de LCV/LP se aproxima do da LP e o da LCV é importante (único valor relevante nesse contexto); nos avisos e anúncios, embora a LCV não atinja valores relevantes, LCV/LP ocupa a segunda posição:



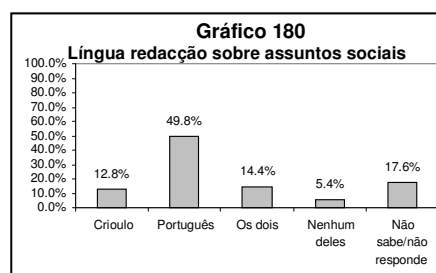
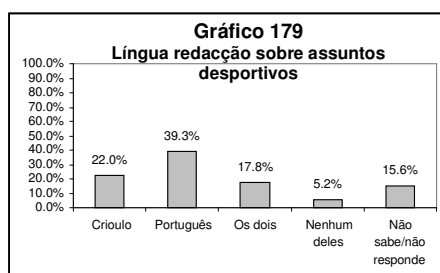
Gráficos 173 a 175 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever textos persuasivo-argumentativos

Os dados da análise, observando a organização dos assuntos por domínios¹⁴⁶, apontam para a predominância do uso da LP para escrever sobre os assuntos de qualquer domínio (íntimo, informal e formal), embora haja sempre a presença da LCV. Com efeito, os assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida) colocam a LP na primeira posição, a LCV numa posição intermédia e LCV/LP na última posição:



Gráficos 176 a 178 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever sobre assuntos associados aos domínios íntimos

Para os domínios informais, a situação é idêntica, ainda que, relativamente aos assuntos sociais, LCV/LP (e não a LCV) ocupe a segunda posição:

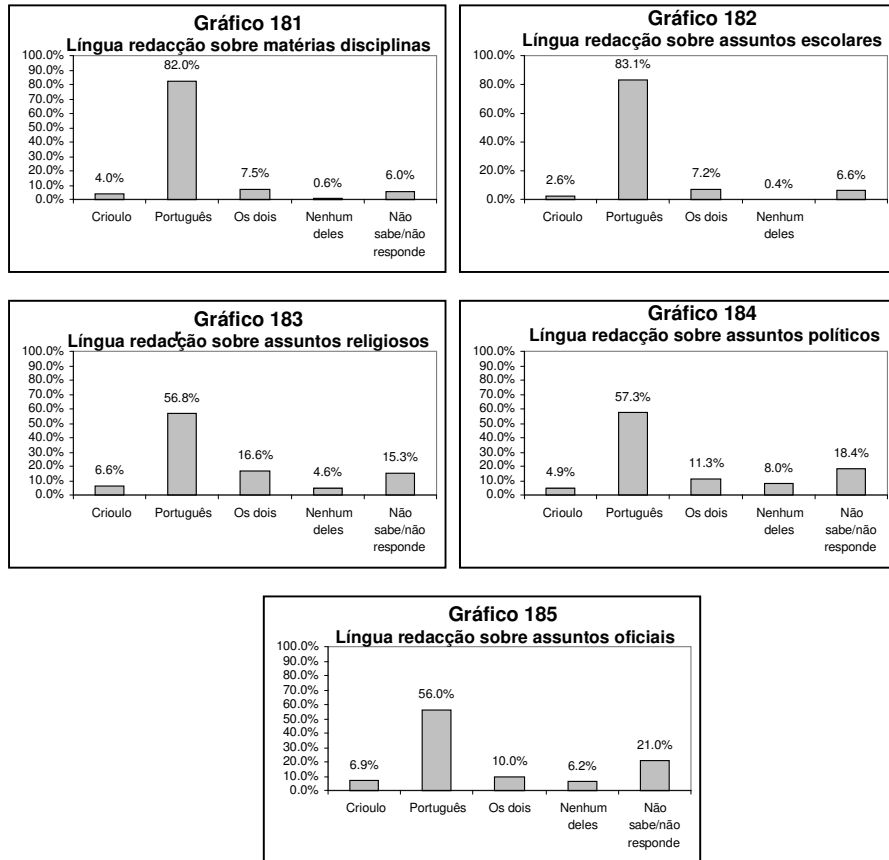


Gráficos 179 e 180 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever sobre assuntos associados aos domínios informais.

É isso mesmo que acontece para os assuntos dos domínios formais: os valores da LCV são sempre irrelevantes, a LP tem sempre o valor mais elevado e LCV/LP aparece na segunda posição, com valores importantes no que respeita assuntos religiosos,

¹⁴⁶ Cf. TFD 153 a 162, Anexo 4

políticos e oficiais, com valores irrelevantes em ‘matérias das disciplinas’ e ‘assuntos escolares’:



Gráficos 181 a 185 – Distribuição dos inquiridos por língua habitualmente usada para escrever sobre assuntos associados aos domínios formais

Ou seja, o resultado é que a LP é a língua usada para escrever, mas não em absoluto, existindo sinais evidentes de uso da LCV, embora sobretudo sobre assuntos dos domínios íntimos.

De destacar o comportamento face aos assuntos políticos, ou melhor na área da política. Assim, tem-se que a LP é a língua em que os inquiridos mais ouvem esse tipo de assunto (cf. secções 3.1.3.2.3. e 3.1.3.3.2.2.), embora com fraca tendência de extensão da LCV, indiciada, sobretudo, pelos valores obtidos por LCV/LP. Concorrem para essa predominância da LP na política, na oralidade, os valores atribuídos às línguas ouvidas nos comícios (cf. secções 3.1.3.2.3. e 3.1.3.3.1.1.), lugar/situação integrado nos domínios informais, em que a ordem das línguas aponta para uma muito forte extensão do uso da LP. Contudo a LCV é a língua que os inquiridos mais usam para falar de

assuntos políticos (cf. secção 3.1.3.2.3), seguida da LP e depois de LCV/LP, apontando para uma extensão da LCV, na fala, em função desse assunto.

Na escrita, a LP também domina para ler sobre assuntos políticos (cf. secção 3.1.3.5.1.1), notando-se fraca tendência de extensão da LCV (indiciada, sobretudo, pelos valores obtidos pela LCV/LP); também predomina para escrever sobre esses assuntos, verificando-se um valor relevante na LCV/LP (cf. Gráfico 184, acima).

Ou seja, fica evidente que, embora a LP predomine nessa área, na oralidade e na escrita, os jovens são um factor de extensão da LCV para ambas as modalidades, em função dos assuntos políticos.

3.1.3.5.2.2. Cruzamento de factores: assuntos com tipos de textos produzidos

Nesta secção os cruzamentos efectuados visam testar a hipótese de os inquiridos escreverem em LCV textos mais pessoais e íntimos, em que abordam assuntos íntimos, familiares e problemas de vida, os quais também são objecto de leitura (cf. secção 3.1.3.5.1.2.). Com efeito, aliado aos resultados de análise a que se chegou (português língua mais usada, mas não exclusiva, para escrever textos expressivos e expressivo-referenciais e textos persuasivo argumentativos)¹⁴⁷, também foi detectado que é a LCV a língua predominantemente usada para ler sobre problemas de vida, mas não em jornais e revistas e sobre assuntos familiares, embora também não o seja em avisos e anúncios.

Para efeito de cruzamento (cf. TCs 5.18) foram seleccionados os dados dos tipos de texto mais susceptíveis de serem escritos espontaneamente pelos inquiridos e com mais probabilidade de serem escritos por eles para exprimir esses tipos de assuntos: os expressivos e expressivo – referenciais (bilhetes, cartas, conversas no MSN, *e-mails*, mensagens no telemóvel e diário) e ainda poesias, os quais são cruzados com os assuntos dos domínios íntimos (íntimos, familiares e problemas de vida).

Como se mostrará e tendo em conta que foi adoptada a ordem esperada no formal para a escrita, os resultados mostram que a LP continua a dominar na produção escrita. Contudo, há uma tendência de extensão do uso da LCV, em função de assuntos íntimos e familiares, mas também de problemas de vida, em textos escritos pelos inquiridos,

¹⁴⁷ Para além disso, os textos académicos (trabalhos escolares) também são escritos em português (92.0%) bem como os literários (poesia), em predomina a LP (50.1%), a LCV é irrelevante (9.6%), apenas considerável no valor de LCV/LP (27.1%) – Cf. Anexo 4: TF D144, para trabalhos escolares e TF D149 para poesia.

principalmente mensagens de telemóvel, mas também em conversas no MSN e bilhetes e *e-mails*, sendo essa extensão desprezível em cartas, diários e poesias.

Para tal não será alheio o facto de, por um lado, a carta estar praticamente fora de uso na comunicação mais íntima e informal, graças ao telemóvel e à internet e, por outro, a teledensidade em Cabo Verde ser de trinta e sete telemóveis por cada cem habitantes, quando sete pessoas apenas em cada cem têm acesso à internet¹⁴⁸.

Assim, e no que respeita aos assuntos íntimos e familiares, nas mensagens de telemóvel, os dados apontam para uma muito forte extensão do uso da LCV: esta língua ocupa a primeira posição, seguida da LP e finalmente da LP/LCV, ainda mais quando os valores de LCV, LP e LCV/LP são iguais ou quase iguais entre si. Nas conversas no MSN e nos bilhetes, a ordem é LP – LCV – LCV/LP, apontando para uma forte extensão do uso da LCV. De notar que o valor da LP se destaca no caso de conversas no MSN para ambos os assuntos, bem como no de bilhetes X assuntos íntimos; no caso de bilhetes X assuntos familiares a ordem é bem demarcada.

Em cartas, *e-mails*, diários e poesias, tanto para assuntos íntimos como familiares, a ordem é LP – LCV/LP – LCV, a ordem de dominância nos domínios formais e na produção escrita. Contudo, enquanto que em cartas e *e-mails* os valores de LCV/LP e da LCV são quase iguais em assuntos íntimos e em assuntos familiares, os valores da LCV são irrelevantes nos dois textos; em diário e poesias, os valores apontam para uma ordem bem demarcada.

Os dados que sustentam esses comentários são:

(i) *Mensagens de telemóvel*: i) assuntos íntimos: LCV, 31.6% - LP, 28.1% - LCV/LP, 27.4%; e ii) assuntos familiares: LCV, 30.3%, LP, 30.3% e LCV/LP, 25.0%.

(ii) *Conversas no MSN*: i) X assuntos íntimos: LP, 33.0% – LCV, 21.0 0% – LCV/LP, 20.5%) e X assuntos familiares: LP, 32.7% – LCV, 20.1% – LCV/LP, 19.7%;

(iii) *Bilhetes*: i) X assuntos íntimos: LP, 45.2 % – LCV, 33.2 % – LCV/LP, 16.6 %; e (ii) X assuntos familiares: LP, 51.0% – LCV, 28.4% – LCV/LP, 14.0%.

(iv) *Cartas e e-mails*: i) X assuntos íntimos: LP, 38.4%/73.7% – LCV/LP, 20.2%/11.8% – LCV, 20.0%/9.2%); ii) X assuntos familiares: LP, 38.9%/ 73.2% – LCV/LP, 19.2%/12.1% e LCV, 17.6%/8.8%),

(v) *Diário e poesia*: LP – LCV/LP – LCV, ordem do formal, bem demarcada, estando os valores de LP entre 42.6% e 47.3%, os de LCV/LP entre os 22.1% e os 28.5% e os relevantes de LCV entre 13.2% e 15.9%.

A situação é idêntica quanto a problemas de vida, ainda que seja evidente uma menor tendência de extensão do uso da LCV na produção escrita em função desse

¹⁴⁸. Fonte: *UN E-Government Survey 2008*. Nações Unidas. Nova Iorque. 2008

assunto. Na verdade, observa-se, como indicam os valores encontrados: (i) uma forte tendência de extensão da LCV em bilhetes, conversas no MSN e mensagens por telemóvel; (ii) uma extensão mais fraca em cartas e *e-mails*, com os valores da LP destacados e os de LCV/LP e da LCV quase iguais; em cartas é a única vez que a LCV tem valor relevante; e (iii) praticamente ausência de extensão em diário e nas poesias, em que a ordem é a esperada na produção escrita e no formal, com o valor da LP destacado em ambos os escritos.

Os valores encontrados são:

- (i) *Bilhetes*: LP, 50.2 % – LCV, 29.5 % – LCV/LP, 14.3 %, com uma ordem bem demarcada;
- (ii) *Conversas no MSN*: LP, 33.5 % – LCV, 22.1 % – LCV/LP, 19.9 %, em que LP não tem um valor muito alto e os de LCV e LCV/LP são quase iguais;
- (iii) *Mensagens por telemóvel*: LP, 30.9% – LCV, 29.9%) – LCV/LP, 25.5% em que LP e LCV/LP são quase iguais e LCV e LCV/LP bastante próximos;
- (iv) *Cartas*: LP, 73.9 % – LCV/LP, 11.6 % – LCV, 10.0 %;
- (v) *E-mails*: LP, 39.2 % – LCV/LP, 19.3 % – LCV, 18.9 %;
- (vi) *Diário*: LP, 43.6 % – LCV/LP, 23.0 % – LCV, 17.0 %, com os valores de LCV e LCV/LP quase iguais;
- (vii) *Poesia*: LP, 49.2 % – LCV/LP, 27.0 % – LCV, 15.6 %, com uma ordem bem demarcada.

Em suma: na produção escrita, para além de a LP ser a língua mais bem dominada, aquela que a maior parte dos inquiridos prefere e em que se sente mais à vontade (cf. nº 4 da secção 3.1.3.2.4.), ela é a usada com mais frequência e durante mais tempo. Também ela domina com exclusividade nos trabalhos escolares, mas não nos restantes tipos de textos considerados: poesia, expressivos e expressivo-referenciais e persuasivo-argumentativos.

Contudo, existem sinais evidentes de uso da LCV (tendência de extensão) para escrever, mais sobre assuntos dos domínios íntimos do que sobre os informais e menos ainda para os formais. Essa extensão ocorre sobretudo para as mensagens de telemóvel, a que se seguem as conversas no MSN e os bilhetes e, depois, os e-mails, estando praticamente ausente dos diários, poesias e cartas.

3.1.3.5.2.3. Confronto com dados da análise qualitativa: perguntas abertas

Nesta secção, mostra-se como os resultados sobre a produção escrita obtidos pela análise estatística são reforçados e afinados pelos da análise das respostas às perguntas abertas do questionário cujo foco é a produção escrita em LP e em LCV, P. 53, 54 e

55¹⁴⁹, em cuja análise se utiliza a tipologia textual para as perguntas abertas (cf. Capítulo 2, secção 2.3.2.1.).

Essa análise¹⁵⁰ confirma i) que a LP é a língua predominante da produção escrita, embora com alguma extensão do uso da LCV, a qual é aceite pelos inquiridos; ii) que a extensão da LCV se dá em primeiro lugar para os escritos que resultam do uso das novas tecnologias, mas também para os bilhetes, avisos, anúncios e convites.

Com efeito, primeiro, para além dos textos informativos, os tipos de textos que a análise estatística revelou serem predominantemente em português (literários e académicos) são os que continuam a ter a preferência de escrita em LP, desde logo porque são eles que obtêm mais respostas como sendo aqueles que são habitualmente escritos em LP (P. 53). Tal é confirmado nas respostas às restantes perguntas. Assim:

i) *textos académicos*: os valores da LP são superiores aos da LCV tanto nas respostas à P. 53 como à P.54, confirmando a tendência de exclusividade da LP; a resposta à P. 55 situa esse tipo de texto na posição 5/10, de entre os textos que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV;

ii) *textos literários*: neles ocorre a quase igualdade entre os valores percentuais da LP e da LCV, o que se adequa ao resultado relativo à leitura, em que os resultados da (P.53) evidenciaram uma fraca extensão da LCV para a redacção desses textos e a aceitação dessa extensão; resultado esse que é confirmado pela P. 54: a LP continua com um valor superior à LCV; mais ainda, esse é o tipo de texto que ocupa a posição 2/10 na ordem de citação na P. 55, confirmando os resultados;

iii) *textos informativos* (notícias, textos para a rádio, para revistas e sobre assuntos desportivos): embora não constassem do elenco para a produção escrita nas perguntas fechadas, os resultados da análise para a leitura revelaram que são predominantemente lidos em LP (e, portanto, escritos nessa língua). Esse resultado é corroborado pela análise das respostas da P. 53, em que a LP recebeu mais menções do que a LCV. A LP

¹⁴⁹ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, anexo 11.

¹⁵⁰ Os resultados gerais para estas perguntas são: P.53.1. (textos que habitualmente são escritos em LCV): 2.659 respostas, fornecidas por 1.051 respondentes, i.e., 59.04% deles; P. 53.2. (textos que habitualmente são escritos em LP): 1.181 respondentes, i.e., 63.35% que apresentaram um total de 3.299 respostas; P. 54.1. (textos que escreveu em LCV, mas gostaria de ter escrito em LP): 877 respondentes, i.e., 49.25% deles que apresentaram 1.700 respostas; P. 54.2. (textos que escreveu em LP, mas gostaria de ter escrito em LCV): 2.266 respostas de 1.036 respondentes equivalentes a 58.20% deles; P. 55 (textos que gostaria de escrever sempre em LCV): 57.12% dos inquiridos, 1.017 respondentes que apresentaram 2.414 resposta.

continua a merecer mais menções na P. 54, e esse texto ocupa a 9.^a posição de entre os textos que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV (P. 55).

Os valores que sustentam esses comentários são:

- (i) *Textos literários*: P. 53 - LP, 528/16.0%; LCV, 434/16.32%, com quase igualdade entre os valores percentuais de LCV e de LP; P. 54 - a LP (335/14.78%), valor superior à LCV (261/15.35%); P. 55: posição 2/10 na ordem de citação (496 respostas, i.e., 20.55% delas);
- (ii) *Textos académicos*: P. 53: LP, 66720.22%; LCV, 13/0.49%; P.54: LP (248/10.94%) /LCV (26/1.53); P. 55: (184/7.62%), na posição 5/10;
- (iii) *Textos informativos*: P. 53 - a LP recebeu 36 respostas (1.09%) e a LCV 13 (0.49%); P. 54 - a LP continua a merecer mais menções (34/1.50%) do que a LCV (16/0.94%); P.55 – (3/1.08%), 9.^a posição.

Em segundo lugar, a análise das respostas às perguntas abertas também aponta para o uso da LCV na redacção dos tipos de textos que a análise estatística demonstrou serem redigidos em LP, mas sem exclusividade. Com efeito:

(i) *textos expressivos e expressivo-referenciais*:

a) *diário e outros escritos pessoais e íntimos*: a análise estatística de cuja tipologia apenas constava ‘diário’ revelou que esse texto era predominantemente redigido em LP, mas que havia extensão da LCV para essa modalidade, em função de uma escrita sobre assuntos íntimos e familiares, mas também de problemas de vida. Ora, os dados das respostas à P. 53 apontam para a supremacia do valor da LCV, apesar da pouca diferença com a LP, confirmando alguma extensão da LCV na redacção desses tipos de texto. Esse resultado pode ser explicado pela introdução de novos escritos não destinados à leitura por outrem.

Contudo essa extensão da LCV para a escrita é reduzida pelos dados da P. 54, pois os valores mais elevados vão para a LP, apesar da sua proximidade com os da LCV; ainda mais porque os resultados da P. 55 colocam-nos na sexta posição, como textos que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV;

b) *textos associados às novas tecnologias*: a extensão da LCV para a redacção desse tipo de texto já havia sido detectada, sobretudo como resultado de uma escrita sobre assuntos íntimos e familiares, mas também de problemas de vida que se consubstanciava primeiro nas mensagens de telemóvel (SMS), depois nos bilhetes e conversas no MSN e finalmente nos e-mails. É isso que os resultados da análise que se vem fazendo confirmam;

c) *bilhetes, cartas* (e outros indicados pelos inquiridos como sejam cartões, postais e telegramas): a análise estatística referente à produção escrita de cuja tipologia

apenas constavam ‘cartas e bilhetes’ revelou extensão da LCV para a produção escrita via bilhetes, em função de uma escrita sobre assuntos íntimos, familiares e problemas de vida, mas não via cartas. Ora, os resultados da análise da pergunta aberta 53 mostram que esses textos, resultado de uma escrita pessoal e espontânea, mas dirigida a outrem, são, de facto, predominantemente escritos em LP. Contudo, o valor importante para a LCV, com uma percentagem muito próxima da da LP, é indicativo da extensão da LCV para esta modalidade de uso da língua. Assim, identicamente ao observado para os avisos, anúncios e convites, os resultados da P. 54 não fazem abandonar a tese de extensão da LCV para esses textos; ademais, esse tipo de texto é o mais citado como aquele que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV (P. 55);

(ii) *textos persuasivo-argumentativos (avisos, anúncios e convites)*: obtêm maior número de citações na P. 53; e embora, na P. 54, os valores sejam mais altos para a LP do que para a LCV, a percentagem é maior para a LCV; assim, a proximidade dos valores não anula as conclusões de extensão da LCV para a redacção desses textos, mormente quando eles ocupam a primeira posição nas respostas à pergunta 55;

(i) *Textos expressivos e expressivo – referenciais*:

i) *escritos pessoais e íntimos*: P. 53: LCV, 165/6.21% /LP, 160/4.85%; P. 54: LP, 120/5.3% / LCV, 91/5.35%; P.55: LCV, 144/5.97%, sexta posição

iii) *Escritos associados às novas tecnologias*: P. 53: LCV, 537/ 20.20%/ LP, 216/6.55%; P. 54 - LCV, 143/8.41%; LP, 132/5.83%. P.55: 201/8.33%, posição 4/10

iii) *bilhetes, cartas e outros*: P.53: LP, 914 respostas/27.71%/ LCV, 579/21.78%; P. 54:LP, 522/23.04%/LCV, 316/18.59%; P. 55: 531/22.0%;

(ii) *Textos persuasivo-argumentativos (avisos, anúncios e convites)*: i) P.53: LCV. 607 respostas, equivalendo a 22.83% delas; LP, 558 respostas, i.e., 16.91% delas; P. 54: LP, 399/17.61%/ LCV, 342/20.12%; iii) P. 55: 442/18.31%.

Em terceiro lugar, os resultados sobre a leitura que revelaram uma eventual extensão da LCV para a produção escrita (via textos que não constavam do questionário; cf. Capítulo 2, secção 2.3.2.1.) ficam mais claros. Assim:

(i) *textos publicitários* (textos persuasivo-argumentativos): a LP e a LCV disputam o primeiro lugar nos dados sobre a leitura e os resultados da P. 53 confirmam a tendência de extensão da LCV para a escrita, via esse tipo de texto. Essa possibilidade é ainda confirmada pela quase igualdade entre os valores da LCV na P. 54, apesar da posição ocupada por esse tipo de texto como aqueles que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV não abonar a favor da aceitação dessa extensão. Contudo, há que ter em conta que não se trata de um tipo de texto que os inquiridos possam escrever

correntemente, sendo mais aceitável que a sua redacção ocorra em contexto escolar e, portanto, em LP;

(ii) *textos administrativos*: estranhamente, a análise das perguntas abertas referentes à leitura indicou que a LCV poderia ser usada para esse tipo de texto. Ora, os resultados da P. 53 evidenciam que, na sua redacção, prevalece a LP, tendo a LCV um valor bem abaixo; esse resultado é confirmado pelos resultados da P. 54, em que a LP tem um valor bastante superior ao da LCV, e ainda pelos da P. 55, que colocam esse texto numa posição bastante alta, de entre os textos que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV;

(iii) *textos de produções do património oral*: o esperado é que os inquiridos leiam esses textos e não que os escrevam. Na verdade, de acordo com os dados da P. 53, a supremacia vai para a LCV e não para a LP, tal como acontecera na análise das respostas abertas com foco na leitura. Esse resultado torna-se mais confiável com os resultados da P. 54, de acordo com os quais o valor maior é para a LCV e não para a LP. Entretanto, os textos em apreço ocupam a última posição entre aqueles que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV (P. 55), o que reforça a tese de acesso a esse material em LCV em obras de recolha do património oral ou mesmo nas aulas de cultura cabo-verdiana e eventuais trabalhos escritos sobre eles, e não como resultado de uma escrita pessoal;

(iv) *textos injuntivos*: as informações não permitem uma confrontação dos resultados, tornando qualquer conclusão a respeito bastante precária, uma vez que na P. 53 são citados na LCV, mas não na LP. Contudo, são citados apenas uma vez na P. 54.2. (LP) e não são referidos na P. 54.1. (LCV).

Sustentam esses comentários os seguintes dados:

- (i) *Textos publicitários* (textos persuasivo-argumentativos): P. 53 - LCV 35 respostas/ 1.32%/ LP, 15 respostas/0.45%); P. 54 - LCV, 17/1.0%/ LP, 15/0.66%; P. 55 - posição 8/10 (29 respostas, i.é, 1.20% delas)
- (ii) *Textos administrativos*: P. 53 - LP, 77 respostas/2.33%; LCV, 3/0.11%; P. 54, LP, 32/1.41%; LCV, 7/0.41%; P. 55, posição 7/10 (30/1.24%)
- (iii) *Textos de produções do património oral*: P. 53 - LCV, 18/0.68%; LP, 4/0.2; P. 54, LCV (16/0.94%); LP (7/0.31); P. 55, última posição (13/0,54%)
- (iv) *Textos injuntivos*: P. 53, LCV, 8/0.30%; LP, zero; P. 54.2. LP, 1 citação; P. 54.1., LCV, zero.

Finalmente, o status comparativo da LP e da LCV na produção escrita, com superioridade para a LCV, apontando para a sua extensão no modo escrito, é também validado pelos resultados globais da P. 54: é pequena a diferença entre os valores de

'nenhum' para a LCV e para a LP e o valor de 'todos' para a LP, resposta que não era pedida, é bastante maior do que a para a LCV.

Esses resultados são: i) 'nenhum': LCV (463 respostas, equivalendo a 27.24% dos inquiridos); LP (402/17.74%); ii) 'todos': LP (19/0.84%) / LCV (2/0.12).

3.1.3.5.3. A escrita na LCV

A análise das perguntas abertas 60, 61 e 62 do questionário¹⁵¹ permite ampliar a compreensão de como os inquiridos efectivam a redacção em LCV dos textos que resultam do uso das novas tecnologias e ainda bilhetes e avisos, anúncios e convites, tendo presente que a LCV não é ensinada nas escolas cabo-verdianas.

As percentagens obtidas nas respostas a essas perguntas¹⁵² demonstram por si só o interesse suscitado pela questão. Além disso, a configuração das respostas, quando os inquiridos são questionados sobre as estratégias que usam para escrever a LCV não a tendo nunca estudado formalmente (P. 60), põe em evidência a fraca consciência linguística acerca da produção escrita, não só pelo modo espontâneo como é feita a escrita na LCV como também pela transferência, sem critérios, de conhecimentos da escrita da LP para a LCV. Com efeito (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.29.), esta configuração é a seguinte:

(i) *primeira posição*: evidências da espontaneidade dessa escrita: transcrição do oral, à sua maneira, e imitação da escrita do português;

(ii) *segunda posição*: evidências da precariedade dos conhecimentos que dizem ter sobre a escrita: obtidos em material escrito na LCV e por instrução informal;

(iii) *terceira posição*: categoria 'não sabe', que também pode ser interpretada como mais indicativa de uma eventual consciência da complexidade da redacção;

(iv) *quarta posição*: três procedimentos, silabação e/ou soletração e outras duas que resultam de junções: transcrição do oral + imitação da escrita do português; conhecimentos adquiridos em material escrito na LCV + conhecimentos adquiridos por instrução informal;

¹⁵¹ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, anexo 11.

¹⁵² Os dados gerais para estas perguntas são: P.60: 1.313 respondentes/respostas, ou seja, 73.76% dos inquiridos, tendo sido respondida equilibradamente por região (71.95% dos inquiridos de barlavento e 75.97% dos inquiridos de sotavento); P. 61: 2.101 respostas, fornecidas por 833 respondentes, ou seja 46.80% dos inquiridos, tendo sido respondida por 49.71% dos inquiridos de barlavento e 43.25% dos inquiridos de sotavento; e P. 62 com 1.559 respondentes/respostas equivalendo a 70.73% dos inquiridos, tendo sido respondida por 68.99 %dos inquiridos de barlavento e 72.85% dos de sotavento.

(v) *quinta posição*: junção de transcrição do oral + conhecimentos adquiridos em material escrito na LCV;

(vi) *sexta posição*: duas categorias com igual valor: conhecimentos adquiridos em material escrito na LCV + imitação da escrita do português; transcrição do oral + conhecimentos adquiridos por instrução informal.

Também é reveladora da fraca consciência da complexidade da produção escrita a configuração dos resultados da análise das respostas à P. aberta 61; nela pedia-se que indicassem três das dificuldades que experimentavam na escrita dessa língua e não são as categorias que sugerem uma maior consciência da complexidade do processo de escrita (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.30) as que ocupam posições mais altas: '1. Regras de escrita (inexistência e/ou desconhecimento delas por não se estudar a LCV)' (segunda posição) e 2. 'Carência de instrumentos (dicionários, gramáticas, manuais...' última posição. Na verdade, os únicos indícios de uma forte consciência são, por um lado, o número relativamente baixo dos que declararam não ter qualquer dificuldade (todos poderiam ter declarado isso, o que indicaria que pensavam que não é preciso aprender para se escrever a LCV) e, por outro lado, o facto de uns poucos terem tido a necessidade de declarar 'todas' as dificuldades, apesar de esta alternativa não constar do questionário.

Na P. 62 pediu-se aos inquiridos que reflectissem sobre o modo como essas dificuldades poderiam ser superadas¹⁵³. A configuração das respostas (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.31.) evidencia consciência da formalidade da escrita e da necessidade da sua aprendizagem formal, pelo seguinte: as respostas que recebem mais nomeações por parte dos inquiridos incidem, primeiro, no ensino/aprendizagem formal da LCV (categoria 3), e, depois, apontam para a padronização, codificação, instrumentalização e oficialização da LCV (categoria 2), e para a extensão do uso da LCV escrito (categoria 3). Essas questões serão retomadas na secção 3.1.5. em que serão analisadas as atitudes dos inquiridos face ao ensino formal da LCV e sua oficialização.

Contudo, a posição das categorias relacionadas com a escrita formal (categorias 8 e 6), abaixo das relacionadas com o ensino informal (categorias 4, 7 e 11), volta a colocar a questão de uma fraca consciência linguística. As restantes categorias estão na última posição.

¹⁵³ Apenas 1.59% das respostas são para 'não saber' (categoria 1).

3.1.3.5.4. *Súmula das conclusões*

1. *Língua predominante*: a LP predomina na escrita, tanto na leitura como na produção, como esperado. Com efeito, para além de ela ser a língua mais bem dominada para essa função e aquela em que a maior parte dos inquiridos prefere e em que se sente mais à vontade para o exercício dessas competências, é ela a língua usada com mais frequência e durante mais tempo para ler e escrever; os textos didáctico-científicos e literários e também os jornalísticos e os administrativos destacam-se como aqueles que são lidos em LP e, portanto, escritos nessa língua.

2. *Extensão da LCV*: apesar do descrito em 1, existe tendência de extensão do uso da LCV tanto para a leitura como para a produção, extensão essa que parece ser aceite pelos inquiridos.

2.1. *Leitura*: a extensão da LCV parece ser no sentido de se aplicar a textos literários, a produção de natureza científica sobre a LCV e ainda a obras de recolha do património oral, mas sobretudo a textos publicitários.

2.2. *Produção escrita*: a extensão da LCV incide nos textos produzidos pelos próprios inquiridos como resultado de uma escrita mais pessoal e espontânea porque mais centrada em assuntos dos domínios íntimos e porque não exigida por outros, o que a distingue da prática em contexto escolar; em termos de escala, primeiro ocorrem os escritos que resultam do uso das novas tecnologias (SMS, e-mails e diálogos de conversas no MSN) e bilhetes e, depois, os avisos, anúncios e convites;

2.3. *Outras áreas*: também ocorre extensão da LCV para a área da política: a LP é a língua dominante nesta área, na oralidade (aquela que os inquiridos mais ouvem nesse âmbito) e também para ler e escrever sobre esses assuntos. Contudo, não é exclusiva, pois para além de ser a LCV a língua que os inquiridos mais usam para falar desse tipo de assuntos, existem sinais de extensão da LCV através dos valores de LCV/LP, tanto na oralidade (falar e ouvir) como na leitura e na escrita. Há também extensão da LCV na área da cultura (ouvir) e, das respostas às perguntas abertas, no teatro e nas palestras e ainda na comunicação social, sobretudo na rádio;

3. *Escrita na LCV*: ela é efectiva, em conformidade com a hipótese de extensão do uso dessa língua para a escrita, mas feita de modo *informal*, ou seja, operando-se uma mera transcrição do oral com recurso espontâneo aos conhecimentos da escrita da língua portuguesa. Existe alguma consciência linguística da complexidade e formalidade da

produção escrita, tendo em conta que, apesar do modo informal como essa escrita é realizada e da natureza das dificuldades que são mais valorizadas, os inquiridos referem como instrumentos para superar as dificuldades que são sentidas na sua escrita: o ensino formal, a padronização, a codificação, a instrumentalização e a oficialização da LCV; consideram-nas as estratégias mais adequadas para superar as dificuldades com que se deparam na sua escrita; não foi feita qualquer referência ao ALUPEC¹⁵⁴.

3.1.4. Síntese das conclusões

Os resultados obtidos respondem às perguntas de pesquisa do Objectivo 1 (cf. Introdução), fornecendo os primeiros elementos para a “radiografia sociolinguística” pretendida.

Assim, o perfil linguístico dos inquiridos na fase pré-escolar permite responder às primeiras perguntas desse objectivo: Objectivo 1 (i) *Existem falantes monolíngues em LP e ou LCV?* (ii) *Nos bilingues, há uma língua predominante? Foi essa a língua adquirida primeiro, no seio familiar?* (iii) *Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença?*

Primeiro de tudo, os monolíngues de LP e/ou de LCV são residuais. O bilinguismo é caracterizador da população inquirida, embora esse bilinguismo apresente um grau notável de desequilíbrio, em termos globais.

De facto, a língua cabo-verdiana obtém sempre resultados francamente superiores quando se trata da expressão oral, apesar de serem avançados alguns factores condicionantes da sua escolha: mesmo para aqueles que dizem ter aprendido a LCV como L1, a língua em que dizem exprimir melhor as suas ideias depende primeiro do interlocutor, depois do assunto e do contexto. O português apresenta-se como a língua usada preferencialmente para a leitura e escrita, mas é a língua que causa mais dúvidas e mais constrangimentos, pelo medo de errar.

Este resultado global não é surpreendente, já que o uso, para a leitura/escrita, não corresponde realmente a uma escolha individual, sendo antes o resultado de um forte condicionamento sociolinguístico de partida (o português como língua de tradição

¹⁵⁴ ALUPEC (Alfabeto Unificado da Escrita do Crioulo) aprovado pelo Decreto-lei n.º 67/ 98 de 31 de Dezembro (B.O. n.º 48, I Série, 5.º Suplemento) para vigorar por um período experimental de 5 anos, e instituído como alfabeto cabo-verdiano pelo Decreto-lei n.º 8/ 2009 de 16 de Março (B.O. n.º 11, I Série), o que faz da LCV uma língua não padronizada, mas dotada de um alfabeto (Fasold, 1984)

escrita vs. a LCV como língua de tradição oral) e duma igualmente forte condicionante prática: é a única língua em que, no sistema escolar, os jovens podem ler e escrever.

Entre os bilingues, como previsível, predomina a LCV como língua materna, adquirida informalmente no seio familiar; a LP é a língua segunda, adquirida no sistema escolar. Os contextos formais são favorecedores do contacto com a LP antes da idade escolar e os modelos linguísticos privilegiados são os professores e a comunicação social.

A partir dos resultados obtidos e com base nos critérios seleccionados (cf. Capítulo 1, 1.1.1.), o bilinguismo individual existente entre os inquiridos jovens pode ser classificado como se discrimina abaixo:

(i) bilinguismo cultural ou escolar (Weiss, 1959, *apud* Heye, 2003) ou quiçá paralelo Carroll (1970, *apud* Heye, 2003), em que o sistema de uma língua permanece paralelo e independente da outra, como consequência do diferente contexto de aprendizagem, com base no critério contexto de aquisição (natural da LCV e formal ou escolar da LP);

ii) bilinguismo coordenado (Genesee, 1978; Skutnabb-Kangas e Touomaa, 1976, *apud* Heye, 2003), equivalente ao bilinguismo precoce consecutivo de López (1997) e à aquisição de L2 de Thomason (2001), com base nos critérios de ordem ou sequência de aquisição (primeiro a LCV, depois a LP) e idade (LCV na idade pré-escolar, LP na idade escolar);

(iii) uma minoria dos inquiridos (8.7%) pode ser considerada a) como *bilingue natural* (Weiss, 1959, *apud* Heye, 2003), tendo como critérios a sequência ou ordem e o contexto da aprendizagem, já que a LCV e a LP são adquiridas cumulativamente, em contexto natural, na idade pré-escolar; ou b) como *bilingue composta* (Genesee, 1978; Skutnabb-Kangas e Touomaa, 1976, *apud* Heye, 2003), tomando em consideração o critério aquisição/idade (aquisição simultânea da LCV e da LP, na infância, no mesmo contexto: em família, na comunidade e depois na escola). Este tipo é o equivalente do *bilinguismo precoce simultâneo* de López (1997) ou da *aquisição bilingue da L1* (Thomason, 2001).

Por tudo isso, dada a dimensão colectiva do fenómeno por via do significativo número de falantes bilingues, pode-se falar de *bilinguismo extensivo ou social*: o uso e/ou a compreensão de duas línguas por um número significativo de falantes da comunidade/nação (cf. Capítulo 1, 1.1.1.), configurando uma *situação de contacto* nos

termos de Thomason (2001). Esse bilinguismo, considerando a competência assimétrica nas duas línguas no oral e na escrita, pode ser classificado de “*diglossia modal*” (Lüdi e Py (1986:1)) e como sendo “*dominante*” da LCV na fala e da LP na escrita (Dabène (1994:84)).

Apesar de existir um sistema ortográfico para a LCV, o facto de a LCV não constituir objecto de aprendizagem formal e de não ser usada como instrumento de trabalho escolar não permitiu, até ao presente, que se apresente como alternativa para a escrita, a par do português. Quanto à possibilidade de ler em língua cabo-verdiana, embora ela exista, visto haver alguma literatura escrita nessa língua, o facto é que a população em análise não parece ter suficiente acesso à mesma. Nas idades em causa, o papel da escola seria determinante para os iniciar à prática da leitura de obras em LCV; contudo, e dado essa língua não ser nem objecto de estudo nem língua instrumental, na instituição escolar, compreende-se que tal não aconteça. No Capítulo 5 volta-se a esta questão, sublinhando-se apenas, neste passo e de novo, que os resultados dessa “*diglossia*” *forçada* entre a oralidade e a escrita é sintomática não duma escolha individual ou social, mas antes da (quase total) impossibilidade de escolha.

Tendo como pressuposto que o alargamento das redes sociais (cf. Capítulo 1, 1.1.2.3) corresponde, na generalidade dos casos, à passagem dos sistemas de comunicação prioritários a outros como a escola, do uso nos domínios íntimos e informais aos formais e da oralidade à escrita, os resultados também permitem responder às restantes perguntas do Objectivo 1: *Qual a língua predominante, nos bilingues, a partir do momento em que o seu universo de socialização se alarga? Existe alternância de línguas (language choice; code alternation) extensiva?*

Assim, a questão crucial é se existe uma compartimentalização estrita das línguas ou, pelo contrário, se está em curso um processo de alteração da situação diglósica, consubstanciada na extensão de uso da LCV, da LP ou de ambas, em função dos domínios a que estão mais ligadas. E, associada a esta questão, levanta-se uma outra sobre qual o impacto dos factores intervenientes nas escolhas linguísticas (estatuto sócio-cultural, idade, sexo, meio e região de que são provenientes os interlocutores, e língua ou variedade da LCV dominada, situações, assuntos, etc. em que intervêm; mudança de interlocutores; assuntos). Os resultados obtidos permitem fazer generalizações sobre a actual distribuição das línguas, no seu uso concreto, especificamente a sua distribuição por domínios e modalidades de uso, e determinar a

extensão de uma e de outra, configurando a radiografia sociolinguística de Cabo Verde que se pretende. Nos sistemas linguísticos prioritários, em que a interacção social é restrita ao meio familiar, apenas alargado a vizinhos e amigos, predomina a LCV língua materna. Apesar disso, existem ténues sinais de alguma presença da no meio familiar restrito em função do convívio com familiares/amigos que são portugueses e também na vizinhança, sobretudo no rural; a LP também ocorre para fins como pedir conselho, gozar/brincar e mexericar. A LP vai-se fazendo presente à medida que se vão expandindo os espaços de socialização, nomeadamente aqueles relacionados com a diversão em grupo, a escola e ainda diferentes espaços públicos que colocam os inquiridos em contacto com uma grande diversidade de pessoas de diferentes estatutos socioculturais e com diferentes tipos de assuntos, em diversos espaços públicos.

A escola, o primeiro espaço de alargamento das suas redes, é partilhada pelas duas línguas: a LCV prevalece nos intervalos das aulas e na cantina escolar e a LP, na interacção professor/aluno na sala de aula, apesar dos sinais da presença da LCV. As principais razões apontadas pelos inquiridos para usarem a LCV na sala de aula vinculam-se ao melhor domínio e à maior aproximação afectiva com esta língua.

Identicamente, o uso das línguas é afectado pelo alargamento do universo, considerando-o em função dos domínios íntimos > informais > formais. Na oralidade, tanto na produção como na recepção, independentemente do meio e da região, a língua predominante nos domínios íntimo/informal é a LCV; sendo de registar que mesmo as pessoas associadas aos domínios formais tendem a usar a LCV nos lugares/circunstâncias informais.

Essa padrão geral do uso das línguas na oralidade não é afectada pela variável idade. Contudo, são os jovens os que mais contribuem na extensão do uso da LP para os domínios informais e na da LCV para os formais; as pessoas mais velhas intervêm na extensão da LCV para os domínios formais.

O factor sexo não interfere relevantemente no uso oral das línguas, em função de qualquer dos factores considerados (lugares/circunstâncias, assuntos, meio rural e urbano, barlavento e sotavento); a única diferença detectada não afecta os resultados globais: a extensão da LCV em função dos assuntos religiosos mais por parte das mulheres.

Já a variável instrução interfere de forma clara, uma vez que a LCV é a língua que os inquiridos usam (com) e ouvem (de) pessoas sem instrução e a LP é a que usam

(com) e ouvem (de) pessoas instruídas. Assim, as pessoas sem instrução contribuem mais para a extensão da LCV para os domínios formais do que para a extensão da LP para os domínios informais.

À medida que se progride para domínios mais formais, a LP torna-se mais presente, sendo ela a língua que predominante nos domínios formais. Por isso, pode-se falar de uma fraca tendência de extensão do uso da LP para os domínios informais e também de uma fraca tendência de extensão do uso da LCV para os formais, embora quantitativamente maior do que a extensão da LP para os domínios informais.

Essa extensão do uso da LP para os domínios informais dá-se sobretudo por parte dos jovens (pessoas da idade dos informantes e mais novas, e também amigos/colegas e conhecidos), mas também por pessoas sem instrução. Ela ocorre com mais incidência nas situações e locais de lazer e em função de os assuntos de conversa serem do tipo ‘sociais’, sendo também usada como estratégia humorística e para citações. Essa extensão ocorre tanto no meio urbano como no rural, e em barlavento como em sotavento, ainda que seja ligeiramente superior em sotavento.

Os jovens também contribuem para a extensão da LCV para os domínios formais – com excepção das cerimónias oficiais –, assim como as pessoas de tipo formal (autoridades, pessoas instruídas, pessoas mais velhas e estranhos, seguidas dos superiores hierárquicos e de professores) e as pessoas sem instrução. O papel dessas pessoas independe do meio, mas os inquiridos de barlavento usam mais a LCV na interacção com as autoridades e com pessoas instruídas do que os de sotavento.

Essa extensão verifica-se sobretudo nos locais ‘repartições públicas, hospitais, bancos, etc.’ e nas situações ‘reuniões de associações e/ou grupos’, mas também ‘locais de culto’; é bastante ténue relativamente a ‘cerimónias oficiais’ e ‘sala de aula’. Os factores região e meio interferem de modo específico na extensão da LCV para os domínios formais. Quanto ao meio: tanto no meio rural como no urbano, ocorre extensão da LCV para as cerimónias oficiais e para as reuniões de associações e/ou de grupos; mas, no meio rural, evita-se a LCV nos locais de culto e, no meio urbano, nas repartições. Quanto à região: em sotavento, tende-se a falar mais LCV nas cerimónias oficiais e nas reuniões de associações e/ou grupos; em barlavento, mais nas cerimónias oficiais e nos locais de culto.

Os assuntos também interferem, de um modo geral, na extensão da LCV para os domínios formais, sendo moldados de um modo forte pelos factores região e meio.

Assim, é forte a extensão da LP em função dos assuntos políticos, oficiais e das matérias das disciplinas, tanto no meio urbano como no rural, seja em barlavento como em sotavento. A extensão em função dos assuntos religiosos dá-se apenas no meio rural e em barlavento. A extensão em função dos assuntos escolares, apenas ocorre em barlavento.

A redefinição da escolha inicial em função da alteração dos parâmetros da situação de comunicação (chegada de um outro interlocutor ou mudança para outro assunto) é feita sobretudo em função interlocutor (língua dominada, vinculada ao grau de instrução e, por decorrência seu superior estatuto sociocultural); não depende nem do sexo e da idade. Também concorre para a referida redefinição a valorização social dos assuntos e dos contextos, sendo que a tendência mais geral é manter a conversação ou alternar para a LCV, quando se trata de assuntos associados aos domínios íntimos e informais, e manter ou alternar para a LP, quando estão em causa assuntos associados a formalidade.

Assim, embora a LCV permaneça como a língua predominante, com o alargamento das suas redes sociais os jovens constituem factores importantes da extensão da LCV para os domínios formais, o que constitui um facto relevante enquanto sintoma de um progressivo maior prestígio social desta língua. Ou, talvez, enquanto sintoma de que os jovens são menos sensíveis à questão do prestígio e, assim, desencadeiam, mesmo de forma inconsciente, uma mudança na relação de força das línguas em contacto.

Todos os resultados concorrem para a afirmação da LCV como língua nacional e veicular, falada por todos os inquiridos, independentemente do meio ou região, apesar de o entendimento se dar com alguma dificuldade entre pessoas de barlavento e de sotavento. Adicionalmente, o dialecto de S. Vicente é veicular na região de barlavento e o de Santiago, na de sotavento. Foram detectados sinais de ganho de proeminência por parte dos dialectos das ilhas do Maio e Sal.

Por sua vez, a LP configura-se como a língua de comunicação/integração internacional, independentemente do meio e região, sendo que com falantes bilingues a tendência é usar as duas línguas.

Uma outra dimensão do alargamento do uso das línguas pelos bilingues corresponde ao uso das línguas no modo oral e na escrita. Como esperado, os resultados evidenciam que, ao contrário do que acontece na oralidade, a LP é a língua

predominante na escrita, seja na leitura seja na redacção, com destaque para os textos didáctico-científicos e jornalísticos.

Todavia, existem sinais de extensão da LCV em ambas as modalidades, extensão essa que parece ser aceite pelos inquiridos. Na leitura, essa extensão incide na produção em e sobre a LCV e na escrita, em textos associados ao uso das novas tecnologias mas também a uma escrita mais pessoal e espontânea, mais centrada em assuntos do foro íntimo. Por isso, pode-se falar de uma escrita efectiva na LCV, embora pouco formalizada e feita com recurso às regras e normas da LP. Tal poderá, por um lado, incrementar as interferências mútuas e, por outro, despoletar e/ou acelerar o processo de convergência das duas línguas a médio/longo prazo, tendo em consideração que a LCV não está padronizada e que, como é sabido, se a tendência das pessoas menos proficientes na escrita é escrever como falam, a proficiência na escrita, pela consciência gramatical que implica, influencia positivamente a fala. Contudo, os inquiridos revelam alguma consciência linguística da complexidade e formalidade da produção escrita, requerendo o ensino formal, a padronização, a codificação e a instrumentalização e oficialização da LCV como as estratégias que os ajudaria a superar as dificuldades.

A extensão da LCV é também evidente em outras áreas, como na área da actividade política, embora a LP seja a língua em que os inquiridos mais ouvem falar de assuntos políticos e de ela ser a mais usada para ler e escrever sobre esses assuntos.

Resultados como a actuação da convergência na extensão da LP para os domínios informais, sobre a intercompreensão na LCV, sobre a variável instrução, e sobre as funções de língua veicular e de comunicação nacional apontam para uma forte tendência para a *acomodação linguística*, no sentido da *convergência*: a escolha da língua ou variedade de língua que se adequa às necessidades do interlocutor como forma de exprimir valores, atitudes e intenções; no caso, a escolha da LCV ou da LP e da variedade da LCV, consoante o domínio da língua/variedade bem como o estatuto sociocultural dos interlocutores (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977).

Pelo que fica dito, e considerando a diglossia no seu sentido mais amplo, ou seja, como diferenciação nas relações funcionais e sociais entre línguas ou variedades, pode-se afirmar, com Amusategi (1988), que na situação descrita, ela é suficientemente desigual a ponto de não se poder falar apenas de bilinguismo extensivo ou social, mas sim de uma *situação diglósica*. Mais especificamente, trata-se de *bilinguismo com diglossia*

(Fishman, [1972] 1995, 1980), de *bilinguismo sobreposto*, nos termos de Fasold (2004) ou ainda de *plurilinguismo de língua dominante minoritária* (Calvet, 1999b), em virtude da distribuição funcional diferenciada das línguas (cf. Capítulo 1, 1.1.3.1).

Na verdade, a situação de diglossia pode ser verificada, confrontando os resultados obtidos com os parâmetros mais importantes da definição Ferguson (1971 (5-16)):

(i) *funções*: as consideradas de maior importância social e política (associadas à língua alta) são assumidas pela LP que, para além de ser a língua de uso oficial, é a língua dos lugares/circunstâncias formais e da comunicação social (rádio e televisão); as funções menos valorizadas (associadas à língua baixa) são desempenhadas pela LCV, que é a língua da intimidade e dos lugares/circunstâncias informais, mormente quando a escolha inicial e a sua redefinição são feitas predominantemente em função do interlocutor (língua dominada, vinculada ao grau de instrução e por decorrência seu superior estatuto sociocultural);

(ii) *escrita*: a LP predomina na literatura, i.e., nos textos didáctico-científicos, literários e na imprensa escrita (jornais e revistas), embora os resultados apontem para uma produção escrita efectiva na LCV;

(iii) *aquisição*: a LCV é aprendida naturalmente com a família, apenas no modo oral, ao passo que a LP é aprendida formalmente (oralidade e escrita), em contexto escolar, sendo residuais os que têm a LP como língua materna;

iv) *padronização*: a LP é padronizada, codificada e instrumentalizada e a LCV não, embora seja dotada de um alfabeto.

Por isso, e considerando apenas a distribuição no uso e as funções, a LP é a língua alta (A) e a LCV a língua baixa (B), sendo que, como resulta do concluído acima, a escolarização ganha relevância como factor determinante da oposição escrita/fala informal, na relação linguística entre a LP e a LCV. Desse modo, configura-se uma relação linguística, entre a LCV e a LP, do tipo: a língua alta é uma língua escrita/usada na fala formal e a língua baixa, um vernáculo,¹⁵⁵ geneticamente não relacionado, por se tratar de um crioulo (Fishman, 1980).

A análise das atitudes, na secção seguinte, permitirá esclarecer outros parâmetros desta relação, como sejam:

¹⁵⁵ Variedade não padronizada, mas falada como língua materna de uma comunidade

i) *prestígio*: o prestígio/desprestígio conferido às duas línguas e a sua relação com o estatuto de língua alta/baixa de cada uma delas, numa situação de coexistência relativamente estável e equilibrada entre duas línguas, com diferentes distribuições funcionais, como proposto na tradição americana (Ferguson e Fishman), ou de conflito, nos termos de Hamel (1988) (cf. Capítulo 1, 1.1.3.1); e

ii) *estabilidade da situação*: a compreensão da estabilidade da relação entre bilinguismo e diglossia poderá, por sua vez, ser aprofundada através do conhecimento de diferentes atitudes dos inquiridos, como sejam: as atitudes de aceitação/rejeição das duas línguas e do seu uso como descrito; as atitudes face à extensão do uso/redistribuição de funções; são importantes ainda as atitudes face à manutenção e/ou a alteração da situação linguística vigente via as atitudes face à oficialização da LCV, ao seu ensino formal e ao seu uso na escrita e face à continuidade da LP e do seu estatuto (deslocamento de funções).

Contudo, pode-se, desde já, por um lado, admitir com Fishman (1965,72) que a persistência do uso da LCV nos lugares/circunstâncias íntimos indicia *resistência à mudança da situação diglósica, uma eventual substituição da LCV e a monolingüismo com a LP*, mormente quando os sinais de uso da LP nesses domínios são bem ténues. Por outro, tendo em conta que são sinais incipientes de esgotamento da situação diglósica o deslocamento de funções e também a mistura de línguas na forma (Fishman, 1980; Fasold, 2004), pode-se pôr a hipótese de a tendência de extensão da LCV para os domínios formais e para a escrita e a da LP para os domínios menos formais indiciarem *mudança*, ou seja, substituição e/ou deslocação da LP dos domínios e funções em que tradicionalmente predomina, sobretudo quando a extensão da LCV para os domínios formais é maior do que o da LP para os domínios informais.

Esses resultados podem ser generalizados para a população jovem cabo-verdiana residente no território, pelas razões seguintes:

1) a representatividade estatística da amostra, rigorosamente montada, a taxa de devolução dos questionários e a consistência da base de dados;

2) população inquirida corresponde a 54,7% da população jovem do país na faixa etária equivalente (15-19 anos), com superioridade para o sexo feminino como acontece na amostra (cf. secções 2.1.2.2.1. do capítulo 2 e 3.1.1. deste);

3) a natureza da amostra que qualifica a população do ponto de vista sociolinguístico: i) a quase totalidade dos inquiridos é natural de Cabo Verde e não é

muito forte a ligação/o contacto com Portugal nem o desejo de emigrar para esse país; ii) a faixa etária dos inquiridos situa a amostra na idade mediana da população de Cabo Verde (dezassete anos), idade que, segundo Labov (1976), é relevante para a aquisição das normas da comunidade e para a formação da atitude de usar a norma de prestígio (cf. Capítulo 2, 2.1); iii) a classe social dos inquiridos é a média baixa o que, por um lado, situa a amostra no mesmo grupo primário, aumentando portanto a sua coesão e homogeneidade quanto às atitudes (Krech et al., 1973) e, por outro, a situa na classe social que, segundo Labov (1968, 1976), é determinante na promoção da mudança linguística.

3.1.5. As atitudes

Com a finalidade de obter mais informações para a radiografia que se pretende da situação sociolinguística vigente em Cabo Verde, nesta secção busca-se obter mais elementos para delinear hipóteses explicativas da situação actual e sobre o futuro – manutenção estabilizada vs mudança da situação. Assim, o objectivo é obter respostas para as seguintes perguntas: i) Quais as atitudes dos falantes face às duas línguas e relativamente a uma eventual relação hierárquica entre elas? (ii) Quais os contextos (formal/informal; público/privado) em que entendem ser adequado usar cada uma das duas línguas? (iii) A qual das línguas associam particularmente determinados conteúdos conversacionais e determinadas actividades? (iv) Existe diglossia generalizada? e v) O que as atitudes revelam sobre os processos de manutenção ou deslocamento dessas línguas na comunidade?

Para atender às perguntas (i), (ii) e (iii) buscar-se-á compreender o porquê do comportamento dos inquiridos, as suas atitudes, usando como instrumento para a análise a tipologia de atitudes descrita no capítulo de metodologia e que inclui atitudes descritivas, valorativas, sociais, normativas, funcionais e de manutenção/mudança da situação (cf. capítulo 2, 2.3.1). Nessa análise são tidos em conta os dados obtidos nas tabelas de frequência (Anexo 4), os das tabelas de cruzamento relevantes que foram efectuados (Anexo 5). Os resultados da análise estatística serão, ainda, confrontados com os das perguntas abertas relevantes.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11

São esses resultados que, conjugados com os já obtidos na secção anterior, permitem responder às perguntas (iv) e (v).

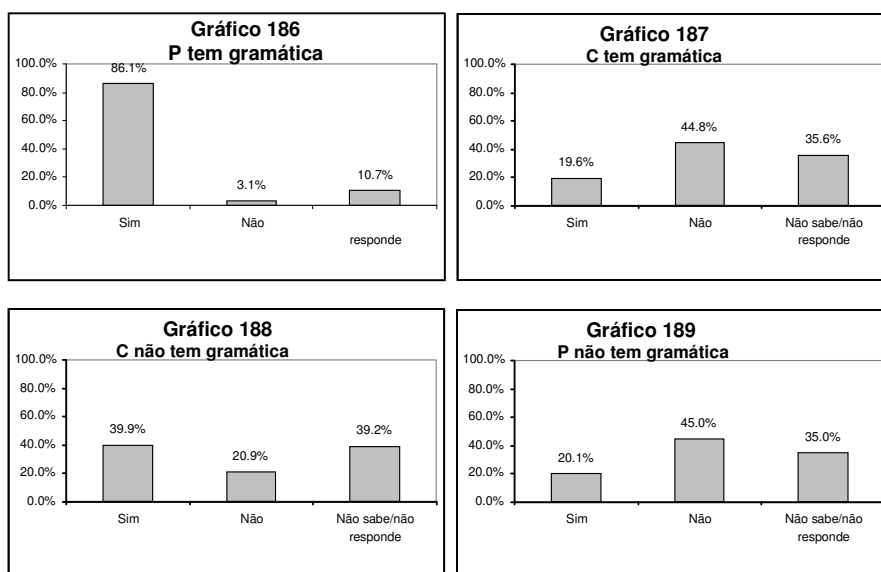
3.1.5.1. Atitudes descritivas

Este tipo de atitudes consiste em tentativas de teorização sobre os factos da língua, distinguindo-se entre as estruturais, de historicidade e autonomia e sociolinguísticas (cf. capítulo 2, 2.3.1).

3.1.5.1.1. Atitudes face à estrutura das línguas

Analizadas a partir do posicionamento dos inquiridos perante asserções relacionadas com a estrutura das duas línguas (ter/não ter gramática e ser fácil/ser difícil), os resultados evidenciam que a LP é a língua estruturalmente mais valorizada, opinião essa que independe da estada dos progenitores ou do pai em Portugal e da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias.

Efectivamente, a comparação da avaliação estrutural que os inquiridos fazem da LCV e da LP¹ mostra que a LP é tida como a língua mais bem estruturada uma vez que é de longe superior a percentagem dos inquiridos que considera que essa língua tem gramática do a que tem esta mesma apreciação da LCV; e, inversamente, é maior a percentagem dos que aceitam que a LCV não tem gramática do que a dos que aceitam esta afirmação para a LP:

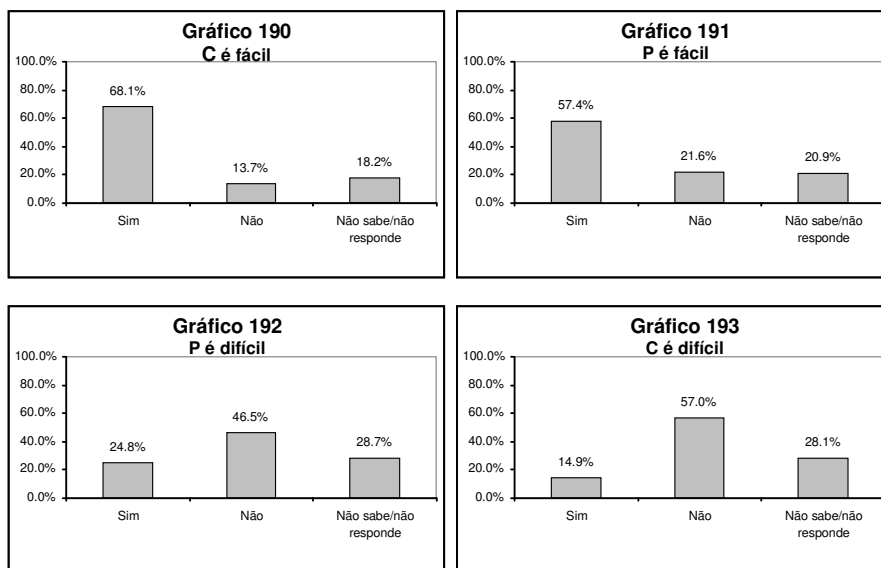


Gráficos 186 a 189 – Distribuição das atitudes estruturais: ter/não ter gramática

¹ CF. Anexo 4: TFs E21 e 22 e E26 e 27 para a LCV; e TFs E.47 e 48 e E.52 e 53 para a LP

3.1. Análise do questionário

Nessa mesma linha, a LCV é considerada mais fácil do que a LP ainda mais porque é mais elevada a percentagem dos que concordam que a LP é difícil do que a daqueles que tem a mesma opinião sobre a LCV:



Gráficos 190 a 193 – Distribuição das atitudes estruturais: ser fácil e difícil

Essa também é a posição prevalecente tanto de entre os inquiridos que afirmam que nenhum dos progenitores ou o pai viveu ou passou algum tempo em Portugal²:

Com efeito: (i) 45.4%/44.6% acha que a LCV não tem gramática; (ii) 39.9% para ambos os casos aceita que a LCV não tem gramática, quando os valores correspondentes para a LP são: tem gramática (85.5%/84.9%); sim, não tem gramática (21.6%/17.8%); (iii) LCV é fácil (67.6%/67.10%); LCV é difícil (13.9%/17.5%) vs. seguintes valores para a LP: é fácil (58.95/53.8%); é difícil (23.6%/26.4%), sendo de destacar que os valores são quase iguais ou bastante próximos dos da generalidade dos inquiridos.

A maior valorização estrutural do português é também sustentada³ tanto por aqueles que condicionam exprimir melhor as suas ideias numa ou noutra língua como por aqueles que dizem exprimi-las melhor na língua cabo-verdiana ou nas duas igualmente (o número daqueles que diz exprimir melhor as suas ideias em português é irrelevante).

De entre qualquer desses subgrupos de inquiridos: (i) é maior a percentagem daqueles que acha que a LP tem gramática (88.7%, 87%, 86.6%) e é difícil (23.7%, 30.7%, 21.4%) do que a daqueles que opinam que a LCV tem gramática (18.8%, 20.2%, 23.2%) e é difícil (14.5%, 13.3%, 15.0%); (ii) ao passo que é maior o número daqueles que aceitam que a LCV não tem gramática (42.4%, 39.1%,

² Cf. Anexo 5: TCs 6.34.1.5, 6, 10 e 11 e TCs 6.34.2.5, 6, 10 e 11.

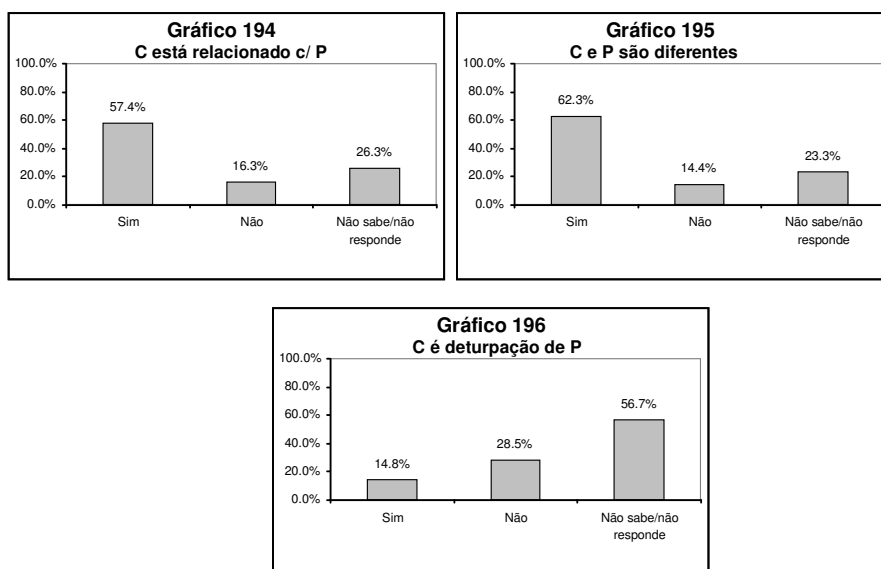
³ Cf. Anexo 6: TCs 5.10.5, 6, 10 e 11, para a LCV; TCs 5.11.5, 6, 10 e 11 para a LP

39.5%) e que é fácil (70.2, 71.1, 70.9) do que o aqueles que aceitam que a LP não tem gramática (21.1%, 20.6%, 20.0%) e que é fácil (23.7%, 30.7%, 21.4 %.)

3.1.5.1.2. Atitudes face à historicidade e autonomia das línguas

As atitudes face à historicidade e à autonomia são depreendidas a partir das respostas às perguntas do questionário que visam comparar os sistemas das duas línguas. Os resultados mostram que a LCV é percebida como um sistema autónomo, embora historicamente relacionado com a LP, mas menos evoluído do que a LP, mormente quando aquela língua é considerada um dialecto⁴.

Com efeito⁵, a maior parte dos inquiridos sustenta que a LCV está relacionada com a LP, mas que são simplesmente diferentes e não que a LCV seja uma deturpação da LP:



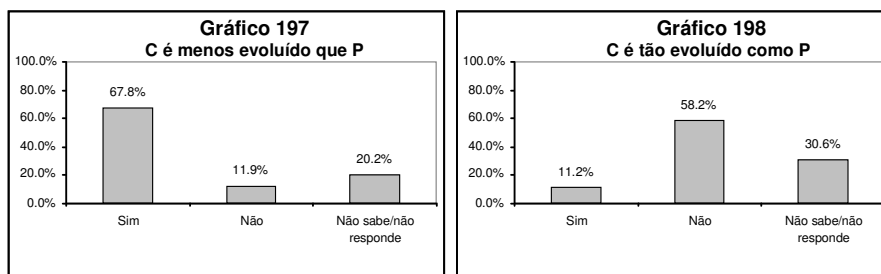
Gráficos 194 a 196 – Distribuição das atitudes de historicidade e autonomia: relação estrutural

Contudo, a maioria aceita que a LCV é menos evoluída do que a LP e nega que ela seja tão evoluída como a LP:

⁴ Dialecto não é entendido popularmente em Cabo Verde como uma variedade linguística geográfica, mas como uma variedade da LP e em oposição ao seu desenvolvimento pleno.

⁵ Cf. TF E 69 a E 73, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 197 e 198 – Distribuição das atitudes de historicidade e autonomia: estado evolutivo

3.1.5.1.3. Atitudes face ao contexto sociolinguístico

As atitudes face ao contexto sociolinguístico são analisadas a partir das questões em que os inquiridos opinam sobre o bilinguismo, seu significado e extensão, o ser-se bilingue e a situação sociolinguística de Cabo Verde. E os dados apontam para os seguintes resultados:

i) *bilinguismo*: é visto como um dado, bastante valorizado do ponto de vista utilitário; resultados posteriores mostram que, coerentemente, esta posição não é afectada pela atitude de manter a LP (cf. secção 3.1.5.6.1.) e de oficializar a LCV (cf. secção 3.1.5.5.3.4.);

ii) *ser-se bilingue*: é considerado um bem cultural que alarga as possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal e como um instrumento de promoção social e não como um factor de aumento da aptidão cognitiva; essas duas conclusões são confirmadas pelos resultados do cruzamento dos dados sobre o bilinguismo com os dados sobre o ser-se bilingue; e ainda

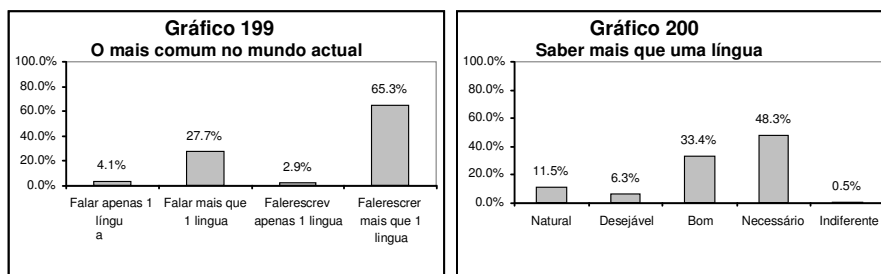
iii) *situação de contacto*: é avaliada positivamente e valorizada sobretudo do ponto de vista da sua utilidade, mas também do ponto de vista afectivo e social e sem evidências de constrangimentos na sua gestão, como já indiciado (cf. secção 3.1.3.2.); esta posição não é afectada pela atitude de oficializar a LCV (cf. secção 3.1.5.5.3.4.) e de manter a LP em Cabo Verde (cf. secção 3.1.5.6.1.).

Veja-se abaixo o posicionamento dos inquiridos face a estes três aspectos:

O bilinguismo não é visto como um problema pelos inquiridos pois⁶, por um lado, a maioria acredita que o mais comum no mundo actual é, primeiro, saber falar, ler e escrever mais do que uma língua e, depois, falar mais do que uma língua; e, por outro, é irrelevante a percentagem daqueles que considera comum falar e falar, ler e escrever

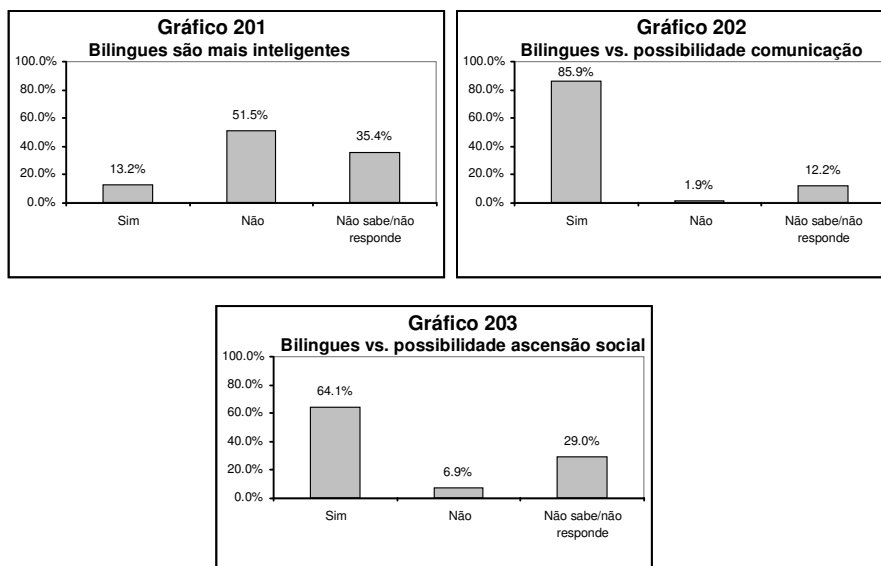
⁶ Cf. TFE 111, Anexo 4

apenas uma língua. E saber mais do que uma língua⁷ é bastante valorizado do ponto de vista utilitário pois, primeiro, o bilinguismo é considerado necessário, depois bom e finalmente natural; os valores para desejável e indiferente são irrelevantes:



Gráficos 199 e 200 – Distribuição das atitudes face ao bilinguismo

Quanto ao ser-se bilingue⁸ a maioria esmagadora considera que os bilingues têm mais possibilidades de comunicar com outras pessoas, seguindo-se aqueles que acham que eles têm possibilidade de avançar socialmente mais depressa; apenas uma percentagem reduzida considera que as pessoas bilingues são mais inteligentes do que as monolíngues:



Gráficos 201 a 203 – Distribuição das atitudes face ao ser bilingue

As tabelas de cruzamento dos dados relativos ao bilinguismo com os respeitantes a ser-se bilingue⁹ confirmam os dados anteriores quanto a ser-se bilingue pois, por um lado, as pessoas que sabem mais do que uma língua não são consideradas mais

⁷ Cf. TF E 112, Anexo 4

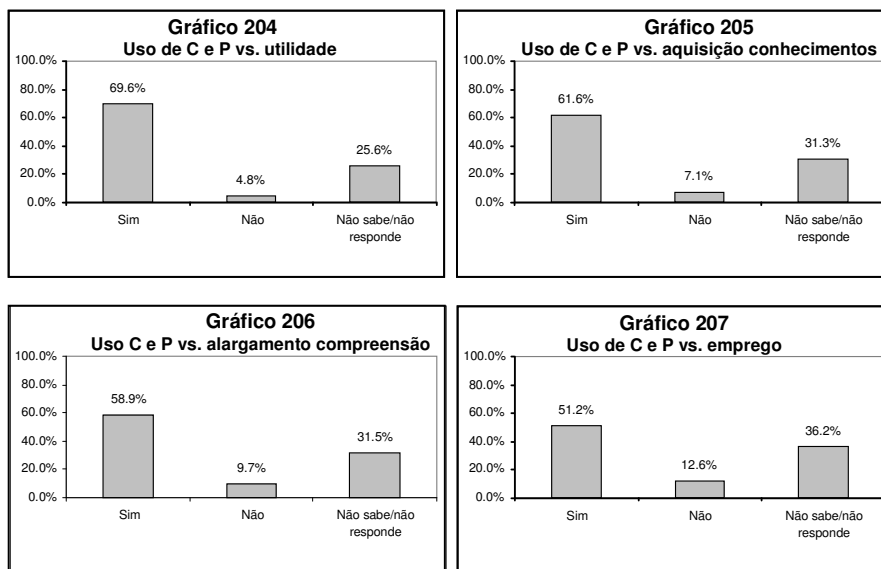
⁸ CF. TF. E. 113 a 115, Anexo 4

⁹ Cf. TCs 4.1. a 3, Anexo 5

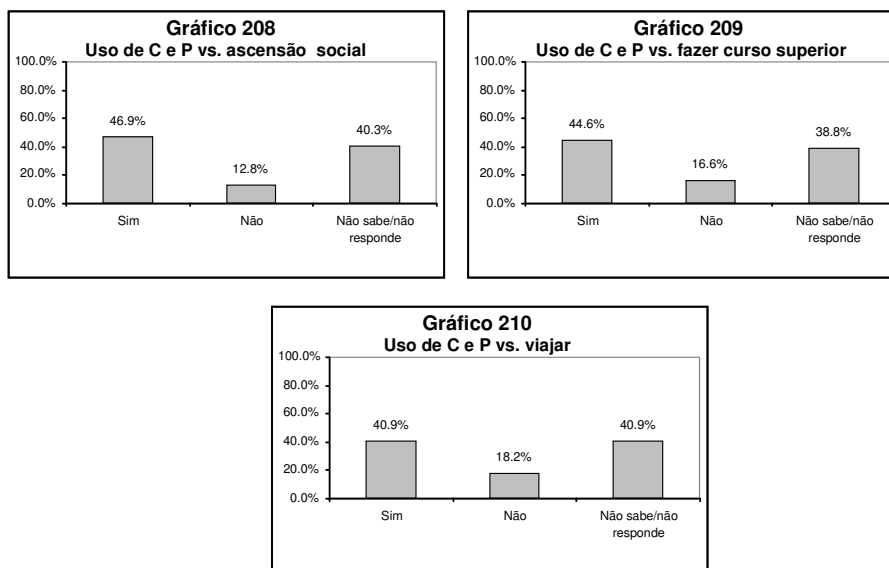
3.1. Análise do questionário

inteligentes do que os monolíngues pela maioria dos inquiridos, como atestam os valores atingidos tanto de entre aqueles que consideram saber mais do que uma língua necessário (55.4%), como daqueles que o consideraram bom (51.7%) e natural (53.8%); e por outro lado, as respostas positivas vão maioritariamente para o bilinguismo como factor de alargamento da possibilidade de comunicação e depois para o bilinguismo como instrumento de promoção social, tanto para os inquiridos que consideram o bilinguismo como necessário (90.5%/68.6%, respectivamente), como para aqueles que o vêem como algo bom (86.2%/62.3%) ou mesmo para aqueles que o vêem como natural (88.8%/68.5%).

Além disso, os dados estatísticos apontam para uma atitude positiva para com a situação de contacto, sobretudo do ponto de vista utilitário¹⁰, ou seja, enquanto meio de obtenção de conhecimentos e factor de alargamento das possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal e de promoção social (ser útil, adquirir conhecimentos, ser compreendido por um maior número de pessoas, aumentar a possibilidade de emprego, avançar socialmente, fazer um curso superior e viajar para outros países):

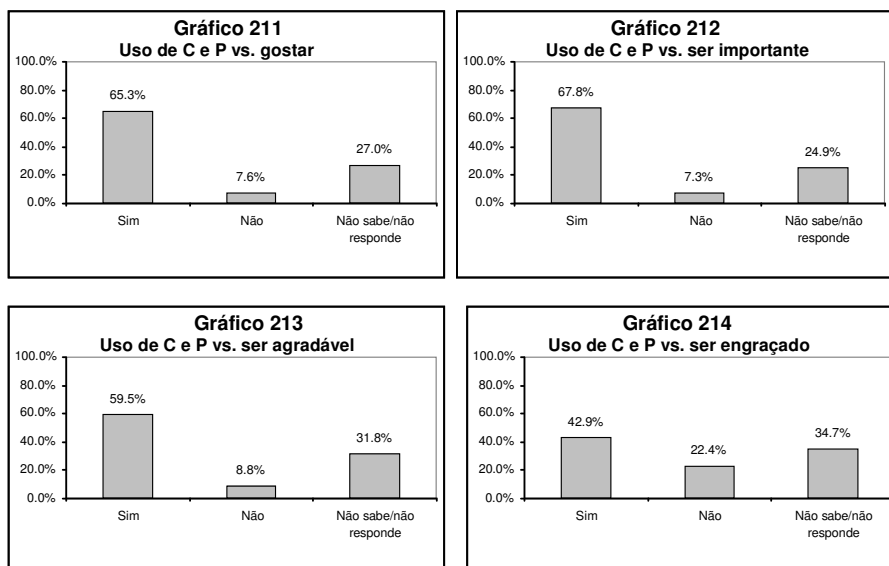


¹⁰ Cf. TFs E 117, 126 a 129 e 130 e 131, Anexo 4



Gráficos 204 a 210 – Distribuição das atitudes face à situação de contacto: argumentos utilitários

Mas a situação de contacto também é valorizada¹¹ do ponto de vista afectivo (gostar) e social (ser engraçado, ser agradável e ser importante):



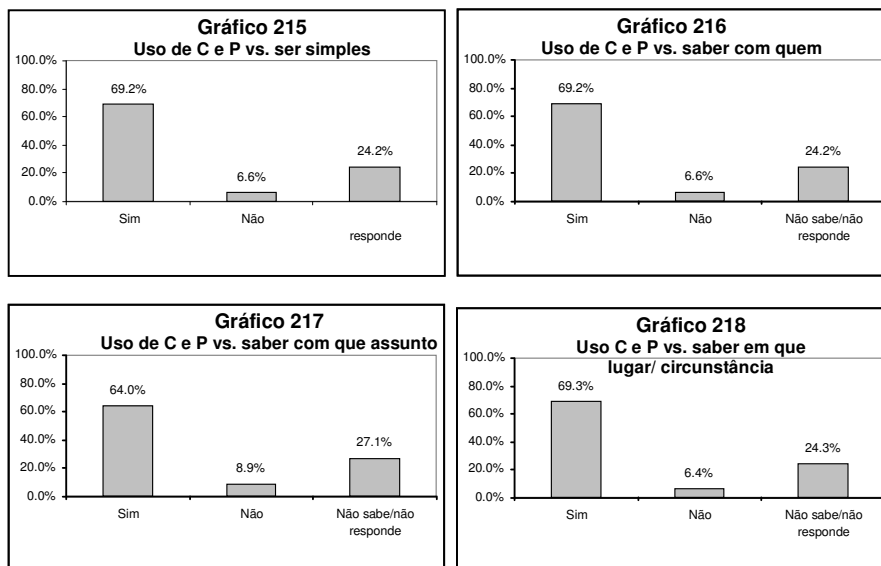
Gráficos 211 a 214 – Distribuição das atitudes face à situação de contacto: afectivos e sociais

E não são evidentes constrangimentos¹² do ponto de vista prático, ou seja, da gestão da situação de contacto já que os inquiridos consideram que é simples e sabem sempre quando usar uma ou outra língua em função das pessoas, assuntos, lugares e circunstâncias:

¹¹ Cf. TFs E 122, 118, 119 e 120, Anexo 4

¹² Cf. TFs E 121, 123, 124 e 125, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 215 a 218 – Distribuição das atitudes face à situação de contacto: gestão

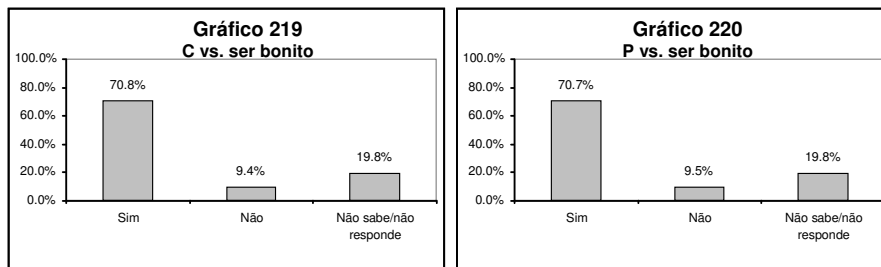
3.1.5.2. Atitudes valorativas

Este tipo de atitudes inclui (cf. capítulo 2, 2.3.1.) atitudes de valoração estética (ser feio, bonito e ridículo), afectiva e emocional (gostar ou não) e antropológica (relacionadas com a identidade e a cultura).

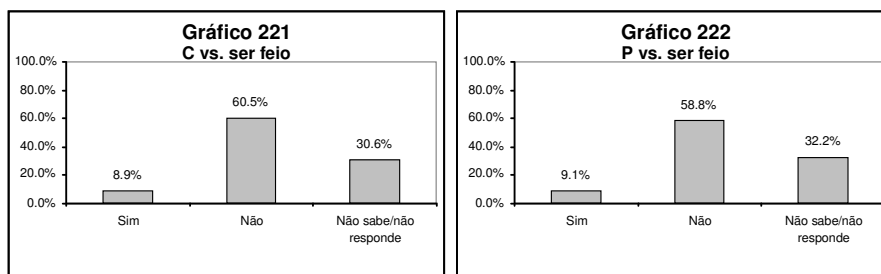
3.1.5.2.1. Atitudes de valoração estética

Os resultados mostram que as duas línguas são equilibradamente valorizadas, independentemente de 'nenhum dos progenitores' ou o pai ter vivido ou passado algum tempo em Portugal e da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias.

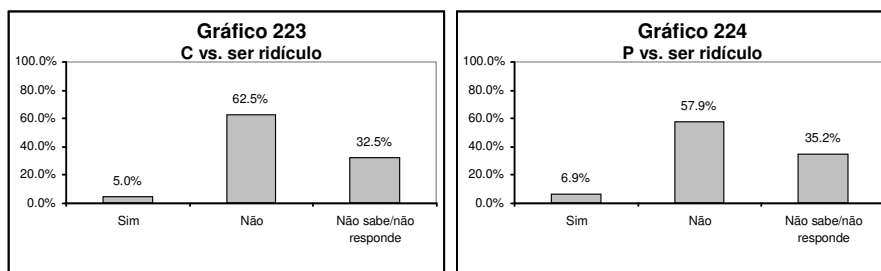
Na verdade,¹³ a maioria acha que a LCV e a LP são línguas bonitas; e, identicamente, a maioria dos inquiridos não acha que a LCV ou a LP sejam feias:



¹³ Cf. Anexo 4: TF E. 28, 29 e 30 para a LCV; e TF E. 54, 55 e 56 para a LP



Gráficos 219 a 222 – Distribuição das atitudes estéticas face às duas línguas: ser bonito e feio
Além disso, a maioria não avalia nenhuma das duas línguas como ridícula:



Gráficos 223 e 224 – Distribuição das atitudes estéticas face às duas línguas: ser ridículo

O facto de apenas o pai ou nenhum dos progenitores ter vivido ou passado algum tempo em Portugal¹⁴ não afecta o que os inquiridos pensam das duas línguas do ponto de vista estético pois a sua posição continua a ser idêntica à da generalidade dos inquiridos, sendo de assinalar a quase igualdade dos valores. Com efeito¹⁵, (i) de entre os inquiridos cujo pai ou nenhum dos progenitores viveu algum tempo em Portugal a maioria acha bonita quer a LCV (67.9%/70.2%) quer a LP (68.1%/71.7%); e (ii) as percentagens dos que acham a LCV e a LP feias ou ridículas são irrelevantes; apenas acha a LCV feia 10.3% dos inquiridos, de entre aqueles que nenhum dos progenitores viveu algum tempo em Portugal (106 inquiridos).

Resultados de tabelas de cruzamento dos dados mostram¹⁶ que esta é a posição tanto dos que condicionam a língua em que exprimem melhor as suas ideias como daqueles que dizem fazê-lo na LCV ou a LCV/LP (o número daqueles que diz exprimir melhor as suas ideias em português é irrelevante).

De entre esses diferentes subgrupos, um número de valor idêntico e quase igual ou bastante próximo não considera qualquer dessas línguas: i) feia (valores entre 6.4% e 10.6% para a LCV e entre 7.8% e 11.5% para a LP); ou ii) ridícula (valores entre

¹⁴ Cf. TCs 6.34.1.12, 13 e 14 e 6.34.2.12, 13 e 14, Anexo 4

¹⁵ É irrelevante a percentagem daqueles cuja mãe ou os dois progenitores viveram algum tempo em Portugal.

¹⁶ TC 5.10. 12, 13 e 14 e TC 5.11.12, 13 e 14, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

3.6% e 6.1% para a LCV e entre 5.5% e 8.1% para a LP); mas sim iii) bonitas (valores entre 72.0% e 76.4% para a LCV e 69.8% e 75.5% para a LP).

3.1.5.2.2. *Atitudes de valoração afectiva e emocional*

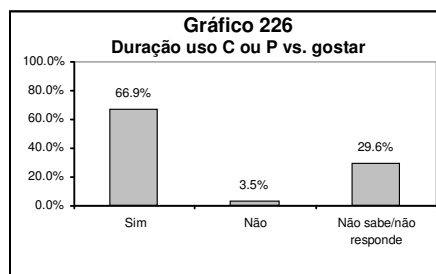
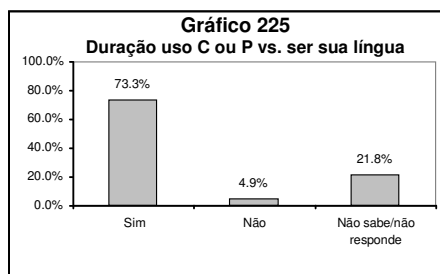
Resultados anteriores relativos à proficiência nas duas línguas evidenciaram que a LCV é a língua preferida e mais bem dominada e aquela em que os inquiridos se sentem mais à vontade para falar, e usam com esta finalidade com mais frequência e duração, enquanto a LP é mais bem dominada na escrita (recepção e produção) e a preferida para ler e escrever e aquela em que se sentem mais à vontade para efectivar essas aptidões (cf. secção 3.1.2.3.1).

Coerentemente com esses resultados, os agora obtidos confirmam o investimento afectivo dos inquiridos na LCV, para falar, e também na LP para ler e escrever, acompanhando, portanto, os resultados quanto ao conhecimento da LP e até da necessidade e/ou vontade de a aprender como também já observado (cf. secções 3.1.3.2.1 e 3.1.3.2.3.).

Além disso, existe coerência entre as atitudes e o comportamento desse ponto de vista já que: i) a quase totalidade dos inquiridos que gosta e prefere falar a LCV sente-se mais à vontade a falar a LCV assim como a maioria que gosta e prefere ler e escrever a LP se sente mais à vontade a ler e escrever nessa língua; e ii) comparativamente, aqueles que têm uma atitude favorável à oficialização da LCV investem mais nela afectivamente do que na LP.

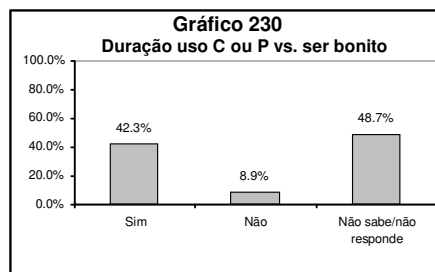
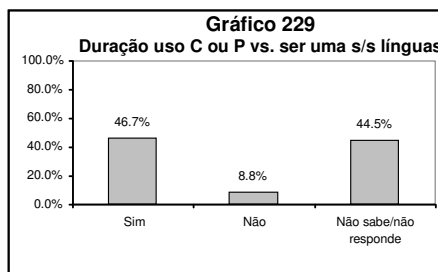
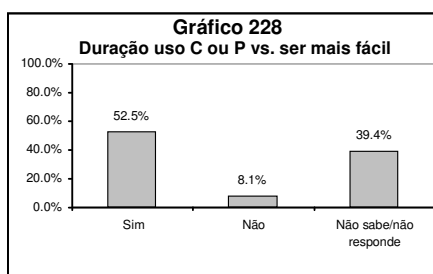
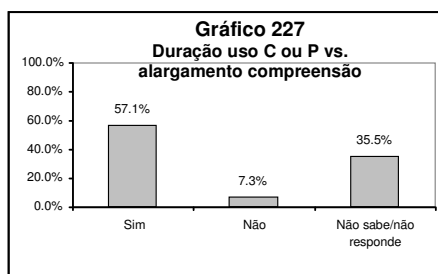
Na verdade, quando questionados sobre as razões do uso por mais tempo de uma ou outra língua para falar (duração do uso), a leitura dos dados mostra que, para os inquiridos, falar a LCV é sobretudo uma questão de ser (identidade) e de afectividade e não de parecer (prestígio) ou de eficácia pois¹⁷ as principais razões são de natureza identitária e afectiva: consideram a LCV como língua própria e dizem gostar dela:

¹⁷ Cf. TF D 59 e 61., Anexo 1



Gráficos 225 e 226 – Distribuição das atitudes face à duração do uso: argumentos afectivos

Numa posição intermédia¹⁸ estão razões de natureza utilitária ('necessidade de ser compreendido por mais gente') estrutural (ser mais fácil) identitária (ser uma das suas línguas) e ainda uma estética (ser bonito):



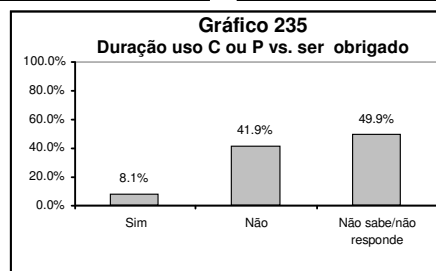
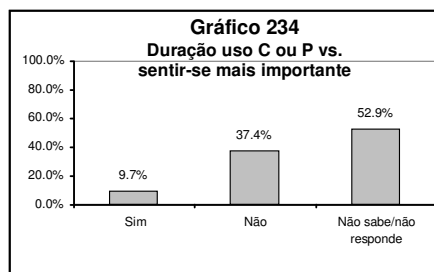
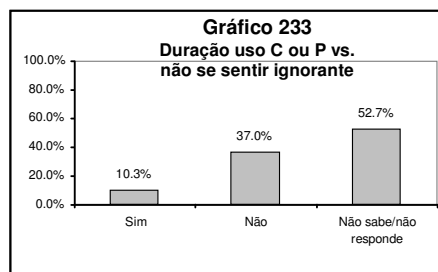
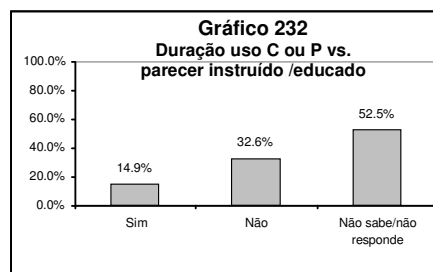
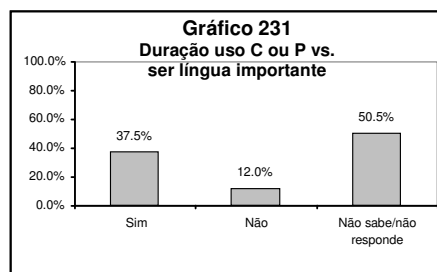
Gráficos 227 a 230 – Distribuição das atitudes face à duração do uso: argumentos utilitários, estruturais, identitários e estéticos

Na última posição¹⁹ estão razões de natureza social dirigidas à percepção do prestígio da LCV e das pessoas que a usam: ser uma língua importante, para parecer instruído e educado, para não se sentir ignorante e sentir-se mais importante; a confirmar o que se vem dizendo, o número daqueles que diz ter falado mais a LCV por ser obrigado é irrelevante:

¹⁸ Cf. TF D66, 65, 62 e 60., Anexo 1

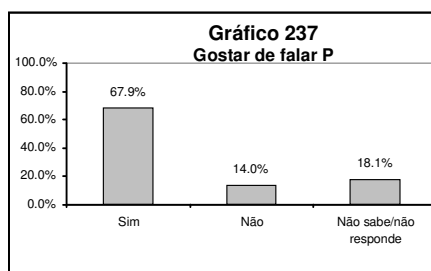
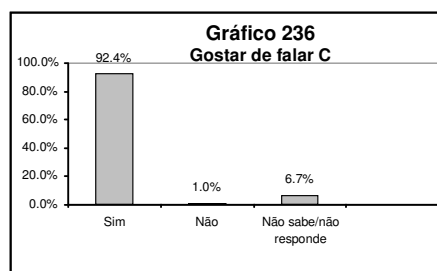
¹⁹ Cf. TF D64, 69, 67, 68 e 63., Anexo 1

3.1. Análise do questionário



Gráficos 231 a 235 – Distribuição das atitudes face à duração do uso: argumentos sociais

Os dados constantes no grupo de gráficos abaixo mostram como os inquiridos distribuem a sua afectividade para as duas línguas, consoante as modalidades de uso²⁰: a LCV para falar e a LP para a escrita, tal como acontece com a distribuição da proficiência. Assim, no que respeita a falar²¹, o maior investimento afectivo vai para a LCV, sendo irrelevantes os restantes posicionamentos; e embora a percentagem dos que não gostam de falar a LP seja importante, os que afirmam gostar dessa língua para falar é muito superior:

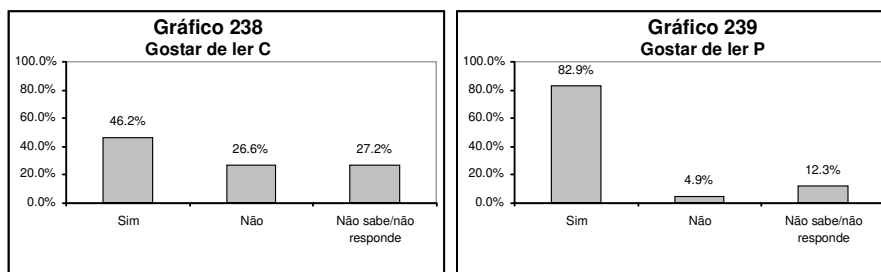


Gráficos 236 e 237 – Distribuição das atitudes afectivas: modalidade falar

²⁰ Cf. TFE.1. a E.6., Anexo 4

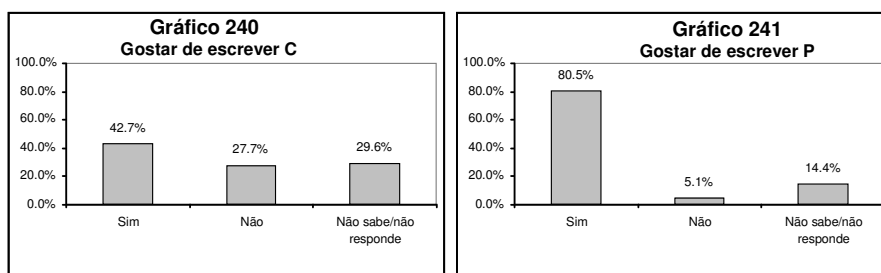
²¹ Cf. TFE 1 e 4., Anexo 4

Quanto a ler²², o investimento afectivo maior é na LP pois é muito mais importante a percentagem dos que não gostam da LCV para ler do que a dos que não gostam da LP para ler:



Gráficos 238 e 239 – Distribuição das atitudes afectivas: modalidade ler

A situação é idêntica para a produção escrita²³ já que a maioria diz que gosta de escrever em LP; e embora seja bastante importante a percentagem dos que afirmam gostar de escrever na LCV, é bem mais importante a daqueles que afirma não gostar de escrever nesta língua do que a percentagem daqueles que afirma o mesmo acerca da LP:



Gráficos 240 e 241 – Distribuição das atitudes afectivas face às duas línguas: modalidade escrever

De notar a congruência entre o comportamento e as atitudes porquanto²⁴ a quase totalidade dos inquiridos que gosta e prefere falar a LCV sente-se mais à vontade a falar LCV (97.3%); do mesmo modo, de entre aqueles que gostam e preferem ler e escrever na LP, a esmagadora maioria sente-se mais à vontade a ler (93.7%) e a escrever (92.6%) a língua portuguesa.

3.1.5.2.3. Atitudes de valoração antropológica

Os resultados da análise evidenciam que embora não haja uma rejeição absoluta da LP, a LCV é considerada o símbolo da identidade, atitude esta que não é afectada pelo facto de se achar que a LP não deve ser a única língua oficial (cf. secção

²² Cf. TFE 2 e 5., Anexo 4

²³ Cf. TFE 3 e 6., Anexo 4

²⁴ Cf. TCs 5.1. e 5.2.1. e 2., Anexo 4

3.1. Análise do questionário

3.1.5.6.2.1.). Na verdade, se os inquiridos falam a LCV com mais duração e frequência sobretudo por razões identitárias e afectivas (secção 3.1.5.2.2) também ficam evidentes nesta subsecção que:

i) ser bom cabo-verdiano é vinculado a gostar da LCV e a usar mais a LCV do que a LP, embora se admita que goste (de) e use a LP;

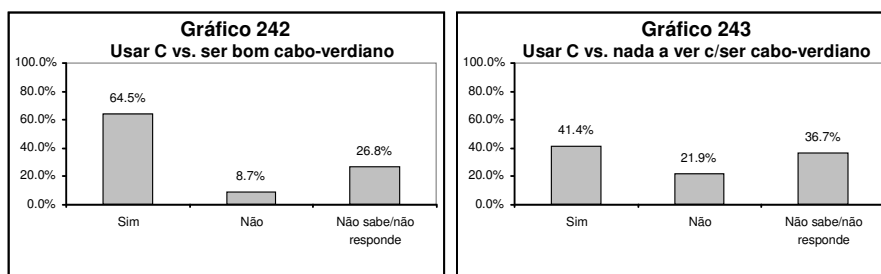
ii) por um lado, o ser cabo-verdiano não é vinculado a saber e a falar a LCV (sobretudo por razões vinculadas à emigração e consequente local de nascimento e crescimento e tempo de ausência de Cabo Verde); por outro ser cabo-verdiano também não implica saber a LP, embora se possa falar essa língua (sobretudo por razões também vinculadas à emigração e/ou local de nascimento e crescimento e permanência no exterior do país); e ainda,

iii) o mau cabo-verdiano é vinculado a gostar da LP e não da LCV e a usar mais a LP do que a LCV, mas não a usar a LCV; contudo aqueles que têm uma atitude favorável à oficialização da LCV investem mais no uso da LCV, sendo esse investimento na LP quase irrelevante.

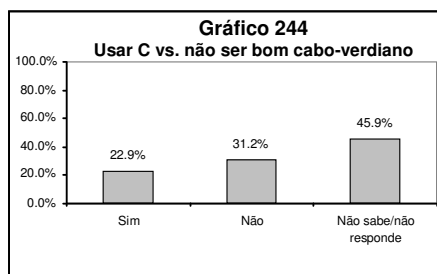
3.1.5.2.3.1. Atitudes de valoração identitária

Os dados mostram como os inquiridos percebem, do ponto de vista da identidade, as pessoas que usam a LCV e a LP e ainda como relacionam identidade com o domínio dessas línguas, os sentimentos para com elas e a predominância de uso de uma e de outra língua.

Desta perspectiva, e no que respeita à LCV²⁵, a maioria dos inquiridos identifica os que usam a LCV como bons cabo-verdianos, seguindo-se aqueles que acham que usar esta língua não se relaciona com ser bom cabo-verdiano; e a percentagem daqueles que relaciona usar a LCV com ser mau cabo-verdiano é muito mais baixa, embora importante, como ilustram os gráficos abaixo:

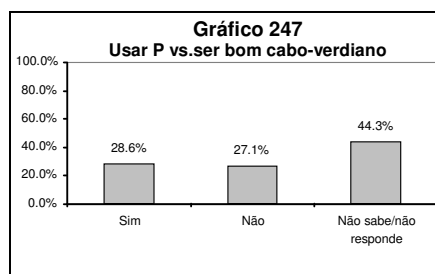
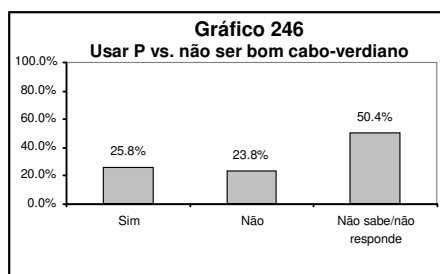
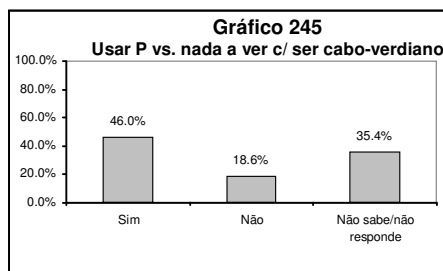


²⁵ Cf. TFE 83 a 85., Anexo 4



Gráficos 242 a 244 – Distribuição das atitudes face à percepção do cabo-verdiano vs. uso da LCV

E quanto à LP²⁶, a maioria acha que o uso dessa língua não se relaciona com ser cabo-verdiano; nesta matéria os inquiridos são menos assertivos: dividem-se entre aqueles que identificam ser bom cabo-verdiano com o uso da LP e aqueles que identificam ser mau cabo-verdiano com o uso da LP:



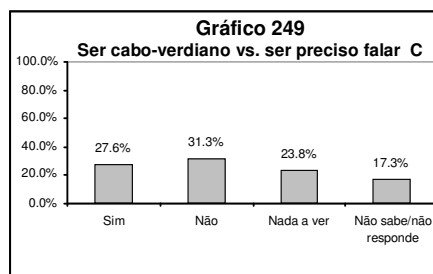
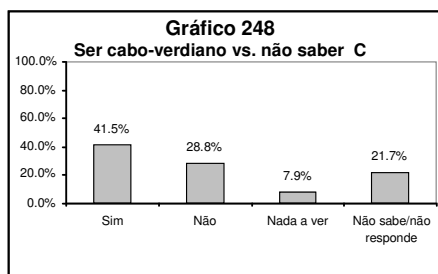
Gráficos 245 a 247 – Distribuição das atitudes face à percepção do cabo-verdiano vs. uso da LP

Além disso²⁷ a maioria dos inquiridos acha que se pode ser cabo-verdiano e não saber a LCV (cf. gráfico 248). Contudo, uma percentagem importante tem opinião contrária e também acha que não é preciso falar a LCV para se ser cabo-verdiano, apesar do valor importante dos que dizem 'sim' e dos que acham que não tem nada a ver com ser cabo-verdiano (cf. gráfico 249):

²⁶ Cf. TFE 95 a 97, Anexo 4

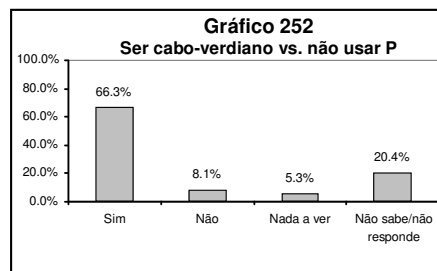
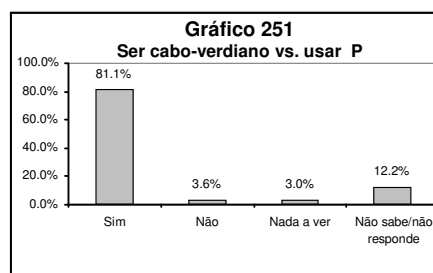
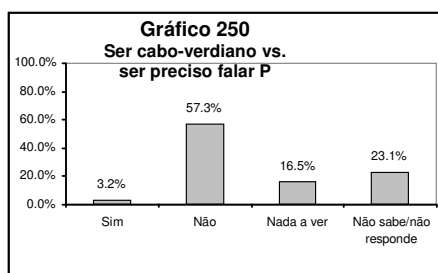
²⁷ Cf. TFE 99 e 100, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 248 e 249 – Distribuição das atitudes face à percepção do cabo-verdiano vs. domínio da LCV

Apesar de²⁸, como mostra o gráfico 245 acima, uma percentagem importante considerar que falar português não tem a ver com ser cabo-verdiano e de uma percentagem elevada achar que não é preciso falar a LP para ser cabo-verdiano (cf. gráfico 250), uma percentagem ainda maior acha que se pode ser cabo-verdiano e usar a LP e uma importante, mas menor, acha que se pode ser cabo-verdiano e não usar a LP (cf. gráfico 251):

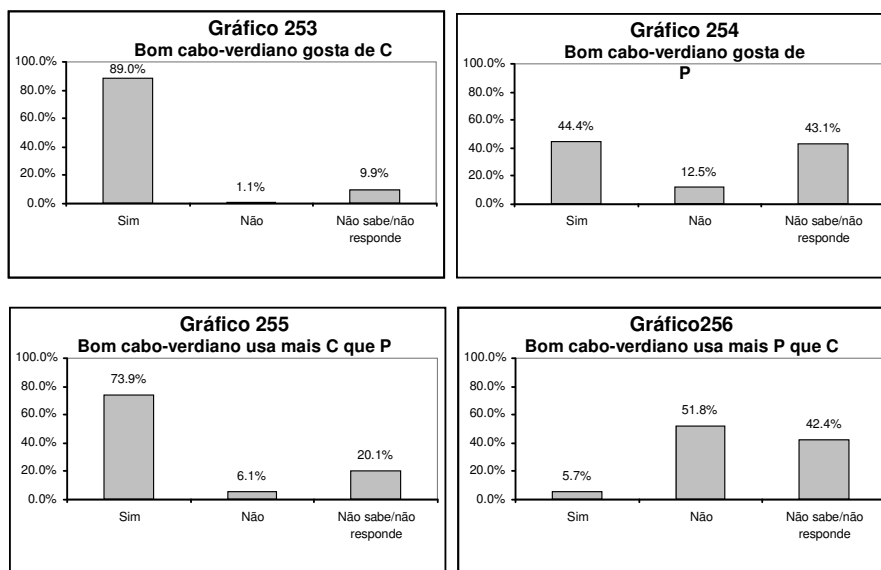


Gráficos 250 a 252 – Distribuição das atitudes face à percepção do cabo-verdiano vs. uso da LP

Identicamente, quando inquiridos sobre a identidade e os sentimentos para com as duas línguas²⁹ a esmagadora maioria dos inquiridos acha que um bom cabo-verdiano gosta da LCV e usa mais esta língua do que a LP; e embora consistentemente a maioria diga que não aceita que um bom cabo-verdiano use mais a LP que a LCV, a maioria também afirma que um bom cabo-verdiano gosta da LP, destacando-se, assim, de novo, a afectividade para com a LP:

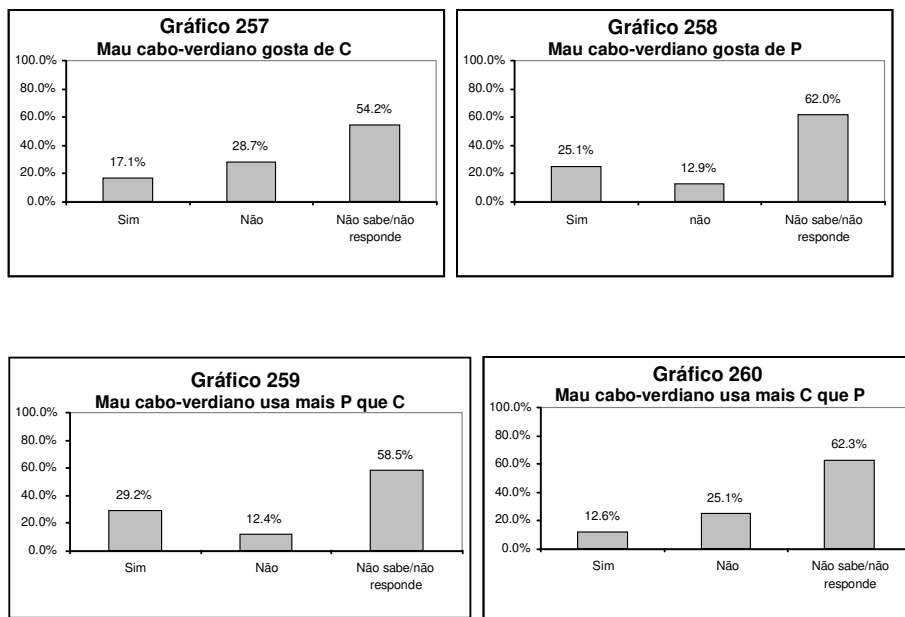
²⁸ Cf. TFE 101 a 103, Anexo 4

²⁹ Cf. TFE. 104 a 106, Anexo 4



Gráficos 253 a 256 – Distribuição das atitudes face à percepção do bom cabo-verdiano vs. sentimentos e uso das duas línguas

Já o mau cabo-verdiano³⁰ é vinculado a não gostar da LCV e a gostar da LP e a usar mais a LP do que a LCV; mas não a usar mais a LCV que a LP, o que também é sintomático dos posicionamentos face às duas línguas na perspectiva das atitudes afectivas e identitárias:



Gráficos 257 a 260 – Distribuição das atitudes face à percepção do mau cabo-verdiano vs. sentimentos e uso das duas línguas

³⁰ Cf. TF 107 a 110, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

Em suma: a maioria dos inquiridos vincula ser bom cabo-verdiano a gostar da LCV e a usar mais a LCV do que a LP, embora uma percentagem importante ache que um bom cabo-verdiano gosta da LP; e se a maioria dos inquiridos acha que se pode ser cabo-verdiano e não saber a LCV e que não é preciso falar a LCV para se ser cabo-verdiano, um número mais importante ainda acha que não é preciso falar a LP para ser cabo-verdiano.

Por isso, e por causa da valorização afectiva da LP, esses dados foram cruzados com os respeitantes à LP ser a única língua oficial³¹. Ora, os resultados (cf. leitura sistematizada no Anexo 12.32.) evidenciam que a maioria continua a achar que um bom cabo-verdiano gosta da LCV e da LP e usa mais a LCV do que a LP e não mais a LP do que a LCV, tanto de entre os que dizem que sim como não à LP ser a única língua oficial, e ainda tanto de entre aqueles que responderam relevantemente sim, não ou nada a ver às restantes questões envolvidas, conforme os casos.

E a leitura dos resultados das respostas às perguntas abertas 80 e 81³² (cf. Anexo 12.33.) e da sua configuração deixa claro a maior importância e efectividade da relação LCV/identidade por parte desses inquiridos, corroborando os resultados da análise estatística, do mesmo passo que permitem perceber melhor as razões que levam os inquiridos a admitir que um cabo-verdiano não saiba a LCV ou mesmo saiba apenas a LP.

Efectivamente nessas perguntas solicitava-se aos inquiridos três circunstâncias em que achavam que um(a) cabo-verdiano(a) pode não saber a LCV (P.80) e pode saber apenas a LP (P.81),³³ e os resultados da análise mostram que: primeiro, 'nenhum' (categoria 0), uma das respostas possíveis, tem valores bastante próximos em ambas as perguntas; e, em segundo lugar, as razões por que os inquiridos aceitam que um cabo-verdiano não saiba a LCV e apenas saiba a LP (P.80) são evidenciadas, por um lado, pelos valores atingidos pelas duas primeiras subcategorias da categoria 1. Circunstâncias relacionadas com a naturalidade, local de crescimento e filiação; e ainda

³¹ Cf. TCs 6.29.1. a 5, Anexo 5

³² Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

³³ Os dados gerais dessas perguntas são: P. 80: 1.571 respostas que foram dadas por 740 respondentes, i.e., 41.59% dos inquiridos; P. 81, 1.471 respostas, disponibilizadas por 702 respondentes, ou seja, 39.42% dos inquiridos.

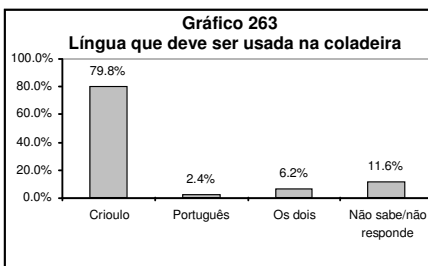
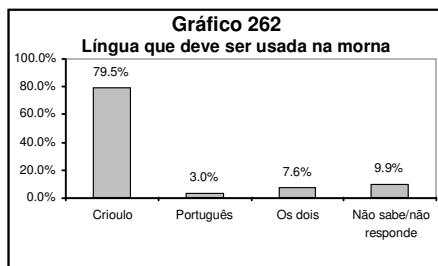
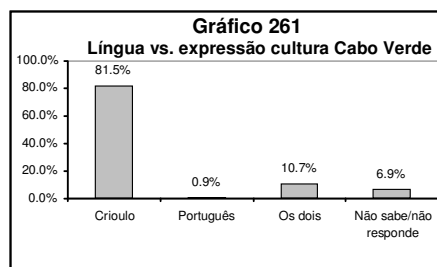
pelos valores das subcategorias da categoria 2. Circunstâncias relacionadas com a emigração e/ou imigração (tempo de ausência de CV e/ou permanência noutro país).

Além disso, a própria configuração das categorias evidencia a importância da relação LCV/identidade e LP/estatuto ao atribuírem a razões exteriores ao indivíduo o facto de não se saber a LCV ou de se saber apenas a LP, já que são essas duas categorias que ocupam as primeiras posições.

3.1.5.2.3.2. Atitudes de valoração cultural

Do ponto de vista cultural, os dados mostram³⁴ que se a LCV é valorizada como meio de identidade cultural e como instrumento mais eficaz de expressão da cultura tradicional, essa posição já não é tão evidente para as manifestações culturais mais eruditas, pois se há alguma concessão para a LCV para o teatro e para a literatura, as duas línguas partilham o espaço no cinema.

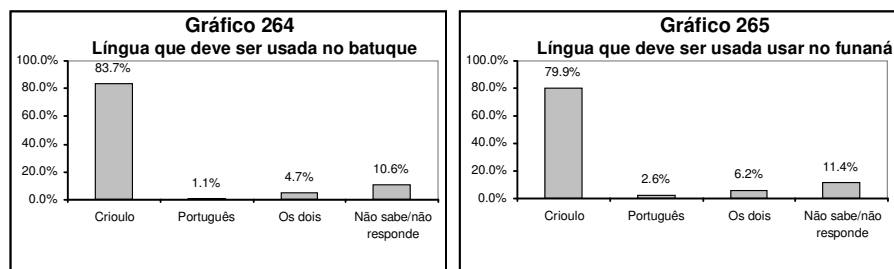
Na verdade, a LCV é³⁵ considerada, expressivamente, a língua que melhor exprime a cultura de Cabo Verde e as duas línguas conjuntamente recebem um valor baixo e a LP um valor irrelevante. Inversamente, para as manifestações culturais mais populares (morna, coladeira, batuque e funaná) a LCV recebe percentagens bastante elevadas, mas a LP e a LCV/LP valores irrelevantes:



³⁴ Cf. TF. E. 279 e E. 272 a 278, Anexo 4

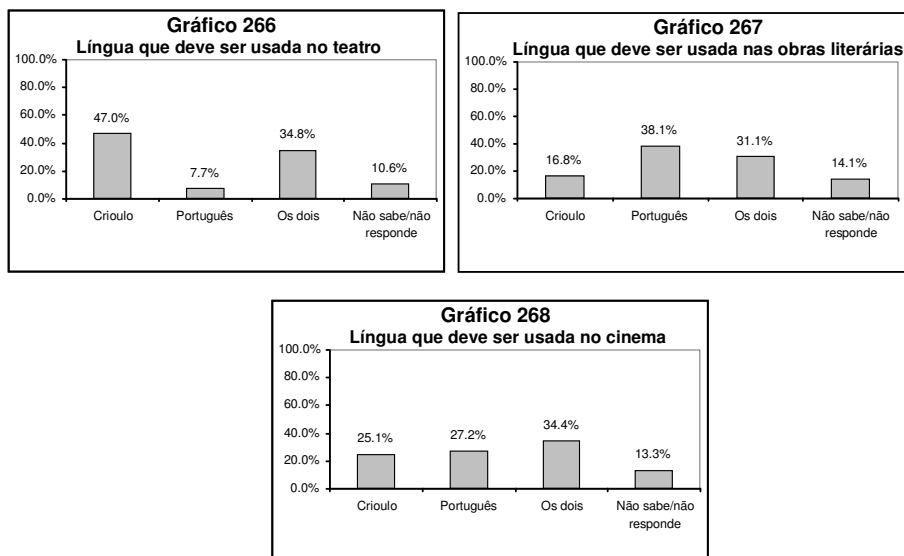
³⁵ Cf. TF 279 e 272 a 275, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 261 a 265 – Distribuição das atitudes culturais: língua da cultura e das manifestações culturais tradicionais

Contudo, no que respeita ao teatro, embora a LCV predomine e a LP tenha um valor irrelevante, o valor atribuído às duas línguas (os dois) evidencia que há uma alguma concessão à LCV; no cinema as duas línguas dividem o espaço já que o valor mais elevado vai para os dois, a que se seguem a LP e a LCV com valores praticamente iguais; e na literatura (obras literárias), a LP predomina, embora seguido de os dois com um valor próximo, o que indicia abertura à escrita para a LCV que ocupa um inequívoco terceiro lugar:



Gráficos 266 a 268 – Distribuição das atitudes culturais: língua das manifestações culturais eruditas

Concorre para a validação dessas conclusões da análise estatística, nas respostas da P. aberta 38.1: o teatro ser a única manifestação cultural, com valores idênticos em 'falar LP, mas gostar de falar LCV' e menores em 'falar LCV, mas gostar de falar LP'; e, na P. aberta 55, literatura (textos literários) aparecer em segundo lugar nas citações como textos que os inquiridos gostariam de escrever sempre em LCV (cf. secção 3.1.3.5.2.3.).

Os valores referidos acima para representação teatral são: i) subcategoria 4.4.1 da P. aberta 38.1., LCV: 3 citações / e na P. 38.2., LP, 7 nomeações; ii) subcategoria 4.3.2. da P. 39.1., 'falar LCV, mas gostar de falar LP', e subcategoria 4.4.1 da P. 39.2., 'falar LP, mas gostar de falar LCV', 3 citações cada, equivalendo a 0.13% das respostas para ambas.

3.1.5.3. Atitudes sociais

As atitudes sociais têm a ver com julgamentos sobre o estatuto de língua atribuído às duas línguas e sobre uma suposta hierarquização do seu estatuto e prestígio, e ainda sobre o seu uso (cf. capítulo 2, 2.3.1). Elas são tratadas a partir das perguntas do questionário relacionadas com a percepção que os inquiridos têm de: 1) o estatuto das línguas em si; 2) a actualidade/modernidade das línguas; 3) os usuários de cada uma das línguas; 4) a adequação de cada uma das línguas ao estatuto das pessoas e lugares/circunstâncias (atitudes sociais face às línguas); 5) a adequação do uso das línguas em função das pessoas, assuntos e circunstâncias, ou seja, o modo como pensam o uso (atitudes sociais face ao uso).

Os resultados mostram que a LP é tendencialmente mais valorizada e vinculada a pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias socialmente mais valorizados, explicando-se, assim, em parte, o predomínio da LCV nos domínios mais íntimos e menos formais e o da LP nos mais formais. E também se explica a tendência para a convergência, no sentido de se valorizar as pessoas na escolha da língua, escolha essa que dependia da língua e do dialecto da LCV dominado, como já evidenciado (cf. secção 3.1.3.1.6).

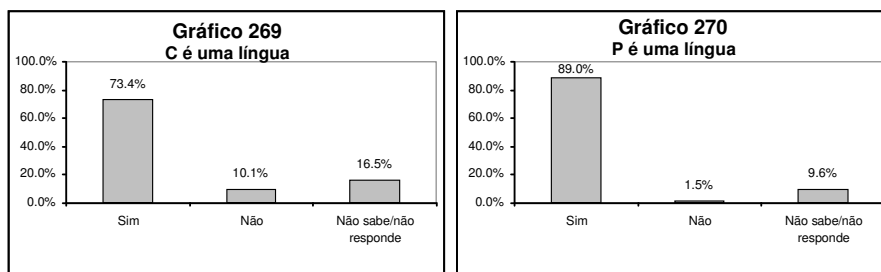
Além disso, os resultados evidenciam que a distribuição das línguas é, de facto, sobretudo uma questão de atitude e não de domínio das línguas, mormente com as pessoas do formal: se a LCV é usada com pessoas dos domínios íntimos/informais, coerentemente com o que as pessoas acham, o mesmo não se passa com as do formal, pois mesmo exprimindo melhor as suas ideias na LCV continuam a achar que deve ser a LP a língua a ser usada com essas pessoas, de um modo geral.

3.1.5.3.1. Percepção do estatuto de língua para as duas línguas

Independentemente de nenhum dos pais ou o pai terem vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias, os inquiridos têm uma visão hierarquizada das duas línguas, com superioridade para a LP, sendo a LCV percebida como um dialecto.

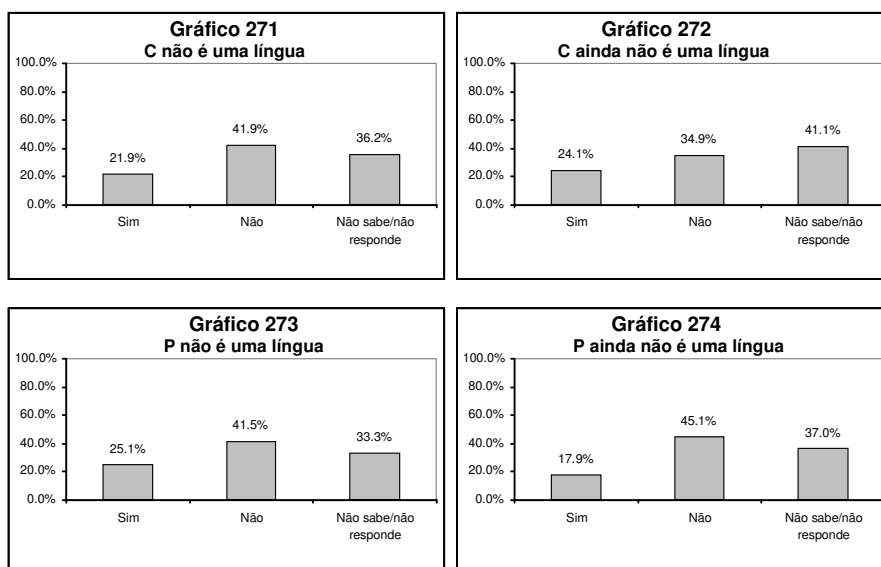
3.1. Análise do questionário

A LP é mais valorizada enquanto língua do que a LCV já que³⁶ a maioria dos inquiridos admite que quer a LCV quer a LP são línguas, embora a taxa do 'não' seja relevante para a LCV.



Gráficos 269 e 270 – Distribuição das atitudes face ao estatuto de língua: ser língua

Além disso, quando inquiridos se a LCV e a LP não são línguas ou se ainda não são línguas, a maioria nega esses estatutos tanto para a LCV como para a LP:

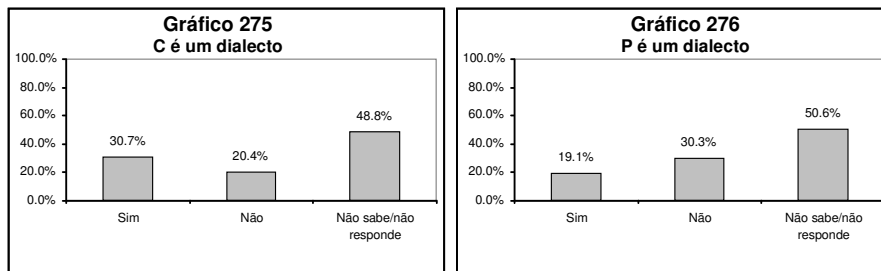


Gráficos 271 a 274 – Distribuição das atitudes face ao estatuto de língua: não ser e ainda não ser língua

Contudo, como se pode verificar nos gráficos 271 a 274, os valores respeitantes à LP e à LCV são quase iguais para 'não ser língua', mas o distanciamento é maior para 'ainda não ser língua', com superioridade para a diferença dos valores quanto ao 'não', assim como é maior o número daqueles que acha que a LCV ainda não é língua face àqueles que têm a mesma opinião da LP. A relação entre os valores é diferente para aqueles que acham que a LP não é uma língua e aqueles que acham que a LCV não é uma língua.

³⁶ Cf. Anexo 4: TFs E 17 a 20 para a LCV; e TFs E. 43 a 46 para a LP

Quanto à atribuição do estatuto de dialecto para ambas as línguas (cf. gráficos 275 e 276), de registar a elevada taxa dos que preferem não responder tanto para a LCV como para a LP o que pode significar desconhecimento do conceito ou hesitação. Apesar disso, no caso da LCV, esse valor é seguido do daqueles que a consideram um dialecto e uma percentagem menor não lhe atribui esse estatuto; e quanto à LP, pelo contrário, aos que não respondem segue-se o valor dos que não a consideram um dialecto e, depois, o daqueles que lhe atribuem esse estatuto:



Gráficos 275 e 276 – Distribuição das atitudes face ao estatuto de língua: ser dialecto

A superioridade da LP do ponto de vista estrito do estatuto de língua é a posição que prevalece tanto para os inquiridos cujos pais viveram ou passaram algum tempo em Portugal como para aqueles com quem isso não aconteceu com nenhum dos progenitores³⁷ ainda mais porque os valores não são muito diferentes dos apontados acima. Com efeito, quer o pai quer nenhum dos progenitores tenha vivido em Portugal, verifica-se que a maioria dos inquiridos:

- i) admite que quer a LCV (75.5%/72.9%) quer a LP (88.3%/88.7%) são línguas;
- ii) considera a LCV um dialecto (29.5%/30.6%) e, pelo contrário, nega esse estatuto à LP (33.2%/52.5%);
- iii) nega que a LCV e a LP não sejam línguas ou que ainda não o sejam.

Os valores referidos em iii) para 'não ser língua' e 'ainda não ser língua' são, respectivamente: a) para a LCV (42.3% e 49.6%) e (34.5% e 34.3%); b) para a LP (42.3%/40.2%) e (46.7% e 43.8%).

E as tabelas que cruzam os dados sobre esses juízos acerca das duas línguas com os sobre a língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias evidenciam³⁸ que é esse o posicionamento quer para os que respondem 'depende' para a língua em que melhor exprimem as suas ideias quer para os que apontam a LCV e as duas línguas (o valor para a LP é irrelevante). Com feito, no interior de qualquer desses dois subgrupos:

³⁷Cf. TCs 6.34.1.1. a 4; e 6.34.2.1. a 4, Anexo 5

³⁸ Cf. TCs 5.10.1. a 4; e TCs 5.11.1. a 4, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

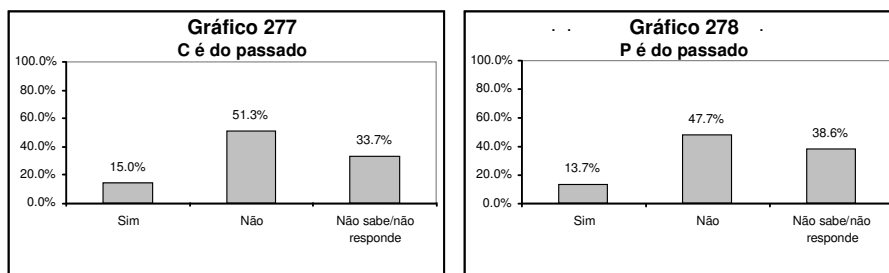
i) a maioria considera a LCV e a LP como línguas, embora os valores sejam bem mais altos para a língua portuguesa; mas ii) enquanto a maioria nega o estatuto de dialecto à LP, a maioria admite-o para a LCV; e iii) os valores dos que negam o estatuto de língua ou de ainda não ser língua à LCV são mais elevados do que os daqueles que os aceitam; ao passo que o mesmo acontece com a negação desses estatutos à LP.

Os dados que sustentam este comentário, para os dois subgrupos apontados são: i) quanto a ser língua: LCV (76.1%, 72.7% e 74.4%); LP (89.8%, 90.5%, 91.3%); ii) estatuto de dialecto: LP (31.1%, 34.1% e 29.8%); LCV (30.9%, 37.7%, 29.3%); quanto a não ser língua ou ainda não ser língua: os valores do 'não' para a LCV variam entre 34.3% e 47.3%; os valores do 'não' para a LP variam entre 39.4% e 48.2%.

3.1.5.3.2. *Percepção da actualidade/modernidade das duas línguas*

A valorização das duas línguas é idêntica quanto à actualidade/modernidade e independe de nenhum dos pais ou o pai terem vivido algum tempo em Portugal e da língua em que os inquiridos melhor exprimem as suas ideias.

Na verdade,³⁹ a maioria, com valores muito próximos, não considera que a LCV ou a LP sejam algo do passado; e também são quase iguais ou bastante próximos os valores das taxas referentes aos que dizem 'sim' para a LCV e para a LP:



Gráficos 277 e 278 – Distribuição das atitudes face à actualidade/modernidade

Esta posição mantém-se para aqueles que afirmam que o pai ou nenhum dos progenitores viveu ou passou algum tempo em Portugal⁴⁰ já que a maioria nega esse estatuto tanto para a LCV (53.0%, 53.9%, 57.2%) como para a LP (45.4%, 48.9%, 48.0%).

É esse também o posicionamento⁴¹ tanto daqueles que dizem que exprimir melhor as suas ideias 'depende', como daqueles que dizem exprimi-las melhor em LCV ou mesmo nas duas línguas igualmente pois nenhum desses subgrupos considera que a

³⁹ Cf. E31 para a LCV e E57 para a LP, Anexo 4

⁴⁰ Cf. TCs 6.34.1.15. e 6.34.2.15., Anexo 5

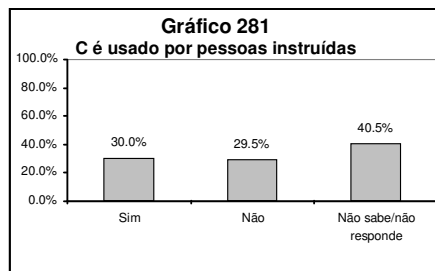
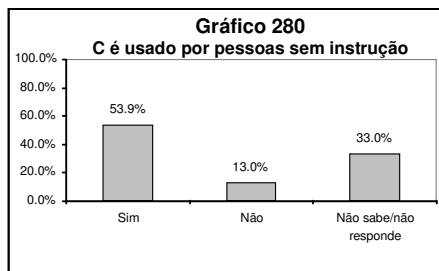
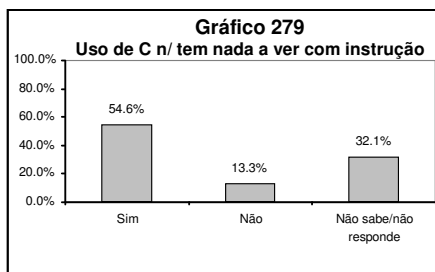
⁴¹ Cf. TC 55.10.15. e TC 5.11.15., Anexo 5

LCV ou a LP sejam algo do passado, já que as respostas 'não' são as que atingem valores mais elevados. Esses valores são: para a LCV (53.2%, 50.2% e 59.5%) e para a LP (50.8%, 44.8% e 53.2%).

3.1.5.3.3. Percepção dos usuários de cada uma das línguas

As pessoas que usam a LP são vistas como mais instruídas, mais educadas e de *status* mais elevado do que as que usam a LCV, independentemente de nenhum dos pais ou o pai terem vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias.

Claramente as pessoas que usam a LP são vistas como mais instruídas, mais educadas e de *status* mais elevado do que as que usam a LCV pois, quanto à instrução⁴², não só a maioria dos inquiridos que considera que usar a LCV não tem nada a ver com a instrução das pessoas é quase igual à percentagem daqueles que percepciona as pessoas que a usam como pessoas sem instrução como as opiniões se equilibram quanto à percepção delas como pessoas instruídas:

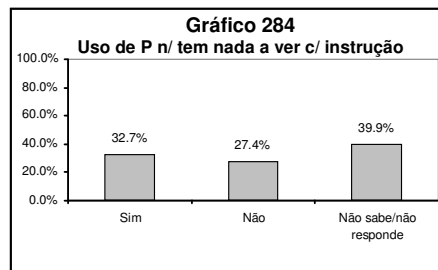
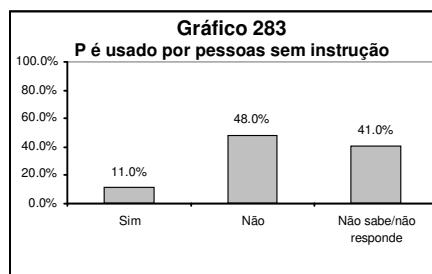
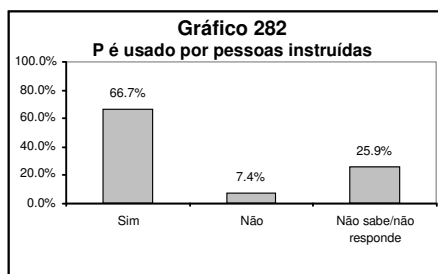


Gráficos 278 a 281 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários da LC vs. instrução

Diferentemente, quanto à LP, a maioria percepciona as pessoas que a usam como pessoas instruídas ao mesmo tempo que nega que ela seja usada por pessoas sem instrução e as opiniões equilibram-se quanto ao seu uso ter ou não a ver com instrução:

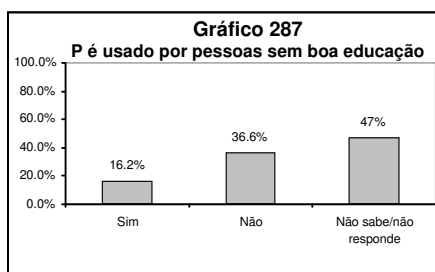
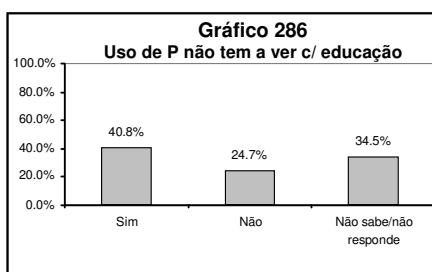
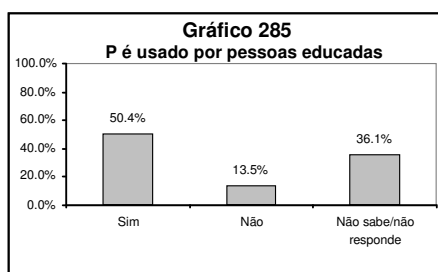
⁴² Cf. TFE 74 a 76 e 84 a 86, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 282 a 284 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários da LP vs. instrução

E no que respeita à educação⁴³, as pessoas que usam a LP são vistas como mais educadas pois a maioria dos inquiridos associa a LP a pessoas educadas, seguindo-se-lhe de perto os que acham que usar a LP não tem nada a ver com a educação das pessoas e apenas uma minoria associa essa língua a pessoas sem boa educação:

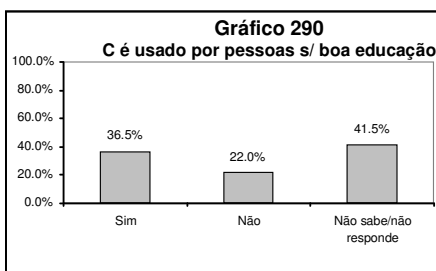
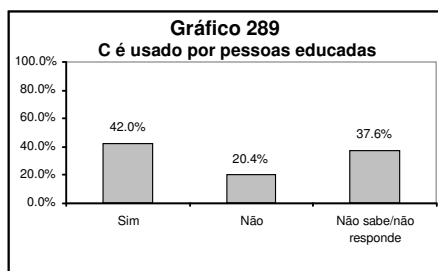
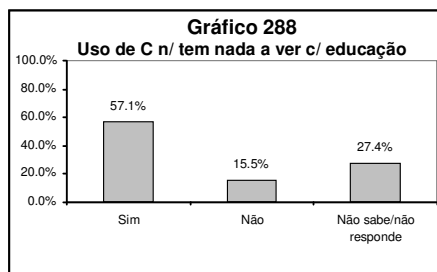


Gráficos 285 a 287 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários da LP vs. educação

Contudo, no que tange à LCV, a maioria acha que usar essa língua não tem a ver com educação, posição esta que é seguida de perto pela percentagem dos inquiridos que

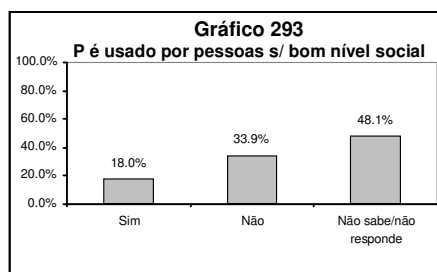
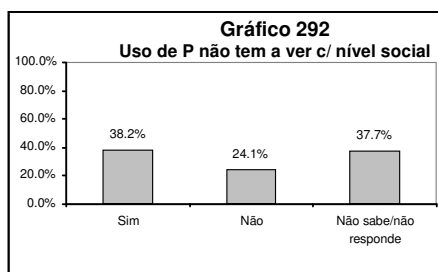
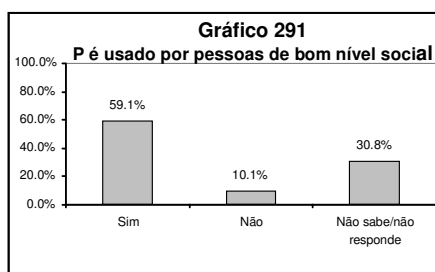
⁴³ Cf. TFE 77 a 79 e 89 a 91, Anexo

acha que são pessoas educadas que a usam, a que se segue com um valor não muito distanciando aqueles que associam usar a LCV a não ter boa educação.



Gráficos 288 a 290 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários da LCV vs. educação

Do ponto de vista do nível social⁴⁴, a LP é mais associada a um nível social elevado pois, em primeiro lugar, estão os inquiridos que acham que são pessoas de bom nível social as que usam a LP, a que se seguem, com algum distanciamento, os que acham que nível social não se relaciona com LP e uma percentagem bem menor acha que pessoas sem bom nível social usam a LP:

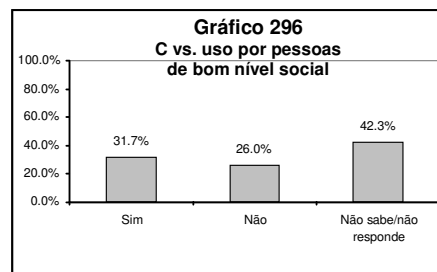
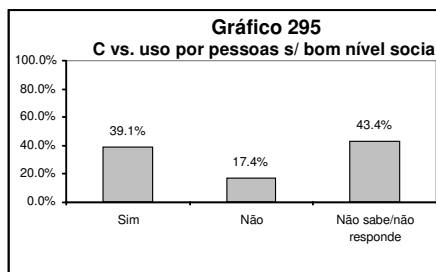
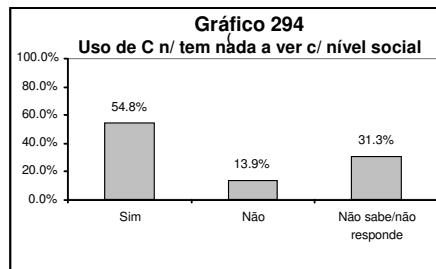


Gráficos 291 a 293 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários da LP vs. nível social

⁴⁴ Cf. TFE 80 a 82 e 92 a 94, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

Quanto à LCV, a maioria acha que nível social não se relaciona com usar a LCV, o que fica mais evidente com a proximidade das percentagens dos que associam o uso da LCV a pessoas sem bom nível e a daqueles que associa o uso dessa língua a pessoas de bom nível social:



Gráficos 294 a 296 – Distribuição das atitudes face à percepção dos usuários LCV vs. nível social

3.1.5.3.4. Percepção da adequação das duas línguas vs. percepção do uso das línguas

A questão central desta subsecção é se o comportamento linguístico dos inquiridos, ou seja, o uso que fazem das duas línguas, é determinado pelas atitudes ou pelo domínio que têm das línguas. Por isso, são discutidos três aspectos:

i) *as atitudes sociais face às línguas*: a percepção que os inquiridos têm da adequação das duas línguas, ou seja, qual a língua que os inquiridos consideram ser mais adequada ao estatuto dos seus usuários e à valorização social dos assuntos e lugares/circunstâncias;

ii) *as atitudes sociais face ao uso das duas línguas*: a percepção que têm do uso das línguas em função das pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias, em que se busca perceber a coerência as atitudes face ao uso efectivo das línguas, o comportamento linguístico dos inquiridos; e

iii) *a relação entre o domínio de línguas e as atitudes face ao uso*: os resultados do cruzamento entre os dados acerca da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias (LCV e depende) com os da língua que deve ser usada para falar em

função das pessoas de diferentes estatutos e das pessoas, assuntos e lugares/circunstâncias associados aos diferentes domínios.

Concluiu-se que, globalmente, não é o domínio das línguas por parte dos inquiridos (língua em que melhor exprimem as suas ideias), mas sim as suas atitudes face às línguas e ao uso delas, o factor que determina a distribuição do uso das línguas por domínios, mormente na interacção com pessoas do formal. As atitudes sustentam consistentemente o uso pois fica evidente a coerência da relação atitudes/comportamento, isto é, entre a opinião desses usuários sobre a língua que deve ser usada e os padrões de uso das línguas.

Em síntese, o modo como pensam as línguas e o uso delas (as atitudes face às línguas e face ao uso) estão em conformidade com os obtidos sobre o uso efectivo das línguas que davam conta de: i) o predomínio da LCV nas redes prioritárias de comunicação dos inquiridos e nos domínios mais íntimos e menos formais e da LP nos mais formais (cf. secções 3.1.3.1. e 3.1.3.2); ii) a tendência de extensão de ambas as línguas para os domínios da outra, com mais evidência da LCV para os domínios formais (cf. secção 3.1.3.3); e iii) a tendência para a convergência (escolha da língua em função da língua e do dialecto da LCV dominado pelo interlocutor e do seu estatuto sociocultural (cf. secções 3.1.3.4.1. e 3.1.3.5.).

3.1.5.3.4.1. Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso em função das pessoas

3.1.5.3.4.1.1. Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso em função do estatuto social das pessoas

Na verdade, os resultados mostram que, independentemente de nenhum dos pais ou o pai terem vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias, os inquiridos consideram que a LP é a língua adequada para pessoas de elevado estatuto. Além disso, evidenciam que o modo como os inquiridos usam as línguas é consistente com as suas atitudes face ao uso das duas línguas, em função das pessoas. Com efeito, revelam:

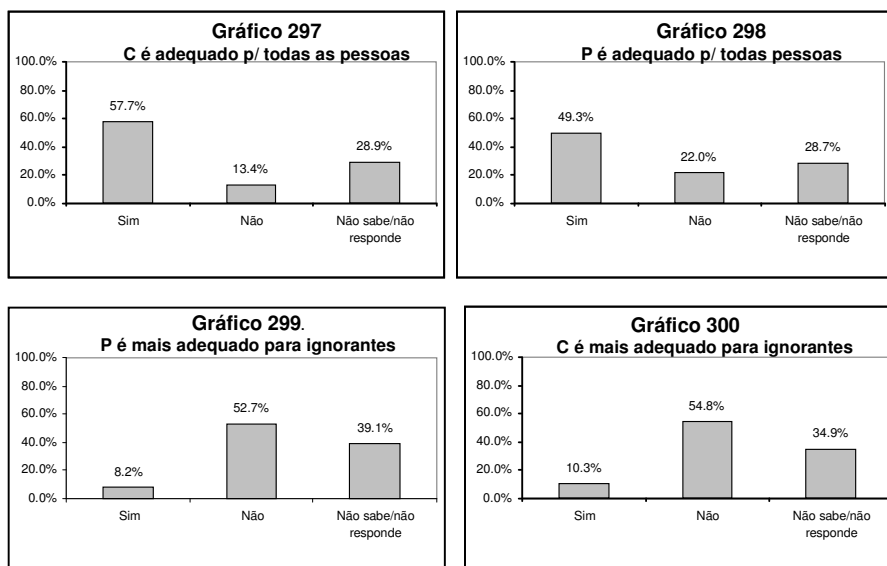
i) a escolha de línguas em função da língua e/ou dialecto da LCV dominado pelo alocutário e não do seu sexo, confirmando a LCV como a língua nacional dos cabo-verdianos e a LP como língua de contacto internacional: enquanto a LCV deve ser usada com falantes de LCV e pessoas de barlavento e de sotavento, a LP deve ser usada com falantes de LP e de LCV/LP com falantes de LCV/LP e de outras línguas; e que

3.1. Análise do questionário

ii) a distribuição do uso das línguas por domínios em função do superior estatuto sócio-cultural das pessoas.

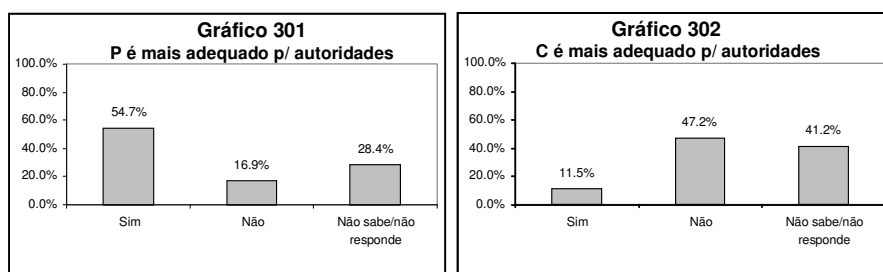
Também destacam as *pessoas* do tipo formal, mormente, autoridades, pessoas instruídas, pessoas mais velhas e estranhos, como factores de extensão da LCV para os domínios formais; mas apenas a extensão da LCV para os domínios formais por parte de pessoas mais velhas e de estranhos é sustentada pelas atitudes.

Com efeito, relativamente à adequação das línguas aos falantes, observa-se que maioria dos inquiridos⁴⁵ considera ambas as línguas adequadas para todas as pessoas e também a maioria nega que a LCV e a LP sejam mais adequadas para ignorantes:

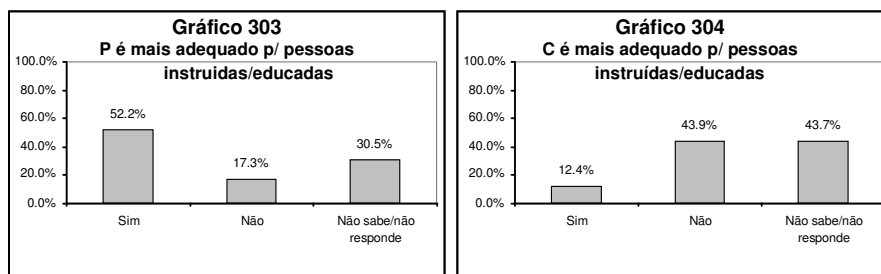


Gráficos 297 a 300 – Distribuição das atitudes face à percepção da adequação das línguas vs. perfil social dos falantes

Contudo a percentagem daqueles que não considera a LP adequada para todas as pessoas é maior do que a daqueles que faz a mesma apreciação para a LCV já que a LP é considerada mais adequada do que a LCV para as autoridades e para as pessoas educadas/instruídas:



⁴⁵ Cf. Anexo 5: TF E. 32, 34, 35 para a LCV; e E. 58 a 61 para a LP



Gráficos 301 a 304 – Distribuição das atitudes face à percepção da adequação das línguas vs. educação/instrução e o papel social

Esta posição não depende de o pai ou nenhum dos progenitores ter vivido ou passado algum tempo em Portugal⁴⁶, mantendo-se os valores quase iguais para os encontrados para a generalidade dos inquiridos. Com efeito, nesse subgrupo, a maioria considera quer a LCV quer a LP adequadas para todas as pessoas e também nega que qualquer dessas línguas seja mais adequada para ignorantes. Contudo, os valores mostram que a LP é considerada mais adequada para as autoridades do que a LCV e, identicamente, a maioria considera a LP mais adequada para as pessoas educadas/instruídas do que a LCV.

Esses valores são os seguintes para os subgrupos pai ou nenhum dos progenitores ter vivido ou passado algum tempo em Portugal, respectivamente: i) língua adequada para todas as pessoas: LCV (59.3%/54.9%) / LP (51.4%/46.1%); ii) valores do 'não' para língua mais adequada a ignorantes: LCV (54.6%/53.6%) / LP (54.0%/51.3%); iii) língua mais adequada para as autoridades: LP (54.6%/52.6%) / LCV (12.8%/12.1%); iv) língua mais adequada para as pessoas educadas/instruídas: LP (50.1%/58.6%) / LCV (11.5%/9.2%).

E a atitude social face às línguas de achar que a LP se adequa melhor a pessoas de estatuto superior também independe do domínio das línguas. Na verdade, ela é evidente⁴⁷ tanto de entre os inquiridos que condicionam a sua resposta sobre a língua em que exprimem melhor as suas ideias como de entre aqueles que respondem ser a LCV e aqueles que dizem ser nas duas línguas igualmente (a percentagem dos que dizem exprimir melhor as suas ideias na LP é irrelevante): a maioria considera que tanto a LCV como a LP são adequadas para todas as pessoas e não considera que quer a LCV quer a LP seja mais adequada para ignorantes.

De entre os inquiridos que condicionam a sua resposta sobre a língua em que exprimem melhor as suas ideias como de entre aqueles que respondem ser a LCV e daqueles que dizem ser nas duas línguas igualmente, os valores são, respectivamente: i) língua adequada a todas as pessoas: LCV (58.2%/58.3%/67.3%) / LP (52.0%/45.0%/52.3%); ii) valores do 'não' para língua

⁴⁶ Cf. TCs 6.34.1.16 a 19 e 6.34.2.16 a 19, Anexo 5

⁴⁷ Cf. Anexo 5: TCs 5. 10.16 a 19; e TCs 5.11.16 a 19

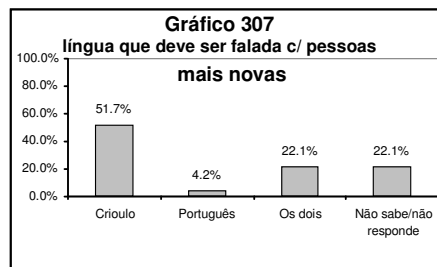
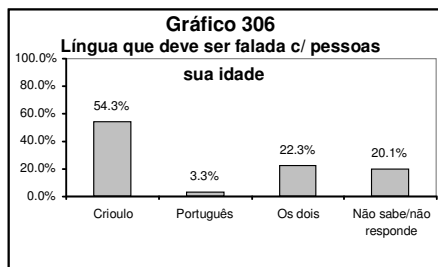
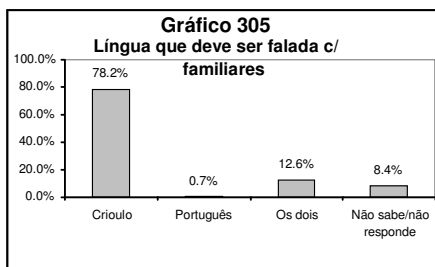
3.1. Análise do questionário

mais adequada para ignorantes: LCV (53.4%/53.2%/60.5%) / a LP (53.4%/53.0%/60.5%).

Identicamente, tanto de entre os inquiridos que condicionam a sua resposta sobre em que língua exprimem melhor as suas ideias como de entre aqueles que respondem ser a LCV e aqueles que dizem ser nas duas línguas igualmente, a percentagem dos que nega que a LP seja adequada para todas as pessoas é maior do que a que nega esse mesmo atributo à LCV; e a LP é considerada mais adequada do que a LCV para pessoas instruídas/educadas e autoridades por todos os subgrupos considerados.

De entre os inquiridos que condicionam a sua resposta sobre a língua em que exprimem melhor as suas ideias como de entre aqueles que respondem ser a LCV e aqueles que dizem ser nas duas línguas igualmente, os valores são, respectivamente: i) valores do 'não' para língua adequada para todas as pessoas: LP (20.9% /26.3% /21.8%) / LCV (14.2% /14.4% /8.2%); ii) língua mais adequada para pessoas instruídas/educadas: LP (54.2%/ 51.1%/ 54.1%) / LCV (10.1%/15.2%/17.7%); iii) língua mais adequada para autoridades: LP (59.1%/50.4%/55.0%) / LCV (9.3% /14.6% /15.9%).

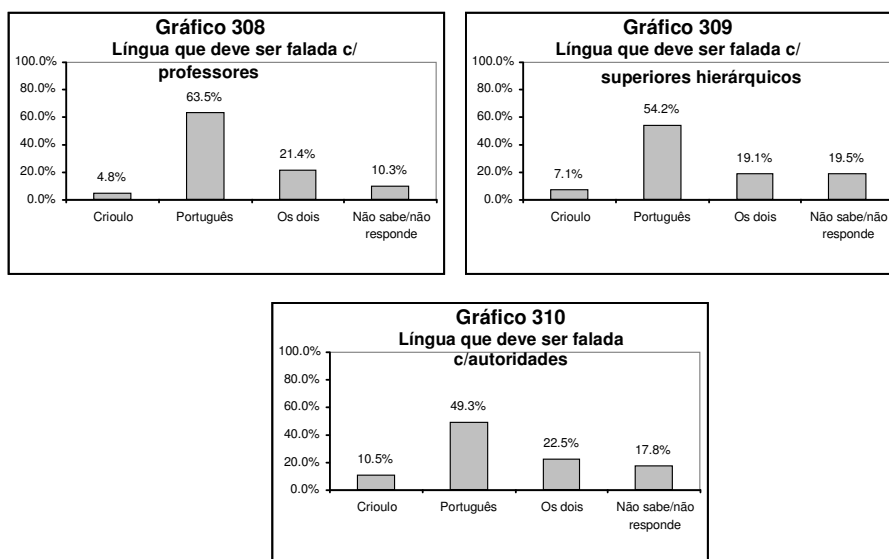
Do ponto de vista das atitudes face ao uso⁴⁸ em função das pessoas, a LCV é, na opinião dos inquiridos, a língua que deve ser usada para falar com as pessoas dos domínios íntimos e informais. Com efeito, a LCV tem sempre um valor destacado, para familiares, pessoas da sua idade e mais novas, seguindo-se as duas línguas com valores médios e a LCV com valores irrisórios:



Gráficos 305 a 307 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. pessoas íntimas e informais

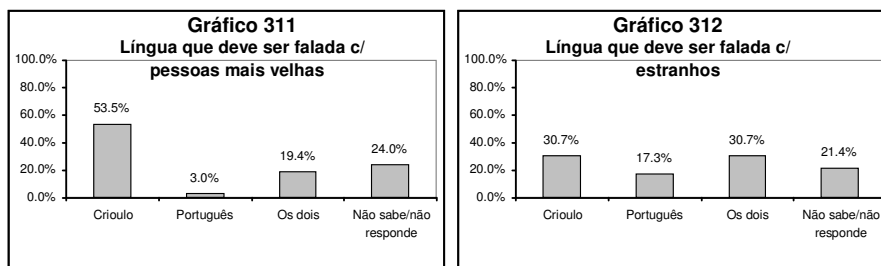
⁴⁸ Cf. TFE. 221 a 240, Anexo 4

E a opinião dos inquiridos é que a LP deve ser usada, incontestavelmente, com algumas pessoas dos domínios formais (professores, superiores hierárquicos e autoridades), situando-se os valores de LCV/LP muito abaixo dos da LP e os da LCV numa evidente terceira posição. Esta língua apenas recebe valores relevantes para autoridades, tipo de pessoa já identificada como factor de extensão da LCV para os domínios formais:

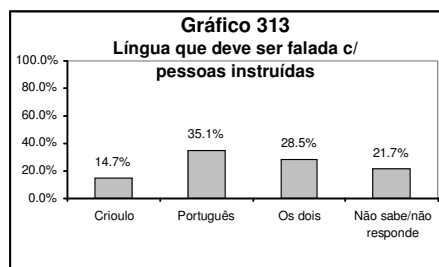


Gráficos 308 a 310 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. algumas das pessoas formais

Quanto a pessoas mais velhas e estranhos, referenciados como factores de extensão da LCV para os domínios formais, forte no primeiro caso, os inquiridos acham que com elas deve ser usado prioritariamente a LCV, seguida das duas línguas e, finalmente, da LP. E no que respeita a pessoas instruídas, também já apontadas como factor de extensão da LCV para os domínios formais, embora a LCV apareça num evidente terceiro lugar e a LP em primeiro lugar, o valor de LCV/LP está próximo do da LP.



3.1. Análise do questionário



Gráficos 311 a 313 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. outras pessoas formais

Assim, esses resultados mostram que há coerência entre as atitudes e o comportamento, no sentido do uso da LCV com as pessoas menos formais e da LP com as mais formais. Relativamente, à relação uso /domínio de línguas, os resultados do cruzamento entre os dados relevantes acerca da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias (LCV e depende) com os da língua que deve ser usada para falar com as pessoas associadas aos diferentes domínios evidenciam⁴⁹ que a distribuição das línguas é, de facto, sobretudo uma questão de atitude e não de domínio das línguas. Tal ocorre sobretudo com as pessoas associadas aos domínios formais, pois se a LCV é usada com pessoas dos domínios íntimos/informais, coerentemente com o que as pessoas acham, o mesmo não se passa com as do formal: mesmo exprimindo melhor as suas ideias na LCV continuam a achar que deve ser a LP a língua a ser usada com essas pessoas, de um modo geral.

Na verdade, tanto por parte dos que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV como por parte daqueles que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas, a LCV continua a ser a língua que acham que deve ser usada com as pessoas dos domínios íntimos⁵⁰, ou seja, familiares e amigos/colegas, em que os valores da LCV se situam entre 64.1% e os 84.2%).

Além disso, se de entre os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV, é irrelevante a percentagem daqueles que acha que a LP devia ser usada com familiares e amigos/colegas e que as duas línguas deviam ser usadas com familiares, é importante os que acham que as duas línguas (LCV/LP) deviam ser usadas com familiares (18.6%). Contudo tanto de entre os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV como por parte daqueles que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas é importante a percentagem daqueles que acha que as duas línguas deviam ser usadas com amigos e colegas (13.10%/26.4%)

⁴⁹Cf. TCs 5.12., Anexo 5

⁵⁰Cf. TCs 5.12.1 e 2., Anexo 5

Também é a LCV que prevalece como a língua que os inquiridos acham que deve ser usada com a maior parte das pessoas associadas aos domínios informais (conhecidos, pessoas sem instrução, pessoas mais novas e pessoas da sua idade)⁵¹ seja os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV seja aqueles que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas: valores entre 47.7% e 73.1% para a LV; entre 9.8% e 30.5% para LCV/LP; e os da LP sempre irrelevantes. A única excepção diz respeito aos valores de pessoas sem instrução em que, de entre os que dizem exprimir as suas ideias na LCV, é irrelevante a percentagem dos que acham que LCV/LP deviam ser usadas com esse tipo de pessoas; e de entre aqueles que dizem exprimir as suas ideias igualmente nas duas línguas, esse valor é importante para todas as pessoas.

Relativamente às pessoas associadas aos domínios formais ⁵² também fica evidente que: i) o uso da LP com estranhos, professores, superiores hierárquicos, autoridades, pessoas instruídas e mais velhas é uma questão de atitude e não de domínio dessa língua; ii) a extensão da LCV para os domínios formais por pessoas mais velhas e estranhos é sustentada pelas atitudes (cf. resultados anteriores no n.º 2.3.1.1. da secção 3.1.3.3.3.6):

Com efeito, com essas pessoas ocorre que (cf. leitura resultados no Anexo 12. 34)

(i) *superiores hierárquicos*: tanto de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV como de entre aqueles que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas, a maioria acha que é a LP que deve ser usada com esse tipo de pessoas, seguindo-se as duas línguas numa evidente segunda posição e, finalmente, a LCV na terceira, com valores irrelevantes; resultado esse que indicia o apoio dos inquiridos à quase não intervenção dos superiores hierárquicos na extensão da LCV para os domínios formais;

(ii) *pessoas instruídas*: embora a ordenação das línguas seja idêntica à descrita para os superiores hierárquicos, alguns valores são consistentes com resultado anterior de esse tipo de pessoas contribuir para a extensão da LCV para os domínios formais: por um lado, o facto de os valores de LCV/LP serem próximos de entre os que exprimem melhor as suas ideias na LCV e iguais de entre os que o fazem igualmente nas duas línguas; e, por outro, tanto de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV como de entre as que as exprimem igualmente nas duas línguas, uma percentagem importante considerar que com se deve usar a LCV com esse tipo de pessoas;

⁵¹Cf. TCs 5.12. 3, 9, 15 e 16., Anexo 5

⁵² Cf. TCs 5.12. 4. a 8 e 14, Anexo 5.

3.1. Análise do questionário

(iii) *autoridades*: a situação é idêntica às anteriores, já que quer de entre as que exprimem as suas ideias igualmente nas duas línguas como de entre aqueles que as exprimem melhor em LCV, a atitude é, primeiro, achar que se deve usar a LP depois a LCV/LP e, em último lugar a LCV com valor relevante apenas para aqueles que exprimem melhor as suas ideias em LCV;

(iv) *professores*: de entre aqueles que dizem exprimir-se igualmente nas duas línguas, a maioria acha que é a LP que deve ser usada com professores, seguida de LCV/LP e, finalmente, da LCV. Contudo, os que exprimem melhor as suas ideias em LCV acham que esta deve ser a língua a ser falada em primeiro lugar com eles, depois a LP e, finalmente, LCV/LP. A quase igualdade dos valores nos dois casos, apenas com um valor não muito distanciado entre a LCV e a LP no último caso, é consistente com resultados anteriores relativamente ao uso da LCV na interacção com os professores;

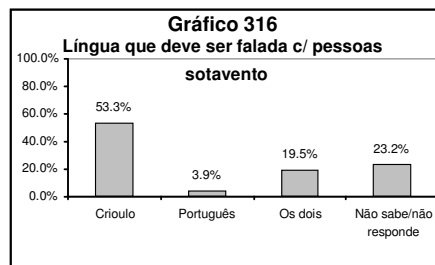
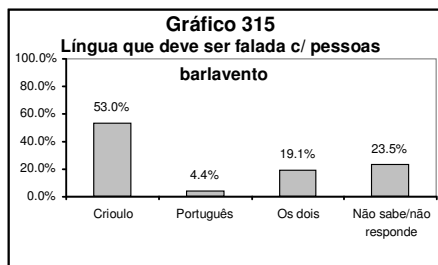
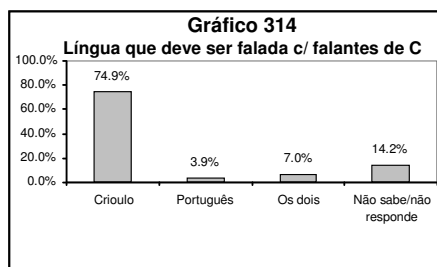
(v) *peças mais velhas*: tanto os que exprimem melhor as duas ideias em LCV como os que dizem exprimi-las nas duas línguas igualmente acham que com esse tipo de pessoas deve-se falar as línguas na seguinte ordem: LCV, seguida de LCV/LP numa evidente segunda posição e, depois da LP, esta com valores irrelevantes;

(vi) *estranhos*: no caso dos que exprimem melhor as suas ideias em LCV, a primeira opção é para a LCV, seguida de LCV/LP e da LP; mas de entre aqueles que dizem exprimi-las nas duas línguas a primeira posição já é para LCV/LP, a segunda para a LCV, com um valor quase igual e a terceira para a LP.

3.1.5.3.4.1.2. *Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso em função da variedade de LCV dominada*

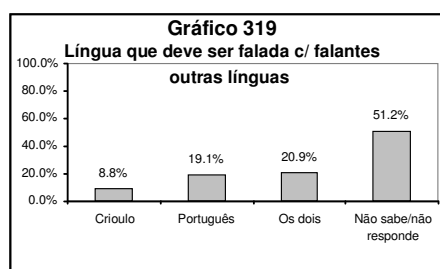
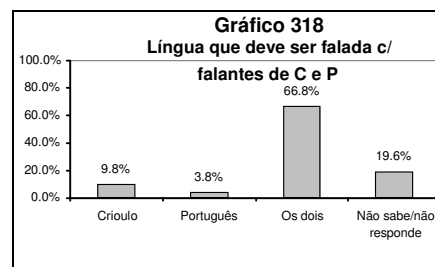
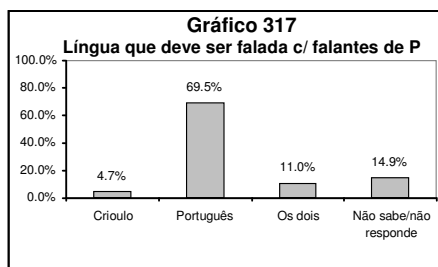
A coerência comportamento vs. atitude também se verifica quanto à LCV como língua nacional dos cabo-verdianos e à LP como a língua de contacto internacional⁵³, pois os inquiridos acham que é a LCV a língua que deve ser usada com os falantes dessa língua e com as pessoas de barlavento e as de sotavento.

⁵³ Cf. TFE 230 a 233 e 239 e 240, Anexo 4



Gráficos 314 a 316 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. língua do interlocutor: LCV e variedade da LCV

E se a LP deve ser usada com os falantes dessa língua, são as duas línguas que devem ser faladas com falantes de LCV/LP e de outras línguas, embora com valor quase igual ao português:



Gráficos 317 a 319 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. língua do interlocutor: LP, LCV/LP e outras línguas

A coerência comportamento/atitude evidenciada quanto à LCV como língua nacional dos cabo-verdianos também independe do domínio das duas línguas⁵⁴. Com efeito, tanto de entre os inquiridos que exprimem melhor as suas ideias na LCV como

⁵⁴ Cf. TCs 5.12. 10, 19 e 20, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

de entre aqueles que as exprimem igualmente nas duas línguas, é a LCV que acham que deve ser usada com os falantes dessa língua e com pessoas de barlavento e de sotavento, com valores sempre irrelevantes da LP. De destacar, contudo: i) o valor importante de LCV/LP para os que acham que se deve usar as duas línguas com pessoas de barlavento e de sotavento, de entre os de entre os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV e daqueles que afirmam exprimi-las igualmente nas duas línguas; e ii) o valor de LCV/LP para os falantes de LCV, de entre os que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas.

Identicamente, a atitude positiva face à LP como a língua de contacto internacional não depende do domínio de línguas, mas das atitudes. Com efeito,⁵⁵ quer os inquiridos que exprimem melhor as suas ideias na LCV como aqueles que as exprimem nas duas línguas acham que a LP deve ser a língua preferencial para usar com falantes de LP. Contudo, os que exprimem as suas ideias igualmente nas duas línguas, acham que as duas línguas devem ser usadas com falantes de LCV/LP, seguido da LP, tendo a LCV valor irrelevante.

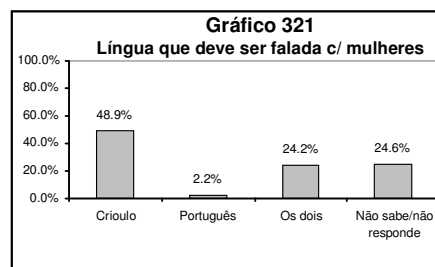
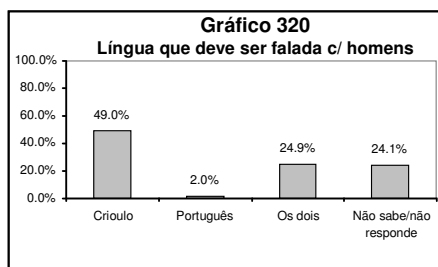
Os resultados que sustentam esses comentários são:

- (i) de entre os inquiridos que exprimem melhor as suas ideias na LCV e de entre aqueles que as exprimem igualmente nas duas línguas: valores de LCV para: língua que deve ser usada com os falantes de LCV (78.7%/71.8%); e com pessoas de barlavento (58.9%/47.7%) e de sotavento (58.9%/51.8%), com valores sempre irrelevantes da LP;
- (ii) valores em destaque de LCV/LP: i) de entre os de entre os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV e daqueles que afirmam exprimi-las igualmente nas duas línguas: pessoas de barlavento (14.1%/28.6%) e de sotavento (14.8%/26.4%); e ii) de entre os que dizem exprimi-las igualmente nas duas línguas, para os falantes de LCV de (13.6%);
- (iii) i) de entre os inquiridos que exprimem melhor as suas ideias na LCV e nas duas línguas: LP (70.7%) com falantes de LP; ii) de entre os inquiridos que exprimem as suas ideias igualmente nas duas línguas: LCV/LP (29.5%) – LP (18.2%) – LCV (valor irrelevante).

3.1.5.3.4.1.3. Percepção da adequação das línguas às pessoas vs. percepção da adequação do uso em função do sexo do interlocutor

De notar ainda que a atitude dos inquiridos não muda em função do sexo dos interlocutores pois é a LCV a língua que os inquiridos acham que deve ser usada com homens e com mulheres, seguida de LCV/LP; as respostas para o português têm valores irrelevantes:

⁵⁵ Cf. TCs 5.12. 11, 12 e 13, Anexo 5



Gráficos 320 e 321 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. sexo do interlocutor

Os comentários dos inquiridos sobre a adequação língua/pessoas, nas respostas à P.(aberta) 99⁵⁶ ilustram a atitude de relevar o factor pessoa na escolha de língua e a tendência para a hipótese da convergência⁵⁷. Com efeito (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.35.), a maior parte das respostas incide nos aspectos ligados à língua dominada pelo interlocutor e ao seu estatuto sociocultural (categoria 2); de seguida, incidem naquelas em que os inquiridos afirmam não depender da pessoa, mas do assunto e da circunstância (categoria 3); e em terceiro lugar, no domínio das línguas (categoria 4).

A estas seguem-se respostas que indicam as condições de distribuição do uso das duas línguas por pessoas (categoria 5) e respostas que situam o uso das duas línguas em domínios distintos (categoria 1). Além disso, a configuração das respostas no interior das categorias relevantes evidenciam a tendência para a convergência, pelo seu foco na adequação da língua ao interlocutor.

3.1.5.3.4.2. Percepção da adequação das línguas aos assuntos vs. percepção da adequação do uso em função dos assuntos

No que respeita aos assuntos, os resultados mostram que o modo como os inquiridos usam as línguas por domínios em função da valorização social dos assuntos é consistente com as suas atitudes face a esse uso, independentemente de nenhum dos pais ou o pai terem vivido algum tempo em Portugal e da língua em que os inquiridos melhor exprimem as suas ideias. E confirmam ainda:

i) os assuntos sociais como um foco de extensão da LP para os domínios íntimos/informais; e

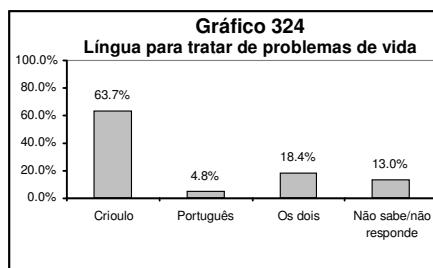
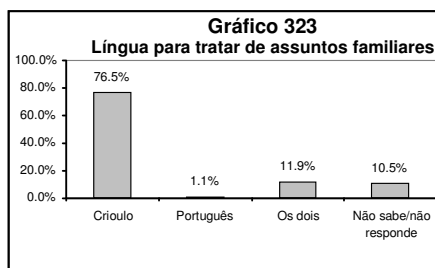
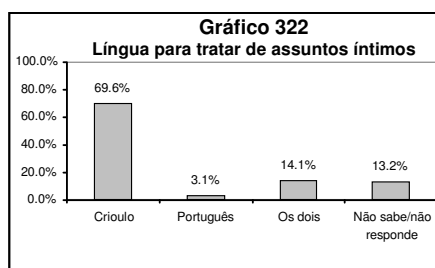
⁵⁶ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

⁵⁷ Os dados gerais dessa pergunta são: 298 respostas, fornecidas por 16.74% dos inquiridos. Não obstante a relativamente baixa taxa de resposta, as respostas foram analisadas tendo em conta o seu valor ilustrativo e não estatístico (cf. secção 2.2.1.2.).

3.1. Análise do questionário

ii) o modo complexo como os assuntos formais moldam a extensão da LCV para os domínios formais, tendo em conta que na maior parte dos casos ocorre discrepância entre a distribuição do uso das línguas em função desse tipo de assuntos e as atitudes face ao uso das línguas em função deles. Com efeito: a) a extensão da LCV para os domínios formais, em função dos assuntos escolares é plenamente suportada pelas atitudes; b) essa extensão em função dos assuntos religiosos é suportada de modo fraco pelas atitudes; e c) a extensão em função das matérias das disciplinas e dos assuntos oficiais e políticos não é suportada pelas atitudes.

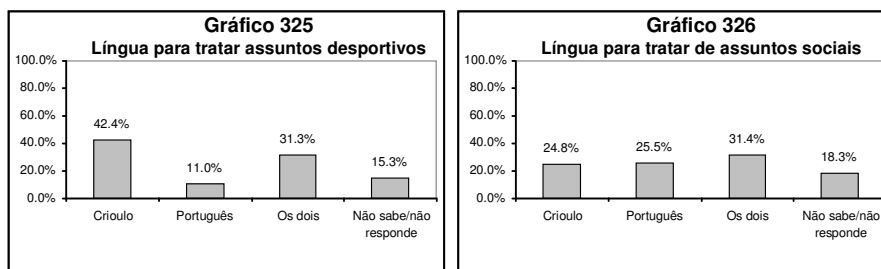
Efectivamente, com excepção dos assuntos sociais, é evidenciada a coerência entre o comportamento e a atitude face ao uso no que toca aos assuntos associados aos domínios íntimos/informais⁵⁸, pela prevalência da opinião de que a LCV é que deve ser usada para tratar de assuntos que configuram os domínios íntimos e informais; os valores da LP são relevantes apenas em assuntos desportivos.



Gráficos 322 a 324 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. assuntos íntimos

No caso dos assuntos sociais, o valor mais alto é o da LCV/LP, seguido do da LP que tem valor quase igual ao da LCV, o que explicará o resultado anteriormente evidenciado (cf. nº 2.2.2. da secção 3.1.3.3.6.) de haver um foco de extensão da LP para os domínios informais, em função dos assuntos sociais:

⁵⁸ Cf. TFE 241 a 243 e 248 e 249, Anexo 4



Gráficos 325 e 326 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. assuntos informais

Nos domínios íntimos, a coerência atitude/comportamento é confirmada pelos resultados do cruzamento entre língua usada para falar sobre os assuntos incluídos nesses domínios e a opinião sobre a língua que deve ser usada para tratar deles⁵⁹. No contexto desses cruzamentos, de entre aqueles que dizem usar a LCV para tratar desses assuntos (é irrelevante a percentagem daqueles que diz usar LP ou LCV + LP), prevalece a LCV como a língua que deve ser usada para tratar de assuntos íntimos, familiares e problemas de vida (valores acima de 70%); seguem-se LCV/LP (valores entre os 10.6% e os 16.1%) e a LP com valores irrelevantes.

Nos domínios informais⁶⁰ e apesar do predomínio da LCV no falar, relembre-se que as duas línguas conjuntamente (LCV/LP) atingiam valores relevantes⁶¹ e que a LP ficava na segunda posição em assuntos sociais (17.5%) e tinha valor irrelevante em assuntos desportivos. Em consonância com estes resultados, a posição dos inquiridos que usam a LCV para tratar desses assuntos, é que deve ser essa a língua a ser usada para falar deles. Com efeito, a ordem de preferência de uso dessas línguas é a seguinte: para assuntos desportivos, a LCV num incontestável primeiro lugar, LCV/LP na segunda posição e a LP na terceira com valor irrelevante; e para assuntos sociais, a LCV seguida de LCV/LP com um valor próximo e a LP na terceira posição, com um valor importante.

Além disso, no que respeita aos assuntos sociais, os dados explicam serem os assuntos sociais um factor de extensão da língua portuguesa para os domínios informais, por parte dos que usam a LP para falar desses assuntos (17.5%, i.e., 312 inquiridos) e LCV/LP (16.2%, i.e., 289 inquiridos), já que a opinião desses inquiridos tende para a defesa de uma evidente tendência de extensão no primeiro caso (LP – LCV/LP – LCV) e muito forte no segundo (LCV/LP – LP – LCV).

⁵⁹ Cf. TCs 5.4.1 a 3, Anexo 4

⁶⁰ Cf. TCs 5.4.8 e 9, Anexo 5

⁶¹ Assuntos desportivos: 10.7%; assuntos sociais: 16.2%

3.1. Análise do questionário

Quanto a assuntos desportivos, também se explica a fraca tendência de extensão da LP em função desse tipo de assuntos, já que, se de entre os inquiridos que usam a LCV a opinião sustenta uma ausência de extensão, os que usam as duas línguas opinam no sentido de uma fraca extensão.

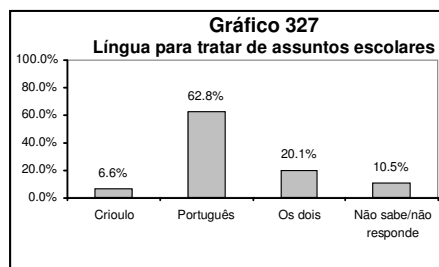
Os valores em que se baseiam os comentários acima são:

(i) De entre os inquiridos que usam a LCV para falar de: i) assuntos desportivos: LCV (50.2%) – LCV/LP (29.5%) – LP (9.4%); ii) assuntos sociais: LCV (37.8%) – LCV/LP (31.4%) – LP (18.0%).

(ii) Assuntos sociais: i) de entre os inquiridos que usam a LP: LP (51.9%) – LCV/LP (26.6%) – LCV (11.2%); ii) de entre os que dizem usar as duas línguas para falar desses assuntos: LCV/LP (47.8%) – LP (25.6%) – LCV (12.5%)

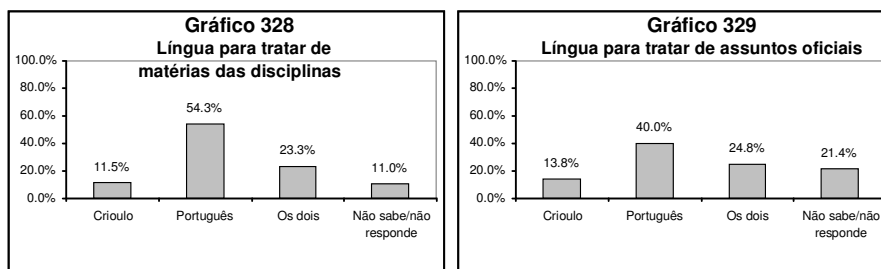
(iii) Assuntos desportivos: i) de entre os inquiridos que usam a LCV: LCV (50.2%) – LCV/LP (29.5%) – LP (9.4%), de entre os que usam as duas línguas: LCV/LP (56.39%) – LCV (20.5%) – LP (10.5%).

A quase sempre discrepância entre o uso das línguas em função dos assuntos formais e as atitudes face a esse uso⁶² explica o papel complexo que os assuntos formais têm na extensão da LCV para os domínios formais. Com efeito, em consonância com o detectado no uso, prevalece a opinião de que com matérias das disciplinas, assuntos escolares e assuntos oficiais deve ser usada prioritariamente a LP. Contudo, se para os assuntos escolares há concordância absoluta atitudes/comportamento, pois a ordem para as atitudes é a mesma que a encontrada no uso, não se pode dizer o mesmo de matérias das disciplinas e assuntos escolares. Para esses assuntos, ordem encontrada no uso foi LP – LCV – LCV/LP,⁶³ indicando forte tendência de extensão e as atitudes face ao uso vão no sentido de ausência de extensão e, portanto, da sua não:



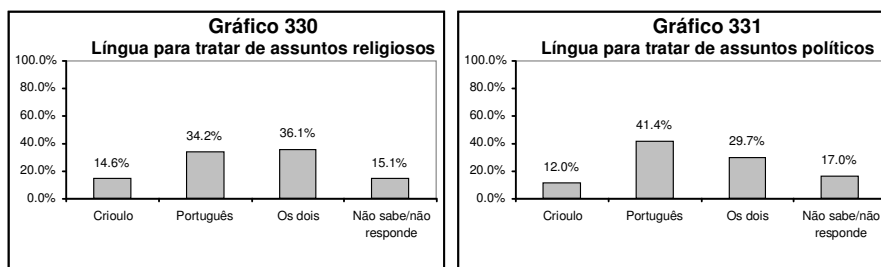
⁶² Cf. TFE 244 a 248 e 250, Anexo 4

⁶³ Cf. TFD 27, 28 e 33, Anexo 4



Gráficos 327 a 329 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. alguns assuntos formais

A opinião dos inquiridos é que com os assuntos religiosos, em primeiro lugar deve ser usada a LCV/LP, depois a LP com um valor quase igual e em terceiro lugar a LCV. Aliás, já havia sido detectada uma nítida tendência de extensão da LCV no falar em função desse assunto, o único assunto associado aos domínios formais em que havia sido detectada uma fraca tendência de extensão no ouvir (cf. secção 3.1.3.3.2.3); e quanto aos assuntos políticos, a atitude é que se deve usar as línguas conforme a ordem LP – LCV/LP – LCV, ausência de extensão, em completa oposição ao uso, portanto.



Gráficos 330 e 331 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas vs. outros assuntos formais

Em suma: a extensão da LCV para os domínios formais, em função dos assuntos escolares é plenamente suportada pelas atitudes; a em função dos assuntos religiosos é suportada de modo fraco; e as atitudes não suportam a extensão em função das matérias das disciplinas e dos assuntos oficiais e políticos.

E os resultados do cruzamento dos dados da língua usada para falar de assuntos formais com os da língua que deve ser usada para falar sobre esses assuntos⁶⁴ confirmam a complexidade das atitudes face a eles e o modo também complexo como moldam o uso. De facto (cf. os resultados que suportam esses comentários no Anexo 12.36.), na opinião dos inquiridos, para falar desses assuntos, as línguas devem ser usadas segundo as seguintes ordens:

⁶⁴Cf. TCs 5.4.4 a 7, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

(i) ordem LCV – LP – LCV/LP, que indica muito forte extensão da LCV, por parte dos inquiridos que usam a LCV para falar de assuntos *oficiais*, apesar de os valores serem quase iguais;

(ii) ordem LP – LCV/LP – LCV (manutenção da ordem esperada no formal) para falar de:

i) *matérias das disciplinas e de assuntos escolares*, tanto de entre os inquiridos que dizem usar a LP como de entre aqueles que dizem usar a LCV e a LCV/LP para falar desses assuntos;

ii) *assuntos religiosos, políticos e oficiais*, de entre aqueles que dizem usar a LP para falar desses assuntos. Nesses dois grupos a LCV só tem valores relevantes de entre os que usam a LCV para tratar de matérias das disciplinas e de assuntos escolares; e de entre os que dizem usar a LP para tratar de assuntos oficiais;

(iii) ordem LCV/LP – LP – LCV (fraca extensão) para: i) falar de assuntos religiosos, políticos e oficiais de entre os falantes de LCV e de LCV/LP; e ii) falar de assuntos oficiais de entre os falantes de LCV/LP. Neste grupo de casos a LCV tem valor relevante apenas de entre os que dizem usar a LCV para tratar de assuntos religiosos e políticos.

Apresentam-se, a título ilustrativo, os resultados de análise da P. aberta 101,⁶⁵ em que se pedia aos inquiridos que, caso tivessem, apresentassem algum comentário sobre a língua que deve ser usada para falar sobre a lista de assuntos constantes do questionário⁶⁶, tendo em conta a sua correspondência com os resultados da análise estatística sobre o papel menos determinante dos assuntos do que o das pessoas nas atitudes dos inquiridos.

Com efeito (cf. os resultados que sustentam esses comentários no Anexo 12. 37.), primeiramente, verifica-se que os valores obtidos por cada categoria levam a destacar as seguintes, assim ordenadas: 2. Factores de adequação língua/assuntos (depende do assunto e também de...) que integra as respostas associadas às atitudes dos inquiridos em função dos assuntos> 3. Aspectos do contexto em que se fala de um dado assunto (não depende do assunto, mas)> Categoria 4. Domínio de línguas.

Concorrem ainda para esta conclusão; i) a configuração das subcategorias no interior da categoria 2: 2.1. Qualquer delas é adequada para qualquer assunto, com

⁶⁵ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

⁶⁶ A taxa de resposta é de apenas 13.71% dos inquiridos (244 respostas)

destaque> 2.2. Cada assunto exige a sua língua, com um número bastante próximo de respostas; e também ii) na Categoria 1. Tipos de assuntos por domínios, as nomeações são sempre, da LCV para assuntos íntimos, e da LP para assuntos mais formais, mormente quando os inquiridos dizem que para falar de matérias das disciplinas deve usar-se a LP na sala de aula e a LCV na rua e com colegas e que para falar de assuntos escolares com colegas deve ser usada a LCV.

A importância do factor pessoa na escolha de línguas é sugerida também pela ordenação das subcategorias no interior da categoria 2 já que, às subcategorias mencionadas acima se seguem as seguintes: 2.5. Depende do assunto e da língua que a pessoa fala> 2.6. Depende da língua em que a pessoa melhor fala sobre o assunto em pauta> 2.3. Depende do grau de formalidade do assunto, sendo a LCV para os formais e a LP para os formais> 2.4. Depende do assunto e da pessoa> 2.7. Para certos assuntos depende da circunstância> 2.8. Depende do assunto + pessoa + circunstância.

Além disso, o factor pessoa também é retomado no interior da categoria 3 pois, para além de o maior número de respostas ter recaído em 3.3. Não depende do assunto, mas do lugar/circunstância em que se fala sobre um determinado assunto, as nomeações que se lhe seguem também retomam o factor pessoa: 3.1. Não depende do assunto, mas da pessoa com quem se fala e 3.2. Não depende do assunto, mas da língua que a pessoa prefere/fala e de, finalmente, 3.4. Depende da pessoa + lugar/circunstância em que se fala sobre um determinado assunto; e 3.5. Depende do modo (oral ou escrito) em que o assunto é tratado.

Também contribui para a evidência da menor importância do assunto para a escolha de línguas (cf. secção 3.1.3.3.2.), a leitura da categoria 4. Domínio das línguas, respeitante à sua distribuição consoante o domínio que delas tem o interlocutor e ainda a leitura da categoria 5. Das condições para a distribuição do uso das línguas pelos assuntos. Efectivamente, destacam-se a ocorrência: i) proximidade entre os valores da subcategoria 4.1. LCV com falantes de LCV, independentemente do assunto com os valores das subcategorias 5.1.1. LP deve ser falada para quaisquer/todos/ a maioria dos assuntos por ser a língua oficial/mais importante e 5.2.3. LCV deve ser falada para todos os assuntos por ser a nossa língua/ser adequada; e ii) o destaque do valor da subcategoria 5.2.2. A LCV deve ser usada para mais assuntos, para expandir LCV/se poder comunicar mais/ ser mais prático, sendo que todas as restantes subcategorias da categoria 5 têm igual número de respostas, em valor muito mais baixo.

3.1. Análise do questionário

Tal como já se verificara para as pessoas, também para os assuntos o uso é determinado e consistente com as atitudes e não com o domínio das línguas. De facto, há uma clara adequação atitudes/uso no que respeita aos assuntos dos domínios íntimos (assuntos íntimos, familiares e problemas de vida)⁶⁷ pois tanto de entre os que dizem exprimir melhor as suas ideias na LCV como nas duas línguas igualmente a maioria indiscutível continua a achar que esses tipo de assuntos deve ser tratado na LCV (79.3%/84.4%/74.3%); de resto, ocorre no primeiro contexto uma percentagem relevante para LCV/LP apenas em problemas de vida (11.7%) e, no segundo caso, percentagens importantes para LCV/LP para todos esses tipos de assuntos (21.4%/17.7%/23.3%); o valor das percentagens para a LP é irrelevante em todos os casos e para todos os assuntos.

O mesmo se verifica para os assuntos associados aos domínios informais (desportivos e sociais)⁶⁸ com apenas uma excepção. A LCV predomina como a língua em que se considera que os assuntos desportivos devem ser tratados tanto por parte dos que exprimem melhor as suas ideias na LCV como por aqueles que as exprimem igualmente nas duas (48.5%/39.5%); segue-se LCV/LP que tem um valor importante de entre os que se exprimem melhor na LCV (25.7%) e é quase igual ao da LCV de entre os que se exprimem do mesmo modo nas duas línguas (36.8%); a LP ocupa uma evidente terceira posição (11.5%/10.9%).

Para os assuntos sociais, a situação é a mesma que a apontada para os assuntos desportivos de entre os que se exprimem melhor na LCV, com a LCV em primeiro lugar (32.2%) ainda que os valores de LCV/LP (26.3%) e de LP (24.6%) sejam quase iguais. Mas de entre os que se exprimem igualmente nas duas línguas, LCV/LP ocupa o primeiro lugar (40.5%), seguido de LP (26.4%) e depois, da LCV (19.5%) ainda que esses dois últimos valores sejam próximos. Este facto é bastante significativo de que a tendência de extensão da LP para os domínios informais, com incidência nos assuntos sociais, é sobretudo uma questão de atitude e não de domínio de línguas.

No que toca aos assuntos formais (matérias das disciplinas, assuntos escolares, religiosos, políticos e oficiais)⁶⁹ também são as atitudes que determinam a fraca extensão da LCV para os domínios formais em função dos assuntos pois predomina a LP como a língua em que os inquiridos acham que esses assuntos devem ser tratados

⁶⁷ Cf. TCs 5.13. 1, 2 e 3., Anexo 5

⁶⁸ Cf. TCs 5.13. 8 e 9, Anexo 5

⁶⁹ Cf. TCs 5.13. 4, 5, 6, 7 e 10, Anexo 5

primeiramente, quer exprimam melhor as suas ideias em LCV quer as exprimam igualmente nas duas línguas (os valores da LP situam-se entre 32.2% em assuntos religiosos e 62.6% em assuntos escolares).

A LCV/LP ocupa claramente a segunda posição (valores situados entre 21.5% para assuntos escolares e 37.7% para assuntos religiosos e oficiais); e a LCV a terceira, com valores importantes para matérias das disciplinas (14.1%), políticos (15.0%) e oficiais (19.3%), de entre os que se exprimem melhor na LCV e para assuntos religiosos nas duas situações (18.0%/1.4%).

A única excepção são os assuntos religiosos em que a LCV/LP ocupa a primeira posição, quer para aqueles que exprimem melhor as suas ideias na LCV (35.2%) como em LCV/LP (37.7%); o segundo lugar é ocupado pela LP (32.6%/37.3%), com valores quase iguais; e o terceiro pela LCV que tem valor importante na primeira situação (18.0%) e relevante na segunda (11.4%). Para todos os assuntos restantes, Ou seja,

3.1.5.3.4.3. Percepção da adequação das línguas aos lugares/circunstâncias vs. percepção da adequação do uso em função dos lugares/circunstâncias

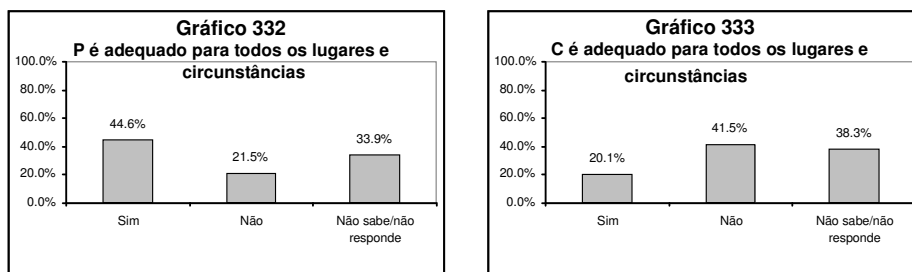
Os resultados mostram que, independentemente de nenhum dos pais ou o pai ter vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias, os inquiridos consideram que a LP é mais adequada do que a LCV para todos os lugares/circunstâncias e tendencialmente para os de estatuto mais elevado. Além disso, os resultados mostram que o modo como os inquiridos usam as duas línguas é consistente com as suas atitudes face ao uso delas em função dos lugares/circunstâncias, pois:

i) as atitudes sustentam a extensão da LP para restaurantes e similares, recintos desportivos e locais de lazer; contudo, não é sustentada pelas atitudes uma eventual extensão da LP para a vizinhança, um dos sistemas de comunicação prioritários dos inquiridos em que domina a LCV (cf. secções 3.1.3.1.1. e 3.1.3.3.4.1.) e para mercado, não identificado como lugar de extensão da LP (cf. secções 3.1.3.2.2. e 3.1.3.3.1.1.).

ii) repartições públicas, hospitais, bancos, etc., reuniões de associações e/ou grupos, os locais de culto são confirmados como os locais de maior extensão da LCV para os domínios formais e salas de aula e cerimónias oficiais como os de ténue extensão, sustentados pelas atitudes, portanto.

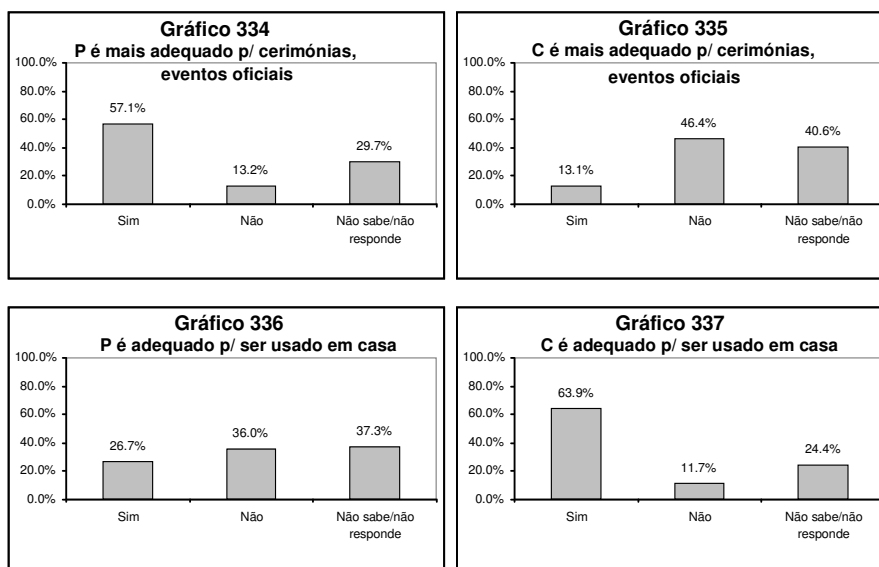
3.1. Análise do questionário

É evidente⁷⁰ a atitude de julgar a LP estatutariamente superior já que se uma maioria acha que ela é mais adequada para todos os lugares/circunstâncias, uma maioria também acha que a LCV não o é:



Gráficos 332 e 333 – Distribuição das atitudes face à percepção da adequação das línguas: lugares/circunstâncias

Contudo, enquanto também uma maioria considera a LP mais adequada do que a LCV para as cerimónias e eventos oficiais, a maioria também acha que a LCV é mais adequada do que a LP para ser usada em casa. E é maior a percentagem que acha que a LP não é adequada para usar em casa do que aquela que tem a mesma atitude para com a LCV; além disso, é de longe superior a percentagem daqueles que acha que a LCV não é adequada para cerimónias e eventos oficiais do que a que acha o mesmo da LP:



Gráficos 334 a 337 – Distribuição das atitudes face à percepção da adequação das línguas: lugares/circunstâncias formais

Tanto de entre os inquiridos cujos progenitores nunca viveram ou passaram algum tempo em Portugal como de entre aqueles em que isso se passou com os pais, a posição

⁷⁰ Cf. Anexo 4: TFs E. 36 a 38 para a LCV; e TFs E. 62 a 64 para a LP

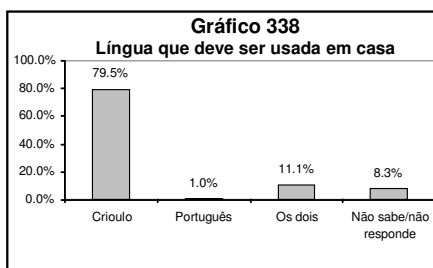
é também de uma maior valorização social da LP desse ponto de vista pois os valores apresentados pelas questões são idênticos aos da generalidade dos inquiridos⁷¹: a LP tem valores superiores como língua adequada a todos os lugares e circunstâncias e para cerimónias e eventos oficiais e a LCV como a língua adequada a casa.

Os valores que sustentam esses comentários são quanto à: i) adequação a todos os lugares e circunstâncias: LP, acima dos quarenta por cento; LCV, entre os 18.5% e os 24.8%; ii) adequação a casa: LCV, acima dos sessenta por cento; LP, entre os 23.8% e 37.6%; iii) adequação a cerimónias e eventos oficiais: os da LP rondam os sessenta por cento e os da LCV estão por volta dos treze por cento.

Identicamente⁷², de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV, nas duas línguas igualmente ou daqueles que condicionam a sua resposta, a maioria acha que a língua portuguesa é adequada para todas as circunstâncias e também é a maioria que tem opinião contrária quanto à língua cabo-verdiana; do mesmo modo, a maioria, de entre esses diferentes subgrupos, considera a LP mais adequada do que a LCV para cerimónias oficiais ao passo que para ser usada em casa acham a LCV mais adequada do que a LP.

São os seguintes os valores de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV, nas duas línguas igualmente ou daqueles que condicionam a sua resposta: i) adequação a todas as circunstâncias: LP, (45.9%/ 42.0%/ 51.8%) / LCV, (45.7%/ 38.7%/ 41.8%); ii) adequação a cerimónias oficiais: LP (59.9% /55.0%/ 58.2%) / LCV (11.0% /16.5% /13.6%); iii) adequação a casa: LCV (65.7% /64.3% /66.8%) / LP (27.2%/ 23.0%/ 31.8%).

O comportamento linguístico também segue as atitudes no que respeita aos lugares/circunstâncias⁷³ pois a maioria dos inquiridos considera que a língua que deve ser usada em casa, domínio íntimo, é a LCV, apesar de as duas línguas conjuntamente atingirem valor importante:



Gráficos 338 – Distribuição das atitudes face à adequação da língua usada em casa

⁷¹ Cf. TCs 6.34.1.20 a 22 e 6.34.2.20 a 22, Anexo 5

⁷² Cf. TCs 5.10.20 a 22 e TCs 5.11. 20 a 22, Anexo 5

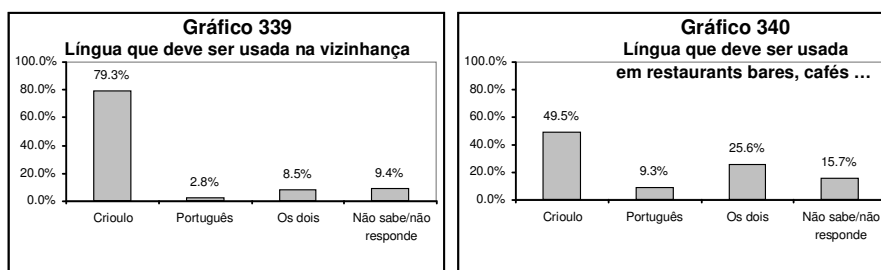
⁷³ CF. TF E. 251 a 264), Anexo 4

3.1. Análise do questionário

Esta tendência é confirmada pelos resultados da tabela de cruzamento dos dados sobre a língua habitualmente falada em casa com os respeitantes à língua que deve ser usada em casa⁷⁴ uma vez que de entre os inquiridos que usam a LCV em casa, 82.6% considera que essa deve ser a língua nela usada, sendo os valores para a LP e para LCV/LP irrelevantes.

A LCV é maioritariamente considerada a língua que deve ser usada nos lugares/circunstâncias informais. Contudo, o uso da LP e, por essa via, a extensão dessa língua para os domínios informais, é apoiado pelas atitudes. Esse apoio é tímido via os valores da LP e/ou de LCV/LP em restaurantes, em primeiro lugar, mas também nos intervalos, cantina escolar, lojas, recintos desportivos e locais de lazer. Mas a extensão para a vizinhança e para o mercado não é apoiada, ainda que tenha sido detectado um indício bastante ténue de maior uso da LP no rural, em função da vizinhança (cf. nº 2.2.1. de 3.1.3.3.6).

Evidenciam esta conclusão⁷⁵ os valores altos da LCV nos lugares/circunstâncias do informal (vizinhança, mercado, lojas, recintos desportivos e restaurantes, bares, cafés,...) contra os muito mais baixos de LCV/LP nesses lugares/circunstâncias e os valores sempre irrelevantes da LP; esses valores variam entre os obtidos por vizinhança e por restaurantes, bares, cafés,... (cf. gráficos 339 e 340 abaixo). Assim, por um lado, evidencia-se, novamente, a coerência entre comportamento nos domínios íntimos e informais e as atitudes e, por outro, a confirmação de locais de lazer e restaurantes e similares como focos tendenciais da extensão da LP para os domínios informais, como evidenciado antes (cf. nº 2.3.1.2. da secção 3.1.3.3.6).



Gráficos 339 e 340 – Distribuição das atitudes face à adequação da língua a alguns lugares/circunstâncias informais

Também apontam no mesmo sentido as informações constantes das tabelas de cruzamento entre os dados referentes à língua usada para falar em lugares/circunstâncias

⁷⁴ Cf. TC 5.6.1., Anexo 5

⁷⁵ CF. TF E. 252, 256, 257, 259 e 263, Anexo 4

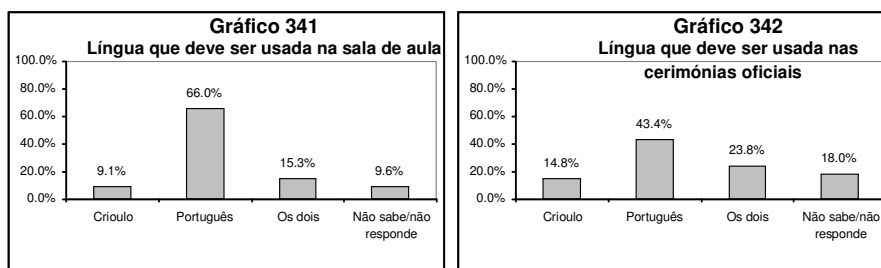
informais e as respeitantes à língua que deve ser usada nesses lugares⁷⁶. Com efeito, de entre os que usam a LCV nesses lugares, as posições são, de um modo geral, bem marcadas: a LCV é sempre a língua que os inquiridos mais acham dever ser usada nesses lugares (valores entre 59.8% e 82.5%), a LCV/LP ocupa a segunda posição, com valores entre 21.3%, mas com valores irrelevantes na vizinhança (7.2%) e no mercado (9.8%) e a LP tem sempre valores irrelevantes.

Contudo, de entre os inquiridos que usam LCV/ LP nos intervalos das aulas (10.8%, 102 inquiridos), e nos restaurantes (16.0%, 284 inquiridos), LCV/LP ocupa sempre a primeira posição, seguido da LCV; a LP tem sempre valor irrelevante.

Esses valores são: intervalos das aulas, LCV/LP, 53.6% seguido de LCV, 30.7% e de LP com valor irrelevante; e restaurantes em que 51.8% diz deverem ser usadas as duas línguas nesses lugares, seguidos de LCV, 23.9% e de LP, 14.1% valores importantes.

Quanto aos lugares/circunstâncias dos domínios formais, e em conformidade com o uso, a predominância de LCV/LP e os valores da LCV abonam a favor do resultado já apontado de serem as repartições e as reuniões de associações e/ou grupos e os locais de culto, os mais importantes da extensão da LCV para os domínios formais.

Com efeito⁷⁷ os inquiridos acham que deve ser o português a língua da sala de aula e das cerimónias oficiais, seguida de LCV/LP e depois da LCV que tem valor irrelevante na sala de aula (valor quase igual ao apontado para o uso) e um evidente terceiro lugar nas cerimónias oficiais:



Gráficos 341 e 342 – Distribuição das atitudes face à adequação da língua a lugares/circunstâncias formais

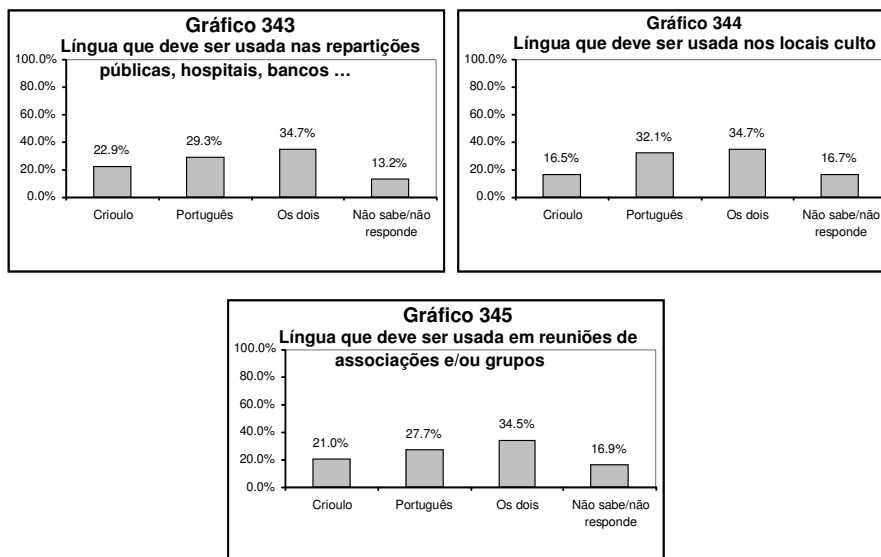
Contudo, nas repartições públicas e similares, locais de culto e reuniões de associações e/ou grupos as duas línguas conjuntamente (LCV/LP) ocupam a primeira posição, seguidss da LP que tem um valor quase igual em locais de culto e valores próximos em repartições públicas e equiparados e reuniões de associações e/ou grupos;

⁷⁶ Cf. TCs 5.6.2. 4, 5, 6, 7, 9, 12 e 13, Anexo 5

⁷⁷ CF. TF E 253, 257, 258, 261 e 264, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

e a LCV vem na terceira posição, com um valor distanciado da LP em locais de culto e próximo dos da LP em repartições e reuniões de associações e/ou grupos.



Gráficos 343 a 345 – Distribuição das atitudes face à adequação das línguas a outros lugares/circunstâncias formais

Nesse contexto, o cruzamento entre os dados do uso com os das opiniões sobre o uso corroboram essas conclusões⁷⁸, evidenciando coerência entre o uso e as atitudes sociais face ao uso em função dos lugares/circunstâncias. O que se passa na sala de aula, identificado como um lugar onde a extensão da LCV praticamente inexistente, é paradigmático desta congruência: tanto no uso⁷⁹ como nas atitudes (cf. gráfico 341, acima), e quer de entre aqueles que dizem usar a LP nesse lugar como de entre aqueles que dizem usar LCV/LP, a opinião dos inquiridos sobre a língua que acham adequada para a sala de aula colocam as línguas na mesma ordem encontrada para o uso: LP (72.45%/53.9%) – LCV/LP (10.6%/30.1%) – LCV, (8.6%/8.2%), com evidente primeiro lugar da LP e valor irrelevante da LCV.

Nos restantes lugares/circunstâncias (cf. leitura sistematizada dos resultados que suportam esses comentários no Anexo 12.38.), a coerência uso/atitude resulta do seguinte padrão: os que usam uma das línguas num determinado lugar/circunstância indicam sempre essa língua em primeiro lugar como a língua adequada para ser usada nele. Além disso, são os falantes da LCV aqueles cuja posição quanto à língua adequada para esses lugares segue a ordem encontrada no uso; aqueles que usam a LP são

⁷⁸ Cf. TCs 5.6.3.8, 10, 11 e 14, Anexo 5

⁷⁹ Cf. TFD45, Anexo 4

precisamente aqueles que menos concordam que a LCV deva ser usada nesses lugar; e os que usam LCV/LP ficam numa posição intermédia. Donde decorre que os falantes de LCV são aqueles que, globalmente, mais concorrem para a extensão da LCV para os domínios formais.

A leitura das respostas à P. (aberta) 103⁸⁰, em que se solicitava aos inquiridos comentários sobre a língua que deve ser usada para falar em determinados lugares/circunstâncias, também ilustra a conformidade desses resultados⁸¹: a atitude de distribuir as línguas em função do estatuto dos lugares/circunstâncias e a de aceitação da extensão da LCV e da LP, mas também as atitudes de desvalorização estrutural da LCV e da sua aceitação como símbolo da identidade e como língua veicular entre os cabo-verdianos.

Esta conclusão (cf. Anexo 12.39.) resulta de:

(i) a LCV é a língua mais nomeada para os domínios íntimos e informais e a LP a mais citada para os lugares/circunstâncias associados ao formal (repartições e locais de culto religioso). Contudo, para a sala de aula, as nomeações vão para a LP com o professor e para a LCV com colegas, acrescentando-se, assim, um outro elemento para a compreensão do uso da LCV na sala de aula. Além disso, a única citação para 'LCV ou LP, dependendo da intimidade com as pessoas' não deixa de ser um sinal de as pessoas serem o factor essencial da escolha de língua;

(ii) a subcategoria 'depende dos lugares/circunstâncias' (cada uma exige a sua língua) é a mais citada no interior da categoria 2, que obteve o maior número de respostas e que integra as respostas que discriminam o uso das línguas em função das circunstâncias; ela é seguida de três subcategorias com praticamente o mesmo número de citações cujo conteúdo indica a aceitação da extensão das duas línguas (subcategorias 2.1. 2.3. e 2.7);

(iii) a configuração das respostas no interior da *categoria 4*, referente às condições para a distribuição do uso das línguas, corroboram as atitudes de desvalorização estrutural da LCV (cf. secção 3.1.5.1 acima), mas de aceitação da extensão da LCV e da LP; corroboram ainda a aceitação da LCV como língua veicular entre os cabo-verdianos (cf. secções 3.1.3.1., 3.1.3.2. e 3.1.3.3.5.), acompanhando o resultado sobre as atitudes afectivas e identitárias (cf. secção 3.1.5.2.), pois:

⁸⁰ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

⁸¹ Dados gerais da pergunta: 214 respostas de 12.02% dos inquiridos

3.1. Análise do questionário

i) a subcategoria 4.2. que engloba os lugares/circunstâncias em que a LCV deve ser falada e a 4.1. com conteúdo idêntico para a LP têm um número de respostas muito próximos; e por um lado,

ii) o maior número de respostas vai para a subcategoria 4.2.1. A LCV deve ser falada em todas as/mais circunstâncias porque é a nossa língua, por ser mais simples, por nos entendemos melhor; e, por outro

iii) a categoria 4.3.1. A LCV e a LP devem ser faladas em todos os lugares/circunstâncias para melhorar a expressão e/ou a compreensão nas duas línguas; e mais ainda ela é seguida, com valor próximo, pela categoria 4.1.3. A LP deve ser falada em todos os lugares/circunstâncias por ser mais importante/por ser falada e escrita/por ser a nossa língua oficial; e

(iv) a sequência das subcategorias corrobora o que se vem dizendo sobre a maior valorização da LP, mas de aceitação da extensão da LCV e da LP e da LCV como língua veicular entre os cabo-verdianos, ao acompanharem o resultado sobre as atitudes afectivas e as identitárias (cf. alínea (iii) cima). São elas: as subcategorias 4.1.1. A LP deve ser falada em certas situações/circunstâncias em que é mais adequada; a 4.2.3. A LCV poderá ser falada em todas as/mais circunstâncias quando for oficializada; e, em último lugar, as seguintes subcategorias: 4.1.2. A LP deve ser falada só na sala de aula e com o professor porque lá é o lugar de ensino, 4.2.2. A LCV deve ser falada em todos os lugares e sobre qualquer assunto e a 4.2.4. A LCV deve ser (mais) falada nas situações formais para que se desenvolva; além disso,

(v) a leitura das respostas integradas na categoria 5, da distribuição do uso das línguas na escrita e na comunicação social, aponta para uma atitude de aceitação da extensão da LCV para a escrita dado o número praticamente igual de respostas na subcategoria 5.1. Devia-se escrever (mais) livros, jornais e revistas na LCV para que ela se desenvolva/se aperfeiçoe e na 5.2. Devia-se escrever (mais) livros, jornais e revistas na LP porque as pessoas não sabem/têm dificuldade em ler LCV/melhora o entendimento; contudo, ocorre apenas uma resposta para a categoria 5.3. Os jornais deviam ser escritos nas duas línguas; o uso das línguas para a produção escrita será retomada mais adiante (cf. secções 3.1.5.5 e 3.1.5.6);

(vi) as respostas apontam para uma atitude de aceitação da situação existente na comunicação social, dado ser maior o número de respostas relativas ao uso da LP na televisão (5.4.1 por ser entendida por todos e por estrangeiros) do que para a LCV

(5.4.2. LCV na comunicação social só quando for oficializada); a questão da oficialização será retomada mais à frente (cf. secções 3.1.5.5 e 3.1.5.6).

E os resultados das tabelas que cruzam os dados quanto à língua em que melhor os inquiridos exprimem as suas ideias com os relativamente à língua que deve ser usada nos lugares/circunstâncias associados aos diferentes domínios mostram que o uso em função dos lugares/circunstâncias é determinado e consistente com as atitudes e não com o domínio das duas línguas. Com efeito, tanto de entre os que exprimem melhor as suas ideias na LCV como de entre os que o fazem igualmente nas duas línguas, prevalece a LCV como a língua que deve ser usada nos lugares/ circunstâncias dos domínios íntimos⁸² (86.1%/73.2%) e nos do informal⁸³. Nestes últimos, os valores da LCV situam-se entre 56.7% e 83.9%, os da LCV/LP entre 11.5% e 26.4%; os da LP, sempre em terceiro lugar, apenas são relevantes em recintos desportivos, de entre os que exprimem as suas ideias do mesmo modo nas duas línguas (10.9%). De notar que LCV/LP tem valores irrelevantes apenas em casa, vizinhança e mercado, para ambos os casos; resultados anteriores já haviam mostrado que a extensão da LP para esses locais não era apoiada pelas atitudes.

Também são as atitudes, e não o domínio das línguas, que são consistentes com o uso nos lugares/circunstâncias formais⁸⁴. Com efeito, tanto os exprimem melhor as suas ideias na LCV como aqueles que se exprimem igualmente nas duas línguas acham que deve ser a LP a língua a ser usada na sala de aula e nas cerimónias oficiais (valores entre 38.9% e 64.6%), seguida de LCV/LP (valores entre 15.4% e 30.0%) e, finalmente a LCV. De facto, observa-se que:

(i) nas salas de aula a LCV apenas tem valor relevante de entre aqueles que exprimem melhor as suas ideias na LCV (11.1%); e nas cerimónias oficiais, a LCV tem valor muito próximo de LCV/LP, de entre os exprimem melhor as suas ideias na LCV (19.3%) e relevante no outro caso (12.7%);

(ii) nos locais de culto, tanto de entre os que exprimem melhor as suas ideias na LCV como de entre aqueles que as exprimem igualmente nas duas línguas, os inquiridos, maioritariamente, acham que nesse lugar devem ser usadas as duas línguas (31.9%/38.2%), seguidas da LP (29.6%/35.9%) e, depois, da LCV (20.4%/12.3%); acresce que os valores de LCV/LP são quase iguais aos da LP em ambas as situações e

⁸² Cf. TC 5.14.1, Anexo 5

⁸³ Cf. TC 5.14.2, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, Anexo 5

⁸⁴ Cf. TCs 5.14.3, 8, 10, 11 e 14, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

o da LCV aproxima-se do da LP, de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV;

(iii) nas reuniões de associações e/ou grupos e repartições, já identificados como de evidente tendência de extensão da LCV para os domínios formais, também se verifica a consistência e determinação do uso pelas atitudes e não pelo domínio das línguas.

(i) *Reuniões*: de entre os que exprimem melhor as suas ideias na LCV, a opinião é que se deve usar primeiro LCV/LP (29.1%), depois LCV (28.3%) e finalmente a LP (24.8%), sendo que sendo o valor de LCV/LP é quase igual ao de LCV que, por sua vez, está bastante próximo do da LP; e de entre aqueles que as exprimem igualmente nas duas línguas, embora a LCV/LP continue em primeiro lugar (40.9%), segue-lhe a LP (28.2%) e finalmente a LCV (18.2%).

(ii) *Repartições*: de entre os que exprimem melhor as suas ideias na LCV, a ordem em que se acha que as duas línguas devem ser usadas é LCV, 30.6% – LP/LV, 30.0% – LP, 27.0%, com os valores quase iguais entre si e, de entre aqueles que exprimem as suas ideias igualmente nas duas línguas, a ordem expressa para o uso das duas línguas é LCV/LP, 39.1% – LP, 29.5%) – LCV, 20.9%, embora o valor de LCV/LP seja próximo do da LP e o dessa língua próximo do da LCV.

3.1.5.4. Atitudes normativas

As atitudes normativas (cf. capítulo 2, 2.3.1.), têm como suporte as asserções do questionário que abordam aspectos relativos ao modo como o português é falado, as interferências e a percepção dos dialectos da LCV, visando estabelecer o que é certo e errado e o reconhecimento de uma das variedades da LCV como padrão.

3.1.5.4.1. Atitudes normativas face à LP

Nesse quadro, as atitudes dos inquiridos relativamente à LP são:

i) *correção*: a língua portuguesa não é tão bem falada quanto se deveria, devido ao pouco hábito de uso da LP e à influência negativa da LCV;

ii) *norma*: não é o PE nem o PB, nem o PCV, embora se deva falar a LP bem e muito bem, ou seja, segundo os inquiridos, conhecendo muito vocabulário e evitando as interferências sintácticas sobretudo e também as fónicas. O sucesso é determinado crucialmente pelo grau de instrução/nível de aprendizagem e influenciado positivamente pela intensidade de contacto com a LP (e com os portugueses), a extensão do uso da LP devido ao seu estatuto, o esforço individual para a observância da norma e a facilidade da LP.

Com efeito, e no que respeita à correcção⁸⁵, os inquiridos acreditam que a LP não é bem falada pela generalidade dos cabo-verdianos, pois a maioria deles acha que a falam regularmente e uma minoria que a falam bem; numa posição intermédia estão os que acham que ela é falada à sua maneira; as restantes percentagens são irrelevantes:

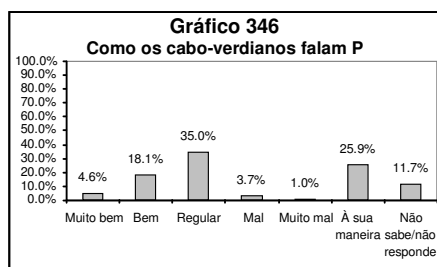


Gráfico 345 – Distribuição das atitudes face ao modo como os cabo-verdianos falam a LP

A leitura dos resultados de análise da P. Aberta 114⁸⁶, em que os inquiridos justificam as suas respostas quanto à sua atitude face à correcção no uso da LP, evidencia que, na opinião dos inquiridos⁸⁷, o modo como os cabo-verdianos falam a LP depende crucialmente do grau de instrução/nível de aprendizagem. Além disso esse modo específico de falar é influenciado positivamente pela intensidade do contacto com a LP (e com os portugueses), o uso da LP devido ao seu estatuto e o esforço individual para a observância da norma e a facilidade da LP; influencia-o negativamente o pouco hábito de uso da LP e a interferência da LCV. Efectivamente:

i) o grau de instrução/nível de aprendizagem é a primeira justificação apontada pelos inquiridos que acham que os cabo-verdianos falam a LP regular, mal ou muito mal, sendo que o grau de correcção aumenta com o nível de aprendizagem (subcategoria 1.1.); de seguida, esse subgrupo de inquiridos cita o pouco hábito de uso da LP (subcategoria 1.2.) apesar de ela ser ouvida na comunicação social; e ainda, relevantemente, apontam a influência da LCV (sotaque dos diferentes dialectos, pronúncia, palavras da LCV), subcategoria 1.4.

ii) os cabo-verdianos não serem falantes nativos da LP e serem influenciados na sua fala pela LCV são os fundamentos dos inquiridos que responderam 'à sua maneira';

⁸⁵ Cf. TFE. 319, Anexo 4

⁸⁶ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11

⁸⁷ Dados gerais desta pergunta: 1.002 respostas, equivalendo a 63.94% dos inquiridos que responderam à P. 103. As respostas dos inquiridos que responderam 'regularmente', 'mal' ou 'muito mal' foram agrupadas na categoria 1 (578 respostas, 57.68% delas); as dos que responderam à sua maneira na categoria 2 (281 respostas/28.04% das respostas); e as dos que responderam bem ou muito bem na 3 (143 respostas/14.27% delas).

3.1. Análise do questionário

iii) e os fundamentos apontados por aqueles que acham que os cabo-verdianos falam bem ou muito bem a LP (categoria 3) estão assim ordenados: 3.1. Grau de instrução/nível de aprendizagem e 3.2. Intensidade do contacto com a LP> 3.4. Estatuto da LP> 3.3. Observância da norma> 3.5. Facilidade da LP> 3.7. Semelhanças entre a LP e a LCV.

Os dados referidos acima são:

(i) categoria 1. Razões por que nem todos os cabo-verdianos falam a LP bem ou muito bem e/ou falam regular, mal ou muito mal: 1.1. Grau de instrução/nível de aprendizagem (372 respostas/37.13% delas); 1.2. Hábito de uso da LP; apesar de ela ser ouvida na comunicação social (132 respostas/13.17% delas; a 1.4. Influência da LCV (65 respostas i.e., 6.49% delas);

(ii) Categoria 3: Razões por que os cabo-verdianos falam a LP bem (tão bem quanto LCV e/ou tão bem quanto ou melhor que os portugueses) ou muito bem: 3.1. Grau de instrução/nível de aprendizagem (79 respostas/7.88% delas); 3.2. Intensidade do contacto com a LP (20/2.0%); 3.4. Estatuto da LP (14/1.40%); 3.3. Observância da norma (13/1.30%); 3.5. Facilidade da LP (8/0.80%); 3.7. Semelhanças entre a LP e a LCV (6/0.60%).

Contudo, a apreciação do modo como os cabo-verdianos falam altera-se quando inquiridos sobre a maneira como os cabo-verdianos deviam falar a LP (norma)⁸⁸, sendo a sequência a seguinte: bem> muito bem> à sua maneira> como se fala em Portugal> regula; como se fala no Brasil tem valor irrelevante.

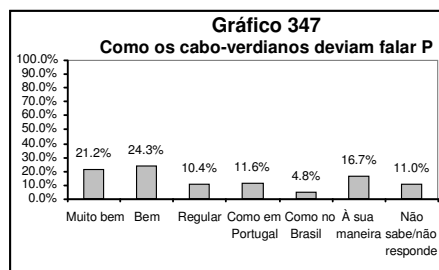
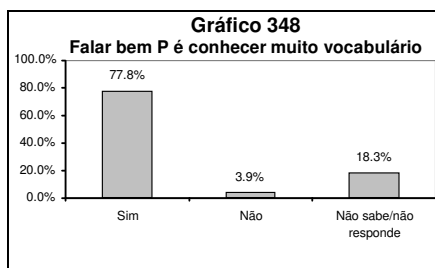


Gráfico 346 – Distribuição das atitudes face ao modo como os cabo-verdianos deviam falar a LP

Nesse, contexto, falar bem a LP, implica para os inquiridos⁸⁹ conhecer muito vocabulário e evitar as interferências sintáticas e fónicas:



⁸⁸ Cf. TF E. 320, Anexo 4

⁸⁹ Cf. TF E321 a E23, Anexo 4

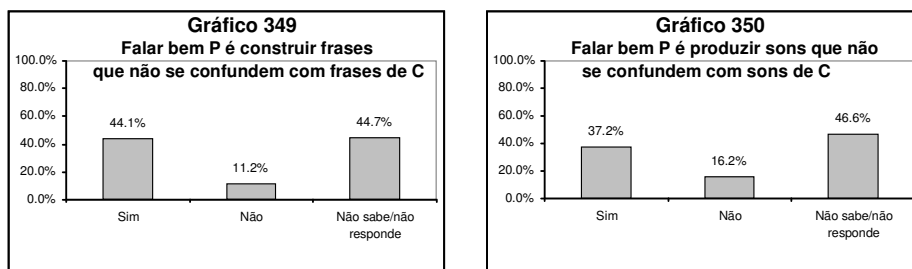


Gráfico 348 a 350 – Distribuição das atitudes face ao que é falar bem o português

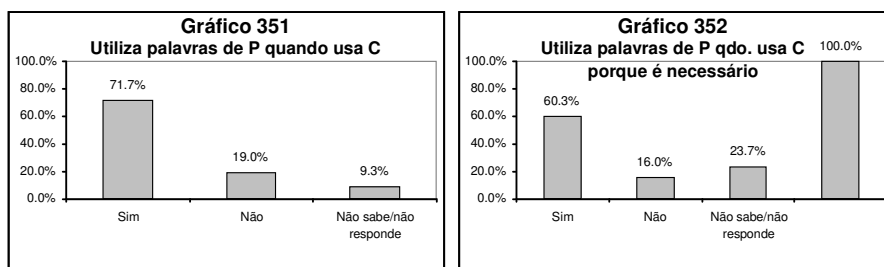
3.1.5.4.2. Atitudes normativas face à LCV

Foram apuradas as seguintes atitudes para com a LCV:

i) *norma*: opção pelo dialecto da sua ilha ou região como padrão, não por ser o mais importante ou o mais autónomo face à LP, mas por ser aquele de que mais se gosta, o mais bonito, o melhor, o mais puro e o mais adequado para a comunicação. De destacar que, neste contexto, a evidência de uma posição mais equilibrada do ponto de vista regional (barlavento e sotavento): uma eventual “variante” de Cabo Verde que ocupa a terceira posição; e

ii) *interferência lexical*: aceitação, primeiramente por razões de natureza utilitária, depois estética e finalmente social, em que as opiniões se dividem

Com efeito⁹⁰, os inquiridos admitem a interferência lexical já que a maioria admite usar palavras da LP quando fala a LCV, sendo que as razões apontadas para tal são primeiramente de natureza utilitária (necessidade e utilidade), depois um argumento estético (ser bonito) e, finalmente um social (ser chique) em que as opiniões se dividem já que os valores das percentagens dos que adoptam e dos que rejeitam esta explicação são bastante próximos:



⁹⁰ Cf. TF E.324 a E.328, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

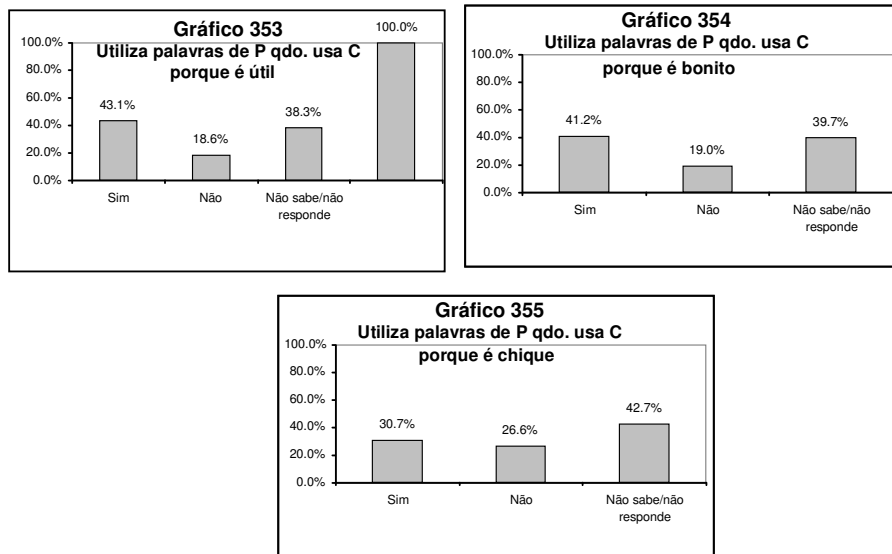


Gráfico 351 a 355 – Distribuição das atitudes face às interferências lexicais da LP na LCV

Quanto ao que os inquiridos consideram o verdadeiro crioulo (mais puro, mais autêntico, genuíno), ele é visto a partir da análise da P. aberta 87⁹¹. Os resultados⁹² evidenciam, primeiramente, a tendência de cada ilha e região valorizar o seu próprio dialecto e pretender que ele seja a norma⁹³; e, depois, uma posição com mais força nacional porque mais equilibrada em termos regionais, que é a de uma “variante” de Cabo Verde (categoria 11) que ocupa a terceira posição na ordem de citação

A tendência de cada ilha e região valorizar o seu dialecto como a norma é evidenciada (cf. Anexo 12.40.) pelo seguinte:

(i) o dialecto da LCV mais apontado é o de Santiago (categoria 8), sendo que a grande maioria das respostas é fornecida pelos inquiridos de sotavento e destas, a quase totalidade por inquiridos da ilha de Santiago. Para além disso, são nomeados subdialectos dessa ilha como sejam: cidade da Praia (categoria 21), interior de Santiago (categoria 20), Engenho (categoria 22), Chã de Tanque (categoria 23) e Sta. Cruz (categoria 24);

⁹¹ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11

⁹² Dados gerais da pergunta: 1.405 respostas fornecidas por 78.93% dos inquiridos; além disso foi respondida por 83.52% dos inquiridos de barlavento (816) que forneceram 58.08% das respostas; e 73.26% dos inquiridos de sotavento (589) que forneceram 41.9% das respostas.

⁹³ Cada dialecto nomeado espontaneamente pelos inquiridos está indicado por um número (cf. “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10), que será referido para facilitar a remissão à tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11.

(ii) o dialecto de Sto. Antão (categoria 2) está em segundo lugar; contudo, apenas uma resposta provém dos inquiridos da região de sotavento e das respostas de barlavento, apenas três não são oriundas de inquiridos de Santo Antão; para além de que é citado ainda um eventual subdialecto do interior de Sto. Antão (categoria 19);

(iii) o dialecto de S. Vicente (categoria 3) é o quarto citado e a esmagadora maioria das respostas provém de inquiridos de barlavento e delas uma também esmagadora maioria é fornecida por inquiridos de S. Vicente e apenas uma minoria por inquiridos das restantes ilhas de barlavento;

(iv) a leitura dos resultados obtidos pelas restantes ilhas mostra que para a quase totalidade das restantes ilhas de Barlavento (4. S. Nicolau, 5. Sal e 6. Boavista) a grande maioria das respostas é fornecida por inquiridos das respectivas ilhas e que para o Fogo, (sotavento), categoria 9 a totalidade das respostas é fornecida pelos inquiridos das duas escolas dessa ilha. As excepções são as restantes ilhas de sotavento: 10. Brava (zero 0 citações) e 7. Maio (apenas com três);

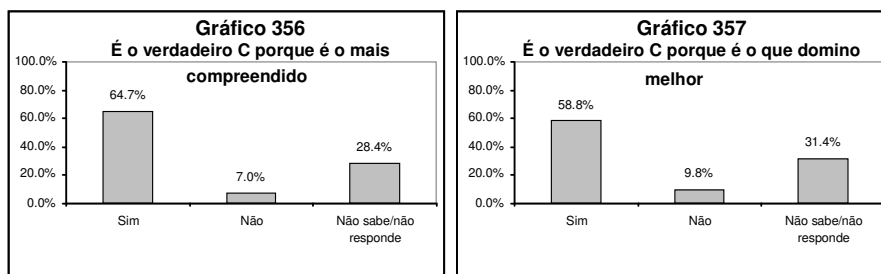
(v) os resultados obtidos pelas variedades regionais não escapam a esta tendência: é minoritária a percentagem das respostas provenientes de inquiridos de sotavento que indicam a variedade de barlavento e vice-versa; além disso, a maior parte das respostas incluídas na subcategoria 15. Todos/todas as ilhas/todos os dialectos são provenientes de barlavento e das respostas da categoria 18. Zonas do interior/interior das ilhas/meio rural/fora, a maioria é de sotavento;

(vi) outras categorias que são apontadas têm um número bastante irrelevante de respostas como sejam: as categorias 14. Barlavento + sotavento, 16. Qualquer (d)os dialectos, 17. De uma ilha que todos possam entender; e da 27. Guiné-Bissau, 25. O meu dialecto e 26. Antigo.

Entretanto⁹⁴, o dialecto eleito não o é por ser considerado o mais importante ou o mais autónomo face à LP, mas por ser mais valorizado sobretudo do ponto de vista afectivo, estrutural (perfeito, simples, fácil) e utilitário (ser mais compreendido e o que melhor se domina):

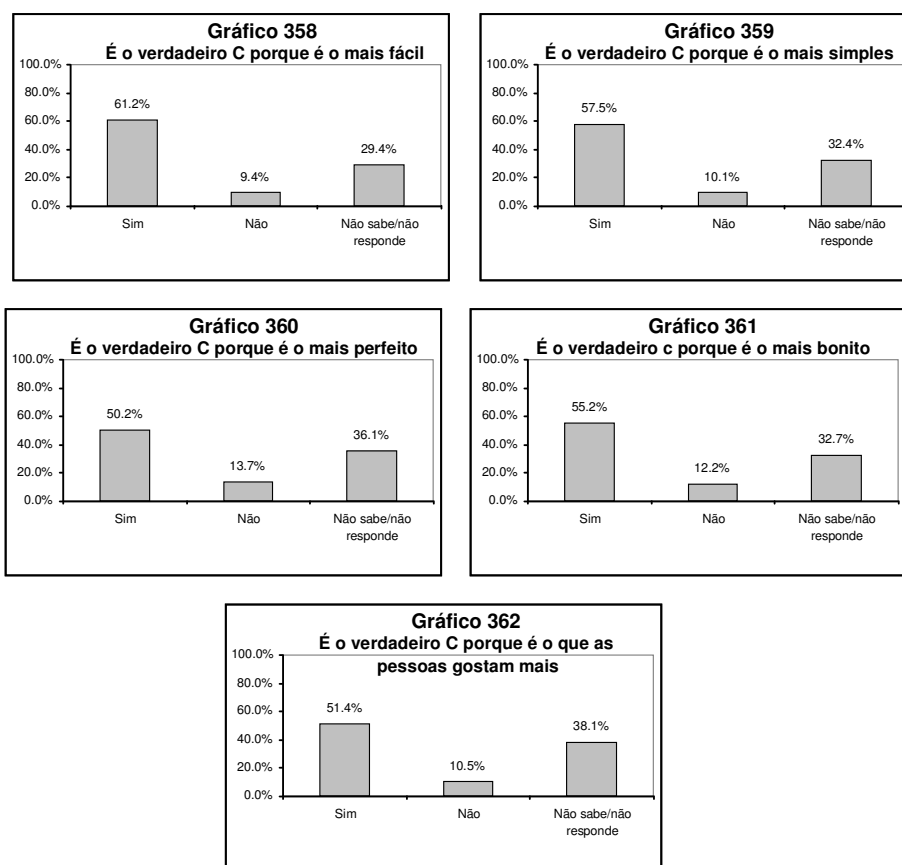
⁹⁴ Cf. TFE 132 a 143, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



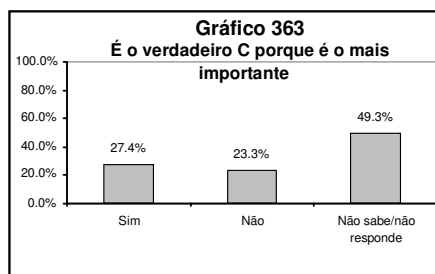
Gráficos 356 e 357 – Distribuição das atitudes face ao verdadeiro crioulo: argumentos utilitários

De seguida estão razões estruturais ('ser o mais fácil', 'ser o mais simples', e 'ser o mais perfeito'), estéticas ('ser o mais bonito') e afectivas ('ser aquele de que as pessoas gostam mais'):



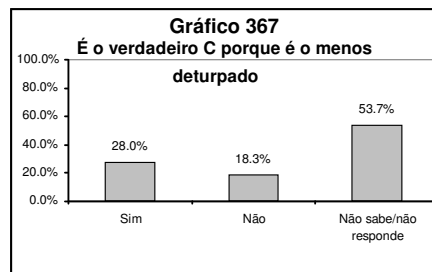
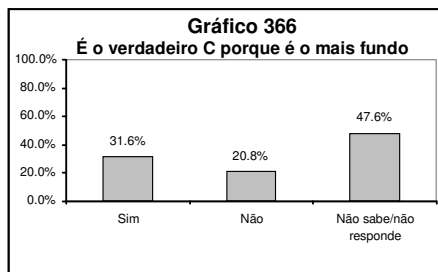
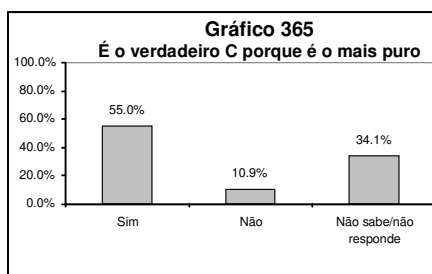
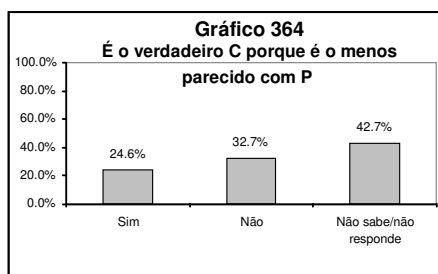
Gráficos 358 a 362 – Distribuição das atitudes face ao verdadeiro crioulo: argumentos estruturais, estéticos e afectivos

Do ponto de vista social, as opiniões dividem-se claramente tendo em conta a bastante proximidade do valor das respostas 'sim' com o valor das respostas 'não' relativamente a 'ser importante':



Gráficos 363 – Distribuição das atitudes face ao verdadeiro crioulo: importância das línguas

Quanto aos argumentos que têm a ver com a autonomia face ao português, se o 'não' prevalece em 'ser menos parecido com o português'; é o 'sim' que prevalece em 'ser o mais puro', 'ser mais fundo' e em 'ser menos deturpado':



Gráficos 364 a 367 – Distribuição das atitudes face ao verdadeiro crioulo: autonomia face ao português

3.1.5.5. Atitudes funcionais

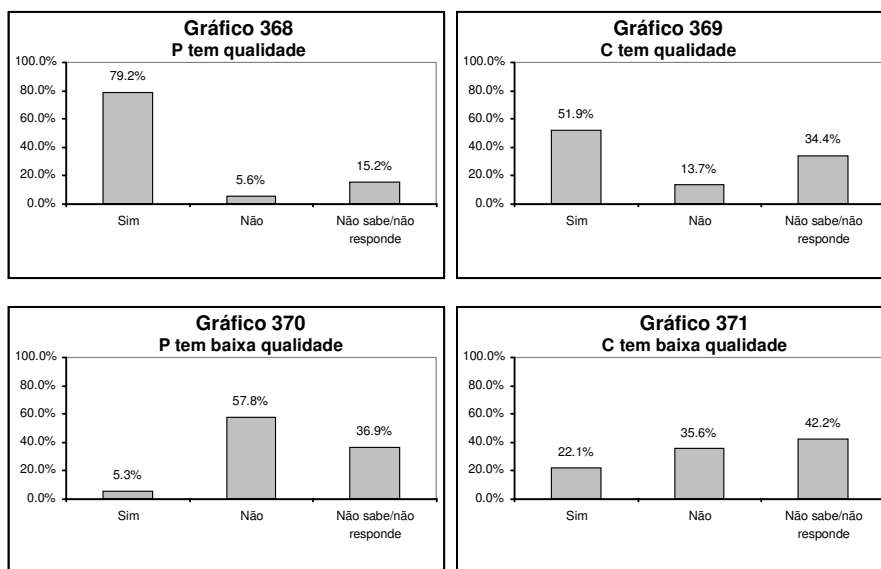
As atitudes funcionais dizem respeito aos julgamentos sobre a capacidade das duas línguas para desempenhar funções sociais (cf., capítulo 2, 2.3.1.). Elas são examinadas com base nas respostas dos inquiridos às questões em que são tratados os seguintes aspectos referentes às duas línguas: 1) a capacidade e potencialidade comunicativa; 2) a importância objectiva que lhes é reconhecida num contexto de modernidade e desenvolvimento; e 3) a eficácia e rentabilidade delas para as funções que deve assumir num contexto de modernidade e tendo em conta as expectativas de promoção pessoal e social: falar, ler e escrever, ensino, alfabetização de adultos e uso oficial (oficialização).

3.1. Análise do questionário

3.1.5.5.1. Capacidade e potencialidade comunicativa

Os resultados a que se chegou mostram que, independentemente de nenhum dos pais ou apenas o pai ter vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias, a LP supera a LCV quanto à capacidade e potencialidade comunicativa, já que ela é considerada como qualitativamente melhor e mais adequada para a comunicação internacional, em coerência com o já detectado no uso (cf. secções 3.1.3.1.6. e 3.3.3.5.);

A LP supera a LCV na avaliação que os inquiridos fazem da capacidade e potencialidade comunicativa das duas línguas porquanto a LP é tida como qualitativamente melhor do que a LCV e é melhor valorizada como língua de comunicação internacional. Na verdade⁹⁵ é bem maior a percentagem dos inquiridos que considera que a LP tem qualidade do que a que faz a mesma apreciação da LCV; e, se é irrelevante a percentagem dos inquiridos que acha que a LP tem baixa qualidade, é importante a que diz o mesmo para a LCV:

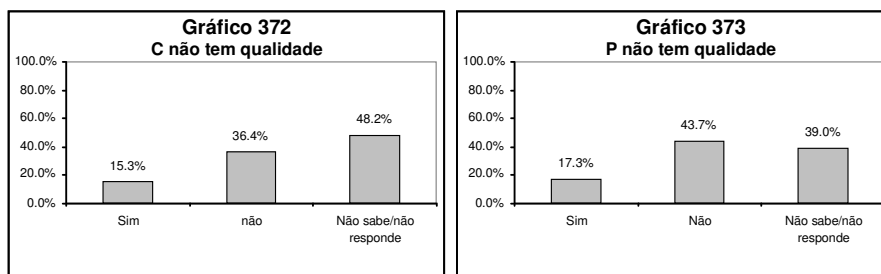


Gráficos 368 a 371 – Distribuição das atitudes face à capacidade e potencialidade comunicativa: ter qualidade/baixa qualidade

Contudo⁹⁶ são praticamente iguais a percentagem daqueles que considera que a LCV não tem qualidade e a daqueles que acha isso da LP:

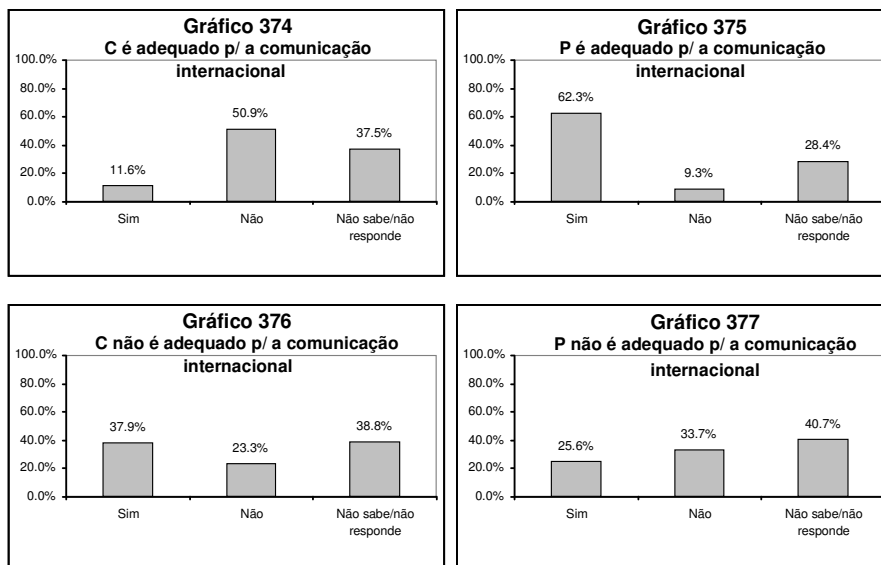
⁹⁵ Cf. TF E23 e 24 e E49 e 50, Anexo 4

⁹⁶ Cf. TF E25 e 51, Anexo 4



Gráficos 372 e 373 – Distribuição das atitudes face capacidade e potencialidade comunicativa: não ter qualidade

Identicamente⁹⁷, conquanto um elevado número de inquiridos considera a LP adequada para a comunicação internacional é reduzido o número que faz esta mesma apreciação para a LCV; e, quando interrogados sobre a não adequação das duas línguas para esse efeito, é maior o número dos que acha que 'sim', a LCV não é adequada do que o daqueles que faz a mesma avaliação para a LP:



Gráficos 374 a 377 – Distribuição das atitudes adequação das duas línguas para a comunicação internacional

Esta posição e estes valores⁹⁸ mantêm-se tanto entre aqueles que afirmam que nenhum dos pais viveu ou passou algum tempo em Portugal ou que isso se passou apenas com o pai, mostrando que esse facto não altera o que os inquiridos de um modo geral, pensam das duas línguas.

De entre os que o pai viveu algum tempo em Portugal, ou nenhum dos progenitores, os valores para a LP e a LCV são, respectivamente:

⁹⁷ Cf. TF E39 e E65, Anexo 4

⁹⁸ Cf. TCs 6. 34.1.7 a 9 e 23 a 24 e TCs 6. 34.2.7 a 9 e 23 a 24, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

- (i) Ter qualidade, (79.1%/55.6%) e (79.0 %/50.5%); ter baixa qualidade (5.2%/22.5%) e (5.0%/22.8%); não ter qualidade: (17.0%/14.6%) e 18.5%/16.4%).
(ii) adequação para a comunicação internacional: i) valores para o 'sim': LP (64.0%/60.6%); LCV (13.6%/11.7%); ii) valores para o 'não': LP (24.8%/25.5%); LCV (40.2%/37.1%).

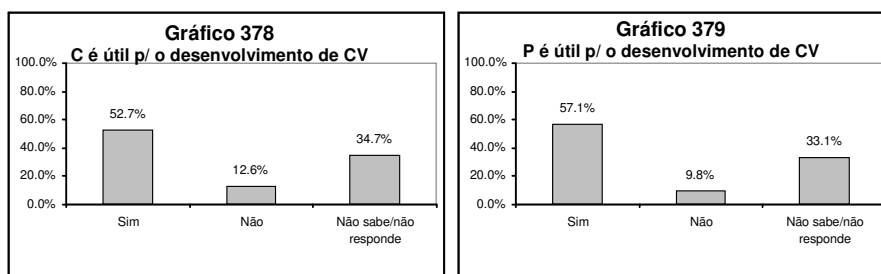
Do mesmo modo⁹⁹, de entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV ou nas duas línguas¹⁰⁰, o número daqueles que acha que a LP tem qualidade supera com destaque o daqueles que acha o mesmo da LCV; e o mesmo acontece quanto à adequação para a comunicação internacional. Pelo contrário, quanto a ter baixa qualidade a LCV supera largamente a LP; e o mesmo acontece quanto à concordância relativamente a não ser adequada para a comunicação internacional. Ademais, continua a ser quase igual a percentagem daqueles que, de entre qualquer desses subgrupos de inquiridos, considera que a LCV e que a LP não tem qualidade.

De entre os que exprimem melhor as suas ideias em LCV ou nas duas línguas: i) Ter qualidade: LCV (55.2%/53.2%) / LP (78.3%/80.5%) ii) Não ter qualidade: LCV (14.1%/ 15.9%) / LP (16.7%/19.5%) iii) Ser adequado para a comunicação internacional: LCV (13.3%/12.7%) / LP (58.3%/66.8%); iv) Tem baixa qualidade: / LCV (20.6%/23.2%) /LP (6.7%/5.0); v) Não ser adequado para a comunicação internacional: LCV (36.1%/40.0%) / LP (24.6%/29.5%).

3.1.5.5.2. Importância objectiva reconhecida às línguas

Ambas as línguas são consideradas positivamente quanto ao interesse e utilidade num contexto de modernidade e desenvolvimento de Cabo Verde, independentemente de nenhum dos pais ou apenas o pai ter vivido algum tempo em Portugal e da língua em que melhor exprimem as suas ideias.

Com efeito¹⁰¹, a maioria dos inquiridos acha que quer a LCV quer a LP são úteis para o desenvolvimento de Cabo Verde:



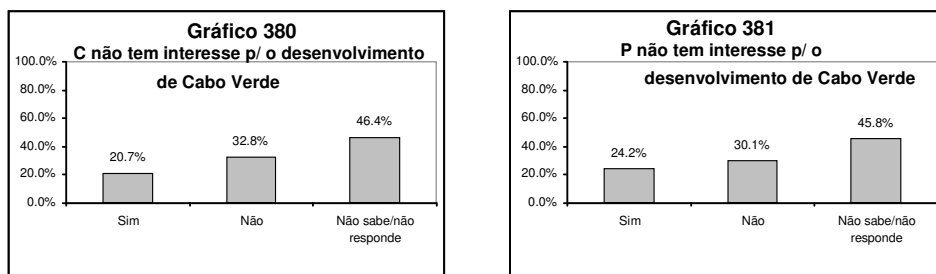
Gráficos 378 e 379 – Distribuição das atitudes face à utilidade para o desenvolvimento de Cabo Verde

⁹⁹ Cf. TCs 5.10.7 a 9 e 23 a 24 e TCs 5.11.7 a 9 e 23 a 24, Anexo 5

¹⁰⁰ A percentagem dos que dizem exprimir melhor as suas ideias em português é desprezível

¹⁰¹ Cf. TF E41 e E67, Anexo 4

E quando questionados sobre o não interesse dessas línguas para o desenvolvimento de Cabo Verde¹⁰² é também maioritário os que confirmam o interesse da LCV e da LP:



Gráficos 380 e 381 – Distribuição das atitudes face ao desinteresse para o desenvolvimento de Cabo Verde

Também ambas as línguas são reconhecidas como sendo úteis e de interesse para o desenvolvimento de Cabo Verde seja por parte dos inquiridos que dizem que nenhum dos pais viveu em Portugal ou por aquele que apenas o pai o fez¹⁰³; e, mais uma vez, os valores nesse contexto são quase iguais ou bastante próximos dos obtidos para essas questões relativamente à generalidade dos inquiridos:

De entre os que o pai viveu em Portugal ou mesmo nenhum dos pais o fez: i) Ser útil para o desenvolvimento de Cabo Verde: LCV (52.5% e 52.7 %) / LP (61.1% e 55.4%); ii) Não ter interesse para o desenvolvimento de Cabo Verde – valores do não LCV (29.0%/24.6%) / LP (35.5/31.6%).

A utilidade e o interesse das duas línguas também ficam evidentes quando se cruza os dados sobre essas questões e a língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias¹⁰⁴: a maioria considera que sim, ambas as línguas são úteis para o desenvolvimento de Cabo Verde, do mesmo modo que a maioria nega que quer a LP quer a LCV não tenham interesse para esse desenvolvimento, tanto de entre os que dizem exprimir as suas ideias na LCV como os que dizem ser nas duas línguas igualmente.

De entre os que o pai viveu em Portugal ou mesmo nenhum dos pais o fez: i) Ser útil para o desenvolvimento de Cabo Verde: LCV (35.7%/56.4%) LP (55.6%/63.6%); ii) Não ter interesse para o desenvolvimento de Cabo Verde – valores do não LCV (32.6%/35.5%) LP (30.2%/31.4%).

¹⁰² Cf. TF E42 e E68, Anexo 4

¹⁰³ Cf. TC 6.34.1.25 e 26 e TC. 6.34.2.25 e 26, Anexo 5

¹⁰⁴ Cf. TCs 5.10.25 e 26 e TCs 5.11.25 e 26, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

3.1.5.5.3. Funções sociais da LCV

Os resultados mostram que, de um modo geral, os fundamentos em que os inquiridos sustentam as suas atitudes face às funções sociais que a LCV pode desempenhar num contexto de modernidade (falar, ler e escrever, alfabetização de adultos e uso oficial) são mais de natureza afectiva e estrutural seguidos dos identitários, estéticos e sociais do que os utilitários. De entre os argumentos por que optam, os menos valorizados são 'ser necessário para o crioulo avançar' (estrutural), 'ser um cidadão completo' (identitário) e 'parecer educado/instruído' (social).

3.1.5.5.3.1. Funções sociais da LCV: falar, ler e escrever

Os inquiridos consideram que a LCV deve ser usada plenamente (falar, ler e escrever)¹⁰⁵, atitude esta que não é afectada pela atitude favorável à continuidade do uso da LP para ler e escrever (cf. secção 3.1.5.6.2.).

Com efeito, a maioria dos inquiridos, tal como resultados anteriores tinham indicado (cf. secção 3.1.3.5.2.), acha que a LCV deve ser usada para falar mas também para escrever; ainda que uma percentagem importante ache que deve ser usada só para falar. A irrelevância do valor de 'ler' é consistente com as restrições da leitura nesta língua (cf. secção 3.1.3.5.1.):

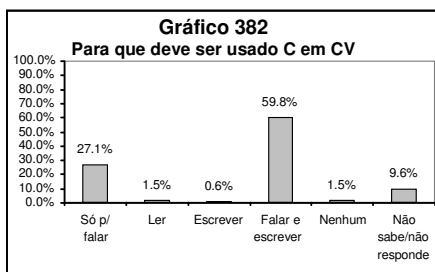


Gráfico 382 – Distribuição das atitudes face às duas línguas: funções sociais falar, ler e escrever

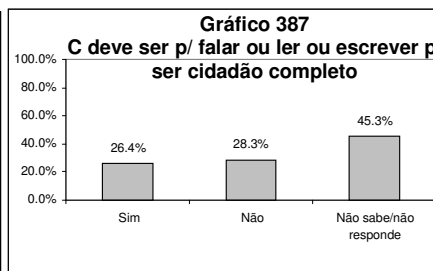
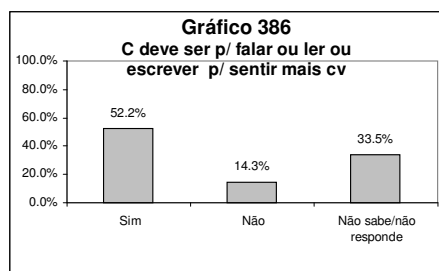
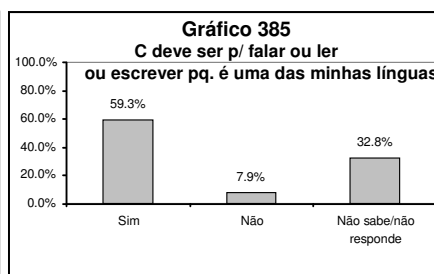
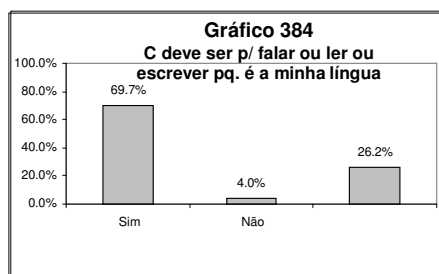
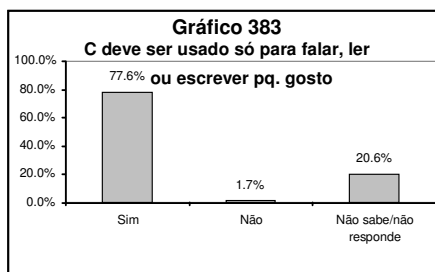
E, quando inquiridos sobre as razões por que essa língua dever ser usada apenas para uma dessas funções¹⁰⁶, pesam mais os argumentos afectivos (cf. gráfico 383, abaixo) e os estruturais (ser simples e fácil) seguidos dos identitários, estéticos e sociais do que os utilitários. Dos argumentos mais citados, os menos valorizados são 'ser

¹⁰⁵ Cf. TF E144, Anexo 4

¹⁰⁶ Cf. TF D145 a 162, Anexo 4

necessário para o crioulo avançar' (estrutural), 'ser um cidadão completo' (identitário) e 'parecer educado/instruído' (social).

Os argumentos identitários¹⁰⁷, ser sua língua, ser uma das suas línguas e sentir-se mais cabo-verdiano e ser um cidadão completo, recebem a adesão da maioria dos inquiridos; ao contrário as opiniões dividem-se em de 'ser um cidadão completo', o que é um indício do posicionamento identitário face à LP:



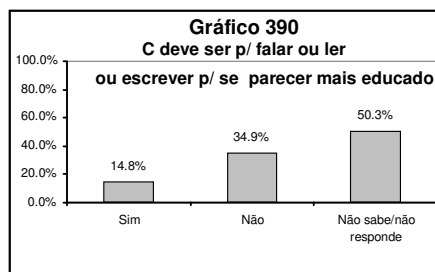
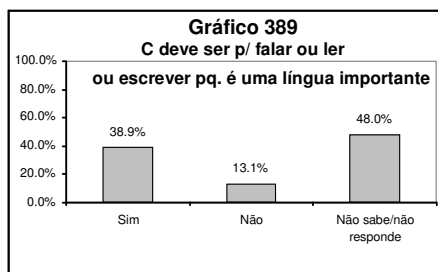
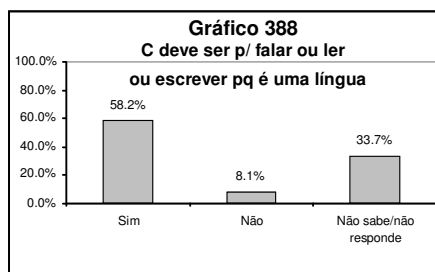
Gráficos 383 a 387 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV apenas para falar, ler ou escrever: argumentos afectivos e identitários

E, do ponto de vista social¹⁰⁸, a maioria considera a LCV como uma língua, sendo que a importância dessa língua prevalece sobre 'parecer mais educado/instruídos':

¹⁰⁷ Cf. TF E150, 151,155 e E156, Anexo 4

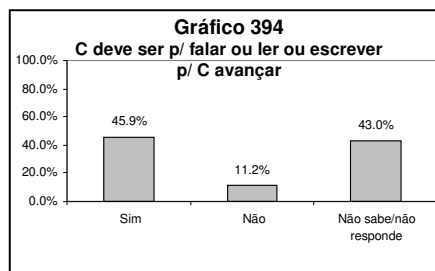
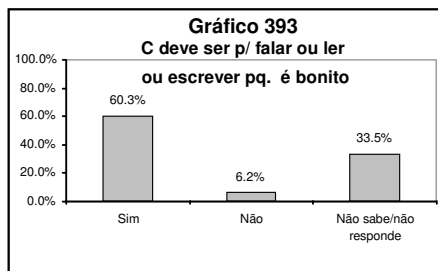
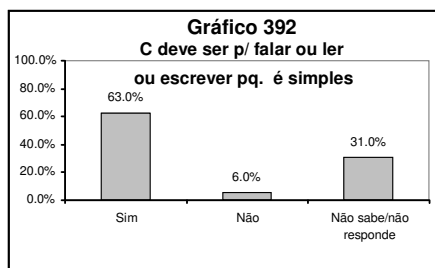
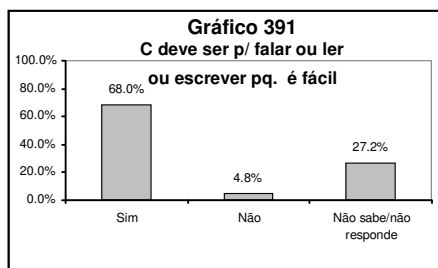
¹⁰⁸ Cf. TF E149, 153,157, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



Gráficos 388 a 390 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV apenas para falar, ler ou escrever: argumentos sociais

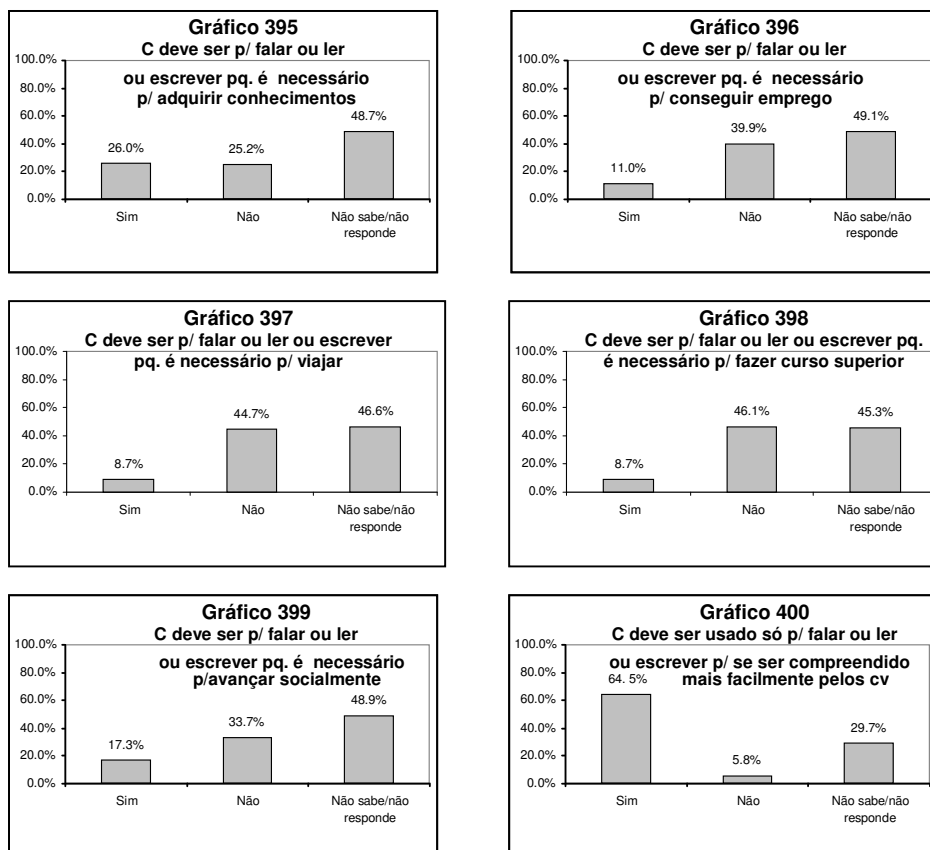
Relativamente aos argumentos estruturais e estéticos¹⁰⁹ a LCV é tida como uma língua fácil, simples e bonita. A necessidade de a LCV exercer essas funções para ela poder avançar também é valorizada positivamente, ainda que o 'não' tenha valor relevante:



Gráficos 391 a 394 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV apenas para falar, ler ou escrever: argumentos estruturais e estéticos

¹⁰⁹ Cf. TF D146 a 148 e 152, Anexo

Também neste contexto os maiores óbices são os argumentos utilitários¹¹⁰, tendo em conta os baixos valores atingidos pelo 'sim' nas asserções relevantes, com exceção de 'ser necessário para ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos', o que é sintomático da compreensão que estes inquiridos têm da intercompreensão na LCV:



Gráficos 395 a 400 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV apenas para falar, ler ou escrever: argumentos utilitários

Dado que, como mostrado acima, apenas é relevante o número daqueles que acha que a LCV deve ser usada só para falar (27.1%, correspondendo a 482 inquiridos), buscou-se compreender os fundamentos específicos dessa opção através das tabelas de cruzamento entre os dados sobre 'para que deve ser usada a LCV em Cabo Verde' e os relativos às razões por que essa língua deve ser usada para falar, ler e escrever¹¹¹.

E os resultados confirmam que: i) os argumentos utilitários são os que recebem valor mais baixo (entre os 7.9% para 'viajar para outros países' e 24.9% para 'adquirir conhecimentos'), com exceção de 'ser compreendido mais facilmente por todos os

¹¹⁰ Cf. TF D158, 159, 154, Anexo 4

¹¹¹ Cf. TC 6.2.1. a 18, Anexo 5

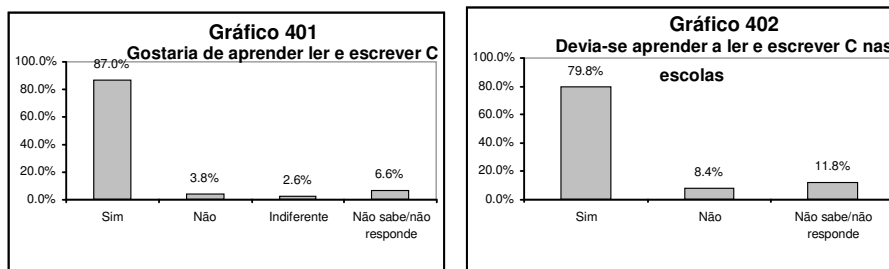
3.1. Análise do questionário

cabo-verdianos' com 64.9% de respostas positivas; e ii) os mais valorizados são os afectivos, identitários, estruturais, estéticos e sociais com valores positivos entre os 25.5% (ser um dão completo) e 'gostar' (78.0%); e ainda iii) de notar que o argumento social 'parecer mais educado/instruído' continua a ser desvalorizado já que para ele o não (35.3%) prevalece sobre o sim (14.3%).

3.1.5.5.3.2. Funções sociais da LCV: ensino formal

Os inquiridos gostariam de aprender a ler e escrever a LCV e acham que essa aprendizagem devia ser realizada nas escolas, independentemente da região e do meio. Essa atitude dos inquiridos face ao ensino da LCV não afecta a opinião que têm sobre a LP e sobre a LCV, tanto do ponto de vista descritivo, como estético, social e funcional; pelo contrário, ela é consentânea com as conclusões a que se chegou sobre a escrita da LCV: efectiva e informal (cf. secção 3.1.3.5.3.) Além disso, na opinião dos inquiridos, as dificuldades quanto à escrita na LCV poderiam ser superadas primeiramente com o ensino/aprendizagem formal da LCV.

Com efeito¹¹², a grande maioria dos inquiridos gostaria de aprender essas competências no cabo-verdiano e acha que essa aprendizagem devia acontecer nas escolas, sendo irrelevantes os valores para as restantes posições:



Gráficos 401 e 402 – Distribuição das atitudes face à aprendizagem da LCV e nas escolas

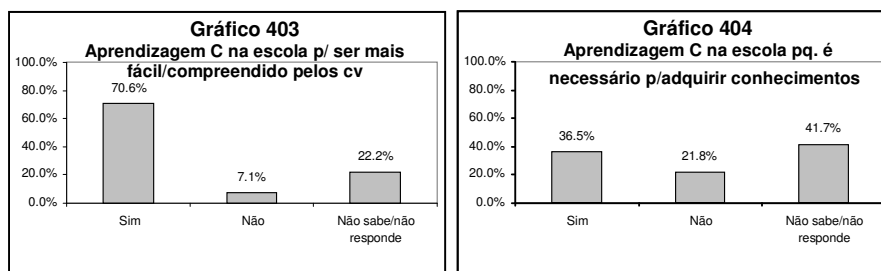
Gostar de aprender a ler e a escrever a língua cabo-verdiana é uma atitude assumida pelos inquiridos independentemente da região e do meio¹¹³. Com efeito, tanto de entre os inquiridos de barlavento como dos de sotavento a maioria acha que sim (85.3% e 89.0%, respectivamente), acontecendo o mesmo de entre os inquiridos do meio urbano (87.6%) e do rural (83.1%); e são irrelevantes as percentagens dos que

¹¹² Cf. TF E201 e TF E163, Anexo 4

¹¹³ Cf. TC. 6.11.1. e 2, Anexo 5

responderam 'não' ou 'ser indiferente' tanto num caso como noutro. Identicamente¹¹⁴ a maioria tanto de entre os inquiridos de barlavento (76.8%) como dos de sotavento (83.5%) acha que essa aprendizagem devia acontecer nas escolas bem como a maioria de entre os do meio urbano (80.8%) e do rural (74.0%).

Quanto às justificações que são seleccionadas para o ensino ou não da LCV nas escolas¹¹⁵, os argumentos de natureza utilitária também são os menos valorizados, uma vez que se o 'sim' ganha para todos os restantes tipos de argumentos; e nestes o 'sim' ganha em 2/5, ao passo que o 'não' prevalece em 3/5 deles. De facto, de entre os utilitários, são rejeitados conseguir emprego, viajar para outros países e fazer curso superior, ao passo que são aceites ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos e ser necessário para adquirir conhecimentos.



Gráficos 403 e 404 – Distribuição das atitudes face à aprendizagem da LCV nas escolas: alguns argumentos utilitários

Os restantes argumentos aceites pelos inquiridos são os afectivos, estruturais, identitários, estéticos e sociais. Deles destacam-se como os mais valorizados os afectivos e estruturais (ser simples e fácil) seguidos dos identitários, estéticos e sociais; e como os menos valorizados: 'ser necessário para o crioulo avançar' (estrutural), 'ser um cidadão completo' (identitário) e 'parecer educado/instruído' (social).

Os dados são: i) argumentos utilitários i) prevalece o não em conseguir emprego, viajar para outros países e fazer curso superior (entre 36.8% e 42.8%; ii) prevalece o sim: ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos (70.6%) e ser necessário para adquirir conhecimentos (36.5%); Valores do sim para os restantes argumentos: afectivos (71.8%), estruturais (entre 55.0% e 72.7%), identitários (entre 40.7% e 73.7%), estéticos (64.8%) e sociais (entre 23.8% e 67.0%).

Ademais, achar que se deveria aprender a ler e escrever a língua cabo-verdiana na escola não altera a opinião sobre a língua cabo-verdiana e a portuguesa já que ela é

¹¹⁴ Cf. TC 6.8.1. e 2, Anexo 5

¹¹⁵ Cf. TF. E164 a 181, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

idêntica à apurada para a generalidade dos inquiridos, tanto do ponto de vista das atitudes estruturais, como das estéticas sociais e funcionais¹¹⁶.

Com efeito, os resultados do cruzamento entre os dados face a esta atitude e os referentes às diferentes atitudes para com as duas línguas (cf. sistematização no Anexo 12.41.) mostram que os inquiridos que acham que sim, se devia aprender a ler e a escrever a LCV nas escolas, têm as mesmas atitudes que a generalidade dos inquiridos dos seguintes pontos de vista:

(i) *estrutural*: a avaliação que é feita da LP é superior à da LCV, quanto a ter/não ter gramática; ser fácil/difícil);

(ii) *estético*: as duas línguas são avaliadas positivamente e de modo idêntico pois ambas são consideradas bonitas e não são consideradas nem feias nem ridículas;

(iii) *social*: a LP é um pouco mais valorizada do que a LCV quanto ao estatuto de língua¹¹⁷ e considerada mais adequada para pessoas de estatuto superior¹¹⁸ e para os lugares/circunstâncias mais valorizados socialmente. Contudo, as duas línguas são igualmente valorizadas do ponto de vista da actualidade e modernidade (não ser do passado);

(iv) *funcional* a LP é mais valorizada do ponto de vista da capacidade e potencialidade comunicativa; mas ambas as línguas são consideradas úteis para o desenvolvimento de Cabo Verde.

3.1.5.5.3.3. Funções sociais da LCV: alfabetização de adultos

Os inquiridos, independentemente da região e do meio e do que pensam sobre cada uma das duas línguas, acham que a LCV pode ter usos oficiais, embora seja importantes as percentagens dos que são contra, por região e por meio. E a base argumental, seja para aqueles que concordam seja para os são contra o uso da LCV para esta função, é idêntica à generalidade dos inquiridos (afectiva e estrutural, seguida da identitária, estética, e social).

¹¹⁶ Cf. TC 6.9.1 a 26. e TC. 6.10.1. a 26, Anexo 5

¹¹⁷ Cf. TCs 6.9.1 a 4 e TCs 6.10.1 a 4

¹¹⁸ Cf. TCs 6.9.16 a 19 e TCs 6.10.16 a 19, Anexo 5

Com efeito, para a maioria dos inquiridos¹¹⁹ a LCV pode ser usada na alfabetização de adultos, ainda que uma percentagem importante tenha opinião contrária:

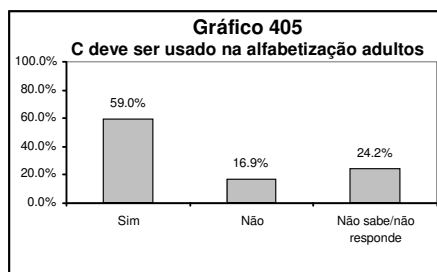


Gráfico 405 – Distribuição das atitudes face à alfabetização na LCV

Esta posição independe do meio e da região¹²⁰ já que ela se mantém tanto para os inquiridos da região de barlavento (54.7%) como para os de sotavento (64.2%), bem como para os do meio urbano (60.6%) e do rural (49.6%), embora sejam importantes as percentagens dos que dizem 'não' por região (barlavento, 17.7%/ sotavento, 15.8%) e por meio (urbano, 16.6%/rural, 18.5%).

Tal como acontece com as funções anteriores, também para a alfabetização de adultos, os argumentos afectivos e estruturais (ser simples e fácil) seguidos dos identitários, estéticos, e sociais superam os utilitários, sendo que daqueles também se verifica que os menos valorizados são 'ser necessário para o crioulo avançar' (estrutural), 'ser um cidadão completo' (identitário) e 'parecer educado/instruído' (social).

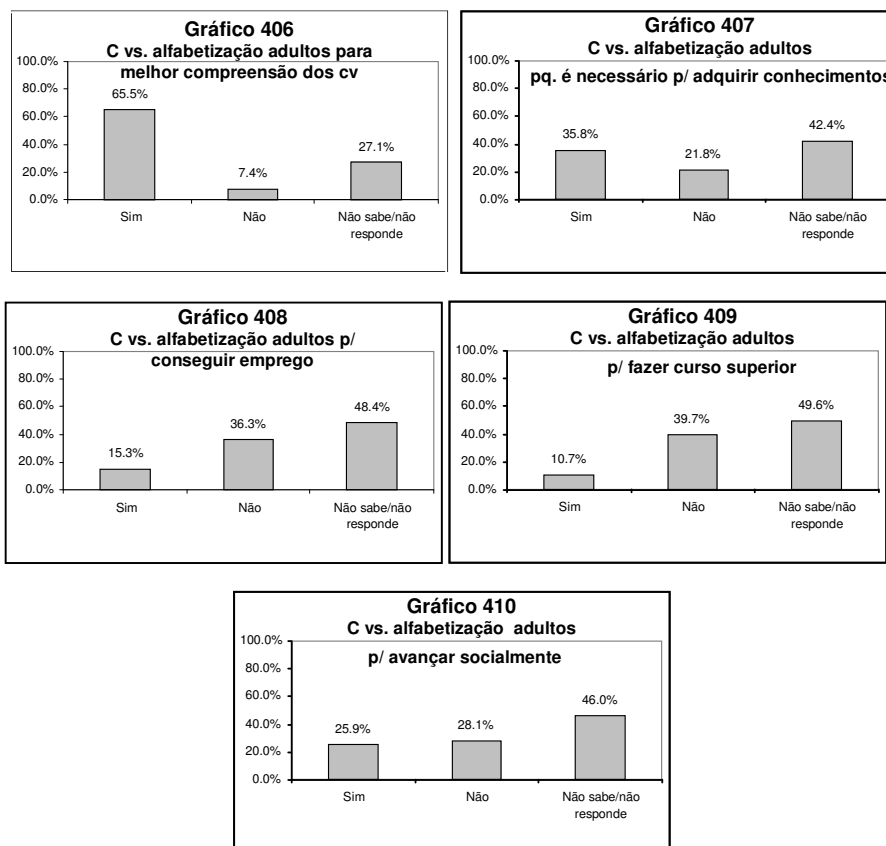
Com efeito¹²¹, e como se ilustra com os gráficos 406 a 410 abaixo, se para os argumentos utilitários, as respostas 'sim' apenas prevalecem em 'ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos' e 'ser necessário para adquirir conhecimentos', as respostas 'não' prevalecem em ser necessário para 'conseguir emprego', 'viajar para outros países' e 'fazer curso superior', com as respostas situando-se entre os valores obtidos pelo primeiro e pelo último. Além disso, as opiniões dividem-se em 'ser necessário para avançar socialmente':

¹¹⁹ Cf. TF E182, Anexo 4

¹²⁰ Cf. TC 6.13. 1. e 2, Anexo 4

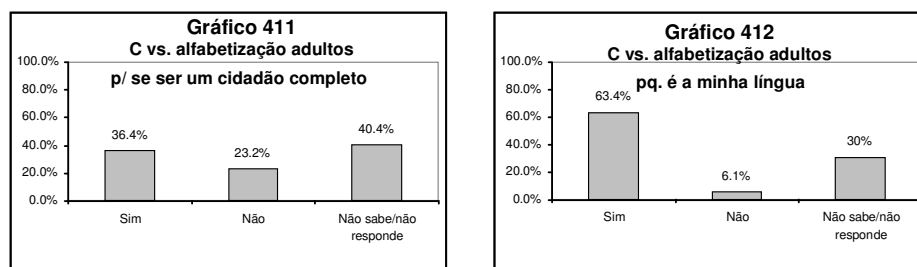
¹²¹ Cf. TF E.183 a 200, Anexo 4

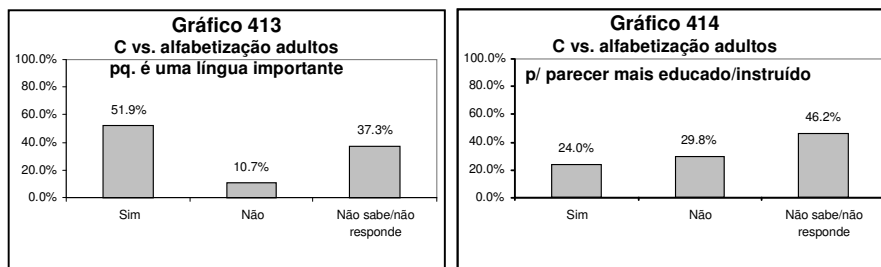
3.1. Análise do questionário



Gráficos 406 a 410 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV na alfabetização de adultos: alguns argumentos utilitários

Diferentemente, nos restantes argumentos (afectivos, identitários, estéticos, sociais e estruturais), e como se ilustra com os gráficos 411 a 414 abaixo, com excepção do argumento social 'parecer mais educado, instruído', prevalecem sempre as respostas 'sim', situadas entre os valores obtidos por 'ser um cidadão completo' e 'ser a minha língua'; e as respostas 'não' situam-se entre os valores obtidos por 'ser a minha língua' e 'ser um cidadão completo'; e, de novo, as opiniões divide-se quanto ao argumento 'parecer mais educado, instruído':





Gráficos 411 a 414 – Distribuição das atitudes face ao uso da LCV na alfabetização de adultos: alguns argumentos afectivos, identitários, estéticos, sociais e estruturais

A análise dos motivos específicos dos que acham que se deve ou não usar a LCV para a alfabetização de adultos ¹²² mostrou que aqueles que acham que a LCV deveria ser usada para esta função seguem de perto os argumentos da generalidade dos inquiridos: os afectivos, estéticos, identitários, sociais e estruturais continuam a ser bastante mais valorizados do que os utilitários; e, como era esperado, os que dizem 'não' já não argumentam com tanta firmeza a favor da LCV em qualquer destes aspectos (cf. a sistematização dos dados em que estes comentários se baseiam no Anexo 12.42.)

Apesar disso ¹²³ tanto aqueles que acham que se deve usar a LCV na alfabetização de adultos como aqueles que pensam o contrário também seguem, no essencial, a generalidade das opiniões dos inquiridos acerca das duas línguas (cf. sistematização dos dados no Anexo 12.43.) quanto aos seguintes pontos de vista:

(i) *estrutural*: a LCV é subvalorizada em todos os itens, pois os valores maiores vão para a LP em 'ter gramática' e 'ser difícil'; ao passo que os valores maiores vão para a LCV em 'não ter gramática' e 'ser fácil';

(ii) *estético*: as duas línguas são igualmente valorizadas uma vez que, em qualquer dos casos, a maioria não admite que qualquer dessas línguas seja 'ridícula' ou 'feia'; antes consideram-nas bonitas, tal como vem sendo apurado;

(iii) *social*:

i) *estatuto de língua*: é menos evidente uma diferenciação das duas línguas, uma vez que reconhecem a ambas o estatuto de língua, assim como negam a ambas os estatutos de 'não ser língua' ou 'ainda não ser língua'; e são bastantes próximos os valores das percentagens dos que consideram tanto à LCV como a LP dialectos, embora elas sejam maiores para a LCV;

¹²² Cf. TC. 6.16.1. a 18, Anexo 4

¹²³ Cf. TC 6.14. 1. a 26. e TC 6.15. 1. a 26, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

ii) *actualidade e modernidade*: a maioria nega que qualquer das línguas seja do passado, valorizando-as igualmente;

iii) *adequação ao estatuto das pessoas*: a LP é mais valorizada do que a LCV pois a maioria considera esta língua mais 'adequada para todas as pessoas'; e embora neguem, maioritariamente, que qualquer delas seja adequada para ignorantes, a maioria considera a LP mais adequada para pessoas instruídas e autoridades;

iv) *adequação à valorização social dos lugares/circunstâncias*: a LP continua a ser considerada mais adequada para todos os lugares/circunstâncias e para as cerimónias e eventos oficiais e a LCV mais adequada para a casa;

(v) *funcional*:

i) *capacidade e potencialidade comunicativa*: a LP é mais valorizada por os inquiridos considerarem que ela é qualitativamente superior à LCV e ainda porque a LP é tida como mais adequada para a comunicação internacional; aqueles que acham que a LCV não deveria ser usada na alfabetização de adultos são mais contundentes quanto à não adequação da LCV para a comunicação internacional;

ii) *utilidade para o desenvolvimento de Cabo Verde*: quer a LCV quer a LCV são consideradas como sendo de interesse para o desenvolvimento de Cabo Verde.

3.1.5.5.3.4. Funções sociais da LCV: uso oficial

A maioria dos inquiridos concorda com a oficialização da LCV, o que não afecta as atitudes descritivas, estéticas, sociais e funcionais face a cada uma das duas línguas e às quanto ao ser-se bilingue e à situação de contacto e à gestão que dizem fazer dela.

Contudo, afecta a atitude afectiva e a relação identidade/uso pois os que acham que a LCV deve ser oficializada fazem um maior investimento na LCV tanto do ponto de vista afectivo como do ponto de vista das atitudes face ao uso. De ressaltar contudo, que um número importante dos que são favoráveis à oficialização da LCV considera que a gestão da situação não é nem engraçada (23.1%) nem simples (13.6%).

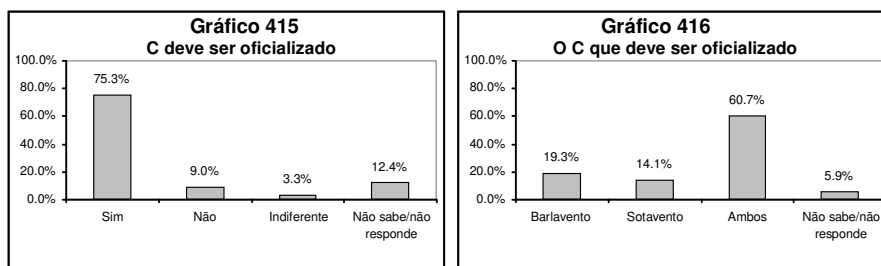
Além disso, e independentemente da região e do meio, os inquiridos acham que devem ser oficializadas as duas variedades regionais (barlavento e sotavento). Esse resultado, por um lado, é consentâneo com o resultado anterior que apontava para dois dialectos veiculares: o de S. Vicente em barlavento e o de Santiago em sotavento (cf. secção 3.1.3.3.5.); e, por outro, conflitua com o facto de ter ficado evidente que a primeira opção de escolha dos inquiridos é o dialecto da sua ilha ou região como

padrão, sendo a posição mais equilibrada do ponto de vista regional uma eventual variedade de Cabo Verde que ocupa a terceira posição (cf. secção 3.1.5.4.).

E, consistentemente com o que se vem observando (cf. secção 3.1.5.2.), a oficialização da LCV visa favorecer, primeiramente, a afirmação da identidade e depois o desenvolvimento estrutural e a valorização estatutária da própria LCV.

3.1.5.5.3.4.1. Uso oficial: abordagem geral

Na verdade¹²⁴, a maioria dos inquiridos acha que a LCV deve ser oficializada e também a maioria acha que devem ser oficializadas as duas variedades regionais (sotavento e barlavento) ao passo que constituem minoria os que acham que deve ser oficializada apenas a de barlavento ou a de sotavento:



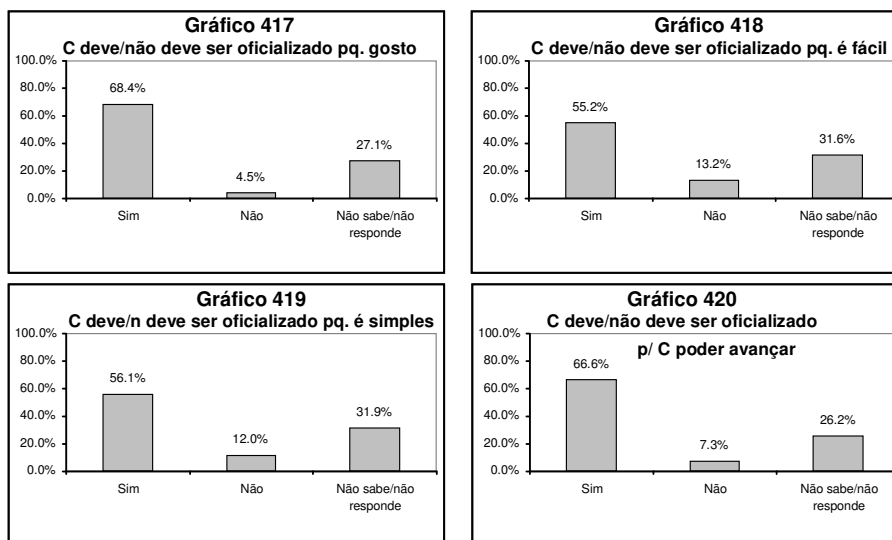
Gráficos 415 e 416 – Distribuição das atitudes face à oficialização da LCV e à variedade regional a oficializar

A oficialização da LCV¹²⁵, como se ilustra com os gráficos abaixo, é justificada mais por argumentos afectivos e estruturais (ser simples e fácil) seguidos dos identitários, estéticos e sociais do que pelos utilitários. De entre os mais valorizados, os que recebem valores mais baixos continuam a ser 'ser necessário para o crioulo avançar' (estrutural), 'ser um cidadão completo' (identitário) e 'parecer educado/instruído' (social).

¹²⁴ Cf. TF. E280 e E281, Anexo 4

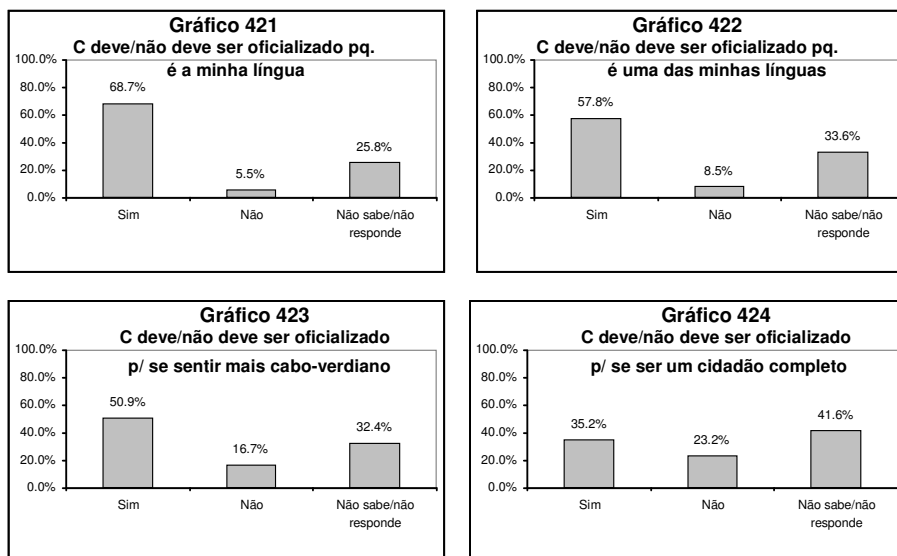
¹²⁵ Cf. TF E. 282 a 299, Anexo 4

3.1. Análise do questionário



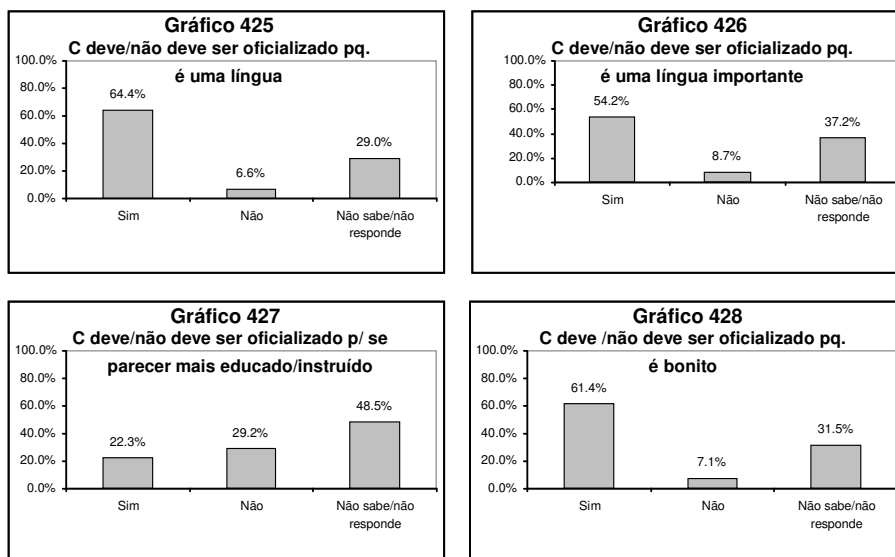
Gráficos 417 a 420 – Distribuição das atitudes face à oficialização da LCV: argumentos afectivos e estruturais

De entre os argumentos identitários, a maioria considera a LCV sua língua, como uma das suas línguas e admite que é para se sentir mais cabo-verdiano e ser um cidadão completo:



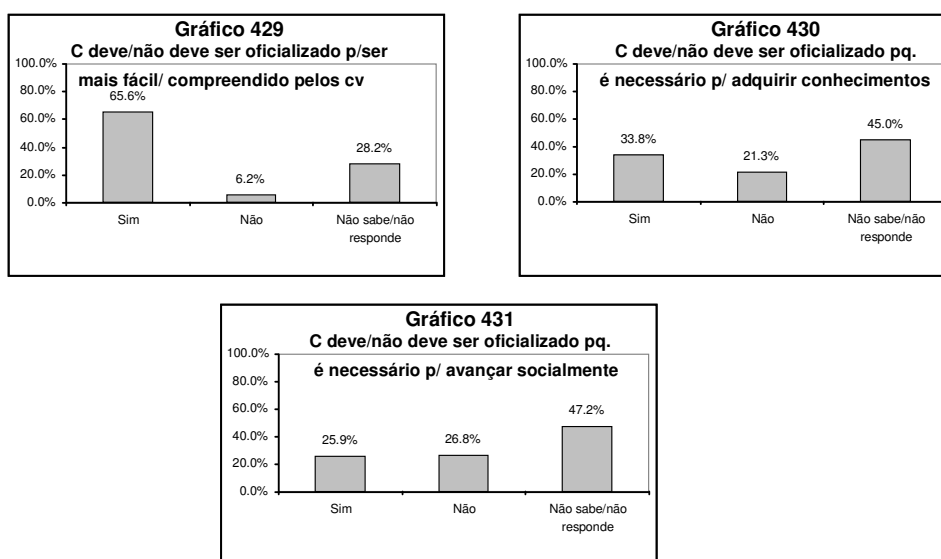
Gráficos 421 a 424 – Distribuição das atitudes face à oficialização da LCV: argumentos identitários

Razões estéticas e sociais também justificam a atitude favorável à oficialização da LCV pois a maioria opta pelo argumento 'ser bonito'; e também a maioria acha que é uma língua e importante, mas as opiniões dividem-se quanto a 'para parecer mais educado e instruído' pois as percentagens dos que negam este argumento e dos que a aceitam são próximas:



Gráficos 425 a 428 – Distribuição das atitudes face à oficialização da LCV: argumentos sociais e estéticos

No que respeita aos argumentos utilitários, as respostas são maioritariamente positivas em 'ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos' e 'ser necessário para adquirir conhecimentos', sendo que apenas neste último caso a percentagem do 'não' é relevante e importante. De resto, a oficialização da LCV não é considerada necessária para conseguir emprego, viajar para outros países, fazer curso superior e avançar socialmente, ainda que no caso de 'ser necessário para avançar socialmente', a percentagem do 'sim' seja praticamente igual ao do 'não':



Gráficos 429 a 431 – Distribuição das atitudes face à oficialização da LCV: argumentos utilitários

3.1. Análise do questionário

A leitura da distribuição das respostas por categorias da P. aberta 109¹²⁶, em que se interpelava os inquiridos a apontar os usos oficiais da LCV, mostra¹²⁷ uma atitude bastante positiva face à LCV e consistência com resultados anteriores que apontavam para os argumentos identitários como os mais valorizados para a aceitação da oficialização da LCV.

Esta conclusão resulta da categoria que obteve mais respostas apontar para a oficialização da LCV por uma questão de identidade bem como da configuração interna das restantes categorias:

(i) as categorias com mais respostas são: i) Para favorecer a afirmação da nação cabo-verdiana, distinta da portuguesa (categoria 2), corroborando as conclusões a que se chegou deste ponto de vista (cf. secção 3.1.5.2.); ii) seguidas das respostas que apontam para o desenvolvimento estrutural e a valorização estatutária da própria LCV (categoria 5), indiciando consciência da desvalorização estrutural e estatutária da LCV (cf. secção 3.1.5.1.), o que pode ser o indício do começo de uma atitude de mudança; e iii) as que apontam para o incremento da intercompreensão entre os cabo-verdianos (categoria 4), tendo em conta o estatuto da LCV como língua nacional (cf. secção 3.1.3.1.6.);

(ii) as configurações das restantes categorias seguem este resultado pois:

i) na primeira posição, embora com valores médios, estão categorias que se relacionam com a afirmação identitária do cabo-verdiano e da própria LCV, como sejam: Para favorecer a afirmação da LCV como factor de identificação do cabo-verdiano no exterior (categoria 7.), Para favorecer o ensino formal da LCV (categoria 8) e subcategorias relacionadas com a oficialização e o desenvolvimento humano e social dos cabo-verdianos e/ou de Cabo Verde (categoria 3);

ii) na última posição, estão categorias que apontam para uma aceitação da situação vigente: Para favorecer a extensão de uso da LCV (categoria 6), Para favorecer o bilinguismo (categoria 10.) e Para favorecer a manutenção da LCV (categoria 9.), o que corrobora a atitude revelada de o bilinguismo ser considerado um dado (cf. secção 3.1.5.1.3.).

Os dados que se reportam a esses comentários são:

¹²⁶ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11

¹²⁷ 71.29% dos inquiridos que acha que a LCV deve ser oficializada responderam à pergunta, fornecendo um total de 956 respostas, sendo que destas apenas 2.62% (categoria 1) diz não saber.

- (i) Categoria 2. Para favorecer a afirmação da nação cabo-verdiana, distinta da portuguesa (366 respostas, i.e., 38.28% delas)> 5. Para favorecer o desenvolvimento e a promoção da própria LCV (154 respostas, i.e., 16.11% delas)> 4. Para favorecer a afirmação da LCV como língua nacional, no território e nas comunidades emigradas (102 respostas, i.e., 10.67% delas);
- (ii) Categoria 7. Para favorecer a afirmação da LCV como factor de identificação do cabo-verdiano no exterior (88 respostas/9.21% delas)> 8. Para favorecer o ensino formal da LCV (86 respostas/9.0% delas); 3 Para favorecer o desenvolvimento humano e social dos cabo-verdianos e/ou de Cabo Verde (83 respostas/8.68% delas);
- (iii) Categoria 6. Para favorecer a extensão de uso da LCV (41 respostas/4.29% delas)> categoria 10. Para favorecer o bilinguismo (6 respostas/0.63% delas)> categoria 9. Para favorecer a manutenção da LCV (5 respostas/0.52% delas).

3.1.5.5.3.4.2. Uso oficial: cruzamento de dados

Para uma análise mais extensiva das atitudes face à oficialização da LCV, os dados concernentes são cruzados ¹²⁸ com outros, como sejam os respeitantes a região e meio, as atitudes face às línguas e as identitárias e ainda as face ao ser bilingue, ao bilinguismo e à situação de contacto.

Assim,¹²⁹ de entre a maioria dos inquiridos que acha que a LCV deve ser oficializada, a maioria pretende que as duas variedades sejam oficializadas tanto na região de barlavento (59.6%) como na de sotavento (61.9%) assim como no meio urbano 861.9%) e no rural (52.4).

E os dados apontam, do ponto de vista das regiões geográficas, que a segunda posição dos inquiridos de barlavento, com bastante distanciamento da primeira, é que seja oficializada a variedade dessa região (29.9%) e identicamente, os de sotavento a de sotavento (25.9%); é irrelevante a percentagem dos de barlavento que apoia a oficialização da variedade de sotavento (3.4%) e a dos inquiridos de sotavento que apoia a oficialização da variedade de barlavento (7.7%).

No que respeita ao meio¹³⁰, e como esperado, já que os inquiridos do meio rural são de barlavento (cf. capítulo 2, 2.1.), como segunda posição os inquiridos pretendem, maioritariamente, que seja oficializada a variedade de barlavento (32.1%); é irrelevante a percentagem dos que, nesse contexto, pretendem que a variedade de sotavento seja oficializada (4.8%); já no meio urbano, as opiniões, após a maioria, dividem-se, uma

¹²⁸ São irrelevantes as percentagens dos que acham que a LCV não deve ser oficializada ou a dos que são indiferentes (cf. TF E280)

¹²⁹ Cf. TC. 6.21.1., Anexo 5

¹³⁰ Cf. TC. 6.21.1.2., Anexo 5

3.1. Análise do questionário

vez que as percentagens são quase iguais: 17.5% pretende a oficialização da “variante” de barlavento e 15.4% a oficialização da de sotavento.

Estes resultados, por um lado, estão em conformidade com os já encontrados (cf. secção 3.1.3.3.5.) que apontavam para dois dialectos veiculares um em barlavento (dialecto de S. Vicente) e outro em sotavento (dialecto de Santiago) e, por outro, conflituam com o evidenciado a partir da análise de uma pergunta aberta: a posição mais equilibrada do ponto de vista regional que é considerar como verdadeira LCV uma eventual “variante” de Cabo Verde (cf. secção 3.1.5.4.), pois, de resto a atitude dos inquiridos é optar pelo falar da sua ilha ou região como norma.

Quanto às atitudes face às línguas, observa-se¹³¹ que a posição positiva face à oficialização da LCV não afecta o que a maioria desses inquiridos pensa de cada uma delas: i) avaliação estética positiva e equilibrada das duas línguas; e ii) maior valorização da LP face a LCV do ponto de vista estrutural e social (cf. leitura dos valores relevantes no Anexo 12.44.).

Porque esses dados concorrem para a confirmação da atitude de valorização da LCV sem rejeição do português, discute-se, a seguir, como se comporta a questão da oficialização da LCV face aos dados que já haviam apontado para essa língua como o instrumento de identidade, embora sem rejeição do português (cf. secção 3.1.5.2.3.).

Assim, discute-se a seguir os resultados dos cruzamentos entre os dados sobre a atitude positiva à oficialização da LCV com os relativos ao modo como os inquiridos percebem, do ponto de vista identitário, as pessoas que sabem (ou não) e usam (ou não) cada uma dessas línguas e ainda com os sobre a identidade e os sentimentos para cada uma das línguas. Ora, esses resultados evidenciam¹³² que há um maior investimento na LCV do que na LP tanto do ponto de vista afectivo como para o uso (o investimento afectivo na LP é qualitativamente médio e o no uso é quase irrelevante).

Na verdade, para os inquiridos que consideram que a LCV deve ser oficializada, ocorre o seguinte:

(i) a maioria julga que um bom cabo-verdiano gosta da LCV e usa mais a LCV do que a LP (entre 77.0% e 95.8%), uma percentagem de valor médio acha que um bom cabo-verdiano gosta da LP (entre 44.2% e 51.0%), ao passo que em qualquer caso é irrelevante a percentagem dos que acham que um bom cabo-verdiano usa mais a LP do

¹³¹ Cf. TCs 6.22.1. a 26 e TCs 6.23.1. a 26,

¹³² Cf. TC 6.24., Anexo 5

que a LCV, tanto de entre aqueles que acham que sim ou não ou daqueles que consideram irrelevante ser preciso falar a língua cabo-verdiana para ser cabo-verdiano como de entre aqueles que acham que se pode ser cabo-verdiano e saber ou não a LCV;

(ii) situação idêntica verifica-se quanto a gostar (de) e usar mais a LP e ser bom cabo-verdiano, uma já que em todos esses casos os valores percentuais maiores vão para 'um bom cabo-verdiano gosta da LCV' e 'um bom cabo-verdiano usa mais LCV do que LP'; ao passo que 'um bom cabo-verdiano gosta de LP' tem valores intermédios; e são irrelevantes os valores percentuais de 'um bom cabo-verdiano usa mais LP do que LCV', com uma única excepção, de entre os que acham que a LCV deve ser oficializada e que é preciso falar LP para ser cabo-verdiano (15.4%).

Ser de opinião que a LCV deve ser oficializada também não muda a opinião dos inquiridos face ao ser-se bilingue¹³³: a maioria de entre os que pensam assim continua a valorizar esse fenómeno como um bem cultural que alarga as possibilidades de comunicação (88.4%) e de avançar socialmente (67.0%) e não como factor de aumento da aptidão cognitiva (apenas 13.4% de entre esses inquiridos acha que as pessoas bilingues são mais inteligentes).

Essa opinião sobre os bilingues por parte daqueles que acham que a LCV deve ser oficializada é confirmada ainda¹³⁴ pelo facto de ela prevalecer tanto de entre os que acham necessário saber mais do que uma língua como de entre aqueles que acham isso bom e natural: em qualquer desses casos, a maioria continua a achar que as pessoas que sabem mais do que uma língua têm mais possibilidade de comunicar com outras pessoas (90.2% /86.9%/92.0%), a seguir acha que elas têm possibilidade de avançar mais depressa socialmente (68.1%/65.8%/71.3%) e, por fim, numa inequívoca terceira posição, consideram que são mais inteligentes do que quem sabe apenas uma língua (11.2%, 16.1% e 16.7%).

Entre os que acham que a LCV deve ser oficializada¹³⁵, a maioria continua a manter uma atitude positiva face à situação de contacto, identicamente ao anteriormente identificado para a generalidade dos inquiridos (cf. secção 3.1.5.1.3.). Isso se verifica tanto do ponto de vista afectivo (gostar), como social (ser engraçado, ser agradável e ser importante) e utilitário, ou seja, enquanto factor de alargamento das possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal e de promoção social (ser útil, ser

¹³³ Cf. TCs 6.26, Anexo 5

¹³⁴ Cf. TCs 6.33., Anexo 5

¹³⁵ Cf. TCs 6.25, Anexo 5

3.1. Análise do questionário

compreendido por maior número de pessoas e viajar para outros países, adquirir conhecimentos, aumentar a possibilidade de emprego, fazer curso superior e avançar socialmente). E não foram postos em evidência constrangimentos do ponto de vista prático, ou seja, da sua gestão a qual os inquiridos consideram ser simples e ainda que sabem sempre quando usar uma ou outra língua em função das pessoas, assuntos, lugares e circunstâncias.

Todas essas questões continuam a receber respostas positivas que vão de 42.1% (viajar para outros países) a 73.0%% (saber usar em função dos lugares/circunstâncias), embora um número importante não o considere nem engraçado (23.1%) nem simples (13.6%); e, de entre os argumentos utilitários o 'não' tenha valor irrelevante apenas em ser útil.

3.1.5.6. Atitudes de manutenção/mudança da situação

As atitudes de manutenção/mudança da situação (cf. capítulo 2, 2.3.1.) têm a ver com a aceitação ou não do *status quo* e a disposição/intenção de o mudar nos seguintes aspectos: i) a (re) organização da situação linguística em Cabo Verde e a manutenção da LP; ii) a reorganização das funções sociais das duas línguas: o estatuto da LP como única língua oficial e o uso das duas línguas na fala e na escrita; e iii) a situação vigente na comunicação social, imprensa escrita, literatura e na área política.

Também se observa a natureza dos argumentos que sustentam essas atitudes e, através do cruzamento dos dados, como estas atitudes afectam outras como sejam: as atitudes face às duas línguas, a relação entre língua (domínio e uso) e identidade (ser cabo-verdiano e ser bom cabo-verdiano) e as atitudes face ao bilinguismo, o bilingue e a gestão da situação de contacto. Os dados da pergunta aberta relevante também são considerados na análise.

3.1.5.6.1. (Re) organização da situação linguística e manutenção LP

Os resultados da análise evidenciam que a preferência dos inquiridos é saber a LCV e a LP e outra (s) língua (s). Além disso, independentemente da região, a maioria é a favor da continuidade da LP, atitude esta que não interfere com outras atitudes como sejam: as face às línguas, à identidade e à situação de contacto.

Quando confrontados com várias possibilidades de organização da situação linguística do país¹³⁶ a maioria dos inquiridos prefere saber a LCV e a LP e outra (s) língua(s), sendo mesmo irrelevantes aqueles que optam pelas outras possibilidades:

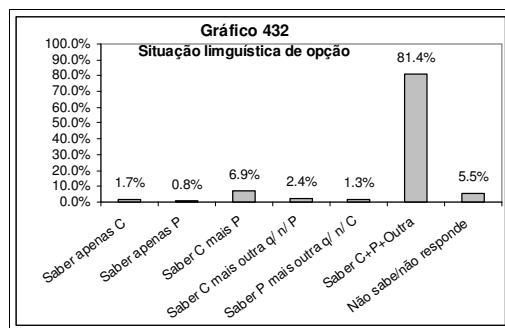


Gráfico 432 – Distribuição das atitudes face à (re) organização da situação linguística

Em consistência com esta atitude,¹³⁷ a maioria dos inquiridos não põe em causa a continuidade da LP em Cabo Verde já que concorda que se deve continuar a usar o cabo-verdiano e o português em Cabo Verde. Essa posição¹³⁸ não distingue os inquiridos de barlavento (81.5%) dos de sotavento (85.8 %), mas quase que distingue os do meio urbano (84.8%) dos do meio rural (75.6%), já que entre os dois valores há uma diferença percentual quase relevante (9.2%).

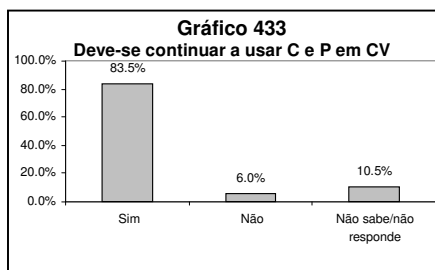


Gráfico 433 – Distribuição das atitudes face à continuidade de uso da LP e da LCV

E ser a favor da continuidade do uso da LCV e da LP em Cabo Verde não afecta o que a maioria dos inquiridos pensa de cada uma das línguas em estudo, não interfere com as atitudes dos inquiridos quanto à relação entre língua (domínio e uso) e identidade e ainda, como esperado, não altera a atitude que têm para com a situação de contacto.

¹³⁶ Cf. TF E116, Anexo 4

¹³⁷ Cf. TF E98, Anexo 4

¹³⁸ Cf. TC 6.7., Anexo 5

3.1. Análise do questionário

Com efeito, quanto às atitudes face às línguas¹³⁹, mantêm-se idênticas as já observadas para a generalidade dos inquiridos já que elas são identicamente valorizadas do ponto de vista estético. Contudo, a maioria dos inquiridos continua a valorizar mais a LP do ponto de vista estrutural, social e funcional; neste último aspecto, as duas línguas recebem valores destacados e próximos em utilidade para o desenvolvimento de Cabo Verde (cf. leitura dos resultados no Anexo 12.45.).

No que tange à questão da identidade, resultados anteriores mostraram que, ao contrário do que ocorre para um bom cabo-verdiano os inquiridos relacionam ser mau cabo-verdiano a não gostar da LCV e a usar mais a LP do que a LCV e não o contrário, mas a gostar da LP (cf. secção 3.1.5.2.).

Ora, os resultados dos cruzamentos entre os dados relativos a continuar a usar a LCV e a LP em Cabo Verde com os das questões relacionadas com a identidade mostram que,¹⁴⁰ para os que acham que se deve continuar a usar a LCV e a LP em Cabo Verde, esses resultados não diferem substancialmente dos encontrados para a generalidade dos inquiridos. Com efeito, verifica-se que também continuam a achar que um bom cabo-verdiano gosta da LCV e da LP e que usa mais a LCV do que a LP e não o contrário (cf. leitura dos resultados nos Anexos 12.46. e 12.47.).

E, resultados de tabelas de cruzamento¹⁴¹ mostram que o que a maioria pensa da situação de contacto (cf. secções 3.1.5.1.) não é afectado pela atitude de achar que se deve continuar a usar a LCV e a LP em Cabo Verde, tanto do ponto de vista afectivo como social e utilitário e também prático (gestão), o que concorre para uma visão das duas línguas como as línguas da comunidade (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.48.).

3.1.5.6.2. (Re) distribuição das funções sociais das duas línguas

Independentemente do meio ou região, a maioria não concorda que a LP seja a única língua oficial, sendo que a valorização que fazem da LP é mais do ponto de vista afectivo e estético do que identitário. Além disso, admitir que a LP não seja a única língua oficial não afecta o que a maioria dos inquiridos pensa a respeito de: a relação

¹³⁹ Cf. TCs 6.3. e TCs 6.4., Anexo 5

¹⁴⁰ Cf. TCs 6.5. e 6.6., Anexo 5

¹⁴¹ Cf. TC. 4.2., Anexo 5

entre língua (domínio e uso) e identidade (ser cabo-verdiano e ser bom cabo-verdiano), o bilinguismo, o ser-se bilingue e a situação de contacto (cf. secções 3.1.5.2. e 3.1.5.1.).

Contudo, uma percentagem importante acha que a LP deve ser a única língua oficial. Neste caso a LP é mais valorizada do ponto de vista social e identitário do que utilitário, apesar de atribuírem à LP, enquanto única língua oficial, sobretudo funções utilitárias: suprir as carências da LCV e evitar eventuais conflitos, favorecer o desenvolvimento pessoal e social e/ou do país e favorecer o alargamento das possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal;

E ainda independentemente da região, a maioria é a favor da continuidade da LP para ler e escrever, embora os do meio urbano sejam mais favoráveis do que os do meio rural a estas atitudes; e quanto à fundamentação, os argumentos afectivos, estéticos, sociais, estruturais e utilitários têm mais peso do que os identitários.

Admitir a continuidade da LP e do seu uso para ler e escrever não afecta o que os inquiridos pensam sobre cada uma das línguas e da relação entre língua (domínio e uso) e identidade (ser CV e ser bom CV) e a posição face ao bilinguismo. E a atitude de continuar a ler e a escrever a LP não afecta as atitudes descritivas, estéticas, sociais e funcionais face às duas línguas e a de a LCV ser usada plenamente (para falar, ler e escrever).

3.1.5.6.2.1. (Re) distribuição das funções sociais das duas línguas: uso da LP como única língua oficial

A corroborar a posição quanto à organização da situação linguística (cf. secção 3.1.5.6.1.) e a atitude favorável para com a oficialização da LCV (cf. secção 3.1.5.5.3.4.) a posição da maioria dos inquiridos quanto ao estatuto de oficialidade do português¹⁴² é que ela não deve ser a única língua oficial, apesar do valor importante dos que têm uma posição favorável a esse respeito:

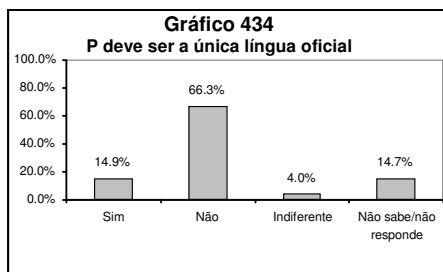
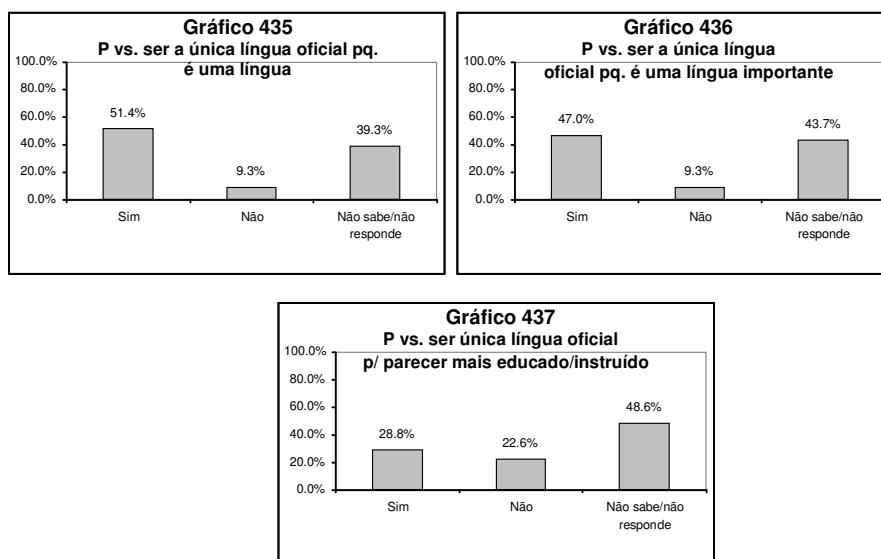


Gráfico 434 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP

¹⁴² Cf. TF E300, Anexo 4

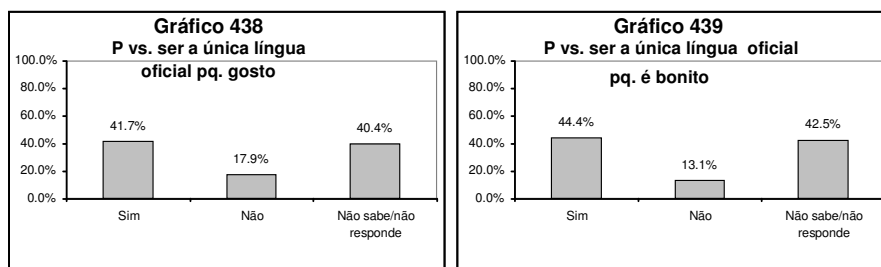
3.1. Análise do questionário

As razões apontadas pela generalidade dos inquiridos para a LP ser ou não a única língua oficial são¹⁴³ primeiramente sociais (com excepção de parecer mais educado), estéticas e afectivas seguidas das estruturais e utilitárias e, finalmente das identitárias (com excepção de 'ser uma das minhas línguas'). No que respeita aos argumentos sociais, a maioria sustenta os argumentos 'ser uma língua' e 'ser importante', mas as opiniões dividem-se quanto a 'parecer mais educado, instruído':



Gráficos 435 a 437 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP: argumentos sociais

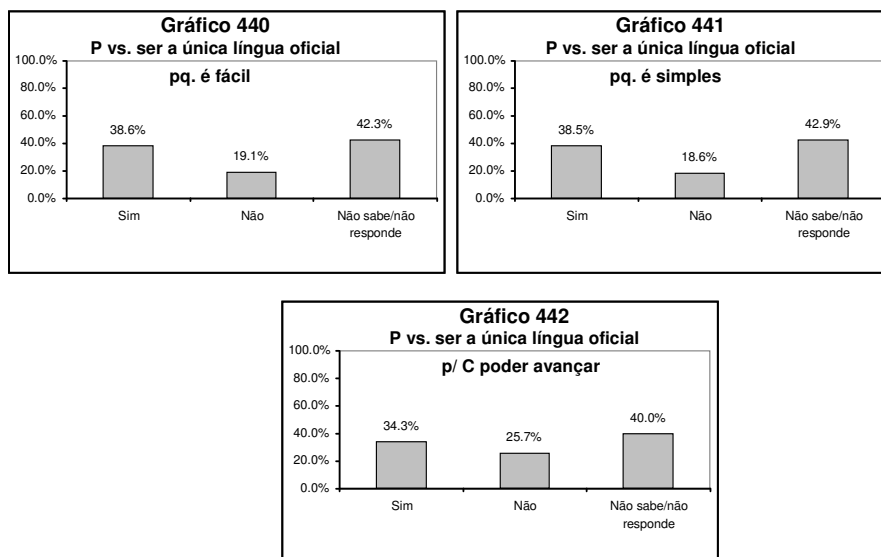
Também a maioria diz que gosta (argumento afectivo) e que é bonito (argumento estético):



Gráficos 338 e 339 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP: argumentos afectivos e estéticos

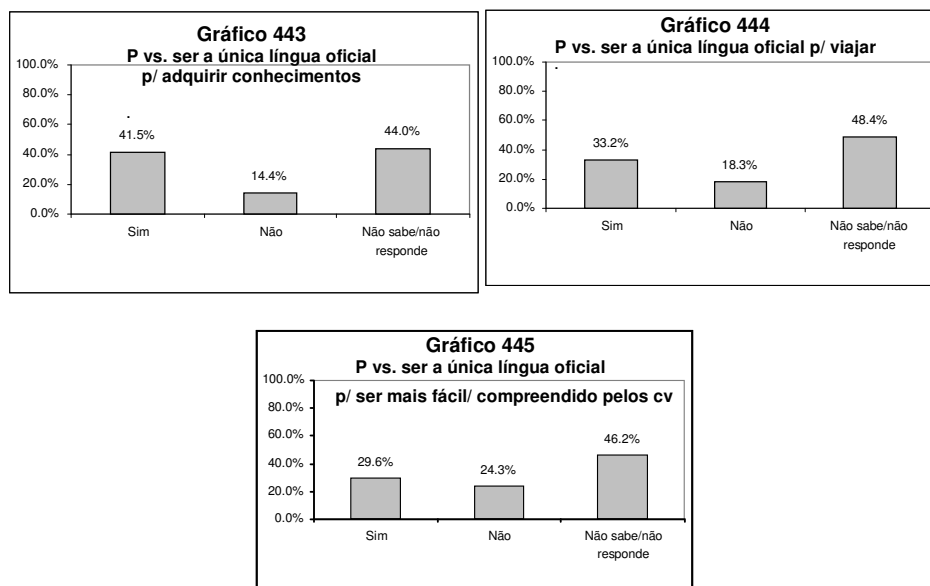
Do ponto de vista estrutural, também prevalece o 'sim' para 'ser fácil', 'ser simples' (38.5%) e 'ser necessário' para o crioulo poder avançar', ainda que as respostas 'não' sejam importantes:

¹⁴³ Cf. TF E. 301 a 318, Anexo 4



Gráficos 440 a 442 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP: argumentos estruturais

Quanto aos argumentos de natureza utilitária¹⁴⁴, eles também obtêm respostas favoráveis e desfavoráveis com valores situados entre os obtidos para 'ser necessário para viajar para outros países' e 'ser necessário para adquirir conhecimentos', e as opiniões dividem-se quanto a 'ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos', o que é mais um elemento a favor da LCV como língua nacional:

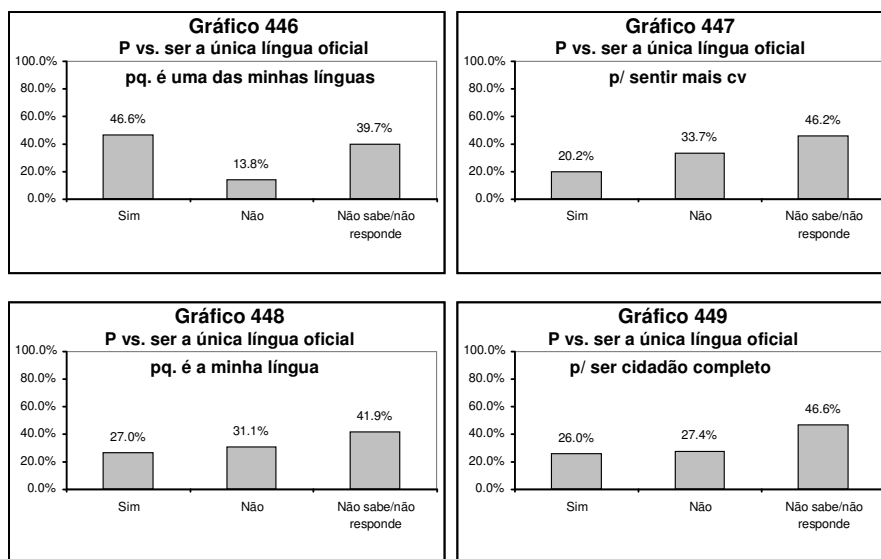


Gráficos 443 a 445 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP: argumentos utilitários

¹⁴⁴ Cf. TFE 314 a 318, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

Já na perspectiva identitária¹⁴⁵ os argumentos não são tão favoráveis ao português pois, se a maioria aceita favoravelmente o argumento 'ser uma das minhas línguas', é o 'não' que prevalece em 'para me sentir mais cabo-verdiano' e em 'ser minha língua', e as opiniões dividem-se em 'para ser um cidadão completo':



Gráficos 446 a 449 – Distribuição das atitudes face à oficialidade da LP: argumentos identitários

Os factores meio e a região não alteram esta posição¹⁴⁶ já que a maioria, tanto de entre os inquiridos de barlavento (65.8%) e de sotavento (67.0%) como do meio urbano (65.8%) e do rural (59.1%), acha que o português não deve ser a única língua oficial.

Os valores para a opinião contrária, ou seja, que o português deve ser a única língua oficial são: 13.7% de entre os inquiridos de barlavento; 16.4% de entre os de sotavento; 15.5% dos de entre os do meio urbano; e 11.8% de entre os do meio rural.

As tabelas de cruzamento¹⁴⁷ mostram de um modo mais fino os fundamentos dos que acham que a LP não deve ser a única língua oficial (63.3% dos inquiridos) e os daqueles que têm opinião contrária (14.9%). Com efeito, verifica-se (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.49.) que os que dizem 'não' continuam a valorizar bastante a LP do ponto de vista afectivo e estético, seguindo-se os sociais em que 'parecer mais educado/instruído' recebe o valor mais baixo e os utilitários e os estruturais e, em última posição, os identitários, com excepção de 'ser uma das minhas línguas' que tem um valor bem alto. Contudo, os argumentos mais valorizados por aqueles que acham que a LP deve ser a única língua oficial são precisamente os

¹⁴⁵ Cf. TF E306, 307, 311 e 312, Anexo 4

¹⁴⁶ Cf. TCs 6.27, Anexo 5

¹⁴⁷ Cf. TC 6.28., Anexo 5

argumentos identitários, a par dos sociais em que 'parecer mais educado/instruído' continua com o valor mais baixo, seguindo-se os estéticos, afectivos e estruturais e, em última posição os utilitários.

E, para além de a atitude favorável ou não face à LP ser a única língua oficial não afectar as atitudes identitárias (cf. secção 3.1.5.2.3.1.), ela também não interfere substancialmente nas atitudes dos inquiridos face ao bilinguismo, ao bilingue e o modo como dizem gerir o bilinguismo. Com efeito:

(i) *bilinguismo*¹⁴⁸: saber mais do que uma língua continua a ser mais valorizado do ponto de vista utilitário pois primeiro ele é considerado necessário (47.3%/48.5%) depois bom (35.3%/33.1%) e, a seguir, esse fenómeno é considerado natural (11.7%) de entre os que acham que a LP não devia ser a única língua oficial; os restantes valores são irrelevantes;

(ii) *ser-se bilingue*¹⁴⁹: continua a ser visto como um bem cultural que alarga as possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal e como um instrumento de promoção social e não como factor de aumento da aptidão cognitiva.

Com efeito, em primeiro lugar, a maioria (88.7% de entre os que dizem não/86.1% de entre os que dizem sim) considera que os bilingues têm mais possibilidades de comunicar com outras pessoas; a seguir considera (67.8%/68.0%) que eles têm mais possibilidades de avançar socialmente; e, numa inequívoca terceira posição que as pessoas bilingues são mais inteligentes do que as monolinguês (13.0% e 15.4%).

(iii) *gestão do bilinguismo*¹⁵⁰: o modo como a generalidade dos inquiridos diz gerir o bilinguismo não é afectado de modo substancial tanto do ponto de vista afectivo (gostar), como social (ser importante ser agradável e ser engraçado), prático (ser simples e saber sempre quando usar uma ou outra língua em função das pessoas, assuntos, lugares e circunstâncias) e ainda do ponto de vista utilitário: ser útil e permitir adquirir conhecimentos, permitir ser compreendido por maior número de pessoas, aumentar a possibilidade de emprego, possibilitar avançar socialmente e facilitar viajar para outros países e permitir fazer curso superior.

Com efeito, todos estes argumentos recebem respostas favoráveis que vão de 73.5% (valor de saber sempre com quem usar LP ou LCV, de entre os que não acham que a LP deve ser a única língua oficial) a 41.2% (valor de ser útil, também de entre os que não acham que a LP deve ser a única língua oficial), apesar de o 'não' receber valores importantes em alguns casos.

¹⁴⁸ Cf. TC 6.30., Anexo 5

¹⁴⁹ Cf. TC 6.31., Anexo 5

¹⁵⁰ Cf. TC 6.32., Anexo 5

3.1. Análise do questionário

A pergunta aberta 112¹⁵¹ visa saber dos inquiridos que acham que a LP deve ser a única língua as funções que ela seria chamada a desempenhar¹⁵². A análise delas mostrou que as categorias com maior número de respostas são as que apontam para uma atitude utilitária para com a LP; além disso, a posição das restantes categorias reforça o resultado quanto à atitude positiva face à LP e ao bilinguismo (cf. secções 3.1.5.1. e 3.1.5.2.)

- (i) As categorias com mais respostas são: 1. Para suprir as carências da LCV e evitar eventuais conflitos (46 respostas/27.22% delas), a que se seguem as categorias 2. Para favorecer o desenvolvimento pessoal e social e/ou do país e a categoria 3. Para favorecer o alargamento das possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal, ambas com 40 respostas, equivalendo a 23.67% delas; (ii) As posições das restantes categorias são: i) numa posição intermédia: categorias 4. Para favorecer a situação vigente de co-presença das duas línguas (19 respostas/11.24% delas) e 5. Para favorecer a manutenção da LP (20 respostas/11.83% delas); e ii) na última posição: categoria 6. Para favorecer o monolinguismo pela substituição da LCV pela LP com apenas 4 citações (2.37% delas).

3.1.5.6.2.2. *(Re) distribuição das funções sociais das duas línguas: ler e escrever*

Resultados anteriores mostraram que a maioria dos inquiridos concorda que a LCV deva ser usada plenamente, ou seja, para falar, ler e escrever, sendo que de entre as razões para uma posição diversa desta (ser usada apenas para uma dessas funções), os argumentos afectivos, identitários, estruturais, estéticos e sociais pesavam sobre os utilitários (cf. secção 3.1.5.5.3.1.).

Por isso, foi-se verificar o posicionamento dos que acham que se deve continuar a usar a LCV e a LP em Cabo Verde face às funções que a LCV deve desempenhar¹⁵³. E os resultados patenteiam que a maioria de entre eles segue a opinião da generalidade dos inquiridos pois acha que a LCV deve ser usada para falar, ler e escrever (61.6%), uma percentagem muito mais alta do que a obtida por 'só para falar' (28.2%) ainda que ela seja importante.

Também a maioria dos inquiridos¹⁵⁴ acha que se deve continuar a usar a LP para ler e escrever (80.6%). Essa é a posição que prevalece¹⁵⁵ tanto de entre os inquiridos de

¹⁵¹ Cf. Anexo 1, “Categorização das Perguntas Abertas”, Anexo 10 e a tabela de “Quantificação das Respostas às Perguntas Abertas”, Anexo 11

¹⁵² Esta pergunta destinava-se aos inquiridos que responderam que a LP deve ser a única língua (14.9%); foi respondida por 63,53% deles que forneceram 169 respostas.

¹⁵³ Cf. TC. 6.1., Anexo 5

¹⁵⁴ Cf. TF E202, Anexo 4

¹⁵⁵ Cf. TC. 6.17., Anexo 5

barlavento (75.9%) como de sotavento (86.35%). Contudo, esse posicionamento separa os do meio rural e do urbano pois enquanto de entre estes últimos a maioria (82.6%) acha que se devia continuar a ler e a escrever a LP em Cabo Verde, de entre os do meio rural essa percentagem é de (68.9%), uma diferença percentual importante (13.7%) portanto.

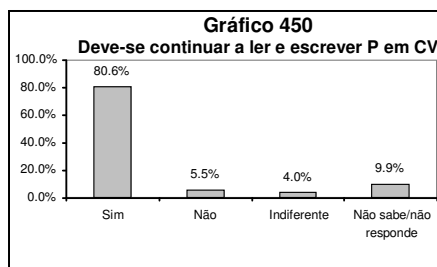
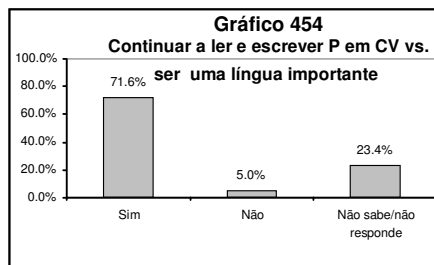
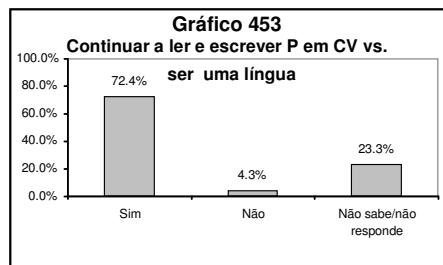
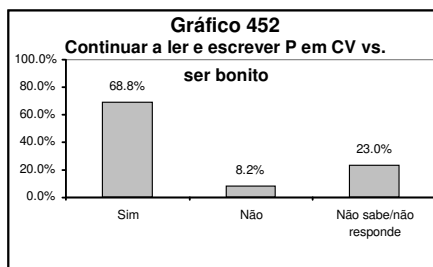
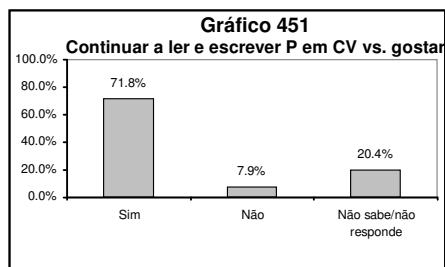


Gráfico 450 – Distribuição das atitudes face à continuidade da LP para ler e escrever

Quanto às razões para se continuar a usar o português para ler e escrever¹⁵⁶, as identitárias têm menos peso face às afectivas, estéticas, estruturais, sociais e utilitários. Com efeito, para os inquiridos deve-se manter a LP para estas funções sobretudo porque gostam (afectivo) e por ela ser uma língua e bonita (estético) e importante e ainda para parecer mais educado/instruído, em que as respostas 'não' atingem um valor bastante importante:



¹⁵⁶ Cf. TF E 203 a 220, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

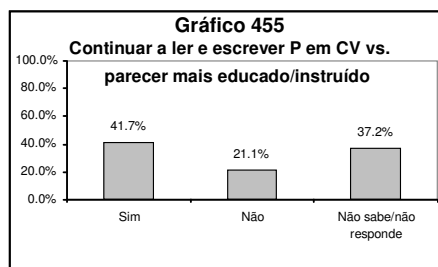


Gráfico 451 a 455 – Distribuição das atitudes face à continuidade da LP para ler e escrever: argumentos afetivos, estéticos e sociais

Estruturalmente¹⁵⁷ os inquiridos, consideram a LP uma língua fácil e simples, sendo que as opiniões se dividem quanto à necessidade de o português exercer essas funções para a LCV poder avançar pois os valores das percentagens do 'sim' e do 'não' são quase iguais; nos outros casos as respostas 'não' são importantes:

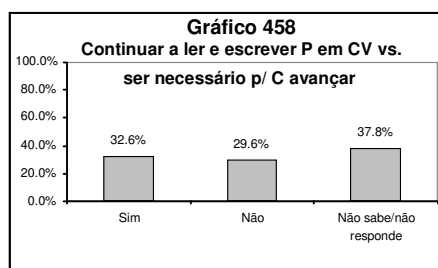
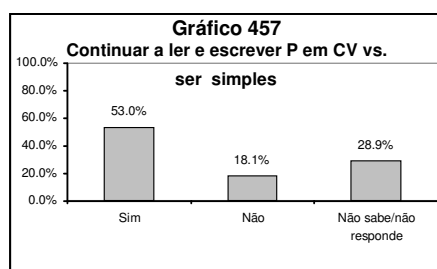
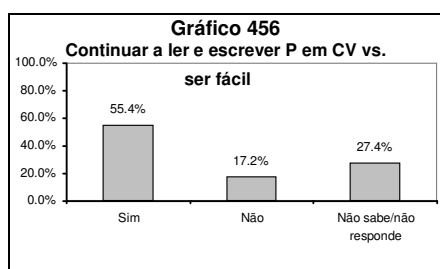


Gráfico 456 a 458 – Distribuição das atitudes face à continuidade da LP para ler e escrever: argumentos estruturais

Quanto aos argumentos utilitários¹⁵⁸ todos recebem resposta favorável, com valores situados entre o obtido por 'ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos' e o encontrado em 'ser necessário para adquirir conhecimentos'; note-se que o 'não' tem valor importante em 'ser compreendido mais facilmente por todos os cabo-verdianos', relevando o facto de a LP não ser tida como língua veicular:

¹⁵⁷ Cf. TF E 205, 206 e 210, Anexo 5

¹⁵⁸ Cf. TF E 212, 216 a 220, Anexo 4

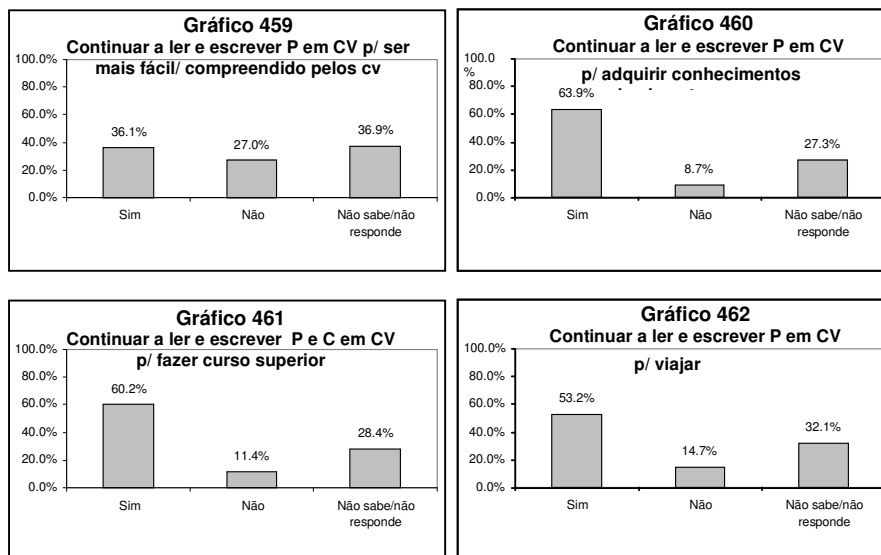


Gráfico 459 a 462 – Distribuição das atitudes face à continuidade da LP para ler e escrever: argumentos utilitários

Em último lugar estão os argumentos identitários¹⁵⁹ em que, com exceção de 'ser uma das minhas línguas' que é escolhido por um número elevado de inquiridos, os restantes argumentos recebem valores mais baixos que vão desde o obtido por 'sentir-se mais cabo-verdiano' o obtido por 'ser cidadão completo':

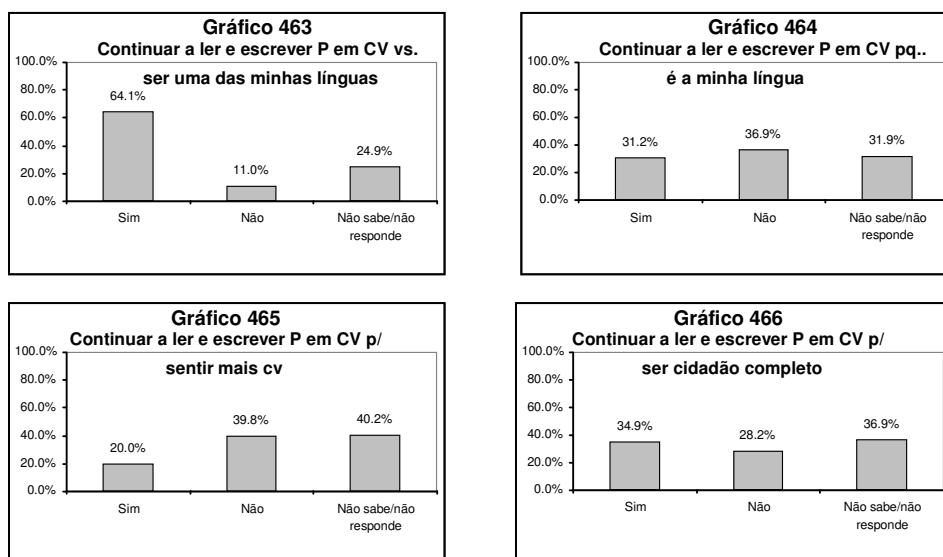


Gráfico 463 a 466 – Distribuição das atitudes face à continuidade da LP para ler e escrever: argumentos identitários

E as tabelas de cruzamento de dados mostram que, em coerência com a opinião prevalecente de que se deve continuar a usar a LP para ler e escrever, o posicionamento

¹⁵⁹ Cf. TFE 208, 209, 213 e 214, Anexo 4

3.1. Análise do questionário

dos inquiridos que acham que se deve continuar a usar a LP para ler e escrever segue a opinião da generalidade dos inquiridos¹⁶⁰ quanto às atitudes face às línguas, à relação entre língua (domínio e uso) e identidade e o bilinguismo. Com efeito: i) as duas línguas são igualmente valorizadas do ponto de vista estético; e ii) a LCV é menos valorizada do ponto de vista estrutural (estatuto de língua), social pois embora as duas línguas sejam identicamente valorizadas do ponto de vista da actualidade e modernidade, a LP é mais valorizada da perspectiva da adequação a todas as pessoas e lugares/circunstâncias) e também do ponto de vista funcional já que apesar de as duas línguas serem consideradas úteis para o desenvolvimento de Cabo Verde, a LP é considerada superior do ponto de vista da capacidade e potencialidade comunicativa e adequação para a comunicação internacional (cf. leitura sistematizada dos resultados no Anexo 12.50.).

As tabelas de cruzamento de dados¹⁶¹ mostram que as atitudes dos inquiridos quanto à relação entre língua (domínio e uso) e identidade não é afectada, tal como já foi verificado noutra circunstância (cf. secção 3.1.5.5.), pelo facto de os inquiridos acharem que sim, se deve continuar a usar o português para ler e escrever em Cabo Verde. Na verdade, verifica-se que a opinião prevalecente para esses inquiridos é que um bom cabo-verdiano gosta da LCV e da LP, mas usa mais a LCV do que a LP e não o contrário, isto é, usa mais a LP do que a LCV¹⁶² (cf. sistematização da leitura dos resultados no Anexo 12.51.)

Além disso, e quanto ao bilinguismo, de entre os inquiridos que acham que se devia continuar a ler e escrever a LP em Cabo Verde¹⁶³ a maioria (66.2%), tal como a generalidade dos inquiridos, acha que o mais comum no mundo actual é falar, ler e escrever mais do que uma língua e, depois, apenas falar mais do que uma língua (27.7%), sendo que as outras possibilidades recebem valores irrelevantes.

¹⁶⁰ Cf. TC. 6.18 e 19, Anexo 5

¹⁶¹ Cf. TC 6.20., Anexo 5

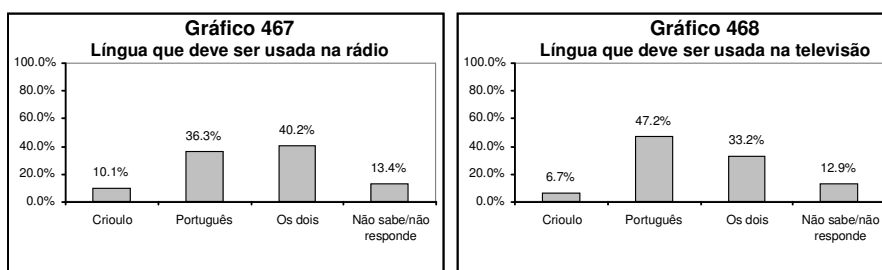
¹⁶² Esta posição ocorre para todas as possibilidades que os cruzamentos proporcionam: quer de entre aqueles que acham que sim ou que não, ou mesmo consideram irrelevante tanto ser preciso falar a LCV para ser cabo-verdiano e que se pode ser cabo-verdiano e não saber LCV como de entre aqueles que acham que não é preciso falar a LP para ser cabo-verdiano e que falar LP e ser cabo-verdiano não têm nada a ver, e ainda que concordam que se pode ser cabo-verdiano e usar LP ou que se pode ser cabo-verdiano e não usar a LP.

¹⁶³ Cf. TC. 4.3., Anexo 5

3.1.5.6.3. Atitudes dos inquiridos face status quo em alguns sectores

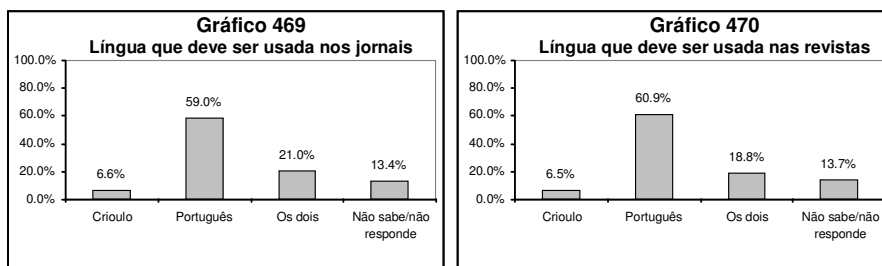
Os inquiridos concordam com a situação vigente de predomínio da LP com aceitação da LCV na comunicação social, na imprensa escrita, na literatura, nas palestras e na área política (cf. nºs 2.1. e 2.3. da secção 3.1.3.5.4; e ainda as secções 3.1.5.2. 2. e 3.1.5.3.4.2.).

Com efeito, as atitudes dos inquiridos são consistentes com a situação vigente na comunicação social¹⁶⁴, ou seja, de predominância da LP, embora com alguma presença da LCV pelo viés do resultado de LCV/LP, sobretudo na rádio:



Gráficos 467 e 468 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas na comunicação social

Também os inquiridos aceitam que a LP seja a língua predominante dos jornais e revistas¹⁶⁵, pois acham que deve ser essa a língua preferencialmente utilizada, embora a posição e valor das duas línguas simultaneamente (LCV/LP) sejam indicativos da cedência ao uso da LCV, coerentemente com a atitude de aceitação da LCV na escrita já detectada (cf. secção 3.1.3.5.):



Gráficos 469 e 470 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas na imprensa escrita

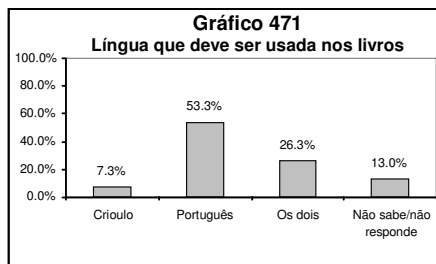
No que respeita aos livros observou-se que o português é, inequivocamente, a língua usada nos didáctico – científicos e, que, no caso dos literários há uma cedência à LCV, via o valor atribuído às duas línguas simultaneamente (cf. secções 3.1.3.5.1. e

¹⁶⁴ Cf. TF E267 e 268., Anexo 4

¹⁶⁵ Cf. TF E 269 e 270, Anexo 4

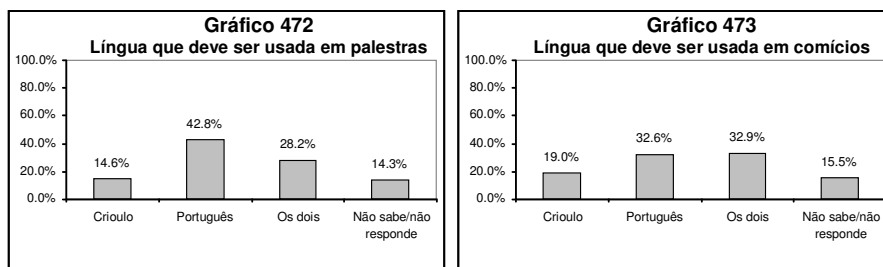
3.1. Análise do questionário

3.1.3.5.2.). Tal situação corresponde à atitude dos inquiridos¹⁶⁶ pois a maioria acha que deve ser o português a língua dos livros, uma percentagem bem importante que as duas podem ser usadas nos livros, sendo irrelevante a percentagem que admite que a LCV seja utilizada neles:



Gráficos 471 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas nos livros

Os inquiridos também consideram que deve ser o português a língua a usar-se nas palestras,¹⁶⁷ embora não rejeitem completamente a LCV, o que também é consistente com observado no uso (cf. secção 3.1.3.2.3.):



Gráficos 472 e 473 – Distribuição das atitudes face ao uso das línguas nas palestras e nos comícios

A análise havia evidenciado uma forte presença da LP na área da política (ouvir, ler e escrever assuntos políticos) e mesmo nos comícios em que a LCV está presente, mas com uma forte tendência para a extensão daquela língua. Observou-se ainda que é a LP que os inquiridos, eles próprios, mais usam para escrever sobre esses assuntos embora usem mais a LCV para falar de assuntos políticos (cf. nº 2.3. da secção 3.1.3.5.4.). Ora, a opinião dos inquiridos¹⁶⁸ também segue esses resultados já que, para eles (cf. gráfico 473 acima) primeiramente, são as duas línguas que devem ser usadas nos comícios, seguindo-se o português com um valor quase igual e, finalmente a LCV).

¹⁶⁶ Cf. TF E271, Anexo 4

¹⁶⁷ Cf. TF E265, Anexo 4

¹⁶⁸ Cf. TF E.266, Anexo 4

3.1.5.7. Síntese das conclusões

Os resultados obtidos para cada tipo de atitudes estão sintetizados em quadros, por área de incidência, para uma melhor visualização. A discussão deles permite responder às perguntas 1 a 3 do objectivo 2: *Quais as atitudes dos falantes face às duas línguas e relativamente a uma eventual relação hierárquica entre elas? Quais os contextos (formal/informal; público/privado) em que entendem ser adequado usar cada uma das duas línguas? A qual das línguas associam particularmente determinados conteúdos conversacionais e determinadas actividades?*

3.1.5.7.1. Atitudes face às línguas enquanto tal

ATTITUDES		LCV	LP
Descritivas	Estruturais	–	+
	Historicidade e autonomia	–	+
Valorativas	Estéticas	+	+
Sociais	Estatuto de língua	–	+
	Actualidade/e modernidade	+	+
	Percepção do estatuto sócio-cultural dos usuários	–	+
	Adequação a pessoas	–	+
	Adequação a circunstâncias	–	+
Funcionais	Potencialidade comunicativa	–	+
	Importância objectiva num contexto de modernidade e desenvolvimento	+	+
	Falar, ler e escrever LCV	+	
	Ensino formal da LCV	+	
	Alfabetização de adultos na LCV	+	
	Uso oficial da LCV	B+S	

Quadro 4 – Resumo das atitudes face às línguas enquanto tal

Como se visualiza no quadro 4 acima e já demonstrado na discussão dos resultados da análise (cf. secções 3.1.5.1. a 3.1.5.3.) a LP é a língua de maior prestígio. Com efeito, independentemente do pai ou de nenhum dos progenitores ter estado alguma vez em Portugal e da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias, a avaliação que eles fazem dela é globalmente mais positiva do que a da LCV, tanto do ponto de vista descritivo (estrutural e de autonomia), como social (estatuto de

3.1. Análise do questionário

língua em si, percepção dos usuários que a usam, adequação a pessoas e circunstâncias) e funcional (potencialidade comunicativa). Contudo, a LCV é tão valorizada como a LP do ponto de vista estético, da sua actualidade e modernidade (social) e do seu interesse para o desenvolvimento de Cabo Verde (funcional).

Além disso, e ainda do ponto de vista funcional, a atitude dos inquiridos são consistente com a atitude de aceitação da extensão da LCV para os domínios formais, mas inconsistente com o que pensam da LCV, com excepção das atitudes positivas apontadas acima. Com efeito, os inquiridos, independentemente do meio e da região, consideram que a LCV deve ser usada plenamente (falar, ler e escrever), no ensino formal, na alfabetização de adultos e oficialmente (oficialização). Esta última função é valorizada sobretudo para favorecer a identidade e, depois, o desenvolvimento estrutural e a valorização estatutária da LCV, sendo que nem mesmo esta atitude de valorização funcional da LCV afecta o que o inquiridos pensam das duas línguas.

Ou seja, tem-se assim, por um lado, uma desvalorização estrutural e social da LCV que é vista como um dialecto e, por outro a sua apreciação funcional. Isso ocorre sobretudo com base em argumentos afectivos e identitários e não nos utilitários, coerentemente com a opinião que têm dessa língua (e desconsiderando os argumentos estruturais, tendo em conta a sua natureza). Esta posição, consistente com a desvalorização da LCV, evidencia um vínculo afectivo e identitário mais forte com essa língua do que o utilitário.

Assim (cf. capítulo 1, 1.1.1. e 1.1.3.1.), com base no critério prestígio, para os jovens, a LP é a língua A (alta) e a LCV a língua B (baixa) ou minoritária, ou seja, aquela que ocupa uma posição subalterna, apesar da sua natureza de língua nacional, no sentido de língua do país porque dominada pela generalidade dos membros da comunidade (cf. secção.3.1.2.3.). Em termos das atitudes, esse resultado confirma a situação como sendo de diglossia (cf. secção 3.1.4.), mormente quando a LP é a única língua reconhecida como oficial ¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Artigo 9.º 1. da Constituição da República de Cabo Verde (1999): «É língua oficial o Português.»

3.1.5.7.2. Atitudes afectivo-emocionais e antropológicas

ATITUDES		LCV	LP
Valorativas	Afectivo-emocionais	+ (falar)	\pm (ler e escrever)
	Identitários	+	\pm
	Culturais	\pm	\pm

Quadro 5 – Resumo das atitudes afectivo-emocionais e antropológicas

Como se vê no quadro 5 e já foi demonstrado (cf. secção 3.1.5.2.) a LCV é a língua do coração (cf. capítulo 1, 1.1.2.1.), ou seja, aquela para a qual é maior o investimento afectivo, e ainda o símbolo da identidade e da cultura, ou seja, a língua nacional também no sentido de ela subsumir os valores vinculados à identidade e à cultura, embora sem rejeição da LP

Com efeito (cf. capítulo 1, 1.1.2.1.), não só o investimento afectivo e a lealdade linguística são maiores para com a LCV como a atitude de oficializar a LCV reforça essa afectividade e a relação identidade/uso: os que acham que a LCV deve ser oficializada fazem um maior investimento na LCV tanto do ponto de vista afectivo como para o uso ao passo que na LP o investimento afectivo é médio e o no uso é quase irrelevante (cf. secção 3.1.5.5.) e ainda as atitudes identitárias não são afectadas pela atitude positiva de continuar a usar a LP para ler e escrever (cf. secção 3.1.5.5.).

A não rejeição da LP é evidente não só porque não se observou nenhuma atitude explícita nesse sentido ou mesmo de vergonha para com essa língua como ainda ficou claro que:

- ler e escrever na LP é também uma questão de afectividade (gostar);
- falar a LCV é sobretudo uma questão de identidade e de afectividade e não de eficácia comunicativa ou prestígio, já que se admite que um cabo-verdiano pode não saber essa língua ou saber apenas a LP por razões ligadas à emigração e se vincula ser bom cabo-verdiano a gostar da LCV e a usar essa língua, admitindo-se contudo que possa gostar (de) e usar a LP;
- do ponto de vista da teoria da acomodação e da perspectiva antropológica (cf. capítulo 1, 1.1.3.2.), os resultados sobre o uso (cf. 3.1.3.5.4.) evidenciam claramente a LCV como símbolo de solidariedade para com os valores dos membros da comunidade (função unificadora da língua) e de lealdade linguística

3.1. Análise do questionário

para com o próprio grupo; não evidenciam, contudo, o uso claro de uma estratégia de distanciamento ou separação linguística face aos falantes de LP (grupo do outro) e, portanto, uma atitude de não marcar as diferenças face ao outro grupo sócio cultural como uma distinção étnica e cultural; e ainda

- a LP é aceite como meio de expressão das manifestações culturais mais eruditas (teatro, literatura e cinema), o que por si é mais um indicador do prestígio conferido à LP; contudo, é evidente a lealdade à LCV como símbolo da identidade, evidenciada na atitude de aceitação dessa língua como de expressão das manifestações culturais mais populares e tradicionais e, portanto, mais vinculadas à especificidade da cultura cabo-verdiana (o desenvolvimento e a extensão que elas tiveram nos últimos anos, sobretudo as do domínio musical, não autorizam que se admita que se trata de aceitar a LCV apenas para exprimir o folclore).

3.1.5.7.3. Atitudes face ao uso das línguas

ATITUDES		LCV	LP
Sociais	De uso das línguas em função do superior estatuto sócio-cultural das pessoas e da valorização social dos assuntos e circunstâncias	–	+
	De escolha de língua em função da língua e/ou dialecto de LCV dominado	Língua nacional	Língua comunicação internacional

Quadro 6 – Resumo das atitudes face ao uso das línguas

O quadro 6 acima permite visualizar os resultados a que se chegou quanto às atitudes dos inquiridos face ao uso das duas línguas, tendo ficado evidente que são as atitudes que determinam o comportamento linguístico (cf. secção 3.1.5.3.). Ou seja, os inquiridos usam a LP nos domínios mais formais e a LCV nos íntimos e informais porque pensam que a LCV é mais adequada para pessoas de estatuto sócio-cultural inferior e para assuntos e lugares/circunstâncias menos valorizados socialmente; e, ao contrário, pensam que a LP é mais adequada para pessoas de estatuto sócio-cultural superior e para assuntos e lugares/circunstâncias mais valorizados socialmente.

As atitudes também são favoráveis à extensão das duas línguas, à LCV como língua nacional (veicular) dos cabo-verdianos, à LP como a língua de contacto internacional e ao uso das duas línguas com falantes bilingues, consistentemente aliás

com a atitude funcional de considerar a LP qualitativamente melhor e mais adequada para a comunicação internacional (cf. secção 3.1.5.5.).

Por isso, e ainda porque para além de ser usada nos domínios íntimos/informais (cf. secções 3.1.3.2.4. e 3.1.3.3.6.) a LCV é a língua da identidade, da afectividade e da cultura mais tradicional e, portanto, da vida interna da comunidade, ela configura-se como um evidente instrumento de coesão, a língua que exerce a função unificadora (associada à convergência) e, portanto, a língua nacional também desse ponto de vista (cf. acima e secção 3.1.5.2.). Portanto, ela pode ser definida como o “*we code*” nos termos de Gumperz (cf. capítulo 1, 1.1.3.2.).

Contudo, e mais uma vez, apesar da lealdade linguística para com a LCV, a LP (cf. acima) não poder ser considerada estritamente o “*they code*”, a língua que exerce a função separadora (sentimento de diferença face a outros) pois existe uma atitude positiva, de não rejeição da LP, enquanto língua da afectividade, da identidade e da cultura (a mais erudita) e para o seu uso com os bilingues, e não apenas uma visão estritamente utilitária dela como língua da escrita e da comunicação internacional.

3.1.5.7.4. Atitudes normativas

ATTITUDES		LCV	LP
Normativas	Norma – padrão	1.º) dialecto da ilha e/ou região 2.º) variedade de CV	Norma subjectiva
	Correcção	Aceitação da interferência lexical	–

Quadro 7 – Resumo das atitudes normativas

O quadro 7, acima, evidencia as atitudes dos inquiridos face à norma e à correcção (cf. secção 3.1.5.4.), atitudes essas que podem ser vistas à luz da consciência linguística especificamente da normativa (cf. capítulo 1, 1.1.2.1.).

Assim, no que respeita à LP é evidente uma consciência normativa assente na crença de que o modo como se fala essa não é o mais correcto. Acredita-se que seja esta crença a geradora de um forte desejo de uso em conformidade com um modelo ideal baseado numa concepção purista de língua. Com efeito, para os jovens esse ideal não é o português europeu nem o brasileiro, nem o de Cabo Verde, mas sim uma norma subjectiva, em discrepância com a competência real, o que, por sua vez, pode gerar

3.1. Análise do questionário

insegurança linguística ou mesmo timidez e complexo de inferioridade e ainda intolerância linguística (cf. capítulo 1, 1.1.2.1.).

Com efeito, não só se rejeita a interferência sintáctica e fónica da LCV na LP como se considera aquela língua como um dos factores que, ao lado do pouco hábito de uso da LP, mais influencia negativamente o grau de correcção na LP. Esse nível de correcção depende, crucialmente, do grau de instrução/nível de aprendizagem e é influenciado positivamente pela intensidade de contacto com a LP (e com os portugueses), a extensão do uso da LP devido ao seu estatuto e, destaque-se, o esforço individual para a observância da norma.

Quanto à LCV a questão da norma põe a nu um conflito latente baseado numa fraca consciência da linguagem, em função da qual cada grupo/ilha está convencido da superioridade ou maior naturalidade do seu dialecto ou da variedade da sua região e que deve ser esse o eleito como ideal de língua (o padrão), desconsiderando razões de natureza social (a sua importância) ou mesmo a sua autonomia face à LP o que aponta para uma consciência etnolinguística de que a LP é parte (cf. secção 3.1.5.2.)

Aliás, esse conflito também é visível na questão da escolha de um dos dialectos para a oficialização para o que, como mostrado (cf. secção 3.1.5.5.), são apontadas as duas variedades veiculares (barlavento e sotavento). Por tudo isso, há que ter em conta a indicação mais equilibrada do ponto de vista regional de uma variedade de Cabo Verde (a totalidade da língua) como norma, sobretudo quando de entre as finalidades que são indicadas para a oficialização (cf. secção 3.1.5.2.) se destaca favorecer a afirmação da identidade.

Quanto à correcção na LCV, aceita-se a interferência lexical da LP sobretudo por razões utilitárias, sendo que as sociais (importância da LP) e de autonomia da LCV face à LP são as que menos pesam do mesmo passo que a atitude é de rejeitar as interferências na LP. Essas atitudes, por um lado, podem ser explicadas pela valorização global da LP e desvalorização global da LCV (Fishman, 1995) e, por outro, apontam para uma atitude de deslealdade linguística para com a LCV o que, na linha de Weinreich (1979) pode não favorecer acções de padronização dessa língua.

3.1.5.7.5. Atitudes sociolinguísticas

ATTITUDES		
Descritivas	Bilinguismo	+
	Ser bilingue	+
	Situação de contacto	+

Quadro 8 – Resumo das atitudes sociolinguísticas

O quadro 8 sintetiza as atitudes sociolinguísticas dos inquiridos (cf. secção 3.1.5.1.). Esta valorização positiva dos elementos configuradores da situação sociolinguística só pode ser entendida como favorável à LP, do ponto de vista do valor que lhe é atribuído no contexto (consciência sociolinguística). Com efeito, consistentemente, ela não é afectada nem pela posição positiva para com a oficialização da LCV nem pela de manter a LP para ler e escrever (cf. secção 3.1.5.6), num quadro em que apenas a LP é valorizada enquanto língua e em que a atitude de manter a LP para ler e escrever não afecta o modo como as duas línguas são vistas.

Na verdade, e sendo a base dessas atitudes fundamentalmente utilitária, só se pode concluir por um vínculo sobretudo utilitário para com a LP, a par de uma não rejeição dela do ponto de vista afectivo e mesmo identitário.

3.1.5.7.6. Atitudes de manutenção/mudança

ATTITUDES		
Manutenção/mudança	Reorganização situação linguística	LCV + LP + outra (s) língua(s)
	Oficialidade apenas p/ LP	–
	Manutenção da LP para ler e escrever	+
	Comunicação social (predomínio LP c/aceitação LCV)	+
	Imprensa escrita (predomínio LP c/aceitação LCV)	+
	Literatura (predomínio LP c/aceitação LCV)	+
	Palestras e área da política (predomínio LP c/aceitação LCV)	+

Quadro 9 – Resumo das atitudes de manutenção/mudança

O quadro 9 dá conta das atitudes de manutenção/mudança (cf. secção 3.1.5.6.) que, consistentes com as atitudes sociolinguísticas, são favoráveis ao multilinguismo – LCV + LP + outra (s) língua (s) – e à manutenção da LP na escrita, embora não com o estatuto de única língua oficial.

3.1. Análise do questionário

O vínculo mais afectivo do que identitário para com a LP torna-se ainda mais evidente quando a maioria (independentemente do meio ou região) lhe recusa o estatuto de única língua oficial, mas continua a valorizá-la mais do ponto de vista afectivo e estético do que identitário, mormente quando esta recusa não afecta a relação entre língua e identidade, o bilinguismo, o ser-se bilingue e a situação de contacto.

Ademais, o vínculo identitário juntamente com uma visão utilitária são evidentes por parte do subgrupo importante que embora queira a LP como única língua oficial, valorizando esta língua mais do ponto de vista social e identitário do que utilitário, lhe atribui, enquanto única língua oficial, sobretudo funções utilitárias de complementaridade à LCV: suprir as carências da LCV e evitar eventuais conflitos, favorecer o desenvolvimento pessoal e social e/ou do país e favorecer o alargamento das possibilidades de comunicação e de relacionamento interpessoal.

A atitude favorável à continuidade da função de escrita (ler e escrever) para a LP, independentemente da região, mas um pouco mais forte por parte dos inquiridos do meio urbano, e que não afecta o modo como os inquiridos vêem as duas línguas, também é consistente com a atitude de uma maior valorização da LP enquanto língua e também com as atitudes sociolinguísticas. Isso, aliado à posição de oficializar a LCV demonstra uma forte consciência sociolinguística, mormente quando a atitude face à continuidade das funções de ler e escrever para a LP não afecta a relação língua identidade (lealdade para com a LCV).

Além disso (cf. secção 3.1.5.6.), os inquiridos concordam com o *status quo*, ou seja, o predomínio da LP com aceitação da LCV na comunicação social, na imprensa escrita, na literatura, nas palestras e na área da política.

Na secção seguinte, o objecto de análise são as entrevistas, tendo em vista elucidar o comportamento e as atitudes dos falantes adultos. Os resultados obtidos são confrontados com os dos os falantes jovens e, assim, a interpretação conjunta destas perspectivas permitirá uma melhor compreensão da radiografia sociolinguística de Cabo Verde (cf. capítulo 2, 2.3.2.2).

3.2. Análise das entrevistas

Nesta secção apresenta-se a análise de conteúdo das entrevistas constantes do anexo 9 (15 dos líderes e 14 dos professores), considerando-se os seguintes aspectos: 1. Perfil linguístico; 2. O uso das duas línguas e 3. As atitudes.

A análise foi feita a partir de um levantamento em que foram considerados os temas constantes do Anexo 13, “Temas para análise das entrevistas” em que as diferentes categorias identificadas durante a análise estão ilustradas por excertos significativos transcritos das entrevistas (cf. capítulo 2, 2.3.2.2.). De notar ainda que os temas foram abordados por quase todos os entrevistados, havendo apenas um ou outro caso em que tal não acontece sem que, contudo, o número dos não respondentes ponha em causa a leitura global. Na verdade, na maior parte desses casos, mesmo que não explicitado claramente, esse posicionamento poderia ser deduzido da posição global do informante, embora se tenha optado, por uma questão de fiabilidade, por considerar o tópico como não respondido.

Foram produzidas tabelas que resumem os resultados obtidos, para uma melhor visualização; na interpretação desses resultados foram tidos como referência os mesmos instrumentos usados para a interpretação dos dados do questionário: a configuração dos domínios, a escala de domínios; a escala de tendência de extensão das línguas; a tipologia de atitudes; e a tipologia dos textos lidos e produzidos (cf. capítulo 2, 2.3.1.).

A expectativa é que o balanço dos consensos e contradições entre os dois grupos de referência, os falantes jovens e os falantes adultos permita elaborar a radiografia sociolinguística que se pretende da situação actual e das perspectivas de mudança.

3.2.1. Perfil linguístico dos falantes adultos

Nesta secção, desenha-se o perfil linguístico dos falantes adultos, através do apuramento da sua língua materna (ou línguas, no caso dos bilingues) e, na fase actual, da sua proficiência nas duas línguas.

Assim e tal como para os falantes jovens, os resultados obtidos quanto à aquisição (ordem, contexto e grau de contacto com a LP e/ou LCV) e auto-avaliação da

proficiência nas línguas cabo-verdiana e portuguesa fornecem informações para responder, no que respeita aos falantes adultos, às primeiras três perguntas do objectivo 1 deste trabalho: (i) *Existem falantes monolíngues em LP e ou LCV?* (ii) *Nos bilingues, há uma língua predominante? Foi essa a língua adquirida primeiro, no seio familiar?* (iii) *Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença?*

3.2.1.1. Fase de aquisição e/ou aprendizagem das duas línguas

Os resultados referentes à aquisição das duas línguas por parte dos falantes adultos (ordem, contexto e grau de contacto com a LP e/ou LCV), evidenciam que entre eles não existem monolíngues da LCV e/ou da LP. Efectivamente, todos se referem à circunstância de terem aprendido as duas línguas, ainda que com predominância da aquisição da LCV como LM, no seio familiar, e, inversamente, da LP como L2, em contexto formal. Destaca-se a circunstância de um dos líderes que adquiriu simultaneamente as duas línguas ser filho de pai português e de mãe cabo-verdiana e o facto de a aprendizagem de apenas a LP como LM ter acontecido num outro país africano de língua portuguesa:

Aquisição das línguas como LM	Líderes	Profs.	Total	%
Aquisição LCV como LM	12	12	24	82.76%
Aquisição simultânea das duas línguas	2	1	3	10.34%
Aquisição LP como língua materna	1	1	2	6.90%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 7 – Resumo dos resultados sobre as formas de aquisição das duas línguas

De entre os inquiridos que aprenderam a LCV como LM, prevalece o baixo contacto com a LP (comunicação social e/ou local de culto e/ou com alguém), seguido dos que apontam para um contacto médio (locais de culto e comunicação social, com adultos e funcionários do Estado do meio envolvente, incluindo algumas tentativas de falar quando abordado por falantes de LP); e, finalmente os que mencionam um contacto nulo com a LP:

Grau de contacto com a LP	Líderes	Profs.	Total	%
Baixo contacto	5	7	12	50.00%
Médio	6	3	9	37.50%
Nulo	1	2	3	12.50%
Total	12	12	24	100.00%

Tabela 8 – Resumo dos resultados sobre o grau de contacto com a LP na fase de aquisição da LCV

3.2.1.2. Auto-avaliação da proficiência nas duas línguas

O bilinguismo dos falantes adultos, atestado na secção anterior, é confirmado pelo facto de, questionados sobre a língua em que exprimem melhor as suas ideias, a maioria dos inquiridos considerar que se exprime de igual modo nas duas línguas no que é imediatamente seguida por aqueles que acham que depende do assunto e/ou da circunstância (cf. tabela 9, abaixo). Nesta última categoria, um dos líderes relaciona a LCV com a emoção, o sentimento e a LP com a razão e o intelecto, o que outros líderes também farão no contexto das atitudes afectivo-emocionais, de uso, normativas face à LP e de manutenção/mudança¹. De resto, os entrevistados afirmam exprimir melhor as suas ideias na LCV e, com valor mais baixo, na LP:

Capacidade de expressão	Líderes	Profs.	Total	%
Igual nas duas línguas	7	3	10	34.48%
Depende	3	6	9	31.03%
Melhor na LCV	1	5	6	20.69%
Melhor na LP	4	0	4	13.79%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 9 – Resumo dos resultados sobre a capacidade de expressão nas duas línguas

Além disso, inquiridos sobre a sua segurança/insegurança no uso das duas línguas, os falantes adultos dividem-se entre sentir-se igualmente à vontade nas duas línguas e sentir-se mais à vontade na LCV; os líderes estão em maior número no primeiro caso e os professores no segundo. De ressaltar que um dos líderes explica o maior à vontade na LCV pelo comportamento auto vigiado na LP, ainda que afirme ter vindo a adoptar um comportamento também intencionalmente auto vigiado na LCV e que apenas um dos líderes diz sentir-se mais à vontade na LP:

¹ Cf. Secções 3.2.4.2., 3.2.4.3., 3.2.4.4.2. e 3.2.4.6.2.

Capítulo 3.2. Análise das entrevistas

Segurança/insegurança	Líderes	Profs.	Total	%
Igualmente à vontade nas duas línguas	9	4	14	48.28%
Mais à vontade na LCV	4	10	14	48.28%
Mais à vontade na LP	1	0	1	3.45%
Não opina	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 10 – Resumo dos resultados sobre segurança/insegurança no uso das duas línguas

Quanto à auto-avaliação da proficiência oral e escrita, nas duas línguas, e com relativo equilíbrio entre os líderes e os professores, a maioria dos falantes adultos diz ter melhor domínio da LP na escrita (ler e escrever), ainda que nesta categoria, os líderes considerem ter igual domínio das duas línguas na oralidade e os professores melhor domínio da LCV. Os restantes entrevistados dizem ter um domínio equivalente das duas e, em número bastante reduzido, dominar melhor a LP, mesmo na oralidade e ter algum domínio da escrita da LCV:

Domínio comparado das duas línguas	Líderes	Profs.	Total	%
Melhor domínio da LP na escrita (ler e escrever)	10	12	22	75.86%
Domínio equivalente das duas línguas na oralidade e na escrita	3	1	4	13.79%
Melhor domínio da LP, mesmo na oralidade	1	1	2	6.90%
Algum domínio da escrita da LCV	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 11 – Resumo dos resultados sobre a auto-avaliação da proficiência oral e escrita

No que respeita estritamente à LCV, predomina dominar apenas o dialecto de LCV da sua ilha e depois o da sua ilha mais a variedade da região diferente dessa ilha:

Dialecto de LCV dominado	Líderes	Profs.	Total	%
Dialecto de LCV da sua ilha	7	6	13	44.83%
Dialecto de LCV da sua ilha + variedade da região diferente do dessa ilha	5	5	10	34.48%
Mistura dos dialectos	3	3	6	20.69%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 12 – Resumo dos resultados sobre o dialecto de LCV dominado

De destacar que prevalece o domínio do dialecto da ilha de Santiago (onde os entrevistados vivem), sendo que um número importante e igual para ambos os subgrupos se refere a uma mistura dos dialectos, o que será retomado e/ou referido por professores e referido por outros líderes².

² Cf. secções 3.2.2.4.1 e 3.2.4.4.1 para os professores e 3.2.2.4.1.1. para os líderes.

3.2.2. O uso das duas línguas

Desenhado o perfil geral dos falantes adultos na fase de aquisição da linguagem, aprofunda-se a compreensão do seu comportamento linguístico destes falantes, nos espaços privados e públicos em que se movem e os factores que condicionam as suas escolhas linguísticas (interlocutores, situações, assuntos, etc.). Assim, foram obtidas informações sobre o uso das duas línguas nas redes de comunicação dos entrevistados, a frequência e duração de uso de cada uma delas, a distribuição desse uso por domínios (íntimos, informais e formais) e se existe compartimentalização de uso das duas línguas ou se ocorre extensão de uso da LCV, da LP ou de ambas e os factores determinantes dessa escolha.

Os resultados relativos aos falantes adultos serão confrontados com os obtidos para o grupo dos jovens e a sua interpretação conjunta será crucial para a radiografia sociolinguística de Cabo Verde, respondendo-se cabalmente às restantes perguntas de pesquisa do objectivo 1, ou seja: (iv) *Qual a língua predominante, nos bilingues, a partir do momento em que o seu universo de socialização se alarga?* e (v) *Existe alternância de códigos (language choice; code-choice; code alternation; choice-switching; situational switching) extensiva?*

3.2.2.1. Abordagem geral: as redes sociais e as escolhas linguísticas

Para uma abordagem geral do comportamento linguístico dos entrevistados na oralidade, usa-se o conceito de redes de comunicação (cf. capítulo 1, 1.1.2.3.). Os resultados mostram que, para além do espaço estrito da família, desconsiderado neste momento, as redes sociais dos entrevistados líderes e a dos professores de português do ensino secundário integram:

(i) pessoas de ambos os sexos, com predominância de pessoas da idade dos entrevistados e de nacionalidade cabo-verdiana, há muito residentes na capital do país e bastantes vezes de origem rural, sobretudo para o caso dos professores. Em função da sua formação (superior) e do cargo que desempenham ou da profissão, o estrato social é alto, médio-alto e médio-médio; no que respeita aos professores predomina este último estrato, composto quase que integralmente por outros professores do ensino secundário apontados como colegas de trabalho e/ou amigos;

Capítulo 3.2. Análise das entrevistas

(ii) assuntos de conversação diversificados (pessoais, informais, formais, políticos, sociais, de natureza profissional e técnica), sendo que os líderes se distinguem por referir explicitamente assuntos de carácter cultural, musical, literário e linguístico;

(iii) contextos de interacção formais com predominância do ambiente de trabalho e do ambiente de eventos culturais, referidos especificamente pelos líderes, mas também íntimos (casa) e informais (vizinhança e conversas ao telefone);

Entre os entrevistados-líderes, a distribuição do uso das duas línguas é complexa, verificando-se diferentes subgrupos consoante predomina o uso da LCV, da LP ou o uso simultâneo das duas, sendo que para 3 dos entrevistados houve que fazer uma avaliação global da situação predominante:

Uso das duas línguas	Líderes
Uso exclusivo ou predominantemente da LCV	5
Uso das duas línguas	5
Uso exclusivo ou predominante da LP	4
Uso específico para cada um dos elementos da sua rede de comunicação	1
Total	15

Tabela 13 – Resumo dos resultados sobre o uso geral das duas línguas pelos líderes

Conjugados estes factores, configuram-se, para o subgrupo dos líderes, três redes comunicacionais que se sobrepõem: uma profissional, dominada pelo ambiente de trabalho, uma informal e uma outra, cultural, ainda que bem menos referida. Como os valores constantes da tabela 14 abaixo deixam ver, a tendência é de a LCV prevalecer tanto na rede profissional como na informal, seguindo-se-lhe o uso das duas línguas, e, finalmente a LP; na rede cultural predomina a LP:

Redes sociais líderes	LCV	LP	LCV + LP	Referências
Profissional	5	2	5	12
Informal	6	2	5	13
Cultural	–	1	2	3
Total	11	5	12	28

Tabela 14 – Resumo dos resultados sobre as redes sociais dos líderes

As redes comunicacionais destes professores são menos complexas já que elas integram sobretudo outros professores. Com eles, este subgrupo de entrevistados interage em contextos informais e formais e sobre assuntos formais e informais. Conjugando esses elementos, desenham-se duas redes de comunicação para esse subgrupo: uma formal/profissional cujo contexto é o ambiente de trabalho e uma

informal porque em contextos informais. Nenhum dos professores diz usar exclusivamente a LP (desconsiderou-se para este efeito o uso desta língua com colegas e/ou amigos - professores de outras nacionalidades que não dominam a LCV); contudo, é menor o número dos que dizem usar a LCV em qualquer dessas duas redes e para qualquer tipo de assunto do que o daqueles que usa as duas línguas, ou seja, a LCV para assuntos íntimos e informais e a LP para os de natureza técnico e profissional:

Redes sociais dos professores	LCV	LP	LCV + LP	Referências
Profissional	6	0	8	14
Informal	6	0	8	14
Total	12	0	16	28

Tabela 15 – Resumo dos resultados sobre as redes sociais dos professores

Assim, tem-se que é a LCV a língua que predomina nos sistemas de comunicação quotidiana dos falantes adultos, para além da família, com destaque para o uso dessa língua nas redes formais dos líderes e dos professores, apontando, desde já para uma extensão da LCV para o domínio formal; apenas entre os líderes surge a menção do uso exclusivo da LP. De entre os que, deste subgrupo, dizem usar as duas línguas, é mais importante o número global daqueles que diz usar a LP na sua rede informal do que o dos professores, embora estes também usem a LP nessa rede quando se trata de interagir sobre assuntos técnico-profissionais. Ou seja, de um modo geral, os líderes usam mais a LP do que os professores, não considerando o contexto de sala de aula que será analisado especificamente.

Além disso, e desconsiderando um dos entrevistados-líderes que não responde objectivamente à questão, para os adultos, a LCV é a língua falada com mais frequência e duração, categoria em que todos os professores estão incluídos, seguindo-se-lhe a LP, com apenas entrevistados do subgrupo dos líderes, e finalmente, as duas línguas:

Frequência e duração	Líderes	Profs.	Total	%
LCV com mais frequência e duração	9	14	23	79.31%
LP com mais frequência e duração	3	0	3	10.34%
As duas línguas igualmente	2	0	2	6.90%
Não opina	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 16 – Resumo dos resultados sobre a frequência e duração de uso das duas línguas no modo oral

3.2.2.2. O uso das línguas por domínios

Esta secção trata as evidências sobre o modo como se distribui o uso das línguas pelos diferentes domínios (íntimos, informais e formais), considerando os factores pessoas, assuntos, lugares e circunstâncias e intenções comunicativas.

3.2.2.2.1. Domínios íntimos

Nos domínios íntimos predomina a LCV, com alguma extensão da LP pois a maioria dos entrevistados se refere ao uso exclusivo da LCV, seguidos dos que apontam algum uso da LP nesses domínios, algumas vezes bastante esporadicamente; apenas um dos líderes se refere ao uso quase exclusivo da LP em todas as situações:

Uso das línguas nos domínios íntimos	Líderes	Profs.	Total	%
LCV em exclusivo	10	8	18	62.07%
Algum uso da LP	4	6	10	34.48%
LP quase em exclusivo	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 17 – Resumo dos resultados sobre o uso das duas línguas nos domínios íntimos

3.2.2.2.2. Domínios informais

A maioria dos falantes adultos usa a LCV nos domínios informais, como se representa na tabela 18 e considerando que um dos líderes entrevistados fala normalmente a LP:

Uso das línguas nos domínios informais	Líderes	Profs.	Total	%
Predominância da LCV	10	13	23	79.31%
As duas	4	1	5	17.24%
Uso quase exclusivo da LP	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 18 – Resumo dos resultados sobre o uso das duas línguas nos domínios informais

3.2.2.2.3. Domínios formais

A LP predomina nos domínios formais, embora com uma forte extensão da LCV pois a maioria dos falantes adultos se refere a um uso bastante forte da LCV quando um número mais baixo diz usar a LP quase que exclusivamente.

Contudo, essa extensão da LCV é mais forte por parte dos entrevistados-líderes do que pelos professores. Com efeito, enquanto os professores, maioritariamente, dizem usar a LP no formal e minoritariamente, usar também a LCV, os líderes não só constituem a maioria dos que dizem também fazer uso da LCV nos domínios formais

como também a minoria dos que dizem usar apenas a LP, além de que um deles diz usar a LCV quase que exclusivamente:

Uso das línguas nos domínios formais	Líderes	Profs.	Total	%
Uso da LP, com extensão da LCV	12	5	17	58,62%
Uso da LP	3	9	12	41,38%
Total	15	14	29	100,00%

Tabela 19 – Resumo dos resultados sobre o uso das duas línguas nos domínios formais

A compreensão das atitudes de uns e outros contribuirá para esclarecer esse diferente comportamento entre o subgrupo dos líderes e o dos professores (cf. secção 3.2.5.) Contudo, não será irrelevante o facto de os contextos formais referidos pelos professores praticamente se circunscreverem à escola, contexto de uso em que, como se mostrará adiante (cf. secção 3.2.2.3.2.), as duas línguas dividem o espaço tal como já havia sido verificado para os jovens: a LP predomina na interacção professor/aluno, na sala de aula e fora dela e a LCV nos restantes espaços e interacções que nela ocorrem (cf. nº 4 da secção 3.1.3.2.4.).

De destacar ainda, neste contexto, a referência por um dos líderes ao facto de a LCV ter adquirido algum prestígio devido ao seu uso nas repartições pela geração da independência, já que na dele, entre os alunos e no espaço do liceu, era obrigatório usar a LCV, sendo que a extensão de uso das línguas pelas diferentes gerações será ainda retomada por outros entrevistados (cf. secção 3.2.2.4.1.).

3.2.2.3. Extensão do uso das duas línguas

Na secção anterior ficou evidente a não compartimentalização estrita das duas línguas por domínios. Nesta, aborda-se mais evidências da extensão da LP para os domínios íntimos e informais e da LCV para os formais, considerando, especificamente algumas das áreas de actividade dos entrevistados como sejam a política, a comunicação social, a justiça, a medicina e a educação.

3.2.2.3.1. Extensão da LP para os domínios íntimos e informais

O uso da LP nos domínios íntimos ocorre sobretudo na interacção com familiares que têm a LP como língua materna (cf. tabela 20 abaixo). Trata-se de dois líderes que são casados com falantes nativos de LP e de um líder e um professor que, eles próprios, também têm a LP como LM e ainda do uso dessa língua como meio de instrução e ou

como forma de criar oportunidade da sua aprendizagem pelos os filhos. De resto, são referidos usos bem mais eventuais, tão esporádicos que um líder diz já não se lembrar de como é que acontece, um outro refere-se a esse uso para dar ordens a crianças e outro ainda ao uso da LP durante o namoro³:

Uso da LP nos domínios íntimos	Líderes	Profs.	Referências	%
Interacção com familiares que têm a LP como LM	3	1	4	36.36%
Meio de instrução e/ ou como oportunidade de aprendizagem da LP	1	3	4	36.36%
Não se lembra	1	0	1	9.09%
Dar ordens aos filhos	0	1	1	9.09%
Namoro	0	1	1	9.09%
Total	5	6	11	100.00%

Tabela 20 – Resumo dos resultados sobre o uso da LP nos domínios íntimos

Quanto aos domínios informais, a tabela 18, inserta na secção 3.2.2.2.2., acima, mostra que, apesar de predominante, a LCV não é a língua exclusiva desses domínios: é evidente a extensão da LP por esses falantes, ainda que sobretudo por parte dos líderes.

3.2.2.3.2. Extensão da LCV para os domínios formais

Primeiro, observam-se os contextos de extensão da LCV para os domínios formais, ou seja, os lugares/circunstâncias em que os falantes adultos, de um modo geral, dizem usar e/ouvir a LCV e, depois, o que acontece nas áreas específicas de actividade dos entrevistados (política, comunicação social, justiça, medicina e educação), considerando sobretudo aqueles vinculados a cada uma delas.

Ora, quanto aos lugares/circunstâncias são apontados primeiramente os locais de culto religioso, e mesmo rezar/orar mais pelos professores do que pelos líderes, a que se seguem, quase com o mesmo número de referências, as repartições públicas e os espaços oficiais e as reuniões de trabalho, mais referidas pelos líderes:

Contextos de extensão da LCV	Líderes	Profs.	Referências	%
Locais de culto religioso	5	8	13	38.24%
Repartições públicas e os espaços oficiais	5	6	11	32.35%
Reuniões de trabalho	7	3	10	29.41%
Total	17	17	34	100.00%

Tabela 21 – Resumo dos resultados sobre os contextos de extensão da LCV para o formal

³ No quadro das funções da troca de língua, “dar ordens a crianças” (uso da variedade alta para impressionar uma criança com a seriedade de um comando é referida por Fasold (2004); e “namorar” pode ser relacionado com a função retórica também da troca de língua, ou seja, acrescentar um efeito retórico ao discurso (colorido, emoção e interesse), indicada por Silva-Corvalan (1989).

Quanto ao uso das duas línguas nas áreas específicas de actividade dos falantes adultos (política, comunicação social, justiça, medicina e educação), considerando-se sobretudo os entrevistados vinculados a cada uma delas, é notória a presença da LCV em todas elas, como se mostra abaixo, por sector de actividade:

Na *área da política*, os (3) entrevistados que se dedicam a esta actividade, todos do subgrupo dos líderes, referem-se ao uso dessa língua para além do contexto informal dos comícios, por razões de afectividade e/ou busca de proximidade, ainda que para um deles predomine o uso da LP, por razões atitudinais (cf. secção 3.2.4.6.2.). Interessante ainda o facto de dois entrevistados referirem o uso da LP por os potenciais eleitores acharem que, desse modo, são mais valorizados.

Na *comunicação social*, embora seja referida a predominância de uso da LP, alguns dos entrevistados, em que estão incluídos professores, referem-se ao uso e/ou a audição da LCV sobretudo na rádio.

Quanto à *justiça e saúde*, ocorre o uso da LCV, tanto nos consultórios, nos tribunais e ainda nas reuniões de educação para a saúde.

E no que toca ao *sector educativo*, distingue-se entre: i) a interacção professor/alunos fora da sala de aula e no contexto da sala de aula, por iniciativa dos professores e dos alunos; ii) a interacção dos professores com outros intervenientes do processo (colegas, funcionários, contínuos, coordenadores e directores da escola e pais e/ou encarregados de educação); e iii) nas reuniões.

Assim, a LP predomina na interacção professor/alunos sobretudo na sala de aula, ainda que a LCV possa ser usada tanto por iniciativa dos professores como pela dos alunos. A LCV é usada na sala de aula pelos professores sobretudo como uma técnica de ensino ou mecanicamente para traduzir itens lexicais; os alunos, para além de tentarem usar a LCV com os professores fora da sala de aula, usam essa língua nas aulas sobretudo por, segundo os próprios professores, se sentirem mais à vontade nela e ainda para fins diversos não especificados ou criticar e/ou queixar-se dos colegas e responder a perguntas do professor ou mesmo questioná-lo.

Assim, embora apenas 2 professores admitam falar com os alunos em LCV fora da sala de aula, é visível, no contexto da sala de aula, a presença da LCV quer por iniciativa dos professores, quer por iniciativa dos alunos, sendo mesmo de registar o caso de um dos líderes, antigo professor que não da LP, que se refere ao uso da LCV como meio de ensino.

No que respeita ao subgrupo dos professores, e como se pode visualizar na tabela 22, uma minoria nega o uso da LCV na sala de aula; a maioria admite ter a iniciativa de a usar conscientemente e 1 admite usar essa língua involuntariamente:

Uso da LCV na sala de aula pelos professores	Profs.	%
Nunca	5	35.71%
Uso deliberado	8	57.14%
Uso involuntário	1	7.14%
Total	14	100.00%

Tabela 22 – Resumo dos resultados sobre o uso da LCV na sala de aula pelos professores

Os professores que usam a LCV na sala de aula de modo consciente referem-se, maioritariamente, ao uso da LM como mais uma técnica de ensino, um recurso para garantir a transmissão de conhecimentos declarativos (explicação de conteúdos gramaticais ou lexicais) e o armazenamento dessas informações pelos alunos. São irrisórias as referências feitas à tradução e também ao uso da LM como instrumento para a aprendizagem da L2: para desbloquear a expressão/ levar o aluno a agir verbalmente em L2 (2 referências); para a recontextualização de conhecimentos obtidos fora da sala de aula, (1 referência por parte de um dos líderes, antigo professor de LP); e para proceder à análise contrastiva (1 referência), para além da referência ao seu uso como instrumento de gestão da sala de aula (travar a indisciplina):

Finalidade do uso da LCV na sala de aula pelos professores	Referências	%
Técnica de ensino	5	45.45%
Instrumento de aprendizagem da LP	3	27.27%
Tradução de itens lexicais	2	18.18%
Travar a indisciplina	1	9.09%
Total	11	100.00%

Tabela 23 – Resumo dos resultados sobre as finalidade do uso da LCV na sala de aula pelos professores

Ou seja, trata-se de um uso maioritariamente diferente da proposta de Cristóvão (1996: 131) que sugere que a língua materna seja usada de modo consciente pelo professor como instrumento de co-construção do conhecimento em L2, ou seja, como “instrumento para otimizar os resultados da aprendizagem e para estabelecer o papel do destinatário (aluno) como co-construtor de significados”. Tal proposta, assente numa concepção sócio-construtivista de ensino-aprendizagem (Vygotsky, 1930 e seus seguidores), distancia-se das concepções mais tradicionais que consideravam o uso da L₁ em sala de aula como uma interferência negativa, responsável pelos erros de produção dos alunos em L2.

Segundo essa autora, com esse objectivo, segmentos da língua materna poderiam ser utilizados como apoio enunciativo, para favorecer a compreensão activa entre os enunciadores e para dirigir o ensino para o desenvolvimento dos alunos. Desse modo, seria instaurada na sala de aula uma relação professor/aluno mais simétrica que abriria espaço para as contribuições dos alunos, criando-se, assim, um contexto adequado à construção colaborativa do conhecimento.

Nesse quadro teórico, o professor, servindo-se do contraste entre as duas línguas, serviria de mediador na ZPD dos alunos, usando a L1 como instrumento (uma função de apoio) para provocar o seu nível potencial, fornecendo-lhes modelos e instruções, e ainda como meio de ele negociar e transformar as relações interactivas em sala de aula. Desse modo, instaurar-se-ia um padrão de interacção em que os alunos teriam mais voz, criando assim uma relação mais simétrica entre os participantes da interacção que propiciasse a co-construção de significados.

Como a tabela 24 permite visualizar, a maioria dos restantes professores afirma que a LCV é usada pelos alunos na sala de aula, sendo que alguns deles até se referem a um uso bastante frequente, sobretudo pelos alunos do 7.º ano de escolaridade; também um dos professores que afirma usar a LCV na sala de aula considera que os alunos só usam a LP nesse contexto:

Uso da LCV na sala de aula pelos alunos	Professores	%
LCV é usada na sala de aula	12	85.71%
Nunca	1	7.14%
Não opina	1	7.14%
Total	14	100.00%

Tabela 24 – Resumo dos resultados sobre o uso da LCV na sala de aula pelos alunos

Além disso, de entre os professores que sustentam que a LCV é usada na sala de aula, alguns apontam o que supõem ser a motivação dos alunos e outros as finalidades desse uso, apesar de esta questão não ter sido objecto de inquirição junto dos professores, tendo-o sido directamente aos alunos, através de uma pergunta aberta.

Ora, de entre as motivações apontadas pelos professores, destaca-se, pelo seu significado qualitativo a teimosia dos alunos em falar a LCV e, pelo número de referências, a dificuldade ou o pouco à vontade dos alunos para se expressarem na LP. Essa posição coaduna-se com a apreciação que os alunos fazem já que eles haviam apontado, como as principais razões para usarem a LCV: pedir explicações ao professor,

o melhor domínio e a maior proximidade afectiva com esta língua (cf. secção 3.1.3.2.3.).

Quanto às finalidades com que, na perspectiva dos professores, os alunos tomam a iniciativa de usar a LCV na sala de aula, destacam-se: a espontaneidade da fala, qualquer motivo e criticar e/ou queixar-se dos colegas; a estas seguem-se responder a perguntas do professor e questioná-lo quando não conseguem dizer o que pretendem na LP:

Motivações/finalidades do uso da LCV na sala de aula pelos alunos	Referências	%
Dificuldade ou pouco à vontade dos alunos para se expressarem na LP	4	25.00%
Uso espontâneo	3	18.75%
Qualquer motivo	3	18.75%
Criticar e/ou queixar-se dos colegas	3	18.75%
Responder ao professor/questioná-lo	2	12.50%
Teimosia dos alunos	1	6.25%
Total	16	100.00%

Tabela 25 – Resumo dos resultados sobre as motivações/finalidades do uso da LCV na aula pelos alunos

Interessante ainda como alguns professores avaliam e reagem ao uso da LCV pelos alunos na sala de aula: 'um descaramento', estabelecer um sistema de recompensa para quem apenas fala a LP ou fazer de conta que não percebem a LCV para levar os alunos a usar a LP.

Contudo, na interacção com outros intervenientes do sistema, especialmente com outros colegas e com os superiores hierárquicos, os resultados mostram que a LCV predomina na interacção com outros professores, sendo esta também a língua predominantemente usada na escola com os superiores hierárquicos. De registar ainda a predominância da LP na interacção com os pais e/ou encarregados de educação, ainda que o número dos entrevistados que a isso se refira não seja significativo e também o uso das duas línguas, com mais incidência na LCV nas reuniões de coordenação e outras que ocorrem na escola.

Com efeito, a maioria dos professores diz usar apenas a LCV na interacção com os colegas e menos de metade as duas línguas, sendo de destacar entre estes últimos uma referência ao uso da LP entre colegas como oportunidade de aumentar a fluência nessa língua, três ao uso da LP quando na presença de alunos e uma outra ao seu uso com os professores mais antigos:

Uso da LCV com colegas	Professores	%
LCV exclusivamente	9	64.29%
LCV e LP	5	35.71%
Total	14	100.00%

Tabela 26 – Resumo dos resultados sobre o uso da LCV na interacção professor/professor

Como mostra a tabela 27, abaixo, a LCV predomina na interacção com os superiores hierárquicos; de registar que um dos professores se refere ao uso da LP como estratégia de autoridade⁴ para falar com os contínuos.

Uso da LCV com superiores hierárquicos	Professores	%
LCV	7	50.00%
LCV/LP	4	28.57%
LP	2	14.29%
Não opina	1	7.14%
Total	14	100.00%

Tabela 27 – Resumo dos resultados sobre o uso da LCV na interacção professores/superiores hierárquicos

Já a tabela 28, a seguir, permite visualizar os resultados quanto ao uso das línguas com os pais e/ou encarregados de educação. Apesar do seu pouco significado quantitativo, regista-se que, de entre aqueles que se referem à interacção com os pais e/ou encarregados de educação, metade refere o uso da LP e a outra metade se divide entre a LCV e as duas línguas em números iguais, reforçando o uso da LP:

Uso das línguas com pais e/ou encarregados de educação	Professores	%
LCV	1	7.14%
LCV/LP	1	7.14%
LP	2	14.29%
Não opina	10	71.43%
Total	14	100.00%

Tabela 28 – Resumo dos resultados sobre o uso das línguas na interacção professores/ pais e/ou encarregados de educação

Nas reuniões de coordenação e outras, tendo em consideração que 3 dos professores não manifestam o seu ponto de vista sobre esta questão, verifica-se que predomina o uso das duas línguas, seguidas do uso exclusivo da LCV e, depois da LP (referida por dois professores da mesma escola). Mas se se tiver em conta que, além disso, dos que dizem ocorrer o uso das duas línguas, 3 se referem ao uso da LP com alguma extensão da LCV e 2 ao da LCV, com alguma extensão da LP, a componente LCV sai reforçada de algum modo:

⁴ Fasold (2004) aponta esta estratégia como uma das funções da troca de língua.

Uso das línguas nas reuniões de coordenação e outras	Professores	%
LCV	4	28.57%
LP + LCV	5	35.71%
LP	2	14.29%
Não opina	3	21.43%
Total	14	100.00%

Tabela 29 – Resumo dos resultados sobre o uso das línguas pelos professores nas reuniões de coordenação e outras

3.2.2.4. As escolhas linguísticas: factores em jogo

O objectivo desta secção é identificar os factores determinantes da escolha de línguas por domínios, ou seja, em função de que factores os falantes adultos optam por usar a língua que usam nos diferentes domínios. Num primeiro momento, serão observados o alocutário (domínio da língua e/ou o estatuto sócio-cultural), a valorização social dos assuntos e dos lugares e circunstâncias e das intenções comunicativas. Os resultados quanto ao factor língua e/ou variedade de LCV dominada permitem perceber qual das línguas exerce a função de língua de comunicação nacional e de língua internacional, ou seja, aquela que os entrevistados usam entre si, como língua veicular e a que os entrevistados mais dizem usar com falantes de outras línguas. Além disso, e tendo em conta a acuidade com que é colocada socialmente a variação na LCV, a questão da intercompreensão entre os dialectos será analisada.

3.2.2.4.1. Factores em jogo: assuntos, circunstâncias e alocutário

A análise revelou que o factor mais importante na escolha de línguas por parte dos entrevistados é o alocutário:

Factores de escolha línguas	Líderes	Profs.	Referências	%
Alocutário	8	14	22	45.83%
Assuntos	7	10	17	35.42%
Contexto (lugares/circunstâncias)	4	5	9	18.75%
Total	19	29	48	100.00%

Tabela 30 – Resumo dos resultados sobre os factores intervenientes na escolha de línguas

Efectivamente, no respeitante ao contexto, ele obtém o menor número de referências explícitas: todos os professores e dois líderes apontam o seu grau de formalidade, um outro líder refere-se a regras de comportamento socialmente estabelecidas em função dos contextos e ainda um outro considera que estes elementos se combinam. De destacar ainda o facto de (6/14) dos professores se referirem a uma

expectativa de melhor atendimento como factor de escolha da LP nas repartições públicas.

No que toca ao factor assunto, destacam-se os técnicos e a maior valorização dos assuntos em geral como um factor condicionante da escolha da LP. A primeira condição é referida claramente por um número importante dos entrevistados-líderes. As razões por eles apontadas estão vinculadas ao domínio da terminologia científica e técnica nessa língua por ter sido nela que se estudou, a LCV não dispor de terminologia, o que leva 2 deles a rejeitarem o uso dessa língua por obrigar ao recurso sistemático a empréstimos na LP e ainda o hábito de abordar esse tipo de assunto na LP.

Além disso, recorde-se que 'assuntos técnico-profissionais' foi apontado pelos professores como um factor de uso da LP nas suas redes de relações (cf. secção 3.2.2.1), ainda que três dos líderes e dois dos professores neguem que o assunto seja um factor de escolha da língua.

Relativamente ao factor alocutário, com excepção de um dos líderes que sempre escolhe usar a LCV (cf. secção 3.2.2.2.3.) apenas três dos restantes entrevistados-líderes e um professor não o destacam explicitamente como o mais importante.

Essa relevância pode decorrer do domínio que o interlocutor do momento tem das línguas em causa, o que alguns vinculam ao factor instrução/estrato social já que a LP é aprendida de modo formal. Mas também pode resultar da proximidade das relações com o alocutário, ou ainda do hábito de se falar a LP com pessoas de uma geração em que, tipicamente, as pessoas instruídas e/ou de posição social mais alta falavam a LP (cf. secção 3.2.2.2.3.). Ou seja, mesmo com as pessoas de elevado estatuto social escolhe-se usar a LCV quando há proximidade e escolhe-se a LP por deferência ou para obter distanciamento das pessoas no exercício de cargo oficial, associando-se assim a escolha de língua à estratégia de fuga no contexto da troca de língua (Saville-Troike, 1982; e Gardner Chloros, 1991, apud Martins, 1994a).

Nenhum dos falantes adultos admite usar a LP como língua veicular com outros cabo-verdianos, antes essa função é atribuída à LCV. Na verdade, como se pode conferir na tabela 31, a maioria dos entrevistados diz usar a variedade de barlavento com falantes de barlavento e a de sotavento com falantes de sotavento, com mais peso para os líderes, havendo mesmo um deles que argumenta que cada falante deve usar o seu próprio dialecto por tal não acarretar problemas de compreensão.

Segue-se a escolha do dialecto da sua ilha e, depois, ainda o da sua ilha, mas com algum tipo de adequação (léxico, sotaque, velocidade de elocução e expressões idiomáticas) e uma referência a uma mistura dos dialectos, tal como já tinha sido referido, inclusivamente por esse professor e será apontado mais adiante por alguns líderes e um professor⁵.

Língua e/ou variedade LCV usada com falantes de LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Barlavento/barlavento e Sotavento/sotavento	8	5	13	44.83%
Dialecto da sua ilha s/ adequação	4	5	9	31.03%
Dialecto da sua ilha c/ adequação	3	3	6	20.69%
Mistura de falares	0	1	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 31 – Resumo dos resultados sobre a língua e/ou variedade LCV usada com falantes de LCV

A LP é considerada a língua de comunicação internacional pois a totalidade dos entrevistados se refere a ela como a língua mais usada com falantes de outras línguas que não dominem a LCV, incluindo o informante que diz usar quase exclusivamente a LCV. Contudo, alguns admitem poder usar outras línguas como o francês e o inglês se for essa a melhor para a viabilização da comunicação e usar a LCV com estrangeiros residentes como os comerciantes chineses e os emigrantes da CEDEAO.

3.2.2.4.1.1. *Intercompreensão entre os dialectos*

Como se sintetiza na tabela 32, questionados sobre a intercompreensão entre os dialectos da LCV, a maioria dos falantes adultos considera que ela é boa, que ocorre sem qualquer dificuldade. Contudo, um número importante avalia que existe alguma dificuldade, a qual situam sobretudo a nível do léxico, mas que afirmam não impedir a comunicação; apenas 1 dos líderes opina que outros podem ter muita dificuldade, apesar de ele próprio não as ter:

Intercompreensão nos dialectos da LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Boa	9	8	17	58.62%
Alguma dificuldade	5	6	11	37.93%
Muita dificuldade	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 32 – Resumo dos resultados sobre a intercompreensão nos dialectos da LCV

De notar que, de entre os entrevistados que avaliam a intercompreensão como boa, dois líderes e um professor consideram que as diferenças entre os dialectos estão a

⁵ Cf. secções 3.2.4.4.1 para professores e 3.2.1.2. e 3.2.2.4.1.1. para os líderes.

esbater-se. Esse seria o resultado da difusão da música cabo-verdiana, do uso da LCV na comunicação social e de uma maior aproximação entre as pessoas das diferentes ilhas, suscitada pelo incremento dos meios de transporte entre as ilhas e da migração interna suscitada pelo desenvolvimento económico e social do país, questão aliás de certo modo colocada por outros entrevistados quando se referem a uma mistura dos dialectos⁶.

3.2.2.4.2. Factores em jogo: a redefinição da escolha inicial

A intenção nesta secção é perceber que alterações nos parâmetros da situação de comunicação, especificamente a chegada de um novo interlocutor (seu domínio da língua em uso e/ou estatuto sociocultural) ou mudança de assunto (sua valorização social) num mesmo lugar, determinam a alternância da LCV para a LP ou vice-versa:

Factores de redefinição da escolha	Líderes	Profs.	Referências	%
Chegada de novo interlocutor	12	12	24	57.14%
Assuntos	3	4	7	16.67%
Factor escrita	3	1	4	9.52%
Função lúdica	1	0	1	2.38%
Mudança de humor	0	1	1	2.38%
Não redefine a escolha	1	3	4	9.52%
Fala habitualmente a LP	1	0	1	2.38%
Total	21	21	42	100.00%

Tabela 33 – Resumo dos resultados sobre os factores de redefinição da escolha inicial

Ora, tendo em conta o número dos entrevistados que dizem não fazer alternância de língua em função de alterações na situação, e que 1 dos líderes se refere à troca e não à alternância de línguas, os resultados apontam para a chegada, na situação, de um novo interlocutor como factor fundamental para a redefinição da escolha inicial, reforçando o alocutário como o factor fundamental na escolha de língua. De assinalar que o entrevistado-líder que habitualmente fala a LP testemunha a alternância em função de chegada de novo interlocutor em relação a ele próprio, apesar da sua disponibilidade para alternar para a LCV.

O pouco peso do assunto é evidenciado pelo número de menções que recebe, muito abaixo do factor pessoa, mormente quando (11/29) dos entrevistados, (4) líderes e (7) professores negam que ele tenha alguma intervenção. De destacar que um dos

⁶ Cf. secções 3.2.2.4.1. e 3.2.4.4.1. para os professores e 3.2.1.2. para os líderes.

líderes e todos os professores que admitem que redefinem a sua escolha em função do assunto, se referem à alternância para a LCV em função de conteúdos menos formais.

Além disso, e como a tabela 33 acima também dá conta: i) é apontada a escrita (discussão de documento escrito e/ou discussão que leva a registo escrito) como um factor que impele à alternância para a LP nas reuniões); e ainda ii) a alternância na mesma situação é associada por 1 líder à função lúdica e por 1 professor a alterações do estado de humor.

De entre os entrevistados que destacam o factor pessoa, e como decorre da tabela 34, a maioria das menções, quer por parte dos líderes quer por parte dos professores, é para o grau de domínio da LCV e/ou da LP pela pessoa que chega. Segue-se a língua que essa pessoa usa, o seu superior estatuto sociocultural para alternar para a LP, e a grande proximidade e o hábito de falar LCV com ela, como impeditivo de falar a LP:

Redefinição em função da pessoa que chega	Líderes	Profs.	Referências	%
Domínio da LCV e/ou da LP	10	8	18	54.55%
Língua usada	1	7	8	24.24%
Superior estatuto sociocultural + hábito/LP	1	4	5	15.15%
Proximidade afectiva + hábito /LCV	1	1	2	6.06%
Total	13	20	33	100.00%

Tabela 34 – Resumo dos resultados sobre a redefinição em função da pessoa que chega

Apesar de a troca de língua, ou seja, o uso das duas línguas com as mesmas pessoas no mesmo lugar e sem que tenha havido mudança de assunto, não seja objecto deste trabalho, regista-se que (8/29) dos entrevistados, (3 líderes, um deles adicionalmente, e 6 professores) dão conta da troca de língua. A esse comportamento, como pode ser verificado na tabela 35, abaixo, alguns associam o ser bilingue e outros às seguintes funções constantes da literatura⁷: citações, preenchimento de lacuna lexical, lúdica, especificação de um interlocutor/receptor, retórico e estratégia de neutralidade.

Funções da troca de línguas	Referências	%
Citações	4	44.44%
Preenchimento de lacuna lexical	2	22.22%
Especificação de um interlocutor/receptor	1	11.11%
Retórico	1	11.11%
Estratégia de neutralidade	1	11.11%
Total	9	100.00%

Tabela 35 – Resumo dos resultados sobre as funções da troca de línguas

⁷ Estas funções são referidas por: citações (Gumperz, 1982); preenchimento de lacuna lexical (Thomason 2001); lúdica e especificação de um interlocutor/receptor (Gumperz, 1982); retórico (Silva-Corvalam, 1989); e estratégia de neutralidade (Appel e Munysken, 1987).

3.2.2.4.3. Factores em jogo: modo escrito

Para além de a LP ser a língua mais bem dominada para a escrita (cf. secção 3.2.1.2.), ela é a mais usada tanto para ler como para escrever. Com efeito, e no que respeita à leitura (cf. tabela 36, abaixo), a maioria aponta para apenas alguma leitura na LCV e apenas dois dos entrevistados, todos do subgrupo dos líderes, referem que nunca lêem na LCV. As razões apontadas para o reduzido índice de leitura nessa língua são, não excludentemente, a exiguidade do material escrito em LCV, as dificuldades suscitadas pela morosidade da decifração quando se tem pouca competência de leitura numa língua e ainda, como resultado das atitudes para com o ALUPEC⁸ (cf. secção 3.2.4.1.2.).

Leitura na LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Alguma leitura	13	14	27	93.10%
Ausência de leitura	2	0	2	6.90%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 36 – Resumo dos resultados sobre a leitura na LCV

Quanto à produção escrita, e como mostra a tabela 37 abaixo, a maioria aponta alguma experiência, com predominância dos professores e resultante da sua formação profissional⁹. A esse resultado seguem-se os que dizem não ter qualquer experiência de escrita da LCV, referida mesmo por professores, e é reduzido o número dos entrevistados, todos do subgrupo dos líderes, que refere uma escrita efectiva na LCV:

Produção escrita na LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Alguma actividade	6	12	18	62.07%
Nenhuma experiência	6	2	8	27.59%
Efectiva	3	0	3	10.34%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 37 – Resumo dos resultados sobre a produção escrita na LCV

⁸Embora não esteja nos objectivos deste trabalho avaliar o ALUPEC tanto no seu aspecto intrínseco como da aceitação social, registam-se estas atitudes manifestadas pelos entrevistados as quais serão utilizadas no que for pertinente nesse contexto.

⁹Dos planos de estudo dos cursos de formação de professores de português do extinto Instituto Superior de Educação (ISE) em que todos os professores entrevistados concluíram o grau de bacharelato fazia parte uma disciplina intitulada língua e/ou linguística cabo-verdiana em que a questão da escrita da LCV era abordada, usando-se a proposta de alfabeto então em vigor. O ISE foi reconfigurado nos actuais Departamentos de Ciências Sociais e Humanas e Ciência e Tecnologia da Universidade de Cabo Verde que integrou todas as instituições de ensino superior públicas.

3.2.2.4.3.1. A escrita na LCV

Nesta subsecção explicita-se como escrevem, o que escrevem e as dificuldades que sentem os (21/29) falantes adultos que usam a LCV na escrita, independentemente da frequência desse uso.

Assim, e relativamente à operacionalização da escrita é de destacar a divisão de posições quanto ao alfabeto oficial, pois (cf. tabela 38, abaixo) dos 21 entrevistados que usam a LCV na escrita apenas cerca da metade afirma usar o ALUPEC, número em que se inclui quase metade dos professores, ainda que todos se refiram aos conhecimentos obtidos durante a formação¹⁰. Seguem-se-lhe os que dizem usar uma escrita dita etimológica, ou mais exactamente, uma escrita em que são usados o alfabeto e as regras do português para escrever a LCV:

Operacionalização da escrita na LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Recurso ao ALUPEC	4	6	10	47.62%
Escrita etimológica	5	1	6	28.57%
Não explicita	0	5	5	23.81%
Total	9	12	21	100.00%

Tabela 38 – Resumo dos resultados sobre as formas de operacionalização da escrita na LCV

Na verdade, alguns verbalizam explicitamente o recurso aos conhecimentos da escrita da LP e há uma referência à transposição da fala para a escrita (*'eu acompanho o som'*), ao evitamento da interferência e à necessidade de se proceder à *'estruturação da escrita'*, indo para além de um alfabeto. Os restantes 5 professores não explicitam o tipo de conhecimentos obtidos durante a sua formação sobre a escrita da LCV.

Quanto ao tipo de texto que é escrito na LCV, esses entrevistados, incluindo um dos líderes que afirma só não escrever na LCV documentos oficiais, escrevem, não excludentemente, sobretudo textos expressivo referenciais (bilhetes, cartas, diálogos NSN e mensagens telemóvel) e textos literários ou seja, poemas, romances e peças de teatro. A esses seguem-se a tradução da LP para a LCV, referido por líderes, e textos informativo-referenciais (comunicações, apontamentos, relatórios, trabalhos escolares), sendo que ainda são apontados, por um dos líderes, programas políticos para serem radiodifundidos:

¹⁰A formação de alguns deles é anterior à aprovação oficial do ALUPEC.

Textos escritos na LCV	Líderes	Profs.	Referências	%
Expressivo-referenciais (bilhetes, cartas, diálogos NSN e mensagens telemóvel)	2	4	6	28.57%
Textos literários (poemas, romances e peças de teatro)	3	3	6	28.57%
Informativo-referenciais (comunicações, apontamentos, relatórios, trabalhos escolares)	1	2	6	28.57%
Tradução da LP para a LCV	2	0	2	9.52%
Textos persuasivo-argumentativos (programas radiofónicos)	1	0	1	4.76%
Todos (excepto documentos oficiais)	1	0	1	4.76%
Total	9	12	21	100.00%

Tabela 39 - Resumo dos resultados sobre os textos escritos na LCV

No que respeita às dificuldades que enfrentam para escrever a LCV, apenas três dos entrevistados-líderes afirmam não ter nenhuma, sendo que um destes últimos é aquele que se refere explicitamente ao recurso às regras da LP. De resto, e tendo em conta que os professores são mais pródigos em apontar dificuldades, são referidos, de modo não excludente: o não domínio da escrita de um modo geral pelos professores, a transposição de letras para o fonológico, mesmo com o ALUPEC, a acentuação das palavras, a pontuação, a necessidade de uma norma padrão e /ou de regras de escrita. Além disso, com uma referência cada, e por parte dos líderes, são mencionados: o uso do hífen nas conjugações pronominais, a problemática da tradução e uma de natureza cognitiva (pensar em português e escrever em LCV), esta por parte de um professor:

Dificuldades sentidas ao escrever na LCV	Líderes	Profs.	Referências	%
Não domínio do alfabeto e/ou da escrita	0	7	7	33.33%
Pontuação	3	3	6	28.57%
Transposição de letras para o fonológico, mesmo com o ALUPEC	0	4	4	19.05%
Ausência de uma norma padrão e /ou de regras de escrita	1	3	4	19.05%
Acentuação	2	1	3	14.29%
Nenhuma	3	0	3	14.29%
Cognitivas	0	1	1	4.76%
Uso do apóstrofo	0	1	1	4.76%
O uso do hífen nas conjugações pronominais	1	1	0	0.00%
Inerentes à tradução	1	1	0	0.00%
Total	9	12	21	100.00%

Tabela 40 – Resumo dos resultados sobre as dificuldades sentidas ao escrever na LCV

3.2.3. Síntese das conclusões

Os resultados a que se chegou na secção 3.2.1., referentes ao perfil linguístico dos falantes adultos (aquisição e proficiência), respondem, para os falantes adultos, às perguntas de pesquisa (i), (ii) e (iii) do objectivo 1, ou seja, (i) *Existem falantes monolingues em PCV e/ou LCV?*; (ii) *Nos bilingues, há uma língua predominante? Foi essa a língua adquirida primeiro, no seio familiar?*; e (iii) *Como avaliam os bilingues o seu grau de proficiência em cada uma das línguas em presença?*

Na verdade, confrontando, primeiro, os resultados obtidos na secção 3.1.2.4., referentes aos jovens com os idênticos dos falantes adultos (cf. secção 3.2.1), pode-se concluir o seguinte:

1. *Aquisição/aprendizagem*: todos aprenderam (e dominam) as duas línguas, predominando a LCV como LM, porque adquirida em contexto informal e a LP como L2, por que adquirida em contexto formal (escola) também com baixo contacto com a LP;
2. *Proficiência*: verifica-se que i) entre os líderes, na oralidade, a maioria diz ter igual capacidade de expressão e igual à vontade nas duas línguas; ii) enquanto que a maioria dos professores, tal como observado para os jovens, afirma que exprimir melhor as suas ideias depende do interlocutor, do assunto e da circunstância, seguido da LCV e que se sentem mais à vontade a falar a LCV. Além disso, o domínio da LCV pelos adultos é ainda mais extenso do que o dos jovens pois a maioria diz não dominar exclusivamente o dialecto da sua ilha, apontando esse alargamento da proficiência na LCV para o dialecto da ilha onde vivem (Santiago). Assim, as diferenças face aos jovens devidas, essencialmente, do facto de eles ainda estarem no processo de aprendizagem da LP, não alteram os resultados globais;
3. *Monolinguismo/bilinguismo*: também não existem monolingues da LCV ou da LP, predominando, tal como para os jovens, o bilinguismo cultural ou escolar (ou paralelo e coordenado ou precoce consecutivo ou ainda aquisição de L2). Contudo, também para uma minoria, pode falar-se de bilinguismo natural (ou composto ou precoce simultâneo) e mesmo da LCV como L2 (aquisição bilingue da L1). Além disso, como resulta do número anterior, o bilinguismo do subgrupo dos líderes parece ser mais efectivo do que o dos professores;

4. *Diglossia modal*: a situação de contacto também é de diglossia modal para os falantes adultos, já que, e tal como verificado para os jovens, maioritariamente, dizem ter melhor domínio da LP na escrita e sentir-se mais à vontade nesta língua tanto na leitura como na redacção; é pouco importante o número daqueles que diz ter um domínio equivalente das duas línguas, na oralidade e na escrita;

E os resultados conjugados da secção 3.2.2. permitem responder às perguntas (iv) e e (v) do objectivo 1, isto é, *Qual a língua predominante, nos bilingues, a partir do momento em que o seu universo de socialização se alarga?, Existe alternância de códigos (language choice; code-choice; code alternation; choice-switching; situational switching) extensiva?*, afirmando-se que, no âmbito do uso das línguas, o padrão de comportamento destes falantes coincide nos aspectos essenciais com o dos falantes jovens¹¹, uma vez que:

5. *Língua dos sistemas de comunicação prioritários*: para além da família, e tal como para os falantes jovens, a LCV é a língua de comunicação em dois dos sistemas de prioritários de comunicação dos falantes adultos, ou seja, a família (domínio íntimo) e a rede/domínio informal. E a LCV é a língua falada com mais frequência e duração;

6. *Distribuição das línguas por domínios*: por parte dos falantes adultos, e tendo em consideração que no contexto das entrevistas a análise não pode ser tão refinada quanto ao tipo de assuntos e de lugares/circunstâncias como no questionário, ela corresponde no fundamental aos resultados obtidos para os jovens já que:

6.1. *Domínios íntimos*: a LCV continua a predominar nos domínios íntimos, embora, diferentemente do que acontecia com os jovens, com uma mais evidente extensão da LP;

6.2. *Domínios informais*: reconfirma-se o papel da LCV como língua desses domínios, usada mesmo por pessoas mais formais, com uma clara tendência de extensão da LP para esses domínios;

6.3. *Domínios formais*: nestes domínios predomina a LP, com uma forte extensão da LCV, mais forte por parte do subgrupo dos líderes do que pelo dos professores. Efectivamente, tal como na escola para os inquiridos jovens, o confronto entre os resultados obtidos para a rede e domínio formal também apontam para uma divisão do espaço: se para os falantes adultos, predomina o uso da LP nos domínios formais, a LCV predomina nas redes de relações formais; e o subgrupo dos professores usa a LCV

¹¹ Cf. secções 3.1.3.1.8., 3.1.3.2.4. e 3.1.3.3.6.

predominantemente mesmo para falar de assuntos técnico-profissionais, em ambiente de trabalho, com os integrantes das suas redes comunicacionais ou não;

7. Extensão das línguas:

7.1. *Extensão da LP:* alguns dos entrevistados, tal como os jovens, referem-se ao uso desta língua com familiares que têm a LP como LM, nomeadamente cônjuges. Outros refrem-se ao seu uso esporádico como: meio de instrução e/ou forma de criar oportunidade de aprendizagem da LP para os filhos ou para lhes dar ordens, ou ainda com função retórica, funções diferentes, portanto, das detectadas para o uso da LP nos domínios informais pelos jovens, ou seja, para convergir com ALOC e com função humorística e de citação;

7.2. *Extensão da LCV:* do mesmo modo que os falantes jovens, os falantes adultos destacam como contextos dessa extensão, os locais de culto e mesmo rezar/orar, as repartições públicas e outros espaços oficiais e as reuniões;

7.3. Assim, para além de confirmarem os locais prioritários de extensão da LCV para o formal, os resultados convergem para o facto de que as pessoas associadas aos domínios formais são vectores dela; essa extensão é também evidente no âmbito do exercício das funções relacionadas com algumas das actividades socioprofissionais dos integrantes deste subgrupo nomeadamente na área da justiça (consultórios e tribunais), da medicina (consultório e reuniões de educação para a saúde) e da comunicação social, este último apontado pelos entrevistados como um sector em que predomina a LP;

7.4. Quanto ao sector educativo, por um lado, confirma-se a predominância da LP na interacção professor/aluno, na sala de aula e fora dela e, portanto, o papel pouco relevante dos professores na extensão da LCV para o formal. Por outro, os dados provindos dos professores confirmam alguma presença da LCV na sala de aula, por iniciativa deles próprios ou dos alunos. Além disso, professores e alunos coincidem na razão mais apontada para esse uso da LCV pelos alunos (embora naturalmente tal não tenha sido um dos objectivos das entrevistas): o maior domínio e/ou à vontade com a LCV. De notar ainda que a língua materna, ao contrário das propostas mais recentes, não é usada na sala de aula pelos professores como um instrumento de co-construção da L2, mas sobretudo como mais uma técnica de ensino ou mecanicamente na tradução de itens lexicais;

7.4.1. Além disso, e confirmando que também para estes falantes, a LCV e a LP dividem o espaço escolar: é a LCV que domina nos restantes espaços e interacções que

ocorrem no contexto escolar: ela é a língua que os professores dizem mais usar na interacção com os colegas, e mesmo em situações mais formais como sejam a interacção com os superiores hierárquicos directos (directores e coordenadores da disciplina) e nas reuniões de coordenação e outras, sendo que ocorre uma referência ao uso da LP como estratégia de autoridade para falar com os contínuos;

8. Factores de escolha/extensão das línguas:

8.1. *Pessoa*: também em consonância ao encontrado para os jovens, e embora não seja possível, no contexto das entrevistas, perceber a intervenção dos factores idade e sexo na escolha de línguas, observa-se que o alocutário é o factor determinante da escolha de língua, a qual é feita, especificamente, sobretudo em função de:

8.1.1. O dialecto de LCV e a língua dominada (LP ou LCV), sendo que o não domínio da LP é associado ao baixo estatuto sociocultural vinculado por sua vez ao nível de instrução formal já que a LP é aprendida na escola;

8.1.2. A proximidade das relações, escolhendo-se a LCV mesmo com pessoas de elevado estatuto social;

8.1.3. A deferência para com as pessoas no exercício de cargo oficial ou pessoas de mais idade que mantêm o hábito de falar quase sempre em LP, como factor de escolha da LP; também se escolhe a LP para obter distanciamento das pessoas no exercício de cargo oficial, e ainda por expectativa de bom atendimento nas repartições públicas;

8.2. *Factor instrução*: assim, é evidente o papel do factor instrução na escolha de língua, em resultado do que se disse acima sobre o bilinguismo desses entrevistados face ao dos jovens e, por outro, do que dizem sobre a escrita na LCV;

8.3. *Restantes factores*: relembrando o que se disse acima sobre a análise do papel dos assuntos e das situações/circunstâncias na escolha de línguas no âmbito das entrevistas, há que destacar:

8.3.1. A formalidade de um modo geral, as regras estabelecidas socialmente (não explicitadas) e a intervenção da modalidade escrita são os factores que impelem à escolha da LP; e que

8.3.2. *Assuntos*: apesar de, também para os falantes adultos, esse factor ter um papel menor, os de cariz técnico são considerados por eles como um factor que impele à escolha da LP. Isso se deve ao conhecimento científico-técnico ser obtido nessa língua, ao hábito de falar e/ou discutir esses assuntos nessa língua e ainda à carência de terminologia científica e técnica na LCV que, no entender dos entrevistados, importaria

um recurso sistemático a vocabulário directamente importado da LP, o que alguns não aceitam. Desse modo, o tópico (Fishman, 1965) se configura, neste particular, como um dos factores de escolha de língua;

9. *Funções de língua nacional e de comunicação internacional*: tal como concluído para os jovens, a LCV desempenha a função de língua nacional e a LP a de língua internacional (cf. ainda secção 3.1.3.4.3.);

9.1. Contudo, diferentemente do observado para os jovens para quem a primeira opção era usar o dialecto da sua ilha, seguida da opção pelas ditas variedades de barlavento e de sotavento, a tendência dos falantes adultos é, primeiro, usar o dialecto da ilha do alocutário e, depois, usar o dele. Uma terceira possibilidade, para esse grupo de falantes é acomodar-se ao dialecto do seu interlocutor pelo uso de vocabulário específico, abrandamento da velocidade de locução, esbatimento do sotaque e evitamento de expressões idiomáticas;

9.2. Esse comportamento, diverso do dos jovens, mas também não colocado no contexto do questionário, e que pode ser explicado pela maior circulação desses entrevistados entre as ilhas do país do que os jovens, é indicado por alguns como contribuindo para o esbatimento das diferenças entre os dialectos que dizem estar em curso e para a inteligibilidade entre eles, o que dizem acontecer com os próprios; apontam ainda como contributivo para esse esbatimento a expansão da música cabo-verdiana, de algum uso da LCV na comunicação social e do desenvolvimento da ligação/comunicação entre as ilhas;

9.3. Mas esse comportamento também reforça a tendência para a acomodação linguística no sentido da convergência, na medida que os adultos se empenham em aproximar a sua fala da do alocutário em termos de sotaque, ritmo, pausa, extensão dos enunciados e outros, exprimindo desse modo o seu desejo de integração e de aprovação social, e, portanto, um sentimento de solidariedade, de unidade, para com as pessoas que participam numa conversação (cf. capítulo 1, 1.1.3.2.);

10. *Redefinição da escolha inicial*: o consenso com os jovens observa-se também no uso da possibilidade de redefinir a escolha inicial uma vez que é a chegada, na situação de comunicação, de um novo interlocutor que não domina uma das línguas o factor determinante para alternar de língua (cf. secção 3.1.3.4.3.);

10.1. Além disso, foi revelado que a escrita (discussão de documento escrito e/ou discussão que leva a registo escrito) é também um factor que impele a alternar para a

LP, nas reuniões (não referido na literatura): Existem também indícios da compreensão da troca de língua como sinal de competência linguística (ser bilingue), para além de sinais do seu uso para a citação, preenchimento de lacuna lexical, lúdico (não referido na literatura), especificação de um interlocutor/receptor, uso retórico, e estratégia de neutralidade;

11. *Factor modo escrito*: tal como os jovens (cf. secção 3.1.3.5.4.), e ao contrário do que acontece na oralidade, a LP é a língua que os adultos mais usam na escrita (recepção e produção). As razões apontadas para o reduzido índice de leitura na LCV estão, não excludentemente, vinculadas às condições sociais da escrita na LCV e a uma atitude desfavorável para com o ALUPEC; os que não escrevem não o fazem por uma atitude negativa face à escrita na LCV, mas por razões relacionadas como a sua disponibilidade e a utilidade social dessa escrita (cf. secção 3.2.4.1.2);

11.1. *Escrita na LCV*: existe um uso espontâneo da LCV para a escrita, ainda que não existam regras estabelecidas e fixadas. Confirma-se, assim, a extensão da LCV para esta função dantes reservada ao português, tal como se observara para os falantes jovens, indiciando um processo de desgaste da situação diglósica;

11.2. *Estratégias de escrita na LCV*: identicamente ao observado para os jovens, destaca-se a ausência de um uso sistemático do ALUPEC por parte dos que, de algum modo, usam a LCV na escrita, sendo que muitos usam uma escrita dita etimológica. Na verdade o que se evidencia é o uso de uma escrita calcada na LP, seja ela etimológica ou com base no ALUPEC pois, para além de um alfabeto não ser um sistema de escrita e não haver estudos da LCV na área dos géneros textuais, tipos de discurso e procedimentos de textualização¹², mesmo os que dizem usar o alfabeto oficial (os entrevistados-líderes em menor número) socorrem-se de regras da escrita da LP e metade dos professores apontam como dificuldades da escrita o pouco domínio desse alfabeto, correndo-se o risco de incrementar as interferências e o processo de convergência. Aliás, e apesar da formação dos professores, apenas um dos entrevistados-líderes revela consciência desta problemática quando aponta como dificuldades¹³ da escrita na LCV a ausência de 'uma norma padrão', questão que será retomada mais tarde no contexto das atitudes normativas (cf. secção 3.2.4.4.);

¹² Os estudos descritivos da LCV são poucos, parcelares e não diversificados do ponto de vista da abordagem científica.

¹³ Aqui, tal como na secção 3.1.3.5.4. não se destacam as dificuldades que são apontadas pelas seguintes razões: i) o valor relativo delas no contexto de uma escrita espontânea; ii) não estar entre os objectivos

11.3. *Tipos de texto escritos na LCV*: embora os textos oficiais continuem a ser escritos na LP, o que os adultos escrevem na LCV extravasa a escrita pessoal e espontânea ou mesmo textos publicitários associados às actividades lúdicas dos falantes jovens (avisos, anúncios e convites): obras literárias, tradução de textos literários (Fernando Pessoa, por exemplo) e mesmo à escrita de comunicações científicas e de programas políticos para serem lidos na comunicação social; tem-se, assim, uma valorização consciente ou não da LCV por via da sua extensão à escrita, já que apenas dois líderes tenham feito referência a um programa intencional de promoção da escrita na LCV.

Concorrem para a validação dessas conclusões sobre o uso social das línguas, o facto de Monteiro Lima (2007) ter obtido, por via da observação não participante do uso das duas línguas nas situações de comunicação oficiais e informais, orais e escritas em presença ou à distância alguns dos resultados acima apontados, apesar de não se referir aos dados quantitativos desta observação.

Assim, confirmam-se os resultados quanto à caracterização da situação de contacto como sendo de bilinguismo com diglossia, com as duas línguas numa relação de tipo (c): a variedade alta é uma língua escrita/ usada na fala formal e a baixa, um vernáculo, geneticamente não relacionado (cf. secção 3.1.3.4).

Além disso, os resultados também mostram que tanto os falantes jovens como os falantes adultos convergem sempre, i.e., escolhem a língua (LP ou LCV) ou o dialecto da LCV que se adequa às necessidades do seu interlocutor. Interpretando estes resultados à luz da teoria da acomodação de Giles e seus colaboradores (Giles e Powesland, 1975; Giles, Bourhis e Taylor, 1977), tal significa, por um lado, exprimir um desejo de integração e de aprovação social, via identificação com os padrões de fala do interlocutor e, portanto, um sentimento de solidariedade para com as pessoas que participam na conversação.

Ora, ao agir assim com falantes de LCV, língua materna e nacional, isso poderá significar usar a língua como símbolo de solidariedade para com os valores dos membros da mesma comunidade (função unificadora da língua) e lealdade linguística para com o próprio grupo. Contudo, ao ter a mesma postura para com a LP, e não uma atitude de não convergência (não fazer qualquer esforço de adequação em benefício do outro) ou mesmo de divergência (fazer com que, deliberadamente, o seu discurso se

deste trabalho avaliar o ALUPEC, a sua aceitação ou mesmo as potencialidades da LCV para a escrita, ainda que existam dúvidas de que ela pode ser escrita como acontece com todas as línguas.

afaste, usando a LCV), a convergência pode significar não usar uma estratégia de distanciamento ou separação linguística face ao grupo do outro (falantes de LP) e, portanto, não marcar as diferenças entre ele e o outro grupo sócio cultural como uma distinção étnica e cultural.

Com efeito, ao adaptar a sua fala para a adequar aos padrões linguísticos de um outro grupo, tem-se, de acordo com Garvin e Mathiot (1956, apud Fasold, 2004) o exercício claro da função unificadora da língua mas não o da função separadora, o que indica uma forte tendência para se integrar nesse grupo, podendo esse modelo vir a tornar-se o seu meio normal de expressão linguística, sendo o aumento da efectividade da comunicação apenas uma função adicional da acomodação (Giles e Powesland, 1975).

Nesse contexto, a questão das atitudes face às línguas como símbolo de identidade e de pertença a um grupo (o significado da identidade de grupo através da língua) será ainda aprofundada pela compreensão do papel das atitudes na configuração da situação linguística que se acaba de descrever. Elas permitirão, nos termos de Gumperz (1982:66), definir a LCV como o *"we code"* e a LP o *"they code"* se: (i) forem as atitudes a determinarem o comportamento linguístico dos inquiridos; e ainda se (ii) associado ao seu uso nas situações de interacção marcadas pela intimidade e informalidade (iii) a LCV for a língua da afectividade, da identidade e da cultura e, portanto, da vida interna da comunidade. Ademais, a compreensão das atitudes dos dois grupos de informantes e do seu papel também ajudará a perceber a segurança/insegurança linguística dos inquiridos (Labov, 1976 e Calvet, 1999a).

3.2.4. As atitudes linguísticas

Esta secção é dedicada à análise das atitudes dos falantes adultos. Ela visa, tal como para os falantes jovens, obter respostas para as perguntas do objectivo 2 definido nesta pesquisa, ou seja, i) *Quais as atitudes dos falantes face às duas línguas e relativamente a uma eventual relação hierárquica entre elas?* (ii) *Quais os contextos (formal/informal; público/privado) em que entendem ser adequado usar cada uma das duas línguas?* (iii) *A qual das línguas associam particularmente determinados conteúdos conversacionais e determinadas actividades?* (iv) *Existe diglossia generalizada?* e v) *O que as atitudes revelam sobre os processos de manutenção ou deslocamento dessas línguas na comunidade?*

Nessa perspectiva, trata-se de identificar no discurso dos entrevistados, a partir das asserções por eles proferidas, todos os tipos de atitudes constantes da tipologia já usada para os jovens (cf. capítulo 2, 2.3.1.). Como anunciado, as atitudes de uns e de outros serão confrontadas (cf. capítulo 2, 2.3.2.2.) e, tal como na secção anterior, exemplos ilustrativos extraídos das entrevistas constam do Anexo 13.

3.2.4.1. Atitudes face às línguas enquanto tal

Incluem-se nesta designação, as atitudes de todo o tipo (descritivas, valorativas, sociais e funcionais) que respeitam às línguas em si, enquanto objecto. Desse ponto de vista, as atitudes face às línguas identificadas no discurso dos entrevistados foram as seguintes: i) *descritivas*: estruturais (ter/não ter gramática; ser fácil/ser difícil) e de historicidade e autonomia); ii) *valorativas* (estéticas); iii) *sociais* (percepção do estatuto sócio-cultural dos usuários, importância objectiva das línguas num contexto de modernidade e desenvolvimento e estatuto de língua); e iv) *funcionais* (potencialidade comunicativa e para com a LCV, falar, ler e escrever, ensino formal, alfabetização de adultos e uso oficial).

Como nem todos estes tipos de atitudes são revelados com a mesma extensão e nem por todos os entrevistados, apenas o estatuto de língua (atitude social) será tratado separadamente e dos funcionais apenas não o é a potencialidade comunicativa.

3.2.4.1.1. *Algumas atitudes descritivas, valorativas, sociais e funcionais*

Destes pontos de vista, foram obtidos dados mais abrangentes e, portanto, mais consistentes, quanto ao estatuto de língua (atitude social) e às funcionais, com excepção de actualidade e modernidade. Na verdade, e como ilustra o quadro 10, abaixo, um número reduzido dos entrevistados (13/29) revela esse tipo de atitudes, maioritariamente favoráveis às duas línguas, já que apenas (3/13) revelam atitudes desfavoráveis, sendo dois para com a LCV e um outro, do subgrupo dos líderes, para com a LP:

Atitudes face às línguas enquanto tal		Líderes		Professores	
		LCV	LP	LCV	LP
Descritivas	Estruturais	+	+	+	+
	Historicidade e autonomia	+	+	+	+
Valorativas	Estéticas	+	+	+	+
Sociais	Actualidade/e modernidade	+	+	+	+
	Percepção do estatuto sócio-cultural dos usuários	+	+	+	+
	Adequação a pessoas	+	+	+	+
	Adequação a circunstâncias	+	+	+	+
Funcionais	Importância objectiva num contexto de modernidade e desenvolvimento	+	+	+	+
Total		7		6	

Quadro 10 – Resumo das atitudes favoráveis face às línguas enquanto tal

De destacar, nesse contexto, a atitude de três dos entrevistados (dois líderes e um professor) face à historicidade e autonomia, os quais acreditam ser a LCV uma língua neo-latina, atitude essa que será retomada por outro entrevistado a propósito do ALUPEC (cf. secção 3.2.4.1.2.). Na verdade, trata-se de uma atitude de nobilitação da LCV, já que os crioulos, como línguas de contacto, não podem ser incluídas numa família linguística exactamente por não serem descendentes de uma dada língua, com modificações, mas antes por o seu léxico e as suas estruturas gramaticais terem fontes diferentes (Thomason, 2001).

Quanto ao estatuto de língua (atitude social), esta atitude tem a ver, como explicado no capítulo de metodologia, com o julgamento sobre ser/não ser/ ainda não ser língua ou ser dialecto; e ela apenas não foi expressa por um dos entrevistados do subgrupo dos líderes.

Nesse contexto, apenas três dos entrevistados, dois líderes e um professor, consideram que a LCV ainda não é uma língua, mas sim um dialecto. O argumento apresentado por um deles tem a ver com a variação dialectal da LCV. Todos os restantes consideram a LCV uma língua, e língua materna e/ou nacional, porque de união, de unidade entre os cabo-verdianos, embora a quase totalidade deles também ache que ainda não está plenamente equipada e modernizada. Esta carência de requisitos será retomada por estes e outros entrevistados a propósito das atitudes face às atitudes funcionais para com a LCV, a seguir, e ainda das atitudes culturais (cf. secção 3.2.4.2.) e face à organização linguística (cf. secção 3.2.4.6.1.).

3.2.4.1.2. *Atitudes funcionais*

Incluem-se neste tipo de atitudes, os julgamentos sobre a capacidade das duas línguas para desempenhar funções sociais, com foco, nesta secção nas seguintes: a importância objectiva que lhes é reconhecida num contexto de modernidade e desenvolvimento; e o exercício das seguintes funções sociais: falar, ler e escrever; o ensino; a alfabetização de adultos; e o uso oficial (oficialização).

Ora, no que respeita à importância objectiva das línguas face às expectativas de desenvolvimento do país, e tendo em consideração que quatro dos entrevistados, um líder e três professores, não revelaram a sua atitude deste ponto de vista, a análise revelou que a maioria dos entrevistados valoriza positivamente a LP como língua de união com a CPLP e de comunicação internacional e instrumento de acesso ao conhecimento e à informação e a LCV como língua materna e nacional. Para essa maioria, a LCV pode desempenhar todas estas funções, ainda que para um número bastante importante dos seus integrantes, ela precise de preencher os requisitos linguísticos necessários ao exercício efectivo delas. Estes resultados são explicitados e demonstrados a seguir.

Efectivamente, a LCV é vista como a língua de comunicação entre os cabo-verdianos no país e na diáspora, como algo mais interno, nosso, devido às suas limitações competitivas no mercado linguístico nesta era de globalização. Por sua vez, a LP é considerada como língua não materna e que serve de instrumento de ligação/união com a CPLP, para a comunicação internacional e de inserção no mundo e também para aceder ao conhecimento e à informação, embora não tão eficazmente como o Inglês ou mesmo o Francês.

Como se pode visualizar na tabela 41, a maioria dos falantes adultos é favorável à escrita na LCV, mormente considerando que dos 3 líderes que não se manifestam explicitamente, 2 dizem escrever na LCV de modo sistemático e que 1 tem obra literária publicada na LCV, o que por si é revelador de uma atitude positiva face à escrita da LCV (cf. secção 3.2.2.4.3.1.)

Os que se manifestam desfavoráveis ao exercício da função de escrita pela LCV fazem-no com base na variação que, segundo eles, poderia gerar o caos; o líder que não escreve na LCV não se manifesta deste ponto de vista. Quanto aos professores, é interessante notar que, dos que são desfavoráveis, apenas um deles afirma não escrever na LCV.

Atitudes face à escrita na LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Favoráveis	10	11	21	72.41%
Desfavoráveis	1	3	4	13.79%
Escrevem	3	0	3	10.34%
Não escrevem	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 41 – Atitudes face à escrita na LCV

Contudo, de entre os entrevistados que são favoráveis, destaca-se a atitude de dois líderes que se referem à escrita na LCV como um programa intencional e que (7/21), quase metade dos líderes que expressam as suas atitudes (4/10) e mais três professores, apontam expressamente a necessidade de criação prévia de condições para o efeito. De entre esses requisitos, destacam-se a padronização para evitar o caos na escrita, o estabelecimento de regras para a escrita e a necessidade de aprendizagem delas. Este último é considerado por um dos líderes como condição para que os usuários possam escolher livremente onde e quando falar ou escrever em LCV ou em LP, ponto de vista este que será retomado por este e outros informantes¹⁴.

Ademais, ainda que não questionado, por não ser objecto desta pesquisa, e como já referido (cf. nº 11. da secção 3.2.3.), regista-se que (5) dos entrevistados, 4 líderes e 1 professor, revelam uma atitude desfavorável face ao ALUPEC. Dois deles por considerarem que esse alfabeto não revela a suposta relação genética com a LP, questão já anteriormente colocada (cf. secção 3.2.4.1.1.) e um outro por ser a favor de um único alfabeto por razões de economia (facilidade na aprendizagem da escrita da LP e da LCV). Além disso, um dos entrevistados que usa o ALUPEC entende que o que leva à sua rejeição é o preconceito existente de que ele visa impor a escrita do dialecto de Santiago (cf. secção 3.2.2.4.3.).

Relativamente ao ensino formal da LCV, apenas dois dos falantes adultos, 1 líder e 1 professor, apesar da formação deste (cf. nota de rodapé 9), são desfavoráveis ao ensino da LCV nas escolas. De destacar que, como referido (cf. nº 11 da secção 3.2.3.), mesmo os líderes que não escrevem na LCV, só não aprendem essa escrita por razões relacionadas com a sua disponibilidade pessoal e a utilidade social dela e não por uma questão de atitude. É essa também a postura que se verifica por parte de um dos professores que não escreve na LCV, mas que não está entre os professores que são

¹⁴ Cf. secções 3.2.4.2. e 3.2.4.6.1.

desfavoráveis ao ensino formal da LCV, mas sim entre os que já se haviam manifestado desfavoráveis ao exercício da escrita pela LCV.

Contudo, não existe um posicionamento uniforme entre os restantes entrevistados que têm uma atitude favorável ao ensino formal da LCV:

Posicionamentos favoráveis ao ensino formal da LCV	Líderes	Profs.	Total	%
S/ constrangimento	7	6	13	48.15%
Quando existirem condições	6	7	13	48.15%
Não deve ocorrer nos primeiros anos de escolaridade	1	0	1	3.70%
Total	14	13	27	100.00%

Tabela 42 – Posicionamentos favoráveis ao ensino formal da LCV

Com efeito, a maioria não levanta qualquer constrangimento antes alguns apontam vantagens como sejam, por exemplo: favorecer o estabelecimento de uma grafia e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de um modo geral e da LP especificamente.

Contudo, um número importante acha que, sintetizando, o ensino formal da LCV deverá ser concretizado com muita cautela, após muita discussão, num processo de valorização dessa língua que não deverá ser, como tem sido, muito ideológico e pouco científico, e quando forem criadas as condições necessárias, questão esta já anteriormente colocada. Como requisitos são apontados estudos pertinentes, a padronização, ainda que não deva haver imposição de um dos dialectos para a escrita, a formação de professores e a produção de material de ensino. Além disso, oito dos incluídos nesta categoria, 2 líderes e 6 professores, têm uma atitude favorável à LCV como objecto mas não como meio de ensino.

Além disso, (1) dos líderes acha que o ensino da LCV não deverá ocorrer nos primeiros anos de escolaridade para não prejudicar o ensino/aprendizagem da LP devido a uma alegada dependência da LCV em relação à LP, posição diferente de outro que acha que é a LP que deve ser introduzida mais tarde, depois de consolidada a aprendizagem da LCV o que aumentaria a eficácia do ensino da LP.

A maioria dos falantes adultos, como a tabela 43, a seguir, dá conta, é favorável ao uso da LCV para a alfabetização de adultos, mesmo tendo em conta o número dos que não fornecem informações explícitas sobre isso, embora dos professores um deles não escreva na LCV e seja desfavorável a que ela seja usada plenamente na escrita e ao seu ensino.

O argumento dos que são desfavoráveis é considerar que a LCV não é ainda uma língua adequada para qualquer nível de ensino, ou que tal não seria muito útil aos adultos por não ser a língua da administração.

Atitudes face à alfabetização de adultos	Líderes	Profs.	Total	%
Favoráveis	12	8	20	68.97%
Desfavoráveis	1	2	3	10.34%
S/informação	2	4	6	20.69%
Total	14	14	29	100.00%

Tabela 43 – Resumo das atitudes face à alfabetização de adultos

Contudo, é de destacar que dois dos entrevistados que são favoráveis, um professor e um líder, consideram que a LCV deve ser apenas usada como uma etapa para a alfabetização na LP e que (4) líderes acham que ainda não é chegado o momento adequado. Como argumentos avançam considerar como prévio a qualquer uso da LCV no ensino, a criação de condições prévias como seja a padronização, seja por ser mais útil para os adultos que eles sejam alfabetizados na LP por ser esta a língua que favorece a promoção social ou ainda devido à exiguidade de material de leitura existente na LCV.

Os restantes que são favoráveis não apontam quaisquer constrangimentos, antes alguns apontam vantagens como sejam: facilitar o processo de aprendizagem, favorecer a unificação da escrita e a valorização social da LCV e psicológicas advenientes do reconhecimento social da língua por essa via.

Também os falantes adultos são maioritariamente favoráveis à oficialização da LCV, sendo de destacar a posição de um líder que acha que a oficialização visa apenas satisfazer o orgulho nacional e é contra por causa dos gastos que isso acarretaria com, por exemplo, a produção dos manuais escolares em LCV.

Atitudes face ao uso oficial da LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Favoráveis	12	10	22	75.86%
Desfavoráveis	1	4	5	17.24%
Depende	2	0	2	6.90%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 44 – Resumo das atitudes face ao uso oficial da LCV

Além disso, os líderes para quem oficializar ou não a LCV depende do conteúdo que se der à oficialização referem como óbices: uma oficialização nominal, sem condições para um uso efectivo dessa língua na escrita oficial e no ensino; o seu ensino nos primeiros anos de escolaridade; uma imposição de uso em determinados contextos;

e a oficialização em desfavor da LP, questão esta que será retomada por outros entrevistados (cf. secção 3.2.4.6.1.) e ainda que diminuiria a recepção da obra dos cabo-verdianos devido ao limitado mercado da LCV. Esta questão da recepção também será retomada por outros entrevistados no contexto das atitudes culturais e de manutenção da LP para ler e escrever e face à situação vigente na literatura e na imprensa escrita¹⁵.

Os restantes falantes adultos, claramente favoráveis à oficialização, não são unânimes nas suas posições, como se pode ver:

Posicionamentos favoráveis à oficialização da LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Processo	8	6	14	63.64%
S/constrangimento	3	4	7	31.82%
Assumir a LCV como língua oficial	1	0	1	4.55%
Total	12	10	22	100.00%

Tabela 45 – Resumo dos posicionamentos dos que são favoráveis à oficialização da LCV

Na verdade, um dos líderes acha que, pelo seu estatuto de língua materna e função de língua nacional se deve pura e simplesmente assumir a LCV como língua oficial e ainda (7) dos entrevistados não apontam qualquer constrangimento, considerando a maioria dos líderes que têm esta atitude que a questão das “variantes”¹⁶ é uma desculpa para obstaculizar a valorização da LCV. Contudo, a maioria considera que a oficialização deve ser um processo que envolve ainda muito trabalho visando a criação das condições para um uso oficial efectivo, mormente a padronização por causa da escrita, ponto de vista este que vem sendo recorrentemente sustentado a propósito das funções sociais, havendo um deles que se refere à inexistência de programas de promoção do ALUPEC. Em síntese, defendem que, no âmbito desse processo deve ser buscado o entendimento para obviar os problemas suscitados pela diversidade (variação) e que podem pôr em perigo a unidade nacional e definido um programa com objectivos e estratégias.

De destacar ainda que um dos líderes incluído nesta categoria considera que a oficialização não implica a padronização, e reitera que o processo deve decorrer de forma natural, sem interferências, e da forma mais segura possível, até a LCV atingir o nível de desenvolvimento da LP. Durante esse período seriam desenvolvidas as condições necessárias à oficialização da LCV, nomeadamente: estudos e preparação dos

¹⁵ Cf. secções 3.2.4.2. e 3.2.4.6.1. e 3.2.4.6.2.

¹⁶ Popularizou-se, em Cabo Verde, usar esse termo quer para o modo falar de cada uma das ilhas e os de Barlavento e de Sotavento.

instrumentos necessários. Esse ponto de vista, já recorrente, será retomado por outros entrevistados a propósito das atitudes culturais (cf. secção 3.2.4.2.) e face à organização linguística (cf. secção 3.2.4.6.1.).

Quanto aos fundamentos da atitude favorável à oficialização, 13 dos entrevistados que assumem esta posição, 6 líderes e 7 professores, argumentam com o facto de a LCV ser a língua materna e exercer a função de língua nacional. Também afirmam que a oficialização, ao igualar os estatutos das duas línguas em contacto, pode ser um despoletador da valorização da LCV e criar uma oportunidade para a criação de condições para o seu uso pleno, mormente a padronização.

A maioria dos entrevistados favoráveis à oficialização, sobretudo os professores, não restringe os usos da LCV oficializada, antes respondem todas, sendo que os líderes, sobretudo, especificam a escrita e o uso na administração pública e nos eventos oficiais. De destacar ainda que 3 professores e 1 líder retomam a possibilidade de uso indistinto¹⁷ da LP, de acordo com a opção de cada falante e outro o desbloqueamento psicológico e cultural dos cabo-verdianos.

3.2.4.2. Atitudes afectivo-emocionais e antropológicas

Estas atitudes valorativas dizem respeito às atitudes de carácter afectivo e emocional e antropológico, relacionadas com a identidade e a cultura, sendo portanto inferidas a partir das asserções em que os entrevistados manifestem julgamentos e ou argumentos relevantes.

Tal como detectado para os jovens também este grupo revela um vínculo afectivo-emocional muito forte para com a LCV, conotada com a emoção e a expressão dos sentimentos. Ademais, a maioria não aceita com naturalidade que os cabo-verdianos não tenham esse vínculo afectivo com a LCV, incluindo aqueles que manifestam uma apreciação globalmente desfavorável para com a LCV.

Com efeito, questionados sobre as suas atitudes afectivo-emocionais para com as duas línguas, todos os falantes adultos, salvo (1) do subgrupo dos professores que não se manifesta deste ponto de vista, revelam uma atitude amplamente favorável à LCV,

¹⁷ Este tema do uso indiferenciado das línguas será retomado por outros entrevistados a propósito das atitudes face à organização da situação linguística e da manutenção da LP para ler e escrever, na secção 3.2.4.6.1.

sendo que alguns entrevistados, dos dois subgrupos, relacionam-na, a esse propósito, com alma, intimidade, leite materno, respiração e expressão dos sentimentos¹⁸.

Na verdade, de entre os líderes, apenas dois manifestam aceitar com alguma naturalidade que haja cabo-verdianos que não gostem dessa língua e nenhum professor o admite expressamente; além disso, um líder revela um certo orgulho étnico no resultado linguístico que é o crioulo de Cabo Verde, orgulho esse que também será manifestado por outros entrevistados no contexto das atitudes identitárias e um outro destaca ainda como contradição de fundo, o facto de a LCV ser ao mesmo tempo amada e desvalorizada.

No que respeita à LP, nenhum dos entrevistados a rejeita deste ponto de vista, antes pelo contrário, alguns deles, 3 líderes e 3 professores, manifestam expressamente uma atitude favorável, sendo que apenas um dos líderes se refere a essa língua como instrumento, em oposição à LCV (alma).

Do ponto de vista identitário, com excepção de um dos professores cuja atitude desse ponto de vista não é manifestada, todos os falantes adultos consideram a LCV como um factor incontornável da identidade cabo-verdiana, ainda que um dos líderes sublinhe que não a considere como o único.

De destacar ainda que alguns líderes também revelam, a este propósito, algum orgulho étnico na LCV como criação dos cabo-verdianos e que um outro a considera o símbolo da independência. Contudo, a maioria aceita que um cabo-verdiano possa não saber ou não usar a LCV, sobretudo por razões relacionadas com a sua vivência e habituação, derivado sobretudo da emigração.

Quanto à relação LP vs. identidade cabo-verdiana, a maioria dos falantes adultos sente a LP como um factor identitário dos cabo-verdianos; a minoria que rejeita a LP desse ponto de vista estabelece com ela um vínculo utilitário (instrumento).

Entre os que admitem vínculo identitário, distinguem-se os que mencionam um vínculo algo forte, todos do subgrupo dos líderes, referindo-se mesmo à LP como um património dos cabo-verdianos, ainda que possa não ser igualmente valorizado e aprendido por todos ou mesmo aceite devido ao facto colonial e aqueles que estabelecem uma relação ainda que não tão forte:

¹⁸ Esta atitude já havia sido detectada na secção 3.2.1.2. e será retomada por outros entrevistados nas secções 3.2.4.3. 3.2.4.4.2. e 3.2.4.6.2.

Atitudes face à LP como factor identitário	Líderes	Profs.	Total	%
Vínculo forte (património)	11	0	11	37.93%
Vínculo menos forte	2	8	10	34.48%
Vínculo utilitário	2	3	5	17.24%
Não opinam	0	3	3	10.34%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 46 – Resumo das atitudes face à LP como factor identitário

Esses posicionamentos são reforçados por esses falantes quando inquiridos sobre ser cabo-verdiano e não saber ou não usar a LCV e/ou saber e usar apenas a LP. Quanto ao primeiro aspecto, ser cabo-verdiano/saber LCV, sobre o qual apenas 4 professores se manifestam, todos os líderes aceitam que um cabo-verdiano possa não saber ou não usar a LCV, ao contrário de dois dos professores. Contudo, os líderes divergem nos seus fundamentos pois, se a maioria (11/15) explica a sua posição por factores relacionados com a história de vida e a habituação, sobretudo devido à emigração, razão também apontada por um dos professores, outros líderes (2/15) aceitam-no como uma opção dos falantes e outros ainda (2/15) vêem-no como forma de rejeitar a própria identidade ou indicativo de alienação, posição a que se junta um dos professores. E um desses líderes aceita tal atitude como natural para os cabo-verdianos da diáspora, mas não para os residentes.

Posicionamentos sobre ser cabo-verdiano/saber LCV	Líderes	Profs.	Total	%
Pode-se ser cabo-verdiano e não saber	15	2	17	58.62%
Não se pode ser cabo-verdiano e não saber	0	2	2	6.90%
Não opinam	0	10	10	34.48%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 47 – Resumo dos posicionamentos sobre ser cabo-verdiano/saber LCV

No referente ao segundo aspecto, ser cabo-verdiano/usar a LCV e a LP, de que também se tem a posição de apenas 4 professores, com excepção de um dos líderes que relaciona saber e usar apenas a LP com alienação, os restantes aceitam o facto com alguma naturalidade. E explicam-no sobretudo por razões relacionadas com a vivência (percurso de vida e emigração), mas também por opção pessoal ou mesmo por preconceito derivado do estatuto de menor prestígio social da LCV. De destacar, nesse contexto, a posição de um dos líderes que considera que a identidade dos cabo-verdianos vive um paradoxo, pela não aceitação descomplexada da língua portuguesa como uma das suas componentes, com fundamento numa cultura compósita, o que também é sustentado por dois dos líderes.

Capítulo 3.2. Análise das entrevistas

Posicionamentos sobre ser cabo-verdiano/usar LCV e LP	Líderes	Profs.	Total	%
Pode-se ser cabo-verdiano e não usar LCV/usar apenas a LP	14	4	18	62.07%
Não se pode ser cabo-verdiano e não usar LCV/usar apenas a LP	1	0	1	0.00%
Não opinam	0	10	10	34.48%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 48 – Resumo dos posicionamentos sobre ser cabo-verdiano/usar LCV e LP

No âmbito das atitudes culturais, a LCV é, sem dúvida considerada a língua de cultura, ainda mais porque a maioria não aceita que as manifestações culturais mais tradicionais ou populares possam ser expressas em LP.

Com efeito, desconsiderando um dos líderes que não revela a sua atitude deste ponto de vista, a maioria dos entrevistados se refere à LCV como a língua que melhor exprime a cultura de Cabo Verde, mormente as manifestações mais tradicionais; também a maioria tem reservas quanto à possibilidade de elas serem expressas em LP e apenas uma minoria considera as duas línguas em pé de igualdade, nesse contexto.

Atitudes face a língua de cultura	Líderes	Profs.	Total	%
LCV	11	13	24	82.76%
Qualquer das línguas	3	1	4	13.79%
Não opinam	1	0	1	3.45%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 49 – Resumo das atitudes face a língua de cultura

Contudo, entre os entrevistados que consideram a LCV como a língua de cultura, as posições não são unânimes quanto às manifestações mais cultas, mormente a literatura, sendo que os líderes praticamente se dividem entre as duas posições maioritárias:

Posicionamentos face à língua a usar na literatura	Líderes	Profs.	Total	%
LP	5	8	13	54.17%
Qualquer das línguas	4	3	7	29.17%
LCV	2	2	4	16.67%
Total	11	13	24	100.00%

Tabela 50 – Resumo dos posicionamentos face à língua a usar na literatura

Na verdade, a maioria considera que a literatura deve ser na LP, atitude que é justificada pela carência de regras de escrita estabelecidas para a LCV e a não existência de uma linguagem literária nessa língua, aspecto último este em que consideram que a LP está a prejudicar o desenvolvimento da LCV. Outros baseiam-se nas restrições à

recepção devido às limitações dessa língua no mercado linguístico. Esta questão é colocada, a este propósito por 4 entrevistados, 2 líderes e 2 professores, mas já o havia sido por um líder no âmbito da oficialização da LCV e será retomada ainda por outro informante no contexto das atitudes face à manutenção da LP para ler e escrever e face à situação prevalecente na literatura¹⁹. Ou seja, trata-se da problemática da recepção, colocada por Baltasar Lopes da Silva (1973) como sendo uma questão de consciência ou de dever: dar a conhecer as suas ideias pela língua que garanta uma maior recepção²⁰.

Contudo, um número ainda assim importante acha que qualquer das línguas poderia ser utilizada na literatura, contexto em que 1 líder e 1 professor indicam a possibilidade de opção pela língua, neste caso por parte do escritor/poeta²¹. De resto é uma minoria a que considera que a LCV é a língua que exprime melhor a cultura de Cabo Verde mesmo na literatura culta, sendo mesmo que 1 dos líderes não considera que a LP veicula a cultura cabo-verdiana, pondo mesmo em causa a literatura cabo-verdiana em língua portuguesa.

Assim, esses dados conjugados com os expostos acima (cf. secção 3.2.2.4.3.) e outros que serão discutidos mais adiante (cf. secção 3.2.4.6.2.) dão conta de que para as manifestações mais cultas, mormente a literatura, existe uma atitude favorável ao uso da LCV, mas também a convicção de que esse uso efectivo é limitado pela carência de regras de escrita e de uma linguagem literária e ainda pela menor capacidade de recepção na LCV.

Quanto à LP, e em manifesta oposição com os líderes e professores que a consideraram apenas um instrumento, com o qual não se tem qualquer vínculo afectivo ou cultural (cf. tabela 46), ela é também aceite como um factor constitutivo da cultura cabo-verdiana. Além de que, saber e usar apenas a LP é também maioritariamente aceite com alguma naturalidade, por razões relacionadas com a vivência (percurso de vida e emigração), mas também por opção da pessoa.

3.2.4.3. Atitudes face ao uso (sociais)

Neste contexto são observadas as atitudes dos falantes adultos quanto ao uso social das línguas, a partir das suas asserções sobre a adequação delas a pessoas,

¹⁹ Cf. secções 3.2.4.1.2 e 3.2.4.6.1.

²⁰ Cf. no capítulo Cap. 5, reflexões sobre política linguística

²¹ Cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.6.1.

assuntos e circunstâncias e à sua distribuição por domínios. A análise revelou que a maioria dos falantes adultos considera ambas as línguas adequadas para todas as pessoas, assuntos e circunstâncias, apesar da proximidade dos resultados. Tais atitudes serão confrontadas com o uso (distribuição das línguas por domínios e factores determinantes da escolha e da sua redefinição), de modo a ter clareza sobre a relação entre as atitudes e os comportamentos.

Assim, como se pode visualizar na tabela 51, a maioria, sobretudo os do subgrupo dos líderes, incluindo mesmo aqueles que consideram a LP como mais adequada para assuntos mais formais, consideram adequado escolher a LP e/ou a LCV sobretudo em função do domínio que o alocutário tem dessas línguas, o que, no caso da LP depende crucialmente da escolarização.

Atitudes face ao uso	Líderes	Profs.	Total	%
Adequado escolher LP/LCV consoante a língua dominada pelo ALOC	11	5	16	55.17%
LP, mais adequada contextos mais formais e/ou assuntos mais sérios	4	9	13	44.83%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 51 – Resumo das Atitudes face ao uso das línguas

Ademais, e também do ponto de vista das atitudes, não consideram o assunto como tendo um papel especialmente relevante nessa escolha e de certo modo também as circunstâncias. De destacar a atitude de dois dos entrevistados que dizem assumir como uma agenda pessoal usar a LCV com todas as pessoas, para todos os assuntos e em todas as circunstâncias e a de outros dois que assumem usar a LCV muitas vezes numa atitude provocatória.

Na verdade, são sobretudo os professores que manifestam alguma relutância em aceitar o uso indiferenciado das duas línguas, argumentando a favor da LP para contexto mais formal ou académico e assunto mais sério porque vinculam a LP a mais rigor e formalidade e a LCV a informalidade, proximidade e afectividade/sentimentos, conotação essa recorrente²².

De ressaltar ainda que dois entrevistados têm uma atitude veladamente desfavorável à extensão da LCV para o formal, argumentando um deles que pode dar azo à banalização, e que quanto à extensão de uso da LP para os domínios íntimos e

²² Cf secções 3.2.1.2. e 3.2.4.2., 3.2.4.4.2. e 3.2.4.6.2.

informais, há uma manifestação claramente desfavorável de um dos entrevistados e outra claramente favorável.

Outrossim, quando questionados sobre o uso de uma das línguas, querendo usar a outra, e tendo em consideração que 3 professores não se manifestam a este propósito, e que um número importante dos inquiridos considera que tal nunca aconteceu, os restantes (12/29) fazem mais menções ao uso da LCV querendo usar a LP do que ao uso da LP querendo usar a LCV:

Referências ao uso de uma língua querendo usar a outra	Líderes	Profs.	Total Referências	%
Uso da LCV querendo usar LP	6	6	12	37.50%
Uso da LP querendo usar a LCV	7	2	9	28.13%
Não opinam	0	3	3	9.38%
Nunca ocorreu	4	4	8	25.00%
Total	17	15	32	100.00%

Tabela 52 – Resumo das referências ao uso de uma língua querendo usar a outra

Os líderes referem ter usado a LCV quando teriam preferido a LP em casos em que esta era a língua mais bem dominada pelo interlocutor ou em função do hábito que eles próprios têm de usar a LP com determinadas pessoas para determinados assuntos ou em determinadas situações; enquanto os professores referem o uso da LCV com alunos e/ou nas aulas, a contragosto, e também em situações formais, gorando-se a expectativa de um melhor acolhimento ou atendimento se tivesse usado a LP. No segundo caso, os líderes referem alguma imposição da LP por parte dos interlocutores e em situações muito formais e, os professores, o uso da LP com falantes da LP e nas reuniões de trabalho; dois dos entrevistados, 1 líder e 1 professor, referem-se ao facto, constrangedor, de, em algumas vezes, se terem dado conta de que escolheram a língua que o interlocutor não escolheria.

3.2.4.4. Atitudes normativas

As atitudes normativas dos falantes adultos em relação à LCV são observadas em função do que revelam face ao que consideram 'o verdadeiro crioulo', o padrão e ainda o modo como acham que a LCV é falada (correção e adequação). Identicamente, em relação à LP, elas serão evidenciadas a partir do modo como acham que a LP é falada e deveria ser falada pelos cabo-verdianos de um modo geral.

Assim, os falantes adultos aceitam a LCV como um todo, independentemente da sua variação, apesar desta ser uma questão crucial para eles e que exige a definição

técnica de uma norma para esta língua. Também se manifestam desfavoráveis à descrioulização da LCV que lhes parece estar em curso e favoráveis ao desenvolvimento de uma forma própria dos cabo-verdianos falarem a LP, ou seja, uma variedade nativa da LP (PCV).

3.2.4.4.1. Atitudes normativas face à LCV

Assim, e no que respeita ao que consideram ser 'o verdadeiro crioulo', e como consta da tabela 53, predomina a posição favorável à língua como um todo, com as suas "variantes". Conjugando todos os dados, pode-se afirmar que os entrevistados acham que deve ser definido um padrão, ainda que as posições se dividam quanto à opção pelo dialecto de Santiago, mesmo tendo em conta que dois professores não se manifestam claramente. Com efeito, entre as posições minoritárias, contam-se a remissão a um padrão e menções desfavoráveis e favoráveis ao dialecto de Santiago seja num recurso à posição de Baltasar Lopes da Silva (1973)²³, seja por ser esse o dialecto do entrevistado, seja por ele ser considerado a forma mais antiga da LCV ou a mais autêntica por ter menos influências da LP.

Atitudes face ao verdadeiro crioulo	Líderes	Profs.	Total	%
A língua como um todo	9	6	15	51.72%
Favoráveis ao dialecto de Santiago	2	3	5	17.24%
Padrão	2	3	5	17.24%
Desfavoráveis ao dialecto de Santiago	2	0	2	6.90%
Não opinam	0	2	2	6.90%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 53 – Resumo das atitudes face ao verdadeiro crioulo

Contudo entre os que valorizam a língua como um todo coexistem posições algo diferentes, destacando-se novas ocorrências de posições desfavoráveis ao dialecto de Santiago e favoráveis à definição de um padrão:

Posicionamentos face à língua como um todo	Líderes	Profs.	Total	%
Desvalorização da variação	1	5	6	40.00%
Desfavoráveis ao dialecto de Santiago	3	0	3	20.00%
Padrão a ser fixado por técnicos	2	1	3	20.00%
Sociolecto dos idosos e analfabetos	2	0	2	13.33%
O dialecto próprio	1	0	1	6.67%
Total	9	6	15	100.00%

Tabela 54 – Resumo dos posicionamentos face à língua como um todo

²³Cf. no capítulo Cap. 5, reflexões sobre política linguística.

Assim, tem-se: quer a variação dialectal como a rural/urbano, “crioulo leve” (com influências da LP, falado por pessoas mais instruídas, ou seja, com mais domínio da LP) vs. “crioulo fundo” (sem influências da LP, falado por pessoas menos instruídas), ou seja, variedades basilectal e acrolectal (cf. capítulo 1, 1.1.) são tidas como irrelevantes. Essa desvalorização resulta da inteligibilidade entre as variedades e também por considerarem ser isso natural no devir das línguas; para além disso, ocorrem atitudes desfavoráveis a uma eventual opção pelo dialecto de Santiago, sendo que, nesse contexto, um dos líderes considera que à volta desse dialecto se tem desenvolvido uma teoria identitária vinculada ao essencialismo que, rapidamente, poderá cair no racismo; e ainda a posição de dois líderes e um professor que sustentam que o padrão deve ser fixado por técnicos da área.

A questão da norma padrão para a LCV será observada através de afirmações explícitas dos entrevistados sobre o dialecto que consideram dever ser o padrão, daquele que apontam como devendo ser oficializado e/ou usado na escrita e/ou ensinado nas escolas.

Assim, domina considerar que o padrão deve ser definido intencionalmente, mesmo considerando o número dos entrevistados que não assume posições explícitas sobre esta questão, em nenhum momento, ainda que, quanto aos professores eles sejam simultaneamente desfavoráveis à oficialização, à escrita e ao ensino na LCV:

Atitudes face a norma padrão	Líderes	Profs.	Total	%
Deve ser definido intencionalmente	6	11	17	58.62%
Subjacente	1	0	1	3.45%
Deve resultar de um processo natural	3	0	3	10.34%
Não opinam	5	3	8	27.59%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 55 – Resumo das atitudes face à norma padrão

E as posições minoritárias dividem-se entre considerar que existe um padrão subjacente (referido subsidiariamente por um outro líder) e ainda que a padronização deve resultar de um processo natural, com base numa suposta hierarquia social dos dialectos, desfavorável à de Santiago, e no vocalismo dos dialectos de barlavento. Ou seja, o padrão definir-se-ia por si a partir da escrita de todos os dialectos permitida pelo ALUPEC²⁴ ou da língua literária, algo entre a variedade de sotavento e a de barlavento, mais próxima da LP, mas sem a queda das vogais átonas que nela ocorre e

²⁴ Na verdade, o ALUPEC permite que cada usuário escreva como fala.

diferentemente do que acontece na variedade de sotavento em que predominam as palavras graves.

De entre os entrevistados que advogam a posição maioritária, coexistem, não excludentemente em alguns casos, as seguintes posições: i) padronização das “variantes” de barlavento e de sotavento; ii) definição do padrão por técnicos, como já afirmado a propósito do que se considera ser o verdadeiro crioulo; iii) atitudes favoráveis ao dialecto de Santiago como padrão, somando (9) com os encontrados acima; iv) consideração das “variantes” de barlavento e de sotavento nessa definição; v) outra atitude desfavorável à padronização do dialecto de Santiago; para além da vi) posição de que se trata de um problema de difícil solução.

De destacar ainda que as referências favoráveis ao dialecto de Santiago ou à padronização das duas variedades são feitas mesmo por parte dos que consideram como verdadeiro crioulo a língua como um todo.

Posicionamentos de norma padrão definido intencionalmente	Líderes	Profs.	Referências	%
Padronização da variedade de barlavento e de sotavento	5	3	8	36.36%
Deve ser fixado por técnicos	3	3	6	27.27%
Favoráveis ao dialecto de Santiago	1	3	4	18.18%
Considerando variedade de barlavento e de sotavento	2	0	2	9.09%
Desfavoráveis ao dialecto de Santiago	1	0	1	4.55%
Difícil	1	0	1	4.55%
Total	13	9	22	100.00%

Tabela 56 – Resumo dos posicionamentos de norma padrão definido intencionalmente

Além disso, a atitude favorável a um processo natural para a afirmação de uma norma padrão (para ser oficializado e usado na escrita e no ensino) é um tema recorrente que já foi referido a propósito da oficialização da LCV e será retomado por estes e outros entrevistados a propósito da (re)organização da situação linguística, do estatuto de oficialidade da LP e da manutenção da LP e para ler e escrever²⁵.

Relativamente à correcção (modo como os cabo-verdianos falam a LCV), tendo em consideração o número dos entrevistados que não assumem qualquer posição a este respeito, a maioria dos falantes adultos dá conta de que, a forma como a LCV é falada actualmente nos centros urbanos e/ou por pessoas instruídas (eles próprios ou noutros) e/ou em contextos mais formais está a ser bastante influenciada pela LP. Os líderes

²⁵ Cf. secções 3.2.4.1.2 e 3.2.4.6.1.

tendem a chamar a esse produto de “mistura de língua” ou “crioulês” e os professores de “crioulo leve”, em oposição ao “crioulo fundo”, com menos influências e já referido acima.

Atitudes face ao modo como os cabo-verdianos falam a LCV	Líderes	Profs.	Referências	%
Crioulês ou crioulo leve	8	5	13	41.94%
Bem	1	1	2	6.45%
Ausência de codificação	4	4	8	25.81%
Carência de registo formal e/ou de recursos de polidez	2	3	4	12.90%
Não opinam	3	1	4	12.90%
Total	18	14	31	100.00%

Tabela 57 – Resumo das atitudes face ao modo como os cabo-verdianos falam a LCV

Segundo alguns dos entrevistados, sobretudo os líderes, isso se explicaria pela ausência de uma norma padrão ou pelo facto de esta língua não ser ensinada formalmente; segundo outros pelo prestígio da LP, acarretando o que é considerado como uma forma de promoção pessoal via demonstração do nível cultural pessoal. Consideram ainda que, por isso, e diferentemente do que é comum dizer-se, é a LP que está a prejudicar a LCV, com mudanças em curso observáveis em matéria de formação do género e do plural, modo de falar esse que poderá dar origem a uma terceira língua. De destacar ainda a posição de um dos professores que, nesse contexto, considera que se tende a falar uma mistura dos dialectos, apontando dessa forma para um esbatimento deles, o que ele próprio e outros já haviam dado conta²⁶.

Ademais e não necessariamente de forma exclusiva, uma minoria considera que se fala bem a LCV; e um número importante refere-se a uma codificação inexistente ou não bem fixada ou completamente fixadas e à consequente impossibilidade de avaliação da correcção em LCV e ainda à carência de um registo mais formal e/ou de recursos de polidez no dialecto de Santiago.

3.2.4.4.2. Atitudes normativas face à LP

Trata-se de perceber, nesta secção, como os entrevistados acham que a LP é e deveria ser falada pelos cabo-verdianos.

Assim, e do ponto de vista da maneira como os cabo-verdianos falam a LP (correcção), a posição dominante, com destaque para os líderes, é que falamos a LP de

²⁶ Cf. secções 3.2.1.2. e 3.2.2.4.1.1. para os líderes e 3.2.2.4.1. para os professores.

uma forma própria. Ademais, um número bastante importante, com destaque para os professores acha que esse modo de falar depende da qualidade de ensino e varia em função do grau de escolaridade e/ou do empenho pessoal, podendo ser tão correcta como a dos portugueses. E uma minoria acha que se fala mal, devido ao nível do ensino, ao pouco empenho pessoal e ao hábito de falar sempre na LCV. De entre os “erros” e as “especificidades” são apontados por uns e outros a concordância, o uso do conjuntivo, a colocação dos clíticos, e o uso das preposições, entre outros.

Atitudes face ao modo como os cabo-verdianos falam a LP	Líderes	Profs.	Total	%
Forma própria	9	6	15	51.72%
Depende da qualidade/grau de escolaridade e/ou empenho pessoal	3	7	10	34.48%
Mal	3	1	4	13.79%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 58 – Resumo das atitudes face ao modo como os cabo-verdianos falam a LP

Entre os entrevistados que sustentam que os cabo-verdianos falam a LP de uma forma própria (PCV), a maioria dos líderes considera que falam o português com um sotaque local, mas correcto do ponto de vista gramatical, ou seja, com respeito pelas regras do português europeu (PE), por vezes num registo muito formal, chegando mesmo a rebuscado na escrita, embora possam não usar a língua em todas as suas potencialidades e possam mesmo cometer erros. Os seus fundamentos são uma concepção purista de língua cujo ideal é o PE e ainda o facto de os cabo-verdianos não usarem essa língua no seu quotidiano, mesmo os mais instruídos. Outrossim, um número igual de líderes e de professores argumenta que os cabo-verdianos falam à sua maneira com mudanças a registar e contra as quais nada se pode fazer:

Posicionamentos face à variedade nativa de LP (PCV)	Líderes	Profs.	Total	%
Regras PE + sotaque local	5	2	7	46.67%
À sua maneira	4	4	8	53.33%
Total	9	6	15	100.00%

Tabela 59 – Resumo dos posicionamentos face à variedade nativa de LP (PCV)

De ressaltar que, cumulativamente, são tidas: uma atitude desfavorável ao sotaque (lisboeta ou coimbrão) e mais uma referência por parte de um líder à relação da LCV com a expressão dos sentimentos, da emoção²⁷ e ainda referências ao desejo de

²⁷ Cf. secções 3.2.1.2., 3.2.4.2., 3.2.4.3. e 3.2.4.6.2.

perfeccionismo/ atitudes de intolerância linguística face ao erro na LP e à convicção de que muitas vezes se prefere falar a LCV por não se dominar a LP.

No que toca à norma para a LP (o modo como os cabo-verdianos deviam falar essa língua), como se pode visualizar na tabela 60, abaixo, as atitudes dos falantes adultos quanto ao desenvolvimento do PCV, por um lado, estão divididas entre os que são a favor e contra e, por outro, há uma clara divergência entre os dois subgrupos de entrevistados.

Atitudes face a uma forma própria de falar a LP (PCV)	Líderes	Profs.	Total	%
Favoráveis	10	4	14	48.28%
Desfavoráveis	5	10	15	51.72%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 60 – Resumo das atitudes face a uma forma própria de falar a LP (PCV)

Com efeito, a maioria dos líderes, apoiada por uma minoria dos professores, tem uma atitude favorável ao desenvolvimento do PCV, sendo que para alguns é uma inevitabilidade. Segundo eles, tal variedade resultaria do modo como se fala a LP com mudanças observáveis no uso do conjuntivo, do pronome ‘lhe?’ e do pronome reflexo, ou via a literatura, na escrita, posição esta que é sustentada por todos os professores.

Pelo contrário, a maioria dos professores, apoiada por um número quase igual aos dos líderes, revela uma atitude desfavorável ao PCV e favorável ao português europeu, sendo ainda que surge nesse contexto uma das referências à intolerância linguística feita pelos líderes e já apontada acima.

3.2.4.5. Atitudes sociolinguísticas

As atitudes sociolinguísticas foram observadas a partir das asserções dos entrevistados relacionadas com o ser bilingue, o bilinguismo e a situação de contacto, tendo sido revelado que os falantes adultos avaliam bastante positivamente o bilinguismo e a situação de contacto, como sendo uma situação de bilinguismo, de complementaridade entre as duas línguas.

Com efeito, ainda que apenas 6/29 dos entrevistados, todos do subgrupo dos líderes manifestem a sua opinião sobre o ser bilingue, todos eles o valorizam como um factor de aumento da aptidão cognitiva. E também todos os falantes adultos que manifestaram explicitamente a sua opinião sobre o bilinguismo têm uma atitude favorável a esta situação (26/29, doze líderes e catorze professores).

Em relação à situação de contacto, e considerando que três dos líderes não opinam sobre isso, uma destacada maioria tem uma atitude favorável para com a situação de contacto vigente. Em síntese, consideram que as duas línguas estão numa situação de complementaridade a qual é aceite com naturalidade e valorizada como bilinguismo e tida como uma mais-valia, riqueza e privilégio que não está a ser explorada convenientemente e cujas armadilhas há que evitar; contudo, um dos líderes aponta constrangimentos para os aprendentes no início da escolarização:

Atitudes face à situação de contacto	Líderes	Profs.	Total	%
Valorização como bilinguismo	8	9	17	58.62%
Desvalorização como diglossia	4	5	9	31.03%
Não opinam	3	0	2	6.90%
Total	15	14	29	100.00%

Tabela 61 – Resumo das atitudes face à situação de contacto

Diferentemente, os restantes desvalorizam a situação de contacto como sendo de diglossia, ou seja, e em síntese: de estatuto diferenciado para as duas línguas com supremacia para a LP, o que limita e constrange a nação como um todo, havendo mesmo um líder que considera tratar-se de uma ditadura da LP ao passo que para outro é a LP que está em risco.

3.2.4.6. Atitudes de manutenção/mudança

As atitudes de manutenção e mudança serão observadas com base em informações dos inquiridos sobre a reorganização da situação linguística, título em que se inclui ainda o estatuto de oficialidade apenas para a LP, a manutenção dessa língua e para ler e escrever e ainda o posicionamento dos entrevistados face ao status quo na comunicação social imprensa escrita e literatura. A análise demonstrou que os falantes adultos avaliam muito positivamente o bilinguismo e a situação de contacto como sendo de bilinguismo e de complementaridade das duas línguas quanto às suas funções sociais.

3.2.4.6.1. Atitudes face à (re)organização da situação linguística e (re)definição das funções sociais

A atitude que vigora em relação à organização da situação linguística entre os entrevistados é que ela deve ser organizada tendo em vista um bilinguismo efectivo e descomplexado da LCV e da LP, com acréscimo de uma língua de comunicação

internacional como o francês e o inglês. Contudo, há diferenças entre eles, como se pode visualizar na tabela 62, abaixo:

Atitudes face à reorganização da situação linguística	Líderes	Profs.	Referências	%
Favoráveis ao uso indiferenciado das duas línguas	6	8	14	45.16%
Não à valorização da LCV em detrimento da LP	4	5	9	29.03%
Processo natural de desenvolvimento/afirmação da LCV	1	0	1	3.23%
Manutenção LCV apenas para a oralidade	0	3	3	9.68%
Afirmação da LP como língua de cultura e de comunicação internacional em Cabo Verde	1	0	1	3.23%
LCV e LP como línguas maternas e nacionais	1	0	1	3.23%
LP como instrumento	1	0	1	3.23%
Manutenção LP como meio de ensino e para situações mais formais	1	0	1	3.23%
Total	15	16	31	100.00%

Tabela 62 – Resumo das atitudes face à reorganização da situação linguística

Efectivamente, não necessariamente de modo excludente:

- a maioria retoma a atitude de que as duas línguas devem ter um uso indiferenciado²⁸, a depender da escolha pessoal de cada falante²⁹;
- a seguir, é acentuado que a valorização da LCV nunca poderá significar a desvalorização da LP, tal como já havia sido manifestado por um informante (cf. secção 3.2.4.1.2. acima) e será colocado por outros ainda nesta secção, a propósito do estatuto da oficialidade da LP e da manutenção da LP para ler e escrever. Nesse contexto, há que destacar um argumento de que ambas as línguas têm sido vítimas de uma falta de política linguística em Cabo Verde; e ainda a reiteração por um dos entrevistados da sua posição no sentido do desenvolvimento natural do processo de afirmação da LCV e pela manutenção da situação diglósica vigente até que a LCV atinja os requisitos necessários para assumir outras funções, como já colocado anteriormente por outros entrevistados³⁰.

As posições mais divergentes vão no sentido de que:

- a LCV deverá ser mantida apenas para a oralidade, por parte dos mesmos professores que já se haviam manifestado desfavoráveis ao exercício da

²⁸ Para este tema cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.3.

²⁹ Cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.2.

³⁰ Cf. secções 3.2.4.1.1., 3.2.4.1.2. e 3.2.4.2.

escrita pela LCV e à sua oficialização e ainda um outro que apenas aceita a escrita da LCV para a literatura);

- o mais natural é que uma língua de cultura e de comunicação internacional como a LP ganhe projecção e suplante a LCV no uso; esta ficaria reduzida a uma língua de comunicação interna (língua segunda, segundo o informante), em virtude do desenvolvimento económico e social e da educação que se tem verificado em Cabo Verde;
- as duas línguas atingirão estatuto e funções idênticas, ou seja, ambas passarão a ser línguas maternas e nacionais, como resultado da oficialização da LCV em paridade com a LP e do trabalho persistente, de anos para o desenvolvimento da LCV;
- a valorização e o desenvolvimento da LCV e o consequente exercício por ela de todas as funções sociais, implicaria a redução do papel da LP a um instrumento para suprir necessidades mormente do conhecimento que se encontra registado por escrito nessa língua; e a terceira língua deveria ser uma língua escolhida pelos países africanos como sua segunda língua, para a comunicação internacional, língua essa que seria o inglês;
- posição a favor da manutenção da LP para situações mais formais e para a educação, não mostrando muita convicção em relação ao uso indiferenciado das duas línguas.

Quanto ao estatuto de oficialidade da LP, a maioria dos entrevistados (24) é a favor da co-oficialização da LP, argumentando, em síntese, que a oficialização da LCV não deve implicar a secundarização da LP, antes deve significar o mesmo estatuto para as duas línguas, com o argumento preferencial de a LP ser a língua de comunicação com o exterior. Os restantes entrevistados não responderam à questão: um dos líderes, argumentando que depende do conteúdo que se der à oficialização e os quatro professores que já se haviam manifestado desfavoráveis à oficialização da LCV.

Nesse contexto, são de destacar: i) a posição de dois líderes que voltam a sustentar a necessidade de o processo ser natural de modo a prever eventuais conflitos nacionais, sendo que um deles acrescenta que há que se evitar a armadilha de se pensar que a LCV poderá igualar a LP no mercado linguístico; e, ii) a de outro líder que admite a co-oficialidade enquanto a LP for necessária, ou seja, enquanto a LCV não puder preencher todas as funções sociais.

Do ponto de vista da manutenção da LP para ler e escrever, também se confirma a posição dominante de manutenção das duas línguas, para uso indistinto³¹ e conforme a opção dos usuários³², inclusivamente para a função de escrita, ainda que bastantes vezes seja destacada a função da LP como língua de comunicação internacional, mormente com a CPLP (cf. secção 3.2.2.4.1.). As excepções são três professores que argumentam que a LCV deve ficar restrita à oralidade (cf. secção 3.2.4.6.1. acima).

Além disso, enquanto alguns reiteram que a afirmação da LCV deve ser um processo natural, partilhado e assumido por todos, ponto de vista este já dantes manifestado nesta secção relacionado com a organização da situação linguística e da oficialidade da LP e a propósito da oficialização e padronização da LCV³³, outros recolocam a questão da não desvalorização da LP a favor da LCV.

Quanto à função de comunicação internacional, embora haja quem advogue que o exercício dessa função pela LP deverá manter-se apenas enquanto for necessário, há também quem argumente que será difícil à LCV afirmar-se como língua de comunicação internacional neste mundo globalizado em que o mercado linguístico não confere valor igual às línguas. Suscitam, desse modo, a problemática da recepção da produção em LCV já anteriormente colocada no contexto das atitudes face à oficialização da LCV e às culturais³⁴. Além disso, há quem admita que a LCV poderá vir a ter um papel proeminente na escrita, idêntica ao que tem agora na oralidade.

3.2.4.6.2. Atitudes face à situação prevalecente em algumas áreas

Trata-se de observar se existe atitude favorável à manutenção ou à mudança da situação vigente na comunicação social, literatura e imprensa escrita, política e palestras/conferências, sendo que neste particular os dados são mais relevantes para os líderes do que para os professores.

O resultado é uma atitude globalmente favorável ao uso da LCV na comunicação social, por parte da generalidade dos líderes e dos professores que se manifestam. Contudo, os dois entrevistados-líderes directamente vinculados a essa actividade não manifestam claramente a sua atitude, embora ambos afirmem usar as duas línguas no decurso do trabalho (cf. secção 3.2.2.2.3.) apesar de terem manifestado uma atitude

³¹ Para este tema cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.3.

³² Cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.2.

³³ Cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.4.1.

³⁴ Cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.2.

desfavorável ao uso da LCV no formal. Ademais um terceiro líder, também relacionado com esta actividade, revela uma atitude claramente desfavorável à LCV na comunicação social, o que também é consistente com a atitude de achar a LP mais adequada a contextos de mais rigor e formalidade (cf. secção 3.2.4.3.).

De destacar ainda a atitude adicional de achar que os jornalistas preferem usar a LCV por incompetência na LP, “expressão da incompetência linguística” essa já anteriormente referida por outro informante (cf. secção 3.2.4.4.2.); essa percepção é referida na literatura sociolinguística relativamente à troca de línguas (Martins, 1994a:50). De notar ainda a atitude desfavorável à alternância na comunicação social em função do estatuto do interlocutor e/ou da intencionalidade comunicativa por parte de dois líderes.

Na literatura e na imprensa escrita predomina uma atitude favorável ao uso das duas línguas, embora a questão da recepção da produção escrita em LCV já tenha sido colocada a propósito das atitudes para com a oficialização da LCV, da língua da literatura e da (re)definição das funções sociais por (4) dos entrevistados³⁵.

Com efeito, recorde-se, que já havia sido detectada, no respeitante à literatura, a atitude de usar a LP por a LCV ainda não ter condições objectivas para tanto ou de deixar a opção ao usuário (cf. secções 3.2.4.1.2. e 3.2.4.2.). Outrossim, no referente ao exercício da função de escrita pela LCV também se detectou uma atitude maioritariamente favorável por parte desses entrevistados, embora grande parte deles também requeresse a criação prévia de condições para o efeito, especificamente a fixação de regras da escrita (cf. secção 3.2.4.1.2.). Assim, conjugando todos estes dados, com o posicionamento dos entrevistados que revelam as suas atitudes a propósito da imprensa, pode-se afirmar que existe uma atitude favorável ao uso da LCV nesta área, apenas limitada pelas condições de escrita existentes e pelo posicionamento da LCV no mercado linguístico.

Tendo em conta que os professores não abordam a questão do uso da língua relacionado com a actividade política, observa-se, consistentemente com o observado no uso (cf. secção 3.2.2.2.3.), que predomina entre os líderes ligados a essa actividade uma atitude favorável ao uso da LCV, como recurso instrumental e estratégico e também

³⁵ Cf. secções 3.2.4.1.2., 3.2.4.2. e 3.2.4.6. 1.

como sinal de afectividade e de intimidade³⁶ e mesmo para atender à expectativa de valorização dos ouvintes/eleitores.

Também, consistentemente com o comportamento, o informante que usa predominantemente a LP na sua actividade política, mormente em contextos mais formais, tem uma atitude favorável ao uso da LP nesse tipo de contexto (cf. secções 3.2.4.3. e 3.2.4.6.1.).

Os dados respeitantes a (7/15) dos entrevistados-líderes que explicitam as suas opiniões a respeito do uso das duas línguas em palestras/conferências evidenciam uma atitude favorável ao uso da LCV nessas circunstâncias, sobretudo em função dos participantes, o domínio comparado das línguas e o à vontade para colocar questões, sendo que o óbice é a terminologia científica e técnica na LCV, o que, relembre-se já havia sido apontado (cf. secção 3.2.2.4.1.) como factor algo relevante para a escolha da LP.

3.2.5. Súmula das conclusões

Nesta secção, são sumariados os resultados revelados pela análise das entrevistas no que respeita às atitudes, respondendo-se dessa forma e para os falantes adultos às três primeiras perguntas do objectivo 2, ou seja: *Quais as atitudes dos falantes face às duas línguas e relativamente a uma eventual relação hierárquica entre elas? Quais os contextos (formal/informal; público/privado) em que entendem ser adequado usar cada uma das duas línguas? A qual das línguas associam particularmente determinados conteúdos conversacionais e determinadas actividades?* Assim:

1. Atitudes face às línguas enquanto tal não se pode afirmar que a LP seja, para estes informantes, e do ponto de vista das atitudes, a língua de maior prestígio, com desvalorização estrutural da LCV e sua valorização funcional como ocorre com os jovens (cf. secções 3.1.5.7.1.). Com efeito, e tendo presente que não foi possível ter por parte dos falantes adultos uma posição tão fina quanto se obteve por parte dos falantes jovens, tem-se:

1.1. Estatuto das línguas: a LP é valorizada positivamente como língua de união com a CPLP e de comunicação internacional e instrumento de acesso ao conhecimento e à informação; e a LCV não só é globalmente valorizada como língua como ela é

³⁶ Cf. secções 3.2.1.2., 3.2.4.2., 3.2.4.3. e 3.2.4.4.2.

considerada a língua materna e nacional, apesar de algumas manifestações de uma atitude de nobilitação dessa língua via uma suposta relação genética entre a LCV e a LP;

1.2. Atitudes funcionais: além disso, os falantes adultos manifestam uma atitude favorável ao exercício pela LCV das funções sociais de escrita, de objecto e meio de ensino e para a alfabetização de adultos e de uso oficial (administração e eventos oficiais), ainda que uma minoria manifeste reservas quanto à LCV como meio de instrução;

1.2.1. Com efeito, e em síntese, a posição global dos inquiridos é que a LCV pode desempenhar plenamente todas estas funções sociais, as quais devem ser exercidas indistintamente pelas duas línguas, sem imposições nem restrições: o falante deve poder escolher livremente ainda que a valorização da LCV não deva ser feita em detrimento da LP língua. Contudo, enquanto alguns apontam vantagens que o reconhecimento social da língua traria, por via do exercício dessas funções, outros preferem apontar alguns requisitos básicos que devem ser satisfeitos previamente;

1.2.1.1. As vantagens apontadas são o desbloqueamento psicológico e cultural e ainda que poderia actuar como despoletador do reconhecimento de um estatuto igual para as duas línguas, da padronização e do estabelecimento de regras de escrita. Os requisitos elencados são, sobretudo, a padronização, a codificação e a fixação de regras de escrita e o desenvolvimento de terminologias específicas sem as quais, consideram, qualquer tentativa de impor o exercício dessas funções pela LCV se reduziria a uma mera declaração de princípios;

1.2.1.2. Quanto aos requisitos necessários para que a LCV exerça plenamente as funções sociais, ela é mais extensa em relação ao ensino (formal e alfabetização de adultos), centrando-se nos aspectos acima referidos (padronização, a codificação e o estabelecimento de regras de escrita), mas também, e no que toca especificamente ao ensino formal, na formação de professores e na produção de materiais de ensino. Ocorrem mesmo manifestações no sentido de ela poder ser objecto de ensino, mantendo-se a LP como meio de ensino. As preocupações no tocante à alfabetização de adultos centram-se na exiguidade do material escrito em LCV e na pouca demanda social de uso da LCV na escrita, o que tornaria ineficaz essa alfabetização, podendo acarretar o analfabetismo de retorno;

1.2.1.2.1. No entanto, as posições são divergentes quanto ao momento da introdução da LCV no currículo, havendo quem pense que ela deveria ser inserida nos primeiros anos de escolaridade com ganhos de eficiência para o processo de ensino-aprendizagem, inclusive do da LP que seria introduzida mais tarde; mas também há quem pense exactamente o contrário, ou seja, que é a LCV que deve ser introduzida mais tarde, após uma boa aprendizagem da LP, para evitar os constrangimentos que uma alegada semelhança estrutural entre as duas línguas poderia acarretar para os aprendentes;

1.2.2. Na verdade, salvo algumas excepções, as objecções ao exercício destas funções sociais pela LCV não estão vinculadas a atitudes desfavoráveis à língua em si, mas ao seu grau de desenvolvimento e equipamento e às suas limitações competitivas em relação à LP no mercado linguístico, como língua de comunicação internacional e de acesso ao conhecimento e à informação e a possibilidade de expansão da produção científica e literária nacionais. Ou seja, esta objecção está vinculada à questão da recepção, inseparável do nível de desenvolvimento/afirmação do próprio país, neste mundo globalizado e numa era de informação e do conhecimento, sendo imputadas à própria LP limitações relativas comparativamente ao francês e ao inglês. Assim, estes inquiridos são apoiados pelo princípio da predição Fasold (2004) que argumenta que para a função internacional, para além da padronização e codificação, há que ter em conta a capacidade de controlo e/ou influência que, no caso, pode ser exercido pelo Estado de Cabo Verde;

1.2.3. De registar, o facto de o maior número dos que rejeitam o exercício dessas funções pela LCV se situar no subgrupo dos professores, apesar da sua formação como professor de LP incluir uma disciplina de língua e/ou linguística cabo-verdiana;

1.3. Por tudo isso, pode-se afirmar, em relação ao critério prestígio para definição de uma situação diglósica (Ferguson, 1971), que existe da parte dos falantes adultos um conflito entre as atitudes e o uso, o que, por um lado, explica o uso predominante da LCV na rede de relações formais e da LP no domínio formal e, por outro, indicia desgaste da situação diglósica e, portanto, abertura à mudança, porque despoletadora de atitudes de apoio à padronização e à codificação da LCV (cf. nºs 5 a 7 e 9 a 11 da secção 3.2.3);

1.3.1. Com efeito, em termos de uso efectivo, distribuição das línguas por domínios, e tal como para os jovens, a LCV ocupa uma posição subalterna, uma vez que é a LP a língua predominante do formal, embora com forte extensão da LCV; contudo, em

termos das atitudes face às línguas e diferentemente dos falantes jovens, para os falantes adultos não se pode falar rigorosamente da LP como a língua A (alta) e da LCV a língua B (baixa) ou minoritária, uma vez que estes resultados sobre as atitudes apontam para uma idêntica valorização das duas línguas, atitude essa que, diferentemente do observado, deveria implicar no uso das duas línguas em todos os domínios e na escrita;

2. Atitudes afectivo-emocionais e antropológicas: os resultados revelam a existência de consenso entre os jovens (cf. secção 3.1.5.7.2.) e os falantes adultos, porquanto também para estes a LCV é língua do coração, da identidade e da cultura, embora sem rejeição da LP, não só porque tal não foi verbalizado por qualquer dos entrevistados como porque a maioria daqueles que se manifestaram têm uma atitude bastante favorável à LP de todos esses pontos de vista;

2.1. Por isso, não é tão evidente nos falantes adultos o conflito de a LCV ser ao mesmo tempo amada e desvalorizada (referido por um dos entrevistados e que claramente subsiste entre os falantes jovens) bem como a referida tese do paradoxo da identidade cabo-verdiana de a LP ser rejeitada, apesar de ser uma das componentes da identidade e cultura cabo-verdianas, antes pelo contrário, embora expressamente haja uma superioridade avaliativa para com a LCV de todos esses pontos de vista;

2.2. Assim sendo, da conjugação destes resultados com os face às línguas enquanto tal, do número anterior, só se pode concluir por uma consciência linguística mais forte por parte dos falantes adultos do que por parte dos jovens, seja face à necessidade de padronização, codificação e instrumentalização como requisitos básicos para o desempenho de certas funções sociais pela LCV (consciência da linguagem) seja do posicionamento das duas línguas em estudo no mercado linguístico (consciência sociolinguística);

3. Atitudes quanto ao uso: tal como para os falantes jovens (cf. secção 3.1.5.7.3.) também para os falantes adultos são as atitudes face às línguas que determinam o comportamento, verificando-se uma coerência atitude/comportamento quanto aos seguintes aspectos: a extensão das línguas, mormente da LCV para o formal; a escolha de línguas e redefinição dessa escolha no mesmo lugar; e ainda o uso da LCV como língua nacional e da LP como língua de comunicação internacional. Com efeito, e como ficou demonstrado:

3.1. Por um lado, no campo das atitudes, os falantes adultos consideram, maioritariamente, embora com predominância dos líderes, que ambas as línguas são

adequadas a todas as pessoas, assuntos e circunstâncias e valorizam identicamente as duas línguas enquanto tal; os professores são os que mais evidenciam uma atitude favorável a LP para contexto mais formal ou académico e assunto mais sério, vinculando a LP a mais rigor e formalidade;

3.2. E, por outro, no campo do uso verificou-se que (cf. secção 3.2.3.): i) a LCV predomina nos domínios íntimos e informais, com uma ténue extensão da LP para os primeiros e mais clara para os segundos; e que nos formais predomina a LP, mas com uma forte extensão da LCV; ii) o alocutário é o factor determinante da escolha de línguas por domínios e da sua redefinição devido a alterações na situação de comunicação configurando a tendência para a convergência; e ainda que iii) a LCV é a língua nacional e a LP a língua de comunicação internacional;

3.3. Ora, assim sendo, é natural que persista a predominância da LCV nos domínios íntimos e informais, com uma ténue extensão da LP para esses domínios e uma forte extensão da LCV para o formal. Contudo, os falantes adultos não fazem uso diglósico das duas línguas por uma questão de atitude, já que, diferentemente dos falantes jovens, não consideram a LCV como a língua mais adequada para os domínios mais íntimos e informais e a LP como a mais adequada para os mais formais. Reforça esta conclusão, ser compreensível a atitude dos professores: por um lado, pelo facto de os contextos formais por eles considerados se resumirem praticamente à escola e à sala de aula, e por outro, por considerarem que devem falar a LP com os seus alunos, tanto na sala de aula como fora dela, inclusivamente fora do contexto escolar;

3.4. Por isso, nos termos de Gumperz (1982)³⁷, e tal como evidenciado para os jovens (cf. secção 3.1.5.7.3.), a LCV define-se como o *we code*, ou seja, a língua que exerce a função unificadora e, também nesse sentido nacional, uma vez que, para além de serem as atitudes a determinarem o comportamento linguístico desses falantes, é a LCV a língua usada nas situações íntimas e informais e a língua da afectividade, o símbolo da identidade e a língua da cultura (cf. secções 3.2.2. e 3.2.4.2.);

3.5. Contudo, e tal como detectado para os jovens (cf. secção 3.1.5.7.4.), e apesar de não ser a língua predominante das situações íntimas e informais, nem o símbolo da identidade, nem a língua de cultura, a LP não é rigorosamente o *they code*, não só porque as atitudes revelam um vínculo muito para além do utilitário, com fortes laços de afectividade e como um dos factores constitutivos da identidade e da cultura cabo-

³⁷ Cf. capítulo 1, 1.1.2.1. e 1.1.3.2.

verdianas e ainda porque há uma evidente tendência para a convergência também nessa língua;

3.6. Por isso, e com base em Fishman (1980) e Brito-Semedo (2006)³⁸, pode-se caracterizar a situação linguística como sendo de uma diglossia com bilinguismo, mas sem di-etnia uma vez que as duas línguas não são vistas cada uma delas como símbolo de pertença a uma etnia diferente, antes ambas são tidas como parte da identidade e cultura cabo-verdianas, mormente quando alguns dos entrevistados se referem a uma cultura compósita nos seus fundamentos; por outro, esses resultados ajudam a compreender a não rejeição da LP do ponto de vista afectivo, identitário e cultural verificado para os jovens, apesar desta língua constituir para eles uma matéria escolar;

4. *Atitudes normativas*: os jovens (cf. secção 3.1.5.7.4.) e os falantes adultos não são totalmente coincidentes quanto a essas atitudes, sendo que, no que respeita aos adultos, por um lado, elas são reveladoras de lealdade linguística para com a LCV e, por outro, parecem favorecer tanto a padronização e codificação da LCV como a do PCV, sobretudo por parte dos líderes. Com efeito:

4.1. *Escolha do padrão*: os jovens optam, primeiramente, pelo dialecto de LCV da sua ilha ou região e depois por uma suposta variedade de Cabo Verde, pondo a claro o conflito latente que inviabiliza a escolha política de um dos dialectos da LCV como padrão. Entretanto, a posição mais equilibrada do ponto de vista regional (inquiridos de barlavento e de sotavento) é a de considerar como norma padrão uma hipotética variedade de Cabo Verde;

4.1.1. Contudo, os falantes adultos manifestam uma mais forte consciência da linguagem pois, apesar da questão da variação ser crucial para eles (cf. secção 3.2.4.1.2.), preferem encarar a língua como um todo, com os seus dialectos, cujo padrão, para efeitos de oficialização, escrita ou ensino, seria definido intencionalmente, por técnicos;

4.1.2. Consideram ainda os adultos que nessa definição devem ser tidas em conta as “variantes” de barlavento e de sotavento, apesar das referências importantes à padronização das duas, e desfavoráveis ao dialecto de Santiago ainda que sobretudo favoráveis. Fundamentam esse favoritismo na posição de Baltasar Lopes da Silva (1973)³⁹, em ser esse o seu próprio dialecto ou ainda por ele ser considerado a forma

³⁸ Cf. capítulo 1, 1.1. 1.1.2.2.

³⁹ Cf. no Cap. 5 reflexões sobre política linguística

mais antiga do crioulo de Cabo Verde ou a mais autêntica por ter menos influências da LP, havendo mesmo menções favoráveis ao idiolecto dos velhos e analfabetos (cf. secção 3.2.4.4.1.), ou seja, um basilecto⁴⁰.

4.2. *Correcção*: há quem considere que tanto a LCV como a LP são vítimas da ausência de uma política linguística, sendo observáveis influências mútuas entre as duas línguas na fala das pessoas.

4.2.1. Nesse contexto e no que respeita à LCV, reconhecem a vantagem de uma norma padrão para a LCV como critério de correcção (bem como para a aprendizagem formal), admitindo por isso que, ao contrário do que é comum dizer-se, é a LP que está a “prejudicar a LCV”, já que por influência daquela, nos centros urbanos e entre as pessoas instruídas e mesmo nas situações mais formais, se fala uma “mistura de línguas” e/ou um “crioulo leve”, ou seja, um acrolecto, com várias mudanças observáveis (formação de género e de plural) indicativas da descrioulização da LCV;

4.2.1.2. De destacar ainda as referências à redução da variação já dantes apontada (cf. 9.2. da secção 3.2.3.) e que consideram estar em curso na LCV segundo o testemunho de muitos falantes adultos; esta tendência está em contradição com a possibilidade criada pelo ALUPEC de cada usuário da LCV escrever formalmente como fala, o que poderá acentuar a variação e consolidar os dialectos, tendo em conta a atitude predominante entre os jovens de escolher o dialecto da sua ilha ou região como padrão e o papel deles na extensão da LCV para a escrita (cf secção 3.1.4.);

4.2.1.3. Apesar de não questionado, regista-se, a par do uso não sistemático do ALUPEC, a manifestação espontânea de atitudes desfavoráveis a esse alfabeto, seja por se acreditar que seria mais económico haver um único alfabeto para as duas línguas, seja por se considerar que ele encobre uma suposta relação genética com a LP, o que é indicativo da não neutralidade com que esse alfabeto é perspectivado, e converge para o valor simbólico da LP em termos de identidade por parte desses falantes. Contudo, há quem considere que, apesar dos preconceitos para com esse alfabeto, quando ele for promovido e passar ser utilizado, da escrita de todas os falares que ele permite poderá resultar a norma padrão;

4.2.2. Quanto à correcção no uso da LP, e sem perder de vista que as entrevistas fornecem mais informação sobre este aspecto do que o questionário, os resultados dão conta de que os falantes adultos, tal como os jovens têm uma consciência normativa

⁴⁰ Cf. capítulo 1, 1.1.

baseada numa concepção purista de língua e vinculada a uma norma subjectiva. Com efeito:

4.2.2.1. Por um lado, acreditam que a tendência é falar-se a LP de um modo particular. Este, dependendo do grau de instrução, pode ser um português com um sotaque local a que são amplamente favoráveis, mas correcto do ponto de vista gramatical, ou seja, que segue estritamente as regras do PE, ainda que possam ocorrer “erros” ; mas também pode ser um português com características específicas face ao português europeu para além do sotaque e contra as quais nada há a fazer, relacionadas com o vocabulário mas também, de entre outros, com a concordância, a colocação dos clíticos, a flexão verbal, o uso do conjuntivo, dos pronomes reflexos e das preposições. Na verdade os falantes adultos dão conta de uma atitude generalizada de intolerância linguística face ao erro na LP na comunidade, sendo que as condições favoráveis ao desenvolvimento de tal atitude já haviam sido detectadas entre os falantes jovens;

4.2.2.2. A concepção purista de língua vinculada a uma norma subjectiva tal como evidenciado para os falantes jovens torna-se ainda mais evidente pelo facto de as atitudes dos falantes adultos se dividirem quanto ao desenvolvimento da variedade cabo-verdiana da língua portuguesa (PCV). Efectivamente, metade deles, com mais peso dos professores, é completamente desfavorável a ela, e a outra metade, com mais peso para os líderes, é a favor, considerando mesmo alguns que se trata de uma inevitabilidade;

4.2.2.3. Ou seja, os jovens e os professores, diferentemente dos líderes, têm uma atitude desfavorável ao PCV, o que converge com os resultados de análise quanto ao uso das duas línguas no sector educativo (cf. secção 3.2.3.) e as atitudes dos professores quanto ao uso das línguas nesse sector. Contudo, está em contradição com o facto de a LP ser aprendida no país, tendo como modelos sobretudo a comunicação social e os professores, que dizem dominar melhor a LCV na oralidade e a LP na escrita e estar mais à vontade no uso da LCV, com baixo grau de contacto com essa língua no ambiente linguístico e com poucos contactos com falantes nativos (cf. secção 3.2.3);

5. *Atitudes sociolinguísticas*: em coincidência com os falantes jovens (cf. secção 3.1.5.7.5.), os falantes adultos avaliam bastante positivamente o bilinguismo e a situação de contacto, como sendo uma situação de bilinguismo, de complementaridade entre as duas línguas;

5.1. Ora, estes resultados só podem concorrer para reforçar o prestígio da LP e o vínculo não meramente utilitário com essa língua, diferente do observado para os jovens, tendo em conta os resultados anteriores obtidos para estes falantes: as duas línguas enquanto tal serem identicamente valorizadas e deverem ser usadas indistintamente e que apesar do vínculo afectivo, identitário e cultural com a LCV ser manifestamente mais forte, a LP também ser factor de identidade e de cultura, ainda que haja uma distribuição diglósica no uso destas duas línguas, em que a LP é a língua alta;

6. *Atitudes de manutenção e mudança:* a posição dominante entre os falantes adultos, e tal como observado para os jovens (cf. secção 3.1.5.7.6.), vai no sentido da manutenção das duas línguas numa situação de bilinguismo social efectivo e adicionalmente de uma outra (francês ou inglês) e de uma atitude favorável ao uso da LCV na comunicação social, na imprensa escrita, na literatura, na área da política e nas palestras;

6.1. Bilinguismo social efectivo já que as duas línguas teriam o mesmo estatuto, e seriam ambas usadas para os fins oficiais (oficialização) e para a escrita, por opção livre de cada falante/usuário. Prevalece ainda uma atitude favorável ao uso da LCV na comunicação social, nas palestras, na política e na literatura, apenas limitada pelos requisitos necessários ao exercício dessas funções e de que a LCV ainda não dispõe e pelo posicionamento desta língua no mercado linguístico;

6.2. Além disso, predomina a atitude de considerar a LP como a língua preferencial para exercer a função de comunicação internacional devido à relação afectiva e identitária com os cabo-verdianos e à sua maior afirmação presente e futura nesse contexto, em função da sua maior vantagem competitiva com destaque para a questão da recepção da produção escrita;

6.3. Na verdade, para o uso da LCV em todos os domínios e para todas as funções, ela deve, segundo o posicionamento dos falantes adultos, preencher os requisitos necessários, mormente a padronização e a codificação, sobretudo o estabelecimento de regras de escrita e a elaboração de terminologia, para além dos que são apontados especificamente para o ensino como sejam professores formados e material de ensino;

6.4. Com efeito, e seguindo Fasold (2004)⁴¹, pode-se concluir que a LCV desempenha de facto a função nacionalista uma vez que ela recobre os requisitos sociolinguísticos necessários já que, tanto para os falantes jovens como para os adultos, ela é aceite como o símbolo da identidade e da cultura nacional, é a língua materna

⁴¹ Cf. capítulo 1, 1.1.3.1.

predominante e a mais usada pelos falantes jovens e adultos no quotidiano, e não exclusivamente em casa, embora pela Constituição da República ela não tenha o estatuto de língua nacional (cf. secções. 3.2.3, 3.2.4.2. e reflexões sobre política linguística no Cap. 5);

6.5. Contudo, para que ela tenha sucesso nas outras funções altas destacadas ao longo deste trabalho, a oficial, a literária, a educacional (meio de ensino), a de matéria de ensino (objecto de ensino) e a de comunicação internacional faltam-lhe os requisitos necessários como sejam um nível bastante alto de padronização e suficiente codificação, um sistema de escrita e recursos de ensino (materiais e professores habilitados).

3.2.6. Síntese das conclusões

Nesta secção, a partir dos aspectos convergentes e divergentes das atitudes e comportamento dos inquiridos jovens e adultos, responder às perguntas (iv) e (v) do objectivo 2: *Existe diglossia generalizada? e O que as atitudes revelam sobre os processos de manutenção ou deslocamento dessas línguas na comunidade?*

Ora, os resultados revelam que, globalmente, são as atitudes que determinam o comportamento dos dois grupos de falantes inquiridos, havendo consenso entre eles quanto aos seguintes aspectos das atitudes:

- *face às línguas enquanto tal*: ambos os grupos valorizam a LCV do ponto de vista funcional, considerando que ela pode exercer as funções de escrita, uso oficial e de ensino, ainda que os falantes adultos apontem para a necessidade de a LCV preencher os requisitos necessários ao exercício efectivo das funções sociais altas;
- *afectivo-emocionais e antropológicas*: ambos os grupos têm a LCV como a “we code” e a língua da afectividade. É também essa a língua que exerce a função nacionalista ainda que os jovens revelem um vínculo mais afectivo e utilitário do que identitário com a LP e os adultos a considerem explicitamente como factor constitutivo da identidade e cultura cabo-verdianas. Ou seja tanto para os jovens como para os adultos, apesar de a LCV ser o “we code”, a LP não é, rigorosamente, o *they code*: para os jovens, mas mais para os adultos, ela é parte da consciência etnolinguística;
- *face ao uso*: sobretudo, no que respeita à extensão das duas línguas para domínios onde dantes não eram usadas, os factores de escolha de línguas por domínios de uso e da redefinição dessa escolha devido a alterações nos parâmetros da situação de

comunicação. Efectivamente, enquanto os falantes adultos consideram ambas as línguas adequadas para todas as pessoas, assuntos e circunstâncias, os jovens acham que a LCV, ao contrário da LP, é mais adequada para pessoas de estatuto sócio-cultural inferior e assuntos e lugares/circunstâncias menos valorizados socialmente;

- *atitudes de normatividade e correcção quanto à LP*: ambos os grupos de falantes revelam uma crença normativa assente num modelo ideal de língua que leva os jovens a rejeitarem o PCV e os adultos a dividirem-se quanto a isso;
- *sociolinguísticas*: os dois grupos de falantes valorizam bastante positivamente o bilinguismo e a situação de contacto como de bilinguismo, ainda que os jovens o façam por razões sobretudo mais utilitárias e os adultos também por razões afectivas e identitárias;
- *atitudes de manutenção e mudança*: para os dois grupos, as duas línguas devem ser mantidas, ambas com o estatuto de língua oficial e para exercerem conjuntamente as funções de língua oficial, de ensino e de escrita, e têm ainda uma atitude favorável ao uso da LCV na comunicação social, nas palestras, na política e na literatura.

Na verdade, a dissensão apenas se verifica quanto a:

- *atitudes face às línguas enquanto tal*: enquanto os jovens valorizam mais a LP do que a LCV do ponto de vista descritivo (estrutural e de autonomia) e social (estatuto de língua em si, percepção dos usuários que a usam, adequação a pessoas assuntos e circunstâncias), os adultos valorizam identicamente as duas línguas, a par de uma valorização funcional idêntica. De certo modo, tal se explicará pelo facto de os adultos, naturalmente menos imediatos nas suas apreciações, apontarem para a necessidade de a LCV preencher os requisitos necessários ao exercício das funções sociais altas;
- *atitudes de normatividade e correcção quanto à LCV*: se os jovens optam primeiro pelo dialecto da sua ilha como norma padrão, os falantes adultos preferem encarar a língua como um todo, com os seus dialectos, e que a norma padrão seja definida intencionalmente pelos técnicos.

Além disso, vale destacar que da parte dos adultos, em alguns momentos as atitudes dos líderes e dos professores, consistente com o papel pouco interventor destes na extensão da LCV para os domínios formais (cf. nº 6.3. da secção 3.2.3.), nitidamente se distinguem pelo seguinte:

- os professores constituem, apesar da sua formação linguística de base, o maior número dos adultos que globalmente desvaloriza a LCV, achando que ela deve ficar restrita ao uso oral e rejeitando, que ela possa vir a exercer plenamente as funções de escrita, ensino, uso oficial, ensino e função literária;
- os professores são os que mais têm a atitude de não aceitar que ambas as línguas sejam adequadas a todos os contextos, vinculando a LP a mais rigor e formalidade e a LCV a informalidade, proximidade e afectividade/sentimentos. Atitude a que se soma à subjacente ao seu comportamento de que, sendo professores de português devem falar essa língua com os alunos como mais uma oportunidade de aprendizagem;
- os professores configuram a maioria dos que têm uma atitude desfavorável ao desenvolvimento do PCV, ao contrário dos líderes que constituem a posição favorável.

Ainda no que respeita ao professores (cf. nº 2 da secção 3.2.3.), há que ter em conta, quanto à auto-avaliação da proficiência nas duas línguas que

- a maioria dos professores, tal como observado para os jovens, diz dominar melhor a LCV na oralidade e a LP na escrita, ao passo que a maioria dos líderes diz ter igual domínio delas na oralidade; e que
- os professores, tal como os jovens, afirmam que se sentem mais à vontade com a LCV e que exprimir melhor as suas ideias primeiro, depende do interlocutor, do assunto e da circunstância e, depois, é na LCV, ao passo que entre os líderes quase que predomina a igual capacidade de expressão nas duas e igual à vontade;

O quadro 11, abaixo, pretende resumir a situação desses dois grupos de falantes (jovens e adultos) face à segurança/insegurança linguística conforme Labov (1976) e Calvet (1999a) no contexto de uma situação de contacto entre línguas diferentes⁴², a partir das atitudes identitárias (segurança identitária), das atitudes face às línguas (segurança estatutária) e das atitudes face à correcção, ou seja, o modo como se pensa que as duas línguas são faladas pela generalidade dos cabo-verdianos (segurança formal).

De registar que, pelo menos para os jovens, os dados não apontam para uma situação que considere as duas línguas conjuntamente como proposta por Calvet, mas

⁴² Cf. capítulo 1, 1.1.2.1.

antes para situações distintas para cada uma delas. Apesar disso e porque quanto à segurança formal, as entrevistas fornecem mais dados sobre o modo que a LCV é falada do que o questionário, achou-se por bem por atribuir aos falantes jovens a mesma avaliação que os adultos, não só porque aceitam as interferências lexicais da LP na LCV mas também porque só avaliam como muito boa o domínio do dialecto de LCV da sua ilha:

Inquiridos vs Línguas	Situações segurança	Identitária	Estatutária	Formal
Jovens/LCV	6	+	–	–
Jovens/LP	3	–	+	–
Adultos/ LCV	7	+	+	–
Adultos/ LP	8	+	+	–

Quadro 11 – Resumo dos resultados sobre segurança/insegurança linguística nos dois grupos de falantes

Assim, e lembrando que para os dois grupos a situação é de diglossia modal quanto ao domínio das línguas (cf. secção 3.1.4. e nº 4 da secção 3.2.3), observa-se no quadro acima que, quanto aos jovens, e para a LCV, a situação é de tipo 5, “segurança identitária e insegurança estatutária e formal”. Ou seja, e parafraseando Calvet, “eles julgam falar mal a língua da sua comunidade, mas não a consideram uma língua”; ao passo que em relação à LP, tem-se a situação 3, “segurança estatutária, insegurança formal e identitária”, uma vez que eles julgam falar mal uma forma linguística, que consideram estatutariamente legítima, mas que não consideram característica da comunidade a que pertencem.

Contudo, entre os adultos predomina a segurança identitária e estatutária e a insegurança formal face às duas línguas, sendo que nos termos de Calvet, vigora a situação 8 para ambas as línguas, uma vez que eles julgam falar mal as línguas que consideram ser da sua comunidade e ter prestígio.

Por isso, pode-se afirmar que, para os adultos a insegurança só se revela do ponto de vista formal, o que em relação à LCV se explica, segundo os próprios, por ela carecer de uma norma padrão e não ser ensinada formalmente (cf. nº 4 da secção 3.2.5.) e em relação à LP por uma concepção purista de língua e pela não absoluta aceitação da variedade cabo-verdiana da LP; esse resultado converge para a evidência de relação linguística entre a LP e a LCV ser como baseada na oposição escrita/fala informal (cf. secção 3.1.4. e nº 8.2. de 3.2.3.).

Já para os jovens, a situação é de tensão do ponto de vista identitário e estatutário. Com efeito, em relação à LCV existe segurança identitária, mas não estatutária e em relação à LP, segurança estatutária, mas não identitária, com a agravante de experimentarem insegurança formal nas duas línguas, o que da parte da LP se explica pelo facto de ainda estarem no seu processo de aprendizagem.

Nesse contexto, e retomando o confronto dos resultados com os critérios de definição de uma situação de diglossia Ferguson (1971)⁴³, mormente os de prestígio e estabilidade, pode-se concluir a resposta à pergunta (iv) do objectivo 2, afirmando que existe uma diglossia generalizada, tendo em conta que:

- *prestígio*: a LCV, língua materna e da afectividade, língua nacional e símbolo da identidade e da cultura para ambos os grupos (*we code*), é a língua baixa, porque usada nas situações sociais menos valorizadas, por parte dos dois grupos de inquiridos, e ainda porque, ela é avaliada menos positivamente do que a LP por parte dos jovens; e a LP é a língua alta, porque usada nas situações sociais mais valorizadas, embora, do ponto de vista das atitudes, ela seja tão valorizada como a LCV por parte dos adultos, para além do seu estatuto *de jure* de única língua oficial;
- *estabilidade da situação*: do ponto de vista estrito das atitudes, os dados parecem apontar para a estabilidade, no sentido da manutenção das duas línguas na situação de bilinguismo com diglossia, uma vez que a situação de contacto é valorizada como bilinguismo pelos adultos e também não suscita constrangimentos aos jovens que afirmam *geri-la bem*.

Contudo, existem na comunidade sinais de tensão e de instabilidade, geradores de mudança, de que os mais evidentes são a não compartimentalização de domínios e de usos revelada pelas tendências de extensão das línguas dos domínios e funções (Fishman, 1980; Fasold, 2004)⁴⁴ a que dantes estavam circunscritas e manifesta atitude de aceitação dessa extensão e ainda a aquisição da LP como LM apesar da sua reduzida expressão.

Por isso, é o confronto desses sinais e a sua interpretação que permitem responder à (v) pergunta do objectivo 2: *O que as atitudes revelam sobre os processos de manutenção ou deslocamento das duas línguas?* Com efeito, tendo em conta o papel

⁴³ Cf. capítulo 1, 1.3.1.

⁴⁴ Cf. capítulo 1, 1.3.1.

fundamental das atitudes nesse processo, trata-se de verificar se: i) elas indiciam a manutenção das duas línguas na comunidade numa situação de bilinguismo com diglossia ou, porque consentida pelas atitudes, de diglossia consensual (e não conflitual) vinculado à elaboração e à modificação da entidade social (cf. capítulo 1, 1.1.); ou se, ii) a LCV ou a LP tendem a ser deslocadas dos seus domínios e funções e/ou a perdê-los, com o risco de uma das línguas ser substituída pela outra e deixar de ser usada, o que no caso da LCV equivaleria a perda de vitalidade sociolinguística e ao desaparecimento (morte de língua).

Assim e antes de mais, tem-se, entre os jovens, uma consciência linguística sob tensão em praticamente todas as componentes (Dabène 1994; Fishman, 1995)⁴⁵, o que por si só é sintoma de um processo de mudança em curso:

- *consciência da linguagem*: a LCV é globalmente desvalorizada enquanto língua, sistema, embora seja a língua melhor dominada na oralidade e aquela em que se sentem mais à vontade a falar e preferem para falar e falam com mais frequência e duração. Contudo, a LP é a língua globalmente mais prestigiada e isso independentemente da língua em que os inquiridos exprimem melhor as suas ideias;
- *etnolinguística*: a LCV é a língua da afetividade e o símbolo da identidade, apesar da sua desvalorização linguística; todavia não ocorre uma absoluta rejeição da LP desses pontos de vista, sendo que essa incoerência de atitudes face à LCV não é incomum entre os falantes dos crioulos (e das suas línguas lexificadoras). Na verdade, esta auto-desvalorização da própria língua pode ser compreendida à luz do conceito de “prestígio encoberto” de Labov, derivado do duplo papel das atitudes ou seja, indicar a função social das línguas em contacto e o seu valor simbólico (Cf. capítulo 1, 1.1.2.1.);
- *sociolinguística*: aceitação da manutenção das duas línguas e da introdução de outras; porém, por um lado, e apesar da desvalorização da LCV, aceita-se que ela possa desempenhar funções sociais mais valorizadas (valorização funcional) e, por outro, à LP, língua mais valorizada, é atribuído, enquanto língua oficial, um valor sobretudo utilitário, de complementaridade à LCV;
- *normativa*: portadora de conflitos em relação à LCV, uma vez que a escolha do dialecto a padronizar e a codificar, para além de geradora de insegurança, pode ser potenciadora de um conflito político; mas também em relação à LP via a atitude de

⁴⁵ Cf. capítulo 1, 1.1.2.1.

considerar que o modo como ela é falada é diferentemente do ideal, geradora de insegurança, timidez e complexo de inferioridade e ainda intolerância linguística⁴⁶, o que aliás é referido pelos líderes como generalizada na sociedade cabo-verdiana (cf. nº 4 da secção 2.3.5.).

Contudo, por parte dos falantes adultos os resultados da análise das entrevistas revelam uma consciência linguística mais forte em todas as suas componentes e, portanto, menos conflituosa a qual é revelada através da consciência de (que):

- o estatuto da LCV enquanto língua, e do seu valor idêntico à LP (consciência da linguagem);
- a resolução da situação de diglossia no uso, tendo em vista um bilinguismo efectivo passaria pela elevação estatutária da LCV e pelo preenchimento por ela dos requisitos necessários ao desempenho das funções de escrita, uso oficial, de língua de ensino e de língua de comunicação internacional (consciência sociolinguística) e de língua da literatura; e ainda
- a LP tem vantagens competitivas em relação à LCV, sendo de manter aquela língua no exercício dessas funções ao lado da LCV e por opção dos falantes (consciência sociolinguística), apesar de, potencialmente, a LCV poder vir a desempenhar essas funções;
- as línguas se influenciam mutuamente, numa situação de contacto, das quais podem resultar mudanças em ambas, apesar da divisão de posições entre os líderes e os professores quanto à variedade cabo-verdiana do português e ainda a consciência de que a norma padrão para a LCV deve ser definida com base num trabalho técnico (consciência normativa);
- o vínculo afectivo, identitário e cultural marcadamente forte com a LCV, o símbolo da identidade e da cultura cabo-verdianas, mas de que a LP é também um factor constitutivo delas não se tratando portanto de uma identidade repartida ou de pertença a duas culturas (consciência etnolinguística).

Dos resultados encontrados, mormente dos pontos de tensão detectados, destaca-se, a seguir, o que releva como sinal de resistência (a) ou de disponibilidade para a mudança bem como do sentido dela. Assim, quanto aos sinais indicadores da mudança da situação diglósica a favor de um bilinguismo sem diglossia, tem-se o(s)/a(s):

⁴⁶ Cf. capítulo 1, 1.1.2.1.

- extensão e aceitação da extensão da LCV para os domínios mais formais e para a função da escrita mesmo sem uma determinação política clara nesse sentido, mas também da menor extensão da LP para os domínios menos formais, pelos dois grupos de falantes;
- aceitação de que a LCV pode desempenhar as funções sociais mais valorizadas (ensino, alfabetização de adultos, uso oficial e escrita), consistente com as atitudes dos adultos face à LCV enquanto língua; isso, apesar da desvalorização estrutural e social da LCV por parte dos jovens, mormente quando as finalidades por eles indicadas para o uso oficial apontam para uma consciência da desvalorização estrutural e estatutária da LCV a par da consciência etnolinguística e que a escrita é efectiva para os dois grupos ainda que de modo informal, atitudes essas que podem suscitar apoio a medidas de valorização da LCV;
- não fundamentação do uso diglósico das duas línguas nas atitudes face às línguas e face ao seu uso por parte dos falantes adultos;
- forte consciência sociolinguística, consubstanciada nas atitudes positivas em relação ao ser bilingue, ao bilinguismo e à manutenção das duas línguas com valorização funcional da LCV e a não aceitação da LP como única língua oficial, apesar da aceitação da continuidade dessa língua e do exercício por ela da função de escrita;
- bilinguismo de promoção ou de oportunidade (cf. capítulo 1, 1.1.2.1 favorável à aquisição/aprendizagem formal da LP, que pode ser gerada pela atitude dos jovens de atribuir à LP, em caso de única língua oficial, sobretudo funções utilitárias, de complementaridade à LCV; também não é despiciente, nesse contexto, a aceitação da LP pelos jovens como instrumento de contacto com familiares/amigos que são portugueses e vivem em Portugal (cf. nº 2.2.2. da secção 3.1.33.6.);
- atitudes de normatividade e correcção dos líderes para com as duas línguas, favorecedoras de uma atitude positiva tanto da padronização e codificação da LCV como do português falado em Cabo Verde (PCV), mormente quando se acredita que está em curso a descrioulização da LCV, processo que é acelerado pela diglossia (cf. capítulo 1, 1.1.);
- aceitação de que as duas línguas devem ser usadas conjuntamente para fins oficiais, na escrita e na literatura, dependendo da opção do falante e a atitude favorável face

ao uso da LCV na comunicação social, nas palestras e na política, na literatura e imprensa escrita.

Como sinais de resistência a mudança da situação diglósica foram identificados o(s)/a(s):

- persistência da predominância do uso da LCV nas situações íntimas, apesar da ténue extensão da LP para esses domínios, por parte dos falantes adultos; e o pouco uso da LCV nas situações formais, apesar da forte extensão;
- LCV, a língua globalmente menos prestigiada, ser a língua da afectividade e o símbolo mais forte da identidade e da cultura, embora a LP também seja considerada factor de identidade, favorecendo a manutenção de ambas mesmo porque a perda de uma delas poderia significar perdas na identidade (cf. capítulo 1, 1.1.2.2.);
- atitudes favoráveis dos jovens e dos professores para com o uso das línguas por domínios em função do prestígio que lhes é atribuído e favoráveis ao predomínio da LP na comunicação social, na imprensa escrita, na literatura, nas palestras e na área da política, não promovendo o uso igualitário das duas línguas;
- atitude favorável dos jovens face à interferência lexical da LP na LCV, a qual pode não favorecer acções de padronização e desenvolvimento da LCV;
- valorização da situação de contacto como sendo de bilinguismo por parte dos falantes adultos quando ela é de bilinguismo com diglossia, mormente quando os jovens não revelam qualquer constrangimento na sua gestão, apesar de um número importante deles, que é favorável à oficialização da LCV, considerar que essa gestão não é nem engraçada nem simples;
- bilinguismo de promoção ou de oportunidade acima referido, bem como a atitude de favorecimento da LP como língua de comunicação internacional e da literatura, tendo em consideração o valor relativo da LCV no mercado linguístico e a consequente restrição da recepção à produção em LCV, atitudes essas que podem acarretar resistência a acções de valorização da LCV;
- atitudes de normatividade e correcção dos jovens e dos professores para com as duas línguas, que não favorecem uma atitude positiva tanto da padronização e codificação da LCV como do português falado em Cabo Verde (PCV);
- atitudes dos professores algumas vezes menos favoráveis à LCV do que as dos líderes, apesar da sua formação, não só pela repercussão que elas, naturalmente,

podem ter nos seus alunos como também por elas poderem gerar atitudes de resistência ao processo de aplicação das medidas de desenvolvimento da LCV no sistema educativo, tido como o instrumento mais eficaz dos governos para o efeito (cf. capítulo 1, 1.1. e 1.2..).

Por consequência, a situação de diglossia é instável não só porque ela evidencia sinais incipientes de mudança como também ela não se manteve inalterável durante as últimas três ou quatro gerações (Cf. capítulo 1, 1.1. e 1.1.3.1.).

Na verdade, os resultados encontrados e os testemunhos de alguns dos falantes adultos permitem traçar uma linha evolutiva da mudança na situação diglósica no decurso três gerações⁴⁷ :

i) na geração anterior à independência, tipicamente, as pessoas instruídas e/ou de posição social mais alta falavam a LP, o mesmo se verificando então entre os jovens estudantes;

ii) a geração da independência usou a LCV como símbolo de reivindicação da independência e conferiu-lhe algum prestígio via o seu uso em situações formais, mormente nas repartições;

iii) os inquiridos jovens, a geração do pós independência⁴⁸, estão a expandir a LCV para a escrita, usando-a na sua escrita espontânea (cf. secção 3.1.3.5.4.) a par dos adultos (cf. nº 11 da secção 3.2.3.).

Toda esta situação é compreensível à luz da história linguística do país e do seu desenvolvimento. Com efeito, se a relação diglósica tem sobrevivido, sem substituição da LCV pela LP, é porque foi desenvolvida para com a LCV uma atitude positiva como elemento identificador da coesão e da solidariedade do grupo e seus valores, distintos de Portugal e em oposição à língua que representava o poder colonial, quando o acesso a redes de comunicação exteriores eram limitados e se vivia a situação colonial.

Hoje, esbatido o factor colonial, a LP afirma-se como factor de identidade e de solidariedade e não de diferença, o que revela uma construção dinâmica da identidade em que a(s) línguas em contacto têm intervindo com proeminências diferentes em momentos histórico-sociais também diferentes (cf. capítulo 1, 1.1.2.2.). Nas palavras de um dos líderes “[...] não há dúvida de que o português tem um estatuto que já perdeu e outro que não pode perder...” (INF13, L 50 - 51).

⁴⁷ Cf. secções 3.2.2.2.3., 3.2.2.4.1. e 3.2.4.2.

⁴⁸ Cabo Verde completou a 5 de Julho de 2010, 35 anos de independência.

Além disso, hoje, a par do desenvolvimento económico e social do país, os cabo-verdianos, de um modo geral, têm cada vez mais acesso ao exterior, seja directamente, seja pelos meios de comunicação como a televisão seja ainda pela Internet. Essa possibilidade confere-lhes, certamente, plena consciência das limitações de uma situação de monolinguismo com a LCV, a qual limitaria as oportunidades de um continuado desenvolvimento social e humano do país e, consequentemente, de ascensão e progresso pessoal bem como consciência do valor da LP enquanto elemento de integração numa comunidade mais extensa, de ligação com o exterior mais amplo, de acesso à informação e ao conhecimento e até mesmo de divulgação da sua produção, de desenvolvimento nacional, enfim.

Naturalmente que isso tem implicações nas atitudes face à LP, mas também face ao valor relativo da LCV no mercado linguístico, explicando assim, em parte, as atitudes contraditórias e derivado delas, a tensão e a insegurança, associado ao estatuto *de jure* das duas línguas.

Assim, e respondendo à pergunta v) pergunta do objectivo 2 (*O que as atitudes revelam sobre os processos de manutenção ou deslocamento dessas línguas na comunidade?*), os resultados não fornecem indícios de resolução da diglossia pela substituição de uma das línguas com monolinguismo da outra como é referido na literatura sociolinguística como sendo comum nestas situações, apesar do pouco uso nas situações formais, do pouco apoio institucional (cf. no Cap. 5, reflexões sobre política linguística) e de o não ensino da LCV favorecerem a mudança de língua (cf. capítulo 1, 1.1.).

Na verdade, os resultados parecem apontar para a manutenção das duas línguas com resolução do conflito diglósico por via de um bilinguismo sem diglossia ou de um bilinguismo horizontal (cf. capítulo, 1.1. e 1.1.3.1.), mormente quando eles apontam para a continuidade da transmissão natural da LCV já que ela não só é a língua materna como não é desvalorizada pela generalidade dos falantes adultos, os quais interferem de forma decisiva no processo de mudança em função do seu papel e enquanto fomentadores e divulgadores de ideias e opiniões.

Nesse contexto, há contudo que ter em devida conta os testemunhos dos falantes adultos no que respeita a, por um lado, a descrioulização da LCV e, por outro, a emergência de uma variedade cabo-verdiana da LP. Apesar da relevância deste aspecto (mistura de línguas na forma) para a compreensão da mudança de uma situação de

diglossia já que se trata de um dos sinais incipientes de esgotamento da situação diglósica (cf. capítulo 1, 1.1.), este trabalho não foi orientado no sentido de obter dados conclusivos sobre esta possibilidade.

Na verdade, apenas se definiu como objectivo perceber algumas características sintácticas do PCV, o que será feito no capítulo 4, a partir da observação do uso de uma das características apontadas pelos líderes e professores (a concordância verbal) e ainda do uso do sujeito explícito (nunca referido), a partir da análise linguística das entrevistas e dos depoimentos escritos dos professores.

Além disso, estes resultados serão confrontados com as orientações políticas vigentes no campo linguístico, as quais serão identificadas mediante a análise da documentação oficial de carácter linguístico (cf. no Cap. 5, reflexões sobre política linguística).

Capítulo 4. Estudo complementar: análise linguística do material recolhido

Apesar de esta dissertação se situar no quadro da macro-sociolinguística e de, portanto, um estudo do âmbito micro-linguístico não ser o seu objectivo central, o facto de o material por nós recolhido conter múltiplas referências dos inquiridos a questões linguísticas e de constituir em si mesmo um *corpus* bastante vasto, levou-nos a “trair” parcialmente o perfil geral da investigação (ver referência a esta opção, na Introdução). Este capítulo visa testar, apenas de forma exploratória, se o julgamento que os falantes fazem intuitivamente da sua fala encontra sustentação nos dados.

Os resultados da análise do questionário e das entrevistas mostraram que tanto os jovens como os adultos são favoráveis à manutenção das línguas cabo-verdiana e portuguesa, ambas com o estatuto de língua oficial, de ensino e de escrita (cf. secções 3.1.5.6. e 3.2.4.6. do capítulo 3). Contudo, também evidenciaram que os dois grupos têm uma consciência normativa baseada numa concepção purista de língua e vinculada a uma norma subjectiva que, no caso dos jovens e dos professores (diferentemente dos líderes), se revela numa atitude desfavorável a que a norma padrão seja eventualmente associada à variedade cabo-verdiana do português, PCV (cf. secções 3.1.5.4. e 3.2.4.4. do capítulo 3).

Na verdade, os adultos, de um modo geral, acreditam que a tendência em Cabo Verde é falar-se o português de um modo particular, sendo amplamente favoráveis a uma pronúncia e também a um léxico local, mas nem tanto a regras gramaticais divergentes da norma padrão europeia. Com efeito, alguns deles estigmatizam ocorrências que consideram não padronizadas no domínio da concordância, da colocação dos clíticos, da flexão verbal, do uso do conjuntivo, dos pronomes reflexos e das preposições. Ademais, esses informantes revelam a sua percepção de que há uma atitude, generalizada na comunidade, de intolerância linguística face ao “erro”; as condições favoráveis ao desenvolvimento de tal atitude foram também detectadas entre os falantes jovens, o que reforça a avaliação da situação pelos adultos. Ora, como já se referiu, tal postura não se coaduna com o facto de o português ser aprendido no país

como L2. Os modelos disponíveis de *input* são sobretudo a comunicação social nacional e os professores, sendo baixo o grau de contacto com o português europeu e, logo, com a norma de referência europeia. Note-se que os professores dizem dominar melhor o cabo-verdiano na oralidade e o português na escrita, e estar declaradamente mais à vontade no uso do cabo-verdiano (cf. 1 e 2 da secção 3.2.3. do capítulo 3). Os professores de português interpelam-se diariamente sobre como lidar com os desvios em relação à norma de referência, mais concretamente sobre quais os limites aceitáveis. Existe, assim, na sociedade, um conjunto de forças que não vão todas no mesmo sentido, e que talvez expliquem em parte o facto de não terem sido tomadas posições oficiais, até ao presente, sobre a política linguística no país. Parece evidente a necessidade de delimitação duma norma objectiva do PCV, acompanhada de um trabalho de alteração das atitudes dos falantes; é necessário intervir junto da comunidade, mostrando que é importante descrever a gramática do PCV nas suas variedades, o que permitirá usar um conjunto de critérios seguros para definir a norma culta, como se faz relativamente a qualquer língua. A explicitação das características desse padrão linguístico, sempre associado ao prestígio social, será um elemento “tranquilizador”, nomeadamente para os professores, pela sua função profissional específica, mas também para os falantes mais conscientes de que as práticas linguísticas espelham o estatuto social do falante. O valor atribuído à “correção linguística” e ao prestígio que lhe está associado, privilegiando-se a variedade culta em detrimento de outras variedades, é um facto vastamente descrito na literatura de especialidade, de que é exemplo a seguinte citação:

“Como uma das funções sociais da língua é marcar e apresentar a identidade do indivíduo e do seu *status* e papel, a língua pode servir de meio para sublinhar uma distinção social.” (Nascimento, 2004: 30)

O trabalho de descrição do português de Cabo Verde cabe aos linguistas, como lhes cabe colaborar na consciencialização dos cabo-verdianos de que é indispensável que a comunidade se reveja, sem preconceitos, na sua variedade do português, independente e única. Ou seja, que interiorize que qualquer língua ou variedade nacional de uma língua é fruto de condicionantes externas, histórico-sociais, longínquas e actuais, e que não se julgam as línguas pela sua história, mas sim pela sua função social e simbólica, que une uma comunidade e concorre fortemente para a sua identidade própria. Por outro lado, é importante que haja uma discussão em torno do

prescritivismo ou não, o que interessa particularmente os professores. A este propósito, veja-se o seguinte excerto, que põe o problema de forma interessante:

“prescritivismo é apenas a ideologia segundo a qual os guardiães da língua padrão impõem as suas normas linguísticas ao povo, o qual tem normas próprias e perfeitamente adequadas. (...) os linguistas tendem a acreditar que as normas prescritivas não têm um efeito significativo no uso, pelo menos na fala. (...) [Na verdade] As normas de prestígio conscientes podem ter uma influência fortíssima na fala; a questão da sua influência merece um novo olhar.” (Kroch e Small, 1978: 1; trad.)

É neste pressuposto que incluir nesta dissertação um breve estudo linguístico nos pareceu poder contribuir para a resolução de alguns “conflitos” sobre questões que, nas entrevistas com os falantes cultos, surgiram como muito relevantes.

Relativamente ao PCV, não existem estudos exaustivos, sistemáticos e metodologicamente fiáveis; embora o português seja a língua oficial da comunidade, não está sequer descrita a sua norma culta, como notado acima – esse facto é fonte de um sentimento de insegurança e de instabilidade linguística, que perturba sobretudo os falantes instruídos. A ausência de convivência regular com a variação existente na fala culta do português europeu e do português do Brasil, por exemplo, faz-lhes crer que as variantes que usam não são partilhadas pelos falantes daquelas variedades e que são, realmente, “erradas” e decorrentes de uma aquisição irregular do português. O nosso propósito, ao analisar essas variantes, foi também testar se, como prevíamos, há mais variantes coincidentes com as do PE do que específicas ao português de Cabo Verde.

4.1 Objecto de análise

Seleccionou-se uma questão sintáctica focada pelos inquiridos cultos, a concordância morfossintáctica sujeito-verbo, e acrescentou-se uma segunda, que se articula com a primeira e que, sendo um aspecto sintáctico não referido pelos entrevistados, por não ser socialmente estigmatizado, chamou a atenção: sujeito pronominal nulo vs. sujeito pronominal realizado. A primeira questão pareceu ser bastante relevante, dado tratar-se de um domínio de variação em português, em geral, e que atinge percentagens elevadas em PB. Estabelecem-se, assim, comparações com o

português europeu (PE), o qual é usado como variedade de referência (Mota, 2004: 127), remetendo-se por vezes também para o português do Brasil (PB). Tomar como objecto de descrição a segunda questão pretende testar se o PCV se aproxima mais do PE ou do PB¹; isto é, se constitui uma variedade de sujeito nulo ou se, como o PB, tende, em maior ou menor grau, para a perda desse parâmetro (cf. Duarte, 2003a e b; Lucchesi e Lobo, 1996, entre outros). Por outro lado, e articulando-a com a primeira questão, visa verificar se a realização vs. não realização do sujeito pode constituir uma variável independente válida para a explicação dos casos de não concordância ou de concordância variável no PCV.

4.2. Aspectos teóricos e descritivos

Nesta secção, são revistas algumas noções básicas, importantes para situar o estudo: o conceito de variação, o sujeito nulo e a concordância verbal, na língua portuguesa.

4.2.1. A variação

Como é sabido, a Sociolinguística, que tem como objecto de estudo a língua em situações reais de uso, considera que nenhuma língua é uma entidade homogénea e que a variação sistemática sincrónica da língua, diatópica e diastrática, é não um problema mas uma propriedade constitutiva da língua. Trata-se, portanto, de uma perspectiva de estudo da língua que integra a variação e a mudança linguística, numa visão abrangente.

A abordagem quantitativa ou variacionista (Labov, 1963 e 1964, e textos posteriores) encara a língua como um objecto social variável; ao inscrevê-la na sociedade, como manifestação social, interessa-se tanto pelos factores sociais como pelos linguísticos, enquanto determinantes da variação. Situa a variação e a mudança na língua, considerando a heterogeneidade sistemática das línguas como decorrente de factores próprios do sistema linguístico (internos) e também de factores sociais (externos), que actuam com regularidade numa mesma comunidade. Deste modo, consegue definir a sua proeminência relativa dos tipos de factores², relativamente à

¹ Não foram consideradas outras variedades nacionais do português, visto não haver suficientes descrições disponíveis.

² Nalguns casos, como referido na bibliografia disponível, podem ser os factores externos os que mais pesam na variação.

variável dependente em estudo, e atingir sistematizações que descrevem os domínios de variação e de invariância:

“Os esforços dispendidos, durante o séc. XX, para compreender a linguagem humana podem ser vistos como dirigidos a duas tarefas distintas, ambas assentes na convicção de que a faculdade da linguagem, tal como a espécie, provavelmente tem uma única origem. Nesta perspectiva, uma dessas tarefas é descobrir as propriedades constantes da linguagem que reflectem a característica biológica inata da espécie, a faculdade da linguagem. A outra, igualmente desafiante, é descobrir as causas da actual diversidade das famílias de línguas existentes no mundo.” (Labov, 2002: 1; trad.)

Nesta abordagem, dos dados da produção dos falantes são seleccionadas questões a analisar (as variáveis dependentes) com o objectivo de sistematizar as formas distintas em co-ocorrência e concorrência (as variantes) correspondentes a essas variáveis, numa mesma comunidade de fala, determinando os factores linguísticos e sociais ou extra-linguísticos (variáveis independentes) que explicam a sua ocorrência e os respectivos pesos relativos.

Por outro lado, a Sociolinguística variacionista considera que o conjunto das variedades linguísticas que uma comunidade utiliza constitui o seu repertório verbal; sustenta a existência de diferentes estilos (Labov, 1972) que são avaliados pelos falantes de forma positiva ou negativa e que a existência de diferentes normas subjectivas para diferentes comunidades de uma mesma língua é um facto também socialmente motivado³.

A noção de “erro” fica assim descartada, nesse contexto. De resto, noutros quadros de análise ela é também posta em causa ou modalizada. Peres e Mória (1995: 40) afirmam categoricamente que o erro, anomalia ou irregularidade linguística “nada tem a ver com alternativas fonéticas, lexicais ou sintácticas com uma justificação interna num subsistema linguístico e adoptadas de modo (razoavelmente) permanente por uma comunidade linguística (isto é, que contribuem para a definição de uma variante).” Para esses autores, os erros ou desvios linguísticos “têm de obedecer a pelo

³ Como escrevem Mateus et al. (1989:25), “A existência de uma variedade oficial, adoptada explícita ou implicitamente como norma-padrão, não obsta à existência de outras variedades, normas ou dialectos regionais e sociais”.

menos duas condições: (i) constituírem rupturas com o subsistema ou variante de que é suposto fazerem parte; (ii) não serem integradas – pelo menos plenamente – pela comunidade linguística de suporte.” (*op. cit.*: 41). Acrescentam ainda que apenas se está perante o desvio efectivo, a quebra gratuita da harmonia, quando a segunda condição não se verifica, caso em que o desvio pode tornar-se ou num factor de ressystematização ou num caso excepcional. Duarte (2000:25-26) afirma, por sua vez, que “quando nas produções dos falantes cultos de uma comunidade linguística, numa dada época, se verifica uma acumulação daquilo que é considerado erro na língua padrão, este fenómeno constitui em geral um sintoma de que está em curso um processo de mudança num determinado subsistema da variedade padrão.”

Para avaliar a variação e as tendências de mudança, a Sociolinguística laboviana empenha-se no aprimoramento das formas de recolha e tratamento estatístico de dados em que centra a análise (Tarallo, 2003, Mollica, 2004-a; Paredes da Silva, 2004; Omena e Duarte, 2004; Oliveira e Silva, 2004; Paiva, 2004; Naro, 2004a e b; Scherre e Naro, 2004; Nascimento, 2008). O seu procedimento metodológico consiste em (i) *seleccionar a comunidade* a ser estudada (unidade de descrição): rural, urbana, grande, pequena, de emigração, ...; (ii) *identificar uma questão linguística*: a variável dependente, objecto de estudo, sobre a qual faz hipóteses prévias; (iii) *recolher dados*: amostras do vernáculo dos falantes, através de entrevistas sociolinguísticas ou de narrativas individuais. Esses informantes são seleccionados com base numa amostragem representativa do universo global da população dentro de cada domínio (os factores sociais e/ou linguísticos previamente identificados) de modo a garantir a possibilidade de generalização. A dimensão da amostra dependerá da natureza linguística da variável a ser estudada; (iv) *formular hipóteses explicativas*: variáveis independentes que favorecem a ocorrência de dada variante em dadas circunstâncias (encaixamento linguístico e social da variável); (v) *fazer a análise estatística dos dados*, utilizando a técnica de regressão múltipla de factores: comparação de cada variável independente com a dependente. Este tratamento estatístico dos dados indicará quais os factores responsáveis pela implementação de uma variante (os estatisticamente relevantes) e quais, ao contrário, não têm qualquer peso e prever tendências de mudança ou estabilidade na variação; finalmente, (vi) *formular regras gramaticais que dêem conta da variação* (regras variáveis; Labov, 1966).

As variáveis sociais clássicas são fundamentalmente os anos de escolarização, o sexo, a faixa etária e o estatuto social (Labov, 1972); estudos sociolinguísticos quantitativos posteriores (Tarallo, 2003; Naro, 2004a; Mollica, 2004-b) destacam-nas como factores muito relevantes para a variação linguística de um modo geral, ratificando o resultado obtido por Labov (1972). As variantes atestadas, se utilizadas por grupos sociais de maior status, são consideradas prestigiadas e se utilizadas por falantes de menor status social, são estigmatizadas (cf. secção 1.1.2.1. do capítulo 1). O papel do estatuto social elevado tem relevância para a determinação da variedade padrão; mas é geralmente defendido que são as variedades não padrão que evidenciam as formas inovadoras, estigmatizadas ou não. Embora a correlação entre estatuto alto e variedade padrão nem sempre seja constante e regular (cf. Mollica, 2004-b; Beserra, 2004; Silva, 2004; Fernandes, 2004, entre outros) e até possa ser bastante falível, as variantes de maior prestígio tendem a ser usadas por falantes com maior nível de instrução (Votre, 2004, por exemplo), dado seu maior contacto com as mesmas nas instituições de ensino frequentadas e as maiores oportunidades de aquisição de conhecimentos, em geral.

É defendido em vários estudos que a variável sexo é bastante relevante. Por exemplo, as mulheres tendem a privilegiar as formas prestigiadas (cf. Beserra, 2004; Paiva, 2004, por exemplo), sobretudo no campo do léxico, pela necessidade de aquisição de prestígio social que, devido a condicionantes sociais, muitas vezes têm dificuldade de alcançar; para os homens, usar variantes não padrão pode ser tido como factor de afirmação da masculinidade, ainda que estes, se numa posição social mais baixa, tendam a usar, também, as variantes de prestígio. Beserra (2004:267) chama a atenção para a influência do factor “género”, mais abrangente do que “sexo”, e Paiva (2004:35), para a “forma de organização social de uma dada comunidade de fala”: ambos os podem relativizar a influência do sexo, favorecendo o uso de formas desprestigiadas por mulheres; Paiva (2004) refere o estudo de Harri (1987) que dá conta desse facto nas sociedades muçulmanas e Beserra (2004) remete para outros trabalhos que dão conta do papel inovador inicial da mulher, em o PB. É, assim, difícil generalizar o peso dos factores; quando considerados em situações concretas, o seu peso pode variar.

Relativamente à faixa etária, em geral é afirmado que as pessoas de faixas mais elevadas tendem a usar as variantes padronizadas e de maior prestígio (cf. Paiva, 2004),

sendo que, como descrito nos trabalhos de Labov, os jovens tendem a privilegiar as formas inovadoras, mesmo porque neles ocorre a “neutralização” do factor género/sexo (cf. Paiva, 2004, por exemplo). Por isso, a variável idade é muito importante (Labov, 1972; Tarallo, 2003; Naro, 2004b; Paiva e Duarte, 2004) pois permite proceder a inferências sobre a direcção de mudanças na língua, podendo observar-se o processo de implementação da mudança em sincronia. Seguindo Labov (1994), os autores referidos acima propõem o uso de análises em tempo real e em tempo aparente, complementares, as quais permitem testar se um dado fenómeno se encontra numa fase de variação estável ou de mudança em progresso. A técnica do tempo aparente (por vezes associada à hipótese da idade crítica de aquisição da linguagem) consiste em analisar o uso de uma dada variante em amostras de falantes de um dado grupo de diferentes faixas etárias, num dado momento. Obtém-se, desse modo, uma escala em tempo aparente que corresponde a uma escala de mudança em tempo real: se não existir diferenciação de uso em função da faixa etária é porque o fenómeno está em variação estável; se a variante mais inovadora for mais frequente entre os jovens e decrescer em relação às faixas etárias superiores, a mudança está em progresso. Já no tratamento da mudança em tempo real são analisadas amostras linguísticas de falantes de diferentes faixas etárias de um mesmo grupo, em períodos de tempo distintos. A distância entre as duas amostras sincrónicas pode envolver uma geração ou séculos (tempo real de curta ou longa duração). A análise em tempo real de curta duração envolve duas técnicas: o estudo de tendência, ou seja, a comparação de amostras distintas de diferentes informantes de uma mesma comunidade, de diferentes faixas etárias, em dois períodos de tempo distintos; e o estudo de painel: a comparação de amostras distintas dos mesmos informantes de uma mesma comunidade com intervalos de tempo regulares.

Os avanços ocorridos na Sociolinguística laboviana foram complementados com aplicações informáticas que realizam cálculos estatísticos, como os programas Varbrul/Goldvarb⁴, capazes de fornecer uma análise rigorosa e interpretações linguísticas fidedignas.

Como apontamento final, note-se que, diferentemente da Sociolinguística variacionista, que trabalha com os conceitos de variante e regra variável, na abordagem generativista

⁴ SANKOFF, David. Statistics in linguistics. *New York Encyclopaedia of the statistical sciences* 5. Wiley. 74-81.1985; SANKOFF, David, Sali Tagliamonte, Eric Smith. Goldvarb X: *A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto. 2005.

(Kroch, 1989, Lightfoot, 1999) a variação na língua é vista como o resultado da co-existência de diferentes gramáticas em competição, na comunidade e nos indivíduos, em função do seu percurso linguístico. Explica-se a mudança como ocorrendo na formação da gramática mental das crianças, pelo processo de aquisição da língua materna, e não na língua, considerada noção abstracta. Dito de outro modo, a mudança linguística é o resultado de uma falha na transmissão/aquisição dos traços linguísticos dos adultos, sendo que a criança, estando exposta a diferentes gramáticas de *input*, por vezes não compatíveis entre si (gramáticas em competição), estrutura a sua própria gramática diferentemente, no que diz respeito a determinadas regras. Os novos falantes seleccionam os parâmetros de entre aqueles que caracterizam as diferentes gramáticas com que são confrontados, integrando-os ou rejeitando-os consoante a percepção que fazem da sua viabilidade (parâmetro robusto vs. em alteração ou em desaparecimento) e a sua implicação na (re)organização das estruturas por eles implicadas e já estabilizadas; explicam-se, assim, as diferenças entre as suas gramáticas e as das pessoas mais velhas. Assim sendo, e tal como afirma Mota (2004:130), “Os métodos quantitativos que [os autores que trabalham nesta perspectiva] utilizam estão, pois, ao serviço de objectivos diversos dos do variacionismo, ou seja, da definição das diferentes gramáticas em competição e da explicação da variação paramétrica e da mudança, em articulação com esse pressuposto [de que existem diferentes gramáticas]”. Para esta mesma pesquisadora (op. cit.), apesar das diferenças teóricas na explicação da variação e da mudança, é possível articular, ainda que parcialmente, os dois contributos: por um lado, é reconhecido que as gramáticas das crianças são organizadas através da exposição a dados de *output* dos falantes adultos – na perspectiva generativista, por exposição parâmetros diferentes e, na perspectiva laboviana, por exposição a regras variáveis; por outro lado, o conhecimento do sentido da mudança por parte dos falantes, sustentado por Labov, pode ser aproximado à visão generativista da sensibilidade das crianças às estruturas abstractas, as quais são depreendidas através dos sinais (*linguistic cues*) que elas identificam no *output* diferenciado das pessoas mais velhas, o que corresponde a um *output* socialmente variável. Alguns pesquisadores da variação e da mudança fazem uma simbiose dos contributos destas duas linhas de investigação, razão pela qual pareceu interessante fazer este pequeno apontamento.

4.2.2. O preenchimento do sujeito

Como é sabido, no português, a função sintáctica de sujeito pode ser realizada, entre outras possibilidades, através de um SN com um núcleo nominal, de um pronome

na forma nominativa ou de uma categoria vazia. Nas gramáticas mais tradicionais (Cunha e Cintra, 1984; Bechara, 1987) e como referido por Duarte (2000), o sujeito omissivo tem várias designações (oculto, subentendido, elíptico e implícito), inclui o sujeito determinado e o indeterminado e mesmo o sujeito expletivo nulo.

O foco deste trabalho são os sujeitos realizados sob a forma de pronomes pessoais referenciais e os sujeitos pronominais nulos referenciais, ou seja, um tipo de sujeito designado “subentendido” pela gramática tradicional: aquele que não está expresso, mas que pode ser identificado, seja por via da flexão verbal seja pela recuperação da sua referência através do contexto.

O português é caracterizado como uma língua de sujeito nulo (cf. Mateus et al., 1989; Duarte, M.E.L. 1993, 2000, 2007; Lucchesi, 2009; Almeida e Carneiro, 2009, por exemplo⁵). Para tal, concorre o facto de as marcas flexionais de pessoa e número do verbo permitirem recuperar a informação sobre o sujeito. Este fenómeno corresponde ao chamado “parâmetro *pro-drop*” (cf. Duarte, 1993) e concretiza-se em realizações sintáticas de que se destacam:

- *sujeitos nulos referenciais*: o sujeito é um pronome nulo, deíctico; a sua identificação é feita pela forma de concordância verbal, desinências de pessoa e número. – *Jogamos futebol.*

- *sujeitos nulos expletivos*: o verbo não selecciona um argumento externo e a posição de sujeito não é ocupada com um pronome suporte, um sujeito expletivo lexicalmente realizado – *Novou hoje.*

- *sujeito nulo “indeterminado” ou de referência arbitrária com um V na 3.ª pessoa do plural*: o pronome nulo da 3.ª pessoa do plural pode ser interpretado como designando um conjunto contextualmente definido (eles, elas) ou “alguém”, ou seja, um sujeito “indeterminado” ou de referência arbitrária, possibilidade esta que está ausente em línguas que não são de sujeito nulo – *Dizem que ele fez isso.*

- *se impessoal/nominativo*: o pronome clítico *se* recebe a relação temática que o verbo atribui ao seu argumento externo (no exemplo abaixo, é o agente do verbo *dizer*)

⁵ A bibliografia sobre o sujeito nulo é vastíssima, sendo as referências aqui dadas apenas algumas. Indica-se, no entanto, como obras importantes, embora não directamente usadas neste capítulo: Lobo, Maria (1994) *Para uma redefinição do Parâmetro do Sujeito Nulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Galves, Charlotte M. C. (1993) O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. Roberts, Ian e Kato, Mar (org.s). *Português brasileiro: uma viagem diacrónica*. Campinas; Cavalcante, Silvia Regina (1999) *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.

e o caso nominativo; trata-se de uma outra estratégia de que o português dispõe para exprimir o sujeito “indeterminado” ou de referência arbitrária, possibilidade esta de que só as línguas de sujeito nulo dispõem. – *Diz-se que ele caiu.*

- *inversão livre da ordem sujeito-verbo*⁶ – *Os meninos telefonaram. / Telefonaram os meninos*

(vejam-se, como referências concretas sobre estes casos, Duarte (2000:140-141, 303-306); Mateus *et al.* (2003:443-448); Lucchesi (2009:169); Almeida e Carneiro, 2009).

A realização do sujeito pode ser necessária ou por razões de ênfase/topicalização (*Eu, pobre cidadão, não entendo! / Não queres ver o telejornal, mas eu quero!*) ou para desambiguar (*Os professores_i disseram que eles_{ii} têm de repetir a prova* (leitura disjunta)), caso já notado em Cunha e Cintra (1984:285).

Contudo, na LCV e diferentemente da sua língua lexificadora (Alexandre, 2005; Pereira, 2006; Lucchesi, 2004; Quint, 2008; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009), o verbo é desprovido de flexão de pessoa, número e modo, implicando o uso obrigatório de um pronome pessoal sujeito pré-verbal (cf. Quadro 12, abaixo, para o dialecto de Santiago, construída a partir de (Quint 2008:81) e Veiga (2002: 105)):

1 sing.	Mi é	(eu) sou
2 sing.	Bo é	(tu) és
3 sing.	El / ⁷ nhu/nho, nha é	(ele, ela/ você) é
1 pl.	Nos é	(nós) somos
2 pl.	Nhos/bzote é	(vocês) são
3 pl.	Es é	(eles/elas) são

Quadro 12 – Flexão do verbo cabo-verdiano *ser* no presente do indicativo (forma actual)

Lucchesi (2004:160) explica esta característica dos crioulos de base lexical portuguesa como o efeito de um processo de variação e mudança em situação de contacto de línguas de que resulta uma mudança paramétrica. Para esse autor, esta mudança é consequência de uma transmissão linguística irregular⁸ em que o “o valor

⁶ Esta questão é retomada na secção seguinte a propósito da concordância sujeito/ verbo.

⁷ Bo equivale a *tu* do PE, e *nho* e *nha* (singular, respectivamente masculino e feminino) a *você*, o senhor, a senhora; e *nhos/bzote* (plural) a *vocês*, os senhores, as senhoras.

⁸ Esse pesquisador (op. cit. 2004: 165) define transmissão linguística geracional irregular como aquela em que “o modelo de aquisição da língua materna por parte dos indivíduos de uma geração é constituído por uma variedade mais ou menos defectiva de segunda língua falada por seus pais.” e distingue entre tipos mais radicais (típicos dos processos de criouliização e pidginização, de que resulta uma entidade linguística diferente, como é o caso da LCV, por exemplo, em que é obrigatório o uso do sujeito

marcado do parâmetro do sujeito nulo referencial do português seria alterado em função do valor marcado, fazendo com que o sujeito referencial seja sempre realizado nessas línguas.”.

Por sua vez, e segundo vários investigadores (Oliveira, 1989; Barbosa, Duarte e Kato, 2001; Tarallo, 2003; Duarte, 2003a e b; Callou e Duarte, 2004; Naro e Scherre, 2007b; Lucchesi, 2009; Lucchesi e Mendes, 2009; Almeida e Carneiro, 2009) no PB é mais frequente o preenchimento do sujeito através de pronomes referenciais; Duarte (2003a) considera mesmo que nessa variedade ocorre mais preenchimento do que acontece em línguas como o espanhol e o italiano, também línguas românicas de sujeito nulo.

Alguns dos autores que descrevem o preenchimento do sujeito no PB (Duarte (2003a e b; Almeida e Carneiro, 2009; Lucchesi e Mendes, 2009) dão conta do que Lucchesi (2009:174) designa “mudança em cadeia”: a redução do quadro pronominal com a substituição do pronome *tu e vós* por *você(s)* (mantendo-se o verbo na 3ª pessoa do singular), e a gramaticalização da expressão *a gente* como um pronome (substituto de *nós*) levou à redução do paradigma da flexão verbal em pessoa e número, ficando a flexão verbal com a mesma forma para a segunda e terceira pessoa do singular e com maior frequência da primeira pessoa do plural; esta redução da flexão produziu, por sua vez, o aumento da frequência de realização do sujeito pronominal.

Contudo, Quint (2008) refere outros pesquisadores (Negrão, 1999 e Negrão e Viotti, 2000) que negam esta relação e associam esta tendência do PB a uma estratégia de recuperação dos sujeitos nulos ou a proeminência discursiva; Oliveira (2001, *apud* Almeida e Carneiro, 2009:72) considera que: “se a redução do sujeito nulo estivesse relacionada ao processo de redução morfológica, era de esperar um grande número de sujeitos expressos na 2ª e na 3ª pessoas, e não na 1ª que ainda apresenta morfologia específica.”

Além disso, enquanto Duarte, Kato e Barbosa (2001) consideram que se trata de uma mudança ainda em progresso, vivendo essa variedade “uma fase de transição [para uma língua de sujeitos plenos] em que convivem características de duas gramáticas”

referencial e o uso do sujeito nulo é agramatical) e tipos mais leves (de que resultam uma variedade da língua alvo, como no caso do português do Brasil, em que não há uma mudança, mas o incremento do sujeito pronominal, mantendo-se o uso do sujeito nulo gramatical). Pelo contrário, na transmissão linguística geracional regular “o modelo que orienta a aquisição da língua materna por parte dos indivíduos de uma geração é constituído pela língua materna dos indivíduos da geração anterior.”

(Lucchesi, 2009:174), para Galves (1993) e Duarte (2003b), diferentemente, trata-se de uma mudança gramatical; Duarte (2003a e b) defende que o sujeito preenchido é a forma não marcada no PB.

Quanto às consequências do preenchimento do sujeito no PB (encaixamento linguístico da mudança), Duarte (2003a e b) refere como uma delas o uso de formas pronominais realizadas para sujeitos de referência indeterminada, em vez do *se* indeterminado, como continua a acontecer no PE. De acordo com essa pesquisadora (e Duarte, Kato e Barbosa, s/data:2), no oral, as estratégias para a indeterminação do sujeito seguem a seguinte sequência: *você* > *a gente* > sujeito nulo > terceira pessoa do plural, registrando-se a ocorrência de “se”, “tu” e “nós”, embora com pouca expressividade (Duarte, 2003a:8). Ou seja, *você* e *a gente* são as formas mais usadas como sujeitos arbitrários expressos. Nesta mesma linha de ideias, Lopes (1998:4) demonstra o “carácter genérico e globalizante que *nós* e *a gente* podem assumir”, sendo usados no PB como formas de exprimir a indeterminação do sujeito: um grupo de pessoas indeterminado – grau máximo de indeterminação, *nós* ampliado. Essa pesquisadora dá conta de um estudo cujos resultados apontam para a seguinte sequência de uso dos pronomes realizados: *você* > *a gente* > *nós* > *eles*. Também para o PE, Costa et al. (2001) argumentam que a expressão *a gente* funciona como um pronome, desencadeando concordância variável com o verbo, podendo ter, também nesta variedade, para além de uma interpretação referencial (*nós*), uma genérica ou literal, significando *as pessoas* de um modo geral.

Quanto ao sujeito não referencial ou expletivo (orações sem sujeito), alguns desses pesquisadores referem estudos que evidenciam que “o PB não perdeu as propriedades de inversão e de extracção do sujeito, nem gramaticalizou um pronome para desempenhar a função de sujeito expletivo.” (Lucchesi (2009:173)).

De acordo com Barbosa, Duarte e Kato (2001:544), o PB e o PE distinguem-se por: “a) uso preferencial de sujeitos preenchidos (construções pessoais) para sujeitos indefinidos; b) uso quantitativamente superior de sujeitos pronominais contra nulos nos sujeitos referenciais.”. Explicam o uso maior de sujeitos pronominais no PB pelos seguintes factores: “1. O preenchimento é livre no PB quando o sujeito referencial é [-animado], contexto em que o PE usa quase categoricamente o nulo; 2. o uso nulo é livre no PE, mas não no PB, quando o antecedente e o nulo não se encontram em frases adjacentes.”

Na verdade, na literatura consultada, os contextos ou factores mais apontados como aqueles que condicionam o maior preenchimento do sujeito no PB são: pessoas do discurso, relação pessoa do discurso e morfologia verbal, animacidade do sujeito de terceira pessoa, referencialidade e condições de referencialidade, tipo de oração, paralelismo linguístico, tipo e tempo de verbo. Apresenta-se, a seguir uma síntese da leitura feita dos pesquisadores que investigaram esses fenómenos, seguindo de perto as suas afirmações:

Pessoas do discurso

Almeida e Carneiro (2009), Barbosa e Kato (2001) e Lucchesi (2009) demonstram que a tendência para o preenchimento não é igual para todas as pessoas gramaticais, sendo que os resultados quantitativos apontam para a ordem $P2 > P1 > P3$ (inversamente, e como favorecedores do sujeito nulo, a ordem apontada é $P3 > P1 > P2$), apesar de $P3$ ser o contexto que pode favorecer a ambiguidade⁹. Além disso, e de acordo com Lopes e Duarte (2003:73), os resultados empíricos têm evidenciado que “As entrevistas sociolinguísticas não são o contexto ideal para o uso da segunda pessoa (...)”. O facto de a $P3$ ser a pessoa gramatical mais resistente ao sujeito preenchido é explicado por esses autores (cf. Lucchesi (2009:174, 176-179)) por exemplo) pela possibilidade de recuperação do sujeito pelo mecanismo de correferência com um SN antecedente em posição acessível, mesmo quando não ocorre a concordância, e pela resistência ao uso do pronome *ele/ela* com antecedentes com o traço semântico [-animado]. Acrescentam que a tendência para o preenchimento, no caso da $P1$, apesar do morfema flexional exclusivo e do carácter déictico desta forma, é explicada por razões discursivas: inserção do falante no discurso, como produtor do mesmo. Quanto à $P2$, argumentam que ela se apresenta como o contexto mais favorável ao preenchimento porque, normalmente, não se observa o mecanismo de correferência e porque ela não dispõe, na maior parte das subvariedades do PB, de morfema flexional (*tu/você/ele vai*).

Comparando o PB e o PE, Barbosa, Duarte e Kato (2001:542) afirmam: “a diferença entre as pessoas no PE não é tão grande como no PB. A terceira pessoa nas duas variedades é a que apresenta o menor índice de preenchimento. A segunda pessoa é a que apresenta a maior distância entre o PE e o PB, mostrando que, com a mudança

⁹ Utilizamos as siglas $P1$, $P2$ e $P3$ para as 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular (eu/você/ e ele, ela) e do plural (nós e a gente/vós e vocês/ eles e elas)

de paradigma pronominal, que elimina o “tu”, é a segunda pessoa indirecta “você”, não marcada, a que mais se preenche.”

Relação pessoa do discurso e morfologia verbal (marca de pessoa e número na forma verbal)

A marca de pessoa e número na forma verbal é um outro factor estrutural identificado por vários pesquisadores (Naro e Scherre, 2007b; Lucchesi, 2009; Almeida; Carneiro, 2009). De acordo com Lucchesi (2009:178), as desinências verbais inibem o preenchimento do sujeito enquanto a sua ausência a favorece, como evidenciam estudos que correlacionam a frequência de cada pessoa do discurso com a presença vs. ausência do seu morfema flexional próprio. Como afirmam Naro e Scherre (2007b:170), há “mais uso do sujeito plural explícito quando a desinência verbal plural se apresenta sob uma forma pouco saliente e menos uso do sujeito quando a desinência exhibe maior grau de saliência” (cf. secção abaixo sobre a saliência fónica). Por isso, e tal como argumenta Lucchesi (2009:178) a presença do constituinte *-mos* da primeira pessoa do plural, considerado o morfema flexional mais saliente, é o contexto que mais favorece o sujeito pronominal nulo. Seguem-se-lhe, os morfemas da primeira pessoa do singular (*-o/-i*) e da terceira pessoa do plural (*-m*) e, em última posição, a ausência de qualquer morfema (*-Ø*). O resultado para a P1 depende de factores de ordem pragmática e/ou ideológica: o indivíduo está a falar de si.

Tipo sintáctico da oração

O tipo de oração influencia fortemente a ocorrência de sujeito nulo/realizado (Barbosa, Duarte e Kato, 2001; Tarallo, 2003; Omena e Duarte, 2004; Almeida e Carneiro, 2009), sendo que alguns trabalhos analisam finamente o tipo de oração subordinada e outros centram-se na relação tipo de oração subordinada/pessoa gramatical. Assim, e de um modo mais geral¹⁰, as frases independentes e as orações coordenadas correferentes (segundas coordenadas) são as que apresentam mais sujeitos nulos. Com efeito, da leitura do trabalho desses pesquisadores retém-se que:

(i) *frase matriz/subordinada*: o sujeito nominal na frase matriz e o pronome na(s) frases subordinada(s) é, segundo Barbosa, Duarte e Kato (2001:542) “o padrão típico de preenchimento pronominal redundante no PB e de nulo no PE. [...] no PE, o pronome,

¹⁰ Convém notar que, neste estudo, usamos a terminologia tradicional relativamente à tipologia das frases.

quando aparece, é forte e no PB é fraco [...] No PE o que aparece co-referindo-se à primeira ocorrência é a cv ligada ao afixo pronominal”;

(ii) *frases independentes e coordenadas*: conforme a literatura consultada (Lucchesi, 2009, por exemplo), as frases independentes e as coordenadas tendem a favorecer o sujeito nulo, sejam estas sindéticas ou assindéticas, mas sobretudo nestas últimas, dado o sujeito se encontrar próximo. Aliás Duarte (2003a:2) refere ter excluído da análise “as estruturas coordenadas com sujeitos correferentes, uma vez que um sujeito nulo em tais estruturas constitui uma propriedade geral das línguas”;

(iii) *frases relativas*: no PB (Tarallo (2003:44)), as orações relativas de sujeito podem ocorrer com sujeito nulo (padrão) ou realizado (não padrão), sendo que esse autor apresenta os seguintes exemplos: *Tenho uma amiga que é ótima. /Tenho uma amiga que ela é ótima.*

Animacidade do referente do sujeito de terceira pessoa

Segundo as nossas leituras, o sujeito preenchido na P3 é favorecido pelo traço semântico [+animado] do SN antecedente de que é correferente, o que também se observa no PB para outras categorias vazias como é o caso de objectos directos anafóricos e das relativas cortadoras (Duarte, 2003a; Gryner e Omena, 2004; Lucchesi, 2009, por exemplo).

Condições estruturais de identificação do referente

Sendo a cadeia referencial uma das marcas da textualidade (cf. Duarte 2000; Mateus et al. 1989, por exemplo), o papel da retoma do sujeito é outro factor apontado na literatura (Matos 2009; Naro e Scherre 2007b; Gorsky 1998; Oliveira 1989). Tal como afirmam Naro e Scherre (2007b:170): “a manutenção da mesma referência favorece fortemente a ausência de um sujeito pronominal” enquanto ser mencionado pela primeira vez favorece a realização (Oliveira, 1989).

Segundo Duarte (2003a:5), o licenciamento e a identificação do sujeito nulo no PB depende fortemente das condições de referencialidade, ou seja, da facilidade de acesso ao referente, tendo em conta a redução da flexão verbal para quatro ou mesmo, na maior parte dos casos, para três posições. Na verdade, no PE o pronome é evitado sempre que a leitura é co-referencial e, caso contrário, os pronomes são usados (Mateus et al. (1989:328)).

Entre as condições de acessibilidade ao antecedente, apontadas na literatura como condicionantes no preenchimento do sujeito, destacam-se: a função sintáctica do antecedente, a estrutura inicial da oração e a presença de elementos intervenientes que diminuem a possibilidade de identificação. Assim, tem-se:

(i) *função sintáctica do antecedente*: o referente em posição de sujeito e sem elementos intervenientes que diminuem a possibilidade de identificação favorece o sujeito nulo ao passo que os casos de contraste ou ênfase ou de antecedente que não desempenhe a função de sujeito, em que o referente fica sintacticamente não acessível, favorecem o sujeito expresso (Duarte, 2003a). Também Barbosa, Pilar e Kato (2001), Tarallo (2003) e Omena e Duarte (2004) consideram que a função sintáctica do antecedente é um factor relevante, uma vez que quando este não é sujeito, o PB apresenta mais preenchimento, assim como o antecedente com a função de OD favorece o não preenchimento;

(iii) *estrutura inicial da oração*: a presença de elementos à esquerda do sujeito dificultam o acesso ao referente e favorecem o sujeito realizado (Duarte, 2003a); ao contrário, a sua ausência, facilitando este acesso, favorece o sujeito realizado (Omena e Duarte, 2004); o sujeito expresso também é favorecido pela presença de elementos adjuntos ao sujeito (Duarte, 2003a);

(iv) *elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo*: se Tarallo (2003) estabelece a presença ou ausência de distância entre o SN e o referente como um factor condicionante do preenchimento do sujeito, os resultados de Lucchesi (2009: 180) mostram que a ocorrência de um SN antecedente favorece o sujeito nulo, confirmando a actuação do mecanismo da correferência, ao passo que a primeira menção – sem antecedente, portanto – é o contexto mais favorável a sujeito preenchido; este pesquisador relaciona este subfactor com o paralelismo linguístico. Quanto ao PE, segundo Barbosa, Pilar e Kato (2001), quando o referente ocorre na frase adjacente, o PE preenche menos do que o PB. Nas palavras destas autoras (*op.cit*:543): “O PB exige, para o nulo, a adjacência da frase que contém o antecedente, ao passo que o PE tolera frases intervenientes entre o antecedente e o sujeito nulo.”

Paralelismo linguístico

Esta variável, forte no PB e interveniente em vários fenómenos (Naro e Scherre, 2007a) consubstancia-se na produção de estruturas paralelas pela repetição de uma

mesma forma ou de formas semelhantes (Lopes, 1998). Segundo Scherre (1998:30), o paralelismo pode estar presente em diferentes níveis: “entre as cláusulas (plano discursivo, no interior da oração (plano oracional, no interior do sintagma (plano sintagmático), e no interior da palavra (plano da palavra)”. No plano discursivo, e no quadro da explicitação do sujeito, significa que “o falante tenderia a manter o mesmo padrão de marcação em orações sequenciadas com o mesmo sujeito.” (Schere e Naro, 1993, *apud* Lucchesi (2009: 180)). Por isso, a não realização do sujeito na oração anterior tenderia a favorecer a não realização do sujeito pronominal na oração seguinte.

Tipo de verbo

A relação tipo de verbo/realização do sujeito aponta para o facto de os verbos intransitivos serem os que apresentam o menor índice de sujeito nulo, seguindo-se os copulativos e finalmente os transitivos directos (Oliveira, 1989; Omena e Duarte, 2004).

Tempo e modo verbal

Do seu estudo, Duarte (2003a) conclui que os resultados sugerem que as formas verbais com flexões verbais menos salientes, como é o caso do presente do indicativo, favorecem o preenchimento do sujeito.

4.2.3. A concordância verbal

A concordância em geral e a do verbo com o sujeito em particular distingue a língua cabo-verdiana da portuguesa. Com efeito, como referido na secção anterior, na língua cabo-verdiana o verbo é desprovido das categorias de flexão de pessoa/número, pelo que não é possível existir concordância morfológica entre o traço de número dos sujeitos e constituintes verbais flexionais que assegurem esse traço. Este facto, como mencionado, leva a que o sujeito esteja sempre realizado. Ou seja, em frases sem um sujeito com a configuração de um SN, um elemento pronominal tem de estar presente, para que a referência do sujeito fique assegurada. Em PE, a expressão linguística com a função gramatical de sujeito desencadeia a concordância morfológica no verbo predicado da frase, relativamente às categorias de pessoa/número, já que a morfologia do verbo apresenta formas específicas para cada pessoa do singular e do plural¹¹. Ou

¹¹ Na verdade, a 1ª e a 3ª pessoa do singular são, em geral, idênticas; essa questão será retomada.

seja, dadas as características flexionais do verbo, não só é possível explicitar morfologicamente a compatibilidade de traços entre sujeito e verbo como é exigido, e dessa compatibilidade depende, em grande parte, a boa formação da frase (cf. Mota e Vieira, 2008, por exemplo).

Assim, a concordância morfossintáctica é fundamental em línguas que, como o PE, são fortemente flexionais, e a presença das marcas de pessoa e número no verbo possibilita a não realização do sujeito, desde que a sua omissão não desencadeie ambiguidade referencial. O sujeito, explícito ou nulo, determina a concordância: i) do verbo, em pessoa e número: no caso de formas simples, com o verbo único; no caso de forma auxiliadas, com o auxiliar; ii) do predicativo do sujeito, quando adjectivo ou nome sem determinante, em género e número; iii) do particípio passado passivo, em género e número. A literatura sobre aspectos teóricos da concordância sujeito-verbo em português estabelece e discute o conjunto de regras que a regem, em geral com base na variedade padrão do português europeu ou na norma culta brasileira, mas não exclusivamente, como acontece sobretudo em publicações mais recentes. Os trabalhos que tomam dados de *corpora* orais e escritos, fundamentalmente na área da Sociolinguística, descrevem as variantes de uso atestadas, procurando estabelecer padrões variantes de concordância e explicá-los tendo em conta variáveis linguísticas e extra-linguísticas (cf. Vieira, 1995, 2007; Vieira e Machado-Vieira, 2006; Mota e Vieira, 2008, por exemplo). Tomar como base *corpora* tem-se mostrado uma metodologia de extrema importância, dado permitir compreender a variabilidade admitida pelo português e aquela que a gramática desta língua exclui. O desafio é encontrar, assim, os padrões de concordância com expressão suficientemente grande e admitidos pela comunidade de fala. Ou seja, inferir regras de concordância a partir de dados variáveis e, por vezes, aparentemente excepcionais ou mesmo agramaticais.

Relativamente à questão em análise, a hipótese de partida foi que se encontrariam, no *corpus* de PCV, variantes próximas das atestadas em PE (nem todas reconhecidas pela norma), outras próximas das atestadas em PB (dado, também em PB, haver tendência para a redução da flexão verbal no uso corrente, mesmo em falantes instruídos) e, por fim, variantes típicas do português cabo-verdiano. Por esta razão, consideram-se o PE e o PB como variedades de contraste com o PCV. Seria interessante

considerar outras variedades nacionais do português, mas não se conhecem trabalhos exaustivos sobre a concordância nessas variedades¹².

Sem pretensão de exaustividade, listam-se algumas das regras de concordância sujeito-verbo mais relevantes em português (cf. Cunha e Cintra 1984; Bechara 1987; Mateus et al. 1989; Peres e Móia 1995, entre outros); estas foram tidas como ponto de partida para a observação dos dados no contexto deste trabalho, sendo que casos particulares serão abordados posteriormente. Assim, e focalizando os sujeitos com a configuração de um SN¹³:

(i) se o sujeito for simples, desencadeia concordância verbal no singular ou no plural, concordando a pessoa/número do verbo com o número do único núcleo nominal do SN (a pessoa do nome é, por defeito, a 3ª pessoa):

- (1) a. INF2: [...] *a totalidade das nossas comunicações aqui passa-se - passa-se em crioulo* //, L 45-46 (COL)
- b. INF1: [...] *essas pessoas podem e falam crioulo* [...], L 181-182 (COL)
- c. INF10: [...] *noventa e nove por cento dos cabo-verdianos - não me exige nem me estimula a uma prática - a uma opção* [...], L 80-81 (COL)
- d. INF1: *a maioria tem origem no meio urbano* [...], L 173 (COL)

(ii) se o sujeito for composto, desencadeia geralmente concordância plural no verbo, independentemente da sua posição face ao sujeito e do número de cada um dos elementos nominais que compõem este último:

- (2) a. INF10: [...] *o meu imaginário e os meus contos eram de Janela* [...], L 313-314 (COL)
- b. INF3: [...] *falam sempre em português - funcionários e proprietários e pessoas que se consideram homens de bens - e os pobres as pessoas subalternas falam sempre em crioulo* //, L 503-505 (COL)

(iii) contudo, no caso de dois ou mais sujeitos nominais coordenados, a concordância verbal pode estabelecer-se com o termo mais próximo, como se verifica se este for singular; a forma verbal será a de 3ª pessoa singular, nesse caso:

- (3) *O susto e a aflição concorria para o seu estado de espírito.*

¹² Inverno (2004) é uma exceção, ao referir a existência, no português falado em Angola, de padrões de concordância verbal variável, como resultado da redução da flexão verbal.

¹³ Na medida do possível, tendo em conta a limitação dos dados, utilizam-se exemplos retirados do *corpus* oral dos líderes (COL) e do *corpus* oral dos professores (COP), o que permite desde já mostrar que os padrões de concordância descritos para o PE se encontram em PCV.

Este tipo de concordância é denominado concordância parcial ou atractiva por alguns autores (cf. Lapa 1973:210; Bechara 1987:295, por exemplo). Para esses autores, o que o legitima são razões semânticas, a possibilidade de considerar independentemente cada uma das entidades envolvidas e/ou o efeito de proximidade entre o último SN e o verbo. Este padrão de concordância é também favorecido pela posição pós-verbal do sujeito e pelo facto de os sintagmas nominais sujeito coordenados em posição pós-verbal serem da mesma pessoa:

(4) a. *Emociona-me o carinho e a consideração dos meus colegas.*

b. *Na festa, discursou o pai e os filhos.*

Também quando os sujeitos nominais estão coordenados pela conjunção disjuntiva *ou*, a concordância pode ser feita no singular se o entendimento for de exclusão, ou no plural, se for de inclusão (Bechara 1987:305; Cunha e Cintra 1984:508):

(5) a. *João ou Maria irá a S. Vicente.* (exclusão)

b. *A dengue ou o paludismo são doenças transmitidas por mosquito.* (inclusão)

Na verdade, alguns autores (Bechara 1987:295, 303; Peres e Mória, 1995:449, por exemplo) consideram esta concordância como *gramatical* (no sentido de 'morfológica'), *literal* ou *de vocábulo para vocábulo*, distinguindo entre a concordância *total*, se o V concorda com a totalidade dos vocábulos numa sequência de coordenação (SU composto por oposição a SU simples) e a *parcial* (ou *atractiva* ou simplesmente concordância com o sujeito mais próximo), se o verbo concorda com o SN mais próximo de uma série de SNs coordenados. Assim, ter-se-ia, por exemplo:

(6) a. [*os alunos, os professores e a escola*]_{SU coordenado} [*decidiram fazer uma exposição*]]_{V 3ªp. pl.} (concordância total)

b. [*os alunos, os professores e a escola*]_{SU coordenado} [*decidiu fazer uma exposição*]]_{V 3ªp. sing.} (concordância parcial)

Ademais, identificam este tipo de concordância ilustrado em (5b) como semântica, referindo-a como *de vocábulo para sentido*, *silepse* ou concordância *ad sensum*, *lógica* ou *siléptica* (Lapa 1979:218, Bechara 1987:296, por exemplo). Consideram que a leitura que prevalece, nestes casos, é a de uma unidade de significado, apesar da sua estrutura sintáctica. Outras explicações apontadas para a concordância semântica são a proximidade e a intenção de valorizar um dos elementos da coordenação.

Capítulo 4. Estudo complementar: análise linguística do material recolhido

(iv) Se o sujeito for pronominal correferente de um SN singular ou plural, a concordância faz-se na 3ª pessoa do singular ou do plural, respectivamente:

- (7) a. ***Ele** chamou o pai.*
b. ***Nós** vivemos na Praia.*

Mas é necessário ter em consideração o caso da coordenação de pronomes nominativos:

(i) se um dos elementos do sujeito for da P1 (*eu, nós*), o verbo patenteia os traços de pessoa/número de P4:

- (8) a. [*Ele e **eu***] fomos viajar.
b. [*Vocês/Tu e **eu***] fomos viajar.
c. [*Eles/Vocês/Tu e **nós***] fomos viajar.

(ii) se um dos membros da coordenação for de P2 pl e não houver nenhum de P1, é essa pessoa que determina a pessoa/número do verbo:

- (9) a. [***Tu** e eles*] tereis de me ajudar.
b. [***Vós** e ela*] podeis organizar um jantar cá em casa.
c. [*Eles e **tu***] falastes desse assunto?

Contudo, actualmente é muito mais frequente empregar-se a P3 nesses casos (*tu e eles (vocês) terão...*), dado que o pronome nominativo *vós* tem hoje um uso reduzido a situações muito formais, continuando apenas com vitalidade em variedades dialectais nortenhas do PE. Estando em perda o uso desse pronome, também a forma verbal correspondente o está.

(iii) a P3 pl é a forma seleccionada do verbo se os membros do sujeito composto forem todos de P3:

- (10) a. [*Ela e eles*] falaram ontem sobre o assunto.
b. [*Ele e ela*] não se entendem.

(v) Quando o sujeito é indeterminado, a concordância faz-se na P3 plural, sendo que quando a indeterminação é representada pelo pronome *se*, o verbo fica na P3 singular; ou seja, no primeiro caso, existe um sujeito indeterminado nulo (*[eles/as pessoas] dizem ...*) mas, no segundo, o pronome *se*, de P3 por defeito, funciona como sujeito explícito:

- (11) a. Dizem que ele está muito doente.
b. Diz-se que ele está muito doente.

Contudo, no caso das construções passivas de *se*, o verbo concorda com o argumento interno, na 3ª pessoa do singular ou do plural:

(12) a. *Vende-se casas.*

b. *Vendem-se casas.*

(vi) A ausência de sujeito em frases com verbos impessoais, como é o caso dos meteorológicos, impõe que o verbo esteja na P3 singular. Nas variedades do PE em que se usa uma partícula expletiva (*ele*), há concordância entre esse elemento, que ocupa a posição de sujeito e o verbo:

(13) a. *Ontem nevou no sul de França.*

b. *Ele fez um frio de rachar!*

(vii) os sujeitos colectivos desencadeiam concordância singular (e plural, se os nomes forem variáveis em número):

(14) a. *A passarada pousou no arrozal. (*As passaradas pousaram ...)*

b. *O povo mostrou-se indignado (*Os povos mostraram-se ... , com sentido colectivo)*

c. *{O(s) rebanho(s), A(s) manada(s)} passa(m) o verão no campo.*

Quando, num contexto alargado, há uma frase com sujeito colectivo que é semanticamente retomado numa frase posterior, pode ocorrer concordância não com o nome colectivo, mas com um sujeito plural, explícito ou omissivo, dado o colectivo ser lido como um conjunto de entidades do mesmo tipo. Assim:

(15) a. *O governo já anunciou os feriados. [Eles] Deram três dias no Carnaval.*

b. *A equipa chega às 19h. [Eles] Já avisaram que não dão entrevistas.*

(viii) a concordância com o verbo *ser* apresenta algumas particularidades (Cunha e Cintra 1984:501; Bechara 1987:306). Pode concordar por atracção com o predicativo do sujeito e não com o sujeito:

- o nas frases começadas por pronomes interrogativos *que*, *quem*

(16) *Quem foram os autores da brincadeira?*

- o quando o sujeito é uma expressão de sentido colectivo, como *o resto*, *o mais* ou *tudo*:

(17) a. *Vamos falar de ambiente; o resto são assuntos secundários.*

b. *Para ele, tudo são problemas*

- o quando é usado impessoalmente

(18) *São muitos dias de trabalho.*

Capítulo 4. Estudo complementar: análise linguística do material recolhido

- o quando o sujeito é um pronome neutro, explícito ou nulo e o predicativo está no plural, embora possa ser desencadeada a concordância na P3:

(19) a. *Isto não são filmes para crianças.*

b. *Tudo são sintomas da doença.*

c. *Isto é as ideias que eu tive. / É as ideias que eu tive.*

d. *Aquilo ali é as bagagens que ele deixou.*

e. A – *O que é isto?*

B – [*Isto*] É as minhas fotocópias.

(ix) Na ausência de sujeito e estando presente um tópico na construção, a concordância é igualmente desencadeada por um sujeito pronominal neutro. Este contexto não é referido nas gramáticas tradicionais:

(20) a. *Cerejas, [isso] faz-me mal.*

b. *Cinema e teatro, [isso] é as minhas diversões.*

(x) nas orações cujo sujeito é uma relativa (orações relativas de sujeito), o verbo concorda em número com o antecedente do pronome relativo (e também em género com as formas participiais):

(21) a. [*O aluno que apresentou o trabalho*] é do segundo ano.

b. [*Os alunos que assistiram*] são do primeiro ano.

c. [*A monografia que foi apresentada*] é sobre Cabo Verde.

(xi) o sintagma *a gente* está a sofrer um processo de gramaticalização, sendo interpretado como equivalente a *nós* e desencadeando, em alguns falantes do PE, a concordância plural. Esta variante, muito comum no PB (Lopes 1998; Fernandes 2004; Naro e Scherre 2007a; Lucchesi, Baxter e Silva 2009) não é aceite pela norma europeia, mas ganha terreno no uso:

(22) a. *A gente vai de férias.* (normativo)

b. *A gente vamos de férias.* (não normativo)

(xii) A concordância com o infinitivo (infinitivo pessoal, flexionado/infinitivo impessoal, não flexionado) também apresenta particularidades (Lapa 1979), sendo, de acordo com Cunha e Cintra (1984:482) uma das questões controversas da gramática portuguesa. Com efeito,

- o se o sujeito lógico ocorrer como um pronome pessoal oblíquo átono, não se flexiona o infinitivo:

(23) *Ouvi-os falar.*

- se o sujeito for nominativo e o infinitivo depender de um verbo causativo ou sensitivo, a flexão é facultativa; caso contrário, o infinitivo não flexiona (cf. (24b)):

(24) a. *Deixei os alunos {falar, falarem}*

b. *Vamos cantar todos.*

- o infinitivo precedido de preposição não flexiona:

(25) a. *Esse livro é fácil de ler.*

- quando o sujeito da oração infinitiva é idêntico ao da oração principal, pode flexionar ou não:

(26) *Antes de {decidir, decidires}, ponderarás bastante.*

- quando o sujeito da oração infinitiva é diferente do da oração principal, a flexão é obrigatória:

(27) *Exijo estarem aqui a horas.*

(xiii) Outra situação tem a ver com o infinitivo pessoal em locuções verbais, em que tipicamente é o verbo auxiliar que concorda com o sujeito (Bechara, 1987:309).

Assim:

- quando o infinitivo é o verbo principal e a ordem dos termos evidenciar nitidamente a sua ligação com o verbo auxiliar, o infinitivo não é flexionado:

(28) *Amanhã vou descansar.*

- contudo, a flexão é facultativa quando o infinitivo é o verbo principal e o verbo auxiliar estiver afastado ou oculto:

(29) a. *Não devemos, depois de todas as provas, duvidar dele.*

b. *Não devemos, depois de todas as provas, duidarmos dele.*

A hipótese em b. não é óbvia em português europeu.

Portanto, e como se deduz das regras explicitadas acima, não só a concordância semântica é bastante produtiva no PE e no PB como existem muitas particularidades, variantes em concorrência em certas construções, o que leva alguns pesquisadores a concluir pela variação livre nesta área da sintaxe tanto no PE (Peres e Mória 1995:449, por exemplo). Quanto ao PB, Scherre (1994), Scherre e Naro (1998) e Naro e Scherre (2007a) argumentam que vários estudos dão conta da variação da concordância de número no PB (incluindo no SV), a qual abrange toda a comunidade de fala, e pode ser tida como um caso de “variação inerente, altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais” (Scherre 1994:11; Scherre e Naro 1998:13). Nas

palavras de Mota e Vieira (2008: 88), trata-se de “(...) padrões variáveis de concordância sintáctica consoante, por exemplo, (i) o estatuto do sujeito (*ele* expletivo; sujeito lógico-semântico inexistente – cf. verbos impessoais; sujeito oracional vs nominal/pronominal referencial; sujeito simples ou complexo; sujeitos coordenados; sujeitos lexicalmente realizados/nulos; etc.) (ii) o tipo de verbo e as construções que admite, eventualmente associadas a diferentes posições do sujeito na frase: (i) identificacionais, concordância variável: *a minha principal preocupação são / é os incêndios*; (ii) apresentativas, com concordância variável: *são os meus primos que vêm jantar / é os meus primos que vêm jantar*; (iii) inacusativas: *hoje, começaram/começou as aulas*.”

Dentro deste enquadramento, vários são os pesquisadores que se têm dedicado ao estudo dos padrões de concordância sujeito/verbo e seus factores condicionantes (linguísticos e sociais) tanto no PE como no PB, mas sobretudo neste segunda variedade do português. Esta exhibe grande variação, a ponto de alguns estudiosos considerarem tratar-se de uma área que distingue as duas variedades nacionais de forma nítida (Scherre e Naro, 2007; Mota e Vieira, 2008; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009, por exemplo). Nesse âmbito, e sem pretensões de dar conta da teoria sintáctica explicativa de todas as condicionantes linguísticas, tendo em consideração o carácter exploratório deste estudo, apresenta-se, brevemente, a leitura feita acerca das variáveis relacionadas com a concordância verbal mais comprovadas na literatura sociolinguística, tomando como base sobretudo os trabalhos citados no parágrafo anterior. A silepse (concordância lógica) é também referida, abaixo. Assim, consideram-se:

- (i) natureza e tipo estrutural de sujeito e os traços de número do núcleo (singular e plural);
- (ii) posição do sujeito e tipo de verbo (e, portanto, sujeito vinculado a determinadas construções sintácticas);
- (iii) saliência fónica, relacionada com as propriedades morfológicas das formas verbais;
- (iv) distância entre sujeito e verbo;
- (v) paralelismo formal na relação entre o sujeito e o verbo.

Natureza e tipo estrutural do sujeito

A natureza do sujeito – nulo ou realizado – e a estrutura do SN – simples (*a água inundou as ruas*), composto ou coordenado (*o sábado e o domingo passaram a correr*) e complexo¹⁴ (*esse pacote de leis foi aprovado*) – constituem factores condicionantes da concordância verbal, de um modo geral. Assim, por um lado, e como está descrito para o PB (Galves, 1993; Luchessi, Baxter, 2009a, Baxter e Silva, 2009, por exemplo), a não realização do sujeito favorece fortemente a concordância, na medida em que a sua ausência aumenta a necessidade da marcação da pessoa e número do sujeito no verbo e, inversamente, o preenchimento do sujeito desfavorece-a. Por outro lado, os sujeitos compostos e complexos podem acarretar concordância parcial (ou atractiva), como em *a Joana e a amiga vai a Londres* e *esse pacote de leis foram aprovadas*, respectivamente; nos sujeitos complexos, como mostra o exemplo anterior, pode ser o núcleo do SN constituinte do sintagma preposicional (SP) adjunto ou complemento que desencadeia a concordância (como em *esse pacote de leis foram aprovadas*); Peres e Móia (1995: 470) designam este fenómeno como “concordância com o nome mais encaixado” (cf. também Scherre, 1994 e Scherre e Naro, 1998).

A essas construções que influenciam a concordância há que acrescentar as designadas coordenadas comitativas (Colaço, 2003, 2006), de cuja descrição para o PE se retém o seguinte: trata-se de uma “Construção à partida semelhante à da coordenação, em que o conector coordenativo corresponde ao conector habitualmente comitativo, usado com um valor aditivo.” (Colaço (2003:388)). Como resultado dos aspectos semelhantes à coordenação copulativa, forma-se um SN complexo, sintacticamente plural, que, quando sujeito, desencadeia o plural da forma verbal (*ela com a amiga conseguiram arrastar o móvel*), diferentemente do que acontece quando se trata de um adjunto comitativo (*O Pedro, com a Maria, foi ao teatro*, exemplo dessa pesquisadora). De registar ainda a nota de Colaço (2003:394) sobre o facto de que nem todos os falantes do PE aceitam essas construções como gramaticais, em decorrência da não “reanálise do conector comitativo”, a qual apenas é feita com verbos que “induzem uma interpretação conjuntiva do conector com” tais como “*combinar, fazer e formar*”.

¹⁴ Sujeito de um só núcleo, mas de estrutura complexa (presente também em aposições): *o fato, uma peça de costureiro, foi a leilão*; *o tio e grande companheiro do rapaz, levou-o a viajar nesse ano*. Não desencadeia concordância plural; trata-se de um mesmo referente e a concordância é determinada pelo primeiro SN (cf. Martínez (1999: 2711)).

Posição do sujeito em relação ao verbo

O português é uma língua de ordem básica SVO, embora essa ordem possa ser alterada. Trata-se de um factor relacionado com o anterior, como constata Rubio (s/d:706), que atesta que a relação entre os factores ‘tipo de sujeito’ e ‘posição do sujeito’ é evidenciada pelo facto de os sujeitos sob a forma de pronomes pessoais explícitos influenciarem positivamente a presença da concordância em virtude de dificilmente não ocorrerem na posição pré-verbal. Na verdade, segundo Costa e Silva (2006:102), “Em PE há sempre concordância sujeito-verbo independentemente da posição do sujeito, excepto no caso dos verbos inacusativos em que a concordância é opcional com sujeitos invertidos na fala coloquial.”, o que é atestado por exemplos que esses autores apresentam: *os meninos comeram os doces/comeram os meninos os doces; muitas florestas arderam/arderam muitas florestas* (op.cit.: 98).

Scherre (1994:6) e Scherre e Naro (2007:97) dão conta de estudos que evidenciam que, no PB, o sujeito pré-posto favorece a concordância e o posposto não, independentemente do grau de escolarização dos falantes: nesses casos, o SN posposto não é interpretado como sujeito e a concordância é feita na 3ª pessoa, como ocorre nas orações sem sujeito. Assim, se a concordância é favorecida pela posição pré-verbal do sujeito e desfavorecida pela posição pós-verbal (Baxter, 2009a), este factor relaciona-se directamente com o tipo de verbo e, portanto, com determinadas construções, como sejam, as construções inacusativas, as predicativas (com nomes predicativos do sujeito), as existenciais (Naro e Scherre, 2007a; Scherre e Naro, 2007; Carrilho, 2003; Costa e Silva, 2006; Scherre, Naro e Cardoso, 2007) e construções de clivagem (Duarte, 2000; Gonçalves, 2001; Kato, 2009), as quais se apresentam a seguir, embora de forma abreviada, e inspirada nas leituras feitas.

Assim, associado à posição, estaria o tipo de verbo, o que seria o caso dos verbos *inacusativos*¹⁵ (ou *ergativos*), cuja construção implica a posposição do elemento nominal (*chegaram barcos à vela*, por exemplo); esse elemento é um objecto lógico, um argumento interno, com propriedades de complemento¹⁶, mas também de sujeito, o que se constata por o mesmo desencadear concordância com o verbo (Ciríaco e Cansado,

¹⁵ De acordo com Ciríaco e Cansado (2004), no PB os verbos tipicamente *inergativos* (ou tipicamente intransitivos) são verbos que possuem um único argumento na posição de sujeito, aceitam a indeterminação do sujeito, mas não aceitam o particípio absoluto e a posposição do sujeito, entre outras propriedades. Contudo, no caso do PE, estes verbos aceitam a posposição (Costa e Silva, 2006: 100).

¹⁶ Note-se que os verbos inacusativos não atribuem contudo caso acusativo a esse elemento, como descrito na bibliografia sobre estas construções.

2004, por exemplo). Por não possuírem um sujeito típico mas sim um objecto, esses verbos aceitam a posposição desse argumento sem restrições (Ciríaco e Cansado, 2004). Acontece que, frequentemente, a posposição do sujeito (posição geralmente associada a um argumento interno, i.e., a um complemento) favorece a não concordância, mesmo em falantes instruídos. Segundo Carrilho (2003), a ausência de concordância com o argumento interno dessas construções (*Veio aqui (...) umas máquinas por conta do governo* (PST07), exemplo (9b) da autora) explica-se pela presença de um expletivo nulo com os traços de 3ª pessoa singular, sendo este a desencadear a concordância, e não o argumento interno. Nessa perspectiva, ter-se-ia uma estrutura como [*expletivo*] *veio aqui (...) umas máquinas*, havendo concordância entre o expletivo nulo (argumento externo) e o verbo. Carrilho (2003) discute, assim, se a concordância variável se deve ao facto de se tratar de construções com predicados verbais que não seleccionam um argumento externo referencial, ou se, de facto, a concordância é desencadeada pelo argumento interno expletivo nulo. Sobre a variação observada, a autora afirma:

“Os dados aqui discutidos, relacionados com a concordância sujeito-verbo em construções inacusativas e predicativas, não enfraquecem a uniformidade da relação de concordância sujeito-verbo em PE. Eles evidenciam antes uma das áreas sintácticas em que o PE, como outras línguas naturais, manifesta variação: a das construções impessoais e dos expletivos que nelas estão envolvidos.” (op. cit.: 175-176).

Justamente sobre as *construções predicativas*, Carrilho (2003) defende que, tal como acontece com outras construções, a variação resulta de o falante optar por um constituinte pós-verbal, que não é sujeito, para fazer a concordância, o que ilustra com exemplos que se retomam. Para essa pesquisadora, no PE padrão a concordância nas construções predicativas é com o núcleo do constituinte a que a gramática tradicional chama ‘nome predicativo do sujeito’: *Ficaram barcos no fundo*, (exemplo (25(a)). Na teoria generativa, este constituinte é analisado em termos de oração pequena (OP) (Mateus et al (1989: 167-169; 217-221)), estabelecendo-se a concordância com o sujeito da OP: se ele for singular, o verbo fica no singular e se ele for plural, o verbo vai para o plural. Quando o sujeito da OP é plural e o verbo está no singular – *Ficou barcos no fundo* (exemplo (25d)) – é porque o falante optou por fazer a concordância não com o sujeito da OP, mas com a própria OP; opção esta que não afecta a concordância quando

o sujeito da OP é singular: *Ficou um barco no fundo*, exemplos (25a) e (25b) de Carrilho (2003).

Quanto às *construções existenciais*, essa pesquisadora demonstra que em casos como *Havia casas para vender* o verbo está na 3ª pessoa do singular porque a concordância não é feita com o constituinte pós-verbal, tal como acontece com os verbos pessoais construídos como impessoais – *Parece que eles chegaram*. Mas em casos como *Haviam casas para vender*, a opção do falante é fazer a concordância com o constituinte pós-verbal. No que respeita ao PB, vários estudos focam a alternância de *ter* e *haver* nessa variedade do português, relacionando-a a condicionantes linguísticos. Alguns desses estudos (Franchi et al., 1998; Silva, 2004; Callou e Duarte, 2004; Callou e Avelar, 2007) concordam que a preferência generalizada, e não estigmatizada na fala, de *ter* sobre *haver* e *existir* em construções existenciais ou apresentativas é uma característica específica do PB face a outras línguas românicas (*Há gente ali/Tem gente ali.*); na escrita, a selecção de *haver* é tida como uma variante de prestígio. Como factores linguísticos condicionantes são apontados o traço [+/- animado] do SN argumento interno (Silva, 2004; Callou e Duarte, 2004) e a forma verbal no presente/passado do indicativo (Callou e Duarte, 2004); como factores sociais, o nível de escolaridade, o sexo e a faixa etária relacionam esse processo com o fenómeno de gramaticalização (perda do carácter verbal de *haver* que passa a item lexical) (Callou e Duarte, 2004). Nalguns estudos (cf. Callou e Avelar, 2007:189; e Silva, 2004:222), esta variação entre o oral e a escrita é explicada pela gramática nuclear vs. de periferia, vinculada à natureza formal do processo de ensino/aprendizagem da escrita: enquanto *ter* seria “o padrão default” da fala, *haver* “entra no acervo vocabular dos falantes quase nas mesmas condições em que entraria um verbo funcional de uma L2.” (Callou e Avelar (2007:190)). Contudo, Callou e Duarte (2004:153) consideram a hipótese de esse processo de substituição de *haver* por *ter* estar relacionado com “a preferência do português brasileiro pelos sujeitos referenciais expressos” já que “as estruturas com *ter* são as que mais facilmente permitem transformar sentenças impessoais em pessoais”, como seria o caso das construções com *você* referencial, indefinido, e expletivo.

A esse propósito, Lopes (1998:40) refere o estudo de Rollemberg (1991) segundo o qual, apesar de *você* ser o mais usado como sujeito indeterminado, a ele seguem-se *nós* (preferido nas situações formais), *a gente* e *eles*. Como referido na secção 4.2. acima, o comportamento de pronome da expressão *a gente* no PE evidencia-se no

desencadeamento da concordância verbal (Costa et al., 2001): gramatical, na 3ª pessoa singular, feminino, se o falante optar pela compatibilidade com os seus traços gramaticais, e pela concordância semântica na 1ª pessoa do plural, caso a opção seja pela compatibilidade com os seus traços semântico-discursivos.

As construções de foco também envolvem mudança de ordem tanto no PE como no PB (Decat, 1989; Kato, 2009; Duarte, 2000; Gonçalves, 2001), sendo que no PB elas envolvem ainda gramaticalização (Kato, 2009). De acordo com essas pesquisadoras, nessas duas variedades, o foco informacional pode ocorrer em posição pós-verbal dependendo do tipo verbo. Caso contrário, a estratégia é de foco *in-situ*, ou seja, na posição canónica de sujeito. Trata-se do foco contrastivo, com função correctiva, em geral, como em *Os meninos fizeram foi desenhos*, em que a forma do verbo *ser*, antes do foco, é invariável (3ª pessoa singular), admitindo apenas a oposição presente/passado (Mateus, et al. (1989:235)).

Uma das formas sintáticas de marcar o foco são as *construções clivadas e pseudo-clivadas*¹⁷ (cf. Gonçalves, 2001:39; Gonçalves, 2009:15), ambas realizadas com o verbo *ser* e abarcando construções com diferentes padrões de ordem e de concordância:

1) *clivadas*: i) frases clivadas básicas ou não inversas: *Foram desenhos que as crianças fizeram/ Fomos nós que fizemos os desenhos* - verbo *ser* flexionado, concordando com o foco; ii) frases clivadas inversas: *Desenhos é que os meninos fizeram* – verbo *ser* invariável (3ª pessoa singular), admitindo apenas a oposição presente/passado);

2) *pseudo-clivadas*: i) frases pseudo-clivadas básicas: *O que os meninos fizeram foram desenhos* – verbo *ser* concorda com o foco colocado no fim da frase; ii) semi-pseudo-clivadas: *Os meninos fizeram foi desenhos* – verbo *ser* invariável); iii) pseudo-clivadas inversas ou invertidas: *Desenhos é que os meninos fizeram* – verbo *ser* invariável (Mateus et al. (1989: 234-236)). Por isso, Kato (2009:378) observa que “Além da diferença entre tipos de palavra-Q – variável nas pseudo-clivadas e invariável

¹⁷ Esses processos consistem em: Clivagem (Duarte (2000:125)): “É um processo que permite “partir” uma frase e colocar um constituinte em posição de contraste pela introdução de uma forma do verbo *ser* e da palavra *que*: o constituinte destacado ocorre entre a forma do verbo *ser* e a palavra *que*.”; e “A pseudo-clivagem é um processo sintático que “parte” uma frase e põe em evidência a expressão com a função de predicado, pela introdução de *o que*, de uma forma do verbo *fazer* ou *acontecer* e de uma forma do verbo *ser*: todo o material que não o predicado é colocado à direita de *o que*, seguido da forma do verbo *fazer* ou *acontecer* e da forma do verbo *ser*, ocorrendo o constituinte com a função de predicado em posição final.” (Duarte (2000:128)).

nas clivadas – há outra diferença entre os dois tipos de clivagem. O fator concordância.” Essa autora (*op. cit.* 2009:383) acrescenta as seguintes variantes de concordância para a cópula inversa, no PB: *É o Pedro que a Maria viu. – ser* invariável, no presente; e *O Pedro que a Maria viu – ser* apagado, exemplos (49b) e (49c) dessa pesquisadora.

Outras construções dependentes do tipo de verbo são as *construções com infinito*, o qual pode ser flexionado ou não. Com efeito, Martins (2004, 2006) argumenta que, como resultado de uma mudança provocada por uma “relativa desgramaticalização dos verbos causativos e perceptivos, bem como de alguns verbos de elevação e de controle” (Martins, 2004:2), no português europeu moderno ocorrem:

i) o infinito em variação (flexionado/não flexionado) nos complementos oracionais das estruturas bi-oracionais, complementos esses que são seleccionados por verbos causativos e perceptivos¹⁸: (1) a. *Vi as nuvens mudar de cor.* / b. *Vi as nuvens mudarem de cor.* (2) a. *Mandei os rapazes fazer o jantar e as raparigas pôr a mesa.* / b. *Mandei os rapazes fazerem o jantar e as raparigas porem a mesa.* (cf. Martins, 2004:1 e 7);

ii) o infinito não flexionado com os complementos infinitivos dos verbos cujos sujeitos excluem a possibilidade de que o sujeito subordinado seja gramaticalmente distinto do sujeito da oração matriz¹⁹: (5) a. *Posso-te ir buscar às cinco.* / b. *Posso ir buscar-te às cinco.* (6) a. *Quero ouvir o que têm para me contar.* / b. *Quero não ouvir mais queixas por hoje.* (cf. Martins, 2004:2,17);

iii) o infinito não flexionado nas construções ‘fazer + infinito’²⁰, em que, como argumenta Martins (2004:3) o predicado complexo é formado por um verbo finito causativo ou perceptivo + infinitivo simples, em que o sujeito da oração infinitiva adquire o estatuto de objecto do complexo verbal; posiciona-se após o complexo verbal e recebe Caso Acusativo ou Dativo, conforme o verbo infinitivo é, respectivamente, intransitivo (exemplo (9^a), com verbo causativo *mandar* + *sair*) ou transitivo (exemplo (9b) também com o verbo com verbo causativo *mandar* + *deixar*, o que fica evidente quando o objecto é um clítico como em (9c), ou seja: (9) a. *O juiz mandou sair os advogados.* b. *O juiz mandou deixar a sala aos advogados.* c. *O juiz mandou-lhes deixar a sala.*

¹⁸ Verbos que admitem a construção de Marcação Excepcional de Caso (construções ECM, com verbos causativos e perceptivos); Cf. Martins (2004). Os exemplos aqui apresentados são da autora. Cf. também Mateus et al, 1989:275-277

¹⁹ Trata-se de verbos de elevação e de controle (Martins 2004).

²⁰ Trata-se de estruturas de união de orações (Martins, 2004).

Feita esta revisão de tipos de construções que podem implicar concordância variável, passamos a outros factores relevantes para essa questão.

Distância relativa sujeito/verbo

De um modo geral, os pesquisadores consideram que a proximidade do sujeito com o verbo favorece a concordância, ao passo que a distância tende a desfavorecê-la já que, por uma questão de processamento da informação, pode ocorrer esquecimento de qual seja o verdadeiro sujeito (Naro, 1981, Naro e Scherre, 2007a; Baxter, 2009a; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009). Ademais, e como referido, nos casos de concordância parcial, é o termo mais próximo que controla a concordância. Assim, se, por um lado, Naro e Scherre (2007a:62), argumentam que “o contínuo da distância entre o sujeito e o verbo tem sido categorizado de forma ligeiramente diferente em cada projeto de pesquisa” por outro, esse factor é quase sempre associado à posição do sujeito, mormente o posposto. Nesse contexto, Scherre e Naro (1998), aliando a posição à distância do sujeito, identificam quatro factores desta variável, os quais são ilustrados com exemplos que se retomam e em que os destaques são dos autores: “1) sujeito imediatamente anteposto: - *Eles **dizEM**: “chutei tudo”*; 2) sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas: - *Eles também não **diz0***; 3) sujeito anteposto separado do verbo do verbo por 5 ou mais sílabas: *Essas troca de experiência **vai0** crescendo*; e 4) sujeito posposto ao verbo: - *Aí **bateu0 dois** senhores na porta*; e ainda 5) sujeito oculto próximo e distante (Scherre e Naro (1998:8). Como se verifica, a distância é também associada a questão da ordem do sujeito em relação ao verbo.

Saliência fónica

Este factor linguístico é muito apontado na literatura como influenciando a concordância²¹. De acordo os pesquisadores que adoptam esta variável nas suas análises, a saliência fónica baseia-se na diferença fónica entre a forma singular e a plural na 3ª pessoa gramatical dos verbos e no modo como essa diferença é percebida pelos falantes. O princípio diz que (cf. Naro 1981, por exemplo) quanto maiores forem as diferenças fónicas da marca da oposição na relação singular/plural na forma verbal, mais provável é a concordância e que, ao contrário, quanto menos salientes forem as

²¹ Por exemplo, Naro, 1981; Scherre e Naro, 1998; Almeida, 2004; Scherre, Naro, e Cardoso, 2007; Naro e Scherre, 2007a; Scherre e Naro, 2007; Mota e Vieira, 2008; Baxter, 2009a; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009.

formas, menos provável é a concordância. Esses pesquisadores são unânimes em que os resultados das investigações mostram que as oposições mais salientes e mais acentuadas (portanto, mais perceptíveis ao locutor e ao ouvinte) contribuem para a aplicação das regras de concordância sujeito/verbo enquanto as menos salientes e acentuadas tendem a desfavorecê-la; além disso, esses pesquisadores dão conta, de um modo geral, que os falantes menos escolarizados são mais sensíveis ao fenómeno (cf. Scherre e Naro (1998:5), por exemplo). Conforme Scherre e Naro (1998:3), são dois os critérios da hierarquia da saliência: “(1) presença ou ausência de acento na desinência verbal; e (2) quantidade de material fónico que diferencia a forma singular e a plural.” A escala elaborada para o PB por Scherre e Naro (1998:3-4), a qual é retomada por vários pesquisadores (cf. Mota e Vieira, 2008:92; Almeida, 2004:239, por exemplo), comporta seis graus distribuídos por dois níveis: 1) *Nível 1* – oposição não acentuada ou fraca (verbos com oposição menos saliente), distinguindo-se: 1a: não ocorrência de mudança na qualidade da vogal na forma de plural (*conhece/ conhecem*); 1b: ocorrência de mudança na qualidade da vogal na forma de plural (*eles ganha/eles ganham*); 1c: acréscimo de segmentos na forma plural (*eles diz/eles dizem*) – estes exemplos são de Scherre e Naro (1998:3-4); e 2) *Nível 2*, oposição acentuada ou forte da desinência (verbos de oposição mais saliente), distinguindo-se, 2a: mudança na qualidade da vogal apenas na forma plural (*os filhos tá/eles tão*); 2b: acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural (*bateu/bateram*); 2c: acréscimo de segmentos e mudanças diversas na forma plural (*veio/vieram; é/são*).

Paralelismo linguístico

No quadro da concordância verbal, este princípio prevê que a presença/ausência de marcas do plural numa primeira ocorrência acarreta a presença/ausência de marcas do plural em ocorrências posteriores (Scherre, 1998; Naro e Scherre 2007a; Rubio, s/d, por exemplo). Ou seja, “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (Baxter, 2009b:280; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009:366)²². Assim, na relação sujeito/verbo, no plano discursivo “Verbo precedente – referente ao mesmo sujeito ou a sujeito do mesmo campo semântico – com variante explícita favorece verbo subsequente igualmente marcado, enquanto verbo com variante zero favorece verbo com variante zero.” (Scherre, 1998:35). Pelo contrário, “As estruturas isoladas ou primeiras de uma série

²² Este princípio não é considerado isento de dúvidas por parte de alguns investigadores em Sociolinguística variacionista.

exibem resultados intermediários, próximos ao peso da influência neutra.” (Scherre, 1998:36); no plano oracional, a presença de marca de plural no único ou último elemento do SN sujeito tende a influenciar a ocorrência do verbo no plural e a ausência de marca (presença de zero) no único ou último elemento do SN tende a influenciar a ocorrência do verbo no singular (Rubio (s/d:704), por exemplo).

4.3. Aspectos metodológicos

A metodologia adoptada para a análise teve a teoria da variação laboviana como suporte (cf. secção 4.2. deste capítulo) no que respeita ao método da entrevista e ao estabelecimento de variáveis dependentes (sujeito pronominal preenchido vs. nulo e a concordância vs. não concordância de 3ª pessoa) e de variáveis independentes, seja de natureza linguística (diferentes para cada um dos fenómenos) ou social (ocupação profissional, faixa etária e sexo). Não foi utilizado o programa estatístico computacional Goldvarb, apesar da sua grande vantagem de fornecer os pesos relativos dos diversos factores e a ordenação dos factores em função da sua relevância. Na verdade, optou-se por uma análise binária [presença/ausência], lidando-se apenas com a frequência de ocorrência dos dados nos *corpora*. Limitações de tempo para aprendizagem daquele programa conduziram a nossa escolha.

O *corpus* escrito (CEP) é composto pelos depoimentos dos professores de português do ensino secundário da amostra, contendo 6.866 palavras dum total de 7.630 palavras (os depoimentos dos professores constam do Anexo 9). Os *corpora* orais (COL e COP) provêm das entrevistas feitas com a finalidade descrita na secção 2.2 do capítulo 2; os entrevistados são 29, sendo 15 do subgrupo dos líderes e 14 do subgrupo dos professores, todos exercendo a sua actividade na capital do país. Os *corpora* orais cifram-se em 181.512 palavras, de um total de 267.568 palavras: a partir do total das transcrições das entrevistas, foi feito um recorte (que constitui a amostra utilizada neste estudo), mediante a análise prévia dos perfis dos informantes; buscou-se conjugar a selecção do maior número de variáveis possível com a garantia da maior homogeneidade possível²³.

²³ A amostra inicial respeitante aos falantes adultos foi montada seguindo a metodologia de amostragem de casos típicos (Carmo e Ferreira, 1998), como explicado na secção 2.1. do capítulo 2. Dos informantes (adultos), 62.07% são do sexo masculino e 37.93% do feminino; relativamente à idade, predominam os informantes entre os 40-70 anos e mais (82.70% do total dos informantes) - todos os líderes têm mais de

As opções tomadas para a constituição da amostra oral, quanto a *variáveis independentes não linguísticas*, foram as seguintes: ocupação e faixa etária. O nível de escolaridade não pode ser considerado um factor variável; todos os informantes, tanto do subgrupo dos líderes como do dos professores, foram considerados representantes do mesmo nível de instrução, superior, e todos da fala culta. Com efeito, apenas três dos líderes não concluíram a formação superior; todos os professores têm formação superior (sete têm o bacharelato – primeiro grau de ensino superior, correspondendo a três anos de formação – e outros sete têm licenciatura, correspondendo a cinco anos de formação superior). Levando em consideração a idade e o sexo, a amostra foi constituída como indicado na Tabela 63:

Faixa etária	Professores		Líderes	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
28-49 A – 1ª FE	3 informantes	3 informantes	3 informantes	1 informante
50-56 A - 2ª FE	3 informantes	3 informantes	3 informantes	2 informantes
TOTAL	6	6	6	3

Tabela 63 – Constituição da amostra

Como se verifica, não foi possível garantir a homogeneidade da amostra quanto ao factor sexo, tendo em conta o desequilíbrio inicial, quanto aos líderes (apenas três informantes do sexo feminino), e que resulta de factores sociais inerentes à própria sociedade cabo-verdiana. Mas, havendo 6 professores e 6 professoras, considera-se esse factor para a subamostra dos professores, apenas. Tendo em conta a idade e sexo dos informantes líderes, a primeira faixa etária tem 10 informantes e a segunda, 11. Ainda assim, dado o carácter exploratório deste estudo, manteve-se esta variável social.

Tendo isso em consideração, foram consideradas três variáveis sociais para as duas subamostras:

(i) ocupação: ocupações relacionadas com as artes, a política e as profissões liberais e, por outro lado, ensino. Foram compostas duas subamostras orais, uma dos líderes (COL), com 9 informantes, representando 60 % da amostra total, e outra dos professores (COP), de 12 informantes, representando 85 % da amostra total. Como referido acima (cf. nota 23), a diferença numérica resulta do número de mulheres-líderes;

40 anos, e dos professores, 3 estão na faixa dos 40-50, 6 na dos 50-60 e os restantes 5 têm idades mais baixas (entre 20 e 40 anos). Só 3 líderes são do sexo feminino.

(ii) idade: a amostra foi estratificada em duas faixas etárias: faixa 1, 26-49 anos e faixa 2, acima de 50;

(iii) sexo: este factor apenas foi considerado na subamostra dos professores, com 6 informantes do sexo feminino e 6 do sexo masculino, 3 para cada faixa etária, pelas razões acima expostas.

Assim, quanto aos factores sociais, foi observada a frequência das ocorrências num grupo específico (falantes cultos), em função da sua ocupação (profissões associadas aos líderes/professores) e da faixa etária, sendo a variável sexo considerada para os professores, apenas. Além disso, e no que diz respeito aos professores, foi feito um exercício de comparação quanto às modalidades de expressão: fala vs. escrita. Esta pode ser considerada uma terceira variável, na subamostra em causa, apenas.

Relativamente às *variáveis linguísticas independentes*, delas se dará conta adiante, visto serem diferenciadas, em função da variável dependente em estudo.

No que respeita à primeira variável dependente, note-se que os sujeitos de interpretação genérica (Duarte, 2000; Gryner e Omena, 2004; Matos, 2009), ou seja, aqueles que não têm um referente individual, mas sim uma classe ou espécie considerada de um modo geral ou um protótipo (podendo ser parafraseados como “todo ou qualquer indivíduo”, “as autoridades” ou “um grupo particular de indivíduos”) serão considerados apenas para verificar quais os pronomes pessoais que tendem a ser usados para este fim.

Assim, não foram incluídos muitos casos que deveriam ser considerados num estudo mais aprofundado, mas foi necessário limitar o objecto deste estudo²⁴.

Como trabalho prévio à análise, os procedimentos metodológicos adoptados foram os seguintes:

1. extracção de todos os contextos que apresentavam as variáveis dependentes, definidas em termos binários;
2. selecção dos contextos, em função dos tipos de variação já observados na literatura e de acordo com o que uma pré-análise dos dados mostrou ser mais relevante;
3. organização tipológica dos dados de variação;

²⁴ Para além das repetições dos pronomes e de inícios de frases não concluídas ou reformuladas, que resultam de características próprias do discurso oral, também foram excluídas da análise todas as frases feitas usadas bordões como, por exemplo *sabe, entendeu, digamos, sei lá, eu sei lá, acho/eu acho/acho eu, como eu disse/como disse* dado que o que neles ocorre tipicamente é o sujeito nulo; foram ainda desprezadas sequências em que as dificuldades de transcrição não permitiam uma análise fidedigna.

4. organização dos dados extraídos através da sua quantificação em tabelas Excel e produção de gráficos;

5. avaliação dos resultados, interpretando-os à luz das descrições dos fenómenos em análise na literatura sociolinguística a que tivemos acesso e apresentadas na secção 4.2.2. deste capítulo.

4.4. Dados linguísticos: descrição e propostas de análise

São de seguida descritos os dados extraídos dos *corpora* referidos na secção anterior. Nas subsecções abaixo, primeiro comentam-se os resultados relativos ao preenchimento do sujeito e, depois, os relativos à concordância verbal²⁵. Consideraram-se neste estudo as orações verbais finitas e não finitas.

4.4.1. Sujeito pronominal referencial explícito vs. nulo

Nesta subsecção, é observada a frequência do sujeito pronominal pleno e nulo, com vista a concluir sobre duas questões. A primeira visa testar se o uso do sujeito pronominal preenchido é maior ou menor do que a sua supressão (o que permite averiguar se a fala desses informantes se aproxima mais do português europeu ou do português brasileiro, sendo esta segunda a hipótese inicialmente por nós formulada); a segunda visa aquilatar a influência das variáveis independentes seleccionadas na variação observada.

As variáveis linguísticas consideradas foram a pessoa gramatical do pronome, as suas condições de referencialidade (associadas ao paralelismo sintáctico) e o tipo de oração (cf. secção 4.2.2.). As limitações práticas já apontadas obrigaram à restrição também dos factores a considerar, tendo-se optado por aqueles apontados como dos mais relevantes na literatura e ao mesmo tempo mais abrangentes e com resultados mais conclusivos. Por exemplo, a inclusão das orações coordenadas como variável sintáctica foi considerada importante por ser nelas mais típica a ocorrência de sujeitos nulos na segunda oração (e subsequentes). Assim, pôs-se a hipótese de que a eventual ocorrência de sujeitos realizados, nesse contexto, será um indicador importante da tendência para a realização do sujeito no PCV, aproximando-o do português brasileiro.

²⁵ Interessa notar que este estudo beneficiou da minha integração, como doutoranda, no Projecto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias* (CLUL/UFRG), que decorreu entre 2009 e 2011.

Assim, extraíram-se dos *corpora* orais (181.512 palavras), dum total de 6.946 contextos, 3.662 dados de sujeito nulo e 3.284 de sujeito explícito. Estruturaram-se assim as variáveis independentes linguísticas:

(i) *pessoa gramatical do pronome*, incluindo *a gente*;

(ii) *referência do pronome*, combinando as condições de referência com o paralelismo discursivo: a) antecedido por SN (expressão nominal) correferente; b) primeira menção, menção isolada ou mudança de referente; c) antecedido de sujeito pronominal nulo correferente; d) antecedido de sujeito pronominal realizado correferente;

(iii) *tipo sintáctico da oração/frase*, em que se operou com uma distinção, que integra numa primeira categoria as frases que, de acordo com a literatura consultada (cf. secção 4.2.2.), são as que mais favorecem o preenchimento do sujeito e na segunda as que menos favorecem esse preenchimento: i) principais, subordinadas e as primeiras coordenadas, numa coordenação frásica; e ii) orações independentes e as segundas orações de sequências de duas orações coordenadas (com sujeitos correferentes).

Ademais, relativamente aos professores, é comparado o seu comportamento na oralidade e na escrita. Também no decurso da análise são apresentados alguns exemplos ilustrativos do comportamento dos informantes face às diferentes variáveis.

(1) Variáveis linguísticas

Os dados obtidos e constantes das Tabelas 1.1 até 1.4. (cf. Anexo 14) permitem determinar as tendências de realização vs. omissão do sujeito e os contextos que mais favorecem uma ou outra (utiliza-se doravante a sigla SU, para “sujeito”). Assim, a primeira evidência é que se pode falar de equilíbrio entre o preenchimento do sujeito e a selecção de um sujeito nulo (cf. Tabela 1.1.): a diferença percentual entre o número total de ocorrências de cada tipo é de pouco mais de 5%, sendo que os sujeitos nulos (3.662) correspondem a 52.72% do total das 6.946 ocorrências e os realizados (3.284), a 47.28%. Assim sendo, a ligeira proeminência do não preenchimento da posição de sujeito, numa língua de SU nulo, parece apontar para uma tendência para o preenchimento do sujeito, em PCV.

(i) Pessoa gramatical

Antes de mais, a P2 morfológica *tu* teve muito poucas ocorrências, já que o contexto não era adequado à sua utilização²⁶, tendo em conta a relação de não intimidade entre a entrevistadora e os entrevistados, sobretudo os professores. Assim, dentre as 3.284 ocorrências de SU realizado (cf. Tabela 1.1) e como ilustra o gráfico abaixo, no singular, destaca-se a P1 (*eu*), com a maior percentagem das ocorrências, seguida da P3 (*ele/ela*); no plural, o primeiro lugar vai para a P3 pl. (*eles/elas*), seguida de P1 pl. (*nós*), apesar de que, se os valores de *nós* forem adicionados aos de *a gente*, o resultado ultrapassa ligeiramente o de P3 pl. (a sigla “REAL” significa “realizado”):

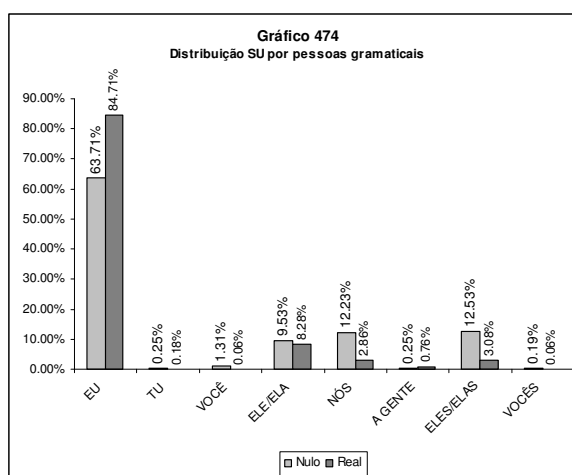


Gráfico 474 – Distribuição do sujeito nulo e realizado por pessoas gramaticais

Relativamente aos sujeitos nulos, das 3.662 ocorrências, e tendo em conta o que se disse acima para a P2, a ordem é também P1> P3; no plural, se tomadas em conjunto as percentagens de *nós* com os de *a gente*, os valores de P1 pl. e P3 pl. praticamente se igualam, embora com supremacia de P3 pl.. A esse resultado, algo diferente do observado para o PB, em que o contexto favorecedor de sujeito nulo é P3> P1> P2 (cf. Lucchesi (2009:174, 176-179), por exemplo, referido na secção 4.2.2.), não será indiferente a destacada ocorrência de P1 relativamente às outras pessoas gramaticais, mormente a P3, tanto para os SU nulos, como para os realizados. Seja como for, são os pronomes da primeira e da terceira pessoa os que mais se evidenciam, indiciando a tendência para o preenchimento da primeira pessoa apesar de ela se referir sempre ao

²⁶ O pronome *vós* não foi considerado neste estudo. É uma forma totalmente em desuso na fala corrente, mesmo em situações um pouco formais, à semelhança do que acontece em PE.

locutor e também alguma resistência ao preenchimento de P3, tendo em conta os valores encontrados quer no contexto dos sujeitos nulos quer no dos realizados.

De registar ainda a não ocorrência de *você(s)* com o valor discursivo de 2ª pessoa, sendo que *você* e *vocês* ocorrem no *corpus* quase exclusivamente em contextos de reprodução de fala. Como em PE, *você* e *vocês*, como formas de tratamento, são considerados em PCV de média intimidade, passíveis de serem usados entre pares, ou de um superior/mais velho para um mais jovem, embora, assim mesmo, estejam sujeitos a condições pragmáticas complexas. Os exemplos (30)²⁷ ilustram algumas das ocorrências dos diferentes pronomes:

(30)

eu

por exemplo - quando ***eu*** trabalhei com o nono ano -- o manual do nono ano - muitas vezes nós tínhamos momentos que tínhamos que tratar de aspectos relacionados com a língua cabo-verdiana -- nesses momentos ***eu*** recorria-me à língua cabo-verdiana para fazer algumas explicações -- ou até textos em língua cabo-verdiana -- já ***[-]*** tive até momentos que ***eu*** solicitei alunos que tivessem trabalho em língua cabo-verdiana //L 232 (COP, INF19)

ele

portanto para usar o português... porque mesmo que seja o presidente da república - ou um ministro - ou o primeiro-ministro - se ***ele*** dirigir para mim - se habitualmente ***[-]*** fala comigo em crioulo - falo com ele em crioulo -- se ***[-]*** fala comigo em português - falo com ele em português -- depende do hábito - depende do que utilizar// L 243 (COL, INF3)

bom - outra pessoa que eu costumo contactar-me com ele também - é um senhor já dos seus 65 anos - ano é? é da Brava - mas ***[-]*** vive em Santiago há muitos anos - ***[-]*** tem muitos filhos - ***[-]*** é uma pessoa que já trabalhou muito - ***[-]*** tem uma vida estável digamos assim -- e que eu vou procurar nas férias para jogarmos uril; L 152 (COP, INF17)

nós

nós vamos deixar de tentar imitar o português de Portugal - e tentar falar o nosso português - e aí será mais fácil ***nós*** conseguirmos corrigir as deficiências gramaticais e de pronúncia -- aplicar uma variante gramatical dentro do português que existe em Cabo Verde - é uma verdade - é um facto -- os alunos - nos trabalhos deles vêm reivindicando esta variante - eles só escrevem dentro daquela variante - eles reflectem naquela variante - ela que é verdadeira - ela que é nossa - a outra é importada -- até quando ***nós*** vamos continuar a importar? // L, 754 (COP, INF 17)

a gente

e às vezes ***a gente*** passa HO::ras a falar - conversas sem nexos - ele diz uma - e eu digo-lhe outra...; L 152 (COP, INF17)

²⁷ L significa a linha e o nº a seguir corresponde ao número da linha onde começa a fala na transcrição da entrevista (Anexo 9)

você(s)

eu aí há alguns anos - no ministério da educação - estava a falar com alguns... jovens que tinham concluído o 12º ano e iam ao ministério à procura de vaga para leccionarem enquanto estavam à espera de uma formação... e alguns tinham alguma dificuldade em utilizar a língua portuguesa e muitas vezes diziam - "não - vamos falar em crioulo" - eu dizia - "não - *vocês* estão a candidatar-se para ser professores - então vamos é utilizar a língua portuguesa e não o crioulo"; L 231 (COL, INF14)

até quando nós vamos continuar a importar? eis a questão - *[-]* pode não concordar comigo - mas *[-]* sabe que eu estou a dizer uma grande verdade// L 756 (COP, INF 17) – *dirigindo-se à entrevistadora*

O gráfico abaixo ilustra a ocorrência dos sujeitos genéricos. Pareceu-nos interessante considerar este tipo de valor do sujeito, embora se trate apenas de uma nota complementar. De facto, chamou-nos a atenção o facto de haver uma grande quantidade de referências genéricas, no discurso dos inquiridos:

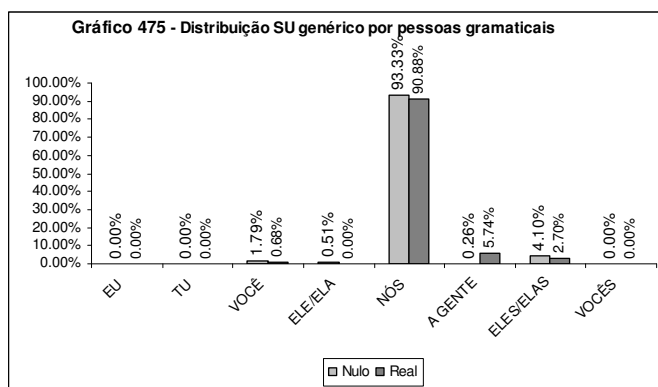


Gráfico 475 – Distribuição do SU genérico por pessoas gramaticais

Como se observa, tanto para o SU nulo como para o realizado, e diferentemente do PB, em que a preferência é para *você* para indeterminar o sujeito, conforme a leitura que fizemos (cf. secção 4.2.2.), o destaque vai para o pronome da primeira pessoa do plural, *nós*, com uma pequena supremacia do SU nulo sobre o preenchido. Quando se trata de sujeitos nulos, a seguir é preferido a terceira pessoa do plural e, depois *você*; em se tratando de sujeitos realizados, a segunda preferência é para *a gente* e depois para *eles/elas*. Na verdade, a quase totalidade dessas ocorrências corresponde às interpretações *nós*, os cabo-verdianos, *você*, um cabo-verdiano e *eles*, as autoridades ou um grupo específico, como mostram os exemplos dos *corpora*, abaixo transcritos:

(31)

nós

sim -- porque repare - eu em determinadas coisas não gosto de ser extremista -- não gosto do categórico -- repare - **nós** chegamos até aos dias de hoje com provavelmente todo o mundo traumatizado por ter feito... ter saído do crioulo para aprender em português - mas **nós** continuamos vivos -- agora o certo é que eu acho que se é - que se é... se vem realmente ajudar a... o nível de ensino em Cabo Verde - se é realmente importante - que se introduza de uma vez por todas -- [-] não podemos passar o resto da vida a falar na introdução do crioulo no ensino primário //; L 276 (COL, INF4)

eles

na televisão também -- na comunicação social - sobretudo na televisão e na rádio -- há certos programas por exemplo -- que [-] dão em português - que eu muitas vezes pergunto - "mas porquê que não [-] falam em crioulo - se o povo entende? "; L 298 (COP, INF18)

(ii) Tipo de oração/frase

Relativamente à variável tipo de oração/frase, cujos resultados são ilustrados pelo gráfico abaixo, constata-se a tendência, tal como acontece no PB, para o preenchimento do sujeito nas orações principais e subordinadas assim como na primeira coordenada, numa coordenação frásica, e para o não preenchimento nas frases independentes e nas segundas coordenadas (cf. secção 4.2.2., com base em Duarte e Kato, 2001; Lucchesi, 2009; Almeida e Carneiro, 2009).

A relativamente alta percentagem de sujeitos realizados é um indicador da tendência para o preenchimento do sujeito, em geral. No gráfico seguinte, a sigla “PSC1” corresponde a frase principal e subordinada e primeira frase de uma estrutura de coordenação, e “IC2”, a frase independente e segunda coordenada:

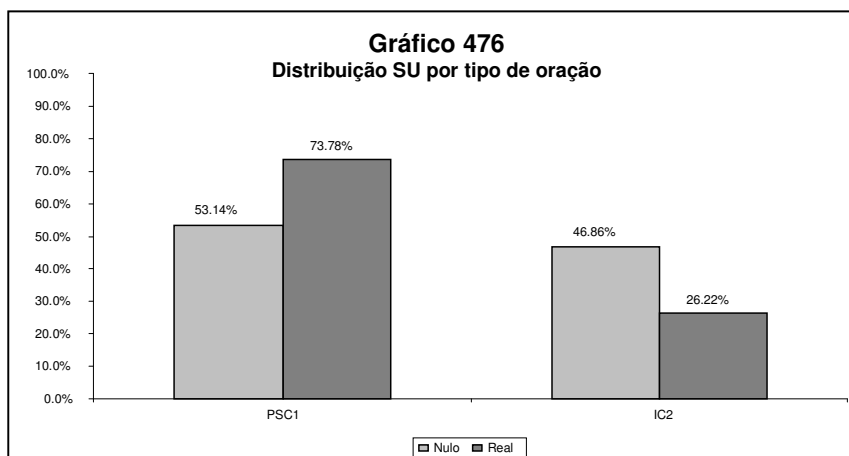


Gráfico 476 – Distribuição do SU por tipo de oração/frase

Capítulo 4. Estudo complementar: análise linguística do material recolhido

De registar ainda não se ter observado nenhuma ocorrência de sujeito preenchido nas orações relativas, do tipo apontado por Tarallo (2003), referido na secção 4.2.2. acima e aí ilustrado por *Tenho uma amiga que ela é ótima*. Neste aspecto, o PCV afasta-se do PB e aproxima-se do PE.

Alguns casos de distribuição do sujeito quanto ao tipo de frase são ilustrados com os exemplos abaixo, dos *corpora*:

(32)

SU nulo e realizado em frases independentes

mas [-] criou no meu ouvido - vá lá -- [-] aprendi a ler muito cedo... ; L 10-11 (COL, INF5) [-] falamos em crioulo//; L 32 (COP, INF28) eu falava tudo -- eu falo habitualmente o crioulo; L 5 (COP, INF3)

SU realizado na 1ª coordenada vs. SU nulo na 2ª coordenada

eu morava sozinho e [-] tenho vários amigos; L 30-31(COP, INF16) eu sou professor de português - [-] tento ensinar o português e [-] procuro falar sempre - testar os meus alunos; L 90 (COP, INF18)

SU realizado na subordinante e na subordinada

eu tenho dificuldade em definir com quem eu falo mais - porque eu levo uma vida muito - digamos assim - caseira; L 189-190 (COP, INF17) eu acho que eu tenho domínio bom a nível da língua portuguesa; L 38 (COP, INF20)

SU realizado na subordinante e nulo na subordinada

eu considero muito bom porque [-] procuro ler exactamente como está escrito, L 31-32 (COP, INF26) eu normalmente... acho que [-] falo mais ou menos bem L 36(COP, INF28)

(iii) Condições de referencialidade

No que diz respeito à variável condições de referencialidade (cf. Tabela 1.4), e como ilustrado pelo gráfico 477 e exemplos (33) abaixo, o destaque vai indubitavelmente para a realização do pronome quando se trata da primeira menção ou de menção isolada ou ainda quando ocorre mudança de referente, sem apoio de um antecedente, tal como apontado na literatura.

Ademais, verifica-se a ocorrência de paralelismo discursivo, uma vez que a tendência é a ocorrência de SU nulos antecidos de sujeitos nulos e de SU realizados antecidos de sujeitos realizados. No quadro do comportamento dos informantes em função deste subfactor, pode-se afirmar que ele concorre para corroborar a tendência para a realização do sujeito, uma vez que a este padrão segue-se sujeito nulo antecido de realizado enquanto o padrão realizado antecido de nulo ocupa a última posição.

Sempre que o antecedente é um sintagma nominal, o pronome referencial observado, nulo ou realizado, foi o de terceira pessoa singular ou plural, como esperável (os núcleos de um SN são de 3ª pessoa). Nesse contexto, e tal como apontado na literatura, o antecedente é retomado pronominalmente sobretudo através de pronome nulo, apesar de não ser muito expressiva a diferença com a retoma por pronome expresso.

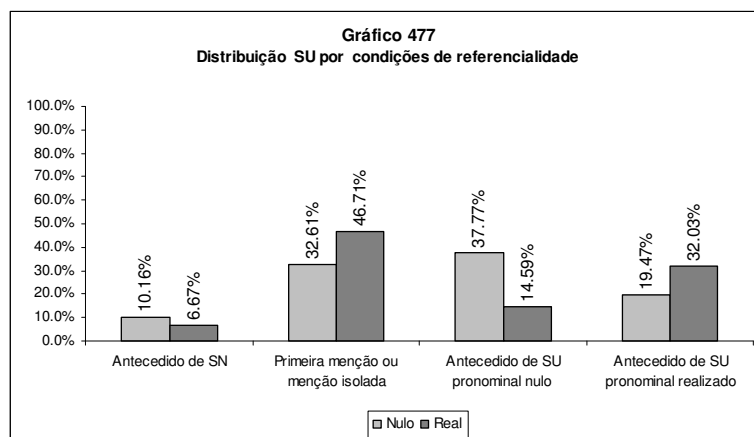


Gráfico 477 – Distribuição do SU por condições de referencialidade

(33)

SU (P1) realizado na primeira menção e menções isoladas e SU nulos anteceditos de SU nulos

e **eu** naturalmente também [-] falo português -- em regra - quando [-] falo com essas pessoas - **eu** - se início a conversa - é normalmente em português é que [-] início -- mas [-] noto que as pessoas - [-] tenho notado por vezes - aproximar-me dum grupo de pessoas em que se está a falar... em que estão todos a falar em crioulo - em que **eu** entro também a falar em crioulo - e [-] sinto que a conversa deriva para o português -- [-] não sei - [-] não sei explicar - mas parece-me que as pessoas não me consideram um indivíduo cuja língua materna - como agora se diz - seja o crioulo//, L 110 (COL, INF7)

SU (P3) nulo: co-refrente de SN (pronominal e nominal), realizado antecedido de nulo e realizado antecedido de realizado

eu quando estou fora - estou lá... com **eles** - na sua ilha natal - eu tento - eu esforço-me sempre a falar o seu crioulo - para [-] poderem me entender -- inclusive - quando eu fui para São Vicente uma vez - tentei falar o crioulo de São Vicente com uma senhora - **a senhora** quase me deu bofetada porque [-] pensou que eu estava a gozar com ela -- estava a perguntar nome de zonas - **ela** disse que... parece... que eu sou... sou xuxanti²⁸ - como no crioulo - não é? a gozar com ela porque... **ela** disse que se eu estou a falar São Vicente - é claro que eu conheço São Vicente -- eu não conhecia - só estava a tentar falar para entender... , L, 34 (COP, INF21)

²⁸ Em português, *trocista*.

SU (P3) realizado na primeira menção, seguido de vários realizados

AML: Ela falava crioulo de...?

INF28: **ela** falava crioulo... **ela** é de Boa Vista - **ela** falava crioulo de Boa Vista -- mas depois - com intervenção do nosso crioulo também... então nós entendíamos o que **ela** nos dizia -- mas quando - por exemplo - **ela** falava com o pai ou com a mãe - nós não entendíamos o que é que..., L 247 (COP)

(2) Variáveis sociais

As variáveis sociais tidas em conta para os líderes e os professores são, como já referido (cf. 4.3.), a ocupação dos informantes (líderes/professores) e a faixa etária.

(i) Ocupação dos informantes

Quanto a esta variável (cf. Tabela 1.5. do Anexo 14 e gráfico correspondente, abaixo), ocorre que no contexto da sua produção verbal, os líderes são mais equilibrados, havendo apenas uma diferença de 0.8 pontos entre as percentagens dos sujeitos nulos e os realizados por eles produzidos; ao passo que essa diferença, no que respeita aos professores, é de 8.7 pontos, a favor dos sujeitos realizados. Tendo em conta a diferença entre os líderes e os professores, na amostra, pode-se considerar que, relativamente, os líderes tendem a realizar mais os sujeitos do que os professores.

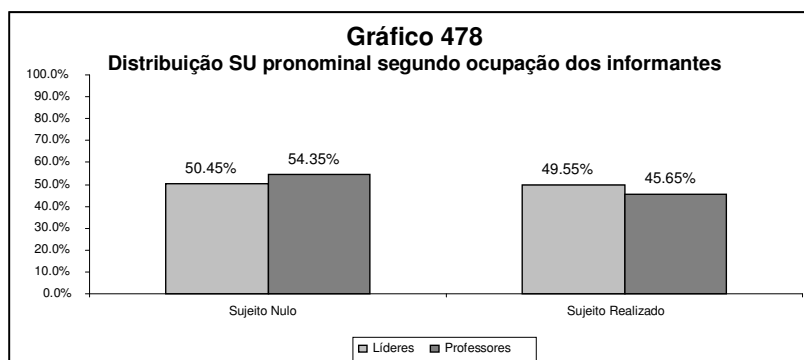


Gráfico 478 – Distribuição do SU pronominal segundo a ocupação dos informantes

Entrando um pouco mais no pormenor da leitura dos dados, mostra-se a seguir os resultados no que respeita à leitura cruzada das variáveis pessoa gramatical, tipo de frase e condições de referencialidade com a ocupação dos entrevistados.

Neste contexto e como mostra o gráfico abaixo e pode ser conferido na Tabela 1.6. do Anexo 14, o padrão da ocorrência das pessoas gramaticais como sujeitos nulos ou realizados não é muito diferente entre os líderes e os professores, seguindo ambos o padrão geral, como é mostrado na alínea (i) do número (1) acima (a sigla “L” significa “líderes” e a sigla “P”, professores):

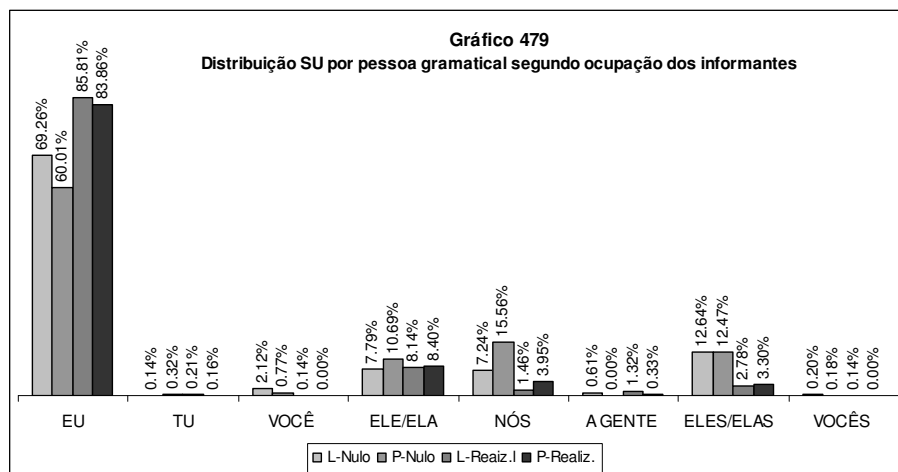


Gráfico 479 – Distribuição do SU por pessoa gramatical segundo a ocupação dos informantes

Com efeito, tanto para os professores como para os líderes, há a registar uma maior ocorrência do pronome de primeira pessoa do singular, tanto nulo como expresso, sendo que a diferença entre os dois grupos não é muito importante (menos de 2% para os sujeitos realizados, e, para os nulos, uma diferença maior, quase 10%, a favor dos líderes). De resto, os líderes seguem o padrão geral observado para a sequência das pessoas gramaticais quer para os SU nulos quer para os realizados, ao passo que os professores divergem desses padrões no plural, tanto para os SU nulos como para os realizados, observando-se nos dois casos a ordem P1 pl.> P3 pl., quando o padrão geral é P3pl.> P1pl.

O comportamento desses dois grupos face ao preenchimento ou não do sujeito em relação ao tipo de oração pode ser observado na Tabela 1.7. do Anexo 14 tal como se visualiza no gráfico abaixo:

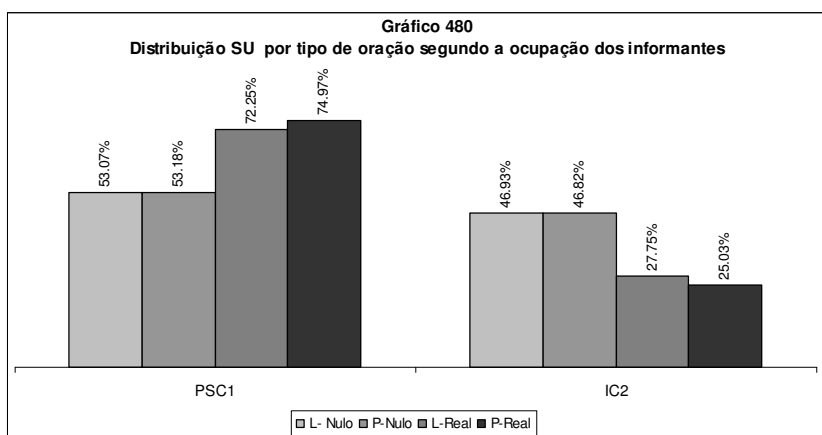


Gráfico 480 – Distribuição SU por tipo de oração segundo a ocupação dos informantes

Sendo mínima a diferença percentual entre os dois subgrupos, tanto os líderes como os professores contribuem para a maior tendência ao preenchimento nas orações principais e subordinadas, assim como para as primeiras frases de uma coordenação frásica, e para a tendência para o menor preenchimento nas independentes e segundas frases, numa coordenação frásica.

Quanto à variável condições de referencialidade, observa-se, de acordo com o gráfico abaixo e da Tabela 1.8. do Anexo 14 (“Ant nulo” e “Ant realiz” significam que o sujeito anterior é, respectivamente, nulo e realizado):

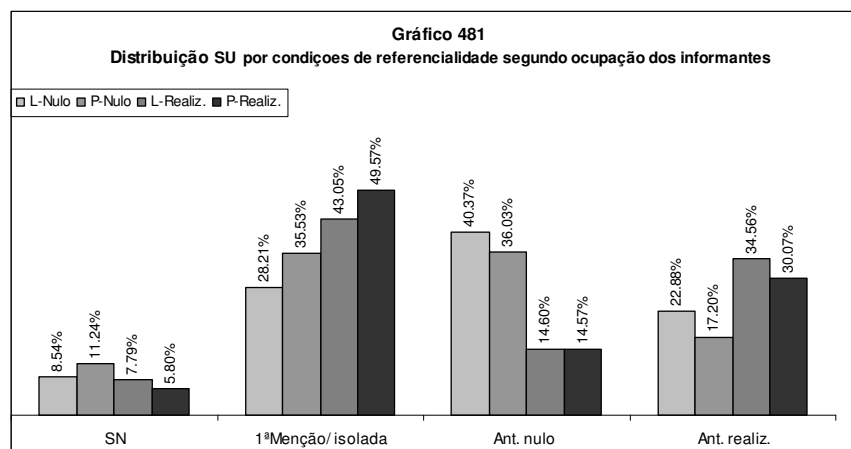


Gráfico 481 – Distribuição SU por condições de referencialidade segundo a ocupação dos informantes

No que diz respeito a primeira menção, menção isolada ou mudança de referente, ambos os subgrupos tendem a realizar o sujeito, embora os líderes tendam a produzir mais sujeitos nulos do que os professores, nesse contexto.

Quanto à aplicação do princípio do paralelismo discursivo, pode-se dizer que ambos os subgrupos de informantes tendem a observá-lo já que as percentagens maiores vão para sujeito nulo seguido de sujeito nulo e sujeito realizado seguido de sujeito realizado. Ademais, o facto de se seguir a este padrão o SU nulo antecedido de realizado, ficando o SU realizado antecedido de nulo em último lugar, corrobora a tendência para a realização do sujeito.

(ii) Faixa etária

Como se observa no gráfico abaixo (cf. Tabela 1.9. do Anexo 14), o comportamento inovador, relativamente ao PE, da realização do sujeito, tende a ser concretizado pelos mais velhos, enquanto que os mais novos tendem a preferir o sujeito nulo (“FE” representa “faixa etária”):

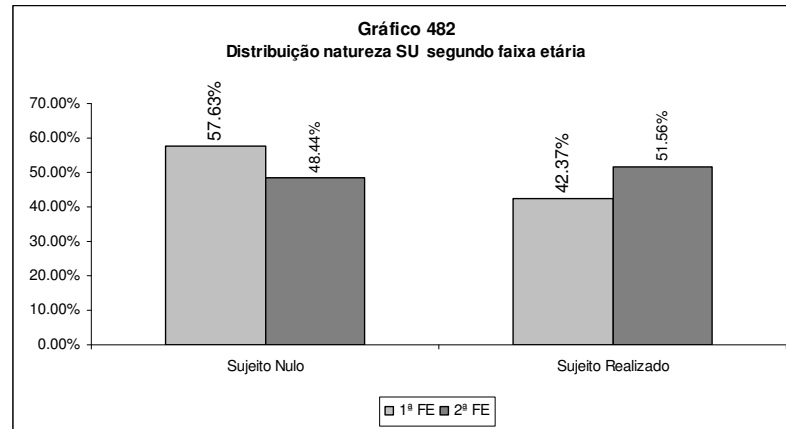


Gráfico 482 – Distribuição da natureza do SU segundo faixa etária

Este comportamento é algo divergente do esperado, uma vez que tendencialmente são os mais novos a acompanharem a inovação, embora alguns estudos revelem a não diferenciação quanto à faixa etária (cf. Duarte, 2003). Este resultado pode ser compreendido à luz do efeito da “idade institucional” (Eckert, 1998, apud Besera, 2004:270²⁹). Com efeito, há que considerar, no que respeita aos professores, alguns factores que os impelem ao melhor desempenho linguístico, ou seja, a uma maior normatividade, tomando como modelo o PE: i) o facto de, na sua quase totalidade, terem sido alunos da entrevistadora durante a sua formação profissional, o que pode motivar um “auto-policiamento” da fala; ii) o peso institucional do ser professor de português, que socialmente não lhes permite “erros de português”; e iii) o maior domínio explícito das regras do português (o que aliás também concorre para a inexistência de ocorrências de não concordância no modo escrito, como se mostrará na alínea imediatamente abaixo).

Certamente que o maior status social dos líderes lhes confere a possibilidade de usar formas que considerem não padrão sem serem tão penalizados socialmente; contrariamente, os aspectos sociais coagem mais os indivíduos da faixa etária mais nova, no auge da sua carreira, independentemente da ocupação. Por outro lado, e seja qual for a ocupação, a faixa etária mais velha já não está à busca de reconhecimento social, pode exprimir-se sem constrangimentos. Este conjunto de questões é bastante complexo, mereceria um estudo antropológico complementar. Com efeito, para além do peso ou não dos constrangimentos sociais associados ao prestígio pessoal, o facto é que

²⁹ ECKERT, Penélope. The whole Woman: sex and gender differences in variation. MILROY, James. *Language*.

os falantes mais velhos estudaram em Portugal, na maioria dos casos, enquanto os mais novos fizeram a sua escolaridade em Cabo-Verde. Talvez esse facto deixe os mais velhos mais seguros da sua “correção” linguística, e os mais novos, mais preocupados em se conformarem a uma norma que só conhecem em segunda mão.

Apresenta-se a seguir a análise mais detalhada da influência do factor idade em relação às variáveis linguísticas seleccionadas para este estudo, com resultados quanto aos pronomes pessoais (cf. Tabela 1.10. do Anexo 14), como o gráfico abaixo ilustra (“R” está no gráfico por “realizado” e “N” por nulo):

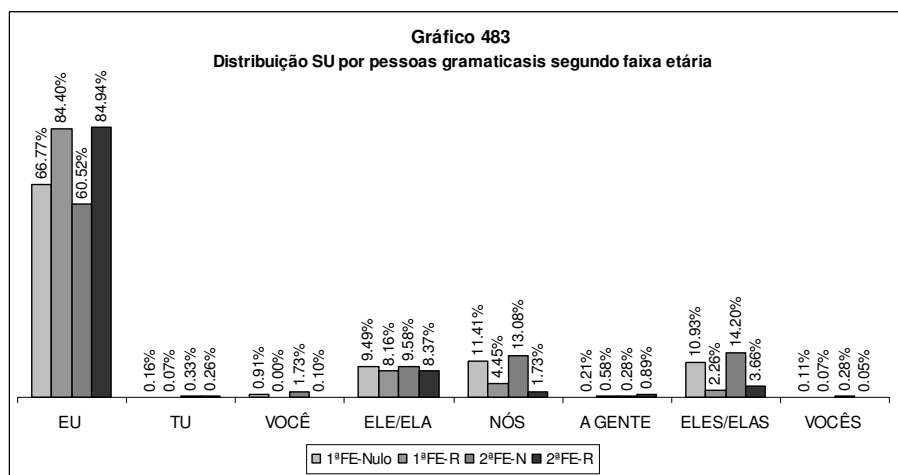


Gráfico 483 – Distribuição do SU por pessoas gramaticais segundo faixa etária

Em relação às pessoas gramaticais: as percentagens obtidas para cada faixa etária não configuram uma polarização de comportamento em função desse factor.

O mesmo se verifica no que respeita ao tipo de oração pois, independentemente da faixa etária, as orações principais e subordinadas e as primeiras frases da estrutura de coordenação apresentam-se como um contexto favorável à realização do sujeito e as independentes e segundas coordenadas, ao sujeito nulo, como se pode conferir na Tabela 1.11. do Anexo 14 e no respectivo gráfico, abaixo:

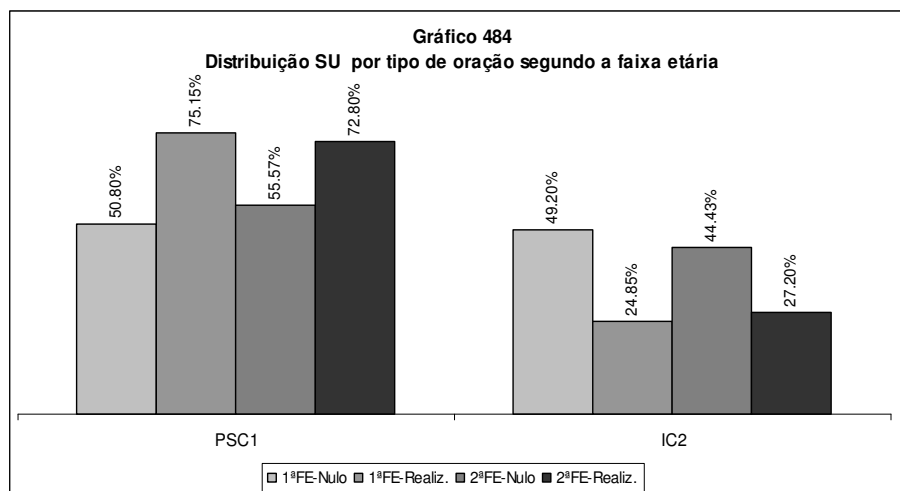


Gráfico 484 – Distribuição do SU por tipo de frase/oração segundo a faixa etária

Quanto às condições de referencialidade, os dados de primeira menção, menção isolada ou mudança de referente mostram que ele continua a ser um contexto favorável à realização do sujeito, também independentemente da faixa etária, como se pode observar na Tabela 1.12. do Anexo 14 e no gráfico correspondente, abaixo.

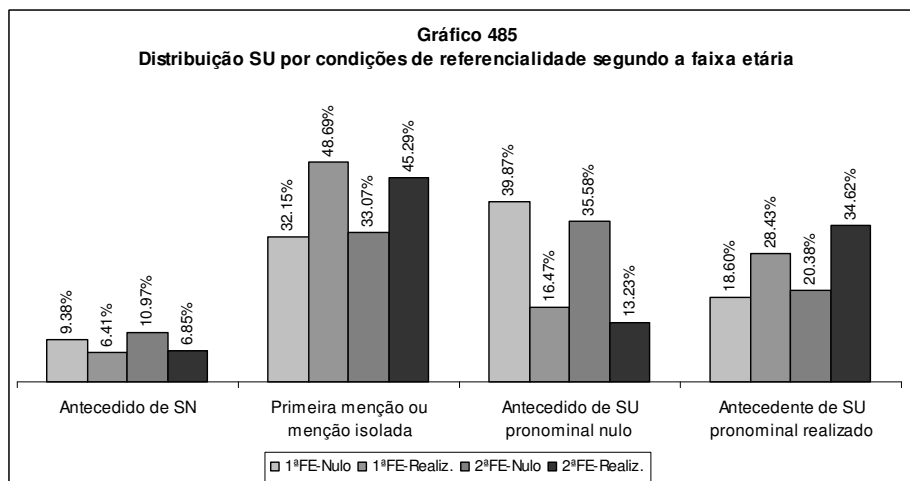


Gráfico 485 – Distribuição do SU por condições de referencialidade segundo a faixa etária

A diferenciação etária não influencia a observância do paralelismo discursivo, uma vez que a tendência é para a sujeitos nulos seguirem-se sujeitos nulos e a sujeitos realizados sujeitos realizados, sendo de destacar a proeminência dos resultados para este caso na segunda faixa etária. De registar ainda que, de acordo com os valores, segue-se o padrão sujeito realizado/sujeito nulo, em ambas as faixas etárias, concorrendo para a tendência detectada para a realização do sujeito.

Como referido acima, na subamostra dos professores é possível acrescentar um terceiro factor social, o sexo.

(iii) Variável sexo e modo escrito – subamostra dos professores:

Como se pode observar na Tabela 1.13. do Anexo 14, tanto os professores como as professoras usam mais o sujeito nulo do que o realizado, havendo uma diferença de cerca de 4%, para mais, dos homens, quanto ao sujeito realizado, e das mulheres, quanto ao sujeito nulo:

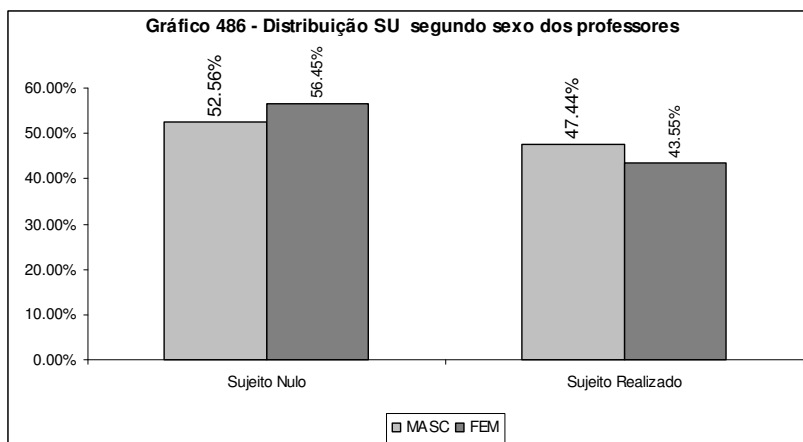


Gráfico 486 – Distribuição do SU segundo sexo dos professores

No que toca às pessoas gramaticais (cf. Tabela 1.1.4. do Anexo 14), também não se observa a intervenção do factor sexo: quer entre os professores como entre as professoras regista-se uma maior ocorrência da primeira pessoa, quer nula quer realizada, tanto no singular como no plural, sendo quase iguais os valores para homens e mulheres, tanto para os sujeitos nulos como para os realizados, em geral. Identicamente ao padrão geral observado, à primeira pessoa segue-se a terceira pessoa, não se registando distanciamento de valores importante entre os dois sexos:

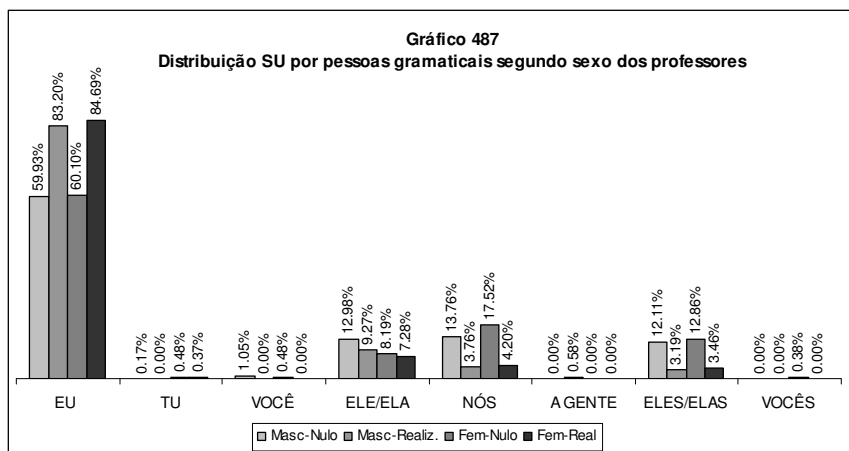


Gráfico 487 – Distribuição do SU por pessoas gramaticais segundo o sexo dos professores

Quanto ao tipo de oração, também o sexo não distingue o comportamento dos professores, mantendo-se a proeminência do sujeito realizado nas orações principais e subordinadas e primeiras coordenadas, numa coordenação frásica e do não expresso nas independentes e segundas coordenadas, embora com uma leve superioridade para os homens, no caso do sujeito realizado, como se pode observar na tabela 1.15. do Anexo 14 e no gráfico abaixo:

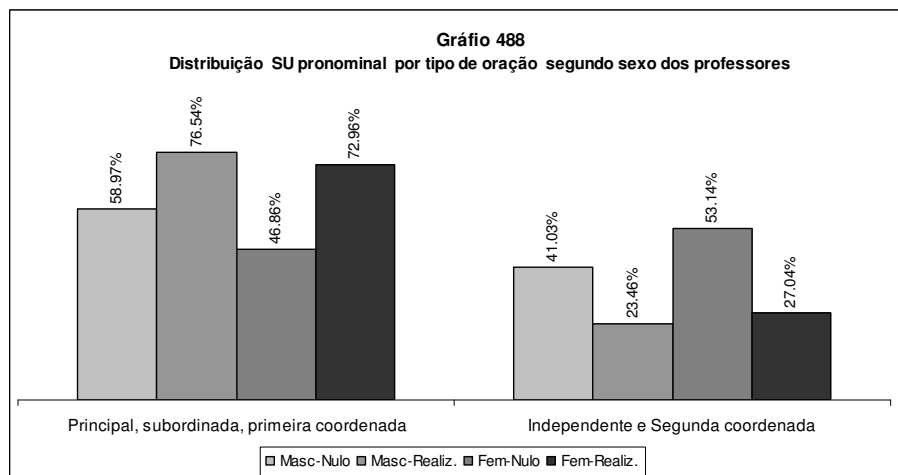


Gráfico 488 – Distribuição do SU pronominal por tipo de oração segundo o sexo dos professores

Os resultados quanto à distribuição do sujeito pronominal por condições de referencialidade segundo o sexo dos professores constam da Tabela 1.16. do Anexo 14 e podem ser observados no gráfico abaixo:

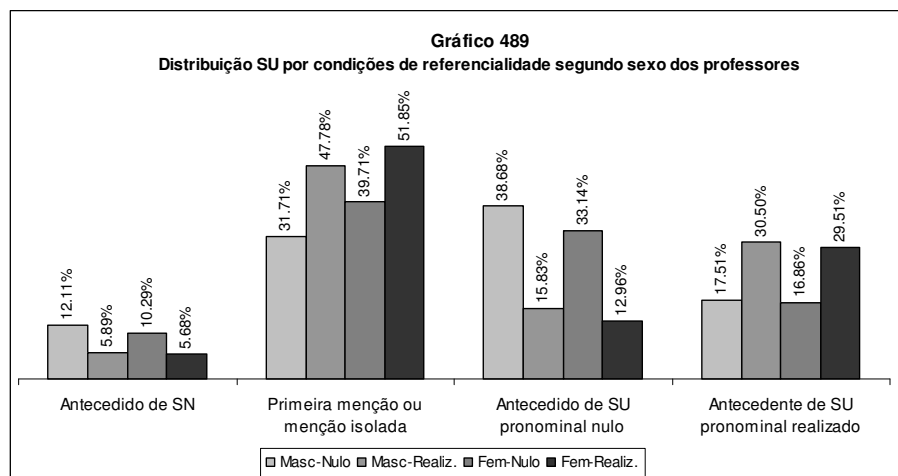


Gráfico 489 – Distribuição do SU por condições de referencialidade segundo o sexo dos professores

Estes resultados dão conta de que ambos os sexos observam o princípio do paralelismo discursivo, uma vez que os resultados mais importantes são para sujeito nulo antecedido de sujeito nulo e sujeito expresso antecedido de sujeito expresso. Identicamente, em ambos os sexos predomina o sujeito realizado quando se trata dos dados de primeira menção, menção isolada ou mudança de referente. Também para a terceira pessoa, contexto desfavorável à realização do sujeito, predomina o sujeito nulo com valores quase iguais para ambos.

A análise dos resultados dos depoimentos escritos dos professores é a seguir comentada, comparando-se esses resultados com os das suas produções orais.

No registo escrito (cf. Tabelas 3 do Anexo 14), da análise dos 12 depoimentos dos professores seleccionados na subamostra, que perfazem 6.866 palavras (CEP), foram extraídos 133 dados, sendo 112 casos de sujeitos nulos e 21 de realizados. Predomina assim o não preenchimento (84.21%) da totalidade dos sujeitos pronominais enquanto os sujeitos realizados se ficam por 15.79%. Estes resultados diferenciam-se do observado no oral, em que há um certo equilíbrio entre o preenchimento/não preenchimento. Também não foi registado nenhum caso de uso genérico dos pronomes e de *a gente*.

Considerando embora a escassez dos dados, e como ilustram os gráficos abaixo, pode-se dizer que, relativamente às variáveis linguísticas, se mantêm as tendências verificadas no oral, ou seja:

(1) quanto às pessoas gramaticais (cf. Gráfico 490 a seguir e tabela 3.1. do Anexo 14): i) maior ocorrência do pronome da primeira pessoa, quer nulo quer realizado; ii)

tendência para o não preenchimento da P3; e ainda iii) a relativamente elevada taxa de ocorrência da segunda pessoa do singular, que se explica pelo facto de os professores, num caso ou outro, terem relatado em discurso directo a sua conversa com os alunos, havendo mesmo um caso em que a opção foi responder sob forma de diálogo com um aluno (Depoimento 18, Anexo 9);

(2) quanto ao tipo de oração (cf. Gráfico 491 a seguir e Tabela 3.2. do Anexo 14): as orações principais e subordinadas e as primeiras duma estrutura coordenada recebem a taxa mais alta de sujeitos realizados e as independentes e segundas frases numa coordenação, a de sujeitos nulos;

(3) quanto às condições de referencialidade (cf. Gráfico 492 a seguir e Tabela 3.3. do Anexo 14): i) mantém-se a elevada taxa de sujeitos realizados para a primeira menção, menção isolada ou mudança de referente; ii) há um maior número de sujeitos nulos da terceira pessoa antecidos de SN; iii) são menores as evidências de aplicação do paralelismo discursivo, uma vez que, embora predominem sujeitos nulos seguidos de sujeitos nulos, não ocorre nenhum caso de sujeito realizado seguido de realizado: ao padrão nulo/nulo segue-se o padrão nulo antecido de realizado e, depois, realizado antecido de nulo.

No que respeita às variáveis sociais, certamente a escassez dos dados implica uma discrepância que não torna produtiva uma análise mais fina. Assim,

(1) quanto à faixa etária (cf. Gráfico 494³⁰), verifica-se que a maior parte dos dados, tanto de sujeitos nulos como de realizados, são produzidos pelos informantes da segunda faixa etária (94 dados, equivalendo a 70.15% do total) enquanto os da faixa etária 1 produziram uns escassos 40 dados, correspondendo a apenas 29.85% da totalidade dos sujeitos pronominais produzidos;

(2) quanto ao sexo (cf. Gráfico 495), os homens produziram 106 dos dados (94.64% da totalidade dos dados extraídos) enquanto as mulheres produziram apenas 27 deles (24.11% da totalidade dos dados extraídos).

Nos gráficos seguintes, mostram-se estes valores:

³⁰ Cf. no Anexo 14, Tabela 3.4. para a faixa etária e Tabela 3.8. para o sexo.

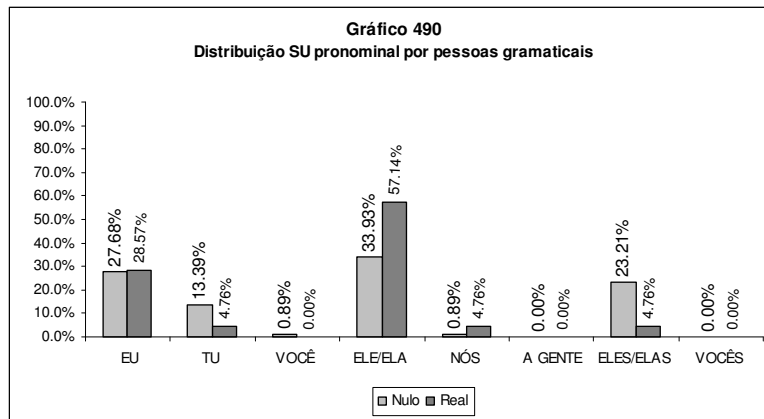


Gráfico 490 – Distribuição do SU pronominal na escrita por pessoas gramaticais

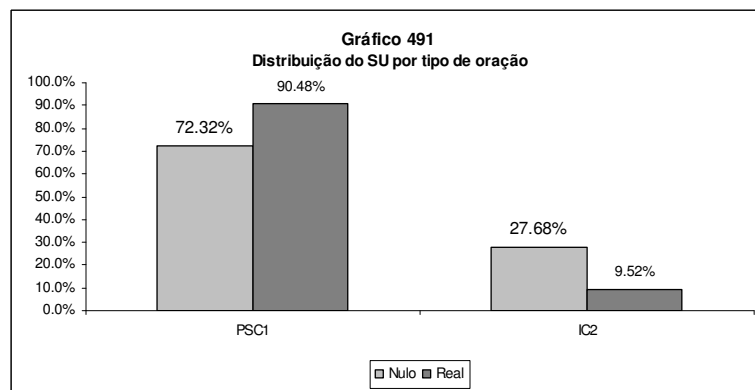


Gráfico 491 – Distribuição do SU na escrita por tipo de oração

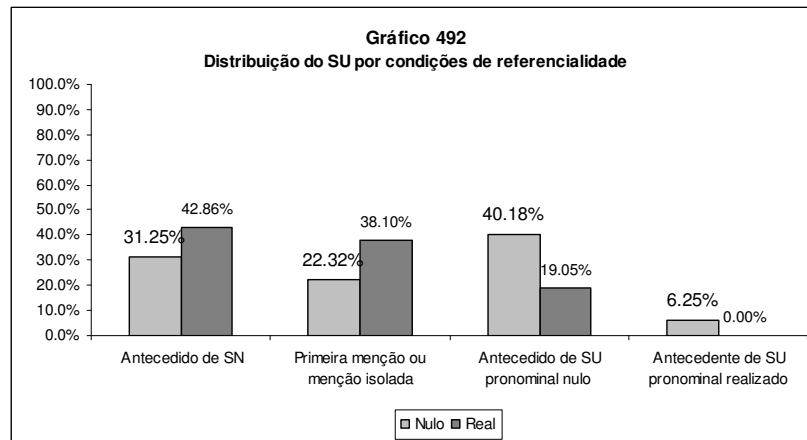


Gráfico 492 – Distribuição do SU na escrita por condições de referencialidade

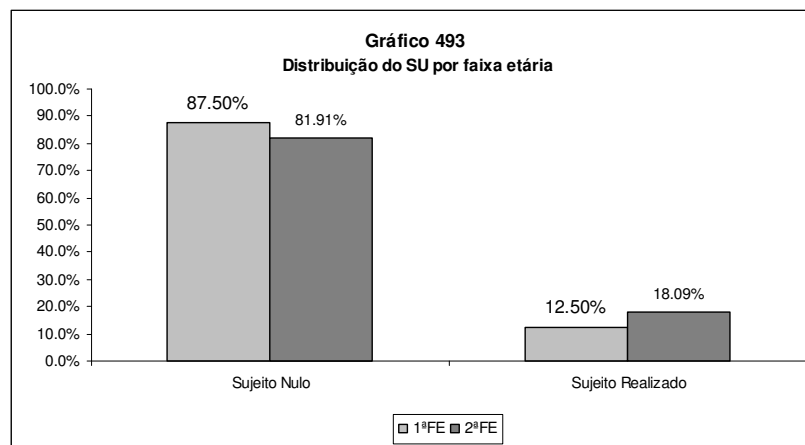


Gráfico 493 – Distribuição do SU na escrita por faixa etária dos professores

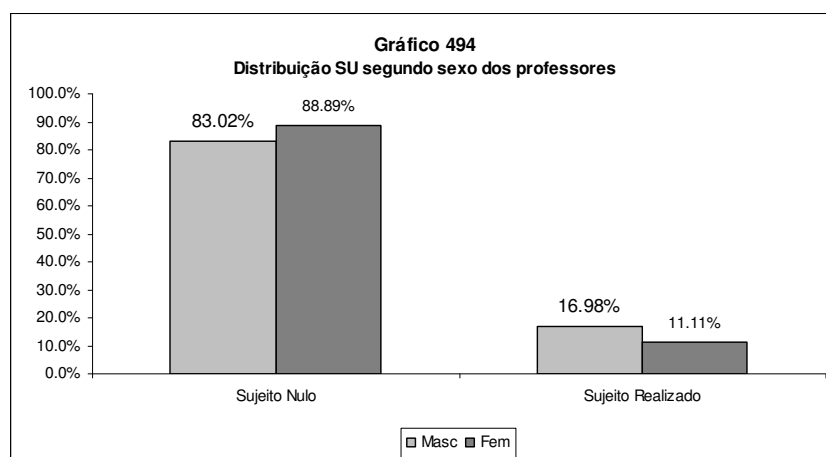


Gráfico 494 – Distribuição do SU na escrita segundo sexo dos professores

4.4.1.1. Súmula das conclusões

Pelo que fica dito e para concluir esta subsecção de análise, pode-se afirmar o seguinte:

Modo oral

Sendo o português considerado uma língua de sujeito nulo, o quase equilíbrio entre a frequência dos sujeitos nulos e a do preenchimento no discurso oral evidencia uma tendência para a realização do SU, o que pode ser resultado do contacto com a LCV que, pelo contrário, é uma língua em que é obrigatório o uso do pronome pessoal sujeito. Mas o facto de o português do Brasil mostrar uma forte tendência para o preenchimento reiterado da posição de sujeito (cf. Duarte, 1999, 2000, 2003a e b) poderá ser um argumento para dizer que o PCV está a seguir o mesmo percurso de

mudança dessa variedade do português. Como o PCV, o português do Brasil é o resultado de um antigo e forte contacto de línguas, entre as quais línguas africanas e línguas crioulas (cf. Luchesi, Baxter e Ribeiro (2009)). Na literatura sobre o PB, em geral associa-se a presença maioritária do sujeito à perda de morfologia flexional verbal, havendo assim uma compensação da sintaxe ao empobrecimento morfológico do verbo. Mas verifica-se que, em PB culto falado, mesmo que a marcação morfológica de pessoa verbal esteja assegurada, o preenchimento do sujeito é muito maior do que em PE, segundo os estudos existentes.

1.1 Variáveis linguísticas no modo oral

- Pessoas gramaticais

- (i) destaca-se uma maior ocorrência da P1, pessoa de referência que se evidencia quer entre os sujeitos nulos quer entre os realizados, o que parece ser normal no contexto de uma entrevista em que eram solicitados aos informantes dados sobre o seu comportamento e as suas atitudes; regista-se ainda a quase não ocorrência do pronome da segunda pessoa do singular no contexto da entrevista;
- (ii) evidencia-se a tendência para o preenchimento da primeira pessoa plural e também alguma resistência ao preenchimento da 3ª pessoa singular e plural; no singular, há que ter em conta ser natural a esporádica forma de tratamento da terceira pessoa;
- (iii) não se registou nenhum caso de *você* como forma de tratamento; na quase totalidade dos casos, esta forma de sujeito aparece apenas em discurso reportado;
- (iv) não se atestou nenhuma ocorrência de sujeito preenchido nas orações relativas (cf. Tarallo 2003).

- Tipo de oração

Tendência para o preenchimento nas orações principais e subordinadas e nas primeiras frases numa estrutura de coordenação e à preservação do sujeito nulo nas independentes e segundas frases, da coordenação frásica;

- Condições de referência

- (i) tendência para o preenchimento na primeira menção, menção isolada ou mudança de referente;
- (ii) tendência para o paralelismo discursivo e para a ocorrência de P3 nulo quando o antecedente é um SN.

- Sujeitos genéricos (referência arbitrária)

O destaque vai para o pronome da primeira pessoa do plural, *nós*, significando *os cabo-verdianos*, tanto para o SU nulo como para o realizado; se se trata de sujeitos nulos, a seguir é preferido *eles/elas* e, em se tratando de realizados, a segunda preferência é para *a gente* e depois *eles/elas*, significando *as autoridades* ou um grupo de indivíduos não totalmente definido.

1.1.2. Variáveis sociais no modo oral

Os resultados apontam para o seguinte:

- Ocupação

- (i) os líderes tendem a realizar mais os sujeitos do que os professores, embora não haja uma polarização dos valores;
- (ii) os professores são os que mais tendem a não realizar o sujeito pronominal que retoma um sintagma nominal e a P1 pl.;
- (iii) entre os líderes e os professores não existe diferenciação acentuada quanto ao padrão geral relativo à variável tipo de oração/frase;
- (iv) os líderes são os que mais tendem a realizar sujeitos nulos no contexto da primeira menção, menção isolada ou mudança de referente
- (v) ambos os subgrupos tendem a observar o princípio do paralelismo discursivo, corroborando-se a tendência geral de realizar o sujeito.

- Faixa etária

Diferentemente do esperado, são os mais velhos que têm um comportamento mais inovador, relativamente ao PE (realização mais sistemática do sujeito), e logo mais próximo do PB, enquanto os mais novos apresentam a tendência contrária, o que é explicado pelo efeito da idade institucional. Contudo, essa tendência já não se mostrou tão relevante na sua relação aos outros factores, como sejam os pronomes gramaticais, tipo de oração e condições de referencialidade, de um modo geral.

- Sexo

Apesar de uma leve superioridade dos professores na realização do sujeito, comparativamente às professoras, o factor sexo não revelou ser uma variável distintiva relevante no comportamento linguístico deste subgrupo de informantes, uma vez analisados os resultados obtidos para as diferentes variáveis linguísticas.

Modo escrito

A diferença observada entre os dados da escrita e da oralidade, na subamostra dos professores, mostra claramente uma tendência para o não preenchimento do sujeito na escrita; isso permite colocar a hipótese de uma maior normatividade nessa modalidade. Além disso, e salvo uma menor evidência de aplicação do princípio do paralelismo discursivo, mantêm-se, no essencial, os padrões verificados para o modo oral.

Em suma: o cruzamento das variáveis linguísticas e sociais leva a definir o perfil linguístico dos falantes cultos como caracterizado positivamente relativamente à realização do sujeito, no oral, sobretudo por parte dos líderes, dos mais velhos, e uma leve superioridade dos professores. Contudo, na escrita parece prevalecer a observação da norma culta europeia, com menos preenchimento do sujeito, além de que a idade e o sexo (no caso do subgrupo dos professores) não intervêm de modo distintivo nas outras variáveis.

Este breve estudo ajudará, como esperamos, a delimitar a norma culta cabo-verdiana, tarefa ainda por realizar. O mesmo esperamos, ao apresentar a seguir uma breve descrição do que foi possível apurar quanto à concordância morfossintáctica entre sujeito e verbo.

4.4.2. Concordância sujeito-verbo

Como referido na introdução deste capítulo, um dos objectivos desta análise é verificar se a realização vs. não realização do sujeito (referencial, pronominal ou com a configuração de um SN) constitui uma variável independente linguística válida para a explicação dos casos de não concordância ou de concordância variável no PCV.

Nos *corpora* orais, de um total de 181.512 palavras foram extraídos 59 dados para a concordância verbal variável e, no modo escrito, de um *corpus* de 6.866 palavras, seis dados. Assim, nesta subsecção, apresentam-se os resultados de análise da variável dependente para cada uma das variáveis linguísticas mais apontadas na literatura sociolinguística, como condicionantes da presença vs. ausência da concordância verbal.

(1) Variáveis linguísticas

(i) Natureza e tipo estrutural do sujeito

- (1) sujeito não realizado ou nulo, favorecedor da concordância;

(2) sujeito realizado, desfavorecedor da concordância, distinguindo-se três variantes:

- (a) sujeitos simples: sujeitos pronominais de um só pronome ou nominais de um só núcleo e desprovidos de determinante ou quantificador e modificador ou com apenas um determinante ou quantificador;
- (b) sujeitos complexos: sujeitos de um só núcleo nominal, mas com estrutura de quantificação complexa (mais do que um determinante e quantificador ou determinante e quantificador e/ou com modificação por SAD, SP ou oração relativa);
- (c) sujeitos compostos: sujeitos em que o constituinte tem mais do que um núcleo nominal ou pronominal, ligados por coordenação ou expressão comitativa, sendo que os sujeitos compostos e complexos tendem a favorecer a concordância parcial ou atractiva.

(ii) **Posição do sujeito:** influência da posição pré-verbal, favorecedora da concordância e da pós-verbal, que favorece a não aplicação da concordância, conjugado com o tipo de verbo e construção implicada (inacusativa, impessoal e de clivagem, por exemplo).

(iii) **Distância relativa sujeito/verbo:** influência dos contextos de menor/maior distanciamento (número de sílabas) como favorecedores/desfavorecedores da aplicação da concordância.

A conjugação destes dois últimos factores permitirá considerar ainda, seguindo Scherre (1998:8):

(1) sujeito na posição pré-verbal: (a) imediatamente anteposto; (b) sujeito distante do verbo por 1 a 4 sílabas; (c) sujeito distante do verbo do verbo por cinco ou mais sílabas;

(2) sujeito na posição pós-verbal: (a) imediatamente posposto (b) sujeito distante do verbo por 1 a 4 sílabas; (c) sujeito distante do verbo do verbo por 5 ou mais sílabas; (d) sujeito em oração anterior.

A expectativa é que com sujeitos pospostos e mais distantes haja menos aplicação da regra.

(iv) **Saliência fónica:** o maior ou menor grau de oposição da saliência fónica que influencia a presença vs. ausência da concordância sujeito-verbo (cf. escala de saliência em 4.2.3.).

(v) **Paralelismo formal:** a influência da presença vs. ausência de marcas do plural na presença vs. ausência de concordância verbal.

(2) Variáveis sociais

Sendo a não concordância um fenómeno estigmatizado pelos entrevistados, de um modo geral, o esperado é que ele seja sensível aos factores sociais. Assim, busca-se perceber também como se comportam esses falantes em função das variáveis sociais identificadas, ou seja, ocupação profissional e faixa etária, e ainda, quanto aos professores, a variável sexo e o modo escrito.

Retoma-se aqui o já referido na secção 4.3. deste capítulo, de modo a poder ter-se presente o conjunto da informação relevante para o estudo da concordância sujeito - verbo:

Modo escrito (CEP)		
Total 6.866 palavras	Não concordância: 2	Sujeito nulo: 0
		Sujeito realizado: 2
	Concordância variável: 6	Sujeito nulo: 3
		Sujeito realizado: 3

Tabela 64 – Totais de não concordância e de concordância variável, na escrita

Modo oral (COL: 81.310 palavras; COP:100.202 palavras)		
Total 181.512 palavras	Não concordância: 5	Sujeito nulo: 0
		Sujeito realizado: 5
	Concordância variável: 59	Sujeito nulo: 20
		Sujeito realizado: 39

Tabela 65 – Totais de não concordância e de concordância variável, no oral

Usamos ‘não concordância’ para caracterizar casos em que não existem suficientes factores ou factores suficientemente relevantes para justificar que não haja partilha de traços morfológicos entre sujeito e verbo. Tal não exclui que se tente descrever esses casos, aventando hipóteses explicativas. Os dados do modo escrito, pelo seu número, não serão analisados separadamente, mas integrados nos dados homólogos do *corpus* oral, embora estatisticamente separados deles. Esta foi uma opção metodológica que nos permite tirar algumas conclusões mais generalizáveis.

A escassez de dados de concordância variável provenientes da análise dos depoimentos escritos dos professores corrobora a tendência dos professores para a observação, neste registo, da norma que lhes é passada, já verificada quanto ao preenchimento do sujeito. Este facto não é de todo surpreendente se se tiver em consideração, por um lado, que se trata de pessoas com controlo explícito das regras da língua, dada a sua formação, e, por outro, as próprias características desse modo de produção, como sejam a possibilidade de maior controlo e reflexão e sequente reformulação e o seu carácter mais normativo. Como se observa no esquema acima, não se extraiu nenhum caso de não concordância.

No oral, como mostra a tabela 2.1. (Anexo 14), são apenas cinco os dados de não concordância extraídos dos *corpora orais*; os contextos considerados perfazem 81.310 palavras no *corpus* dos líderes (COL) e 100.202 palavras no dos professores (COP), num total de 181.512 palavras, o que desde logo indica que a não concordância sujeito - verbo é um fenómeno com uma baixíssima representação, também na fala. Indica, por outro lado, que o facto de não terem ocorrido dados de não concordância com sujeito nulo concorre para a confirmação da hipótese inicial de que as variáveis linguísticas independentes, sujeito realizado e sujeito não realizado, são válidas para a explicação dos casos de não concordância ou de concordância variável no PCV. Como esperado, o sujeito nulo tende a favorecer fortemente a concordância e o realizado não, sendo a tendência desses falantes realizar o sujeito.

Existe um dado extraído de COP em que não há concordância em número no participio passivo, e que comentamos porque põe em evidência um caso em que marca não leva a marca (cf. *sermos*, marcado, e *entendido*, não marcado), contrariando o efeito do paralelismo linguístico. Neste contexto, *sermos entendido* está dependente do auxiliar modal *podemos*, com sujeito nulo e omissso na coordenada. É interessante verificar que, tomando *podemos sermos entendido*, há uma sobremarcação de pessoa-número veiculada pelo infinitivo flexionado, mas o facto de o auxiliar estar afastado de *sermos* pode justificar a selecção do infinitivo flexionado para que os valores de pessoa-número fiquem assegurados, na frase coordenada que o contém; uma vez esses valores marcados, parece não ser considerado importante que o participio flexione. Uma hipótese explicativa pode ser o facto de a marcação do plural no auxiliar da passiva favorecer a tendência para a não redundância de marcação de número, já que a de género está respeitada:

(34)

[...] se estivermos em situação de comunicar com alguém que não entende nada de crioulo – [] podemos até usar um bocadinho de português - e [] *sermos entendido* por alguém//, L 633 (COP, INF26)

4.4.2.1. Não concordância com sujeitos realizados

Os quatro dados de não concordância abaixo transcritos ilustram as diferentes construções enquadradas na variável ‘sujeito realizado’, a par de outros. Assim, em (35), ocorre um sujeito simples; em (36), o constituinte com a função de sujeito é um SN simples, mas dado haver a omissão de *por cento* poderá admitir-se ser um sujeito complexo com uma parte omitida; em (37) tem-se uma construção clivada; e em (38) uma construção de infinitivo:

(35)

[...] cinquenta por cento dos alunos vêm de escolas onde *os professores* - ao longo da escola primária praticamente *falou* o crioulo com eles//, L 347 (COP, INF17)

(36)

[...] aquele espaço - eu considero que é um espaço da língua portuguesa -- não um espaço da língua cabo-verdiana - o espaço da língua cabo-verdiana é capaz de ser noventa por cento - então *aqueles dez fica reservado* ao português para ajudar precisamente isso [...], L 230 (COL, INF12)

(37)

[...] porque acho que a língua [portuguesa] é... a língua acompanhou toda a evolução - toda a expansão - toda... todo o processo de descobrimento dos portugueses -- então a língua... uma das primeiras coisas que *os portugueses* se calhar *nos trouxe* foi a língua//, L 651 (COP, INF21)

(38)

eu acho que devia estar a falar o português - mas achei que era necessário e:: para *os alunos comparar* aquilo [...], L 367 (COP, INF26)

No exemplo (35), o sujeito é um SN simples como o núcleo no plural, *os professores*, distantes mais de cinco sílabas do verbo, que está no singular; a distância pode ser um factor explicativo, dado que a forte saliência fónica da oposição singular/plural da terceira pessoa (*falou/falaram*) não justificaria a selecção da forma singular. Em (36) o sujeito pode ser considerado complexo, com a estrutura *dez por cento de espaço*. Nesse caso, embora *dez* seja um numeral inerentemente plural, com determinante plural *aqueles*, esperar-se-ia que o verbo estivesse no plural, assim como o particípio passado; mas o facto de *por cento de espaço*, embora elidido, estar presente na mente do falante, poderá pôr-se a hipótese de este fazer a concordância com o singular *espaço*, elemento mais próximo do verbo (veja-se que uma frase como *dez por*

cento do espaço fica reservado aos convidados seria perfeitamente aceitável). Mas dado que *por cento de espaço* está de facto ausente do contexto imediato, considere-se apenas *aqueles dez*: neste caso, seria a formal plural verbal a adequada, pelo que aqui se considera ser um caso de não concordância. Já em (37) tem-se uma construção pseudo-clivada (com a estrutura *o que SV ser SN*) em que o verbo não concorda com o seu sujeito, mas, aparentemente, com *a língua*, fora do SV. Pode tratar-se de uma questão de processamento, mas não deixa de ser uma falta de concordância; a saliência do plural é evidente, relativamente ao singular, a distância entre o sujeito e o verbo é pequena. E, na construção de infinitivo do último exemplo (38), em “*para os alunos INF*”, *os alunos* é o sujeito da oração subordinada reduzida de infinitivo, adverbial (função de adjunto adverbial) e com valor final, não sendo aceitável, à luz da norma do PE, a não flexão do infinitivo. A saliência do plural é grande, face ao singular, a distância do sujeito é nula.

Quanto às variáveis sociais, do ponto de vista da distribuição por ocupação profissional (cf. Tabela 2.1. no Anexo 14), apenas um dos dados foi produzido por informantes do subgrupo dos líderes, sendo os restantes quatro por professores; no que respeita à faixa etária, apenas 2/5 das ocorrências foram produzidas por falantes da faixa mais nova; e quanto à distribuição das ocorrências dos professores por sexo, dos quatro dados provenientes de professores dois foram produzidos por homens e dois por mulheres.

Assim, apesar de o número de dados não autorizar uma interpretação muito aprofundada, na oralidade, são os mais velhos e os professores os mais propensos à não concordância.

4.4.2.2. Concordância variável

Concordância variável é a denominação que aqui adoptamos para referir os casos em que se admitem padrões de concordância diferentes relativamente a um mesmo tipo de sujeito, tendo em conta que falantes cultos do PE e/ou do PB os usam; também se inscrevem neste tipo os casos em que a não concordância pode ser explicada de forma justificada por variáveis independentes muito testadas em trabalhos de Sociolinguística. Baseamo-nos, em parte, na literatura existente e também na observação realizada por membros do projecto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias* (CLUL/UFRJ), já mencionado, de *corpora* de PE, de PB e de português de África.

Como já foi mencionado acima, a análise do *corpus* escrito mostrou apenas três dados de concordância variável com sujeitos nulos, corroborando a hipótese de o sujeito preenchido ou não serem variáveis explicativas da concordância variável. Dois desses casos, de um único informante, são devidos à *silepse* e o outro ocorre numa construção de infinitivo.

Nos *corpora* orais, um total das 181.512 palavras dos dois corpora (81.310 do COL e 100.202 do COP), a análise deu conta de 59 dados de concordância variável (cf. Tabelas 2.2. e 2.3.). Mostra-se a seguir a distribuição dessas ocorrências pelas variáveis linguísticas consideradas (cf. secção 4.4.2.), sendo que os dados serão apresentados em conjunto, do modo escrito e oral.

A repartição das ocorrências de concordância variável por tipo de sujeito pode ser observada no gráfico 495 abaixo (cf. Tabelas 2.2. e 2.3, no Anexo 14), em que as vinte ocorrências de concordância variável com sujeitos nulos e as trinta e nove com sujeito realizado estão representadas):

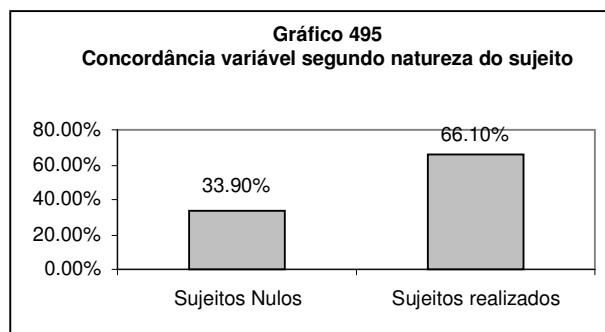


Gráfico 495 – Distribuição da concordância variável por natureza do sujeito

Em seguida, primeiro são analisados os factores intervenientes na concordância com sujeito nulo e depois os que influenciam a variação com sujeitos realizados, contexto no qual se distinguirá os que intervêm nas construções com sujeito simples, complexo e composto:

4.4.2.2.1. Concordância variável com sujeitos nulos

Como mostra o gráfico 496 e se pode verificar na tabela 2.2. (cf. Anexo 14), os factores linguísticos que se mostraram relevantes quanto aos sujeitos nulos são, por ordem decrescente, i) a *silepse*, com o maior número de ocorrências, sete no total; ii) o

princípio da saliência fónica, com cinco ocorrências; iii) *tipo de verbo*, com cinco ocorrências, sendo duas construções de infinitivo e duas construções impessoais; e iv) *concordância atractiva* com o SN correferente do sujeito nulo, três ocorrências:

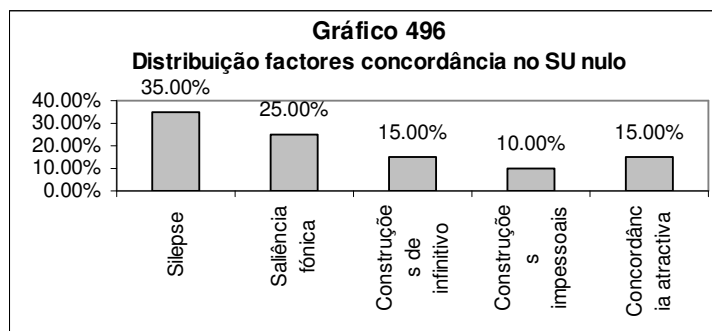


Gráfico 496 – Distribuição dos factores de concordância no SU nulo

Apresenta-se abaixo a discussão desses dados por factor, ilustrados por exemplos.

(i) Silepse

Em todos os dados extraídos, trata-se de sujeitos nulos correferentes de nome colectivo como *gente* e *povo* e pluralidade do verbo, ou seja, em que é feita a concordância pelo sentido plural do núcleo do sujeito, como se mostra no exemplo seguinte. Aí, verifica-se que quando *gente* está expresso, a concordância é maioritariamente singular (casos sublinhados), embora nem sempre (caso a negrito); mas quando está omissa, a concordância é feita por silepse (casos a itálico); assinalam-se igualmente os infinitivos flexionados:

(39)

há gente... - deixa fugir um pouco do assunto - há gente que usa o facto de existirem variantes para **combaterem** a oficialização - a escrita - ou o desenvolvimento do crioulo - porque infelizmente há gente em Cabo Verde - e gente que constitui... [] que *assumem* posições ou atitudes de intelectuais - [] que *estão* contra o crioulo - infelizmente -- **gente** que **deveriam** estar na luta para a afirmação da nação cabo-verdiana - para a sobrevivência da nação cabo-verdiana no mundo - acho que [] *estão* mais preocupados com a sobrevivência da nação portuguesa - não é? da nação ou do grande império Portugal - império entre aspas - não é? - no mundo [...], L 659 (COL, INF11)

Este uso colectivo de *gente* tem um equivalente semântico do tipo ‘pessoas’, pelo que o plural com sujeito nulo faz uma concordância por silepse com esse equivalente; contudo, do ponto de vista gramatical, sendo um singular, desencadearia concordância singular. Assinalou-se no exemplo o facto de *combaterem* estar no plural, apesar de o complemento de fim que o acolhe estar nessa construção com concordância canónica

no singular (*há gente que usa*); a distância do SV ou o facto de haver um infinitivo flexionado, *existirem*, na sua proximidade, podem justificar essa selecção. De qualquer modo, e como *gente que deveriam estar na luta* evidencia, existe uma hesitação quanto à concordância. É provável que a concordância com a 1ª pessoa do plural de ‘a gente’ com valor genérico e globalizante e usado como um recurso para exprimir o sujeito indeterminado (Lopes, 1998:4), por concordância semântica, esteja a expandir-se a ‘a gente’ colectivo; contudo, eles são distintos: *a gente* equivalendo a *nós* representa um “eu-ampliado”, comum no PB e no PE, como se exemplifica com um exemplo dos dados do COP (três dados no *corpus*)³¹:

(40)

[...] tenho amigos que só falam português - eu também falo português com eles - embora... embora elas entendam também - porque eu falo só em crioulo - elas falam em português - *a gente conversamos* -- mas por norma - quando é assim - [] *utilizamos* a língua portuguesa//, L 588 (COL, INF14)

Dois outros casos de concordância com o sentido plural do núcleo elidido (*material didáctico*) ocorrem na escrita, como se pode observar na transcrição abaixo:

(41)

“Na prática, grande parte de material didáctico utilizado em Cabo Verde, é material oferecido pelo governo Português e nada, ou quase nada *têm* que ver com a nossa realidade linguística e tão pouco [] *privilegiam* o ensino da língua portuguesa como língua [...]” (CEP - Depoimento INF19, L 7 do último parágrafo,)

De novo, do ponto de vista gramatical, o sujeito é *grande parte de material didáctico utilizado em Cabo Verde*, explícito no primeiro caso e nulo no segundo, havendo falta de concordância morfossintáctica no verbo. Dado que a semântica do sujeito remete para uma pluralidade de materiais (*material* pode ser analisado como ‘conjunto de materiais’), a concordância será feita por silepse. Mas é de notar que a concordância interna ao sujeito, em número e género, não apresenta qualquer problema.

(b) Saliência fónica

Os cinco dados de variação de concordância com sujeito nulo devidos à saliência fónica (cf. tabela 2.2., no Anexo 14) identificados nos *corpora* apontam para a dominância da influência da oposição fraca. Com efeito, dois ocorrem entre *tem/têm* como no exemplo (42) a., sendo os restantes três devidos a mudança na qualidade da

³¹ Estes casos não foram incluídos na tabela Excell.

vogal pelo acréscimo da consoante nasal (oposição fraca) tal como acontece no exemplo (42) b, em que a oposição é entre *pode/podem*.

O caso do verbo *ter* levanta algumas questões: de acordo como Naro (1981), que considera a dimensão ‘acento da desinência’, *tem* e *têm*, sendo monossilábicos, poderiam ser considerados casos de oposição saliente; contudo, eles são mais comparáveis com *fala/falam*, que apresentam “presença do traço supra-segmental de nasalidade no plural, nasalização da vogal temática e ditongação fonética”, sendo que “a posição do acento mantém-se.” (Mota e Vieira, 2008:92), embora o singular apresente já uma nasal.

Na verdade, segundo cremos, foneticistas brasileiros e portugueses acreditam que a diferença de pronúncia entre o singular e o plural é, em geral, muito subtil, por vezes diferenciando-se por um alongamento no plural, pelo que consideramos que as duas formas estabelecem uma oposição fraca. O exemplo abaixo foi transcrito com toda a atenção, sendo que, no primeiro caso de sujeito nulo se ouviu *têm* e no segundo *tem*:

(42)

a. [...] verificamos também que há pessoas que até estão longe há muito tempo - mas que continuam a falar crioulo - e [] *têm* toda a satisfação em falar quando [] *tem* essa oportunidade -- há outras pelo contrário que evitam falar - mas aí também varia - depende das pessoas//, L 490 (COL, INF14)

b. [...] agora - quando estou em situações específicas que *pode* exigir - ou [] que *pode ser* conveniente usar o português - eu uso português// L, 227 (COP, INF18)

(c) Tipo de verbo

- Construções impessoais

Nos dois dados extraídos do corpus COL, trata-se de concordância no plural com o constituinte pós-verbal, o que é observável com regularidade no PE em construções existenciais com o verbo *haver* e, tal como ocorre no PB, com o verbo *ter* com sentido existencial (cf. exemplos (43) a e b). De registar ainda que, na LCV, o verbo *ter* realiza todos os sentidos do verbo *haver*, como em PB:

(43)

a. [...] mas mesmo que explicasse primeiro em em crioulo e que não *houvessem* mais dúvidas [...], L 321 (COL, INF11)

b. a.: depende - já *tiveram* situações em que tínhamos um português certo - que se aproximava mais da de... [...], L 785 (COL, INF14)

Do ponto de vista do português padrão europeu, *dúvidas* e *situações* são o objecto directo e não o sujeito; mas dado que, nesta língua, não existe concordância entre o predicado verbal e o objecto, quando há concordância parte-se do princípio de que os falantes interpretam esse constituinte como sujeito. Por essa razão integramos estes casos no presente estudo.

- Construções com infinitivo

Como indica a tabela 2.2. (cf. Anexo 14), são três os dados de construções com infinitivo que apresentam concordância variável, todos do *corpus* COP, como se mostra nos exemplos abaixo:

(44)

a. para qualquer coisa - para qualquer coisa - qualquer motivo para *eles* [os alunos] é válido para *fugir* da língua portuguesa que eles consideram - se me permitir a expressão - entre aspas - uma chatice -- aliás - mas é que têm razão -- 50% dos alunos vêm de escolas onde os professores - ao longo da escola primária praticamente falou o crioulo *com eles*//, L 345 (COP, INF17)

b. porque os portugueses quando vieram para Cabo Verde uma das primeiras coisas que eles trouxeram foi língua - não é? então não *podemos discordarmos* disso [...], L 651 (COP, INF21)

c. INF29: eu acho necessário - eu acho necessário -- eu acho necessário as pessoas apreenderem várias línguas - várias línguas - não é?
AML: Para?
INF29: para [] terem acesso ao saber - ao saber - não é? para [] comunicarem mais - não é? para [] *poder fazer* parte deste mundo que nós chamamos mundo globalizado - até uma aldeia global - é bom que as pessoas saibam várias línguas - e no nosso caso - é bom que os cabo-verdianos saibam não só o português e o crioulo - como também outras línguas - não é?, L 576 (COP)

No dado patenteado em (44a), o sujeito é correferente de um SN plural, mas o infinitivo não foi flexionado, sendo de notar que, apesar de o SN *os alunos*, correferente de *eles* estar mais afastado (em falas anteriores), o plural está presente no SP *com eles*. Em (44b), ocorre uma perífrase verbal com verbo auxiliar e verbo principal no infinitivo flexionado, primeira pessoa plural, o que é vedado pelo padrão do PE, pelo menos; em (44c), o sujeito nulo do infinitivo não flexionado que ocorre no complemento oracional do verbo principal é correferente do SU plural (*as pessoas*). Assim, neste caso também confluem saliência fónica e distância, apesar de haver antes dois infinitivos flexionados com SU nulo P6; neste caso fica, de novo, evidente que ‘marcas levam a marcas’ não é um factor cuja relevância se verifique.

No *corpus* escrito, a análise evidenciou um dado de concordância variável em que intervém o factor flexão/não flexão do infinitivo; a questão dos contextos preferenciais para o uso das formas flexionadas de infinitivo precisa de ser estudada, mas não o pôde ser no contexto desta tese, de forma aprofundada:

(45)

"Em segundo lugar, porque *os professores de língua portuguesa*, nem sempre têm a desejada preparação pedagógico-didáctica para *exercerem* a nobre tarefa que é ensinar a língua portuguesa, enquanto língua segunda e não como língua materna." (CEP - Depoimento INF19, Parágrafo 2)

(d) Concordância atractiva

Identicamente ao que acontece na totalidade dos três dados extraídos dos corpora, no exemplo (46) com que se ilustra a influência da concordância atractiva, o sujeito nulo é correferente do SN complexo [*a maior parte dos indivíduos que eu leio - e que também fazem traduções*]; contudo, o verbo não concorda com o núcleo desse sintagma, mas sim com o núcleo plural do SN menos encaixado [*indivíduos*]:

(46)

com o ALUPEC - por exemplo com o ALUPEC -- e também porque me parece que *a maior parte dos indivíduos que eu leio - e que também fazem traduções* - não sabem traduzir poesia -- [] não têm a noção de que...[...], L 221 (COL, INF7)

No exemplo (47), a seguir, tem-se um dado que apresenta várias hipóteses explicativas. Numa primeira possibilidade, o sujeito nulo tem como referente o SN anterior (*o paciente*); o verbo da oração temporal, *é*, está no singular, o que remete para essa análise, sendo essa frase uma restritiva do sujeito. Mas *usam*, predicado da oração com sujeito nulo, faz prever um sujeito nulo plural, sendo, portanto, mais um caso de não concordância. No contexto da segunda hipótese, trata-se de dois SN coordenados com referência indefinida e sem determinante, *quando é* [um] *técnico superior ou* [um] *quadro*; a concordância plural, *usam*, far-se-ia assim com esta sequência, sujeito plural, e não com *o paciente*. Nesse caso, o SU nulo da segunda oração seria correferente do SN coordenado, equivalente a *eles*. A questão dos nomes nus (*bare nouns*, na tradição anglo-saxónica), sugerida pelas elipses de *um* é uma outra matéria que merece descrição alargada, mas que sai fora do âmbito deste estudo. Uma terceira possibilidade seria que o SU nulo da segunda oração se explicaria por retoma do sujeito duma oração anterior, *cabo-verdianos* (distante do verbo 35 palavras), mostrando paralelismo formal com a

mesma, ou ainda retomando o SN *pacientes* da fala da entrevistadora (distante do verbo 59 palavras):

(47)

AML: Com todas as suas pacientes usa o crioulo ou em algumas circunstâncias o português, para além das estrangeiras, estou a falar das cabo-verdianas.
INF15: às vezes - os cabo-verdianos - quando são técnicos superiores – gostam -- depende da introdução - se o paciente começar a consulta em português - a gente fala português -- *quando é técnico superior ou quadro* - às vezes sim – [] **usam** o português na consulta//, L 80 (COL)

Quanto às condicionantes sociais na variação da concordância com sujeitos nulos³², os dois gráficos abaixo permitem visualizar o seu papel:

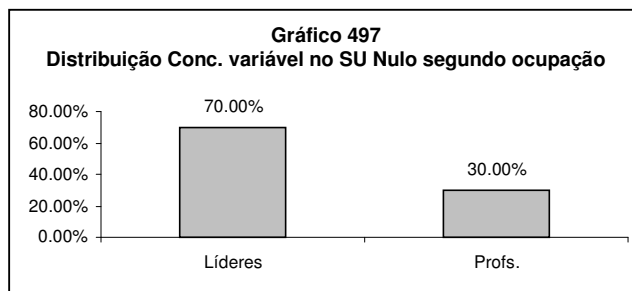


Gráfico 497 – Distribuição dos sujeitos nulos segundo a ocupação

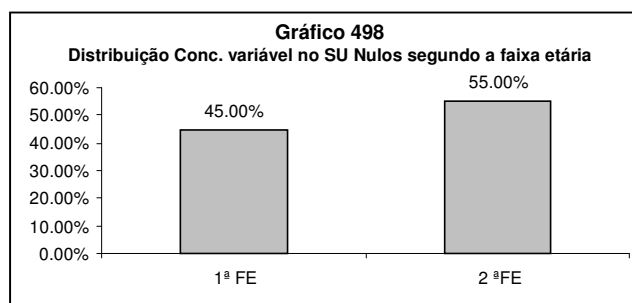


Gráfico 498 – Sujeitos nulos segundo a faixa etária

Verifica-se assim que, relativamente aos sujeitos nulos,

(i) quanto a *ocupação*: os líderes são mais inovadores, ou menos presos à norma que receberam, pois produzem mais casos de concordância variável do que os professores, facto a que não será alheia a idade institucional, como detectado no preenchimento do sujeito e explicado na alínea (ii) do número (2) da secção 4.4.1;

(ii) quanto a *faixa etária*: embora a diferença de dados para as duas faixas etárias não seja muito importante, ao contrário do que é comum, os mais velhos tendem a ser

³² Cf. Tabela 2.4. do Anexo 14

mais inovadores, ou menos presos à norma que receberam, uma vez que produzem mais casos de concordância variável.

A diferença percentual mais evidente está relacionada com o factor ‘ocupação’ (40% de diferença entre os professores e os líderes, com supremacia para estes). Se se admitir que os líderes são um modelo atractivo para os mais jovens, mais do que os professores, a tendência poderá ser de os sujeitos nulos virem a ser um factor importante na ocorrência de variação na concordância. Nesse caso, será interessante fazer recolhas, dentro de uns vinte anos, para analisar os contextos favorecedores dessa variação.

No que respeita à repartição das ocorrências dos professores conforme o sexo, acontece que, a confirmar os resultados geralmente apresentados em trabalhos sociolinguísticos, as mulheres são mais normativas, já que nenhuma das ocorrências de concordância variável com sujeito nulo provém de professoras.

4.4.2.2.2. Concordância variável com sujeitos realizados

A análise dos *corpora* orais dá conta de um número maior de ocorrências com sujeitos complexos, como esperado, apesar da escassez de dados com sujeitos compostos. Com efeito, e como já foi mencionado, foram extraídos trinta e nove dados de concordância variável com sujeitos realizados, sendo que, deles, dezasseis ocorrem com sujeitos simples (sujeitos com apenas um núcleo nominal e estrutura simples do SN), vinte e um com sujeitos complexos (sujeitos com estrutura complexa do SN, embora com um só núcleo nominal) e apenas dois dados com sujeito composto (cf. Tabela 2.3. no Anexo 14):

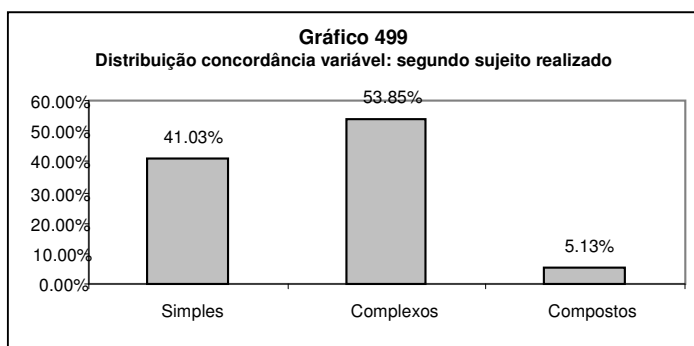


Gráfico 499 – Concordância variável: tipo de sujeito realizado

A análise é apresentada tendo como ponto de partida o tipo de sujeito, relacionando-o com as outras variáveis condicionantes. Ademais, e tal como se procedeu para os sujeitos nulos, os casos extraídos do *corpus* escrito serão integrados nos casos homólogos do oral. Na verdade, para o modo escrito foram contados um total de três dados de concordância variável com sujeitos realizados, sendo 2 por concordância atractiva e 1 numa construção de infinitivo. Tal como se procedeu para os dados com sujeitos nulos, também são apresentados e discutidos exemplos ilustrativos para cada variável.

4.4.2.2.1. Concordância variável com sujeitos realizados simples

O gráfico abaixo ilustra a repartição dos factores relacionados com os sujeitos simples, sendo que, na apresentação, segue-se a ordem: silepse, saliência fónica e tipo de verbo (em que se incluem as construções infinitivas, clivadas e inacusativas).

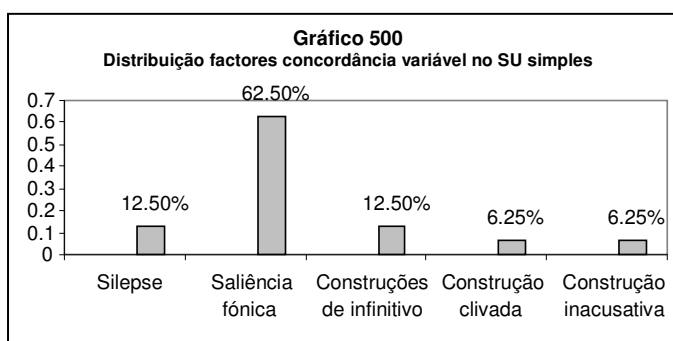


Gráfico 500 – Concordância variável (sujeito simples): variáveis independentes linguísticas relevantes

(a) Silepse

Os casos de silepse ocorrem quando o núcleo do sujeito é um nome colectivo com o verbo no plural, sendo a concordância feita pelo sentido plural do núcleo, como é evidenciado no exemplo (48) em que, na mesma fala, ocorrem as duas variantes:

(48)

há gente... deixa fugir um pouco do assunto - há gente que usa o facto de existirem variantes para combaterem a oficialização - a escrita - ou o desenvolvimento do crioulo - porque infelizmente há gente em Cabo Verde - e *gente* que *constitui*... que assumem posições ou atitudes de intelectuais - que estão contra o crioulo - infelizmente - *gente* que *deveriam estar* na luta para a afirmação da nação cabo-verdiana - para a sobrevivência da nação cabo-verdiana no mundo - acho que estão mais preocupados com a sobrevivência da nação portuguesa - não é? da nação ou do grande império Portugal - império entre aspas - não é? - no mundo [...], L 659 (COL, INF11)

(b) Saliência fónica

Nos dez casos de variação da concordância condicionados pela saliência fónica singular/plural com sujeitos realizados simples, predomina a influência do grau de oposição fraca já que têm a ver com formas verbais com grau fraco de oposição, como ilustram os exemplos seguintes:

(49)

a. qualquer assunto assim do dia a dia - mesmo *assuntos* que *tem* a ver com o trabalho falamos a língua crioula // L 162 (COP, INF16)

b. [...] há uma tendência a crioular o nosso português - isso se nota quando as pessoas falam - a concordância gramatical - a ordem - e às vezes até o termo - utilizam *termos* que - a rigor - não *existe* em português - mas pronto - pensa-se que está-se a falar o português//, L 471 (COL, INF15)

(c) Tipo de verbo

Os dados de concordância verbal variável identificados e vinculados ao tipo de verbo respeitam a três construções diversas: clivada, inacusativa e oração de infinitivo (cf. tabela 2.3. no Anexo 14), as quais são apresentadas abaixo, por esta ordem:

(50)

a.: pois - geralmente com quem eu falo mais fora de casa são os meus alunos - geralmente - são os meus alunos//, L 180(COL, INF3)

(51)

eu tenho um dicionário - acho que é de Napoleão - sim do Napoleão - tenho um outro do Nicolas Quint - de vez em quando - talvez por curiosidade - *passa umas pessoas* - a gente quer ver um termo - lá vamos ver - pronto - mas há essa abertura também para saber um pouco mais// L 458 (COL, INF14)

(52)

a. [...] em casa obriga *os filhos a falar* também o wolof - senão falavam sempre soninquê [...], L 657 (COL, INF3)

b. [...] durante o tempo que eu estive em São Vicente neguei falar o crioulo de São Vicente - porque havia uma questão de tentar impor *as pessoas a falar* o crioulo de São Vicente - eu não aceitei [...], L 165 (COP, INF17)

O exemplo (50) apresenta uma clivada inversa ou de ordem invertida, em que, diferentemente do que ocorre no PB em que o verbo *ser* permanece invariável, ele concorda com o foco (*os meus alunos*). Por sua vez em (51) a posição pós verbal do argumento interno de um verbo inacusativo não desencadeia concordância, tal como ocorre noutras variedades.

Os exemplos (52a,b) ilustram a variação de concordância em construções com infinitivo com sujeito realizado. Em (52a), o infinitivo que ocorre no complemento oracional do V principal tem SU plural (*os filhos*, oração pequena de sujeito), o que não é agramatical. Assim, parece que nas orações pequenas a tendência em PCV é para infinitivo não flexionado, ou seja, estando o sujeito explícito, a marcação de pessoa e número no verbo infinitivo é interpretada como informação redundante e, portanto, não flexionado, o que pode ser relacionado com a tendência, para reduzir marcas.

Também em (52b) o infinitivo não flexionado que ocorre no complemento oracional do V principal (*impor*) poderia ser flexionado, no contexto de uma construção que parece ser diferenciada (*impor as pessoas*). Independentemente disso, que não cabe analisar no contexto deste trabalho, é um caso ilustrativo da preferência pelo infinitivo não flexionado, num caso em que ele poderia ser flexionado, tal como acontece no PB, devido à redução do paradigma verbal e diferentemente do PE (Cunha e Cintra, (1984:486); Gorski, 1998, por exemplo).

Conjugando os dois dados acima (exemplos 50) e os três de concordância variável com sujeitos nulos (cf. exemplos (44a,b) e o de não concordância observado (cf. exemplo (38)), pode-se dizer que os resultados apontam para a tendência para não marcar o infinitivo quando não há ambiguidade estrutural e quando há marca clara do plural.

4.4.2.2.2.2. Concordância variável com sujeitos realizados complexos

O peso dos factores relacionados com os sujeitos complexos pode ser observado no gráfico abaixo, pelo que eles serão apresentados como segue: concordância atractiva,

saliência fónica, distância relativa do sujeito em relação ao verbo e posição do sujeito em relação ao verbo (com verbos não inacusativos).

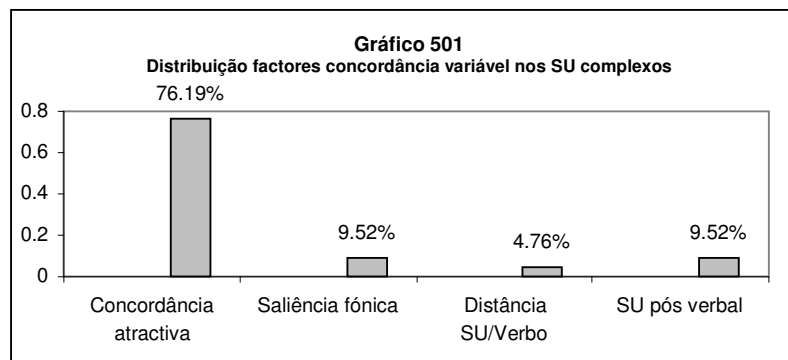


Gráfico 501 – Concordância variável (sujeito complexo): variáveis independentes linguísticas relevantes

(a) Concordância atractiva

Os dezasseis dados de concordância atractiva são ilustrados abaixo com os exemplos (53) a. e b.:

(53)

[...] *a maior parte dos padres nacionais* geralmente *falam* em português [...], L 275 (COL, INF3)

b. [...] eu falava muito com o Aurélio Gonçalves - o nosso querido Ti Roque - e::: *mais pessoas da elite cabo-verdiana* - que *residia* em São Vicente - a gente conversava [...], L 645 (COP, INF17)

Em ambos os exemplos, como em todos os dados analisados, é o nome mais à direita do sujeito e, portanto, mais próximo do verbo, que desencadeia a concordância verbal, permitindo admitir que em PCV a tendência é o verbo concordar com o N do SP (no último exemplo, ela é feita no singular).

Na escrita, ocorrem mais dois dados de concordância atractiva, ilustrados com o exemplo (54) em que a concordância é feita com o núcleo do SN menos encaixado:

(54)

“No secundário *a maioria dos alunos que recebemos* não *reúnem* os pré-requisitos necessários para enfrentar os novos desafios; etc.” (CEP - Depoimento INF25, p. 1. L 14)

(b) Saliência fónica

Os dois dados em que ocorre a influência desta variável com sujeitos complexos estão indicados abaixo (exemplos 55 a e b.)

(55)

a. AML: Nunca se dirigiu aos seus alunos em crioulo?

INF19: a não ser em *situações* - assim - *informais* que *tenha surgido*... uma...L 228 (COP)

b. AML: Porque é que prefere assim ou porque é que acontece assim?

INF16: são *as pessoas com quem nós estamos em contacto* - *exige* - - temos que... nós não podemos fugir [...] L 341(COP)

Como se pode observar, tanto em (55) a. como b. trata-se de uma estrutura oracional em que o núcleo do constituinte sujeito está no plural, mas o predicado verbal está no singular, sendo a oposição singular/plural fraca, como já evidenciado acima para os casos idênticos dos sujeitos nulos (cf. exemplos 41) e simples (cf. exemplo 48). Ou seja, esses dados apontam para que, segundo o princípio da saliência fónica, haja preferência pela forma não marcada, singular; assim ocorre, tal como aponta a literatura, em casos de oposição menos saliente (fraca).

(c) Distância relativa entre o sujeito e o verbo

A influência desta variável ocorre num único dado extraído dos *corpora* orais. Nele, o sujeito é uma estrutura complexa cujo núcleo está no singular e distante mais de cinco sílabas do verbo devido à introdução de uma longa expressão parentética; não se trata de falta de concordância entre sujeito e verbo *ser* (há concordância com o SN dentro do SP) mas sim no particípio passado, que se encontra no masculino plural, não concordando em género com *manifestações festivas*:

(56)

não - aqui em Cabo Verde as nossas manifestações culturais são feitas em crioulo -- *qualquer das manifestações festivas* que já trabalhei - caso de tabanka - Festa das bandeiras - kolá S. Djon - ou batuque ou mesmo os santos populares em Cabo Verde - *são feitos em crioulo* [...], L 564 (COL, INF3)

(d) Sujeito em posição pós-verbal

Os dados de variação da concordância associados à inversão do sujeito que não se integram na categoria de verbos inacusativos são a seguir ilustrados:

(57)

o português já é... já tem mais restrição -- portanto - o português... *usa português as pessoas que têm conhecimento do português* - que andaram na escola - que estudaram e... mesmo as pessoas que estudaram - usam o português quando estão em situações que acham que devem usar português// L 503 (COP, INF18)

O exemplo (57) apresenta um sujeito com uma relativa em posição pós-verbal, distante quatro sílabas do verbo que está no singular e com um predicado de fraca

saliência (*usa/usam*). Assim, a distância não é relevante, a questão da saliência fónica pode sê-lo, mas cremos que a inversão do sujeito é um factor bastante forte, pelo que se sobreporá ao anterior; de qualquer modo, conjugam-se esses dois factores.

4.4.2.2.2.3. Concordância variável com sujeitos realizados compostos

Foram apenas dois os dados de concordância variável com sujeito composto extraídos dos *corpora* orais, sendo que em um deles é uma construção comitativa, produzida por um professor, e outro uma construção passiva, produzida por um dos líderes:

(58)

a. AML: E com os seus colegas, aqui, na escola?
INF24: bom - *com os colegas normalmente falamos* o crioulo - normalmente falamos o crioulo//, L 205 (COP)

b. INF3: [...] por isso é óbvio que devemos continuar a estudar português -- embora eu acabe de reconhecer que o nosso português não é o português de Portugal - nem o português brasileiro -- e nesse momento - em termos de standard internacional - *é reconhecido o português brasileiro e o português de Portugal* [...], L 413(COL)

O exemplo (58a) mostra uma coordenação comitativa, ou seja, uma construção semelhante a um SN coordenado (*os colegas e eu*) e, portanto, sintacticamente plural. Estando na posição de sujeito, como é o caso, desencadeia o plural do verbo (*falamos*), diferentemente, portanto, do que aconteceria se fosse um comitativo adjunto, embora o juízo de gramaticalidade acerca dessa construção varie no PE. Em (58b) trata-se de uma construção passiva com sujeito em posição pós verbal e composto (coordenação de dois SNs por meio da conjunção copulativa *e*) e verbo *ser* no singular. Ou seja, as entidades são consideradas separadamente e a concordância é feita com o termo mais próximo (concordância parcial).

A influência das condicionantes sociais, ocupação profissional e faixa etária, na concordância variável com sujeitos realizados, está resumida nos gráficos abaixo:

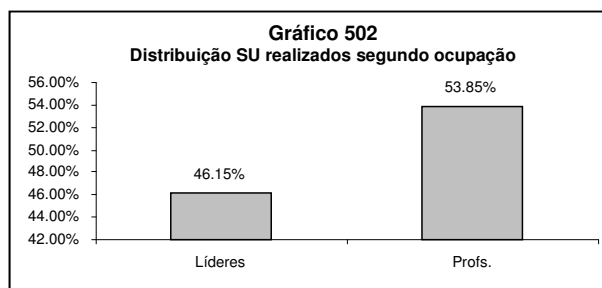


Gráfico 502 – Distribuição dos sujeitos realizados segundo a ocupação dos informantes

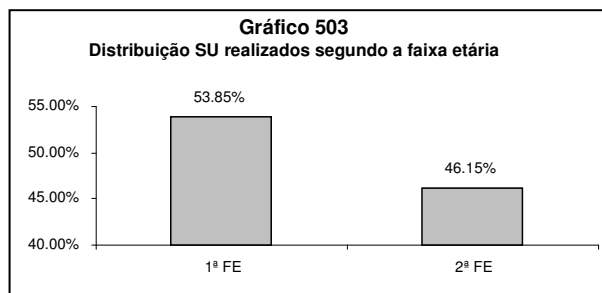


Gráfico 503 – Distribuição dos sujeitos realizados segundo a faixa etária

Por estes gráficos, e tal como na tabela 2.5. (cf. Anexo 14), verifica-se que quanto a (i) *ocupação*, embora a diferença não seja muito importante, os resultados acompanham os do sujeito nulo (favorecedores da concordância) pois, no que respeita aos sujeitos realizados, favorecedores da não concordância, são os professores quem produz mais casos; (ii) quanto à faixa etária, os resultados também acompanham os do sujeito nulo pois, inversamente, é a faixa mais nova a que produz mais ocorrências de concordância variável com sujeitos realizados, favorecedores da não concordância.

Quanto à repartição das ocorrências dos professores por sexo, e tal como observado para os sujeitos nulos, mantém-se o que é comum observar-se em trabalhos sociolinguísticos, ou seja, os homens são menos normativos do que as mulheres, tal como ilustra o gráfico abaixo:

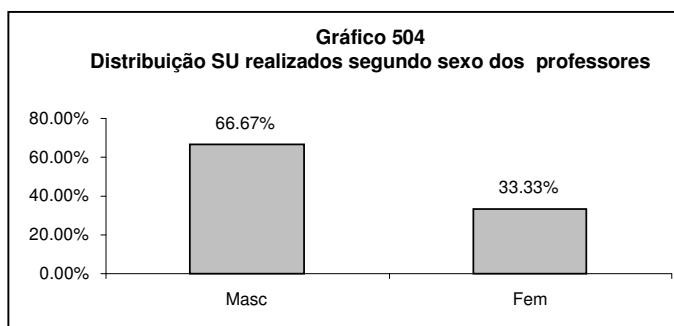


Gráfico 504 – Distribuição dos sujeitos realizados segundo o sexo dos professores

4.4.2.4. Súmula das conclusões

A análise da variação de concordância no português de Cabo-Verde por parte de falantes cultos dos dois subgrupos e de duas faixas etárias no *corpus* oral e escrito mostrou que:

- (i) são muito poucos os casos de não concordância, apontando para a tendência de observação de uma norma idêntica à do PE;
- (ii) há indícios de concordância variável sujeito-verbo;
- (iii) as variáveis linguísticas condicionantes da variação da concordância parecem ser as mesmas que os estudos têm evidenciado no PE e PB: a natureza realizada do sujeito, a sua complexidade e distância relativa do verbo; as construções sintáticas derivadas dos diferentes tipos de verbo, mormente a inversão do sujeito; e a concordância atractiva, a silepse e o princípio da saliência fónica (dominância da influência da oposição fraca).

Este conjunto permite pôr pelo menos quatro hipóteses para o PCV:

- (i) a realização do sujeito ser um factor interveniente na variação da concordância;
- (ii) a tendência de o verbo concordar com o N do SP em SNs complexos com expressão partitiva;
- (iii) o infinitivo flexionado ter menos vitalidade em PCV do que em PE, mas ocorrer em certos contextos vedados ao PE e ao PB; e
- (iv) diferentemente do observado no preenchimento do sujeito, o que parece ter peso na concordância verbal é a “economia da marcação” e não o “paralelismo linguístico/discursivo” (cf. Scherre 1998) já que nos *corpora* não foram encontradas evidências que a sustentem.

Quanto à intervenção das variáveis sociais, ocorre que os líderes, a faixa etária mais velha e os homens parecem ser os que mais variação apresentam; pôs-se a hipótese, acima, de serem os mais inovadores, mas essa possibilidade contraria o que está descrito na bibliografia (em geral, são as gerações mais novas que inovam). Logo, serão razões de tipo social, também acima invocadas que melhor explicarão este resultado: este tipo de falantes já não tem nada a provar à sociedade, sendo decerto estes indivíduos que melhor revelam o vernáculo culto em PCV. Se o maior conservadorismo das mulheres é o mais comum nos estudos sociolinguísticos, os resultados quanto à ocupação e faixa etária podem ser explicados pelo factor idade institucional (cf. alínea (ii) do número (2) da secção 4.4.1.)

4.5. Considerações finais

A análise linguística dos três *corpora* (entrevistas aos líderes e professores e depoimentos escritos dos professores) revelou:

- (i) tendência normativa dos professores na escrita;
- (ii) tendência para a realização do SU, com aproximação com o que acontece no PB quer em relação aos pronomes realizados quer quanto aos factores condicionantes; e
- (iii) aproximação ao PB também no que respeita aos factores condicionantes da aplicação ou não da concordância.

O comportamento idêntico dos líderes e dos professores, no oral, pois as diferenças não sustentam uma distinção, para além de confirmar os resultados anteriores quanto à existência de uma comunidade linguística, certamente que terá implicações importantes na mudança linguística da LP em Cabo Verde, favorecendo a criação de uma variedade nativa dessa língua em que a realização do sujeito, sobretudo, mas também a variação da concordância se perfilam como características.

Na verdade, e como demonstrado no contexto desta pesquisa (cf. 2 da secção 3.1.2.4. do capítulo 3), a situação primordial de aquisição da LP é o ensino formal em sala de aula, numa situação de baixo contacto com essa língua (via comunicação social e igreja), funcionando por isso os professores e os líderes como modelos linguísticos dos alunos; transmite-se, assim, às gerações futuras esse traço de variação, mormente quando se trata de características que não foram referidas nas entrevistas ou nos depoimentos, pelos informantes (logo, não foram estigmatizadas por nenhum desses

informantes), ao contrário de eventuais outras, como a concordância, o uso dos clíticos e do conjuntivo, que manifestamente os preocupam.

Contudo, no quadro deste trabalho, é prematuro falar-se de variação estável vs. mudança em progresso, tendo em conta que se trabalhou não só com um número relativamente restrito de dados como também com apenas duas faixas etárias. Por isso, e tendo em conta a semelhança dos resultados encontrados com o que acontece com o PE e com o PB, estudos a serem realizados com dados do português de Cabo Verde (oral e escrito) recolhidos de forma mais consentânea com as recomendações sociolinguísticas para estudos do tipo, nomeadamente quanto ao número e perfil diferenciado dos informantes (nível de escolaridade, nível económico e social, e o ambiente de inserção social (urbano/rural) e faixas etárias mais jovens) e ainda uma análise estatística mais apurada que dê conta não só da frequência como também os pesos relativos de cada variável (Rodrigues, 2003:135) poderão esclarecer (i) os domínios gramaticais afectados; (ii) o grau de instabilidade e variabilidade das ocorrências e/ou se se trata, efectivamente, de tendências de mudanças em curso porque verificáveis de modo sistemático na comunidade; (iii) os factores linguísticos e/ou sociais intervenientes; e assim determinar (iv) que fenómenos são devidos à variação inerente e quais os que decorrem do contacto com a LCV, através do mecanismo de interferência sintáctica. Ademais, e ainda que não haja a percepção de intercompreensão entre os falantes do PCV com os do PE e PB, esta será sem dúvida outra linha importante a investigar.

Só assim se cumprirá o desígnio formulado por Mota e Vieira (2008: 87): *“Considerando que, na língua, há gramáticas em co-existência e em concorrência (entre as quais a gramática “standard”) e, que, no interior de cada gramática, há variantes em concorrência, impõe-se uma descrição rigorosa dessas gramáticas e da sua variação interna a fim de se dar um conteúdo ao conceito de “gramática do português” para que ele não se considere uma abstracção.”*

Capítulo 5. Reflexões finais

Ao longo do Capítulo 3, fomos retirando e articulando conclusões parciais, as quais estão formuladas nas súmulas de cada subsecção e são reunidas, desenvolvidas e comentadas no final das secções. No Capítulo 4, sintetizámos e discutimos os resultados da análise linguística aí apresentada. Assim, o presente capítulo não tem como seu primeiro objectivo discutir o conjunto das conclusões já registadas. Visa, sobretudo, apresentar uma reflexão sobre a construção de uma política e de uma planificação linguísticas adequadas. A experiência de investigação que tivemos e a análise dos resultados obtidos confirmou a nossa convicção inicial sobre a necessidade de essa construção levar em linha de conta a situação sociolinguística cabo-verdiana nas suas diferentes vertentes. Nessa linha de reflexão, referimos as limitações que consideramos ter a nossa investigação e avançamos algumas hipóteses de continuação de pesquisa.

5.1. Principais resultados da investigação

Numa avaliação geral dos resultados atingidos, destaca-se, antes de mais, que, a partir de dados obtidos através de cada um dos instrumentos de recolha adoptados (questionário, entrevistas) e tratados do modo mais rigoroso possível, em conformidade com o quadro teórico que sustenta esta investigação, foi possível obter resposta para todas as perguntas de pesquisa inicialmente colocadas. Essas respostas permitem ter um panorama do comportamento e das atitudes linguísticos dos falantes, em relação às duas línguas faladas em Cabo Verde, a que chamamos ‘radiografia sociolinguística’.

Cabo Verde constitui uma comunidade linguística, no sentido laboviano, ou seja, “um grupo de locutores que têm em comum um conjunto de atitudes sociais para com a língua.” (Labov (1976:338)), sendo as atitudes que, globalmente, determinam o comportamento linguístico dos falantes. Os resultados não apontam nem para atitudes nem para comportamentos altamente divergentes; nomeadamente, entre os falantes de barlavento e os de sotavento não foram observadas diferenças relevantes que permitam distinguir duas comunidades linguísticas distintas, diferentemente do que se poderia supor.

A comunidade cabo-verdiana, em sentido lato, caracteriza-se pela presença de duas línguas em contacto, a LCV e a LP, as quais estão numa relação linguística caracterizada pela oposição *escrita vs. fala informal*, uma sociedade maioritariamente bilingue, mas em que o português é quase sempre língua segunda. Na sociedade, revelam-se manifestações claras de uma diglossia complexa, fundamentalmente modal, em que a LP é a língua alta e a LCV, a baixa, e de uma relação simbólica não linear com ambas as línguas: se a língua cabo-verdiana é sem dúvida o “we code”, o português não é o “they code” (Gumperz 1982), é também uma língua de identidade nacional, para muitos, sem que, contudo, haja sinais de di-etnia.

Os bilingues naturais são residuais, predominando, quanto ao contexto de aquisição, os bilingues culturais ou escolares ou paralelos e, pelo critério *forma de aquisição e idade*, os bilingues coordenados ou precoces consecutivos.

Essa diglossia é instável, não só porque tem sentido o efeito do teste das três ou quatro gerações como também há evidentes sinais de tensão geradores de mudança: a não compartimentalização de domínios e de funções sociais, e uma manifesta atitude de aceitação da extensão de ambas as línguas: a LCV para domínios menos íntimos e mais formais e a LP para os menos formais (apesar da clara insegurança formal que têm em ambas). A extensão da LCV é mais forte do que a da LP, com a evidente participação das pessoas do tipo formal e dos jovens na mudança das relações entre as duas línguas. Esse papel dos jovens estará certamente relacionado com a manifesta tensão do ponto de vista linguístico, vinculada às suas relações identitárias com as duas línguas e à compreensão que têm do estatuto delas.

Os resultados não apontam para a substituição de uma das línguas, com monolinguismo da outra; vejam-se, mormente, os relativos à continuidade da transmissão da LCV, ao seu uso em novos domínios e para novas funções, incluindo a escrita, e às atitudes favoráveis dos falantes face a ela e à sua extensão, bem como o prestígio conferido à LP e a atitude favorável à sua manutenção. Diferentemente do que é apontado na literatura como comum nessas situações, os resultados, quer em termos de uso quer em termos de atitudes, apontam para a manutenção das duas línguas com resolução do conflito diglósico por via da construção de um bilinguismo sem diglossia ou horizontal; este tipo de bilinguismo caracteriza-se pela igualdade de estatuto e de funcionalidade das duas línguas, mas em que certamente a LP teria vantagens, como língua de comunicação internacional.

Esse bilinguismo horizontal, que encontra sustentação na sociedade, teria de ser construído mediante medidas de política linguística voltadas para as duas línguas que, à partida, restaurassem o equilíbrio estatutário entre elas e que fossem direccionadas para a mudança de atitudes da própria sociedade face às suas línguas e às suas variedades

Os resultados do estudo linguístico exploratório apresentado no Capítulo 4 não podem ser generalizados para a sociedade cabo-verdiana no seu todo (até porque utilizam dados apenas de falantes instruídos), nem permitem conclusões mais abrangentes de foro sociolinguístico, como sejam a existência de uma variação estável ou de uma clara mudança em progresso. Contudo, eles revelaram uma aproximação com o português do Brasil, quer quanto à realização do sujeito e aos seus factores condicionantes quer em termos dos factores condicionantes da aplicação ou não das regras de concordância. Puseram, também, em evidência a necessidade de uma investigação sistemática e profunda quanto ao português falado em Cabo Verde, questão que será retomada mais adiante. Este pequeno contributo poderá constituir uma achega para a definição da variedade padrão do arquipélago, questão central para a elaboração de programas educativos e para a produção de materiais de ensino adequados ao perfil sociolinguístico de Cabo Verde. Neste domínio, interessará dispor do conhecimento da realidade sociolinguística que esta e futuras investigações possam fornecer.

5. 2. Política linguística em Cabo Verde

No contexto deste trabalho, recolhemos documentação diversa cuja análise nos permitisse perceber a situação linguística do país, do ponto de vista das posições oficiais. Recolhemos, também, recomendações de colóquios e de outros *fora*, realizados com apoio oficial, e posicionamentos individuais de algumas personalidades seleccionadas (cf. Capítulo 2, 2.2.). Esse material, que se encontra integralmente listado no Anexo 15, pode ser integrado em três categorias:

1. documentação oficial de carácter linguístico com valor legal ou oficial, compreendendo dispositivos legais (Constituição da República, leis, decretos-lei ou outros de menor força, como resoluções) e documentos conceptuais dos planos curriculares;

2. recomendações de encontros académicos sobre a LCV e de grupos de trabalho, realizados com apoio institucional ou encomendados pelo governo, respectivamente; e

3. propostas de individualidades que mais se destacaram, quer pelo conteúdo das suas posições quer pelo seu impacto na sociedade de um modo geral quer ainda pelas posições oficiais/públicas que tomaram. Os critérios para a sua escolha foram o apresentarem maior actualidade (são as mais recentes) e estarem divulgados em obras de autoria, dissertações ou teses ou ainda em revistas de referência.

Para a compreensão desses documentos usamos o referencial teórico da política linguística, observando-se: *quem* (agentes oficiais, associativos, académicos) *busca influenciar que comportamento* (padronização/normalização; codificação, em sentido amplo; modernização; funcionamento sociocultural, i. e, funções e usos; ensino; ambiente linguístico; e leis linguísticas), *de que pessoas* (intervenção a nível do país, associações profissionais e/ou culturais, agentes sociais e culturais diversos, como professores, jornalistas, etc.) *com que fins e em que ambiente social e político, por que meios* (autoridade, promoção, persuasão). Observaram-se também os procedimentos de tomada das decisões e eventuais efeitos.

5.2.1. Dados sobre a política linguística

Apresentamos, nesta secção, a leitura que fizemos do material acima referido.

5.2.1.1. Posição oficial

Observa-se, antes de mais, a lei magna por que se rege a República de Cabo Verde, a *Constituição* (adoptada em 1992, revista extraordinariamente em 1995, ordinariamente em 1999 e mais recentemente em 2010)¹ que, naturalmente, alcança todas as instituições, pessoas e todo o território da República². Ela determina que a LP é a língua oficial, sendo a LCV a língua materna dos cidadãos. Contudo, reconhece o direito da LCV a ser oficializada, em paridade com a LP (com igualdade de estatuto?). Tendo em vista esse fim, ordena que sejam criadas as condições necessárias, ao mesmo tempo que incumbe o Estado preservar, defender, valorizar, promover e desenvolver a língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita. Reconhece o direito dos cidadãos de conhecer e usar as duas línguas e à não discriminação em razão da língua.

¹ As revisões extraordinárias podem ter lugar a todo o tempo, por quatro quintos dos deputados em efectividade de funções; e as ordinárias cinco anos após a publicação da última lei de revisão ordinária.

² Cf. Artigos 9.º, Línguas Oficiais; 7.º, Tarefas do Estado; 23.º, Princípio da igualdade; e 78.º, Direito à Cultura

A legislação linguística inclui também dois *decretos-lei* (67/98 de 31 Dezembro e 8/2009 de 16 de Março) que incidem ambos sobre a escrita, mais especificamente sobre o ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo, num percurso que começou em 1979 com o I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde³, conhecido por Colóquio do Mindelo, por ter sido realizado nessa cidade, passou pelo Fórum de Alfabetização Bilingue e culminou no trabalho produzido pelo Grupo de Padronização (cf. subsecção seguinte).

O primeiro decreto-lei aprova o ALUPEC por um período experimental de cinco anos, durante o qual o governo deveria adoptar “as medidas que se mostrarem necessárias e pertinentes com vista à divulgação do ALUPEC e ao encorajamento do seu uso progressivo na escrita da Língua Cabo-Verdiana” (Artigo 3.º). Ademais, este decreto-lei é o primeiro documento oficial a referir-se à LCV como língua nacional (e materna, como dito na Constituição) e à LP como língua internacional (e oficial, como dito na Constituição), ainda que isso seja feito no preâmbulo (l. 3 e 4 do 1.º parágrafo).

O segundo decreto-lei acima referido institui o ALUPEC como alfabeto cabo-verdiano, com base, como é dito na introdução, nas informações obtidas numa consulta feita em 2005 a “instituições e personalidades no País e na diáspora, bem como a estudiosos do Caboverdiano, no estrangeiro” e na avaliação feita por um fórum que reuniu linguistas, professores, escritores, tradutores. De destacar ainda que, de acordo com o número 4 desse prólogo, se reconhecem alguns aspectos problemáticos e se considera que não se trata de algo acabado, antes que deve ser aperfeiçoado e adaptado periodicamente.

Outra legislação, de menos força jurídica, compreende *resoluções governamentais*, incluindo as de aprovação dos programas de diferentes governos, contingentes, sendo que se destacam duas: a resolução 8/98 de 16 de Março (B.O. n.º 10) e a 48/2005 de 14 de Novembro (B.O. n.º 46). O foco da primeira é o ensino, com a criação de uma Comissão Técnica para estudar, avaliar e propor os cenários técnicos e jurídicos alternativos para o sistema de ensino, cujos termos de referência em matéria de línguas, incluem, no artigo 3.º: a valorização progressiva do “crioulo caboverdeano” (sic), como língua de ensino; a adopção de metodologias de ensino da LP como L2; e a introdução da LP no ensino desde o ensino pré-escolar.

³ Vulgarmente conhecido por Colóquio do Mindelo por ter sido realizado nessa cidade.

Contudo, continua a prevalecer a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 103/III/90 de 29 de Dezembro, com as alterações de 18 de Outubro 99 - Lei n.º 113 /V/99), a qual assume a LP como meio e objecto de ensino e a LCV como “manifestação privilegiada da cultura” a ser valorizada com o objectivo de “reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na colectividade em desenvolvimento” (n.º 2 do Artigo 9º - Educação e identidade cultural).

Assim, de entre os objectivos do ensino básico (E.B.I.), do 1.º ao 6.º ano de escolaridade, e do secundário (E.S.), do 7.º ao 12.º ano de escolaridade, destacam-se: para o EBI (artigo 19º): i) promover a utilização adequada da língua portuguesa como instrumento de comunicação e de estudo (alínea i); e ii) promover o conhecimento, apreço e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade cultural cabo-verdiana (alínea j); e para o E.S. (artigo 22º): i) promover o domínio da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita (alínea c); e ii) promover o ensino de línguas estrangeiras (alínea g).

Os Planos de Estudos concebidos no âmbito da reforma de ensino, generalizada no ano lectivo 1994/95⁴ e que se fundam na Lei de Bases, instituem a LP como objecto de ensino do 1.º ao 12.º ano de escolaridade; propõem metodologias de ensino adequadas ao seu estatuto (língua segunda) e não de língua materna, como era o caso até então, ao mesmo tempo que destacam a sua importância no quadro das disciplinas do plano de estudos e como meio de ensino, considerando mesmo que o seu deficiente domínio pode ser um dos factores de insucesso escolar.

Nesse quadro, a LP ocupa um lugar de relevo no plano curricular do E.B.I., com o peso de 28%, peso idêntico ao atribuído à língua veicular, a nível mundial, e superior à média dos países africanos (25.5%) e da Europa Ocidental (Carvalho, 1989:27).

Em relação à LCV, a portaria n.º 53/93 afirma, na “Introdução” que a metodologia de LP adoptada “deve dar tratamento adequado às interferências linguísticas e ao erro, pelo recurso adequado e oportuno à língua materna [...]”. Ao que foi possível apurar, esta é a única referência à LCV no quadro dos programas de LP ou mesmo das orientações pedagógicas nesse nível de ensino.

Quanto ao nível secundário, o documento conceptual da reforma também não fornece qualquer orientação pedagógica quanto ao papel da LCV no processo de ensino-aprendizagem, ainda que essa língua seja contemplada como conteúdo no âmbito

⁴ Está em curso uma revisão curricular (pré-escolar ensino básico, ensino secundário) cujos documentos ainda não estão geralmente disponíveis.

da disciplina Cultura Cabo-Verdiana e que, nalguns dos programas de ensino da LP, ocorram algumas referências a ela (em conteúdos e/ou estratégias ou actividades, como, por exemplo, “vocábulo português de origem cabo-verdiana”) e à variação geográfica (PE, PB e Pafricano), para além da literatura cabo-verdiana em língua portuguesa, nos programas do 3.º ciclo (11.º e 12.º).

No âmbito do programa de alfabetização de adultos, chegou a funcionar por dois anos, a título experimental, um Programa de Alfabetização Bilingue que, como se ficou a saber junto dos técnicos da actual Direcção-geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA) do Ministério da Educação, não teve continuidade por carência de materiais de ensino (gramáticas e dicionários), mas também por a sua legitimidade ter sido questionada, em função dos dispositivos legais.

A resolução governamental 48/2005 adopta uma “Estratégia de afirmação e valorização da língua caboverdiana” de dezassete (17) itens. Essa resolução, que alcança a cultura de um modo geral (nº14), pode ser assim caracterizada: por um lado (nº 6 e 17), afirma tornar livre o uso da LCV na administração pública, na comunicação social, na literatura e nas artes bem como nos actos públicos e/ou oficiais, impondo aos departamentos do governo responsáveis pelas áreas da cultura e da educação (mas não da comunicação social) a apresentação de um relatório anual ao Conselho de Ministros sobre o estado de aplicação da resolução (o primeiro seria apresentado em Abril 2007). Na verdade, porém, não se conhece nenhuma decisão proibitiva anterior, pelo menos posterior à independência, e, ao que se conseguiu saber, esses relatórios não têm sido apresentados, pelo menos formalmente.

Por outro lado, essa resolução tem uma natureza incentivadora, dirigida a instituições de ensino superior e a departamentos governamentais da área da cultura, à comunicação social, aos investigadores, escritores e artistas de um modo geral, apontando medidas nas áreas de ensino/formação, investigação e uso da língua, como abaixo indicadas:

- *ensino/formação* (nºs 1, 2, 5 e 10): introdução da LCV como objecto de ensino nos cursos de letras e de formação de professores do então ISE (agora dois departamentos da Universidade pública) e nas escolas de Formação de Professores do Ensino Básico; instalação pelo ISE de formações a nível de bacharelato e licenciatura nas áreas da cultura e da linguística; fixação de uma quota de bolsas para formação na área de estudos da língua e da cultura cabo-verdianas e na área

- da linguística; e incentivos a filhos de emigrantes cabo-verdianos que venham a Cabo Verde frequentar cursos no centro de Língua Cabo-Verdiana da Uni-CV;
- *investigação* (n.ºs 3, 4, 9, 11): conclusão da instalação pelo ISE, no decurso de 2006, do Centro de Língua e Cultura Cabo-Verdiana; continuação dos estudos gramaticais da LCV pelo departamento governamental responsável por esta língua; incentivos e/ou reconhecimento e/ou apoios materiais aos investigadores nacionais e estrangeiros e às instituições linguísticas ou de cultura cabo-verdianas na diáspora que se centrem na investigação ou ensino da LCV;
 - *uso da língua* (n.ºs 7, 8, 12, 13, 15 e 16): nas aeronaves, na “variante” (sic) em que o locutor for proficiente; na comunicação social; na criação artística, com instituição de prémios para a literatura e teatro, sendo o uso da LCV ou do ALUPEC são tidos como uma mais-valia na atribuição de patrocínios de natureza cultural; na documentação da língua, via recolha do património oral.

5.2.1.2. Posições de reuniões académicas e grupos de trabalho

Obtivemos informações a partir de um trabalho e de três *fora* de discussão sobre a língua cabo-verdiana, realizados com apoio institucional, como abaixo discriminado:

- *I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde*, realizado em Mindelo, em 1979, antes de se completarem quatro anos da independência, organizado pela então Direcção Geral da Cultura do Ministério da Educação e Cultura e financiado pela UNESCO⁵: esse colóquio reuniu professores de LP, agentes culturais, escritores, antropólogos e linguistas, nacionais residentes e na diáspora, e linguistas estrangeiros (do Centro de Linguística da Universidade da Lisboa e do Centro de Linguística Aplicada da Universidade de Dakar, por exemplo);
- *Fórum de Ensino Bilingue*, organizado pela então Direcção Geral de Educação Extra-Escolar (DGEX) do Ministério da Educação, realizado na Praia em 1989, congregou professores de LP, alfabetizadores, linguistas e escritores. Infelizmente, não foi possível ter acesso aos relatórios ou conclusões deste Fórum, apesar da boa vontade e dos esforços dos dirigentes e funcionários da actual DGAEA para os localizar;

⁵ VEIGA (org). I.º Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde. Praia. INIC. 2000.

- *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano*, 1994⁶, resultado de um grupo de trabalho interdisciplinar de 7 pessoas (linguistas, filólogos, professores de LP, poetas e escritores), criado por iniciativa do Sector de Linguística do Instituto Nacional da Cultura (INAC) e por autorização ministerial de Setembro de 1993: esse grupo, financiado pelo INAC, trabalhou mediante um “Termo de Compromisso” no quadro do qual deveria apresentar, numa primeira fase, um estudo visando “a padronização do alfabeto”, cujo resultado foi editado em livro em 2006 pelo Instituto de Investigação e Promoção Cultural (IIPC). Esse livro integra o relatório do trabalho produzido, a proposta de alfabeto e as suas 10 bases e ainda um conjunto de ensaios (os estudos preliminares elaborados pelos integrantes do grupo), com uma proposta de seguimento, para além de toda a documentação administrativa de suporte. Esse Grupo não teve continuidade, por razões de financiamento, sobretudo;
- *Fórum sobre os caminhos da Valorização da Língua Caboverdiana – o Papel da Assembleia Nacional*, realizado pelo Parlamento cabo-verdiano, na Praia, em 2002;
- *Fórum para avaliação do ALUPEC*, Praia, 2008, cujas conclusões constam do n.º 4 do preâmbulo ao decreto-lei n.º 8/2009.

A proposta mais proeminente do Colóquio do Mindelo foi um alfabeto fonológico, muito diferente do dantes praticado (dito etimológico). Das vantagens apontadas para o alfabeto fonológico, constantes da Moção (1), inserta a páginas 233 das Actas do Colóquio (cf. Veiga, Veiga 2000a) destacam-se: i) respeitar a fonologia da língua, tendo em conta que “a fonologia profunda de barlavento é idêntica (ou largamente similar) à de superfície de sotavento” (n.º 3); ii) “a conveniência didáctico-pedagógica de estabelecer a relação bi-unívoca: um grafema – um fonema e vice-versa” (n.º 7); iii) estabelecer as bases para uma escrita comum com a Guiné-Bissau⁷, a fixar (n.º 4); e iv) a conjugação do Alfabeto Fonético Internacional (I.P.A.) e da adaptação deste às línguas africanas, o I.A.I., alfabeto do Instituto Internacional Africano (n.º 5).

Esse alfabeto que, ao contrário do recomendado pelo Colóquio, não foi difundido nem debatido, como assinala Duarte (1998), foi ignorado por uns e contestado ou

⁶ Grupo para a Padronização do Alfabeto. *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano*. Praia. IIPC. 2006.

⁷ Recorde-se que à época, havia um projecto de unidade política dos dois países, patrocinado pelo PAIGC, cuja modalidade nunca foi desenhada e a que o golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau em 1980 pôs termo.

mesmo ridicularizado por outros, e voltou a ser o foco das discussões no âmbito do Fórum de Ensino Bilingue, em que esteve na agenda uma contra-proposta da equipa técnica do projecto, dirigida pela Dra. Dulce Pereira, a qual sugeria várias alterações quanto à representação dos sons palatais, visando ultrapassar os constrangimentos referidos.

Esse fórum não produziu consenso sobre o alfabeto, tendo-se então criado uma Comissão Consultiva que forneceu um parecer em que apresentava três alternativas, designadas de linguística, sociolinguística e linguística/sociolinguística. Essa proposta também foi analisada pelo Grupo de Padronização, cuja proposta é o ALUPEC, entendido como um compromisso de harmonização das posições: mais perto das duas últimas alternativas acima referidas, de conciliação do etimológico e do fonológico e capaz de representar todas as “variedades dialectais” do país. É esta proposta, entregue em Maio de 1994, que foi posta em experimentação quatro anos depois, através do decreto-lei 67/98 de 31 de Dezembro e aprovada oficialmente dez anos depois (decreto-lei 8/2009 de 16 de Março).

Para além da escrita da LCV, todas essas instâncias de discussão fazem recomendações de acções, algumas distribuídas por curto, médio e longo prazo, como é o caso do Colóquio do Mindelo, sendo que a maior incidência é sobre a LCV, já que da LP apenas é considerada a dimensão *ensino*. Sintetizam-se, a seguir, todas estas propostas, relacionando, tanto quanto possível, o seu conteúdo com os níveis e/ou subníveis de intervenção da política/planificação linguística:

- *padronização*: embora não o diga explicitamente, o n. II da Moção (1) tem o título “Adopção do dialecto de Santiago como elemento básico do processo de standardização” (Actas do Colóquio, 234);
- *oficialização*: reivindicado como um direito do povo; sugerida revisão constitucional, outorgando à LCV o estatuto de língua oficial; definição das relações estatutárias (e funcionais) das duas línguas;
- *codificação*: alfabeto e escrita, com adopção de um sistema que leve em conta o conjunto interdialectal Guiné - Cabo Verde (Actas do Colóquio, 1979, p.236);
- *modernização*: terminologias para as diferentes disciplinas do plano de estudos;
- *instrumentalização*: produção de instrumentos de normalização, como uma gramática e um dicionário;
- *funções e uso das línguas*: reconhecimento do direito de usar a LCV na administração pública, via nota administrativa; uso da LCV na comunicação

- social, jornais, reuniões e situações oficiais, nomeadamente no Parlamento; definição de quotas de uso das duas línguas na comunicação social do Estado; redefinição das funções e domínios de uso da LP, a par da LCV oficializada;
- *propagação*: criação de um boletim informativo sobre os problemas da língua; sensibilização das populações sobre todos os problemas e por todos os meios; sensibilização dos professores para o uso da LCV no sistema de ensino; promoção da adesão da sociedade civil na promoção e desenvolvimento da LCV; criação de prémios nos domínios da literatura, comunicação social e da investigação; criação de incentivos para a escrita do ALUPEC (n.º 2 do n.º 4 do preâmbulo ao decreto-lei n.º 8/2009);
 - *documentação da língua*: recolha de produções do património oral e da literatura popular;
 - *investigação*: descrição da LCV a nível lexical, gramatical; definição do tipo de bilinguismo; criação de um Centro de Língua Cabo-Verdiana no ISE (ora departamento de Ciências Sociais e Humanas, da Uni-CV); divulgação dos resultados da investigação; dotação orçamental para o efeito;
 - *formação*: de investigadores, mediante concessão de bolsas de estudos, e de professores (da LP e da LCV);
 - *ensino*: i) ensino da LP, adoptando-se metodologias de línguas segundas e subsequentes definições técnicas, como sejam o nível de competência esperado em cada etapa/nível de formação, formação de professores, adequação do material de ensino a essa metodologia e à realidade nacional, etc.; e ii) quanto à LCV: reafirmação do direito da criança de ser ensinada na sua língua materna; introdução da LCV no ensino, primeiro para os professores, nas instituições de formação de professores e, a longo prazo, a sua generalização no ensino primário e secundário (alguns sugerem começar pelo 3.º ciclo); produção de material para o ensino da LCV e de outras disciplinas, com experimentação prévia;
 - *literatura*: incentivo ao uso da LCV por parte de escritores, poetas e artistas de um modo geral, de modo a garantir a sua autenticidade e pureza; à colaboração com os técnicos nessa matéria; e à participação dessas entidades num amplo movimento de defesa e afirmação da LCV;
 - *gestão*: definição de uma maior planificação linguística e de uma estratégia para afirmação da LCV na diáspora; criação de um Instituto de Língua Cabo-Verdiana ou de um Instituto Autónomo ou de uma Academia para se ocupar da

problemática da língua cabo-verdiana (n.º 3 do n.º 4 do preâmbulo ao decreto-lei n.º 8/2009);

- *legislação*: tradução em lei das determinações constitucionais em matéria de língua (pelo Parlamento):

5.2.1.3. Posições individuais

As personalidades cujas posições ganharam alguma expressão social e que analisamos são: António Carreira, Baltazar Lopes da Silva, Manuel Ferreira, Dulce Duarte, Gabriel Mariano, Manuel Veiga, Adelaide Monteiro, Carlos Delgado e David Hopffer Almada. Assim, tem-se:

Baltazar Lopes da Silva (1936, 1984, 1973): indigna-se contra a possibilidade de se considerar o “crioulo” de Cabo Verde como algo precário e deficitário; antes admite tratar-se de uma língua, sob pressão da LP e constrangida pelas restrições de uso, mas com condições intrínsecas para se desenvolver e afirmar como língua autónoma, ainda que com sérias dificuldades para se expandir para além do território nacional. Questiona, por isso, se o escritor cabo-verdiano, por lealdade linguística, “terá o direito de deliberadamente se tornar incomunicante” (1973:xv), considerando ser uma questão de consciência ou de dever, que ultrapassa a sua liberdade pessoal de opção, dar a conhecer as suas ideias pela língua que garanta uma maior recepção, mormente quando o uso da LP na literatura não tem sido óbice à expressão da mundividência cabo-verdiana.

Assim, e como alternativa a um programa planeado de “imagem” da língua cabo-verdiana para a tornar plenamente literária, ao qual não se opõe claramente (consistentemente com a sua posição de “instinto de nobilitação” da LCV que não implicaria mudança de (na) língua, já que se trata de uma tendência para aproveitar “tudo o que pode receber do português reinol, para seu aperfeiçoamento mas não cedendo um milímetro nas suas estruturas essenciais” (1973: XXII)), sugere a adopção de uma “linguagem harmónica”⁸, com as contribuições linguísticas intimamente fundidas num todo orgânico e uno” (1973: XXIV).

Não considera que a variação dialectal seja um obstáculo à criação e vitalidade de uma literatura em LCV e, não observando factores que imponham um dos dialectos, admite serem as circunstâncias políticas a determinarem a adopção de uma língua

⁸ Esta a linguagem que praticamente todos os escritores cabo-verdianos claridosos de que BLS é um dos expoentes buscaram construir, com mais ou menos sucesso.

comum, base do idioma literário. Contudo, argumenta que (1973:XXVII- XXVII) o padrão literário há de se fixar a partir do “falar” mais adequado para esse fim, o de sotavento, em função da sua maior riqueza vocálica por, nas variedades de barlavento, se ter operado “um desgaste fonético devido à queda das vogais átonas”, dando origem a uma “grande debilidade das vogais átonas pretónicas e postónicas, perante o acento secundário inicial, e a próclise, que em crioulo reduz extraordinariamente a palavra tornada átona pela sua subordinação a outra com que forma grupo.”. Para B. L. Silva, “Desta situação resultam em barlavento encontros ásperos de consoantes, cuja representação gráfica se torna difícil e exige um emprego anormal do apóstrofo quando se pretende que a ortografia se não afaste demasiadamente dos moldes usuais e contenha um mínimo de indicação etimológica”. Ou seja, considera que a variedade de sotavento é mais harmoniosa por ter conservado o vocalismo dos étimos, o que explicaria o facto de, segundo ele, as canções das mornas serem quase sempre nessa variedade; acrescenta que quando estas canções são escritas na variedade de barlavento, os autores recorrerem à inserção de uma ou outra palavra de sotavento como recurso ortoépico. Para a maior riqueza vocálica das variedades de Santiago concorre o facto de se manter o *-u* átono do étimo, a que corresponde, em barlavento, um som correspondente ao *-e* mudo, dando assim a impressão de que essas palavras terminam em consoante; e ainda o facto de, naquelas variedades, o *e-* mudo ser realizado *-i*.

Carreira (1984:10-12;76,78-80) recomenda, entre outros, como base para “preparar a transição da língua de comunicação verbal para a sua fase escrita” (p. 11), a realização de estudos que determinem com mais rigor a influência da LP na formação do léxico da LCV; e a criação de um dicionário “crioulo-português (e línguas africanas)” que estabeleça as origens geográficas e étnicas dos vocábulos e, na medida do possível, a sua evolução semântica. Do seu ponto de vista, a definição de uma política linguística, urgente, deveria começar pela descrição gramatical (fonética, morfologia e semântica) e pelo levantamento da investigação realizada em matéria da LCV e das grandes regiões crioulófonas das Antilhas. No que respeita à escrita, afirma (p. 78) que a etimológica lhe parece a mais correcta (sem que explique porquê), e considera que a fixação de uma escrita deverá traduzir “as variantes regionais”, numa “espécie de acordo ortográfico”, regras sem as quais se corre o risco de entrar no “reino da barafunda”, cada um escrevendo segundo o seu critério pessoal; quanto à introdução da LCV no ensino e na alfabetização de adultos, recomenda (op.cit: 79-80) beber da

experiencia de outros. Como factores de sucesso, indica abertura de espírito, pondo de lado ideias feitas e rigidez de atitudes.

Manuel Ferreira (1989, 1973) duvida da bondade do alfabeto fonológico no contexto bilingue de Cabo Verde, cuja população tende para “uma situação de bilinguismo total”. Considera que, com a instituição de um ensino bilingue, essa escrita constituiria uma desvantagem pedagógica e não o contrário, pois a criança seria confrontada com palavras de pronúncias idênticas nas duas línguas mas com grafias diferentes, embora releve a vantagem de “defender o crioulo da subversão do português” (1989:356). Argumenta que a escrita e o ensino da LCV serão factores de mudança da situação da diglossia e de desenvolvimento da LCV, cujo prestígio aumentaria, abrindo caminho à sua entrada na literatura não popular e à comunicação social, o que não deve implicar diminuição do reconhecimento oficial e geral da língua portuguesa. Do ponto de vista da literatura cabo-verdiana em língua portuguesa, também se mostra favorável à solução de compromisso entre as duas línguas iniciada pelos claridosos, admitindo que cada artista deverá escolher a língua mais de harmonia com a sua capacidade criadora.

Dulce Duarte (1961, 1977, 1989) sustenta que a formação e consolidação da LCV estão estreitamente associadas à formação da Nação e do Estado cabo-verdianos, constituindo-se, por isso, um factor de identidade e unidade nacionais, o símbolo da identidade e da cultura, um património cultural identificador da nação cabo-verdiana. Com esse pressuposto, e ainda o de que “os pressupostos ideológicos nos quais assenta a situação de diglossia em que vive a sociedade cabo-verdiana têm funcionado como travão à decisão política que se impõe de sancionar uma escrita standardizada.” (1998:204), argumenta a favor da definição de uma política linguística assente em resultados de pesquisa fiáveis, como um imperativo de natureza nacional, tendo em conta a evolução sociocultural e económica do país, mas sobretudo a descuiulização, contra a qual convoca o contributo de escritores, jornalistas, professores e linguistas.

De entre os elementos dessa política, desatacam-se:

- *pesquisa*: criação de um centro de pesquisa linguística que se dedique inteiramente ao estudo da LCV;
- *padronização/normalização*: adopção de uma norma para a LCV de modo a que referenciais sejam estabelecidos, reconhecendo embora não estarem ainda disponíveis muitos instrumentos necessários e fundamentais à sua padronização e normalização. Ainda que não faça alguma afirmação explícita nesse sentido, apoia

a opção do colóquio quanto à escolha da “variedade” de Santiago. Com efeito, sustentando que o ponto de partida deve ser a forma basilectal da língua, adianta argumentos favoráveis a essa variedade, como sejam: ser ela aquela cuja realização fonética mais se aproxima da estrutura fonológica da língua, a mais antiga e com mais palavras das línguas de substrato (africanas), para além de apoiar a posição de B.L. da Silva quanto ao vocalismo átono; estar o seu basilecto documentado na recolha das tradições orais; ser a “variedade” falada por cerca de metade da população de Cabo Verde e ser a variedade da maioria dos escritores que, nos últimos anos, têm escrito em língua cabo-verdiana, em função da “deslocação gradual do centro da actividade literária cabo-verdiana de S. Vicente para a Praia.” (1998:205); e ainda, ter a vantagem de ser a que mais se aproxima do “crioulo” da Guiné-Bissau;

- *oficialização*: promoção da LCV a língua oficial, do ensino e da administração, nunca em detrimento ou pondo de lado a LP;
- *escrita*: considera-a factor de desenvolvimento da língua e advoga a escrita fonológica, de entre outros argumentos, para favorecer a autonomia face à LP, e não a etimológica por ela não representar de forma completa e precisa a estrutura fonológica da LCV e as diferenças acentuadas que a este nível existem entre as duas línguas, favorecendo assim a aproximação entre elas; do ponto de vista pedagógico, e a contrapor aos que acham que o mesmo alfabeto facilitaria a aprendizagem, aponta a ausência de regras sistemáticas nos sistemas com esse tipo de alfabeto, incluindo as disfunções que, por isso existem na própria LP e que obrigam a um grande esforço de memorização;
- *enriquecimento lexical*: mediante empréstimos à LP;
- *bilinguismo*: manutenção da LP, com o papel complementar de língua de comunicação internacional, de acesso ao conhecimento e de diálogo intercultural, dado que pela pequenez de Cabo Verde e sua necessidade de inserção mundial “estamos condenados a ser bilingues” (1998:148) e ainda porque não reconhece, à época, que a LCV tivesse já reunidas as condições requeridas para substituir a LP. Como medidas fundamentais para a construção de um bilinguismo efectivo, destaca a melhoria do ensino do português e a valorização e defesa da LCV como língua de ensino e veículo de informação e da cultura cabo-verdiana;
- *ensino da LP*: com metodologias adequadas às línguas segundas (1977) e não como se fosse língua materna, e ainda com foco no conhecimento sobre a língua e

não da língua, no seu uso, potencializando o seu domínio para que possa ser utilizada como se fosse língua materna, o que favoreceria a redução das interferências;

- *ensino da LCV*: sua introdução no sistema formal, após a adopção de uma escrita, e mediante a construção dos meios e instrumentos necessários à sua efectivação (estudos científicos descritivos, uma gramática pedagógica, materiais didácticos, manuais, formação de professores, sensibilização dos pais e educadores, etc.). Essa introdução visaria, entre outros: facilitar a integração da escola no meio, contribuir sobremaneira para a inserção social das crianças; tornar mais fácil e real a relação entre as famílias e a escola; e diminuir, à partida, as desigualdades das crianças cabo-verdianas à entrada do ensino formal. Contudo, não vê vantagem na sua introdução apenas no ensino básico e nos primeiros anos de escolaridade, sem que haja garantias de continuidade. Quanto à língua a ser usada como meio de ensino, adverte, por um lado, para o facto de a LCV não reunir (ainda) os requisitos necessários (escrita, desenvolvimento estilístico e terminologia) e ainda para os custos envolvidos na produção de manuais e outro material de ensino, necessários para todas as disciplinas, e na preparação de professores;
- *função literária*: sustenta a potencialidade literária da LCV, admitindo que o processo de progressão literária dessa língua já teve início e destacando o papel determinante dessa função na estabilização e desenvolvimento das línguas. Contudo, admite que a escolha da língua pelo escritor é matéria reservada à liberdade fundamental e individual e rejeita a ideia de que escrever em LCV tornaria o escritor incomunicante. Argumenta que a instauração de um bilinguismo real na literatura cabo-verdiana de modo a que “o escritor cabo-verdiano que optar pelo Português não ressinta a sua escrita como um espaço inacabado de criação” (1998: 283) passa pela reelaboração do português como língua literária, na senda dos escritores claridosos, “a primeira vez que o cabo-verdiano sentiu o português como algo de verdadeiramente seu” (1998: 281).

Gabriel Mariano (1991)⁹: nos diversos “ensaios” datados dos anos cinquenta, o autor afirma que a LCV é uma língua, única mas não homogénea, materna, factor maior da cultura nacional, com vitalidade suficiente para influenciar falantes nativos

⁹ Cf. as páginas seguintes: 59-60, 68-71, 74-75, 85-87, 85-87,99, 124-125, 138-139

“longamente residentes” e com provas dadas na literatura culta. Alinha com Baltasar Lopes da Silva quanto à capacidade de resistência da LCV, revelada pela capacidade para integrar as palavras da língua portuguesa, admitindo que “o crioulo segue a sua evolução num sentido de maior aproximação da fonética lusa” (op cit.:83) sem que a sua estrutura seja afectada. Reconhece a existência de uma norma para o português falado em Cabo Verde (PCV). Para ele, a relação entre as duas línguas é de “diferenciação funcional” com superioridade para a LP (op cit.:87) e de bilinguismo dos indivíduos de estatuto sócio cultural mais alto, na oralidade e na escrita, o que viabiliza a literatura cabo-verdiana de língua portuguesa.

Manuel Veiga (1994, 1995, 2000a, 2000b, 2004) cujas “ideias se cruzam e, por vezes mesmo se repetem” (2004:13) nas suas diferentes produções, considera que a LP é um “filho adoptivo muito estimado. O Crioulo é um filho gerado e muito amado.” (2004:101). Na verdade, para ele a LCV é uma das expressões ou marcas fundamentais da identidade cabo-verdiana (2000a:26; 2004:91), o “resultado de uma criatividade em que o autor é e tem sido o nosso próprio povo” (2004:73). Por sua vez, a LP não é vista apenas como um instrumento linguístico útil e actuante, cuja importância decorre do espaço social, económico e cultural que ocupa, da força que tem no Sul e pela ligação que potencia com o Norte, mas também como um património (2004:75) que moldou e continua a moldar uma parte importante da identidade e culturas cabo-verdianas.

Para fundamentar a sua posição, avança os seguintes argumentos: a LP ser um facto cultural com mais de 500 anos em Cabo Verde, anterior mesmo à LCV, a qual é constantemente recriada e enriquecida pelos cabo-verdianos, não só porque está na génese da LCV (e dos crioulos da Guiné-Bissau e de S. Tomé) como continua a ser a sua principal fonte de enriquecimento lexical (2004:75). Nas palavras dele (2004:72) “se o português veicula alguns aspectos da nossa mundividência, o Crioulo não é só veículo como é também substância dessa mesma mundividência. Se com o português nós dialogamos com outros povos, com o Crioulo nós nos identificamos perante outros povos e marcamos a nossa diferença”. Por isso, acha que o estatuto de oficialidade da LP, livremente assumida à data da independência, foi-lhe conferido por deter todos os requisitos necessários ao exercício de todas as funções sociais, ao contrário da LCV. Contudo, essa opção não se explica apenas por uma questão de pragmatismo político, em função da sua função como língua de comunicação internacional e de acesso à informação e ao conhecimento, mas também por uma questão de ordem cultural (2004:67-68), já que ela é ao mesmo tempo uma conquista cultural e um meio de

afirmação no contexto da lusofonia. Na verdade, Veiga (2004:100), admite claramente a continuidade da LP em Cabo Verde, afirmando, por exemplo “Tanto um como outro [LCV e LP], em Cabo Verde, são duas línguas de que já não podemos prescindir.” E atribui papeis distintos às duas línguas em contacto: “Pelo português realizamos a nossa integração cultural, económica, social e tecnológica no mundo. Pelo Crioulo realizamos a nossa integração no todo nacional: cultura, tradição, imaginário colectivo, família, mentalidade, história...”. Contudo, avalia a relação entre as duas línguas como sendo de diglossia, afirmando que a LP é ou tem sido a língua das situações formais, usada apenas pela elite cultural e económica (1995:30; 2004: 100, 127), e que o que está errado “é a política de exclusão e de discriminação relativamente à língua cabo-verdiana” (2004:123). Por isso, defende que a LCV deve ser objecto de uma política coerente e diferenciada, tendo em vista a sua valorização e desenvolvimento.

Como princípios orientadores (2004:108-109) da política linguística, direccionada para a LCV e para a LP, que sugere, enumera: - o realismo, que obriga a não negar a história e a antropologia; - a pragmática, que determina que a acção se baseie no real, fixe objectivos e metas, calendarize acções, selecione adequadamente os *inputs* e garanta antecipadamente o *output* desejado ou programado; - a busca de complementaridade e não substituição, sobreposição ou competição entre os dois sistemas linguísticos em contacto, a qual “deixa de ser uma conveniência para se transformar numa exigência”; - a descentralização (que não desenvolve). E fixa os seguintes três objectivos de uma política linguística que considera adequada para Cabo Verde: oficialização da LCV, generalização do seu ensino e construção de um bilinguismo funcional (2004:26).

Assim e quanto ao 1.º objectivo, *a oficialização*, pensa que se trata apenas de reconhecer esse estatuto, prestigiando a LCV pois, no seu entender, esta língua já o detém *de facto*, por ser usada no sistema de ensino, nas igrejas, na literatura, nos tribunais, na administração pública e na comunicação social. Afirma ser irresponsabilidade ou mesmo crime não ter ainda agido assim, ser necessário identificar as condições em falta e que, conjuntamente, os ministérios da Educação, da Cultura e das Finanças estabeleçam um programa para criação das condições subjectivas e objectivas, fixem metas e calendarizem acções (2000a:21; 2004:74), para o prestígio do “crioulo” e sua co-oficialidade.

No que respeita à selecção de uma norma padrão, e no pressuposto de que não se podem oficializar todas as variantes¹⁰, pura e simplesmente impor uma ou misturá-las numa “salada”, há que definir os critérios para o caminho mais adequado. Nesse quadro, e na linha de B. Lopes da Silva e Dulce Duarte, afirma ter defendido inicialmente a oficialização da variante de Santiago como a que melhor se adequava aos seguintes critérios pré-definidos (2000a:24; 2004:143: i) históricos: a variante mais antiga e aquela que, eventualmente, terá contribuído, directa ou indirectamente, para o surgimento das outras (variante matriz); ii) linguísticas: mais bem estruturada e mais autónoma face à LP e, portanto, mais susceptível de conter a descrioulização e evitar a morte da LCV por essa via; iii) demográficas: maior número de falantes, já que metade da população residente reside em Santiago; iv) socioculturais: em termos quantitativos, ser a variante de maior número de produções literárias e objecto de mais estudos por parte de nacionais e estrangeiros, e ainda a mais usada nas tradições orais da ilha que têm mais peso tradicional (africano) no arquipélago.

Contudo, e sem ter abandonado completamente esta tese (2004:110), por razões socioculturais que não explica, afirma defender actualmente uma posição que inclui a variante de S. Vicente, por razões sociolinguísticas, variante, no seu entender, muito recente, com estrutura linguística menos coesa e menos autónoma, mas onde confluem as variantes de Sto. Antão, Boavista e S. Nicolau e, por isso, bem aceite ou tolerada em barlavento, onde tem bastante prestígio. Essa posição reformulada que o seu proponente considera como “mais adequada e mais pragmática para o desenvolvimento harmonioso e para a afirmação integradora do Crioulo” (2004:110) será apresentada no contexto da “unificação da escrita”, um dos requisitos apontados para o ensino da LCV, já que a questão da norma se põe sobretudo para a escrita e para o ensino.

Relativamente ao 2.º objectivo, *ensino*, o da LCV é tido como a base para o desenvolvimento da performance linguística. Julgando um contra-senso condicionar-se o ensino à criação de todas as condições e à fixação do funcionamento da língua e que a sua introdução apenas na alfabetização só contribuiria para a desprestigiar, defende a generalização de um ensino adequado e de qualidade da LCV, com programação das etapas de médio e longo prazo. Nos termos da estratégia que sugere, a LCV seria ensinada (matéria de ensino) e, depois, adoptada como meio de instrução. Por sua vez, a

¹⁰ Veiga usa os termos variante e variedade indistintamente para referir quer aos dialectos das diferentes ilhas quer ao que optamos por designar de variedades (barlavento e sotavento). Assim, optou-se por usar neste texto, para este autor, o termo variante que é o que predomina nos seus escritos.

generalização começaria no ensino superior¹¹, que precisa de menos professores e menos material e onde teria um cunho iminentemente investigativo, passaria ao secundário para terminar no primário (EBI), níveis esses em que se começaria com experiências piloto. Quanto às metodologias de ensino, elas seriam as adequadas a uma LM. Entretanto, devem ser criadas as condições que permitam e possibilitem o ensino da LCV por fases e etapas, nesses diversos escalões académicos. São elas: um alfabeto e uma escrita “estandardizadas”, uma gramática, um dicionário, professores formados, uma literatura e uma unificação linguística reconhecida. Assim:

- *alfabeto*: necessidade resolvida pelo ALUPEC, o qual apoia com argumentos idênticos aos defendidos pelo Colóquio do Mindelo, pelo Grupo de Padronização e por Dulce Duarte (autonomia das línguas, por exemplo), desfavorecendo uma escrita etimológica, por razões linguísticas (dois sistemas fonológicos diferentes não podem ser cabalmente satisfeitos pelo mesmo alfabeto). Contudo, admite que um sistema de escrita não se resume a um alfabeto, antes coloca questões que exigem conhecimento profundo da estrutura da língua como sejam a segmentação das palavras, as amálgamas, a elisão, o uso dos diacríticos, o processo de formação das palavras, etc. e alargamento lexical (2000a: 258, 266);
- *gramática*: os trabalhos existentes, de descrição dos sistemas fonológico, morfológico e sintáctico são suficientes, embora admita que nem tudo está estudado, o que deve ser feito de modo a que, no estudo gramatical e lexical do crioulo “tudo o que é pertinente, do ponto de vista linguístico, e representativo, do ponto de vista sócio-cultural, possa ser respeitado.” (1995:29). Por isso, o próprio ensino funcionaria como um laboratório de experimentação/avaliação do material existente e de produção de outro. Sugere ainda (2000a:21) a criação de um gabinete para a produção de materiais de ensino;
- *dicionário*: necessidade também resolvida pela existência de vários (ele próprio tinha um em curso de elaboração);
- *professores*: os primeiros professores de LCV devem ser os professores de LP de todos os níveis, bastando para o efeito um estágio de curta duração; mais tarde, seriam formados professores só de LCV;

¹¹ Apresenta (2004:131-152) um projecto detalhado de implementação desse ensino no extinto ISE e no IP, contendo a sua justificação, os conteúdos linguísticos e sociolinguísticos, estratégias de ensino, as condições necessárias a serem criadas bem como acções de promoção da LCV a serem concretizadas, os termos de referência de trabalhos de investigação a desenvolver por essas instituições.

- *literatura em LCV*: a literatura em língua cabo-verdiana está ainda em desenvolvimento e é pouco representativa, embora a produção existente abarque todos os géneros (poesia, romance¹², conto, ensaio e teatro) e, portanto, há que estimular a criatividade literária em LCV;
- *unificação da escrita*: essa unificação é o único caminho a seguir para valorizar uma língua de poucos falantes e de um país de recursos limitados, embora a unificação pura e simples possa ser um acto de violência. O ensino seria o factor determinante da unificação, via as três frentes (2000a:25) em que este seria processado, tomando como referência as “expressões dialectais” de Santiago e de S. Vicente, tidas como “variedades-força”, pelas razões já apontadas: i) Sul/Sul (sotavento), em que as crianças aprenderiam a “variedade de Santiago”, enriquecendo-a com “tudo o que é pertinente e significativo das outras variedades do Sul” e em que as crianças também seriam “levadas a conhecer a correspondência de cada estrutura aprendida, na de S. Vicente” (2000a:25); ii) Norte/ Norte (barlavento), em que seria ensinada a variante de S. Vicente, adequando-se a estratégia anterior; e, finalmente, iii) Sul/Norte ou Norte/Sul, com base nas duas “variedades-força”, com preparação de material didáctico específico para o núcleo Norte e para o núcleo Sul (2004:114). Argumenta (2000a:25) que esta metodologia daria “competência aos educandos e a unificação ficará por conta da mobilidade social e de outros factores extralinguísticos.”.

Admite contudo que, dependente das condições, o resultado final tanto poderá ser a unificação de todas as variantes como a autonomização das de barlavento e sotavento como línguas distintas. Este último resultado embora “menos desejável”, e que não deve ser incentivado, não seria uma “calamidade cultural” mesmo porque o comum em África é os países terem mais do que uma língua.

O 3.º objectivo, *construção do bilinguismo funcional* (também chamado de real ou assumido), tem como pressupostos que foi ganha a batalha contra a morte da LCV (glotofagia), o fim das atitudes negativas e dos preconceitos face à LCV (2000a:20) e

¹² Ao que julgamos saber, estão publicados três obras literárias em prosa em língua cabo-verdiana: Luis Romano. *Negrume (Lzimparin)*. Mindelo. 1973; Manuel Veiga. *Oju D'agu*. Praia. 1987. Eutrópico Lima da Cruz. *Perkurse de Sul d'Ilha*. Praia. 1999.

uma concepção absoluta e restritiva de bilinguismo individual, vinculada à concepção bloomfieldiana (equilinguismo, bilinguismo equilibrado), contestado por muitos linguistas, a qual se estende à sociedade. Com efeito, e nas suas palavras: “uma sociedade só é verdadeiramente bilingue quando, para além da língua materna, domina, em qualquer contexto ou circunstância, uma outra língua e com a mesma ou quase competência e eficácia que a língua primeira confere.” (2004:9).

Nesse quadro, a finalidade dessa política é combater, destronar ou lutar contra a diglossia e construir um bilinguismo “funcional” ou “real”, ou ainda “assumido” porque descomplexado (2004:129), ou seja, “estabelecer e desenvolver a complementaridade funcional e social entre o Crioulo e o português” (2004:11) o que pressupõe “a faculdade desses dois sistemas desempenharem todas as funções linguísticas e com igual prestígio, em todos os domínios e níveis de comunicação” (2004:9). Para o efeito, a LP manteria a função oficial e apostar-se-ia na sua transformação em língua “veicular” (língua da oralidade no quotidiano informal); do mesmo passo, a LCV manteria as de língua nacional e veicular e ser-lhe-ia atribuída a função oficial, via o encorajamento do alargamento do seu uso aos domínios formais – com determinação de uma percentagem gradual de uso nos órgãos estatais na comunicação social e da escrita na administração pública, restabelecendo-se, assim, a paridade sociolinguística entre as duas línguas.

Todavia, bilinguismo funcional não significa transformar a LCV em língua internacional e a LP em língua co-materna (2004:106), apesar de admitir que com a democratização do ensino pode acontecer que a LP passe a ser também língua nacional e materna (2004:113). Afirma que esse desiderato não será fácil e que o seu instrumento crucial de sucesso será um “ensino generalizado, de qualidade, com rigor e metodologia adequada.” (2004:26).

Na verdade considera ainda (2004:86-87) que os maiores óbices são as atitudes face à língua por parte da elite política, cultural e económica, uma vez que o discurso colonial desenvolveu nela a convicção de que a LP equivale a maior saber, educação e prestígio, o que implicou a continuidade da diglossia mesmo após a independência nacional. Para esse autor, é esse estado de coisas que se repercute nas sucessivas actualizações dos argumentos em desfavor da oficialização: como se já sabe a língua cabo-verdiana, então vale mais o investimento na LP, que não se domina; da variação como óbice à padronização/normalização e oficialização; e, mais recentemente, no argumento de ser mais útil investir no Inglês, língua da globalização.

Segundo Veiga, a paridade estatutária e a complementaridade funcional não implicam descurar a aprendizagem das línguas de grande difusão internacional e não deverão ser um mero reconhecimento *de jure* desse estatuto, mas um reconhecimento *de facto*, no sentido de ambas as línguas desempenharem efectivamente as novas funções sociais: “No momento em que o nosso povo, se não na totalidade, pelo menos uma maioria expressiva, poder usar espontaneamente, com competência e facilidade, as duas línguas, em todos os níveis de linguagem, podemos então dizer que o bilinguismo funcional é uma realidade.” (2004:26).

Para esse autor, a valorização da LCV, como preconizado, exige meios avultados e terá de ser gradual, implicando a intervenção noutras áreas, a saber:

- *formação*: atribuição de bolsas para formação nos domínios da linguística;
- *investigação*: promover e desenvolver a investigação linguística sistemática nas diversas áreas;
- *produção literária e jornalística*: criação de incentivos e estímulos;
- *atitudes*: criar um ambiente e mentalidade favoráveis à valorização e dignificação da LCV;
- *legislação*: produção da legislação adequada para a promoção do estatuto co-oficial da LCV;
- *gestão*: criação de institutos especializados dotados dos meios materiais indispensáveis à consecução da política linguística preconizada (2000a:260), com a seguinte organização (2004:115): Comissão Nacional para as Questões Linguísticas, estrutura proponente; Centros de investigação (proponentes e executantes); Gabinete intergovernamental para a produção de material didáctico; estruturas intermédias suficientemente autónomas nos ministérios da educação, cultura e comunicação social; estabelecimentos de ensino; estrutura (de seguimento) e de iniciativas legislativas (2004:112; 115).

Quanto à LP, e para além do já referido, preconiza uma política que a valorize mais, incidindo nas seguintes áreas: ensino de qualidade, o fundamental, com professores formados e metodologias adequadas (de L2); acesso ao livro e à cultura em língua portuguesa; defesa da sua unidade na diversidade, com a implementação do acordo ortográfico; participação na sua instrumentalização técnica e científica; e promoção da língua a nível internacional, com a afirmação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

David Hopffer Almada (2006): com base em Baltazar Lopes da Silva, Dulce Duarte e Manuel Veiga, apoia que sejam tomadas como bases para a padronização as “variantes” de S. Vicente, para Barlavento, e a de Santiago, para Sotavento, ainda que admita que esteja em curso um processo de aproximação dessas variantes, devido à maior e cada vez mais intensa circulação de pessoas entre as ilhas.

A oficialização, que não deverá ser concretizada em detrimento da LP, património cultural cabo-verdiano e língua necessária para a comunicação com o exterior, seria uma forma de pôr fim à diglossia e de contribuir para a construção do bilinguismo, devendo consistir num “simples reconhecimento do direito de todos os cabo-verdianos se exprimirem (oralmente e por escrito) em crioulo” (op.cit.: 19) e não a imposição de se falar nessa língua. Em termos jurídicos, defende que a constituição devia “pura e simplesmente, consagrar que, além da língua materna (o crioulo), é também língua oficial de Cabo verde, a língua portuguesa. “ (op.cit.: 27).

Adelaide Monteiro (2007): a LCV é parte da identidade cabo-verdiana e a variedade cabo-verdiana da LP poderá ser definida com base no português oral das situações formais e dos meios de comunicação social. Da análise que faz da política linguística vigente, conclui que existe uma opção explícita a favor da construção do bilinguismo, com assumpção da LP e da LCV, com a manifesta intenção de ter as duas línguas como oficiais. Contudo, considera que esta decisão não foi objecto de planificação linguística, sendo portanto meramente simbólica, e situa o processo de oficialização da LCV na fase de construção e difusão (op. cit.: 55). Fundamenta a sua posição nos seguintes aspectos: ausência de divulgação da proposta de alfabeto do Colóquio de Mindelo e de qualquer informação de balanço da experimentação do ALUPEC; predominância do uso da LP nos órgãos de comunicação social estatais, um dos meios mais eficazes de propagação da valorização da língua; inexistência de qualquer estudo sobre as consequências da oficialização; inexistência de instrumentos de normalização avalizados pelo Estado.

Carlos Delgado (2008): considera a LCV como “a língua de identidade, por excelência” (ob.cit: 77) e a sua proposta de política linguística compreende duas fases (ob. cit:188-189): na primeira, seria criada uma Academia da Língua Cabo-Verdiana, a autoridade máxima em matéria de LCV, e essa língua seria oficializada. Na segunda fase, e já com o envolvimento da Academia, seria seleccionada a variante¹³ a ser

¹³ Carlos Delgado também usa o termo variante para variedades ou dialectos.

oficializada, proceder-se-ia à consensualização da escolha entre linguistas, escritores, professores e outros, e essa proposta seria apresentada ao governo, acompanhada de um alfabeto consensualizado de que o ALUPEC seria um ponto de partida. Assim:

- *academia da língua cabo-verdiana*: seria criada com garantia de funcionamento independente da hierarquia institucional, e dotada de meios humanos (filólogos, linguistas e outros), técnicos e materiais que lhe permitissem implementar medidas de valorização da língua nacional (ob.cit: 187). Ela funcionaria por Departamentos, um dos quais seria o centro de pesquisa sugerido por Dulce Duarte, sendo que a lista de competências e atribuições que elenca respeitam à pesquisa, preservação, promoção, concepção e publicação de instrumentos como dicionários, gramáticas, supervisão da política de edição de manuais escolares e da tradução e proposta de medidas legislativas. Ademais, seria criada, na universidade pública de Cabo Verde, a carreira de investigador na área de linguística e de sociolinguística e desenvolvidas acções de promoção da investigação sobre a língua cabo-verdiana;
- *oficialização*: a LCV tem todas as condições para ser oficializada (uma estrutura própria e valor cultural e identitário), sendo de considerar as atitudes dos falantes que receiam que a oficialização da LCV implique o desaparecimento da LP com manutenção da variante oficializada (ob. cit: 186). A oficialização é vista como uma das quatro medidas para travar a descrioulização, sendo que as outras são: promover um maior conhecimento das raízes da língua por parte dos falantes; evitar estrangeirismos, mormente quando desnecessários; proteger a LP, favorecendo a sua afirmação como L2, num contexto de oficialização da LCV e evitando-se interferências da LCV;
- *escolha de uma norma/padrão*: a decisão é política e deve ser tomada pelos políticos, mas os técnicos devem trabalhar no sentido da construção de um consenso. Opta pela oficialização da variedade de Santiago, com argumentos idênticos aos já aduzidos por Duarte e Veiga, ponderando os três cenários com que diz se ter confrontado no percurso da sua investigação: oficialização das variedades de Santiago e S. Vicente, da de Santiago, e ainda uma terceira via, não especificada. Argumenta que a primeira possibilidade poria em risco a unidade nacional, com a divisão do país em dois blocos, com duas identidades linguísticas distintas, para além de oneroso e impraticável no sistema de ensino; e que não existe a possibilidade de uma terceira via já que as línguas não se constroem antes

surgem naturalmente, negando, implicitamente, a possibilidade de línguas *Ausbau* (cf. secção 1.6.).

- *codificação*: quanto ao ALUPEC, e apesar de o considerar económico e funcional, critica algumas das opções técnicas nele consagradas. Assim, afirma que embora nele se tenha acautelado alguns aspectos inter e intradialectais, não teve em conta outros como, por exemplo, a vibrante múltipla de barlavento, representada na escrita dita etimológica por 'rr', com o argumento de que não está provado que se trata de um fonema (ob.cit: 162). Ademais, opina (ob.cit: 183) que foi adoptado para experimentação sem antes se ter construído um consenso alargado que uma medida do tipo exigiria e que durante a experimentação não foi definida nem divulgada uma estratégia de aplicação a nível nacional, o que, a par dos preconceitos, despoletou reservas e resistências para com esse alfabeto. Contudo, considera-o como uma base de partida para a concepção de uma escrita única da variedade a oficializar, necessitando de um trabalho de sensibilização para não se ficar com um alfabeto oficial, mas rejeitado pelos falantes, para além de aspectos técnicos de natureza inter e intradialectal. Esse alfabeto deve distanciar-se do da LP, para garantir a autonomia;
- *instrumentalização*: logo após a escolha e oficialização, deve ser iniciado o processo de codificação da variedade seleccionada, dotando-a de um alfabeto, mas também de uma gramática e de um dicionário. Este último deve ter como base um léxico nacional, com absorção do maior número possível dos termos existentes e introdução das variantes não padronizadas quando eles não existam na padronizada (ob.cit: 172);
- *uso*: como forma de promover a LCV, sugere o seu uso pelo poder político em situações oficiais bastante formais, como sejam o Conselho de Ministros, por exemplo, ou mesmo os despachos na administração pública, legislação, etc., comunicação social, imprensa escrita, debates sobre a situação linguística, etc.
- *língua portuguesa*: adere à posição de que se trata de um património cultural cujo estatuto não deve ser diminuído em função do incremento do prestígio da LCV e que deve ser valorizado e preservado. Antes, a meta deve ser a construção do bilinguismo, com a definição que lhe é dada por Veiga, em que as duas línguas tenham o mesmo estatuto e em que a LP continuaria com as mesmas funções, ao lado da LCV, e passaria a ser usada em situações informais. Nesse quadro, sugere, de entre outros: o incentivo do uso da LP em situações informais; o seu ensino

com metodologias adequadas e professores formados; incremento da performance linguística dos professores como forma de travar a interferência; publicação de obras bilingues.

5.2.2. Os resultados da investigação e a construção de uma política linguística

Quanto ao *estatuto das línguas*: a constituição, para além de dar um nome à LCV – língua cabo-verdiana – foca a relação social entre as duas línguas em contacto, atribuindo-lhes um estatuto diferenciado (língua materna para a LCV e língua oficial para a LP). Na verdade, apesar de o preâmbulo do decreto-lei 67/98 se referir à língua cabo-verdiana como nacional e à portuguesa como de comunicação internacional, essa distribuição de funções não é explicitamente formulada em nenhum diploma legal. Os restantes dispositivos legais usam indistintamente outras designações: Crioulo, Crioulo de Cabo Verde, Caboverdiano.

Apesar da diferença estatutária, a Constituição defende a igualdade quanto à oficialidade, através da criação das condições necessárias no que toca à LCV. Consagra-se, assim, a grande opção política pelo bilinguismo, com manutenção da LCV e da LP, ambas com o estatuto de língua oficial. Esta opção é assumida pelos partidos com vocação de governo, o que está em sintonia com os resultados desta investigação, quer para os falantes jovens quer para os adultos (cf. secção Capítulo 2, 2.3.6.).

Destaque-se ainda que a LCV é objecto de um tratamento diferenciado já que, diferentemente da LP, ela está incluída entre os objectos de que o Estado se incumbe. De facto, de entre as tarefas gerais do Estado consagradas na Constituição da República está defender e preservar (da morte por qualquer processo), valorizar (elevação do estatuto) e incentivar o uso na comunicação escrita (não nas instancias oficiais, nem na comunicação social, nem no ensino).

Ao ordenar ao Estado a construção das condições ou requisitos para a oficialização da LCV, a Constituição abre caminho a uma planificação linguística, de intervenção, aberta, e de gestão democrática por imposição legal. Contudo, e embora os sucessivos programas dos governos da 1.^a República (1975 – 1990) e da segunda (desde 1991, data das primeiras eleições pluripartidárias) tenham reconhecido e referido a necessidade de valorizar a LCV, não se conhece nenhum estudo empírico ou mesmo

qualquer documento oficial que indique quais são as condições exigidas, um plano para as atingir e muito menos sobre as implicações sociais e financeiras da oficialização.

Ou seja, não existe, na esteira da Constituição ou da Resolução 48/2005, uma planificação linguística. Seja como for, dada a natureza social das línguas e a democrática do Estado, essas condições não poderão ser entendidas apenas como formais ou funcionais, mas também sociais, nomeadamente a aceitação (e não imposição) do que está envolvido como requisitos linguísticos básicos para que uma língua exerça com efectividade qualquer função social: a padronização/normalização e o seu desenvolvimento, envolvendo o estabelecimento de uma escrita, a codificação lexical e gramatical, a modernização do léxico e o estabelecimento de registos diferenciados.

Tendo isso em consideração, do confronto entre a legislação, as recomendações e os efeitos de umas e de outras, conclui-se que, na maior parte das áreas, se ficou pelo caminho das intenções, sendo que, para além de terem dado um nome à língua, valorizando-a, os esforços oficiais têm incidido quase que exclusivamente na escrita da LCV. Como resultado prático de todo esse investimento intelectual e financeiro, temos para a LCV, o ALUPEC, De registar que nunca foram designados os membros da Comissão Nacional para a Língua Cabo-Verdiana, instituída pelo B.O. nº 25 de Junho 89.

Um outro resultado prático, é a *reforma do ensino da LP*, com a adopção de metodologias próprias das línguas segundas, a produção de programas de ensino e de manuais com esse enquadramento, no quadro da reforma geral do ensino básico e secundário (que foi generalizada no ano lectivo 1994/1995, após uma cuidada experimentação), e na formação de professores desses níveis de ensino. Registe-se, por exemplo, que nunca foi atribuída verba no Orçamento do Estado para o funcionamento da Comissão Nacional de Cabo Verde junto do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

Ainda no que respeita ao ALUPEC, vale destacar, na linha dos investigadores cuja posição foi acima apresentada, que não se conhece nenhum instrumento de realização da sua divulgação ou alguma experimentação sistemática, pelo menos no território nacional, o que leva a admitir que esse uso foi assistemático (alguns, poucos, escritores e poetas, registo de tradições orais), tornando precária a avaliação da experimentação. Por outro lado, há a percepção de um sentimento bastante generalizado de rejeição do ALUPEC, ainda que por desconhecimento ou preconceito. Aliás, é o próprio Tomé

Varela, membro da equipa de padronização e um dos seus utilizadores mais sistemáticos, reconhece isso quando afirma, no prólogo da edição das Bases (2006:12): “facilmente se reconhece que falta ao ALUPEC a publicidade adequada e a promoção do seu uso, além de uma muito necessária campanha de sensibilização da sociedade cabo-verdiana, em geral, e dos professores, jornalistas e escritores, em particular, no sentido de todos conhecermos melhor esta proposta de alfabeto e de escrita”.

De certa forma, apesar de, como explicado, não ser objectivo desta investigação a avaliação do ALUPEC, os dados obtidos confirmam o que se acaba de dizer: recorde-se que a análise dos dados do questionário revelou que nenhum dos jovens se referiu ao uso desse alfabeto para escrever na LCV (cf. nº 3 da secção 3.1.3.5.4. do Capítulo 3) e que, entre os adultos, por um lado, não ocorre o uso generalizado desse alfabeto e, por outro, alguns dos falantes adultos revelaram espontaneamente a sua atitude desfavorável para com esse instrumento (cf. no capítulo 3, nº 11.2. da secção 3.2.3. e nº 4.2.1.3. da secção 3.2.4.5.).

Sem se entrar no mérito técnico da proposta, que escapa aos objectivos deste trabalho (e, para além de, como referido, o ALUPEC não ser um sistema de escrita: é apenas uma grafia), a nossa objecção radical resulta de a sua adopção não ter sido antecedida da padronização. Ao permitir que cada cabo-verdiano (residente ou na diáspora) escreva como fala (o seu idiolecto), o que, para além de instalar “o reino da barafunda”, como escreveu Carreira (1984), e não ser aceitável no ensino e no domínio oficial, se adoptada e usada sistematicamente, pode conduzir, em termos linguísticos, não ao controlo da variação e da descrioulização, mas à sua consolidação, de todo indesejável e contrariando *in vitro* o que parece estar a acontecer *in vivo*: uma aproximação entre as variedades (cf. nº 4.2.1.2. da secção 2.3.5.). Além disso, Agrava o risco dessa opção a percepção da descrioulização e, por essa via, a ameaça efectiva de morte da LCV, mormente quando as mudanças linguísticas (nas línguas) não são de todo previsíveis.

De resto, e como se verificou, há várias referências à elaboração de um dicionário e de uma gramática e é relativamente extensa a produção científica para a descrição da LCV, quer por nacionais (no território e na diáspora) quer por estrangeiros, sob a forma de artigos, dissertações e teses em universidades portuguesas e brasileiras. Contudo, não se conhece nenhum projecto científico com apoio oficial para o efeito, do tipo do que foi realizado para a História de Cabo Verde, e muito menos de desenvolvimento lexical e estilístico, o que inviabiliza o ensino da LCV (com excepção do ensino superior, com

um ensino de carácter investigativo, como sugere Veiga). A existência de projectos destinados à descrição sistemática da LCV seria um factor em prol da sua manutenção. Esta questão da padronização/normalização e da oficialização será retomada mais abaixo.

No domínio do ensino/formação, e segundo informações orais recolhidas junto de técnicos da actual DGAAE, o projecto de alfabetização bilingue durou apenas dois anos, tendo sido cancelado devido à falta de materiais de ensino (dicionário e gramática), embora tenha sido produzido um manual; mas foi posta em causa a legitimidade do já feito, já que a LCV não era oficial. No âmbito do seu plano curricular, está previsto um módulo de formação a distância, via rádio, de vinte horas – Língua e Cultura Cabo-Verdiana – cuja finalidade é a sensibilização e divulgação do ALUPEC.

Também o actual Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), no seguimento do que já acontecia no extinto ISE (que desde 1979 tinha a disciplina de Linguística Cabo-Verdiana no plano de estudos do curso de Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses), alargou a introdução da LCV como matéria de ensino, e a título instrumental, nos cursos de formação de professores de francês e de inglês. O Instituto Pedagógico (IP) também introduziu a disciplina no plano de estudos dos professores do ensino básico. Contudo, não foi reservada uma quota de bolsas para a formação na área da linguística, apesar de esta ser uma das áreas mais bem cotadas nos critérios de atribuição de bolsas de estudo do governo.

Nos ensinos básicos e secundários, e como se verificou, a LP é objecto e meio de ensino, não sendo relevante a consideração da LCV nesse contexto. Enquanto, por imperativos constitucionais e técnicos, não for instituído um ensino bilingue (uso das duas línguas como meio de ensino) no modelo que um estudo credenciado mostrar ser o mais adequado, a proposta que se faz é de usar a LCV nas aulas de LP como instrumento de co-construção do conhecimento em L2 (cf. capítulo 3, nº 7.4. da secção 3.2.3.).

No domínio da *investigação*, foi criado o Centro de Língua Cabo-Verdiana no ISE, mas essa instituição não levou a cabo nenhuma acção digna de destaque e, ao que parece, encontra-se inactiva; a Direcção de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) do IIPC não prevê, no seu plano de acção, um programa sistemático de investigação linguística. No âmbito desse plano, Centro de Língua Cabo-Verdiana organizou, em Dezembro de 2008, uma Mesa-redonda para avaliar a funcionalidade do ALUPEC, o que permitiu ao Governo instituí-lo como alfabeto cabo-verdiano. No ano de 2009,

levou a cabo uma campanha para a sua divulgação através da rádio e televisão; para além disso, acompanha a experiência de ensino bilingue português - cabo-verdiano, em Portugal, e tem organizado palestras em várias escolas secundárias, participado em programas de rádio e televisão, a maior parte delas através do próprio Ministro, na sua qualidade de linguista. Ademais fornece informações relevantes a estudantes (do secundário e universitários) e a pesquisadores (nacionais e estrangeiros).

No domínio dos *incentivos sociais*, foi instituído o Prémio Pedro Cardoso para distinguir obras literárias de qualidade, escritas em língua cabo-verdiana, com verba inscrita no Orçamento do Ministério da Cultura, o qual foi atribuído, pela primeira vez em 2009. Também têm sido atribuídos apoios esporádicos a trabalhos de investigação que envolvam a LCV¹⁴.

De destacar o relevante trabalho de documentação da língua que tem vindo a ser realizada sobretudo por Tomé Varela, no âmbito da recolha de produções do património oral e da literatura popular, desde a primeira Direcção Geral da Cultura até aos dias de hoje, no actual Departamento de Ciências Sociais e Humanas do IIPC. Tem sido usado quer o alfabeto fonológico quer o ALUPEC. Essas recolhas, para além de serem uma base de dados importante para a descrição dos diferentes dialectos, poderão certamente oferecer contributos importantes para a escrita, por exemplo no domínio da segmentação das palavras, tal como salienta Dulce Duarte (1998:201).

No que respeita à *oficialização*: antes de mais, este termo, bem como os de *padronização/normalização* não são, muitas vezes, distinguidos na documentação em análise, assim como são usados termos cujo conteúdo não é explicitado, como acontece com “valorizar/valorização” e “promover/promoção”. No contexto, percebe-se que “valorizar” é entendido como aumentar o prestígio pelo incremento do estatuto e “promover”, como divulgar o valor intrínseco da língua e criar um ambiente social favorável à sua valorização.

No nosso trabalho, estes termos, tal como discutido no Capítulo 1, são assim entendidos: *padronização/normalização* consiste na selecção de uma das variedades (geográficas e/ou sociais) faladas na comunidade, tomada como modelo ou ideal linguístico; *oficialização* corresponde à escolha de uma variedade e/ou língua para as diversas actividades oficiais como a legislativa, executiva e judicial, entre outras, enquadrando-se portanto (assim como a *valorização*) na fase de “selecção”, o tópico 1.,

¹⁴ Para este trabalho, por exemplo, foi atribuído um apoio monetário para aplicação dos questionários aos alunos do ensino secundário.

do modelo sociolinguístico de planificação linguística de Haugen (cf. Capítulo 1, **1.2**); a *codificação* é entendida como o estabelecimento das normas que regulam o que é correcto e, portanto, correspondem ao tópico 2. daquele modelo; a *promoção* seria enquadrada no tópico 3. do referido modelo, “Aplicação”. Poucas e frágeis são as referências ao desenvolvimento lexical (apenas Delgado refere esse aspecto) e não é feita qualquer referência ao desenvolvimento estilístico (correspondente ao tópico 4, na descrição do modelo de Haugen, “Modernização”).

Sendo pacífica, de acordo com os resultados da análise do questionário e das entrevistas e ainda da documentação, a manutenção da LP como língua oficial e a oficialização da LCV, ganha relevância a questão subjacente da padronização/normalização. Ou seja, a escolha da variedade padrão, questão que já não é assim tão pacífica tanto para os jovens como para os adultos (cf. capítulo 3, 3.1.5.7.4. e ainda n.ºs 4.1., 4.1.1. e 4.1.2. da secção 3.2.5.), e a codificação da variedade escolhida, tendo em vista o seu uso oficial, no modo escrito, mas também oralmente, nos registos mais formais, e como meio e objecto de ensino, o que implica o desenvolvimento lexical e estilístico.

Na verdade, chegou-se à data de uma nova revisão ordinária da Constituição (2010), para a qual são exigidos quatro quintos dos deputados em efectividade de funções, e os partidos políticos com assento parlamentar e vocação de governo não se entenderam quanto à oficialização da LCV.

Por tudo isso, não é possível concordar com Monteiro Lima (2007), quando este afirma que o processo de oficialização está na fase de construção e difusão. De acordo com os resultados apurados na nossa pesquisa, a fase presente é ainda a de “selecção”, ou melhor, de descoberta dos factos (*fact-finding*), com uma incursão na codificação (alfabeto), sem que tenha havido um processo de “aplicação (correção e avaliação)” muito ortodoxo.

A questão da escolha de uma variedade para ser codificada é uma questão crucial, que não pode ser escamoteada e que deve ser colocada frontal e claramente à nação cabo-verdiana. As línguas são, essencialmente, fenómenos sociais e, portanto, susceptíveis de desencadear conflitos, sendo que o importante é colocar todos os riscos em discussão, inclusive o de morte da LCV via descrioulização, para que eles sejam equacionados e sejam tomadas opções informadas e conscientes, assim como medidas adequadas. A sociedade cabo-verdiana já deu provas suficientes de maturidade e

capacidade para enfrentar e resolver os seus problemas e conflitos. Não existem razões para duvidar disso.

Com efeito, se do ponto de vista linguístico, todas as variedades têm o mesmo valor e, portanto, qualquer uma pode ser adoptada como padrão, a verdade é que a escolha de uma delas tem de trazer vantagens sociais evidentes (Lyons, 1987; Fromkin, 1993; Móia, 1995), incluindo vantagens de ordem política (como seja facilitar a união das pessoas, relevando o que as une e não o que as separa); de ordem prática, permitindo encontrar uma forma para a escrita, visando fins específicos (ensino como língua materna (ou segunda), redacção de textos oficiais, difusão nos meios de comunicação, ...); de ordem científica, estabelecendo-se uma base da descrição linguística (gramáticas, dicionários, ...) e desenvolvendo-se o tratamento computacional (produção de correctores informáticos e simulação e reconhecimento da fala humana).

Nesse contexto, os resultados de análise das entrevistas e do questionário, parecem mostrar ser mais adequado, do ponto de vista social, não optar por qualquer dos dialectos em particular. Em conformidade com esses resultados, a posição mais adequada parece ser, adaptando às circunstâncias o mecanismo de mudança deliberada apontado por Thomason (2001), promover, seguindo Calvet (1996:49) e Ferguson (1971), a unificação dialectal, forjando outra variedade, uma espécie de “espaço comum” (Calvet, op. cit.) dos diferentes dialectos. Tal desiderato implica, a par de outras descrições, um estudo quantitativo de tipo laboviano, a partir de dados de *corpora* dos vários dialectos, o que permitiria descrever “a LCV” e formular regras gramaticais variáveis (cf. capítulo 4, 4.2.1.) e assim encontrar o referido “espaço comum”. Só desse modo, tal como sugere Veiga (1995:29), seria respeitado “tudo o que é pertinente, do ponto de vista linguístico, e representativo, do ponto de vista sócio-cultural, possa ser respeitado.”

Sublinhe-se, nesse contexto, a posição de um dos entrevistados de considerar a possibilidade de uma língua literária que se situaria entre as duas variedades regionais, ainda que sem a queda das vogais átonas que ocorre na variedade de barlavento (cf. capítulo 3, 3.2.4.4.1.).

Na verdade, e no que respeita à maior adaptação da variedade de Santiago para a poesia, em razão do vocalismo de Barlavento, não se crê que haja razões para duvidar da probidade intelectual e capacidade técnico-literária de Baltazar Lopes da Silva, mormente quando esta é também a opinião do Dr. Arnaldo França (o crítico literário

mais reputado do país), conforme ele próprio nos revelou e explicou detalhadamente em conversa informal.

A nossa posição é que este é um dos aspectos bem relevantes a ter em conta na construção do padrão cabo-verdiano.

Não encontramos sustentação, portanto, para a escolha do dialecto de Santiago nem para a dos dialectos de Santiago e S. Vicente conjuntamente, nem para a de qualquer outra, por razões linguísticas mas também por razões sociais, além de que não será muito difícil construir argumentos sociais vantajosos para qualquer dos dialectos. Por que não o dialecto da Brava, por ter menos falantes e portanto, de certo modo, ser o dialecto de “ninguém”, ficando afastado, assim, o receio de uma imposição hegemónica? Com efeito, é evidente a fragilidade dos critérios que têm sido apontados: i) *histórico*: é apenas uma hipótese plausível, não confirmada; ii) *linguísticos*: a generalização não é fiável, tendo em conta que as outras variedades ainda não foram (suficientemente) descritas; ademais, não é feita qualquer referência ao dialecto do Sal. Em qual dos dialectos, os cabo-verdianos dessa ilha se revêm? Ou será que, por se tratar de um dialecto recente, quiçá ainda em formação (ou em mudança), com o contributo de falantes de todas as ilhas, todos os dialectos se revêm nela? iii) *demográfico*: é o mais objectivo e de fácil verificação, mas também o mais problemático do ponto de vista social, pois a opinião generalizada é de que se trataria de um mecanismo para a imposição hegemónica desse dialecto; iv) *socioculturais*: bastante discutíveis, pois mesmo admitindo que numericamente se destaque a variedade Santiago, pode ser apenas uma questão conjuntural; ademais, a produção literária, se bem entendendo, não valerá pelo número, e nem sequer pelo facto de ser em LCV, por comprometimento nacionalista. O que vale é a qualidade estético-literária e, desse ponto de vista, é difícil não só fixar critérios como identificar as instâncias legítimas de avaliação, mormente quando não se conhece uma actividade sistemática de crítica literária no país, e muito menos para aquela produzida em LCV. Quanto ao peso das tradições orais, a questão é idêntica: para além do critério *origem* parecer um contra-senso, pode facilmente ganhar um certo pendor racista, pois qualquer manifestação cultural tem um peso absoluto para a comunidade de que emana e não relativo ao número de usuários. Quer isso dizer que o *Kolá San Jon* pode ter tanto significado em S. Vicente como tem o batuque em Santiago, independentemente do número dos usuários ser maior ou menor.

Quanto à estratégia de unificação da língua em três frentes, com o ensino das duas variedades (ou os dialectos proeminentes de S. Vicente e de Santiago), é o seu próprio

proponente que duvida da sua eficácia. Veiga reconhece que existe uma forte possibilidade de autonomização das duas variedades, possibilidade essa que parece ser bastante alta se se tiver em conta o resultado de análise do questionário que evidencia que a atitude primeira dos jovens é escolher usar o próprio dialecto para a interacção quer com falantes da própria região como para os da outra (cf. capítulo 3, nº 4.1. da secção 3.2.5.).

Naturalmente que, do ponto de vista linguístico, sempre será preferível mais uma língua do que a morte de outra, mas esse resultado não é desejável do ponto de vista social e político e é o que essa proposta e o seu instrumento, o ALUPEC, podem originar, contrariando o que parece estar a acontecer *in vivo*, como acima referido.

Ademais, há que ter em conta que, se a linguística é descritiva, o ensino de uma língua tende a ser normativo, devendo fundar-se num claro conceito de norma, de correcção e de adequação, o que implica a adopção de uma variedade codificada, mormente num contexto em que a outra língua em contacto, disponível para todas as funções sociais e para a escrita, é altamente padronizada e codificada.

A esse propósito, destaque-se que, segundo Fasold (2004), no exercício da função educacional, a importância dos requisitos necessários aumenta à medida que se progride nos níveis de ensino e que ensinar uma língua não padronizada ao lado de outras altamente padronizadas como sejam o português, o francês ou o inglês pode ter efeitos contrários ao esperado, mormente quando os resultados apontam para uma desvalorização estrutural da LCV por parte dos jovens (cf. nº 1 da secção 3.2.5 do capítulo 3).

Tal não significa, contudo, o exercício da função discriminatória que a linguagem pode assumir, com base na valorização social ou estigmatização dos falantes (alunos) em função das suas variedades (ou línguas) maternas. Com efeito, se a variedade linguística utilizada pela criança e que, para ela, é factor de identificação, for estigmatizada pela escola, “instaura-se um conflito entre os valores simbólicos que a instituição pretende inculcar, e os que o aluno tem para partilhar com os demais membros da sua própria comunidade e que o identificam com seus pares.” (Labov, 1964, *apud* Camacho, 2004:72).

Por isso, há que aceitar e praticar no ensino o postulado da Sociolinguística de que a variação é constitutiva das línguas, e que as variantes não são mais do que formas alternativas de dizer a mesma coisa, pelo que a variedade padrão não é a língua, um modelo universal; é apenas a variedade seleccionada para o uso em situações formais e

que a capacidade de seleccionar uma determinada variedade, em função das circunstâncias, é um atributo fundamental da competência comunicativa dos falantes.

É esse processo que supõe a produção de instrumentos de normalização linguística, ou seja, de materiais que descrevem a estrutura e o léxico da língua e fixam os seus modelos e as suas regras de escrita; estão nesse caso gramáticas pedagógicas, dicionários, tratados de ortografia, prontuários ortográficos, manuais de ensino da língua, elaboração e actualização permanente de terminologias científicas e técnicas.

Ora, os trabalhos descritivos/explicativos (gramáticas científicas, se se quiser) existentes sobre a língua cabo-verdiana, para além de serem em reduzido número, são demasiado restritivos, não só do ponto de vista das teorias que as suportam, como dos fenómenos linguísticos que abarcam. Pelo contrário, o ensino de uma língua¹⁵ obriga a recorrer a teorias e descrições diversificadas para a compreensão dos fenómenos a ensinar, que abarcam todos os domínios linguísticos e o uso da língua em diferentes contextos e para diferentes objectivos comunicacionais, no modo oral e na escrita. Para além disso, não pode haver a transposição directa das gramáticas científicas para a aula de língua, nem existe uma relação unidireccional entre as gramáticas científicas e as pedagógicas (a Linguística e o ensino de línguas, embora afins, têm objectivos distintos).

Por isso, a nossa discordância face a Veiga, quando afirma que os professores de português podem, com uma ligeira formação em linguística cabo-verdiana, ser reciclados como professores de língua cabo-verdiana. Com efeito, não basta ser nativo competente de numa língua para que se seja competente para a ensinar, sendo que de entre os saberes e competências de um professor de línguas estão a proficiência na língua, sim, mas também o conhecimento científico sobre a língua e a competência metodológica (conhecimento sobre modelos e estratégias de aprendizagem e modelos e estratégias de ensino, geral e de línguas, especificamente). Ora, esses professores, na sua formação, desenvolveram saberes e competências de natureza linguística sobre a língua portuguesa e, na área metodológica, para o ensino de línguas estrangeiras ou segundas e não é um estágio de curta duração que vai reverter isso, capacitando-os como professores da língua materna. Outrossim, não serão eles os que darão mais garantia de controlo da interferência

¹⁵ Não sendo o foco desta investigação o ensino de línguas, não buscámos conhecer detalhadamente as experiências de ensino bilingue inglês-cabo-verdiano, nos EUA e português cabo-verdiano em Portugal. Naturalmente que elas terão de ser consideradas para o estabelecimento de um sistema de ensino bilingue em Cabo Verde.

Ademais, vale a opção individual, o direito de escolha: com certeza que há professores de língua portuguesa (e de outras línguas) que gostariam de ser (ou ter sido) professores de LCV, mas há que ter em conta que certamente a maioria terá escolhido ser professor de LP como outros escolheram ser de francês ou inglês e outros certamente escolherão ser de LCV. Não se pode partir do princípio de que eles seriam reciclados para ser professores de LCV, até porque professores de LP continuarão a ser precisos.

Contudo, e na sequência dos resultados de análise do questionário e das entrevistas, ficou evidente (cf. nº 6 da secção 3.2.5. do capítulo 3) a pertinência da construção de um bilinguismo social efectivo, sendo um bilinguismo absoluto (equilinguismo, bilinguismo equilibrado), como sugerido por Veiga, teoricamente utópico.

Para atingir esse objectivo há que considerar, avaliar e integrar as propostas e recomendações feitas pelos diferentes agentes e entidades, na concepção e concretização de uma política/planificação linguística nacional, que seria consensualizada na sociedade. Os aspectos principais apontados no esquema de planificação de Haugen deveriam ser considerados, bem como estudos para a definição de um modelo de ensino bilingue. Deveriam ser desenvolvidas acções no ambiente linguístico e legislação linguística, que explicitem princípios e objectivos, determinem estratégias e acções com metas calendarizadas e que avaliem custos; essas acções teriam duas vertentes: LCV e LP. No quadro dessa concepção, a LCV deve ser objecto de “um tratamento linguístico compensador que permita restabelecer o equilíbrio” (cf. n.º 2 do artigo 2.º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos).

Isso significa que os obstáculos acima apontados não devem pôr em causa a opção fundamental de serem promovidas, o mais rapidamente possível, as medidas necessárias para o desenvolvimento, da língua cabo-verdiana, como sejam: a opção por um padrão, o seu equipamento (codificação, um sistema de escrita e enriquecimento lexical) e instrumentalização (instrumentos da padronização). Só assim ela poderá preencher todos os requisitos necessários ao exercício efectivo das funções sociais, incluindo a introdução no meio linguístico e o uso oficial e como meio de ensino. Com efeito, quanto mais rapidamente se iniciar o processo, mais depressa serão equacionadas e apreciadas as alternativas, vencidas as dificuldades e promovida a aceitação das opções.

Nesse contexto, há que avaliar as diferentes propostas de instituições de gestão da política/planificação linguística e criar uma, independente do poder político, com

capacidade técnica para fazer a este propostas bem fundamentadas tecnicamente e o mais consensualizadas possível, socialmente. Essa política/planificação deveria ser integrada por uma equipa multidisciplinar formada por linguistas de várias especialidades (linguística geral e descritiva da LP e da LCV, sociolinguística, psicolinguística, crioulista, linguística aplicada e didáctica das línguas), por psicólogos, sociólogos, pedagogos, professores de línguas com competência reconhecida e muita experiência, e profissionais de marketing. A este grupo de especialistas caberia a missão primeira de equacionar os problemas e de propor uma planificação linguística como referida acima.

Tendo em consideração que as políticas linguísticas são inseparáveis do social, o mais relevante parece ser que não se trabalhou com eficácia a mudança de atitudes face à LCV, já que persistem resquícios de uma atitude negativa para com essa língua mesmo na geração pós independência (cf. capítulo 3, secções 3.1.5.7.1. e 3.1.5.7.3.). Além disso, têm sido criados mitos que são divulgados sem fundamentação, como por exemplo, o de que os jovens/alunos não gostam da LP e o de que as atitudes da elite política, cultural e económica constituem um óbice ao desenvolvimento da LCV, não se cuidando de criar um ambiente favorável a essa língua, na sociedade civil de um modo geral, mas também quer entre os políticos quer entre os líderes sociais.

Em nosso entender, as atitudes de resistência às medidas respeitantes à codificação ou desenvolvimento da LCV resultam da confusão de se tomar posições pessoais ou recomendações não muito consolidadas tecnicamente nem consensualizadas como posições do Estado. É o caso, por exemplo, da recomendação do Colóquio do Mindelo sobre a adopção do dialecto de Santiago como padrão, a que se reagiu mal de um modo geral e que redundou na atitude de rejeição do ALUPEC, tido como um alfabeto para esse dialecto e, consequentemente, um mecanismo para o impor, de modo indirecto.

A implicação mais evidente do que se acaba de dizer é, como referido acima, os maiores partidos políticos não se terem entendido quanto à oficialização da LCV na actual revisão constitucional: o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) defende a oficialização imediata e o Movimento para a Democracia (MPD), a criação de condições que permitam essa oficialização, em igualdade de circunstâncias com a LP. A sociedade não conhece claramente os argumentos de um e de outro, mesmo porque nem esses partidos nem a comunicação social promoveram audiências

ou debates plurais sobre a questão, o que ficou evidente na qualidade do debate parlamentar sobre a matéria.

Estando esses dois partidos de acordo sobre o fundamental, a opção por um bilinguismo social efectivo de LCV e LP, em igualdade de circunstâncias, e com razão, embora elaborando de pontos de vista diferentes, não será difícil uma solução de compromisso, uma espécie de Bases para o Bilinguismo, que sustentaria a oficialização (imediata) da LCV.

Com efeito, as línguas não são meros instrumentos de comunicação. Elas têm também um valor simbólico. A oficialização imediata da LCV não teria efeitos práticos imediatos (escrita, uso oficial na escrita e ensino) por lhe faltarem os requisitos fundamentais, mas teria um valor simbólico de alto significado, reforçando a identidade nacional. Ademais, teria o efeito social imediato de restaurar a igualdade entre as línguas, favorecendo as atitudes positivas face à LCV e gerando um ambiente social favorável à apresentação/discussão/avaliação de todas as posições. Favoreceria também a tomada de decisões que se impõem, mormente no âmbito da padronização/normalização, servindo ainda como acelerador da criação de outros requisitos, como sejam a codificação e o desenvolvimento da língua.

Na verdade, ao se constranger os cidadãos a usar a língua oral nas situações oficiais e formais de um modo geral¹⁶, favorecer-se-ia alguns aspectos do seu desenvolvimento, como sejam a criação de palavras e/ou empréstimos lexicais de nível formal e técnico (neologia espontânea) e o desenvolvimento de registos ou estilos mais formais, assim como a aprendizagem social, de escolha livre, entre as duas línguas, no quadro de uma democracia cultural, os quais constituiriam subsídios para uma acção *in vitro*.

Num Estado de direito e democrático, defensor e respeitador dos direitos humanos, como é o caso da República de Cabo Verde, esta seria uma posição mais consentânea com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem o patrocínio da UNESCO, e de entre os quais se destaca:

¹⁶ Perfilhamos a posição do constitucionalista luso-cabo-verdiano Waldimir Brito, tido no meio político como “o pai” da Constituição de 1992, que no jornal “A Semana” de 4 de Dezembro de 2009, comentando a divergência de posições dos dois partidos quanto a esta matéria, opina que “enquanto não houver uma normalização, a língua escrita e de difusão deve ser o português, mas sem deixar de lado o crioulo, até para estimularmos os cientistas da língua a criar essa normalização.” E mais, que se podia optar por oficializar o crioulo, adoptando uma excepção cautelar dizendo que, até que a sua normalização esteja concluída, ele seria a língua de relacionamento oral entre o Estado e os cidadãos (administração pública, hospitais, tribunais, etc.), e o português seria a língua da escrita.

Artigo 3.º: 1. Esta Declaração considera como direitos individuais inalienáveis que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes: [...] o direito ao uso da língua em privado e em público [...]; 2. Esta Declaração considera que os direitos colectivos dos grupos linguísticos podem incluir ainda [...]: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconómicas.

Artigo 9.º: Todas as comunidades linguísticas têm o direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.

Artigo 12.º: 1. No domínio público, todos têm o direito de desenvolver todas as actividades na sua língua, se for a língua própria do território onde residem.

Artigo 13.º: 2. Todos têm direito a serem políglotas e a saberem e usarem a língua mais apropriada ao seu desenvolvimento pessoal ou à sua mobilidade social, sem prejuízo das garantias previstas nesta Declaração para o uso público da língua própria do território.

Em suma: apesar dos resultados que demandam uma política linguística consistente, dirigida às duas línguas, é evidente um défice na política linguística para ambas as línguas. Tal manifesta-se sobretudo na exiguidade da legislação linguística e no fraco apoio institucional, mormente quando para nenhuma das línguas existe uma instância de gestão com poder evidente, assim como não existe nenhum projecto de descrição exhaustiva, de codificação e de desenvolvimento da LCV e um estudo de fundo e credenciado sobre o modelo que o ensino bilingue (uso das duas línguas como meio de ensino) deve assumir, apesar de estar em curso uma reforma curricular. Contudo, nada obsta que se institucionalize, de imediato, o uso da língua materna no contexto das aulas de LP como instrumento de co-construção do conhecimento em L2.

As medidas de destaque na política linguística cabo-verdiana são poucas, como já referido acima. Relativamente à LP, a reforma do ensino, em que foi adoptada uma abordagem como L2, o que a análise revelou pertinente, já que efectivamente ela é aprendida formalmente e com baixo contacto no ambiente linguístico; quanto à LCV, não fosse a sua consagração como língua materna e a atribuição de um nome na Constituição, a par da adopção de um alfabeto para a sua escrita, dir-se-ia que ela tem sido tolerada, nem proscrita nem promovida.

Contudo, a adopção de uma grafia para a LCV, nos termos em que a foi, parece não ter sido a melhor opção tanto do ponto de vista social como linguístico. Por isso, referimo-nos às acções que se impõem para o seu desenvolvimento para que ela possa exercer em pleno as funções sociais, destacando-se, como a mais crucial, a padronização, promovendo, como norma-padrão, para a escrita e para o ensino, uma variedade que seja uma espécie de “espaço comum” de todas elas.

Entretanto, poderia ser concretizada a sua promoção estatutária, já que a elevação da sua posição na relação diglósica diminuiria a sua fragilidade e conferir-lhe-ia o poder necessário, à partida, para que seja aceite o seu uso em todos os domínios sociais e, conjuntamente com a LP, o exercício de todas as funções sociais, incluindo a escrita. Essa promoção passaria pela elevação do seu estatuto *de jure*, pelo seu uso efectivo nas situações mais formais, sobretudo as oficiais e ainda pela sua explícita adopção no sistema de ensino com a função de apoio do processo de ensino-aprendizagem até que estudos realizados para o efeito digam qual o modelo de ensino bilingue mais adequado ao contexto.

Certamente que as medidas acima enunciadas também propiciariam o desenvolvimento de registos adequados a contextos diferentes e, certamente, teriam efeitos na atitude dos seus falantes para com a sua própria língua (sua valorização estrutural, estatutária e funcional) e no modo como percebem os seus falantes. Terei também consequências positivas na desmistificação da língua materna como interferindo negativamente no desenvolvimento cognitivo e como a responsável por todos os erros e desvios na língua segunda. O uso da LCV nas situações formais, mormente na comunicação social, deve ser acompanhado, para observação da correcção e qualidade da linguagem usada, no sentido de se evitar, por um lado, a difusão/adopção de uma variedade descuiolizada e, por outro, os efeitos negativos nas atitudes dos falantes provocados pelo uso de um registo a considerar a LCV inapta para os usos mais formais).

Relativamente à LP, a orientação da política linguística visaria o seu domínio extensivo, via a instrução formal, e a desconstrução da suposta obrigação social do seu uso em situações formais. Tal postura teria como consequência a construção de uma atitude favorável à LP, como língua disponível ao lado da LCV, para uso opcional dos falantes, nas situações mais íntimas e informais, sem imposições sociais. Por sua vez, isso criaria uma relação mais natural com essa língua, menos marcada por uma atitude de coerção perante a norma padrão europeia e de intolerância linguística generalizada.

Sem pretender esboçar, neste trabalho, uma política/planificação linguística a elaborar, também se apresenta algumas das linhas de força reputadas importantes para essa língua:

- *investigação*: realização de estudos sobre a variedade cabo-verdiana da LP, visando a definição de uma norma e a elucidação de quais os fenómenos que são devidos à variação inerente e quais os que decorrem do contacto com a LCV, através do mecanismo de interferência sintáctica, questões cruciais para o processo de ensino/aprendizagem. Assim, mostra-se indispensável fazerem-se recolhas extensivas do português falado em Cabo Verde, utilizando metodologias de inquérito conformes à Sociolinguística laboviana, permitindo assim realizar estudos quantitativos. Esses *corpora* permitirão ter acesso às variedades internas do PCV, desenvolver projectos de investigação e promover a elaboração de teses de Mestrado e de Doutoramento de modo a que, dentro de alguns anos, seja possível dispor de estudos suficientes sobre esta variedade do português. Actualmente, vários investigadores se interessam pela comparação entre variedades do português, faladas em diferentes zonas do globo, como LM ou L2. Assim, o conhecimento sobre o português cabo-verdiano, ainda hoje muito lacunar, será um contributo essencial para essa linha de investigação, que inclui pesquisadores de vários países de língua oficial portuguesa, acreditando-se que esse contributo implicará que também investigadores de Cabo Verde passem a colaborar nessa rede de pesquisa internacional. Por outro lado, esse conhecimento será de vital importância para que a comunidade científica possa contribuir para a definição de políticas linguísticas adequadas à sociedade cabo-verdiana.
- *ensino*: i) criação de uma estrutura de apoio e de acompanhamento linguístico e didáctico dos professores; ii) acções de melhoria da proficiência dos professores, mediante a sua imersão periódica em contextos onde a LP é língua materna ou usada no quotidiano com mais intensidade; iii) institucionalização da formação contínua dos professores, consistindo na actualização linguística e metodológica (estratégias de ensino e de aprendizagem); iv) institucionalização de um sistema de avaliação da aprendizagem mais adequada – com destaque para a avaliação formativa ou formadora, como capacidade de auto-avaliação a desenvolver no próprio aluno, como instrumento para ele pilotar a sua própria aprendizagem e ganhar autonomia – e com a explicitação dos critérios e definição dos níveis de

proficiência para cada ano e para cada uma das competências (falar, ler e escrever), com respeito pela condição de L2 da LCV;

- *uso*: criação, em concertação com os órgãos de comunicação social, de um Observatório/Gabinete para observação da correcção e qualidade da linguagem usada na comunicação social e proposição de acções para a sua resolução;
- *afirmação internacional*: acções que contribuam para a afirmação da LP como língua de comunicação internacional;
- *gestão*: afectação de recursos para o funcionamento da Comissão Nacional prevista no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

De acordo com a literatura (Garmadi, 1983; Appel e Muysken, 1987; Calvet, 1996; Fasold, 2004), os resultados a que se chegou quanto às atitudes dos falantes, sobretudo dos adultos, tanto relativamente à distribuição social das línguas como ao seu significado social, parecem ser factores favoráveis à aceitação de uma política linguística direccionada à construção de um bilinguismo horizontal. Tendo isso em conta, os factores de insucesso só estão do lado da LCV e podem ser técnicos, como foi a precipitação no estabelecimento de uma grafia (sem que se tivesse realizado a padronização e sem suficiente socialização e aceitação da proposta) e seria também a imposição pelo Estado de uma das variedades como padrão.

Nesse contexto, a explicação da política a adoptar em confronto com os custos linguísticos e sociais de uma política de não-intervenção bem como da correlação entre as vantagens e os custos financeiros do desenvolvimento da LCV e da sua oficialização serão, certamente, factores de sucesso.

5.3. Principais contributos do estudo, limitações e sugestões para investigações futuras

Este trabalho foi, necessariamente, de carácter exploratório por ser o primeiro em que a situação linguística de Cabo Verde é abordada numa base científica, já que mesmo os trabalhos que abordam a LCV de uma perspectiva sociolinguística não o fazem a partir de dados recolhidos e tratados por meios cientificamente testados. Dessa circunstância releva a importância das conclusões a que se chegou, ainda que algumas delas confirmem a intuição dos linguistas ou filólogos cujos trabalhos foram analisados no início deste capítulo. Contudo, e também devido às limitações que a natureza deste trabalho impõe, não foi possível focalizar aspectos específicos, apesar da quantidade de

dados analisados e que resultam da extensão do questionário. Esses dados, apresentados sob a forma de gráficos, são uma fonte de informação com vertentes ainda a explorar, sendo a sua descrição complexa, o que explica em parte a extensão da mesma no Capítulo 3. É nossa intenção retomar quer a análise feita e sintetizá-la, para divulgação, quer explorar os aspectos que por ora ficaram de lado, nomeadamente linguísticos.

A incursão que foi feita na identificação das características de uma variedade cabo-verdiana do português, pela metodologia utilizada (mormente o número de falantes, o número de dados e de fenómenos analisados) não permite generalizações. Contudo, esta investigação permitiu o conhecimento profundo de uma situação de contacto, no caso um crioulo e a sua língua lexificadora, através da elucidação das atitudes e do padrão de comportamento que os usuários mantêm face às duas línguas, fornecendo uma base para as decisões de política linguística que se impõe nesse contexto.

Assim, este estudo de caso pode ele próprio ser tido em conta para estudos da área, mormente quando alguns aspectos parecem ser atípicos, como, por exemplo, a aceitação da língua da ex-potência colonial como factor de identidade e a resolução do conflito linguístico com manutenção das duas línguas com igualdade de estatuto e de uso.

Ademais, os instrumentos de análise usados, em particular a tipologia de atitudes e a configuração de domínios e ainda a escala de expansão das línguas, podem ser reutilizados e aperfeiçoados para pesquisas futuras.

Como resultado do que fica dito, algumas das conclusões devem ser aprofundados através de pesquisas mais direccionadas e focalizadas em aspectos específicos que este trabalho revelou serem pertinentes.

Desde logo, com base num inquérito linguístico de amplitude nacional a realizar e, quiçá, usando um modelo informático do tipo proposto por Calvet (1996:36) poder-se-ia aprofundar aspectos da situação de contacto que pudessem contribuir para o desenvolvimento da vitalidade da LCV.

Nessa mesma linha de ideias, estudos descritivos dessa língua, de todos os seus dialectos e em todas as dimensões linguísticas (fonologia, fonética, morfologia, sintaxe e semântica/pragmática, assim como a dimensão discursiva-textual) serviriam de base de trabalho para a sua codificação e desenvolvimento. Por outro lado, contribuiriam para se ter clareza sobre a efectividade e a dimensão da descrioulização, o que também daria conta da capacidade da LCV para reagir à pressão do contacto, pelo modo como

procede à integração dos traços de empréstimo e de interferência, já que essa pode ser uma ameaça efectiva à sobrevivência da LCV.

Relativamente à língua portuguesa, seria necessário desenvolver uma pesquisa alargada sobre a eficácia do ensino dessa língua em Cabo Verde, para identificação dos pontos de estrangulamento e da eficácia das metodologias utilizadas, já que a causa do tão propalado insucesso escolar não pode ser atribuído nem à atitude dos aprendentes nem à abordagem de ensino oficialmente adoptada.

Ademais, e como referido, deve ser realizado um estudo abrangente e sistematizado sobre as características da LCV, que permita pôr hipóteses viáveis sobre o que será a norma culta em Cabo Verde, assim como detectar fenómenos de variação e de mudanças linguísticas em curso.

1. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Norma e CARNEIRO, Zenaide. O sujeito. OLIVEIRA, Klebson e LOBO, Tânia (org). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA. pp. 70-89.2009.
- ALMEIDA, Sandra E.A. A variável saliência fônica e sua atuação no processo variável da concordância verbal na fala pessoense. HORA, Dermeval da (org) *Estudos Sociolinguísticos. O Perfil de uma Comunidade*. João Pessoa. UFPB/BCP. pp 235-245. 2004
- AMUSATEGI, Karmele R. *Sociolinguística*. Madrid. Editorial . Sintesis. 1988.
- APPEL, René e Pieter MUNYSKEN. *Language Contact and Bilingualism*. London. Edward Arnold. 1987.
- ARGENTER, Joahn A. Cultural Identity and Heteroglossia. *Estudios de Sociolinguística*, 1 (1). pp 27-39. 2000.
- BARBOSA, Pilar P. e DUARTE, Maria Eugênia L. e KATO, Mary A. A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra. pp 539-550. 2001.
- BAXTER, Alan. A concordância de número. LUCCHESI, Dante, BAXTER Alan e RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Baia. EDUFBA. pp 269-293. 2009b
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. S. Paulo. Companhia Editora Nacional. 1987.
- BESERRA, Ana C. A importância das variáveis sociais na formação do perfil linguístico do falante. HORA, Dermeval da (org) *Estudos Sociolinguísticos. O Perfil de uma Comunidade*. João Pessoa. UFPB/BC. pp. 259-271. 2004.
- BORTONI, Stella M. A Migração rural urbana no Brasil. TARALLO, Fernando. (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 167-180. 1989.
- BOYER, Henry. *Introduction à la Sociolinguistique*. Paris, Dunod. 2001.
- BRITO-SEMEDO, Manuel. *A Construção da Identidade Nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do livro. 2006.

Bibliografia

- CALLOU, Dinah e AVELAR, Juanito. Gramática e variação no português brasileiro: considerações sobre ter-haver-e-de-em. *Actas XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 183-197. 2007.
- CALLOU, Dinah e DUARTE, Maria Eugênia. A fixação do verbo ter em contextos existenciais. *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 149 -155. 2004.
- CALVET, Louis_Jean. *Les Politiques Linguistiques*. Paris. Press Universitaires de Paris. 1996.
- _____. *Pour une Ecologie des Langues du Monde*. Paris. Plon. 1999a.
- CARRILHO, Ernestina. Ainda a “unidade e diversidade da língua portuguesa”: a sintaxe. CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês (eds.) *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 1*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2003.
- COLAÇO, Madalena. Coordenação comitativa em Português Europeu. *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 383 -396. 2003.
- COOPER, Robert. L. *La Planificación Lingüística y el Cambio Social*. Cambridge. Cambridge. University Press. 1997.
- COSTA, João e SILVA, Maria Cristina F. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Linguísticos XXXV*. pp. 95-109. [95 / 109]. 2006.
- CRISTÓVÃO, Vera L. *O Uso de L1 no Ensino/Aprendizagem de L2: O Real X O Possível*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: LAEL/PUC. 1996.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa. Sá da Costa. 1984.
- DABENE, Louise. *Repères Sociolinguistique pour L’Enseignement des Langues*. Paris. Hachette. 1994.
- DELGADO, Carlos A. *Crioulo de Cabo Verde. Situação Linguística da Zona do Barlavento*. Praia. INLD. 2008.
- DÍEZ, Julián P. et al. *Interculturalidad y diversidad lingüística: estudio de las actitudes lingüísticas en Astúrias y sus implicaciones didácticas*. Oviedo. KRK Ediciones. 2003.
- DUARTE, Inês. *Língua portuguesa – Instrumentos de Análise*. Lisboa. Universidade Aberta. 2000.
- DUARTE, Maria Dulce. A. *Bilinguismo ou Diglossia?* Praia. Spleen Edições. 1998.

- DUARTE, M. Eugênia L. The loss of the Avoid Pronoun Principle in Brazilian Portuguese.
- KATO, Mary. A. e NEGRÃO, Esmeralda. V. (orgs.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject*. Frankfurt am Main, Vervuert Verlag. 17-36. 2000.
- _____. Sociolinguística Paramétrica: Perspectivas. HORA, Dermeval da e CHRISTIANO, E. (orgs.) *Estudos Lingüísticos: Realidade Brasileira*. João Pessoa: Idéia. 107-114. 1999.
- FASOLD, Ralph. *The Sociolinguistics of Society. Vol. I*. Oxford. Basil Blackwell. 2004.
- FERGUSON, Charles A. Diglossia. DILL, Anwar. S. (org). *Language Structure and Language Use. Essays by Charles A. Ferguson*. Califórnia. Standford University Press. pp. 1- 26. 1971a.
- FISHMAM, Joshua A. Bilingualism and biculturalism as individual and as a societal phenomena. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* nº1, pp 3-15. 1980.
- _____. Domains and the Relationship between Micro and Macrosciolinguistics. GUMPERZ, John J. e HYMES, Dell. (eds). *Directions in Sociolinguistics*. London. Holt, Rineart and Winston. pp 435 – 453. 1972.
- _____. Who Speaks what Language to whom and when? *La Linguistique* n.º 2. pp 67-88. 1965.
- _____. Language and Ethnicity. GILES, Howard (ed) *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. London. Academic Press. pp 15 – 57. 1977.
- GARMADI, Juliette. *Introdução à Socio-Linguística*. Lisboa. Edições Dom Quixote. 1983.
- GILES, Haward BOURHIS, Richard Y. e TAYLOR, Donald M. Towards a Theory of Language in Ethnic Group Relations. GILES, Howard (ed) *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. New York. Academic Press. Cap. 13. pp 307 – 348. 1977.
- GONÇALVES, Rita. *A Colocação dos Pronomes Clíticos no Português Oral de S. Tomé: Análise e discussão de contextos numa perspectiva comparativa*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Linguística. Faculdade Letras da Universidade de Lisboa. 2009.
- GONÇALVES, Sofia C.P. *Construções de “é que” em português europeu*. Dissertação de Mestrado em Linguística descritiva. Faculdade Letras da Universidade do Porto. 2001.
- GUMPERZ, John. *Discourse Strategies*. Cambridge. Cambridge University Press. 1982.
- HEYER, Jürgen. Considerações sobre bilinguismo e bilingualidade: revisão de uma questão. *Palavra* (Revista do programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras) PUC-Rio. 11. Pp 30-38. 2003.
- HUDSON, Richard A. *Sociolinguistics*. Cambridge. Cambridge University Press. 1980.

Bibliografia

- KATO, Mary A. Mudança de ordem e gramaticalização na evolução das estruturas de foco no Português Brasileiro (Word order change and grammaticalization in the evolution of focus structures in Brazilian Portuguese). *Estudos Linguísticos*. São Paulo, 38 (1): jan.-abr. pp 375-385. 2009.
- KROCH, Anthony e SMALL, Cathy. Grammatical Ideology and its Effects on Speech. SANKOFF, David (ed.) *Linguistic Variation: Models and Methods*, Academic Press. 1978
- LABOV, William. Driving Forces in Linguistic Change. Acessível em <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/DFLC.htm> (acedido em 2010). 2002.
- _____. *Sociolinguistique*. Paris. Editions de Minuit. 1976.
- _____. The study of language in its social context. PRIDE, John B. e HOLMES, Janet (ed.). *Sociolinguistics*. Penguin Education. pp 180-202. 1974
- LAPA, Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Coimbra. Coimbra Editora. 1979.
- LOPES, Célia R. S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA* [online]. vol.14, n.2, pp. 405-422. 1998.
- LOPES, Célia R.S. e DUARTE, Maria Eugênia.L. De Vossa Mercê a você. Análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. BRANDÃO, Sílvia. F. e MOTA, Maria Antónia (org.) *Análise Contrastiva de Variedades do Português. Primeiros Estudos*. R. Janeiro. In-Fólio. pp. 61-76. 2003.
- LÓPEZ MORALES, Henry. *Métodos de Investigación Lingüística*. Salamanca. Ediciones Colégio de España. 1994.
- LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan, SILVA, Jorge. *A concordância verbal*. LUCCHESI, Dante, BAXTER Alan e RIBEIRO, Ilza. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Baia. EDUFBA. pp 331-371. 2009.
- LUCCHESI, Dante. A realização do sujeito pronominal. LUCCHESI, Dante, BAXTER Alan e RIBEIRO, Ilza. (orgs). *O Português Afro-Brasileiro*. Baia. EDUFBA. pp 167 – 184. 2009.
- _____. Processos de variação e mudança induzidos pelo contacto entre línguas. *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 157 - 169. 2004.
- LÜDI, Georges e PY, Bernard (1986). *Être Bilingue*. Bern. Peter Long.
- MAISONNEUVE, Jean. *Introdução à Psicossociologia*. Lisboa. Grés Editora. s/data.

- MARTINS, Ana Maria. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. http://www.clul.ul.pt/equipa/amartins/Martins_2004_2_artigo.pdf. 10.06. 2010. 2004.
- MARTINS, Cristina. S. P. *Estudo Sociolinguístico do Mirandês: Padrões de Alternância de Códigos e Escolha de Línguas numa Comunidade Trilingue*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1994a.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. 1989/2003.
- MILROY, James. *Linguistic Variation and Change. On the Historical Sociolinguistics of English*. Blackwell. 1992.
- MONTEIRO, José L. *Para Compreender Labov*. Petrópolis. Vozes. 2000.
- MOTA, Maria Antónia C. e VIEIRA, Silvia. Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo. Gonçalves, Carlos A. e Maria Lúcia L. de Almeida (org.s) *Língua portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*. UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: 87-113. 2008.
- MOTA, Maria Antónia C. Variação e mudança linguística, ainda e sempre. *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 127 -138. 2004.
- NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta P. Concordância Variável em Português: a situação no Brasil e em Portugal. NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta P. *Origens do português Brasileiro*. S. Paulo. Parábola Editorial. pp 49-69. 2007a.
- _____. Preenchimento do sujeito pronominal e concordância variável no português brasileiro. NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta P. *Origens do português Brasileiro*. S. Paulo. Parábola Editorial. pp 161-177. 2007b.
- NASCIMENTO, Jarbas V. Norma e uso linguístico no Português do Brasil. BASTOS, Neusa B. (org.) *Língua portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo. Editora da PUC: 27-37. Acessível em http://books.google.pt/books?id=dyhbS_8qh8C&pg=PA32&dq=norma+subjativa&hl=pt-PT&ei=xDS8TYHcH8mbhQeP7f3ABQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDkQ6AEwAw#v=onepage&q=norma%20subjativa&f=false (acedido em 2011). 2004.
- OLIVEIRA e SILVA, Giselle M. Coleta de dados. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luíza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 117-146. 2004.

Bibliografia

- PAIVA, Maria Conceição. A variável gênero/sexo. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 33 -42. 2004.
- PEREIRA, Dulce O. *Essencial sobre os Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. 2006.
- PERES, João A. e MÓIA, Telmo. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. 1995.
- PINTO, Paulo F. *Como Pensamos a nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa. Editorial Estampa. 2001.
- QUINT, Nicolas. A realização do sujeito em português do Brasil: deriva versus criouliização. FIORIN, José Luiz e PETTER, Margarida (orgs). *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. S. Paulo. Editora Contexto. pp 75-88. 2008.
- ROMAINE, Suzane. Multilingualism, conflict, and the politics of indigenous movements. *Estudios de Sociolingüística*, 1 (1). pp 13-25. 2000.
- RUBIO, Cássio F. A influência das variáveis tipo de sujeito, paralelismo formal e posição do sujeito na concordância verbal do interior paulista. Acessível em http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_472.pdf. (acedido em 13.05.2010)
- SANKOFF, David (ed.) *Linguistic Variation: Models and Methods*, Academic Press. 1978
- SCHERRE, Maria Marta P. Aspectos da Concordância de Número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49. dez. 1994.
- SCHERRE, Maria Marta P. e NARO, Anthony J. Ampliando os horizontes do debate sobre as origens da concordância variável no português brasileiro. NARO, Anthony J. e SCHERRE, Maria Marta P. *Origens do português Brasileiro*. S. Paulo. Parábola Editorial. pp 87-116. 2007.
- _____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. RUFINO, G. (org). *Dialetologia, geolinguística, sociolinguística*. Atti del XXI congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza. Centro di Studi Filologici e Linuistici Siciliani. Università di Palermo. 5, 509-523. 1998.
- SCHERRE, Maria Marta P. Paralelismo linguístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol7, n.2, Jul./Dez. Belo Horizonte: UFMG. pp 29-59. 1998.

- SILVA, Rosângela N.A. Variação Ter/Haver na fala Pessoense. HORA, Dermeval da (org) *Estudos Sociolinguísticos. O Perfil de uma Comunidade*. João Pessoa. UFPB/BC. pp 219-235. 2004.
- TARALLO, Fernando e ALKIMIN, Tania. *Falares Crioulos: Línguas em Contato*. S. Paulo. Editora Ática. 1987.
- _____. *A Pesquisa Sócio -Linguística*. S. Paulo. Editora Ática. 2003.
- THOMASON, Sara G. *Language Contact*. Edimburgh . Edimburgh University Press. 2001.
- VEIGA, Manuel. *O cabo-verdiano em 45 lições*. (Estudo sociolinguístico e gramatical). Praia. Instituto Nacional Promoção Cultural (IPC). 2002.

2. Bibliografia consultada

- AITCHISON, Jean. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Lisboa. Publicações Europa América. 1993.
- AITCHISON, Jean. *Language Change: Progress or Decay?* London. Fontana Press. 1987.
- ALEXANDRE, Nélia. Processos de relativização e marcadores relativos em crioulo de Cabo Verde. *Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 83-95. 2006.
- ALKMIN, Tania M. Sociolinguística. Parte I. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs), *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. Vol.1.S. Paulo. Editora Cortez. pp 21-47. 2004.
- ALMADA, David H. A oficialização da Língua Cabo-Verdiana. *Pela Cultura e pela Identidade em defesa da caboverdianidade*. Praia. Instituto da Biblioteca e do Livro. pp 17-27. 2006.
- ALMADA, Maria Dulce. *Cabo Verde: Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no seu Arquipélago*. Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar. 1961.
- AMMON, Ulrich (2003) Política linguística na União europeia com especial atenção à língua alemã. *Palavra*. PUC-Rio: 11, 11-29. 2003.
- BAERNERT-FUERST, Ute. Flashes metodológicos: a sociolinguística qualitativa/quantitativa. TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 219-237. 1989.
- BARBOSA, Pilar e COCHOFEL, Fátima. O infinitivo preposicionado em PE. *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Aveiro. APL. pp 387-400. 2004.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70. 1977.

Bibliografia

- BARROS, Aidil J.P. e LEHFELD, Neide A.S. *Projecto de Pesquisa: Propostas Metodológicas*. Petrópolis. 1994.
- BAXTER, Alan. Concordância Verbal. LOBO, Tania e OLIVEIRA, Klebson. (orgs) *África à Vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do séc. XIX*. Salvador. EDUFBA. pp 317-337. 2009a.
- _____. Línguas Pidgins e Línguas Crioulas. Isabel Hub Faria et al. (org) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 535 – 549. 1996.
- BEAUGRANDE, Robert Language and society: the real and the ideal in linguistics sociolinguistics, and corpus linguistics. Acessível em <http://www.beaugrande.com/jsocioling.htm> (acedido em 08.06.2006).
- BELL, Judith. *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa. Gradiva. 1992.
- BLOM, Jean-Petter, e GUMPERZ, John J. Social Meaning in Linguistic Structure: Code-Switching in Norway. GUMPERZ, John J. e HYMES, Dell (eds). *Directions in Sociolinguistics*. London. Holt, Rineart and Winston. pp 407 – 434. 1972.
- BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto. Porto Editora. 1994.
- BORN, Joachim V. Políticas linguísticas para Variedades sem Abstand. A Península Ibérica das Minorias Linguísticas e/ou "Extra-constitucionais. *Palavra*. PUC-Rio. 11, 107 – 119. 2003.
- BORSTEL, C Clarice N. Identidades étnicas e situações de uso de línguas. *Palavra*. PUC-Rio 11, 134-145. 2003.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a Sociolinguistics Study in Brazil*. Cambridge. Cambridge University Press. 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que Parler Veut Dire*. Paris. Fayard. 1982.
- BOURHIS, Richard Y. e GILES, Howard. The Language of Intergroup Distinctiveness. GILES, Howard (ed) *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. Academic Press. pp 119-135. 1977.
- BOYER, Henry. *Éléments de Sociolinguistique*. Paris. Dunod. 1991.
- BRAGA, Maria Luíza. Discurso e abordagens quantitativas. TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 269-282. 1989.

- CALVET, Louis_Jean. *La Guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris. Hachette. 1999b.
- _____. *Le Marché aux Langues: les Effects Linguistique de la Mondalization*. Paris. Plon. 2002b.
- _____. *Sociolinguística: uma Introdução Crítica*. S. Paulo. Parábola Editorial. 2002a.
- CAMACHO, Robert G. *Sociolinguística. Parte II*. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs). (2001). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol.1. S. Paulo. Editora Cortez. pp 49-75. 2004.
- CARDOSO, Eduardo A. *O Crioulo da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro/Lisboa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1989.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela M. *Metodologia da Investigação: Guia para Auto -Aprendizagem*. Lisboa. Universidade Aberta. 1998.
- CARREIRA, António. *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*. Mem Martins. Gráfica Europam, Lda. 1984.
- CARRERA-SABATÈ, Josefina. Statistics in the Analysis of Phonetic Variation: Application of the Goldvarb Programme. *Noves SL. Revista Sociolinguística*. Articles Primavera 2002. <http://cultura.gencat.es/llengcat/noves>. 19.06.06. 2002
- CARRILHO, Ernestina. *Expletive ele in European Portuguese dialects*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2005.
- CARVALHO, Adriana. *Ensino Básico Integrado*. Praia. Instituto Pedagógico. Caderno 2. 1998.
- CHAVES, Arlete S. A ordem VS no português de Fronteira. Fernando Tarallo (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 65-79. 1989.
- CIRÍACO, Larissa e CANÇADO, Márcia. Inacusatividade e Inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 46 (2). Publicado em 2006 com a data de 2004. 2006.
- COLAÇO, Madalena. Coordenação e movimento sintático: os dados do Português Europeu. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 41, nº 1, Março. pp 75-97. 2006.
- CORDER, S. Pit. *Error analysis and Interlanguage*. Oxford. Oxford University. 1981.
- COSTA, Arlindo M. L. *O Crioulo como Língua de Escolarização em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Lisboa. FLUL. 2005.

Bibliografia

- COSTA, João, MOURA, Denilda e PEREIRA, Sandra. Concordância com a gente: um problema para a teoria de verificação de traços. Acessível em <http://www.clul.ul.pt/equipa/spereira/Pereira01.pdf>. (Acedido em 19. 06. 2010)
- COUTO, Hildo H. *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília. Editora Universidade Brasília. 1996.
- CRYSTAL, David. *A Linguística*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1981.
- DAS GUPTA, Jyotirindra. Planificação dos Domínios da língua, da educação e do Desenvolvimento. *Perspectivas*. Vol. Vi. N.º 3. pp 374-380. 1976.
- DECAT, Maria Beatriz N. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrónica à luz do encaixamento no sistema pronominal. TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 113-139. 1989.
- DUARTE, Maria Eugênia L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. PAIVA, Maria Conceição e DUARTE, Maria Eugênia E. L. *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa. P. 115-128. Acessível em: www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/61022-1.pdf. (acedido em 28.6.21010). 2003a
- _____. Sujeito expletivo e as construções existenciais. Roncarati et al. (orgs.) *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. Acessível em <http://www.lettras.ufmg.br/fbonfim/biblioteca/artigos/O%20sujeito%20expletivo%20e%20as%20construcoes%20existenciais.pdf> (acedido em 20.5.2010). 2003b.
- _____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajectória do sujeito no Português do Brasil. ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrónica (Homenagem a Fernando Tarallo)*. Campinas: Editora da Unicamp: 107-125. 1993.
- _____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Linguística – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística*. Vol. 3, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 89-115. 2007.
- DUARTE, Maria Dulce. A. A problemática da utilização das línguas nacionais: língua, nação, identidade cultura. *Raízes* n.º 5/6, Ano 2. pp 35-80. 1977.
- DUARTE, Maria Eugênia L., KATO, Mary e BARBOSA, Pilar. Sujeitos indeterminados em PE e PB. repositorium.sdum.uminho.pt/.../DuarteKatoBarbosaAbralin.pdf. s/d (acedido em 29.04.2010).

- ECKERT, Penelope. Networks (s/d) Acessível em <http://learning.londonmet.ac.uk/languages/kl250/sectionE/networks.htm> (acedido em 2011)
- ERVIN-TRIPP, Susan. On Sociolinguistic Rules: Alternation and Co-occurrence. GUMPERZ, John. J. e HYMES, Dell. (eds). *Directions in Sociolinguistics*. London. Holt, Rineart and Winston. pp 213 – 250. 1972.
- FANHA, Dulce Pereira. Aspectos do contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde. *Separata do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa. Vol. II. pp 294. 1987.
- FASOLD, Ralph. *Sociolinguistics of Language. Vol. II*. Oxford. Blackwell Publishers. 1992.
- FERGUSON, Charles A. National Sociolinguistic Profile Formulas. DILL, Anwar. S. (org). *Language Structure and Language Use. Essays by Charles A. Ferguson*. Califórnia. Standford University Press. pp. 157-184. 1971b.
- _____. The Role of Arabic in Ethiopia: a sociolinguistic Perspective. PRIDE, John B. e HOLMES, Janet. *Sociolinguistics*. Penguin Education. pp 112 – 124. 1974.
- FERNANDES, Eliene A. Fenómeno Variável: Nós e a gente. HORA, Dermeval da (org) *Estudos Sociolinguísticos. O Perfil de uma Comunidade*. João Pessoa. UFPB/BCP. pp 149-156. 2004
- _____. *A Aventura Crioula*. Plátano Editora. 1973.
- FERREIRA, Manuel. *O Discurso no Percorso Africano I*. Lisboa. Plátano Editora. 1989.
- FERREIRA, Manuela B. et al. Variação linguística: Perspectiva Dialectológica. FARIA, Isabel Hub et al. *Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 479-502. 1996.
- FIORIN, José Luiz. Os aldrovandos cantagalos e o preconceito linguístico. SILVA, Fábio L. e MOURA, Heronides M.M. (Orgs) *O direito à Fala: a Questão do Preconceito Linguístico*. Florianópolis. Editora Insular. pp 23 – 37. 2002.
- FIRMINO, Gregório. A “Questão Linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo. PROMÈDIA. 2002.

Bibliografia

- FISHMAM, Joshua. A. Bilinguismo con y sin diglosia y diglosia con y sin bilinguismo. *Journal of Social Issues*, 23 -2. pp 29-38. 1967.
- FISHMAM, Joshua. A. Bilinguismo social estable y transitorio. *Sociologia del Lenguaje*. Madrid. Ediciones Cátedra. 1995.
- _____. A. *Sociologia del Lenguaje*. Madrid. Ediciones Cátedra. 1995.
- _____. A. The Relationship between Micro and Macrosciolinguistics in the study of Who Speaks what Language to whom and when. PRIDE, John B. e HOLMES, Janet (eds.). *Sociolinguistics*. Penguin Education. pp 15 – 32. 1974.
- FISHMAN, Joshua. A., FERGUSON, Charles A. e DAS GUPTA Jyotirindra (eds). *Language Problems of Developing Nations*. John Wiley e Sons. INC.1968.
- FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, Esmeralda. V. e VIOTTI, Evani. Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver. *DELTA* [online]. 1998, vol.14. 1998.
- GALVES, Charlotte. C. O enfraquecimento da concordância no português Brasileiro. ROBERTS, Ian e KATO, Maria M. A. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrónica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas. Editora da Unicamp. pp 387 – 409. 1993.
- GILES, Howard e POWESLAND, Peter. F. *Speech Style and Social Evaluation*. New York. Academic Press. 1975.
- GONÇALVES, Perpétua. A variação do português dentro do português. *RIILP*. N.º1, Julho 1989.
- _____. Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the génesis of mozambique african portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 19:2. 225-259- 2004.
- GORSKY, Edan M. Infinitivo pessoal no português falado no sul do Brasil: o preenchimento do sujeito em orações substantivas. *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp 7-20. 1998.
- Grupo para a Padronização do Alfabeto. *Propostas de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do cabo-verdiano*. Praia. IIPC. 2006.
- GRYNER, Helena e OMENA, Nelize P. A interferência das variáveis semânticas. MOLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 89-100. 2004a.
- GUERRA, Isabel C. *Pesquisa Qualitativa e Análise Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*. Lisboa. Principia. 2006.

- GUISSAN, Pierre. F. G. *Crioulização e Mudança Linguística*. Tese Doutorado. UFRJ. R. Janeiro. 1999.
- GUITTET, André. *L'Entretien*. Paris. Armand Colin. 1983.
- GUMPERZ, John J. Introduction. GUMPERZ, John. J. e HYMES, Dell. (eds). *Directions in Sociolinguistics*. London. Holt, Rinehart and Winston. pp 1- 25. 1972.
- _____. The Sociolinguistics Significance of Conversational Code-Switching. *Language and Context, Working Papers*, n. ° 46, Language Behaviour Research Laboratory. University of Califórnia. pp 1- 46. 1976.
- _____. Verbal Strategies in Multilingual Communication. ALATIS, James E. (ed). *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics. Bilingualism and Language Contact*. Washington. Georgetown University Press. pp 129 – 147. 1970.
- GUY, Gregory R. e ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. S. Paulo. Parábola. 2007.
- HAMEL, Rainer. E. La política del language y el conflicto interétnico. ORLANDI, Eni P. (org) *Política linguística na América Latina*. Campinas. Pontes. pp 41-73. 1988.
- HAUGEN, Einar. Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956-1970. FISHMAN, Joshua A. *Advances in the Study of Societal Multilingualism*. Yeshiva University. pp 1-111. 1978.
- _____. Línguas Nacionais e Internacionais. HILL, Archibald A. (org) *Aspectos da Linguística Moderna*. S. Paulo. Cultrix. pp 106 – 116. 1974.
- HOLM, John. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambriddg. Cambriddges Textbooks in Linguistics. 2004.
- HYMES, Dell. Models of the language and social life. GUMPERZ, John J. e HYMES, Dell (eds). *Directions in Sociolinguistics*. NY: Rinehart e Winston. 1972.
- INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. FERNÁNDEZ, M., FERNÁNDEZ-FERREIRO M. e VEIGA, N. Vázquez (eds.) *Los Criollos de base ibérica*. ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert. pp 201-213. 2004. Disponível em: www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_2004 (Acedido em Junho 2010)
- KRECH, David e CRUTCHFIELD, Richard. S. e BALLACHEY Egaton L. *O Indivíduo na Sociedade. Um Manual de Psicologia Social. I. Vol.* S. Paulo. Livraria Pioneira Editora. 1973.

Bibliografia

- KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, 1:199 – 244. 1989.
- LABOV, William. *On the Mecanism of Linguistic Change*. In GUMPERZ, John.J. e HYMES, Dell (eds) (1972). *The Etnography of Communication*. New York. Rinehart & Winston. pp. 512 – 537. 1972.
- _____. *Principles of Linguistic Change. Vol 1 Internal Factors*. Oxford. Blackwell. 1994.
- LABOV, William. *Principles of Linguistic Change. Vol 2. Social Factors*. Oxford. Blackwell. 2001.
- _____. Quantitative Reasonings in Linguistics. Acessível em <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/Foundations.QRL.pdf>. (acedido em 5.06.06)
- _____. Some Observations on the Foundations of Linguistics. *Acessível em* <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/Papers/Foundations.html>. (acedido em 5.06.06).
- LANG, Y. A Escrita Cabo-Verdiana: uma perspectiva de um linguista estrangeiro. Comunicação apresentada no ISE. s/data.
- LESSARD-HERBERT, Michell, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gérald. *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa. Instituto Piaget. 1990.
- LIGHTFOOT, David. *The development of language: acquisition, change end evolution*. Blackwell. 1999.
- LIMA, Luísa. Atitudes: estrutura e mudança. VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria.Benedicta (coord). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 186 – 225. 2000.
- LINCOLN, Yvonna S. e GUBA, Egon G. *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills, SAGE Publications. 1985.
- LOBO, Maria. Sobre a posição estrutural das orações adjuntas finais. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa. APL. pp. 465-476. 2002.
- LOPES da SILVA, Baltasar. Notas para o Estudo da Linguagem das Ilhas. *Claridade* 2. 1936.
- _____. *O dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1984.
- _____. Prefácio. Ferreira, M. *A Aventura Crioula*. Lisboa. Plátano Editora. 1965.
- LÓPEZ MORALES, Henry. *Sociolinguística*. Madrid. Editorial Cremos. 1989.

- LÓPEZ, Javier M. *Lenguas en Contacto*. Madrid. Arco/Libros. S. L. 1997.
- LUCCHESI, Dante e MENDES, Elisângela P. A flexão de caso dos pronomes pessoais. LUCCHESI, Dante, BAXTER Alan e RIBEIRO, Ilza. (orgs). *O Português Afro-Brasileiro*. Baia. EDUFBA. pp 471-488. 2009.
- LUCCHESI, Dante, LOBO, Tania. Aspectos da sintaxe do português brasileiro. FARIA, Isabel Hub et al. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 303 – 311. 1996.
- MACEDO, Donald. *A Linguistic Approach to the Capeverdean Language*. Tese Doutoramento. Boston University / School of Education. 1979.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Introdução à Linguística*. Lisboa. Gradiva. 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. S. Paulo. Ed. Ática. 1986.
- MARIANO, Gabriel. *Cultura Caboverdeana – ensaios*. Lisboa. Vega. 1991.
- MARQUES, José e PAÉZ, Dario. Processos cognitivos e estereótipos sociais. VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria.Benedicta (coord). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 333-386. 2000.
- MARQUILHAS, Rita. Mudança Linguística. FARIA, Isabel Hub et al. *Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 563 – 588. 1996.
- MARTÍNEZ, José António. La concordância. Bosque, Ignacio e Violeta Demonte (org.s) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid. Espasa Calpe. Cap. 42: 2694-2786. 1999.
- MARTINS, Ana Maria. Aspects of infinitival construction in the history of portuguese. 2006. Acessível em http://www.clul.ul.pt/equipa/amartins/Martins_2006_1_artigo.pdf. (acedido em 10.06.2010)
- MARTINS, Cristina S. P. A vitalidade de línguas minoritárias e atitudes linguísticas: o caso do mirandês. *Lletres Asturianes* 62. *Boletín Oficial de l'Academia de la Llingua Asturiana. Principáu d'Asturies*. 1997b.
- _____. Bilinguismo e manifestações verbais bilingues. Uma breve sinopse teórica. Separata da Revista Portuguesa de Filologia. Vol. XXI. Coimbra. 1997a.
- MARTINS, Cristina S. P. O Desaparecimento do mirandês na cidade de Miranda do Douro. *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*. Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística. Miranda do Douro. Setembro de 1993. Lisboa. Associação Portuguesa de Linguística/ Edições Colibri. 1994b.

Bibliografia

- MATEUS, Maria Helena Mira (org). *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa. Edições Colibri. 2002.
- MATOS, Maria Zelma M.S. A especificidade do sujeito pronominal na fala urbana itabiense. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, 38 (2): 313-327, Maio - Ago. 2009.
- MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. London. Blackwell. 1987.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 9-25. 2004a.
- _____. Relevância das variáveis não linguísticas. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 9-25. 2004b.
- MONTEIRO LIMA, Adelaide. *A língua cabo-verdiana e a política linguística no país – Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. R. Janeiro. 2007.
- MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. *Metodologia Sociolinguística*. Madrid. Editorial Cremos. 1990.
- MOTA, Maria Antónia C. Línguas em contacto. FARIA, Isabel Hub et al. *Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 505-533. 1996.
- NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 15 – 25. 2004a.
- _____. O dinamismo das línguas. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 43 – 50. 2004b.
- _____. The Génesis of the reflexive impersonal in portuguese. A study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language* Vol. 52: 4: 779-810. 1976.
- _____. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language* Vol. 57: 1, 63 – 98. 1981.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda B. Construção e exploração de um Corpus de variedades do português. *Actas do II Congresso da Associação Internacional de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. UFRJ. pp 9-38. 2008.

- NAWA, Takato. Bilinguismo e Mudança de Código: uma Proposta de Análise com os Nipo-brasileiros Residentes em Brasília. TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 199-215. 2008.
- _____. *no Norte fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado. 1995.
- OLIVEIRA, Decir P. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objecto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas. Pontes. pp 51-63. 1989.
- OMENA, Nelize P. e DUARTE, Maria Eugênia.L. Variáveis morfossintáticas. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 81-88. 2004.
- ORLANDI, Eni P. (org) *Política linguística na América Latina*. Campinas. Pontes. pp 41-73. 1988.
- PAIVA, Maria Conceição e DUARTE, Maria Eugênia L. Mudança Linguística: observações no tempo real. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 179-190. 2004.
- PAREDES da SILVA, Vera Lúcia P. Relevância das variáveis linguísticas MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp67-71. 2004.
- PEREIRA, Dulce. Crioulo de Cabo Verde: Proposta de Grafia. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. N.º 2, Dezembro. Lisboa. 1989.
- _____. Descrioulização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português. *Revista Galega de Filoloxía*, nº1. pp 175-185. 2000b.
- _____. Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. (ILTEC). Acessível em www.iltec.pt/divling/_pdfs/linguas_crioulo_cv.pdf (acedido em 26.04.2010)
- _____. O Crioulo de Cabo Verde. FARIA, Isabel Hub et al. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho. pp 551 – 559. 1996.
- _____. *Os Problemas da Língua*. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 1, Julho. Lisboa. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. pp 11-15. 1989.

Bibliografia

- POPLACK, Shana. Intergenerational Variation in Language Use and Structure in a Bilingual Context. RIVERA, Charles (ed). *An Ethnographic / Sociolinguistic Approach to Language Proficiency Assessment*. Avon. Multilingual Matters. pp 42 -70. 1983.
- _____. Variation theory and language contact. PRESTON, Dennis R. (ed). *American Dialect Research*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press. pp 251 – 285. 1993.
- PRATAS, Fernanda. *O sistema Pronominal do Cabo-Verdiano (Variante de Santiago) – Questões de Gramática*. Lisboa. Edições Colibri. 2004.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Lucan. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Publicações Gradiva. 1998.
- RAMALLO, Fernando e LORENZO, Anxo M. A Enquisa na investigación sociolingüística. *Estúdios de Sociolingüística* 3 (1). pp. 43-70. 2002.
- RICHARDES, Jack (ed). *Error Analysis: perspectives on second language acquisition*. Longman. 1974.
- ROCHA, Marco e PEREIRA, Juliana S. do V. O Uso de Corpora na Elaboração de Trabalhos de Referência: uma Vacina contra o Preconceito. SILVA, Fábio L. e MOURA, Heronides M.M. (orgs) *O Direito à Fala: a Questão do Preconceito Lingüístico*. Florianópolis. Editora Insular. pp 103 – 111. 2002.
- SARWOOD-SMITH, Michael. *Second Language Learning*. London and New York. Longman. 1994.
- SCHERRE, Maria Marta P. e NARO, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza L. (orgs). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 147 - 177. 2004.
- SCHERRE, Maria Marta P., NARO, Anthony J e CARDOSO, C.R. O Papel do Tipo de Verbo na Concordância Verbal. *D.E.L.T.A.*, 23:esp., pp 283-317. 2007.
- SELINKER, Larry. *Rediscovering Interlanguage*. Longmann. 1992.
- SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística. Teoría y Análisis*. Madrid. Alhambra. 1989.
- SPRADLEY, J James P. *The ethnographic interview*. NY:Holt, Rinehart and Wiston. 1979.
- TARALLO, Fernando (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas. Pontes Editores. pp 199-215. 2008.
- THOMASON, Sara G. e KAUFMAN Thomason. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley. University of California Press. 1991.

- TRIPPEL, Thorsten. Labov's Approach to Language Change. Acessível em <http://www.spectrum.uni-bielefeld.de/~ttrippel> (acedido em 5.06.06).
- TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistics*. Penguin Books. 2000.
- VALA, Jorge. Sobre as Representações sociais – Para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*. N.º 4/Abril. pp 5- 30. 1986.
- VEIGA, Manuel (org). *Actas I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Praia. INIC. 2000a.
- _____. *A construção do bilinguismo*. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2004.
- _____. *A Sementeira*. Linda - a - Velha. ALAC - África, Literatura, Arte e Cultura, Lda. 1994.
- _____. *Diskrison Estrutural di Língua Kabuverdianu*. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL). 1982.
- _____. *Le Créole du Cap Vert: Étude Gramaticale Descriptive et Contrastive*. Karthala – Instituto Nacional Promoção Cultural (IPC). 2000b.
- _____. *O Crioulo de Cabo Verde: introdução à Gramática*. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL). 1995.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues e BRANDÃO, Sílvia F. (org). *Morfossintaxe e Ensino de Português: reflexões e propostas*. UFRR. F.L. 2004.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues e MACHADO-VIEIRA, Márcia dos S. A representação sócio-geolinguística de fenómenos morfossintáticos: nós/a gente e concordância verbal. CUNHA, Cláudia S. (org.) *Estudos geo-sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Letras Vernáculas. p. 99-112. 2006.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues. A não-concordância em dialectos populares: uma regra variável. GRAPHOS. Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB. Ano II, Vol. 2, n. 1. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. p. 115-133. 1997.
- _____. Concordância verbal. VIEIRA, Sílvia R. e BRANDÃO, Sílvia F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto. p. 85-102. 2007.
- _____. *Concordância verbal: variação em dialectos populares*
- VOTRE, Sebastião J. Relevância da variável escolaridade. MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luíza L. (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. S. Paulo. Contexto. pp 51-57. 2004.

Bibliografia

- VYGOTSKY, Lev S. *Internalização das Funções Psicológicas Superiores*. In COLE, M. et al (Org). *A Formação Social da Mente*. S. Paulo. Martins Fontes. 1994.
- WARDHAUGH, Ronald. *An Introduction to Sociolinguistics*. Oxford UK e Cambridge USA. Blackwell Publishers. 1993.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística*. S. Paulo. Parábola Editorial. 2006.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact. Findings and Problems*. The Hague. Mouton. 1979.
- YIN, Robert K. *Case Study Research: Design and Methods*. London. Sage Publications, Ltd. 2003.